



S U M Á R I O

5	Arqueologia Urbana na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola	Maria de Fátima Palma
17	Aspetos da morte no vale do Sabor. O mobiliário funerário Tardo Antigo das inumações do Laranjal de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo). Achegas à cronologia de uma necrópole de longa duração	Filipe Santos, Elisa Albuquerque, Miquel Rosselló, Constança Santos e Liliana Carvalho
35	Contributo para o conhecimento das ocupações Tardo Antiga e Alto-Medieval do vale do Sabor. O caso de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), à luz do estudo da sua componente cerâmica	Miquel Rosselló, Constança Santos, Liliana Carvalho, Filipe Santos
65	A Alcaria do Alto da Queimada (Palmela). Valorização e divulgação do património arqueológico	Andreia Machado, Michelle Santos, Miguel Serra, Eduardo Porfírio
73	A memória do al-Andalus 'âmîrî na Crónica do Mouro Rasis e na Crónica Geral de Espanha de 1344	António Rei
81	Conjunto de cerâmica omíada (séculos X-XI) do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora	José Rui Santos
91	A arquitetura do bairro islâmico do Poço Antigo em Cacela-a-Velha, Algarve	Cristina Tété Garcia
103	La puerta monumental almohade del castillo de Mértola y otras similares de Garb al-Andalus	Samuel Márquez Bueno e Pedro Gurriarán Daza
111	Beja, une ville pas comme les autres ? Centralité historique et centralité fonctionnelle à partir de la Reconquête	Stéphane Boissellier
127	A igreja de S. João. Campo do Gerês	José Luís Neto
157	Necrópole Medieval e Moderna de Mértola – Novos dados	Clara Rodrigues e Maria de Fátima Palma
171	Le quotidien de la ville d'Azemmour à l'époque moderne: étude des contextes archéologiques	André Teixeira, Azzeddine Karra e Patrícia Carvalho
193	Les oratoires ruraux de la moyenne vallée du Neffis (Haut Atlas Occidental)	Youssef Khiara
209	Les fortifications saadiennes de Fes (XVIème-XVIIème siècles)	Samir Kafas
223	Sobre el estado de destrucción del complejo molinero de Mértola en la Ribeira de Oeiras	Agustin Ortega Esquinca
277	A biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola: um património bibliográfico a divulgar e a promover	Armanda Salgado, Bruno Almeida Filipa Medeiros e Paula Rosa

Director: Cláudio Torres • **Coordenadores:** Santiago Macias e Susana Gómez Martínez • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real, Maria da Conceição Lopes, Santiago Macias, Susana Gómez Martínez e Virgílio Lopes • **Conselho de Redacção:** Cláudio Torres, Lúcia Rafael, Maria de Fátima Palma, Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez e Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola, Centro de Estudos das Universidades de Coimbra e Porto e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património



Capa e Design Gráfico: Gil Maia

ISSN: 0872-2250-13

N.º de edição: 1704

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto – Portugal

Telefone: 351 22 5074220 – Fax: 351 22 5074229

e-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

e-mail: geral@rainhoeneves.pt

Data da publicação: Abril de 2016

PALAVRAS PRÉVIAS

CLÁUDIO TORRES

Já passou algum tempo desde que a nossa revista atingiu a dúzia, porém nunca é demasiado tarde para voltar a pisar os mesmos e pedregosos caminhos da Idade Média entalada entre o grande Império matricial de todas as origens e as cidades coloridas do Renascimento. Nunca é demasiado tarde para voltar a mergulhar naquela Idade das trevas, lamacentas e desconhecidas, onde as ciências e saberes se teriam escondido, ou mesmo apagado e onde, enredada em mitos e mistérios, cresceu e se agigantou a oralidade. Nunca é demasiado tarde para tentar decifrar os textos não escritos da arqueologia em que as mensagens são sempre subliminares, em que as informações estão despidas da inevitável carga ideológica e quase sempre mentirosa do texto escrito. Afinal esta é a história daqueles que nunca tiveram direito à história, daqueles que nunca tiveram escribas para guardar e registar os seus projectos, para afirmar os seus desejos de poder, para inscrever na pedra ou pergaminho os seus gestos de bravura, as suas aspirações mais devotas ou inconfessáveis.

É verdade que o facto arqueológico também descobre e interpreta as alvenarias e mármore dos castelos e palácios; porém, procura sobretudo vasculhar nas lixeiras das cozinhas, mergulhar nas lojas e dependências onde sempre se acumulou o espólio rejeitado, os restos e desperdícios de uma sociedade demasiado dependente dos cerimoniais eclesiásticos e pesadamente ritualizada pela guerra. É nestes subterrâneos palatinos, ou nas casas camponesas, que se movimentam os criados e os servos, e onde, mais que todos, agem e trabalham as mulheres. São elas as grandes criadoras do quotidiano, que regam e mondram a horta, que tratam da cozinha e do fogo, que sabem preparar e cozinhar a sopa da família, que amassam e cozem o pão, que amamam o borrego e a caça dos senhores. São elas também que sabem lidar com o tear, que fazem girar a roca e o fuso, que cortam e remendam as roupas da casa, que bordam os lenços, toucados e lençóis.

Tem sido a descoberta deste mundo escondido, deste mundo abafado pelas cavalgadas dos senhores da caça, deste mundo masculino e fidalgo dominado pelo tilintar das espadas, que, nos últimos anos, tem permitido uma nova visão desta sociedade e da importância dos fenómenos da continuidade histórica.

Nessa época obscura, os textos escritos, as crónicas e pergaminhos falam sobretudo da vida dos reis e das princesas, das batalhas que travaram, em que a história é explicada e justificada por assaltos e conquistas militares. O historiador actual só consegue retirar alguma informação válida de um documento escrito medieval quando é capaz de ler o texto nas entrelinhas, quando, por vezes, consegue decifrar ou interpretar ao contrário o que vem afirmado nos caracteres caligráficos.

É evidente que sempre houve guerras, batalhas e conquistas e que os reinos e impérios se fizeram e desfizeram. Porém não foram esses os factos históricos decisivos na organização das sociedades, na formação das grandes correntes históricas da humanidade, na acumulação das técnicas e saberes do homem.

Só começando a olhar com outros olhos e a compreender os fenómenos históricos ligados à continuidade, relacionados com a história longa das comunidades, com os grupos humanos de pequena mobilidade social, poderemos começar a relacionar grupos humanos com territórios, técnicas construtivas e alimentares com formas de vida. É aí que entra a arqueologia, a pequena história de todos os dias. É aí que entra a panela de barro escurecida pelo fogo, aquele cântaro que tantas vezes foi à fonte, a humilde moeda de cobre que escapou de um bolso furado.

É hoje através destes pequenos artefactos que começamos a saber com que ingredientes era feita a sopa do camponês. Com uma grainha de uva pode ser conhecida a casta da videira. Com um só fragmento de caroço podemos saber a partir de que época o pêssogo e o alperce foram trazidos dos planaltos iranianos.

Os rituais de enterramento e a análise ADN de um dente podem inesperadamente determinar que um muçulmano era filho de um pai que tinha sido cristão. Este pequeno facto inusitado pode lançar dúvidas fundamentadas sobre acontecimentos nunca contestados, como a grande invasão de 711 da Península Ibérica pelos exércitos de Tarique. Outras formas de olhar o terreno e a paisagem, outra maneira de compreender as técnicas de construção, outra abordagem antropológica e micro-toponímica, já nos permitiram saber que antes da própria romanização e muito antes das improváveis invasões berberes, capitaneadas por invasores árabes, já as zonas montanhosas do Algarve e Serra Morena eram habitadas por populações profundamente sedentarizadas da mesma origem e falares que os berberes do Rif magrebino.

A pouco e pouco, a grande história pode começar a ser reescrita pela pequena história de todos os dias, pela arqueologia.

ARQUEOLOGIA URBANA NA ÁREA DE EXPANSÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

MARIA DE FÁTIMA PALMA*

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Mértola situa-se no Sul de Portugal, no Baixo Alentejo, perto da fronteira territorial com Espanha, numa zona em que o Rio Guadiana deixa de ser navegável devido à geografia do terreno e a todas as ligações fluviais aqui enlaçavam com as rotas terrestres. Por este percurso fluvial chegaram as rotas comerciais do Mediterrâneo, mas Mértola era também o extremo de vários itinerários terrestres que a ligavam à rica região cerealífera de Beja e às localidades mineiras de Aljustrel e São Domingos. Mértola tornou-se assim, desde tempos mais antigos no último porto fluvial do Ocidente do Mediterrâneo, chegando até aqui abundantes influências e mercadorias vindas de várias partes do Mediterrâneo Central e Oriental.

2. O SÍTIO: BIBLIOTECA MUNICIPAL DE MÉRTOLA – ESCAVAÇÃO NA ÁREA DE AMPLIAÇÃO

2.1. Localização

A área de escavação da Biblioteca Municipal de Mértola situa-se dentro do espaço amuralhado de época Medieval, junto a uma das portas de entrada da cidade, denominada Porta da Vila ou Porta de Beja (Fig. 1). Esta intervenção localiza-se num antigo espaço de quintal, que durante muitos anos foi conferido ao aban-



Figura 1 – Porta de Beja.

dono, depois de ter sido utilizado como área de horta e zona de cultivo. A sua situação de espaço quase fechado fez com que durante muitos anos fosse preservado a nível do crescimento urbano, como também de outros factores urbanísticos. A entrada para esta área esteve sempre fechada desde o acesso através da rua (Alonso Gomes), sendo apenas acessível desde o quintal do actual Campo Arqueológico de Mértola (CAM). Limitado pelas cons-

* Campo Arqueológico de Mértola.

truções urbanas e pela muralha medieval, este espaço estava estruturado em dois patamares com cerca de três metros de desnível entre si. Diferença esta de cotas que se pode constatar desde a zona Este da Alcáçova do Castelo até a esta área de ampliação.

Do ponto de vista da sua localização face a outros sítios com importância histórica, encontra-se delimitado pela muralha medieval da vila a Norte, pelo edifício da actual Biblioteca Municipal/antiga Prisão a Este, por um edifício particular a Sul e pelo quintal e casas do CAM a Oeste. No entanto, não se pode ignorar o facto de se encontrar a quinhentos metros das traseiras da antiga Mesquita, actual Igreja Matriz, da zona da Alcáçova e complexo episcopal, não muito afastado do Castelo, sua encosta, e da sua proximidade com o rio. Assim, a sua localização a nível de envolvimento é bastante importante e talvez reveladora do que mais adiante irá ser descrito. Por isso se fizemos o exercício de imaginarmos a zona sem as actuais construções urbanas, esta seria essencial para a orgânica da cidade, localizada mesmo junto à porta de entrada no recinto amuralhado de época medieval, mas que também o terá sido em épocas anteriores, pelo menos desde a Idade do Ferro (Lopes, 2004: 25). Esta área de ampliação do edifício da Biblioteca Municipal de Mértola tem a particularidade de não ser apenas um local comum, mas que se encontra estrategicamente bem situado no núcleo urbano da cidade intramuros, possibilitando a leitura de uma zona fortemente modificada ao longo dos séculos, segundo as necessidades de cada momento.

2.2. O antigo edifício e a área envolvente

Mértola no século XIX e XX sofre profundas alterações no que diz respeito às novas construções de carácter urbano e também uma reordenação urbana que se traduz nas trans-

formações que ocorrem, sobretudo, em espaços funcionais. No entanto, as principais modificações realizadas no urbanismo da Vila de Mértola, em tempos modernos, irrompem em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, estimulados pelo surto económico e demográfico do concelho e, sobretudo, pelas reformas introduzidas de acordo com o programa ideológico republicano¹.

Na actual Praça do Município, situava-se o primitivo estabelecimento prisional, no edifício que também foi Tribunal Comarcal e que actualmente alberga a Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Mértola. Mais tarde, «o estabelecimento prisional (Prisão) foi deslocado para junto da porta de Beja, no início do século XIX, integrando uma extensa alteração na fisionomia desta área urbana. Construída entre 1821 e 1823, com grandes dimensões (para a escala local) foi descativada após 1974 e transformada em Biblioteca Municipal» em 1991 (Mateus, 2004: 331). Antes da sua construção, e por se situar junto da porta da Vila (Porta de Beja), encontrava-se neste sítio a hospedaria que acolhia os forasteiros (Mateus, 2004: 331). Mais tarde, com a construção do novo edifício constituído por dois pisos, tornou-se um espaço municipal, onde se colocavam os «indesejáveis» que em casos graves eram transferidos para a prisão de Beja.

Nos inícios do século XX, já sobre o governo da República, Mértola ia crescendo para fora das muralhas ao longo do eixo/via que a ligava a Beja. Assim, na zona da porta da Vila/Beja (actual Largo Vasco da Gama) e da Prisão Municipal, os dois torreões circulares que se situavam precisamente na entrada do espaço intramuralhas de Mértola começaram a tornar-se uma barreira entre estas duas zonas, a mais antiga e a que se estava a desenvolver. Ora, segundo o então executivo camarário, esta era uma zona que necessitava de uma alteração de fundo de forma a facilitar o acesso entre as duas zonas da vila (Livro de Actas, 3/09/1914). Surge, assim, a necessidade de dismantelar o torreão esquerdo da muralha, no qual se implantou entre 1915 e 1917 o edifício do Mercado Municipal. Em Reunião de Câmara de 14 de Novembro de 1914, fica deliberado que se irá pedir ao Governo que «mande reparar as muralhas e castelo» (Livro de Actas, 14/11/1914) e também a «cedência, ao Ministério da Guerra, do torreão à entrada da Vila» (Livro de Actas, 14/11/1914), ao qual o mesmo órgão não se opôs, pois as muralhas tinham perdido o seu interesse estratégico e o valor prático e arquitetónico (O Futuro de Mértola, n.º 60, 1914). Em 18 de Janeiro de 1915, já se encontra em obras de dismantelamento (O Futuro de Mértola, n.º 101, 1915) o torreão e muralha. Na mesma data é feito um «pedido ao Ministério da Guerra pedindo a separação do Castelo das Muralhas» e recebem «Ofícios do concelho de Arte e Arqueologia a respeito da conservação de monumentos nacionais». Isto atesta, que já nesta altura, as muralhas como outros monumentos de interesse público necessitavam de alguma manutenção. Assim, essa intervenção do dismantelamento da Porta de Beja e da construção de um novo edifício (Mercado Municipal) para uso da população local, para além de mudar a fisionomia da entrada no burgo antigo da vila, alarga a via intercomunicante entre as duas, bem demarcadas, áreas urbanas. No entanto, este não foi o único dismantelamento nesta importante área de entrada na zona intramuros da Vila. Na década



Figura 2 – Torreão de perfil circular nos anos 50 do século XX.



Figura 3 – Desmantelamento da torre circular nos anos 50 do século XX.



Figura 4 – Transformação da torre circular em quadrangular.

de 1950 do século XX, o torreão de perfil circular que ainda restava da configuração registada por Duarte d'Armas no século XVI sofre uma demolição parcial (Figs. 2 e 3), verificando-se uma alteração da fisionomia, deixando de ser semicircular para passar a ser quadrangular (Fig. 4). Segundo memórias dos mertolenses, o torreão circular ocupava algum espaço na entrada de viaturas na vila intramuros, e em conjunto com o Edifício do Mercado Municipal, dificultava o acesso à denominada Vila velha. Daí a necessidade de reestruturação desta zona de entrada no casco antigo, como também de acesso ao então movimentado Mercado Municipal. A sua demolição parcial e a sua adaptação sofreram restauros ao longo das últimas décadas. Facto importante a ter em conta, é que o Edifício da Prisão, actual Biblioteca Municipal, aquando da sua construção, é adossado a este torreão circular e encosta ainda ao pano de muralhas que se estende até ao limite noroeste da Alcáçova. A envolvente e a localização deste edifício tornam-no numa unidade espacial de bastante interesse histórico – urbanístico. Este edifício, Prisão/Biblioteca Municipal, é uma boa adaptação a um espaço previamente existente a novas funções culturais, como forma dinamizadora do centro histórico de Mértola.

3. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADOS

A intervenção arqueológica na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola foi solicitada ao Campo Arqueológico de Mértola pela Câmara Municipal como medida preventiva. Era intenção da Câmara Municipal de Mértola ampliar as instalações da Biblioteca Municipal com a construção de uma área anexa, a qual se situa nos terrenos a Oeste do actual edifício, junto da muralha da vila. A situação intramuros do terreno e a existência de vestígios arqueológicos de extraordinária importância, em áreas sem edificar próximas, como a Alcáçova do Castelo e da antiga Mesquita de época almóada, tornavam muito provável a conservação de vestígios arqueológicos de vários períodos cronológicos. Visto tratar-se de um espaço urbano

situado junto de estruturas antigas e onde não se conhecem construções recentes, cabia supor a existência de vestígios do passado. Por este motivo, na altura, o denominado IPA (Instituto Português de Arqueologia), hoje DGPC (Direcção Geral do Património Cultural), emitiu um parecer no sentido de se proceder à escavação da área afectada. A intervenção arqueológica levada a cabo pelo CAM neste local desenvolveu-se em três campanhas de trabalho, a sondagem de diagnóstico de 2003, como medida preventiva e a escavação de toda a área afectada pela obra, no verão de 2005 e 2006.

A intervenção de 2003 incidiu na abertura de uma quadrícula de 4 x 4 m de lado que se desenvolveu em profundidade atingindo as cotas de implantação do projecto de ampliação da Biblioteca. No caso de se ter verificado necessário, a área escavada teria sido alargada visando a completa compreensão dos vestígios arqueológicos encontrados. No entanto, tal facto, nesta primeira intervenção não se veio a justificar. Com esta sondagem, aproximadamente a 2,5 m de profundidade, apenas se verificou de relevante um forno datado dos inícios do século XVI, com o qual não se adivinhava a potência estratigráfica que viria a ser verificada nos anos posteriores. Estas estruturas de uma olaria datada entre o fim do período



Figura 5 – Câmara de combustão (forno cerâmico).

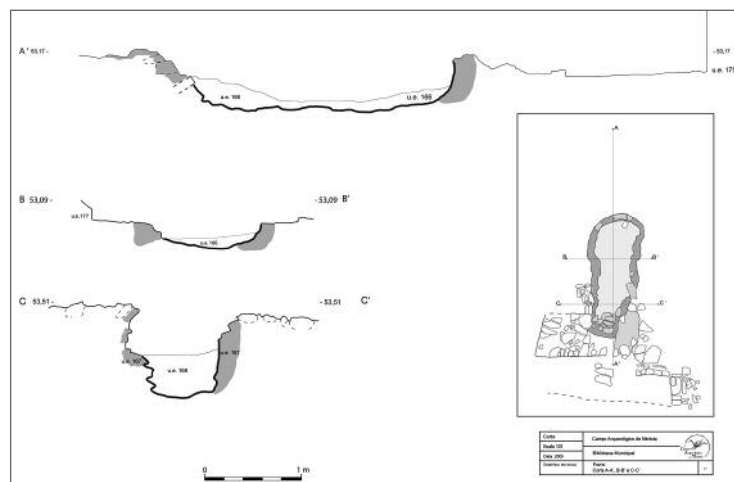


Figura 6 – Forno cerâmico.

medieval e o início da época moderna apresentavam alguns materiais cerâmicos associados à última combustão do forno (Figs. 5 e 6). Nas campanhas seguintes de 2005 e 2006, aquando dos inícios das obras, este local foi alvo de acompanhamento arqueológico das movimentações de terras, logo seguido da escavação em área aberta de todo o espaço a edificar. Nesta intervenção, foram detectados importantes vestígios arqueológicos de diversas épocas, os quais abrangem um vasto período cronológico, entre o século IV-V a.C. e o século XVI.

3.1. Níveis Modernos

No decorrer da intervenção, nas primeiras camadas de terras retiradas surgiu nas cotas mais elevadas, um enterramento isolado, datado da Baixa Idade Média, o qual está relacionado com os enterramentos desta época, pertencentes à Necrópole Medieval/Moderna da zona envolvente da Mesquita/Igreja Matriz e da Alcáçova. A sepultura consistia numa fossa com orientação aproximada SW-NE, aberta na terra e delimitada por algumas pedras de xisto de tamanho médio, mas sem uma estrutura de inu-

mação cuidada. A sepultura continha um indivíduo em decúbito dorsal com as mãos unidas sobre o púbis, e não conservava alguns dos membros inferiores – tíbia e perónio esquerdo, pé esquerdo e direito. Estes terão sido destruídos pelos trabalhos mecânicos ou pelos trabalhos decorrentes no período em que o terreno foi utilizado como espaço hortícola (Fig. 7). Após análise em laboratório, verificou-se que se trata de um indivíduo adulto, do sexo feminino, cuja estatura estaria entre 1,56 m e 1,59 m. Foi observado uma patologia oral, que se define por desgaste acentuado em todos os dentes presentes e cáries no primeiro e segundo molares. De uma forma geral, o esqueleto apresentava-se em más condições de conservação, o que dificultou a sua análise (Relatório Antropológico da Intervenção na Biblioteca Municipal, 2005).

Sob esta sepultura, cerca de dez centímetros abaixo, detetaram-se diversos derrubes e estruturas que delimitavam diversos compartimentos, os quais se organizavam de forma coerente, permitindo uma certa leitura dos espaços. Contudo, é de referir que a escavação se encontrava limitada pela obra, o que não permitiu escavar a totalidade dos compartimentos, visto que muitos deles se estendiam sobre os cortes da escavação e sobre a muralha da vila.

No patamar inferior, aproximadamente a 2,5 m de profundidade, identificou-se estruturas de uma olaria datada entre o fim do período medieval e o início da época moderna, com poucos materiais cerâmicos associados à última combustão do forno (Figs. 5 e 6). Verificou-se que a estrutura de combustão era composta pela concavidade da fornalha, que foi escavada numa camada muito espessa de entulhos compostos por pequenas pedras de xisto, fragmentos de telha e de cerâmica que surgiram tanto a norte como a sul. A fornalha estava coberta por um derrube de terra vermelha, fragmentos de tijolos recozidos pelo fogo, fragmentos de cerâmica e abundantes carvões que parecem proceder da grelha do forno. Este derrube cobria



Figura 7 – Sepultura de um indivíduo em decúbito dorsal.



Figura 8 – Estrutura cruciforme.

parcialmente os restos da última combustão do forno que preenchiam a concavidade da fornalha revestida no fundo e nas paredes por barro avermelhado recozido pelo fogo. No fundo da fornalha encontramos um conjunto de pedras de grandes dimensões envolvidas por cinzas, carvões e fragmentos de cerâmica que pertenceram ao preenchimento da boca da fornalha. Foi possível verificar a entrada do forno coberta por uma camada de barro vermelho e com pequenos fragmentos cerâmicos, cinzas, carvões, cerâmica com estampilhas e tijolo queimado. Junto da entrada do forno, do lado direito, encontrou-se uma grande camada de cinzas, as quais seriam as cinzas do forno que eram atiradas fora, formando um depósito. A estrutura do forno, sobretudo a sua entrada, corta ambientes islâmicos.

A presença de uma estrutura deste tipo no interior da Vila Velha é um facto anómalo dentro da lógica urbana medieval em que as indústrias, especialmente aquelas mais poluentes (fumo e maus cheiros) se localizavam no exterior do recinto urbano, normalmente perto dos recursos necessários a elas como é o caso da água. Por outro lado, não é habitual em Mértola o achado de vestígios relacionados com a olaria. Esta tinha sido considerada como uma atividade pouco desenvolvida em Mértola, devido à facilidade de abastecimento deste tipo de produtos através do rio. Deste modo, torna-se de maior interesse perceber que circunstâncias levaram à sua inclusão no espaço intramuros (insegurança, grande disponibilidade de espaço livre, marginalidade do espaço etc.) (Palma e Gómez, no prelo).

3.2. Níveis Islâmicos

O espaço intervencionado estruturava-se em dois patamares com uma diferença de três metros de altura entre eles, os níveis islâmicos encontram-se nos dois, com maior incidência habitacional no patamar superior. Sob o enterramento isolado, datado da Baixa Idade Média, o qual está relacionado com a necrópole desta época, que se estende na zona envolvente da Mesquita/Igreja Matriz de Mértola e Alcáçova, encontrou-se, tal como tinha ocorrido nas escavações da Alcáçova, uma série de contextos habitacionais de época almóada. Estes contextos fariam parte integrante do bairro

habitacional da Alcáçova, sendo aqui, provavelmente, o seu término Este. Foram escavadas duas casas incompletas, devido às condicionantes impostas pela obra. Constatou-se que as habitações encontravam-se separadas apenas por uma estreita rua de terra batida de 0,90 m de largura, possivelmente um *adarve* (pequena rua privada/sem saída), «pertencente a um mesmo clã familiar» (Torres, 1999).

A primeira habitação encontrava-se encostada/adossada à muralha medieval islâmica, servindo-se dela como muro. Nesta habitação 1 escavou-se apenas um compartimento, aproximadamente com 1,72 m de comprimento por 1,92 m de largura, que teria sido utilizado sucessivamente com espaço de trabalho pois nele encontrou-se uma pequena forja, com estrutura cruciforme (Fig. 8), construída em pedra, as quais apresentam marcas de fogo, bastantes cinzas, pequenos fragmentos cerâmicos e telhas, para além de uma zona de pavimento com ladrilhos. É de salientar que, sobre o resto do espaço situado a poente, assenta a muralha medieval da vila, impossibilitando a compreensão total do compartimento. Após a escavação da estrutura cruciforme, detetou-se uma pequena lareira, bem delimitada por pedras, com bastantes cinzas, pequenos fragmentos de telhas, escórias de ferro e, ao lado, uma zona de depósito de cinzas, que interpretamos como local de trabalho – uma pequena oficina com uma pequena forja. Isto porque, sob esta lareira, encontramos uma outra também delimitada por seixos de rio, telhas e contendo bastantes escórias de ferro. Por sua vez, detectou-se, ao lado desta, um «esponjeiro», local para derregar a cal e fazer argamassa a partir desta (Fig. 9). Estamos assim, perante uma ocupação sucessiva do espaço como local de trabalho doméstico/oficinal, o qual esteve sempre ligado à transformação do ferro, o que indica que, provavelmente, existiria aqui uma pequena forja familiar, antecedida de uma zona de manuseio e fabrico

de argamassa de cal. Este espaço foi sofrendo diversas alterações ao longo do período islâmico, de acordo com as necessidades dos seus habitantes. Coincide com o que acontece na zona central do bairro, sendo que os espaços, na sua ocupação final, foram sendo ocupados como espaços de trabalho anexos às habitações (Palma, 2015).

No mesmo nível, identificou-se a habitação 2 (com uma área escavada com comprimento total de 2,75 m por 2,15 de largura) também do período almóada, com os seus espaços bem delimitados: a cozinha, único espaço completamente escavado, com piso em lajes de xisto e mós reutilizadas como material de construção, salão e pátio com piso em terra batida, e um outro pequeno compartimento, o qual não conseguimos identificar a sua função (Fig. 10).

Os muros destas habitações 1 e 2 são constituídos por alvenaria até uma altura de 0,50 m, feitos com blocos de pedras unidos com terra, sobre os quais se erguia o resto da casa, construída em taipa, tal como sucede nas casas da Alcáçova. Devido às limitações impostas pela obra, não nos foi possível conhecer a área total da habitação. Os níveis de abandono desta vivenda forneceram bastantes fragmentos cerâmicos, desvendando novas formas ainda não conhecidas em Mértola (Palma e Gómez, 2008). É ainda relevante, o aparecimento sob a cozinha da habitação 2 (almóada) de uma fossa séptica, cortada na sua parte superior, possivelmente de época califal, o que nos indica que esta zona terá tido uma ocupação constante ao longo do Período Islâmico e que as obras de construção de época almóada arrasaram os níveis estratigráficos anteriores.

No patamar inferior, detetámos dois compartimentos de época almóada, os quais cortam e assentam sobre a muralha Romano-Republicana e da Idade do Ferro. Não detectámos nenhuma ligação entre o patamar superior e o patamar inferior, no entanto, tal como na habi-



Figura 9 – Esponjeiro para derregar a cal.



Figura 10 – Planta geral com identificação das estruturas islâmicas.

tação 1 do patamar superior, este seria também um espaço de trabalho, visto que existia uma grande quantidade de cinzas, carvões, barro e cerâmica fragmentada (Fig. 10).

Os níveis de abandono destas casas forneceram bastantes fragmentos cerâmicos, desvendando novas formas ainda não conhecidas em Mértola e que já tem vindo a ser publicadas em diversos artigos e apresentadas em diversos congressos (Palma e Gómez, 2008). Muitas destas formas correspondem a tipos já documentados no bairro da Alcáçova do Castelo. No entanto, há formas novas a acrescentar à tipologia desenvolvida por Susana Gómez na sua tese de doutoramento (Gómez, 2006) e fragmentos e variantes que contribuem com novidades para o panorama da cerâmica almóada do Gharb al-Ândalus.

Geralmente numa intervenção arqueológica os materiais que se conservam em maior quantidade e em melhor estado são os fragmentos cerâmicos e pétreos. Os materiais não cerâmicos – vidro, metais e ligas metálicas e os materiais orgânicos – são os que, pelas suas características específicas e pela interação com o meio, aparecem em menor quantidade e em avançado estado de degradação o que impede, na maioria das vezes, a sua leitura em termos técnicos, tipológicos e cronológicos. Nesta intervenção não aconteceu diferente, apresentando grande número de fragmentos cerâmicos de todas as épocas e em menor quantidade os restantes materiais. De uma forma geral, entre os materiais passíveis de identificação, as tipologias de materiais estão relacionadas com atividades artesanais realizadas no interior das habitações e com o adorno pessoal. De salientar a especificidade dos objetos de osso já que a sua análise nos leva a perspetivar a existência de oficinas familiares ligadas ao fabrico de adornos e utensílios. Como é comum em habitações desta tipologia e deste período, são também abundantes os objetos relacionados com a tecelagem como cossoiros e fragmentos de torre de roca decorados com motivos geométricos incisos e pontas de fuso de cobre e bronze. A reforçar a ideia de existência de oficinas neste local temos um molde de xisto, muito semelhante a um outro recolhido na Alcáçova do castelo de Mértola. Este molde corresponde a um molde único com incisões numa das faces: um círculo com pequena esfera e dois pequenos círculos. Esta poderia constituir uma das faces de um molde de duas madres já que se observam os rasgos onde o metal seria introduzido depois de fundido (Fig. 11) (Palma e Rafael, 2010).

3.3. Níveis Romano-Republicanos e Idade do Ferro

A intervenção configurou-se complexa pelo intrincado de estruturas e diversidade estratigráfica. Porém, os estratos arqueológicos, na sua maioria selados, proporcionaram uma incrível leitura estratigráfica deste arqueossítio. Sob os níveis do período Islâmico encontraram-se vários níveis tardo-romanos, estratos do período Romano-Republicano e da Idade do Ferro.

Destaca-se um troço de muralha de Época Romana Republicana (século II a.C.), assim como o seu torreão de grande monumentalidade que se encontrava em razoá-



Figura 11 – Molde em xisto.

vel estado de conservação. Encontrava-se sobre os eixos longitudinais da muralha Medieval da Vila, a qual a aproveitou em grande medida para assentar sobre as estruturas previamente existentes os seus alicerces, impossibilitando assim a compreensão total destes troços de muralhas mais antigos. Este troço de muralha trata-se de um aparelho bem consolidado, com pedras alternadas com terra e por vezes argila, em que as pedras foram talhadas de forma retangular, formando um aparelho compacto, uniforme e resistente (Figs. 12 e 13).

Foi posto a descoberto um outro troço de muralha, datado da Idade do Ferro. Este troço de muralha encontra-se sob os níveis romanos – Republicanos – e está associada a estratos bem selados, com muitos materiais pré-romanos, entre os quais se encontram relevantes importações de diversos pontos do Mediterrâneo. Muitos fragmentos de ânforas (púnicas, gaditanas, cartaginesas entre outras), cerâmi-

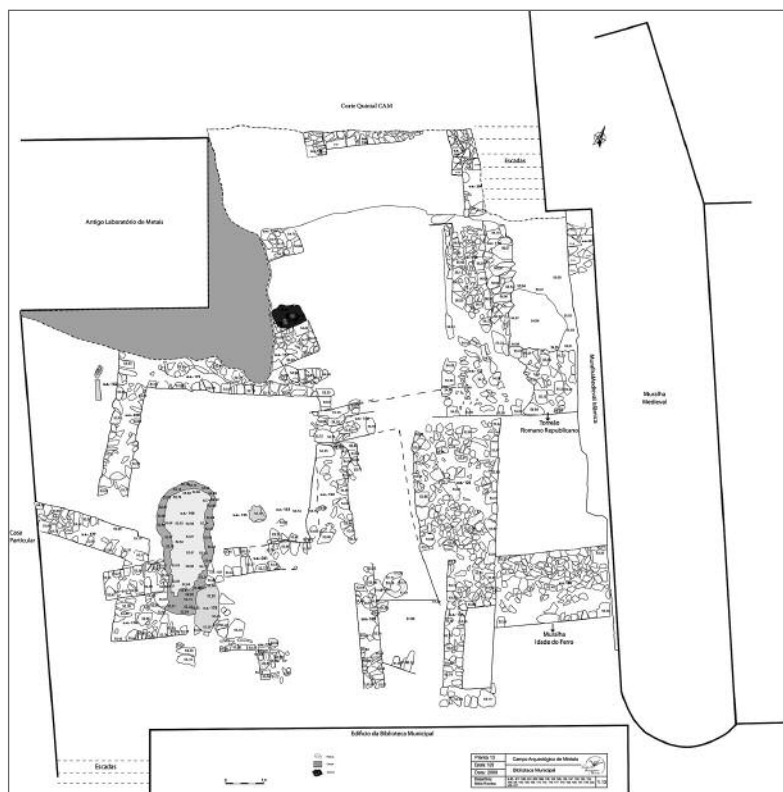


Figura 12 – Planta com as estruturas Romano-Republicana.



Figura 13 – Torre e muralha Romano-Republicana.

cas ibéricas de tradição indígena, e inúmeros fragmentos de cerâmicas áticas, o que atesta o papel relevante desta cidade no comércio com o Mediterrâneo Oriental. Este novo troço de muralha da Idade do Ferro, tem orientação este-oeste, cerca de dois metros de largura, e é construído com pequenas e médias pedras de xisto (mais ou menos quadrangulares nas faces), formando fiadas regulares com argamassa de barro. Note-se que este troço de muralha sofreu transformações, na medida em que sobre ela assenta a Muralha do século II a.C. (zona oeste) e na zona sul foi destruída para assentar os alicerces das construções do período islâmico. Finalmente, sobre o seu troço mais a leste assenta a muralha Medieval da Vila. No entanto, a primeira ocupação do sítio terá ocorrido em momentos anteriores. Isto, porque numa outra

zona da escavação foi detetado o topo de uma nova estrutura de grande envergadura, com dois metros e vinte de largura, a qual se encontra sob a muralha Romano-Republicana e por sua vez numa cota abaixo do troço de muralha da Idade do Ferro. O que poderá indicar uma fase construtiva anterior, porém, devido às limitações impostas pelas obras de construção do edifício da Biblioteca, ficou por averiguar a sua total dimensão e qual a função neste imbricado de sobreposições de construções (Figs. 14 e 15).

Relativamente ao período romano e a períodos anteriores os materiais vítreos e metálicos exumados são em muito menor quantidade e apresentam um mau estado de conservação que se reflete não só na degradação da matéria constituinte mas, também, no estado de fragmentação o que, na maioria das vezes inviabiliza a sua identificação em termos formais e funcionais. Dos objetos passíveis de ser identificados destacamos três numismas: uma moeda cunhada em Mértola e datada do século I a.C. (Figs. 16 e 17), um denário republicano do século II-III a.C. e outra moeda datada do século IV d.C. De referir também um fragmento de *símpula* – coador de vinho em bronze (Fig. 18), que faz também a ligação com o consumo desta bebida no período romano e Mértola como região produtora e consumidora de vinhos.



Figura 14 – Planta das muralhas Romano-Republicana e da Idade do Ferro.

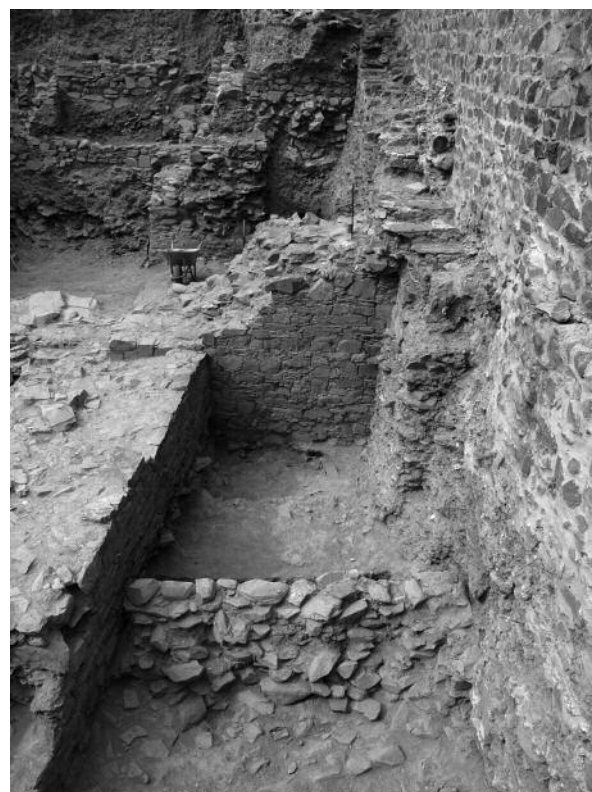


Figura 15 – Muralhas da Idade do Ferro.



Figura 16 – Anverso de moeda cunhada em Mértola e datada do século I a.C.



Figura 17 – Reverso de moeda cunhada em Mértola e datada do século I a.C.

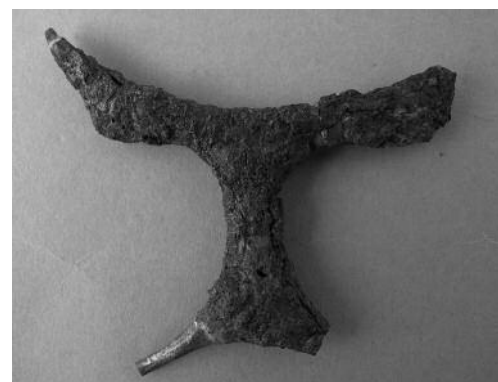


Figura 18 – Fragmento de *símpula* – coador de vinho em bronze.

3.3.1. Técnicas construtivas dos níveis da Idade do Ferro e de época romana-Republicana

No que respeita às técnicas construtivas verificadas neste espaço, é importante referir que se notam algumas diferenças entre os vários momentos construtivos das diversas ocupações do espaço, isto é, registam-se alterações no modo construtivo entre os diferentes períodos históricos, mas não nos materiais utilizados na sua construção. Os muros conservados de diferentes épocas possuem características comuns, as quais se definem por paredes de alvenaria, construídas por pedras de xisto de médias e pequenas dimensões, irregulares, ligadas, na sua maioria, por terra, possuindo uma largura média de cinquenta centímetros. Os aparelhos são cuidados no exterior, apresentando pedras com faces bem aparelhadas. No entanto, nas muralhas, as situações verificadas são diferentes, pois a construção difere dos muros das habitações e de outras construções quer do período Islâmico, quer dos períodos precedentes. As muralhas identificadas tinham como elemento construtivo comum as pedras de xisto, de médias dimensões, bem talhadas, de forma quadrangular e bem ligadas com terra e muitas das vezes argila. Formando assim um aparelho bastante consistente e homogêneo, tornado estas muralhas sólidas e estáveis, não cedendo com o passar dos séculos e sobretudo com as diversas ocupações que lhes seguiram e que de alguma forma as perturbaram. De referir que em muitos dos muros identificados se verificou a quase total ausência de valas de fundação. Sobretudo, nos muros de época Islâmica que assentavam quase todos sobre as estruturas pré-existentes, de épocas anteriores, como é o caso dos compartimentos do patamar inferior que se estabeleciam sobre o troço da muralha da Idade do Ferro, de muros que assentavam em estruturas da Antiguidade Tardia e que em



Figura 19 – Vista geral de intervenção arqueológica e de grande parte das estruturas identificadas.

grande parte as destruíram, impossibilitando assim a sua correcta interpretação. A sustentação de alguns dos muros mais consistentes, assim como da muralha Romano-Republicana, era conseguida por uma seleção deliberada no tamanho das pedras que constituíam as suas paredes, que, ao nível da base, eram blocos de maiores dimensões, diminuindo o seu tamanho à medida que a parede subia em altura (Palma, 2009). Nota-se a total ausência, nas construções destes muros e muralhas, de materiais mais luxuosos como é o caso do mármore, mesmo que fosse reaproveitado (Fig. 19) (Palma, *et al.*).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta zona da Vila, dentro do recinto amuralhado da Idade Média, nunca se tinham encontrado níveis estratigráficos fiáveis de época Romana-Republicana e da Idade do Ferro, o que realça a importância da descoberta destas estruturas numa das principais zonas de entrada no núcleo urbano da cidade. Esta intervenção arqueológica permitiu a compreensão deste espaço, a interligação entre estes e outros dados arqueológicos que tem vindo a ser encontrados em Mértola ao longo deste últimos 35 anos.

O caso da escavação na área de expansão da Biblioteca Municipal de Mértola é extremamente interessante do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista da arqueologia urbana, pois contém todas as componentes da complexidade que é trabalhar em meio urbano. A abordagem desta escavação no seu âmbito urbano relacionou-se com o facto de que na arqueologia urbana o tempo não se

prende somente numa exposição diacrónica dos factos, mas oferece-nos, também, uma continuidade sincrónica do espaço. E esta foi uma das máximas seguidas nos diversos estudos que se vindo a realizar sobre este arqueossítio, a da diacronia e da sincronia, só assim os resultados poderiam ter uma leitura desconstruída.

O facto de que, em grande parte os vestígios mais importantes não terem sido conservados e integrados no novo edifício, infere contra a possibilidade da valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano, o qual é um dos instrumentos de materialização do conceito no respetivo contexto histórico e cultural. Visto que este sítio é singular nas suas descobertas, com um imenso valor histórico, e com grande monumentalidade, a valorização e musealização seriam uma mais-valia para articular a cidade do passado com a cidade do presente. Existia a necessidade de conservação e musealização destes restos monumentais, na dinâmica cultural em que se inserem, isto é, o caso específico de uma Biblioteca Municipal e o caso geral de Mértola, projecto Vila Museu. A conservação dos restos passava por articular a cidade do passado com a cidade do presente, integrando os restos arqueológicos na dinâmica cultural, social e económica da vila de Mértola. No entanto esta realidade não se verificou, apenas se conservou e integrou no novo edifício uma ínfima parte das descobertas. Perdeu-se a hipótese de mostrar a um público mais alargado, aos leitores da Biblioteca, desde as camadas mais novas aos mais velhos, as diversas fases de ocupação da Vila de Mértola e sobretudo o seu sistema defensivo desde o século IV/V a.C. até ao século XVI. Apesar de tudo, sendo Mértola Vila Museu, ainda acontecem casos em que a integração e conservação não são aceites em unanimidade, principalmente pelo poder político. O que se conservou e a integração realizada não possibilita uma leitura fácil da dinâmica deste sítio, especialmente para o comum visitante.

Por outro lado, a intervenção arqueológica na Biblioteca Municipal contribuiu para um melhor conhecimento da Mértola pré-romana, romana e islâmica, acrescentando novos dados relativos ao contato desta Vila com as rotas comerciais do Mediterrâneo e com a sua ligação com as rotas terrestres internas. A grande quantidade de material exumado das diferentes épocas tem vindo a possibilitar diversos estudos a vários investigadores. Para além da tese de mestrado inicial sobre o arqueossítio, *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal): contributos para a história local* (Palma, 2009), foram realizados investigações em diversos períodos históricos, nomeadamente no que refere aos mais diversos materiais recolhidos, alguns ainda em fase de publicação e outros já publicados, artigos científicos, trechos de teses de mestrado e doutoramento. É o caso do estudo zooarqueológico da fauna da idade do ferro e de época romana (Moreno *et al.*, no prelo), da fauna islâmica estudada pelo CSIC Madrid, das cerâmicas islâmicas já publicadas em diversos artigos (Gómez e Palma, 2008). Dos ossos, vidros e metais apresentados em congressos (Palma e Rafael, 2010), das cerâmicas *sigillatas* estudadas no âmbito de tese de mestrado (Fernandes, 2012), das cerâmicas campanienses por Vincenzo Sória, que se encontra a realizar uma tese de Doutoramento sobre as campanienses no Sul de Portugal. As ânforas romanas do desmonte de estruturas desta

intervenção também já foram alvo de uma pequena abordagem em congresso de arqueologia (Doblas, no prelo). Mais recentemente, realizou-se um artigo sobre as cerâmicas do tipo Kuass (Sória e Palma, no prelo) e incluiu-se as técnicas construtivas destas estruturas num artigo dedicado à arquitetura ao longo dos tempos em Mértola (Palma *et al.*, 2015).

Todos estes trabalhos em conjunto permitem, através da análise estratigráfica e dos materiais, uma compreensão mais completa do espaço, das suas vivências e da análise conjunta do sítio e das diversas fases ocupacionais, que podemos datar genericamente entre o início do século VI/V a.C. e a Época Moderna.

5. BIBLIOGRAFIA

- DOBLAS, Vicente (no prelo), «Ânforas romanas de Mértola. La excavación de la Biblioteca Municipal (2010)». Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular – Aroche e Serpa – 29, 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2013.
- FABIÃO, Carlos (1999), «A propósito do depósito de moldes, Castelo de Neiva, Viana do castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 2, número 1, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 163-198.
- FERNANDES, Edgar (2012), *Cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais no Baixo Guadiana (séculos V a VII)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2006), *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio*, Madrid. Em linha: http://cisne.sim.ucm.es/search*spi~S7/a?SEARCH=G%F3mez+Mart%EDnez%2C+Susana
- GÓMEZ, Susana; PALMA, M.^a de Fátima (co-autoras) (2008), *Mértola Arqueológica – 2003-2008*, Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- LOPES, Virgílio (2004), *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MATEUS, Rui (2004), *Políticas de Salvaguarda do Centro Histórico de Mértola – Contributos para a cons-*

- trução de um modelo operativo para a sua gestão. Évora: Universidade de Évora. Tese de doutoramento.
- MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos Manuel; PALMA, Maria de Fátima (no prelo), «Recursos cinegéticos y ganaderos en Myrtis (Mértola, Portugal), en los inicios de la Romanización: una aportación desde la Arqueozoología». In *Archaeofauna*. Madrid.
- PALMA, Maria de Fátima (2009), *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal): contributos para a história local*. Huelva. Dissertação de mestrado interuniversitário em Arqueologia e Património apresentada à Universidade de Huelva, Departamento de História I.
- PALMA, Maria de Fátima (2015), *Configurações singulares do urbanismo da casa XVI do Bairro Islâmico da Alcáçova do Castelo de Mértola*. In Actas do VII-VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular – Aroche e Serpa – 29, 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2013.
- PALMA, M^a de Fátima; GÓMEZ, Susana (2008), «Intervenção Arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola – Notícia Preliminar». In Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Vipasca, n.º 2, 2.ª série, Aljustrel, pp. 531-535.
- PALMA, M^a de Fátima; GÓMEZ, Susana (2008), «Níveis Islâmicos da Biblioteca Municipal de Mértola». In Actas do IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Huelva, Publicaciones Universidad de Huelva, pp. 1390-1315.
- PALMA, M^a de Fátima; GÓMEZ, Susana (no prelo), «El horno de la Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal) en la transición entre el mundo medieval y moderno», XI Congrès AIECM3 sur la Céramique Médiévale et Moderne en Méditerranée Antalya, 19-23 Octobre 2015.
- PALMA, Maria de Fátima; RAFAEL, Lúcia (2012), «Vidros, Ossos e metais da Intervenção Arqueológica na Biblioteca Municipal de Mértola». In Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Município de Almodôvar, pp. 477-496.
- PALMA, M^a de Fátima; GÓMEZ, Susana; LOPES, Virgílio; COSTA, Miguel Reimão; TORRES, Cláudio (2015), «Contributo para uma história da construção: As paredes mestras – da Arqueologia à Arquitetura tradicional de Mértola». In Actas do 1.º Congresso Internacional – Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa: Argumentum; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 66-70.
- SÓRIA, Vincenzo e PALMA, M^a de Fátima (no prelo), «A cerâmica de tipo Kuass em Mértola (Portugal): um artefacto valioso?», Archivo Español de Arqueología, Madrid.
- TORRES, Cláudio (1999), «El Garb al-Andalus: poblamiento y formas de habitar». In *Castrum 5*. Ed. André Bazzana. Madrid: Casa de Velázquez, p. 291.

Jornais

(Jornal publicado em Mértola):

- *O Futuro de Mértola*, Ano 2, n.º 60 de 5/03/1914.
- *O Futuro de Mértola*, Ano 2, n.º 101 de 14/01/1915.

Relatórios de Escavações:

- Relatório Antropológico da Intervenção na Biblioteca Municipal (2005).
- Relatório Arqueológico da Intervenção na Biblioteca Municipal (2003, 2005 e 2006).

Outras Fontes:

- Parecer relativo ao projeto de criação da Biblioteca pelo CAM: 1989.
- Parecer Instituto Português do Património Cultural: 7 e 25 de Janeiro de 1991.
- Parecer Instituto Português do Património Cultural: Janeiro de 1991.
- Actas Câmara Municipal: 4/05/1993.
- Informação técnica da Divisão Técnica Municipal, Informação no 321 de 30/05/1994.
- Acta n.º 14/94 Reunião Ordinária de 06/07/94.
- Regulamento de Trabalhos Arqueológicos/ Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, 1999.
- Anexo 1, Artigo 11.º Direção científica.
- Livro de Actas, 3/09/1914.

NOTAS

- 1 Programa ideológico Republicano: previa a criação de novos equilíbrios na distribuição do poder, na intelectualidade, no sistema educacional e na dessacralização de alguns edifícios de culto cristão em benefício da população local. Foi o caso de Mértola, onde duas das igrejas passaram a edifícios de carácter público e utilitário. São elas a Igreja do Carmo que passou a Escola e a Igreja de Santo António, que se transformou inicialmente em Cantina Escolar e depois mais tarde em espaço de lazer – Cine Teatro.

Notas:

- Partes deste texto foram adaptadas da tese de mestrado *Arqueologia urbana na Biblioteca Municipal de Mértola (Portugal): contributos para a história local*, defendida em Huelva no âmbito do Mestrado interuniversitário em Arqueologia e Património no Departamento de História I, em Dezembro de 2009.
- Desenhos de Nélia Romba/CAM.

ASPETOS DA MORTE NO VALE DO SABOR. O MOBILIÁRIO FUNERÁRIO TARDO ANTIGO DAS INUMAÇÕES DO LARANJAL DE CILHADES (FELGAR, TORRE DE MONCORVO). ACHEGAS À CRONOLOGIA DE UMA NECRÓPOLE DE LONGA DURAÇÃO

FILIPE SANTOS*

MIQUEL ROSSELLÓ*

CONSTANÇA SANTOS*

LILIANA CARVALHO*

FÁBIO ROCHA*

1. INTRODUÇÃO

O sítio do Laranjal (Cilhades, Felgar, Torre de Moncorvo), foi intervencionado no âmbito da implementação do *Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor*, tendo os trabalhos arqueológicos sido desenvolvidos ao abrigo do *Plano de Salvaguarda do Património* e enquadrados no Estudo Etno-Arqueológico de Cilhades, tratando-se o mesmo de uma das medidas de minimização¹ contempladas pelo desenvolvimento do projecto hidroeléctrico aludido².

Localizada na margem direita do Rio Sabor, a pequena parcela agrícola do Laranjal é parte integrante do lugar de Cilhades, pertença administrativa da freguesia de Felgar, concelho de Torre de Moncorvo e distrito de Bragança, situando-se na parte oriental da região portuguesa de Trás-os-Montes.

Neste ponto preciso do lugar aludido, os vestígios mais antigos remontam à II Idade do Ferro, tendo também ali sido identificadas as ruínas associadas a um forno³ de cerâmica (Fig. 3A) de provável cronologia Tardo-Romana. Não obstante, os vestígios arqueológicos mais impactantes, que acabaram por camuflar as referidas evidências, têm correspondência com uma expressiva necrópole medieval, que, ainda que apenas tenha sido parcialmente escavada, possibilitou o registo de um total de 201 sepulturas de inumação. Um conjunto significativo destes sepulcros articula-se com um pequeno edifício (Fig. 3B), tendo este sido conotado de imediato com uma igreja, que terá, a dada altura, sacralizado este espaço.

Com este trabalho, dá-se a conhecer um pequeno conjunto de materiais arqueológicos conotados com o mobiliário funerário de algumas das inumações mais antigas desta necrópole, tendo-nos possibilitado recuar a cronologia da mesma, que se estende até aos inícios do século XIII, até ao século VI, testemunhando-se desta forma, também, a significativa importância da ocupação de Cilhades durante o período Tardo-Antigo.

2. ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO

A existência de sepulturas com vestígios osteológicos preservados nesta pequena herdade agrícola de Cilhades, acabando o nome que lhe fora dada por denominar a própria necrópole, foi-nos revelada por testemunho oral no próprio local e pelo próprio achador, Sr. António Almeida, octogenário ainda hoje residente no Felgar. O mesmo, trabalhador à data⁴ na casa da família proprietária, informou-nos que iden-

* Arqueólogos (AHBS-Baixo Sabor).

tificou alguns destes sepulcros quando procedia à abertura dos caboucos para a construção de um pequeno reservatório de água, localizado na extremidade ocidental da parcela entretanto murada. Acabaria ainda por identificar, no mesmo ponto, um pequeno altar dedicado a Denso (Prósper & Redentor, 2007: 251). Já no decurso das escavações que ali desenvolvemos, um outro altar, outra ara votiva, desta feita dedicado a Tutela, foi por nós exumado (Pereira *et al.*, 2012: FE. 99, n.º 446). O mesmo encontrava-se associado aos níveis de derrube da igreja, tendo por certo sido reaproveitado na construção do pequeno edifício religioso. Os dois elementos traduzem, por si, a importância que o lugar de Cilhades terá tido durante a sua ocupação pelo período romano, renovando-se por essa altura a importância que esta área do vale do Sabor já vinha tendo desde, pelo menos, e de forma bastante expressiva, a II Idade Idade do Ferro. Na verdade, somos levados a pensar, ainda que por poucas mas fortes evidências, que a ocupação humana deste lugar poderá ter raízes ainda mais antigas do que aquelas que nós documentámos em escavação arqueológica, ressalvando-se que apenas uma ínfima parte deste lugar foi intervencionada.

Muito embora não seja aqui feita uma descrição exaustiva deste cemitério, nem tão pouco dos distintos contextos associados à própria área onde este se viu implantado, não sendo, de todo, o objectivo deste nosso trabalho, importará, ainda assim, tecermos alguns breves apontamentos sobre o mesmo, servindo estes, apenas, como linhas de contextualização ao que será o enfoque deste nosso trabalho.

Apartada esta necrópole do sítio de Cemitério dos Mouros (Fig. 3:2) em cerca de 150 m para nordeste, correspondendo este a outro dos sítios arqueológicos intervencionados no mesmo âmbito no lugar de Cilhades, encontra-se também ali documentada uma ocupação

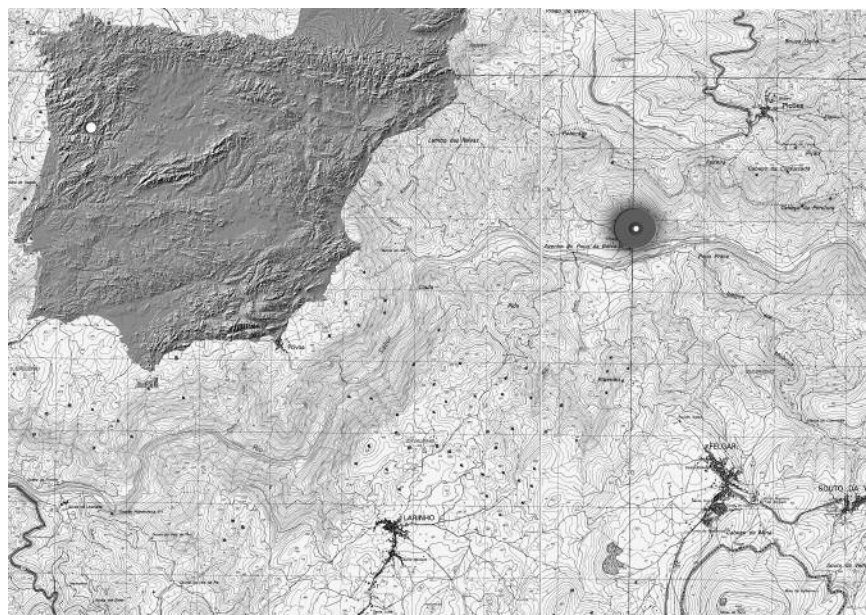


Figura 1 – Localização do sítio de Laranjal (Cilhades), no mapa da Península Ibérica e nas Cartas Militares Portuguesas, com correspondência às folhas 118 e 119.

humana bastante dilatada no tempo e em parte coeva daquela que acabou por se testemunhar no ponto que aqui nos ocupa. Será lícito pensar-se que a área de Cemitério dos Mouros possa ter sido o *espaço natural dos vivos*, localizando-se no Laranjal a última morada dos que o ocuparam na Tardo Antiguidade e na Alta Idade Média. A necrópole do período romano não foi por nós identificada, pressupondo-se, inevitavelmente, que noutro sítio deste lugar se localize. Os dois pontos aludidos encontram-se ainda separados pelo ribeiro de São Lourenço, indo este curso de água desaguar ao Rio Sabor, que correria nessa altura, e até à nossa chegada, livremente a algumas dezenas de metros mais a sul. O próprio ribeiro representaria, por certo, mais do que uma fronteira física, o apartamento simbólico entre o espaço dos vivos e o mundo dos mortos. Um outro ponto da vasta área arqueológica de Cilhades, tendo este correspondência com um sítio fortificado da II Idade do Ferro (Fig. 1:3) – sabendo-se hoje que a ocupação sidérica de Cilhades não se encontra confinada às suas muralhas monumentais –, localiza-se a cerca de 230 m para nordeste, salientando-se ali a descoberta, durante os trabalhos arqueológicos que também neste ponto desenvolvemos, de mais de meio milhar de lajes de xisto gravadas (Santos *et al.*, 1992: 170). Elementos similares, comportando figurações da II Idade do Ferro, foram recuperados também no Laranjal, encontrando-se, na sua maioria, reaproveitados nas próprias sepulturas. A proximidade entre estes dois pontos sugere a obtenção das placas gravadas no próprio sítio fortificado, tendo o mesmo servido, muito provavelmente, como autêntico «armazém» de material de construção logo após o seu abandono. As suas imponentes muralhas, sobretudo, terão constituído um verdadeiro manancial, com as suas reservas a terem chegado até



Figura 2 – Vista sobre o lugar de Cilhades, assinalando-se a localização do sítio do Laranjal, destacando-se de igual modo a área de escavação e o desenvolvimento dos trabalhos arqueológico pelos níveis ocupados pela necrópole medieval.

aos nossos dias. Algum do casario de xisto deste lugar, elemento marcante da fase de ocupação mais tardia de Cilhades, ali se terá alimentado.

3. A NECRÓPOLE DO LARANJAL

Parte desta necrópole desenvolve-se numa pequena encosta de substrato xistoso, com o topo do pequeno cerro alongado, por onde certamente se prolongará, a apresentar valores altimétricos na ordem dos 180 m. A mesma encontra-se encaixada entre duas quebras assinaláveis da orografia local, tendo por correspondência

a que lhe fica imediatamente a oeste com o próprio canal natural onde corre o ribeiro de São Lourenço. Localizada em pleno vale do Rio Sabor, a pequena encosta encontra-se orientada a sudoeste, observando-se junto à base desta, com uma redução de 20 m nos valores de cota, já por zona aplanada e sobranceira ao lado oeste da pequena igreja, a maior concentração de sepulturas. A sobreposição de sepulcros e a sua intensiva reutilização, numa área

de dimensões assinaláveis, sem que a totalidade da necrópole tenha sido escavada, como já o referimos, indiciava a manutenção desta área como espaço funerário por excelência por um largo período de tempo. A soma entre os resultados das datações de radiocarbono que se fizeram sobre material osteológico presente em duas sepulturas, tendo destas sido analisados elementos de enterramentos primários e reutilizações, aliado ao estudo dos materiais que aqui se apresenta, permitiram-nos balizá-la entre o século VI e os inícios do século XIII.

A natureza geológica da área em apreço, possibilitou a feitura de um conjunto de sepulturas que se apresentam como autênticas caixas sepulcrais, observando-se destas plantas tendencialmente rectangulares e/ou trapezoidais, comportando, as mais elaboradas, lajes de xisto no lastro, utilizando-se o mesmo material na elevação das paredes que as constituem assim como na sua cobertura. As tampas, tal como as lajes da base, quando existem, encontram-se dispostas de forma transversal ao eixo maior do sepulcro. A par destas sepulturas em caixa, outras se encontraram menos elaboradas, como os covachos simples, sem elementos pétreos associados, os covachos simples com cobertura políptica ou as sepulturas definidas apenas por um conjunto de pedras avulsas, assinalando-se igualmente o que se interpretou, não tanto como sepulturas infantis, embora também estas aqui se tenham observado, como pequenas «caixas ossário», conseguidas por intermédio da materialização de quatro lajes de xisto. Há variantes dentro das arquitecturas dos sepulcros que merecem ser destacadas, como a utilização de lajes monolíticas a perfazer a totalidade de um, ou dois dos lados maiores de uma estrutura em caixa, sendo raros, mas igualmente presentes, aquelas em que se assiste à colocação de um único monólito a servir como tampa. Por outro lado, o facto de algumas sepulturas terem sido par-

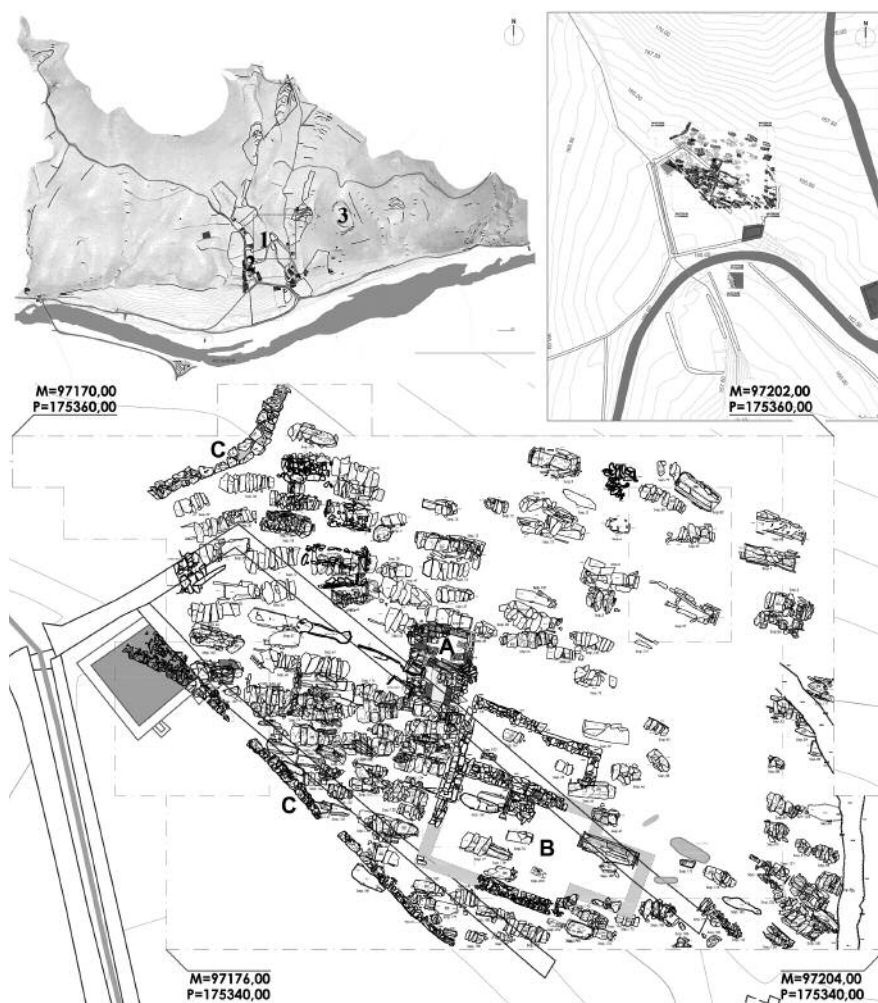


Figura 3 – Planta geral da necrópole do Laranjal, assinalando-se a área em destaque no levantamento topográfico de pormenor realizado sobre porção do lugar de Cilhades.

cialmente escavadas no substrato xistoso de base, não podem, ainda assim, enquadrar-se dentro do grupo das sepulturas escavadas na rocha, encontrando-se esta situação documentada por locais, sobretudo na zona de vertente, onde a potência de solo é muito escassa. Todas estas especificidades serão oportunamente tratadas em trabalho posterior, onde se fará um estudo exaustivo do espaço e das suas arquitecturas, religiosas e funerárias, onde também se apresentará a totalidade dos resultados das datações de carbono 14 levadas a cabo sobre um conjunto assinalável de material osteológico, bem como se procurará desenvolver ainda um estudo bioantropológico, extensivo a outros contextos funerários intervencionados no Baixo Sabor, que terá também em atenção esta população. Todos estes desafios futuros, que se querem ver concretizados a breve trecho, ultrapassam, largamente, o objectivo bem mais modesto deste nosso trabalho.

Mais se adianta, e no que toca ainda a aspectos relacionados com as características gerais deste espaço enquanto área funerária, que por norma as sepulturas presentes na necrópole de Laranjal, oferecendo ligeiras variações provavelmente conotadas com o espaço útil a sepultar ou, mais provavelmente, com a própria topografia do terreno, se encontram orientadas segundo o eixo O/NO (crânio) / E/SE (pés), com a deposição da inumação a realizar-se em decúbito dorsal, frequentemente com os braços cruzados sobre o baixo-ventre ou estendidos ao longo do corpo. Algumas das sepulturas encontravam-se perfeitamente assinaladas com estelas, completamente lisas, sendo estas constituídas por meras lajes de xisto colocadas aos pés ou à cabeceira, tendo-se de igual modo assinalado a sua presença sobre cada uma das suas extremidades.

Um dos aspectos que deverá igualmente ser salientado, é a da sustentação, nalgumas inumações, da cabeça do defunto, por pequenas lajes dispostas em cutelo a ladear o crânio, simulando esta situação uma solução antropomórfica.

Por outro lado, e sabendo-se da existência de enterramentos mais tardios, pelo menos daqueles que foram deitados à terra até aos inícios do século XIII, não existem grandes elementos que possam contrastar as soluções arquitectónicas destas sepulturas mais tardias com os dispositivos funerários mais antigos, sendo que, ainda assim, talvez nos seja possível enquadrarmos, pela estratigrafia observada, as sepulturas constituídas por pedras avulsas dentro da última fase de sepultamentos neste sítio, compartilhando estas, no entanto, o mesmo espaço de contemporaneidade com sepulturas em caixa. Alguns dos enterramentos só terão sido possíveis mediante a subida de cota da área a sepultar, situação documentada noutras necrópoles que partilham parte da diacronia desta e onde se assiste, ali, à construção sistemática de sepulturas de pedras avulsas para um período de enterramentos compreendido entre o século XI e o século XIV (Cunha, 1997: 65).

Já o tendo dito, com esta necrópole podemos relacionar as ruínas de um pequeno edifício, cujas características arquitectónicas e a sua própria orientação, comportando uma nave rectangular e o que parece tratar-se de uma capela-mor de planta quadrangular e de menores dimensões, tendo este sido alvo de algumas remodelações que alteraram esta configuração inicial, nos fazem pensar na sua muito provável correspondência com uma singela igreja, onde parte do espaço cemiterial, posteriormente, se terá organizado. Nas palavras de Gisela Ripoll López (2012: 67), o signo de identidade social mais eloquente da antiguidade tardia e da alta Idade Média, é a igreja e o seu reflexo material, a arquitectura. A planta e arquitetura singelas da pequena igreja do Laranjal encontra enquadramento para a época afastada dos moldes e virtuosismos da arquitectura romana, como avança a mesma autora, e apresenta-se ainda muito afastada, na continuidade das suas palavras, *do maciço e corpulento românico* (Ripoll López, 2012: 69). Provavelmente situar-se-á numa fase intermédia destes dois momentos, como procuraremos documentar.

O espaço físico desta necrópole parece ter sido resguardado por um muro perimetral, podendo este ter feito parte da delimitação de um adro associado ao pequeno edifício religioso, muro este que acaba já por truncar algumas sepulturas à sua passagem.

Uma das características comuns à maioria destes enterramentos é a ausência quase total de material arqueológico associado, acreditando-se que o corpo seria apenas sepultado, na sua larga maioria, sem nenhum pertence. A acentuada escassez e modéstia de espólio para contextos funerários da antiguidade tardia no nosso território, já antes avançada por outros autores (Barroca, 1987: 77), parece, pelo que a necrópole do Laranjal acaba por testemunhar, manter-se.

O aspecto que aqui relatámos dificultou durante algum tempo um enquadramento cronológico preciso para este cemitério, tendo em conta que as características das sepulturas, mesmo a sua orientação, poderiam perfeitamente enquadrar-se noutras periodizações.

Para os sepultamentos mais tardios será de acreditar que apenas um *lençol – sudário* –, servindo-lhes de mortalha, envolto no corpo do defunto depois deste ter sido limpo, acompanhasse a inumação. A mesma seria feita sem esquite, quer para os primeiros enterramentos quer para os mais tardios, não se tendo da sua utilização encontrado claras evidências.

Será lícito pensar-se em inumações vestidas para os primeiros momentos de sepultamento nesta necrópole, sendo reflexo disso mesmo o material que aqui daremos conta, espelhando-se nos mais tardios, ou para os elementos de menor *status* social dos primeiros, a ausência de material correlacionável com essas inumações. O pequeno acervo material que aqui se apresenta, comporta elementos que estariam relacionados, nalguns casos, com a indumentária pessoal do falecido, objectos de adorno e, ainda, outras peças não tão caracterizáveis, aventando-se a possibilidade destas se poderem associar a pequenos apliques metálicos usados, muito provavelmente, como elementos complementares e decorativos de objectos em madeira (?) que acompanhariam, à hora da morte, o próprio defunto.

4. O MATERIAL ARQUEOLÓGICO

O conjunto que daremos aqui a conhecer pode dividir-se, na sua essência, em dois grandes grupos. O primeiro formado por objectos de adorno, de onde faremos referência, de igual modo, a um conjunto expressivo de contas, nem todas associadas a colares, ligando-se uma, por exemplo, a um brinco filiforme, como veremos. Os outros elementos do género devem ser observados sempre com as devidas reservas quanto ao seu enquadramento cronológico, ainda que a associação de uma das contas ao elemento de adorno referido, perfeitamente enquadrável em ambientes funerários tardo antigos, nos leve aqui a dar conta das restantes. Por outro lado, será dado a conhecer um conjunto de peças metálicas, bastante características, ligadas à sua aplicação em indumentária pessoal, sendo destas de salientar um fecho de cinturão, bem como duas fivelas ovaladas, conservando-se numa destas um fusilhão escuti-forme. Alguns dos objectos que aqui se apresentarão como prováveis apliques metálicos, entendidos como emparelhados com outro tipo de elemento que não a própria vestimenta do inumado, não se devem excluir, por completo, dessa mesma utilização. Nalguns casos, como o do designado applique em «L», por exemplo, parece-nos credível a sua associação a outras peças usadas em contextos funerários tardo antigos, podendo ter funcionado, por exemplo, como uma extremidade de um cinturão, como a nossa proposta reconstitutiva pretende documentar.

Merecerá ser destacada ainda do conjunto de objectos metálicos, pela sua ausência, os materiais nobres, como a prata ou o ouro, salientando-se sim a humildade nas matérias-primas usadas, onde inclusivamente se vê o recurso a objectos exclusivamente de ferro, apresentando-se os outros por peças em liga de cobre e bronze. Deve ainda atender-se à

total sobriedade decorativa do conjunto, pontuada apenas, nalguns casos, por ténues decorações: volutas incisadas e caneluras.

Embora o número ínfimo de peças corrobore o que já se adiantou sobre o panorama geral de outras necrópoles tardo antigas do nosso território, ganha destaque o nosso pequeno acervo pela clara correspondência cronológica, obrigando-nos, no imediato, a uma revisão sobre as cronologias avançadas apenas pelos resultados das datações de carbono 14, recuando-se as datas dos primeiros enterramentos em cerca de 200 anos em relação às datações mais antigas apontadas, finais do século VIII, inícios do século IX.

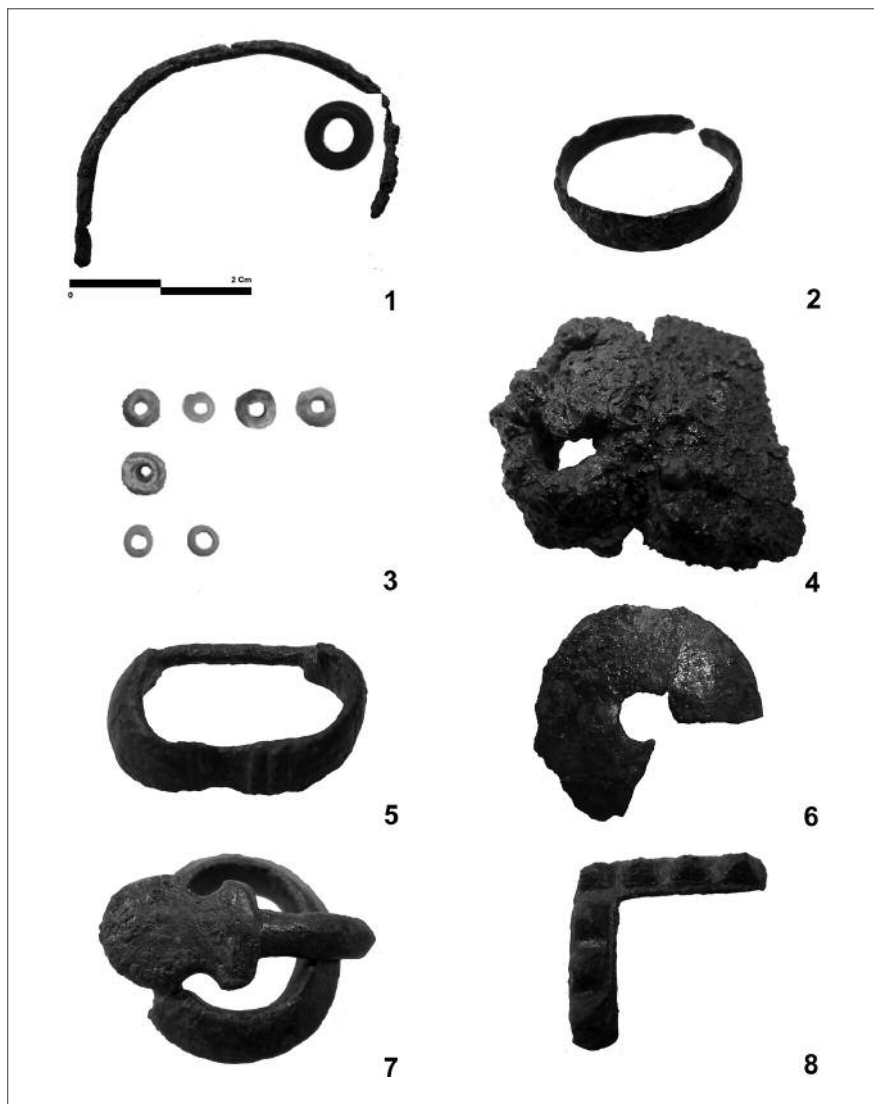


Figura 4 – Composição fotográfica sobre a quase totalidade do material arqueológico tardo antigo recuperado da necrópole do Laranjal, excluindo-se do mostruário apenas a peça achada – applique metálico – na sepultura 14. Atente-se à escala da maioria nas estampas que se apresentam dos mesmos.

4.1. Objectos de adorno

4.1.1. Brinco filiforme

Dentro do conjunto de objectos de adorno presentes na necrópole do Laranjal, registou-se um brinco filiforme em liga de cobre (Fig. 4:1), apresentando aro simples e secção circular. Ao aro metálico associa-se ainda uma pequena conta de pasta vítrea de cor azul.

Este, registado com a sigla **148LJ.M112** (Est. I), foi identificado nos níveis de enchimento da sepultura 82, inserindo-se esta na tipologia de sepulturas em caixa. Deve destacar-se o facto dos lados maiores deste sepulcro, orientado segundo o eixo NO/SE, serem constituídos por dois monólitos de xisto dispostos sobre às suas laterais. Os restos osteológicos associados à inumação que comportava, encontravam-se de tal modo em mau estado de preservação que não foi possível colher informação significativa do ponto de vista antropológico, factor que deve ter contribuído a localização desta sepultura, já identificada sem cobertura, num dos pontos mais elevados da vertente, zona onde a potência de solo era escassíssima.

Este tipo de adornos são abundantes entre o espólio funerário com horizontes cronológicos do século V-VII d.C. (Madrid Balanza e Vizcaino Sanchez, 2007: 51) e é nossa opinião que esta peça teria, na sua forma original, semelhanças com alguns brincos encontrados em Balconcillos, Cuenca, enquadráveis no século VII-VIII d.C. (Barroso Cabrera *et al.*, 2006a: 235, lam. II, 6).

Um paralelo para um elemento similar ao do Laranjal julgamos poder vê-lo nos elementos da sepultura 221 da necrópole visigótica de El Carpio de Tajo (Torrijos,

Toledo) tendo-se avançado para o mesmo (Ripoll López, 1994: 220), uma cronologia em torno dos inícios do século VI. Muito embora de muitas outras sepulturas se tenham recolhido brincos filiformes, objectos muito característicos desta necrópole, acabámos por denunciar o paralelo da peça presente na sepultura aludida por o mesmo se apresentar, também, com uma pequena conta.

Infelizmente, um dos elementos mais característicos deste género de peças, que se traduzem na grande maioria dos casos por uma das extremidades apontada e a outra rematada por uma pequena forma geométrica, constituída por um pequeno apontamento cilíndrico, poliédrico, romboidal ou com duas ou três molduras planas justapostas (Ripoll López, 1986: 164), não foi recuperada.

4.1.2. Anel

Proveniente da mesma sepultura, tendo sido registado como **148LJ.M117** (Fig. 4:2/Est. II), damos conta de um anel. Este, detém uma secção plana, comportando, sem que o aro se apresente totalmente fechado, cerca 20 mm de diâmetro.

Apresenta-se decorado com duas volutas incisadas na sua parte central, observando-se aí o ponto de maior largura da peça.

Ainda que a sua adscrição cronológica nos pareça segura, tendo por base paralelos em outras necrópoles peninsulares de cronologia tardo antiga, chamando-se de novo aqui a atenção para dois exemplares extremamente similares com a peça que aqui se apresenta recuperados nas sepulturas 44 e 139 da necrópole visigoda de El Carpio de Tajo (Ripoll López, 1994: 205), difícil se torna, pelo que já expusemos, relacionar quer este elemento quer o brinco que de igual modo se exumou dos níveis de enchimento desta sepultura, sendo credível, pelos objectos em questão, que

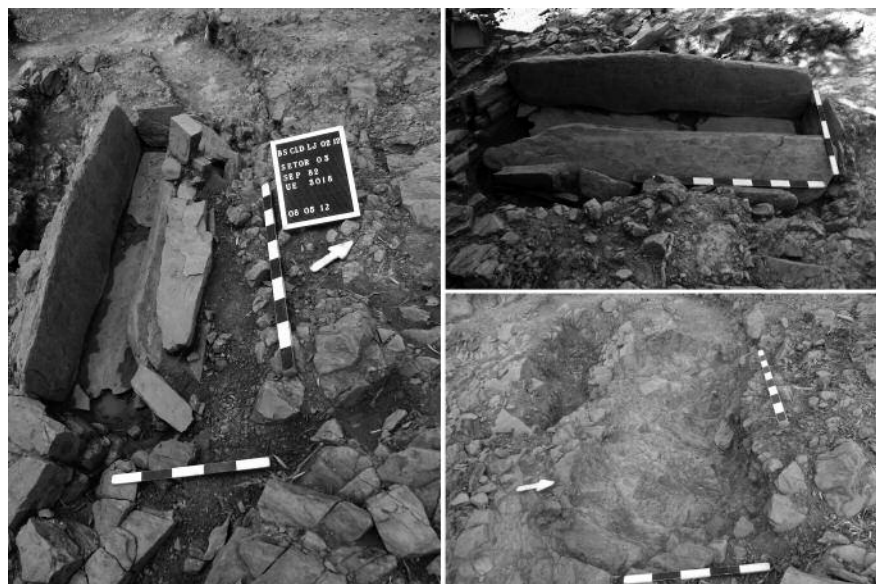


Figura 5 – Pormenores da estrutura em caixa relacionada com a sepultura 82 e da vala de encaixe associada aos monólitos que a constituíam.

os mesmos se possam associar a uma inumação feminina.

Tendo em conta o paralelo evidenciado, talvez seja possível balizar a peça em análise dentro do século VI, atendendo-se, à falta de melhor enquadramento cronológico, à própria evolução topocronológica dos núcleos funerários da necrópole de El Carpio de Tajo, enquadrando-se o anel da sepultura 44 deste cemitério no núcleo B, com um horizonte cronológico proposto dentro da cronologia aludida.

4.1.3. Contas de colar

A associação de contas a contextos funerários é prática antiga, como sabemos, remontando os rituais onde se encontram inclusas a tempos pré-históricos, mesmo da pré-história antiga. O Homem parece, desde sempre, ter ganho um gosto pelo adorno, mesmo que a essas peças se possam conciliar com outro género de atitudes que não apenas aquelas que presidem à mera vaidade. A sua associação ao mundo da morte leva-nos a pensar o contrário, podendo estas peças traduzir-se como elementos de extrema significância para aquele que as ostentaria, mesmo no seu caminho em direção a outro mundo, revelando-se sobretudo aí, e através da sua ostentação, a diferença em relação ao outro, àquele que, provavelmente, se viria impossibilitado de as ostentar.

O gosto pela ostentação nas populações godas, no que a objectos de adorno diz respeito, é bem conhecido, utilizando-se a pasta vítrea em substituição das pedras preciosas (Ripoll López, 1986: 161).

Mais do que a associação direta com uma das contas ligadas a um dos objectos de adorno tardo-antigos presentes na necrópole do Laranjal, tratando-se este elemento de uma pequena conta – **148LJ.V004** – de pasta vítrea de cor azul-cobalto empregue no brinco filiforme a que já nos reportámos, tendo provavelmente a



Figura 6 – Intervenção antropológica na sepultura 40, destacando-se as contas associadas à inumação.

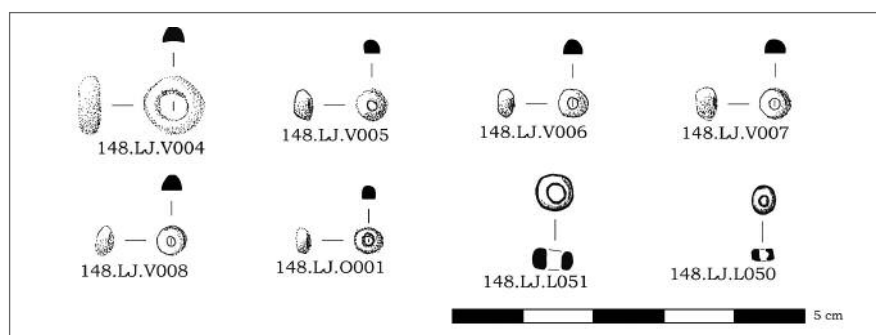
mulher de brinco de pasta vítrea também tido a possibilidade de usar na sua passagem o único anel que na mesma sepultura se identificou, importará fazer alusão a um conjunto formado por outras 4 contas de pasta vítrea (Fig. 4:3/Est. I), desta feita inquestionavelmente associadas a um colar – **148LJ.V005**, **148LJ.V006**, **148LJ.V007**, **148LJ.V008** –, achadas, *in situ*, junto à cabeça da inumação número 3 que a sepultura 40 comportava.

Acrescenta-se que estas peças podem provir tanto de contextos habitacionais como de necrópole, assinalando-se as que se acharam na necrópole oriental de Cartagena (Madrid Balanza e Vizcaino Sánchez, 2007), onde as «*pequenas contas de pasta vítrea*» são abundantes entre o espólio funerário (*idem*: 51), em horizontes cronológicos do século V-VII d.C. Muitíssimos mais exemplos poderíamos oferecer, reportando-nos a contextos mais antigos do que aqueles onde este género de peças se encontram na tardo antiguidade, ou em contextos mais tardios, onde de igual modo se assiste à sua presença, sendo que, provavelmente, ainda hoje em dia, haja quem se faça sepultar ou com contas presas ao pescoço ou em brincos colocados sobre um lóbulo de orelha furada. As modas, tal como os objectos com que se relacionam, e ao contrário de outras coisas, pervivem, tendem a sobreviver.

Relativamente às contas aqui em análise, tendo em atenção que uma se associa, como vimos, ao brinco filiforme presente na sepultura 82, foram identificadas ainda em justaposição, mais concretamente na área do maxilar do indivíduo. Muito provavelmente as mesmas terão pertencido, como já se adiantou, a um colar, tendo os elementos em falta sido subtraídos aquando da possível abertura de novos covachos nas imediações desta sepultura, sendo disso prova os próprios limites truncados deste e o grau ínfimo de preservação da inumação que comportava.

Objectos de adorno com as características do brinco que identificámos na sepultura 82, apresentando aro de bronze, outros casos prata, em fio muito fino, com contas de vidro associadas, apresentam uma ampla difusão em período tardo antigo, pois encontramos testemunhos da sua presença desde Belgrado (Ivanisevic e Kazanski, 2002), onde surgem em contextos associados a necrópoles do período das Grandes Migrações. Mais próximo, já em território peninsular, e a par do exemplo de Cartagena, veja-se, por exemplo, em Balconcillos, Cuenca (Barroso Cabrera *et al.*, 2006a: Lam. II, n.º 6-9), onde elementos similares aos identificados no Laranjal apareceram associados a contextos funerários do século VII-VIII.

Os exemplares do Laranjal correspondem, na sua maioria, a contas de pasta vítrea, opacas, como parece ser característico até à sexta centúria (Madrid Balanza e Vizcaíno Sánchez, 2007: 53). O exemplar **148LJ.V004**, proveniente da sepultura



Estampa I – Contas associadas aos contextos funerários tardo-antigos do Laranjal.



Figura 7 – Pormenores das sepulturas 19 e 34, tendo por correspondência uma sepultura de pedras avulsas, e outra com um covacho simples de cobertura políptica, respetivamente.

82, de cor azul, possui um diâmetro de 8,5 mm e 3 mm de espessura. As restantes peças – **148LJ.V005**, **148LJ.V006**, **148LJ.V007**, **148LJ.V008** – identificadas na sepultura 40, enterramento 3, como já se adiantou, apresentam cor bege amarelada, diâmetro de 4,5 mm e espessura entre os 2,5 e os 3 mm.

Tipologicamente, podem inserir-se entre as contas de pasta vítrea tipo C.2.3 (V005, V006, V007, V008) e tipo C.1.4 (V004) da necrópole oriental de Cartagena (*Idem*: 52, fig. 2) e no tipo anelar monocromo liso definido para o Castro de Viladonga (Pérez Pérez *et al.*, 2000: 52).

Outra conta, desta feita em osso trabalhado (Fig. 4:3.2/Est. I) e inventariada como **148LJ.O001** se apresenta. Talhada de forma discóide e com uma perfuração na parte central, apresenta 4,5 mm de diâmetro. Este elemento foi identificado nos níveis de enchimento da sepultura 34.

Por fim, surgem duas contas de colar (Fig. 4:3.3/Est. I), elaboradas em pedra, e registadas como **148LJ.L050** e **148LJ.L051**. Relativamente ao contexto estratigráfico onde foram descobertas, sublinhe-se que são ambas provenientes de um depósito de terra compacta e heterogénea, subjacente à sepultura 19.

Trata-se de duas contas talhadas em pedra de cor amarelada e posteriormente polidas. Apresentam forma discóide com uma perfuração no centro, por onde passaria o fio que as uniria aos restantes elementos do colar, possuindo diâmetros de 3,5 mm (**148 LJ.L050**) e 5 mm (**148LJ.L051**).

4.2.Objectos da indumentária

4.2.1. Fecho de cinturão

O fecho de cinturão recuperado no Laranjal – **148LJM033** (Fig. 4:4/Est. II) – é, a todos os níveis, invulgar, embora se tenha bem presente a variabilidade morfológica que este

género de peças pode atingir. A invulgaridade da mesma, a que deve efectivamente ser atendida a sua morfologia, não tanto pelo o seu aro em «D», que preserva ainda o fusilhão, parecendo este denunciar uma maior grandeza na sua extremidade proximal, mas sim pela articulação do próprio aro com o lado maior de uma placa de configuração perfeitamente rectangular, destoando esta solução da grande maioria das placas de cinturão que tivemos oportunidade de observar, encontrando-se por norma o aro ligado à extremidade menor da placa. A matéria-prima de que foi feita, atendendo à peça a que se reporta, também nos parece um tanto ou quanto invulgar, tendo-se empregue o ferro ao invés do que seria, assim julgamos, normal, com praticamente todas as peças do género a serem realizadas, mesmo em metais pouco nobres, com o recurso a bronze.

Não obstante, existem para este género de peças paralelos a que se devem atender, mesmo fora dos contextos funerários a que por norma presidem, traduzindo-se porventura numa moda local que, segundo alguns autores, não perdura mais além de um par de gerações, ocupando essencialmente a primeira metade do século VI. Embora tratando-se de um paralelo para uma peça similar, em bronze e profusamente decorada, achada em contexto urbano sem qualquer ligação a um contexto funerário, não queremos deixar de apresentar como paralelo um exemplar recuperado da escavação arqueológica da Plaza del Rei (Barcelona), tendo o mesmo sido enquadrado na segunda metade do século V (Ripoll López, 2001: 216, fig. 5).

Dentro dos contextos funerários onde este género de peças de igual modo ocorre, salienta-se sempre os contextos tardo-antigos, observando-se igualmente semelhanças com outros exemplares da Catalunha (Llinás Pol *et al.*, 2008: 296 e fig. 13), com datações entre

finais do V e segunda metade do século VI, bem como afinidades com uma peça de Gótzquez, Madrid, (Barroso Cabrera *et al.*, 2006: 222, lam. II, 6), embora neste último caso a peça apresente uma placa ligeiramente ovalada. As cronologias são idênticas aos elementos Catalães, isto é, século V-VI d.C. Acrescentamos ainda, e por último, as semelhanças verificadas com uma peça do Museu de Salamanca, procedente de uma necrópole visigótica, possivelmente de Palencia (Morín de Pablos e Barroso Cabrera, 2010: 154 e 155, fig.1).

A peça em si, apresenta um comprimento total em torno dos 45 mm. Por se encontrar extremamente oxidada, não nos é possível aferir, com a segurança que gostaríamos, algumas das suas características particulares, nomeadamente ao nível do tipo de fusilhão que comportaria, não nos sendo possível ainda saber se a placa rectangular, com a qual o aro em «D» se articularia, se apresentaria decorada ou não. A decoração neste género de elementos atinge mesmo um extremo barroquismo, sendo inclusivamente relativamente vulgares, nos casos mais ricos, a incrustação de pedras semi-preciosas ou mesmo preciosas.

Tendo em conta a localização estratigráfica deste elemento, com a mesma a ter sido recuperada entre o nível que separava a base da sepultura 12 e o topo da sepultura 14, deverá enquadrar-se como um elemento avulso que, muito possivelmente, se encontrou em posição perfeitamente secundária, fruto provável dos trabalhos de reaberturas de novos sepulcros sobre áreas que comportavam anteriores enterramentos. Na verdade, a elevada sobreposição entre sepulturas, como já o adiantámos, é uma das características principais desta necrópole, sendo perfeitamente natural a remobilização de objectos pelos motivos expostos, não se tendo identificado, como também poderia ter sido o caso, sinais de quaisquer violações intencionais operadas sobre os sepulcros identificados.

4.2.2. Argola de fívela ovalada e applique circular

Resolvemos apresentar dois elementos distintos recuperados na mesma sepultura, tratando-se de uma argola de fívela ovalada (Fig. 4:5) e de um applique circular (Fig. 4:6), ressaltando-se desde já o facto dos mesmos surgirem, normalmente, associados, não parecendo integrar, por outro lado, os conjuntos que comportam placas de cinturão e fíbulas (Arezes, 2011: 71).

A peça identificada por **148LJ.M047** (Est. II), corresponde a uma das argolas de fívela mais características do mundo funerário tardo antigo, apresentando um aro ovalado – do qual não subsistiu o fusilhão –, tendo a mesma sido realizada em bronze. O aro apresenta secção plana, com travessão rectilíneo, curto e fino. A extremidade distal do aro, na parte do descanso do fusilhão, apresenta-se ligeiramente côncava, sendo esta ladeada, no que pode ser entendido como uma decoração simples, por caneluras.

São inúmeros os contextos funerários tardo antigos onde este género de peças ocorrem, salientando-se em território nacional similitudes com fívelas encontradas em Conimbriga (Alarcão, 1994: 142, 435.8) cuja cronologia atribuída é baixo impe-



Figura 8 – Sepultura 67, achada sem a respetiva cobertura e pormenor de uma das inumações que o sepulcro comportava.

rial ou, ainda, nas necrópoles de Silveirona, Santo Estevão, Estremoz (Cunha, 2007: 685) atribuídas à Antiguidade Tardia.

Muito embora se apresente aqui em seguida uma peça extremamente similar, comportando esta ainda o característico fusilhão escutiforme, deve ser salientado, voltando aos paralelos dos elementos achados na necrópole do Laranjal com aqueles presentes na necrópole de El Carpio de Tajo, que este género de peças constitui também ali o grupo de objectos mais representativo (Ripoll López, 1994: 235).

Na senda do que alguns autores têm vindo a defender (Arezes, 2011: 71), a presença deste tipo de elementos poderá traduzir-se na possível ligação com o inumado a uma posição social menos favorecida, com o achado dos mesmos a assinalar-se em ambientes mais pobres. A mesma autora defende que, por outro lado, estes elementos, e a sobriedade dos mesmos, se poderão relacionar não tanto com o universo feminino, aos quais estariam ligados, por exemplo, os anéis e os brincos filiformes, mas ao mundo funerário masculino, podendo assinalar-se, muito provavelmente, diferentes tipos de materiais de acordo com o próprio género do indivíduo inumado.

Quer a argola de fivela ovalada, quer o applique circular, que trataremos de apresentar já de seguida, provêm dos níveis de enchimento da sepultura 67, tratando-se este sepulcro, de igual modo, de uma sepultura em caixa, de planta tendencialmente rectangular, encontrando-se extremamente destruída sobre o seu lado sul. Apresenta-se orientada, ainda que com uma divergência que se deve assinalar, segundo o eixo O/E, com a inumação mais tardia que se escavou no seu interior – tendo em conta que a par desta outra inumação ali se localizava, bem como dois ossários

associados a cada uma das inumações – orientada segundo os eixos canónicos, com a cabeça voltada a oeste e os membros inferiores a este.

Desta sepultura valerá a pena ainda destacar o seu lastro políptico, tendo o topo sido completamente destruído à passagem de um dos muros de socallo da herdade agrícola do laranjal, devendo ainda assinalar-se a presença de uma estela anepígrafa à cabeceira.

Proveniente dos níveis de enchimento da mesma sepultura de onde se recuperou a argola de fivela ovalada que anteriormente descrevemos, foi recuperada uma outra peça em bronze, tendo esta sido registada como **148LJ.M053** (Est. II). Trata-se de uma placa circular, com 36 mm de diâmetro, com orifício central (8 mm). Ainda que a sua funcionalidade não seja possível determinar claramente, poder-se-á considerar como botão ou applique de cabeça circular plana, encontrando-se novamente paralelos para este tipo de elementos em Carpio de Tajo, relevando-se, por exemplo, as peças exumadas da sepultura 199, tendo-se desta recuperado três exemplares. Neste caso, os mesmos foram conotados com elementos do vestuário da inumação que comportava, sendo ainda de relevar nessa mesma sepultura, a par de outros objectos, um aro de fivela ovalado com fusilhão escutiforme (Ripoll López, 1994: 222), realidade similar à que aqui se apresenta da necrópole do Laranjal.

4.2.3. Argola de fivela ovalada e fusilhão escutiforme

Tendo sido recuperada dos níveis de enchimento da sepultura 199, apresenta-se uma outra argola de fivela ovala (Fig. 4:7), tendo-se neste caso preservado um fusilhão de base escutiforme.

Este sepulcro corresponde, tão só, a um covacho simples, apresentando este uma laje

«preservada» numa das laterais. Orienta-se segundo o eixo O/E, tendo sido encontrada algo destruída, sobretudo ao nível de topo, não se tendo recuperado nenhum dos elementos do que teria sido a sua cobertura, pelos trabalhos de remodelação empreendidos nesta herdade agrícola. A sua destruição terá ficado a dever-se à constituição de um dos patamares agrícolas que ali se observavam ao início dos nossos trabalhos.

Este novo elemento, também ele de bronze e ao qual se associa a sigla de identificação **148LJ.M052** (Est. II), corresponde a uma típica fivela ovalada, caracterizando-se por apresentar um aro largo, conservando, como referido, o característico fusilhão.

Não queremos deixar de reforçar a ideia de que este tipo de fivela, cuja característica principal é o fusilhão escutiforme, foi utilizado abundantemente ao longo de todo o século VI na *Hispania* (Llinás Pol *et al.*, 2008: 294), verificando-se a existência destas peças, de igual modo, e a título de exemplo, em França, como no caso da necrópole de Saint-Dizier (Haute-Marne), em sepulturas com cronologias também centradas no século VI (Truc *et al.*, 2005: 320, fig. 7,14).

Na Península Ibérica, encontramos paralelos em Cartagena, pertencendo ao nível II / III com cronologias muito precisas entre os anos 480/490-560/580 (Vizcaino Sanchez, 2007: 28) e em Gózquez, Madrid, (Barroso Cabrera *et al.*, 2006: 222, lam. II, 10) e mais próximo, em Conimbriga (Alarcão, 1994: 142, 435.13), com datações do século V-VII.

Fivelas de cinturão com fusilhão de base escutiforme são recorrentes em ambientes funerários do ocidente europeu no século VI (entre 525-600), sendo que na Península Ibérica surgem um pouco mais cedo (até finais do século V) e a sua grande difusão centra-se entre 525 e 580/600 (Azkarate Garai-Olaun e García Camino, 2013: 45).



Figura 9 – Sepultura 199, achada sem a respetiva cobertura e pormenor do covacho que com esta se pode relacionar.

Segundo Barroso Cabrera, *et al.* (2006: 216), é evidente que o aparecimento deste tipo de materiais num número reduzido de sepulturas corresponde a um desejo de determinar o *status* social do defunto, dentro do grupo ao qual pertence o indivíduo.

4.2.4. Aplique metálico em «L»

Proveniente dos níveis de enchimento da sepultura 83, destaca-se uma peça de difícil atribuição funcional, embora se veja na mesma (Fig. 4:8) um possível aplique metálico. Identificada com a sigla **148LJ.M027** (Est. II), foi recuperada de um sepulcro em caixa, do qual nada se preservou da cobertura⁵, encontrando-se o lastro deste associado ao próprio afloramento xistoso de base, perfeitamente irregular. Os poucos vestígios osteológicos identificados no interior desta cavidade sepulcral foram bastante perturbados pela presença de raízes, encontrando-se esta sepultura por zona de vertente onde a fraca potência de solo terá sido o factor principal para a destruição total, ou parcial, como parece ter sido o caso, da maioria das sepulturas que ali se localizavam.

No concreto, o elemento que aqui se apresenta trata-se de uma placa de bronze, em «L», formando ângulo de 90°, que ostenta decoração prismática em alto-relevo, observando-se no lado oposto dois pequenos remates, possivelmente para encaixe em outro objecto. Aventamos a hipótese de ser um aplique decorativo de pequeno baú/caixa, verificando-se similitudes com peças metálicas encontrados no enterramento B89 de Aldaieta (Nanclares de Gamboa, Álava), pertencentes a uma caixa que

estaria presa ao cinto do indivíduo – *cingulum militiae* –, expressão ritualizada de um *status* e de uma identidade social (Azkarate Garai-Olaun e García Camino, 2013: 84). Outra das hipóteses que se defende em relação a esta peça, é a da mesma poder corresponder à extremidade distal de um cinturão, podendo conjugar-se inclusivamente com placas de cinturão, com veremos, com apontamentos decorativos extremamente similares (Fig. 11).

Sublinha-se que surgem, muitas vezes, em necrópoles tardo-antigas materiais directamente relacionados com o ritual funerário que são introduzidos no interior da sepultura, nomeadamente recipientes cerâmicos, vidro ou elementos metálicos (Barroso Cabrera *et al.*, 2006a: 227) e, no caso da necrópole do Laranjal, podia ter ocorrido facto semelhante, isto é, a colocação de uma pequena caixa junto do enterramento.

Adianta-se ainda, reforçando a segunda hipótese interpretativa, que o tipo de decoração que esta peça apresenta, em alto-relevo, com apontamentos prismáticos, não é incomum nalgumas placas de cinturão, ocupando por norma a parte central da mesma, ou os quatros cantos das suas extremidades, desenvolvendo-se em torno destas protuberâncias um conjunto de motivos decorativos geométricos. Sobre este aspecto, atente-se, por exemplo, às placas de cinturão provenientes das sepulturas C e 201 da necrópole visigoda de El Carpio de Tajo (Ripoll López, 1994: 204). A peça da sepultura C é apresentada, conjuntamente com o nosso applique em «L» numa proposta reconstitutiva que se apresenta de seguida (Fig. 11).

4.2.4. Applique metálico circular

Proveniente dos níveis de enchimento da sepultura 14, estrutura em covacho com cobertura políptica e orientado segundo o eixo O/E, recuperou-se uma pequena

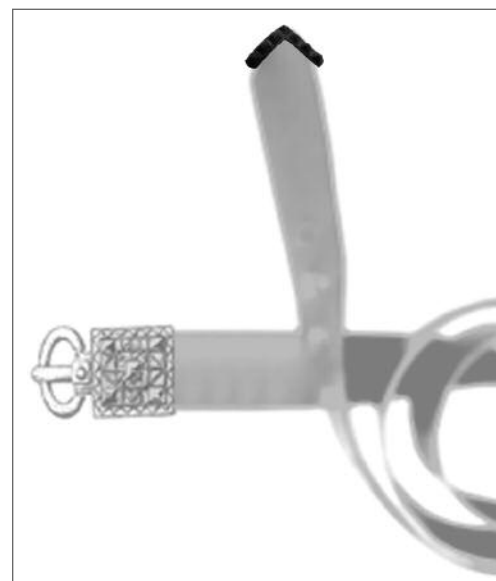


Figura 11 – Reconstituição hipotética do applique em «L» em conjugação com um cinturão.

peça de configuração circular (Fig. 12:2), com 1,8 cm de diâmetro, não ultrapassando a sua espessura os 2 mm.

A associação possível com este elemento a um applique metálico, no que poderá tratar-se de um botão, por exemplo, parece-nos perfeitamente aceitável, tendo-se aqui já enunciado alguns paralelos onde este género de objectos tem sido conotado com objectos associados à indumentária do inumado.

Também recuperada dos níveis de enchimento da sepultura 14, tendo sido registada como 148LJ.M051, é de referir ainda uma peça em muitíssimo mau estado de preservação, que conjuga elementos de ferro com bronze, colocando nós a possibilidade da mesma poder, sempre com muitas reservas, corresponder a um fragmento de uma caixa, cuja decoração poderia traduzir-se por pequenos e finos aros de bronze. Dado o seu mau estado de preservação, optámos por não apresenatr nenhuma imagem desta peça.



Figura 10 – Sepultura 83, ao início dos trabalhos e após a conclusão da sua escavação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Continuam a ser extremamente actuais as palavras do Professor Mário Barroca, quando nos finais da década de oitenta do século passado referia que a Alta Idade Média era, para o nosso país, um somatório de dúvidas, onde pequenos trabalhos isolados procuravam obstar ao vazio (Barroca, 1987: 77). Na verdade, não podemos nós próprios deixar de nos rever ali, uma vez que acabamos, em certa medida, apenas por ajudar a preencher um pouco desse amplo mosaico com este nosso pequeno trabalho.

Não obstante, julgamos que o contributo que se dá aqui com a publicação dos resultados parciais da escavação da necrópole do Laranjal, muitíssimo pouco desenvolvidos, como sempre deixámos claro, assume particular relevância para a compreensão da longa diacronia ocupacional do lugar de Cilhades, contribuindo para a colmatação de uma lacuna que, até às intervenções arqueológicas que ali foram levadas a cabo por nós, facilmente se poderia traduzir por um imenso vazio de conhecimento em relação à evolução da ocupação humana deste espaço tão particular do vale do Sabor.

Em boa verdade, muito pouco se conhecia também sobre a ocupação medieval de Cilhades, ou sobre a sua ocupação humana deste lugar de qualquer outro período, sabendo-se ali da existência de algumas evidências que o conotavam com um ponto em zona de vale com ocupação romana, tendo sido observado ainda no topo de um esporão um sítio amuralhado, inferindo-se que o mesmo pudesse ter correspondência com um pequeno castro sobranceiro ao rio Sabor. Nos dois casos, a existência de materiais cerâmicos à superfície pareciam atestar a veracidade destas inferências. A par destas materialidades mais arqueológicas, outras se sabia existirem que referenciavam este lugar pelos inícios da Baixa Idade Média, tendo ficado



Figura 12 – Sepultura 14, ao início dos trabalhos e após a conclusão da sua escavação. Destaca-se o pequeno apliance circular no canto superior direito da segunda fotografia.

registado em documento régio, logo nos alvares do século XIII, a doação do *reguengo* de Cilhades por D. Sancho I, as terras do Rei, aos povoadores de Mós (Azevedo *et al.*, 1979: 198). Parece-nos da máxima importância este registo, tendo em conta que o mesmo parece marcar o início de uma nova etapa na vida deste lugar, assinalando-se aos inícios da nossa nacionalidade um longo interregno na ocupação efetiva deste sítio, que não aparente. É o próprio registo arqueológico que demonstra esse momento de ruptura com uma longa linha de continuidades, uma ruptura no tempo longo, ruptura essa que, efetivamente, nunca seria verdadeiramente suplantada. Este lugar, apesar de todo o incremento construtivo associado às suas materialidades mais tardias, construindo-se de forma ordenada, articulando-se as construções com as «novas» redes viárias existentes e em articulação com outro tipo de edifícios, tendo-se mesmo suplantado a falta de chão sagrado pela construção de uma capela que seria dedicada a São Lourenço, nunca voltaria a ter uma população que verdadeiramente ocupasse este espaço de forma permanente, mantendo-se a sua ocupação sazonal, ligada aos edifícios novos e extremamente similares, pelo aproveitamento dos terrenos de cultivo junto ao rio, polvilhando-se as áreas mais elevadas do vale com oliveiras e amendoeiras, pertença daqueles que passaram a viver na margem oposta.

Os materiais recuperados pela intervenção arqueológica desenvolvida na necrópole do Laranjal, constituem um grupo extremamente homogêneo, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista cronológico, sendo possível balizá-los, com muita segurança, entre os finais do século V e os inícios do século VII, corroborando, por outro lado, como se verá pela publicação que neste número também se apresenta relacionada com um lote extremamente significativo de cerâmicas tardo-

-antigas, em boa maioria recuperadas no sítio do Cemitério dos Mouros, a existência e a continuidade de uma pequena comunidade rural que não vive, de forma alguma, isolada. A existência desta pequena comunidade rural, nesta zona precisa e pelo período em apreço, deverá estar ligada, muito possivelmente, a uma linhagem de povoadores antigos, sendo os exemplares da cultura material que aqui se dá a conhecer não tanto o reflexo de «novos povoadores», mas da ligação, mesmo genética, talvez, com uma população há muito residente nesta zona do vale, população essa que não se encontra fora de moda nem dos circuitos comerciais a longa distância, vendo-se a origem de algumas das peças achadas na necrópole, por exemplo, na própria abertura do nosso território ao mediterrâneo. Ainda assim, não se poderá descurar, por outro lado, de todo, a existência de oficinas locais que imitariam os protótipos originais (Ripoll López, 1997: 216).

Tendo por base a intervenção arqueológica no sítio do Cemitério dos Mouros, área dos vivos, como já aqui o dissemos, e tendo em linha de conta as aportações a partir do seu registo arqueológico, é credível pensar-se que a retoma da ocupação daquele espaço se tenha dado, sem se ter visto interrompida desde a Idade do Ferro até ao período romano Alto Imperial, com uma ausência praticamente total de materiais enquadáveis entre o século II e IV, ou seja, no período imediatamente posterior à época Flávia, apenas em época tardia, já num momento avançado do século V. A esta reocupação do espaço do Cemitério dos Mouros poderão corresponder os primeiros sepultamentos concretizados no Laranjal, perpetuando-se no tempo não só o lugar dos vivos como se aumenta, consideravelmente, a área cemiterial localizada em zona próxima. Disso mesmo nos dá conta os achados materiais do Cemitério dos Mouros, assim como nos é provado pelas datações absolutas já conseguidas sobre alguns dos enterramentos presentes nesta necrópole.

A menor ou maior visibilidade de objectos assinaláveis da Antiguidade Tardia presentes na necrópole do Laranjal, parece-nos ir de encontro a duas situações distintas. Por um lado, e como tivemos oportunidade de o advertir logo ao início, apenas uma parte desta necrópole acabou por ser intervencionada, sendo possível observar-se que a mesma encontre o seu desenvolvimento natural no topo da pequena colina de que se escavou, tão só, apenas parte de uma das suas vertentes; por outro lado, é mais que aceitável defender-se, como nós próprios aqui o fizemos, que apenas uma parte da população residente na necrópole ostentasse algum tipo de insígnias conotadas com o seu próprio estatuto social, tratando-se obviamente de peças relativamente comuns, elementos de uma moda de época, mas que, ainda assim, não estariam ao alcance de todos. Será hoje um lugar-comum continuarmos a referir-nos aos enterramentos do período conotado com os objectos de aqui demos conta como «enterramentos vestidos», sendo estes um reflexo dessa mesma realidade, no que constituirá uma diferença assinalável para períodos imediatamente posteriores, onde se generalizarão os enterramentos com simples sudários, sem que os inumados se apresentem com quaisquer outros elementos associados.

No que toca ainda aos enterramentos mais antigos aqui registados, e sem que se possa estabelecer qualquer tipo de correlação perfeitamente visível entre contex-

tos funerários do próprio Baixo Império e a Antiguidade Tardia, como parece documentar-se para outros sítios, veja-se, por exemplo, e meramente a título de exemplo, os casos de Silveirona (Cunha, 2007: 680), ou da própria necrópole de El Carpio de Tajo (Ripoll López, 1994: 193), defendendo-se para este último caso, como também no Laranjal poderá ter ocorrido, a existência de uma população mista, romana e visigoda, embora no Laranjal, em abono da verdade, essa realidade não se encontra plasmada, como ali, na própria cultura material.

A quantidade de enterramentos, a área onde eles ocorrem, a sobreposição entre vários níveis de sepulturas, a quantidade de ossários e reutilizações de sepulturas, o material ali incluso ou a própria ausência do mesmo, corroboram o que as próprias datações absolutas documentaram, a pervivência, por um longo e continuado período de tempo deste espaço de morte, espaço esse que se terá perpetuado por mais de meio milénio.

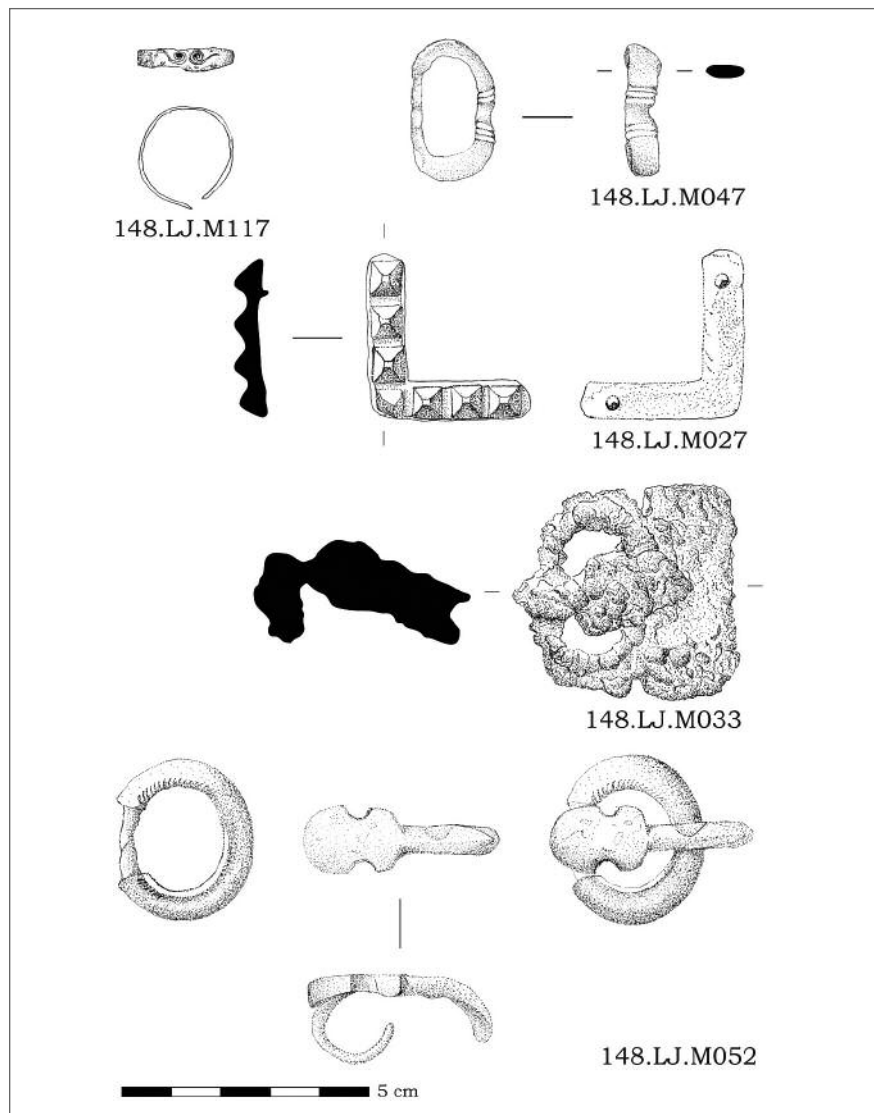
Por último, e por forma a encerrarmos este nosso trabalho, julgamos que valerá a pena insistir na teoria, que inclusivamente se encontra documentada arqueologicamente, de que a pequena igreja associada a esta necrópole, e que dará mais tarde origem à própria capela de São Lourenço de Cilhades, existindo inclusivamente memória da ruína do tempo antigo em finais do século XIX, promovendo-se por este mesmo facto, por decisão administrativa, a construção de um novo espaço religioso, não se poderá ligar aos primeiros momentos de sepultamento, como aliás tem vindo a ser defendido noutros casos documentados em ambientes rurais (Azkarate Garai-Oluan, 2002: 130), restando ainda largos anos para que as redes paroquiais, e a relação entre o binómio igreja paroquial/cemitério, se generalizem. A presença de materiais tardo-antigos por níveis associados ao embasamento deste pequeno

templo⁶ parecem contribuir para corroborar esta tese.

Sabendo do longo caminho a percorrer, julgamos ter dado aqui os primeiros passos, sendo que se procurará desenvolver, a breve trecho, e como já o expressámos, um estudo bem mais alargado sobre os contextos funerários associados à necrópole do Laranjal de Cilhades.

6. BIBLIOGRAFIA

- AREZES, A. (2010-2011), «Materiais de Adorno Visigóticos de Patalou – Nisa». In *Portvgalia*, Nova Série, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP, pp. 65-82.
- AZCARATE, A. (2002), «De la Tardoantigüedad al medioevo cristiano. Una mirada a los estudios arqueológicos sobre el mundo funerário». In *Espacios y Usos Funerarios En El Occidente Romano*, Vol. II, Córdoba, pp. 115-140.
- AZEVEDO, R. et al. (1979), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 198.
- AAVV (1994), *Lisboa Subterrânea*. Catálogo da Exposição. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa
- AAVV (2001), *Roma Dall'antichità Al Medioevo. Archeologia e Storia*. Museo Nazionale Romano Crypta Balbi. Roma.
- AAVV (2008), *Museu do Sabugal. Colecção Arqueológica*. Sabugal.
- ALARCÃO, A. (1994), *Museu Monográfico de Conimbriga. Coleções*. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. e PONTE, S. da (1979), *Céramiques Diverses et Verres (Fouilles de Conimbriga, VI)*. Paris
- BARROSO CABRERA, R.; LÓPEZ QUIROGA, J.; MÓRIN DE PABLOS, J. (2006), «Mundo funerário y presencia «germánica» en Hispania (ss. V-VI d-C.)». In *Gallia y Hispania en el contexto de la presencia «germánica» (ss. V-VII): balances y perspectivas* (coord. J. López Quiroga, A. Martínez Tejera, J. Morín de Pablos). BAR Internacional Series 1534. Oxford, pp. 225-235.
- CRUZ, M. R. (2009), *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um Olhar a Partir de Bracara Augusta*. Vol. II. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Universidade do Minho. Braga.
- CUNHA, E. (1997), «Populações medievais portuguesas (séculos XI-XV). A perspectiva paleobiológica». In *Arqueologia Medieval*, n.º 5, pp. 57-83.
- CUNHA, M. (2007), «As necrópoles de Silveirona (Santo Estevão, Estremoz). Reflexões sobre a Antiguidade Tardia». In *Vipasca, Arqueologia e História*, n.º 2, 2.ª Série. Aljustrel, pp. 678-685.
- IVANISEVIC, V.; KAZANKI, M. (2002), «La necrópole de l'époque des Grandes Migrations à Singidunum». In *Singidunum*, 3. Belgrado, pp. 101-157.



Estampa II – Objectos metálicos associados a alguns dos enterramentos tardo antigos da necrópole do Laranjal.

- LLINÀS POL, J.; TARRÉS FARRÉS, A.; MONTALBÁN MARTÍNEZ, C.; FRIGOLA TRIOLA, J.; MERINO SERRA, J.; AGUSTÍ FARJAS, B. (2008), «Pla de L'Horta (Sarrià de Ter, Girona): Una necrópolis con inhumaciones visigodas en la tarraconense oriental». In *Archivo Español de Arqueología*, 81. Madrid, pp. 289-304.
- MADRID BALANZA, M. J.; VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2007), «Nuevos elementos de ajuar de la necrópolis oriental de *Carthago Spartaria* (II)». In *Mastia*, 6. Cartagena, pp. 37-92.
- MORÍN DE PABLOS, J.; BARROSO CABRERA, R. (2010), «El mundo funerario. De las necrópolis tardorromanas a los cementerios hispanovisigodos en el oeste peninsular». In *El tiempo de los bárbaros: pervivencia y transformación en Gallia e Hispania* (ss. V – VI d.C.), *Zona Arqueológica*, 11. Alcalá de Henares, pp. 148-180.
- PEREIRA, S.; FEIO, J.; SANTOS, F.; ROCHA, F. e PINHEIRO, E. (2012), Ara Votiva a Tutela, Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), *Ficheiro Epigráfico*, 99, 46.
- PÉREZ PÉREZ, C.; PORTO TENREIRO, Y.; TORRE CASTRO, C. (2000), «Conxunto de doas de «pasta vítrea» do Museo do Castro de Viladonga». In *Boletín da Asociación de Amigos do Castro de Viladonga*. Lugo, pp. 50-63.
- PRÓSPER, B. M., REDENTOR, A., (2007), «Denso,: uma divindade lusitana revisitada». In *Conímbriga*, Coimbra, pp. 251-265.
- RIPOLL, G. (1986), *La ocupación Visigoda en epoca Romana a través de sus necrópolis*. Barcelona (Tese de doutoramento policopiada).
- RIPOLL, G. (1994), «La necrópolis visigoda de El Carpio de Tajo. Una nueva lectura a partir de la topocronología y los adornos personales». In *Bulletí de la Real Acadèmia Catalana de Belles Artes de San Jordi*, VII-VIII, pp. 187-250.
- RIPOLL, G. (2012), «Arquitectura religiosa hispánica entre los siglos IV y X. Paradojas y dialéctica de la investigación». In *Medievalia* 15, pp. 71-74.
- RIPOLL, G. (2001), «Objectes d'indumentària personal a Barcino (segles IV-VII)», in J. BELTRÁN (ed.), *De Barcino a Barcinona (segles I-VII). Les restes arqueològiques de la plaça del Rei de Barcelona*, Museu d'Història de la Ciutat-Ajuntament de Barcelona, Barcelona, pp. 214-219 (existe traducción en castellano e inglés). CL.
- SANTOS, F., SASTRE, J., FIGUEIREDO, S., ROCHA, F., PINHEIRO, E., DIAS, R. (2012), «El sitio fortificado del Castelhinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronía y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro». In *Complutum*, Vol. 23(1), pp. 165-179.
- TRUC, M. C.; BELL, B.; CABART, H.; CALLIGARO, T.; FISCHER, S.; PARESYS, C.; TEGEL, W.; YVINEC, J.H. (2005), «Trois riches tombes du VI^e siècle sur le site de “La Tuilerie” à Saint-Dizier (Haute-Marne)». In *L'Austrasie. Sociétés, économies, territoires, christianisation. Actes des XXV^e Journées internationales d'archéologie mérovingienne*. Nancy, pp. 313-329.
- VIZCAÍNO SÁNCHEZ, J. (2007), «Elementos de indumentaria y adorno personal procedentes de los niveles tardíos de las excavaciones del Teatro Romano de Cartagena. Etapa Bizantina (I)». In *Mastia*, 6. Cartagena, pp. 11-36.

NOTAS

- 1 Estudo de âmbito geográfico, cujo principal objectivo seria o de dar conta da longa diacronia ocupacional do lugar de Cilhades. Aqui enquadrados, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no sítio do Laranjal repartiram-se por três fases distintas, sem uma continuidade imediata entre elas e cada uma com os seus intervenientes, desde Abril de 2011 a Setembro de 2012. Num primeiro momento,

o sítio foi alvo de sondagens de diagnóstico, com a abertura das mesmas a cargo das arqueólogas Joana Teixeira e Teresa Barbosa, coadjuvadas pela antropóloga Vânia Janeirinho (Archeocélis), seguindo-se-lhe uma intervenção em área, potenciada pelos resultados obtidos no diagnóstico, em que a direcção dos trabalhos de campo ficou a cargo do arqueólogo Jorge Pinho, e dos antropólogos Nuno Morgado e Patrícia Simão (Arqueolibert). No final, os trabalhos foram integralmente concluídos sob a responsabilidade científica dos arqueólogos Ricardo Teixeira e Jorge Fonseca, tendo os trabalhos de antropologia física sido coordenados por Zélia Rodrigues, coadjuvada por Bernardete Soares (Consórcio formado pelas empresas Arqueologia & Património e Archeoestudos).

- 2 Queremos mais uma vez expressar publicamente os nossos sinceros agradecimentos à entidade promotora do empreendimento, EDP, assim como ao consórcio construtor, Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construções. ACE, pelo apoio dado à divulgação dos resultados que aqui se apresentam.
- 3 Com paralelos evidentes a um outro pequeno forno de cozedura de material cerâmico, também este de planta quadrangular, localizado defronte a Cilhades, no sítio conhecido por Olival do Poço da Barca. Ao contrário do que apontam as evidências da estrutura similar presente no Laranjal, o forno da margem esquerda parece integrar uma pequena oficina, localizando-se nas imediações vários pontos de extração de argilas. O sítio que aqui se refere foi de igual modo intervenção no âmbito do AHBS, sob a coordenação de Sérgio Pereira, arqueólogo responsável pelo estudo da Romanização do Vale do Sabor.
- 4 Meados do século XX. Segundo o próprio «Pisco», os achados terão ocorrido em 1957.
- 5 Não se pode, por isso mesmo, descurar-se a possibilidade desta sepultura ter sido alvo de uma violação, podendo algum do espólio que se encontrava associado ter sido subtraído.
- 6 Atente-se ao artigo que neste número se publica que dá conta disso mesmo: «Contributo para o conhecimento das ocupações Tardo Antiga e Alto-Medieval do vale do Sabor. O caso de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), à luz do estudo da sua componente cerâmica».

CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS OCUPAÇÕES TARDO-ANTIGA E ALTO-MEDIEVAL DO VALE DO SABOR. O CASO DE CILHADES (FELGAR, TORRE DE MONCORVO), A LUZ DO ESTUDO DA SUA COMPONENTE CERÂMICA

MIQUEL ROSSELLÓ*

CONSTANÇA SANTOS*

LILIANA CARVALHO*

FILIFE SANTOS*

1. INTRODUÇÃO

O lugar de Cilhades localiza-se na margem direita do Rio Sabor, em pleno vale. Em termos administrativos pertence à freguesia de Felgar, concelho de Torre de Moncorvo, e distrito de Bragança, na região portuguesa de Trás-os-Montes.

Com este trabalho, divulga-se o estudo levado a cabo sobre o conjunto de materiais cerâmicos que testemunham a continuidade da ocupação deste lugar na Tardo Antiguidade e na Alta Idade Média, destacando-se deste acervo um conjunto assinalável de cerâmicas de feição islâmica.

Enquadrado no Estudo Etno-Arqueológico de Cilhades, este trabalho assume-se, e assim deve ser entendido, como uma consequência direta das medidas de minimização sobre elementos patrimoniais na órbita de afetação do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor¹, medidas essas consignadas em documento próprio elaborado para o efeito e designado por Plano de Salvaguarda do Património².

A par de outros estudos contemplados, que atendem sobretudo a períodos cronológicos precisos e a distintas categorias patrimoniais, da Pré-história à contemporaneidade, o grande objectivo desta análise particular, de âmbito geográfico, seria o de dar conta da dilatada ocupação humana, nalguns casos apenas inferida, de uma área geográfica muito circunscrita da margem direita do Rio Sabor, correspondendo esta, grosso modo, à quase totalidade³ do lugar de Cilhades.

É um apontamento muito particular dessa longa diacronia que aqui se apresenta.

2. ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO

Com o desenvolvimento de um plano de escavações alargadas, que incidiram sobre o espaço previamente prospectado e posteriormente sondado dentro do lugar em apreço – que deve ser visto como uma vasta e única área arqueológica –, foram aqui intervencionados três pontos distintos, conhecidos na microtoponímia local como Castelinho, Cemitério dos Mouros e Laranjal. Para o primeiro, a intervenção arqueológica em área que ali se desenvolveu, acabou por dar conta de um excepcional sítio fortificado da II Idade do ferro, atestando-se nas que foram levadas a cabo fora do esporão onde este se estabeleceu, por áreas de menor expressão topográfica e de maior proximidade ao rio, na parte central do lugar de Cilhades, evidências mais dilatadas da longa diacronia⁴ deste lugar. Acresce referir ainda que, muito embora os vestígios arqueológicos desse tempo longo se possam inclusivamente recuar e fazer enquadrar na Pré-história Recente, III,

* Arqueólogos (AHBS-Baixo Sabor).

II milénios a.C., com a presença de escassos, ainda que importantes, elementos avulsos que o parecem testemunhar, ficou atestado, efetivamente, parecendo-nos desde logo um dos aspectos aqui a relevar, o extravasamento dos vestígios relacionados com a ocupação sidérica deste espaço ao exterior dos limites físicos impostos pelo perímetro amuralhado do Castelinho, tendo-se identificado alguns contextos associados a diverso material arqueológico integrável nesta periodização nas outras duas áreas escavadas desta estação arqueológica.

Se para o sítio de Cemitério dos Mouros e de Laranjal as marcas dessa ocupação sidérica, ainda assim, não deixam de ser meramente residuais, tendo em conta as realidades que o Castelinho aportou, este facto não será alheio, de todo, às alterações operadas nos períodos cronológicos subsequentes, sobretudo pela manutenção dos mesmos espaços físicos, transformando cada um destes pontos num imenso e complexo palimpsesto.

Indissociáveis, os sítios de Cemitério dos Mouros e de Laranjal vêm-se divididos pela ribeira de São Lourenço, apartando-se em cerca de 115 m, localizando-se a nordeste do primeiro referido o sítio de Laranjal. As evidências conotadas com contextos habitacionais no sítio de Cemitério dos Mouros, e que testemunham, por si só, uma boa parte da longa diacronia de Cilhades, não se podem apartar do sítio de Laranjal, acabando estes dois pontos por se complementar. Para o primeiro, a testemunhar a sucessão da ocupação daquele espaço desde a segunda metade do I milénio a.C., encontra-se um conjunto homogéneo de materiais e estruturas romanas do Alto Império que, ao que parece, estabelecem ali imediatamente a ponte com elementos de cronologia Baixo Imperial, perpassando o aparente hiato⁵ temporal deste ponto na romanidade plena a uma bem documentada etapa de manutenção deste espaço pelo período Tardo Antigo e Alto Medieval, cons-

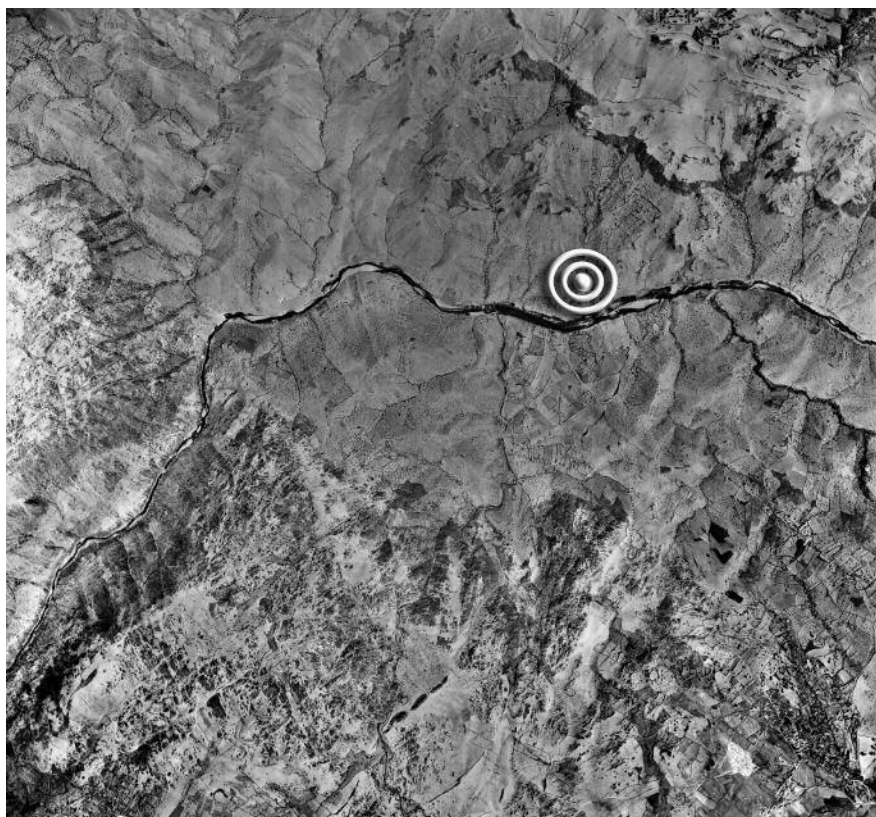


Figura 1 – Localização de Cilhades, no ortofoto n.º 11345, do voo da USAF de 1958.

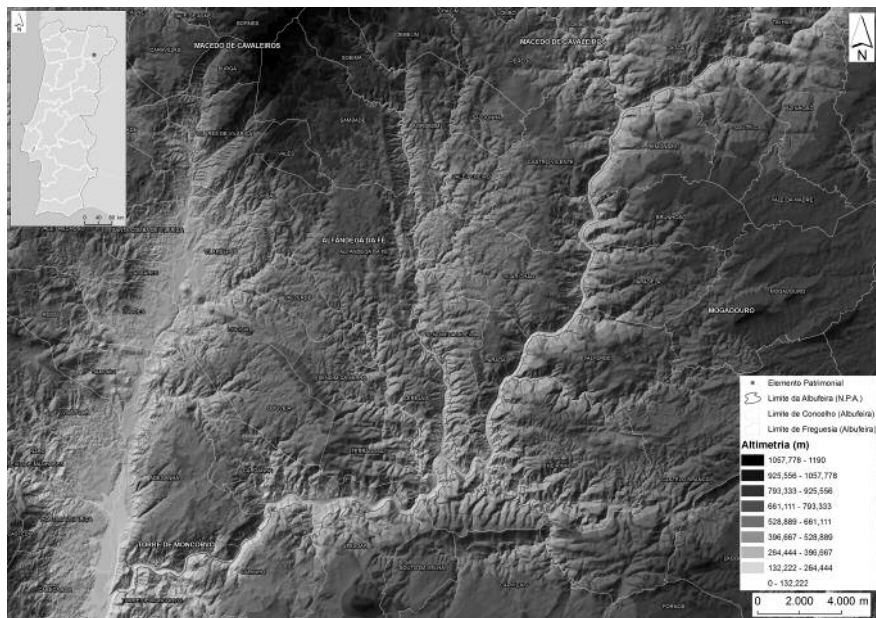


Figura 2 – Localização de Cilhades no mapa de Portugal e na Cartografia associada à albufeira do AHBS, assinalando-se o mesmo em pleno vale do Sabor.

tituindo objecto de análise neste trabalho uma boa parte dessa mesma documentação. No Laranjal, a par de uma necrópole⁶ de longa duração e de um pequeno templo⁷ religioso que com esta se verá associado, identificados dentro do plano de escavação relativamente circunscrito que conseguimos levar a cabo neste ponto e cujos resultados parciais também se apresentam neste volume, foram, de igual modo, observadas as ruínas de uma pequeno forno cerâmico, provavelmente Tardo Romano, bem como uma estrutura em fossa⁸ de onde se recolheu, em conjunto com alguns fragmentos de moinhos de vaivém, pedaços de vasilhas cerâmicas perfeitamente enquadráveis na II Idade do Ferro.

Pelo exposto, mais do que ao ligeiro afastamento geográfico entre estes dois pontos, de onde se recuperou o conjunto cerâmico que aqui será alvo de análise, deve ser observada a sua proximidade, atendendo-se sobretudo à relação entre a estratégia de gestão territorial das comunidades que deles tiraram partido ao longo do tempo. Deste modo, facilmente se associa o mundo dos mortos de Laranjal ao espaço dos vivos de Cemitério dos Mouros, assinalando-se esta divisão espacial pelo curso de água que, correndo para sul em direcção ao Rio Sabor, os apartaria igualmente, como já o referimos, de forma simbólica. Da mesma forma, parece-nos natural, e recuando no tempo, que a pequena unidade industrial⁹ a que já aludimos, e que acabou por ser identificada no Laranjal, apareça igualmente apartada, por vários motivos¹⁰, dos contextos habitacionais que seriam desta coevos, localizados,

assim julgamos, nos níveis de ocupação intermédios de Cemitério dos Mouros.

Ainda que Cilhades não se constituísse como um espaço de todo invisível em relação às pegadas aqui deixadas pela passagem do Homem ao longo do tempo, a impressão destas pelos períodos mais recuados encontravam-se completamente sedimentadas, tendo surgido apenas à luz das intervenções arqueológicas que ali se desenvolveram. Terminando aqui este pequeno enquadramento, não será em demasia referir que a primeira alusão a este lugar, sob a forma de documento escrito, provém de um documento régio, redigido no início do século XIII sob os desígnios de D. Sancho I, dando conta da doação deste lugar, porquanto terras do rei, aos povoadores de Mós¹¹. Não deixa de ser curioso, notório pela sua ausência no registo arqueológico, o que nos parece tratar-se de um despovoamento assinalável deste pedaço de terra ao tempo da sua alusão no referido documento enquanto *Reguengo* de Silhades, tendo-se o mesmo mantido assim, por certo fruto das novas reorganizações geopolíticas empreendidas nos tempos iniciais da nossa nacionalidade – às quais a sobejamente conhecida Vila Nova de Santa Cruz da Vilariça não se pode alhear –, até à sua renovada «ocupação» tardia. Nunca mais se assistiria a uma ocupação efectiva deste espaço como aconteceu no passado, ligando-se sim, daí em diante, às sazonalidades do trato da terra, com ligação estreita à freguesia de Felgar.

São os apontamentos sobre um dos períodos mais florescentes da história de Cilhades que aqui iremos tratar, dando-se por ora nota desse capítulo pela divulgação de um importantíssimo conjunto cerâmico relacionado com as ocupações Tardo-Antigas e da Alta Idade média, marcas plenas da diacronia deste sítio entre os séculos V e XIII, testemunho, por si só, dos pontos de contacto a longa distância estabelecidos entre esta região pelo período



Figura 3 – Planta geral, não interpretada, das estruturas arqueológicas presentes no Cemitério dos Mouros.

em apreço e, não menos importante, dos testemunhos, tão a norte, do contacto entre o mundo cristão e o islão, sobressaindo esta ligação pela presença de um conjunto assinalável de peças cerâmicas facilmente adstritas ao período emiral/califal.

3. A CERÂMICA

Os materiais cerâmicos tardo-antigos e alto-medievais provenientes dos sítios arqueológicos de Cemitério dos Mouros e Laranjal constituem um importante conjunto de estudo, sendo bastante representativos das tipologias e características tecnológicas dominantes no período em análise, para a região em que se inserem.

Não podemos deixar de referir que a grande maioria da cerâmica que integra este conjunto é proveniente do Cemitério dos Mouros, sendo os materiais cerâmicos exumados no sítio arqueológico do Laranjal maioritariamente procedentes de camadas de aterro, tratando-se claramente de depósitos secundários.

Embora os materiais em análise se encontrem muito fragmentados, dificultando recuperar a totalidade das formas, foi-nos possível, contudo, aferir um interessante conjunto tipológico, ainda que formalmente pouco diversificado.

3.1. Antiguidade tardia (século V-VIII)

3.1.1. A Cerâmica Fina

Terra Sigillata Hispânica Tardia

Neste conjunto foram documentados 78 fragmentos tendo sido possível identificar a forma de 18 peças. Do total de fragmentos, quinze apresentam decoração a molde, três a roleta e um possui estampilha. Registaram-se

unicamente pratos e taças, com três e quinze exemplares, que representam 16,67 e 83,33% respectivamente, entre o total das formas identificadas.

O prato encontra-se presente com exemplares de grandes diâmetros (148.CM.C2057), entre 300 e 400 mm, destinados à apresentação de alimentos, mais concretamente o tipo Palol 4 / Forma 74 (Palol e Cortes, 1974; Mesquiriz, 1985), que tanto pelas suas dimensões como espessura dos bordos, poderiam identificar-se com a variante 10.4 (Paz Peralta, 2008). Cronologicamente estes pratos centrar-se-iam no século V (Paz Peralta, 1991: 99), provavelmente partir de meados dessa centúria (Bustamante, 2013: 109).

A forma taça encontra-se representada por dois exemplares de tipo Ritt. 8, tendo o melhor conservado (148.CM.C1593) um diâmetro de 200 mm. Caracteriza-se pelo perfil hemisférico, bordo pouco reentrante e lábio boleado, com paredes bastante espessas (6 mm). As características morfológicas e técnicas apontam para uma cronologia avançada, a partir da segunda metade do século IV.

A taça Drag. 37 é o tipo melhor representado com treze exemplares. Os bordos registados pertencem a dois tipos: simples sem lábio (148.L.C248) e bordos engrossados com lábios de tendência triangular (148.CM.C131), correspondendo-lhes pés pouco marcados (148.CM.C1232). A cronologia geral deste tipo centra-se entre a segunda metade do século IV e o século V.

Associado ao tipo Drag. 37 constata-se a decoração a molde de círculos duplos com linhas quebradas, decoração de linha quebrada e motivo de duplo círculo com espigas (motivo 3A1-1), todos pertencentes ao Segundo Estilo, com cronologias a partir da segunda metade do século IV, estando vigente durante todo o século V (Paz Peralta, 1991: 105-113). Dentro deste conjunto, apenas uma peça apresenta decoração a roleta.

Relativamente à sua procedência, e considerando a falta de análises arqueométricas, a totalidade dos pratos são provenientes de centros produtores do Vale do Douro, verificando-se, no entanto, que entre as taças documentam-se tanto exemplares com características do Vale do Douro como dos centros produtores da zona

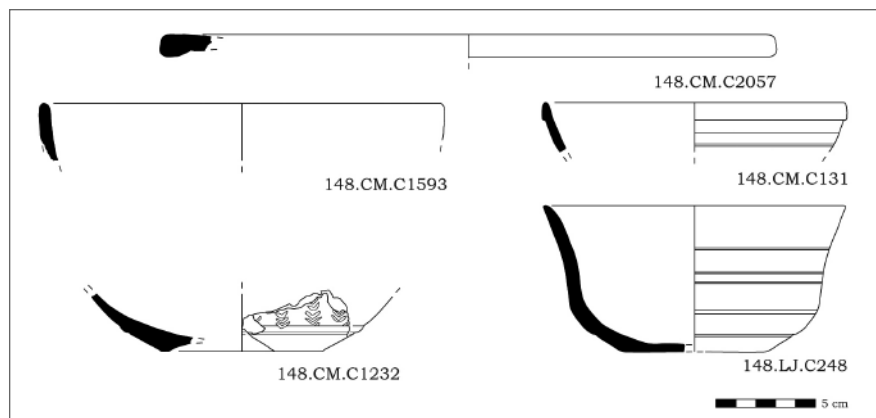


Figura 4 – *Terra Sigillata* Hispânica Tardia.

de La Rioja, pelo menos quanto à taça Drag. 37, sendo os exemplares Ritt. 8 da zona do Douro.

Apesar do escasso número de exemplares e a pouca variedade tipológica observa-se que a forma taça é claramente maioritária comparativamente ao tipo prato e que estas percentagens são bastante semelhantes ao que se verifica noutros sítios arqueológicos lusos, com um predomínio da Drag. 37 e em menor grau a Ritt. 8 para a forma taça e do tipo Palol 4 para prato (Sepúlveda, 2013; Silva, 2007).

Cerâmica Cinzenta Imitação de Sigillata

Não se trata de uma única produção homogénea, desde um ponto de vista técnico ou decorativo, localizada em oficinas concretas, mas «*un producto de sustitución de las sigillatas fruto de una respuesta multiterritorial*» (Juan Tovar, 2012a: 97). Contudo, têm em comum uma cozedura redutora e imitam as produções de sigillatas do século V, especialmente a hispânica tardia, a africana e a gala tardia ou DS.P. A cronologia centra-se a partir da segunda metade do século V (Juan Tovar, 2012b: 371). As características técnicas gerais resumem-se a pastas de cor geralmente cinzenta clara, mais raramente em tonalidades acastanhadas, duras e bastante depuradas, onde o desengordurante principal onde o desengordurante principal, a nível macroscópico, é a mica, vulgarmente abundante e visível na superfície das peças. Esporadicamente são visíveis quartzos vermelhos e brancos.

Quanto aos acabamentos, as superfícies encontram-se brunidas ou simplesmente alisadas. Os primeiros apresentam, geralmente, acabamentos de muito boa qualidade, de cor cinzenta escura, brilhante e um toque suave, especialmente no interior das peças.

Relativamente às decorações, unicamente se verifica uma peça estampilhada e duas com decoração incisa. Registaram-se um total de 19 peças segundo o Número Máximo de Indivíduos, nomeadamente pratos, taças, copos, potes, jarro e garrafa.

Sobre os primeiros, identificaram-se dois tipos principais, de bordo em aba e de bordo introvertido.

Assim, foi possível identificar pratos com aba horizontal (148.CM.C1766) ou com aba poligonal ou recortada (148.CM.C1364): Forma 1 (Paz Peralta, 2013: figs. 1-4). Os diâmetros encontram-se entre os 280 mm, com carenas marcadas por uma moldura e múltiplas caneluras na aba. Encontramos alguma semelhança com os exemplares do Grupo CIS Meseta Sul (Juan Tovar, 2012a: fig. 3 A9), datados no último quarto ou terço do século V (Juan Tovar, 2012a: 123; Vigil-Escalera, 2013: 20, fig. 7). Todos os exemplares apresentam brunidos e grande qualidade técnica.

O exemplar 148.CM.C1766 assemelha-se a um prato da Forma 74 / Palol 4 de Quintanilla (Juan Tovar, 1997: fig. 4.2).

Com o bordo introvertido, a peça 148.CM.C2061, que pode inserir-se na Forma 2 de *Asturica Augusta* (Paz Peralta, 2013: fig. 5.2). Tratando-se de um prato com 240 mm de diâmetro, pouco profundo, de paredes reentrantes, bordo introvertido e lábio boleado. Ostenta brunido menos homogéneo e irregular, de cor cinzenta brilhante com zonas esbranquiçadas. Parece imitar la Rigoir 4 em DS.P.

Salienta-se, ainda, a presença de taças com aba horizontal com duas variantes. O exemplar 148.CM.C476, caracteriza-se por aba horizontal recortada ou poligonal, uma carena muito marcada e paredes grossas. Apresenta acabamentos e qualidade técnica idênticos aos pratos de bordo em aba mencionados anteriormente.

Acrescenta-se a variante de paredes curvas e mais finas, bordo em aba horizontal poligonal e base discoidal (148.LJ.C305). Ostenta decoração incisa de curtos mas profundos traços paralelos, que criam a sensação de relevo. A pasta é de cor bege escura com pequenos desengordurantes, escassos de quartzo e abundante mica. Superfície interior e exterior de cor acinzentada e finamente alisada.

Encontramos paralelos com as taças da Forma 8a de *Asturica Augusta* (Paz Peralta, 2013: fig. 7, 1-2). Este tipo de taça imita a Hayes 97 em *Sigillata Africana* e o tipo Rigoir 3b em DS.P e, também, a *Terra Sigillata* Hispânica Tardia, especialmente a taça 4.8 (Paz Peralta, 2008: fig. 3). Em *Asturica Augusta* baliza-se na segunda metade do século V (Paz Peralta, 2013: 229).

Reconhecem-se recipientes com o bordo poligonal nas imitações de La Olmeda (Palencia) e em Zamora, em Villanueva de Azoague (Paz Peralta, 2013: 229). Verificam-se, ainda, algumas parecenças com algumas taças em aba poligonal do Grupo CIS Meseta Sul (Juan Tovar, 2012a: fig. 3 A), datados do último quarto ou último terço do século V (Juan Tovar, 2012a: 123; Vigil-Escalera, 2013: 20, fig. 7).

Reconhecemos imitações na produção de cerâmica cinzenta tardia de *Bracara Augusta*, e ali encontramos um pequeno fragmento de tigela com aba poligonal, procedente de contextos do século V e VI, que remete a este tipo de produções (Delgado e Morais, 2009: 62, n.º 182) ou os pequenos fragmentos também procedentes de Braga e Dume (Gaspar, 2003: fig. 26). Mas onde encontramos maior similitude,

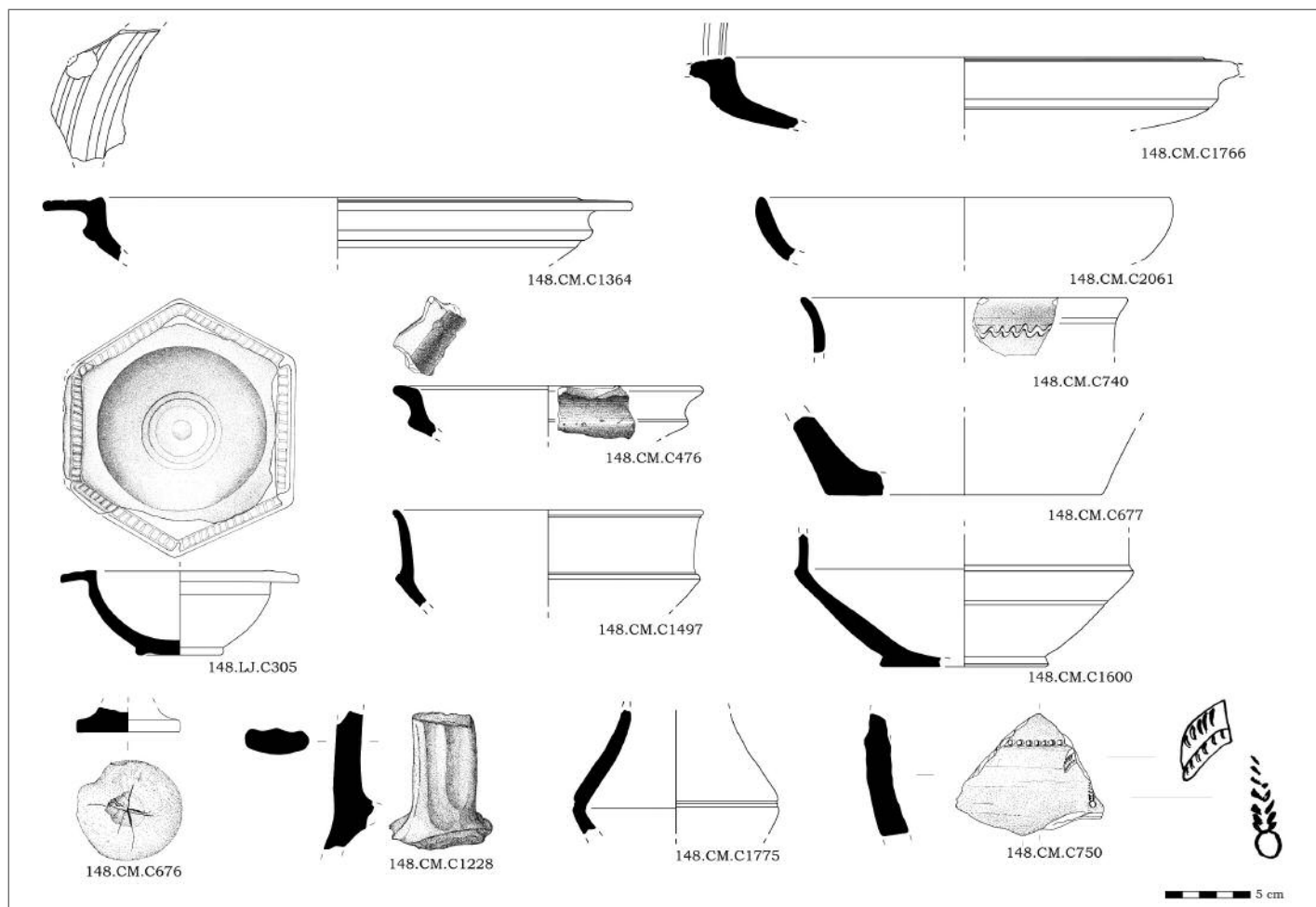


Figura 5 – Antiguidade Tardia. Cerâmica Cinzenta Imitação de *Sigillata*.

para além de *Asturica Augusta*, é na zona norte da Península Ibérica, especialmente na zona asturiana e mais concretamente com exemplares provenientes de Gijón (Juan Tovar, 2012a: fig. 14A, 3-5).

Verifica-se a presença de taças de bordo esvasado com uma marcada carena na parte superior do corpo e base com pé discoidal (148CM.C1600). O exemplar 148.CM.C1497, de 180 mm de diâmetro, tem uma marcada carena na parede e bordo ligeiramente extrovertido. Pode assemelhar-se às Formas 9-11 de Astorga (Paz Peralta, 2013: fig. 8-11), ali datadas entre finais do século V e princípios do século VI.

Também se documenta, tanto em produções cinzentas de *TSHT* como em cerâmicas a torno reduzidas de superfícies brunidas em Congosto (Madrid), em um contexto entre o último quarto do século V e o primeiro do século VI (Vigil-Escalera, 2013: 16, fig. 5) e são habituais no vale do Douro (Larrén Izquierdo *et al.*, 2003: fig. 3). Taças carenadas similares documentam-se na produção de cerâmica cinzenta tardia de *Bracara* (Delgado e Morais, 2009: n.º 196. Martínez Peñín, 2013: 80).

O mesmo pode dizer-se para o exemplar 148CM.C740, que não conservou a carena, apresentando decoração incisa de linha ondulada, sobre a superfície exterior previamente brunida. Encontramos decoração incisa ondulada na Forma 11 de *Asturica Augusta* (Paz Peralta, 2013: fig. 10-11).

Esta taça carenada é um dos tipos mais comuns e repertoriados, tanto em cerâmica fina, possivelmente inspirando-se na Rigoir 18 de DS.P ou na Palol 11 em *TSHT*, como em cerâmica comum. Nesta última, terá tido uma larga perduração, continuando durante todo o período visigodo (Juan Tovar e Blanco, 1997: fig. 4;

Vigil-Escalera, 2003: fig. 1) chegando inclusive a zonas litorais mediterrâneas, fora do tradicional âmbito meseteno, a partir do último quarto do século VI (Rosselló e Ribera, 2005: fig. 5, 4-5).

À forma copo corresponde um pequeno pé discoidal (148CM.C676), provavelmente recortado e reutilizado como ficha de jogo, com grafito inciso em forma de cruz no exterior. A base tem um diâmetro de 60 mm, sobre a qual se levanta um pé maciço de 40 mm de diâmetro. Pés altos de perfis variados e pertencentes a taças ou cálices são abundantes em *Asturica Augusta*, se bem que com este perfil maciço são menos frequentes e sugeriu-se que corresponderiam a copos (Paz Peralta, 2013: 240, fig. 24, 3-6).

No que concerne a cronologia destaca-se que os copos com pé são característicos entre o segundo e o terceiro quarto do século V (Vigil-Escalera, 2013: 20, fig. 8).

Na categoria de pote identificaram-se dois fragmentos, uma base (148CM.C677) e um fragmento de bojo (148CM.C750), que pela espessura das suas paredes se catalogaram como peças de armazenagem, mais especificamente, potes.

O fragmento de bojo apresenta a superfície apenas alisada e ostenta decoração estampilhada mutilada e pouco nítida. Encontramos paralelos no repertório decorativo da província de Segovia (Juan Tovar e Blanco, 1997: fig. 10), com motivos semelhantes de pequenos círculos (n.º 30), arcos (n.º 24) e palmetas (n.º 58).

Sobre a forma jarro/a classificou-se um fragmento de asa (148CM.C1228) como pertencente possivelmente a uma jarra ou jarro. Trata-se de uma asa de secção elíptica com canelura dupla, que apresenta no exterior, um brunido irregular. Não é uma forma muito frequente em imitações de *sigillatas* (Juan Tovar e Blanco, 1997: 185), constatando-se especialmente um tipo de colo estrangulado (bilha), cuja origem é a Forma 56 em TSHT, com exemplares em *Asturica Augusta* (Paz Peralta, 2013: forma 26) e na Meseta, nomeadamente na província de Ávila (Juan Tovar, 2012a: fig. 5, 7). Este tipo está presente na produção da cerâmica comum fina bracarense (Delgado e Moraes, 2009: n.º 58).

Por último, a forma garrafa quer trata-se de um fragmento de bojo (148CM.C1775) pertencente a uma forma fechada de pequenas dimensões, com um diâmetro máximo de 120 mm, carena marcada com uma canelura, pertencendo possivelmente uma pequena garrafa. Apresenta uma pasta de tons acinzentados e acastanhados, com a superfície brunida de cor acinzentada.

A proveniência de este conjunto cerâmico parece ter uma origem peninsular mais oriental que ocidental, visto que a maioria dos paralelos se referem à zona da Meseta e, em menor medida, no norte da península, em detrimento dos centros produtores de cerâmica cinzenta tardia da área atlântica, principalmente *Bracara*, da qual se conhece a difusão da sua produção para zonas como Conimbriga (Delgado e Moraes, 2009: 61).

Cerâmica Fina Tardo-Antiga

Este grupo é constituído por um conjunto de peças cujas características evidenciam uma mudança relativamente ao modelo produtivo anterior, embora mantendo

alguns aspectos que nos levam a considerá-lo como, de certa forma, herdeiro das produções baixo-imperiais, denominadas como cerâmica cinzenta imitação de *sigillata* (CCIS), configurando estas últimas o nexo de união entre a cerâmica fina de mesa romana e a denominada cerâmica fina tardo-antiga (CFTA), agora aqui tratada.

Não podemos deixar de destacar as dificuldades e dúvidas no momento da classificação de alguns fragmentos, pois dentro deste conjunto de CFTA convergem manufacturas de diferentes qualidades que podem confundir-se com as CCIS, dificuldade acrescida pelo estado fragmentado do material.

Cronologicamente, estes materiais surgem em contextos da Antiguidade Tardia, em sítios onde se enquadram entre o século VI e VII, nomeadamente em Navasangil (Ávila), Recópolis (Toledo), El Pelambre (León), Astorga (León), Góquez (Madrid), sendo estas produções definidas por Juan Paz Peralta (2013: 248) como imitações produzidas em cerâmica de pasta mais grosseira, próprias da Meseta.

Tecnicamente predomina a cozedura reduzida apresentando as superfícies uma coloração acinzentada. Assinalam-se alguns recipientes, claramente minoritários, com cozedura oxidante, e um outro de cozedura oxidante e arrefecimento redutor intencional.

A maioria destas peças foi elaborada a torno, verificando-se, igualmente, recipientes onde terá sido utilizada a técnica do rolo com apoio do torno lento. Quanto aos acabamentos, predominam as superfícies exteriores brunidas ou polidas sendo visíveis, na maioria dos casos, as marcas do espatulado. Registam-se, ainda que de forma muito minoritária, algumas peças cujas superfícies apenas foram alisadas e um fragmento de asa com engobe.

Considerando os bordos verifica-se a presença de tigelas (148CM.C356 e 148CM.C477), de bordo simples, espessado ou não, e, aparen-

temente, perfil semiesférico, apresentando as superfícies brunidas, de cor cinzenta. Encontram-se semelhanças morfológicas, entre outros, em recipientes do tipo B7 de Navasangil, Ávila (Larrén Izquierdo, 1989a: fig. 4, n.º 60, 76, 117), em contextos do século V-VII; e em Recópolis (Olmo Enciso e Castro Priego, 2008: fig. 3), com cronologias do século VI-VII.

A taça 148CM.C414, de superfícies polidas e coloração cinzenta irregular, poderá enquadrar-se entre as taças de perfil «acampanado» de El Pelambre (Pérez Rodríguez-Aragón e González Fernández, 2009: fig. VI) e na Forma 22 de *Asturica Augusta* (Astorga, León) (Paz Peralta, 2013: fig. 16, n.º 8), cujo autor coloca a hipótese de poder tratar-se de taças de pé alto. Este tipo de recipiente surge em contextos do século V-VII.

Já a taça 148CM.C244 apresenta superfícies de coloração em tom ocre e acabamento brunido, sendo este mais cuidado no interior do que no exterior, onde são visíveis as marcas de polimento em sentido oblíquo. Morfológicamente aproxima-se da taça P.M./S.2 da necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves) (Gomes, 2002: fig. 17B); aproxima-se, igualmente, de um recipiente de Recópolis (Olmo Enciso e Castro Priego, 2008: fig. 6), com cronologia do século VII-VIII, de uma taça da Fase Ia/b (século VI) de Gótzquez de Arriba (Madrid) (Vigil-Escalera, 2008) e da peça 5711/1, também da região de Madrid (Vigil-Escalera, 2000: fig. 24), identificada em contextos do século VII.

No concerne aos bojos identificados dentro deste grupo verifica-se tratar-se de fragmentos com as superfícies exteriores brunidas ou polidas, apresentando três deles, indícios de terem pertencido a recipientes carenados.

Relativamente aos fundos, foi possível distinguir diferentes tipos, segundo as suas características, ou seja, fundos de pé alto, de pé anelar, discoidais, planos e côncavos.

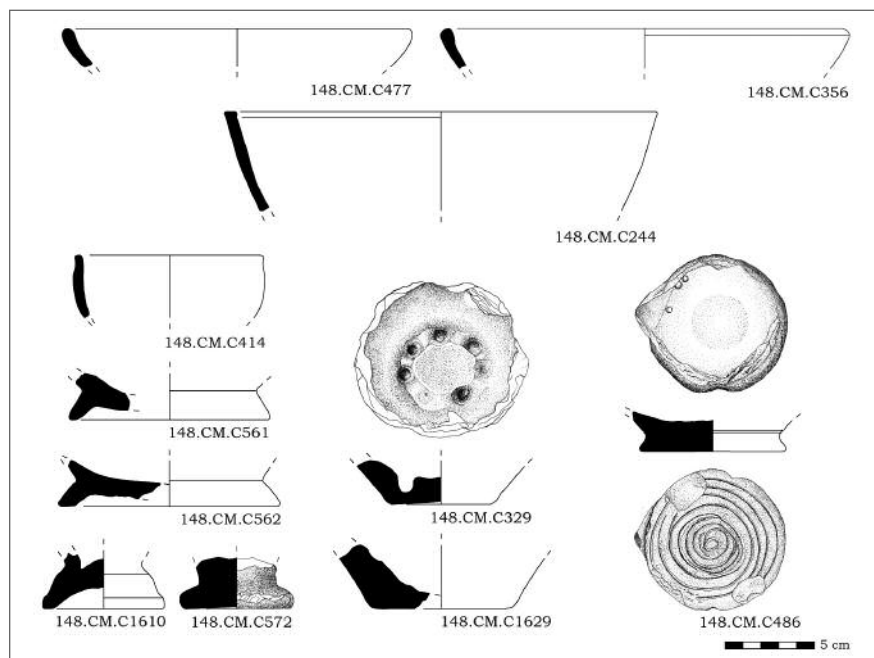


Figura 6 – Antiguidade Tardia. Cerâmica fina Tardo-Antiga.

O fundo de pé alto está presente em dois exemplares, registados como 148CM.C572 e 148CM.C1610. O primeiro, de cozedura oxidante e superfícies, em tom ocre, polidas, trata-se de um pé maciço cujas características sugerem poder ter pertencido a uma taça (Paz Peralta, 2013: fig. 24, n.º 3-6). O segundo, de cozedura reductora e apresentando as superfícies de cor acinzentada apenas alisadas, possui perfil troncocónico podendo ter sido, igualmente, uma taça carenada ou cálice, imitando as produções africanas e gálicas do século VI-VII (*Idem*: fig. 23, n.º 1-2). No entanto, esta forma de pé poderá, também, corresponder a um jarro, procurando reproduzir a forma própria dos jarros litúrgicos metálicos hispanovisigodos. Para além destes, encontramos semelhanças para este fundo de pé alto em Braga¹², mas aqui com as superfícies brunidas, e em El Pelambre (Pérez Rodríguez-Aragón e González Fernández, 2009: fig. VIII, n.º H11-3).

Quanto aos fundos de pé anelar, algo apontado (148CM.C561, 148CM.C562), aproximam-se morfológicamente de alguns fundos de imitação de *TSHT*, tal como o fundo H33-5 de El Pelambre (*Idem*: fig. V). O fabrico, cozedura oxidante e superfícies cobertas com engobe, afasta-se daquele aqui considerado mas, morfológica e cronologicamente, encontra-se nos mesmos horizontes tardo-antigos, pois enquadra-se nas últimas produções derivadas da *TSHT*, sujeitas já à influência da *sigillata* fabricada na Gália ao longo dos séculos V e VI (*Idem*: 326).

Identificaram-se, ainda, seis fundos discoidais possuindo base plana ligeiramente alargada ou discoidal, variando os diâmetros entre os 60 e 85 mm. O fundo 148CM.C486 possui três ligeiras depressões circulares na superfície interior, pos-

suindo na superfície exterior uma espiral incisa semelhante a alguns exemplares de Conimbriga (Alarcão, 1974: Est. LXI, n.º 1-9).

Por último, entre os fundos planos (148CM.C1629) e os fundos côncavos (148CM.C329) encontramos produções mais bastas e pesadas o que, conjuntamente com as características do tratamento aplicado às superfícies exteriores brunidas e interiores quase exclusivamente alisadas, nos leva a colocar a hipótese de se tratar maioritariamente de recipientes fechados.

Neste conjunto destacamos o exemplar 148CM.C329 que possui a particularidade de apresentar pequenas depressões no interior dispostas formando uma coroa. Estas marcas parecem terem sido realizadas numa fase de reutilização da peça, talvez com funcionando como apoio a um cabo de broca e têm semelhanças com alguns fundos identificados em El Pelambre (León) (Pérez Rodríguez-Aragón e González Fernández, 2009: fig. V, n.º H33-3; fig. VIII, n.º H33-4), procedentes de contextos cronológicos da Antiguidade Tardia, o que indicaria práticas comuns na reutilização de materiais.

No que respeita às asas, observamos que são maioritariamente de secção rectangular, podendo ser caneladas, apresentam-se todas polidas ou brunidas, possuindo uma delas engobe e restos de polimento negro.

3.1.2. A Cerâmica Comum

O conjunto da cerâmica comum é o mais numeroso do total da cerâmica deste leque cronológico com 170 peças estimadas. A caracterização das tipologias que apresentamos de seguida, efectuou-se elegendo uma amostra representativa das diferentes funcionalidades documentadas: Cozinha Fogo, Cozinha Auxiliar, Mesa e Armazenagem.

A cerâmica destinada à cozinha, mais concretamente ao fogo para a cocção de alimentos é a melhor representada no conjunto das diferentes funcionalidades (44,12%), sendo, no entanto, a mais pobre a nível tipológico, documentando-se unicamente caçoilas e panelas.

Iniciando esta exposição pelo tipo Caçoila, verifica-se a sua presença com dois exemplares, ambos realizados a torno lento, de paredes rectas e com diâmetros de 220 mm.

O exemplar melhor conservado (148CM.C1616) possui as paredes rectas esvasadas, com bordo apenas diferenciado da parede com lábio ligeiramente engrossado e marcado no exterior por uma canelura. Apresenta cozedura redutora, superfícies alisadas e, no exterior, também raspada para igualar a espessura das paredes, assinalando-se, ainda, vestígios de fogo no exterior. Observam-se desengordurantes de pequeno tamanho, quartzo e mica, de frequência moderada.

Constatamos a existência de um tipo similar em contextos baixo-imperiais em *Conimbriga* (Alarcão, 1975: planche XXXVI, 719). Em Silves documenta-se em um contexto tardio do século VI-VIII d.C. (Gomes e Gomes, 2003: fig. 9, Q4/C4-1). Na bacia do rio Douro é uma forma habitual em contextos tardo-antigos e, particular-

mente, tem especial similitude com um exemplar procedente de La Cabeza de Navasangil, em Ávila, procedente de um contexto de entre meados do século V e meados do VII (Larrén Izquierdo *et al.*, 2003: fig. 5, 6). Perfis similares registam-se em contextos tardo-romanos das *villae* da zona de Madrid, se bem que ali são denominados pratos (Vigil-Escalera, 2007: fig. 4).

Relativamente ao tipo Panela, claramente maioritária tanto dentro deste grupo funcional com 73 exemplares e como no total da Cerâmica Comum deste período, pois apenas ela pressupõe 42,94%, apresentando grande variedade formal a nível do bordo, pelo que unicamente incidiremos nas variantes mais características.

A panela com ressalto interior, 148CM.C1572, caracterizada por bordo extrovertido com ressalto interior para encaixe da tampa, de 180 mm de diâmetro, e lábio boleado, com fabrico a torno lento, cozedura redutora, superfícies alisadas, desengordurantes de quartzo, mica e xisto, de tamanho pequeno e frequência moderada.

Não encontramos muitos paralelos para este tipo de panela, mas, sem dúvida, assinalamos um paralelo muito exacto, também de cozedura redutora e com o característico ressalto interior no bordo, em Monte Cildá (Palencia), sítio datado entre o século V e VIII d.C., em cujo contexto aparecem cerâmicas cinzentas imitação de *sigillatas* de diferentes qualidades e algumas com decoração estampilhada (Bohigas e Ruiz, 1989: fig. 7, 8). Com algumas parecenças mais gerais, encontramos alguns exemplares baixo-imperiais da zona do Alto Douro (Bermejo, 2011: fig. 11, vsc. 85/30/2151; vsc 85/30/2121) e outras análogas na zona de Valladolid provenientes de um contexto da primeira metade do século V d.C. (Cen-teno *et al.*, 2010: fig. 8, 7-8). Algo mais tardias são os exemplares de Recópolis, Guadalajara,

datadas entre finais do século VI e primeiro terço do século VII d.C. (Olmo e Castro, 2008: fig. 2, Rec. 07/17558/3), também com a característica concavidade no interior do bordo para a tampa.

Variante escassamente documentada, corresponde a panela com bordo extrovertido e lábio boleado, com asa. O exemplar 148CM.C1107 trata-se de uma panela com 120 mm de diâmetro do bordo, extrovertido com lábio boleado. Apresenta uma asa imediatamente por baixo do bordo, de secção elíptica. Fabrico a torno lento e cozedura mista e superfície com engobe de cor acinzentado escura, com raros desengordurantes de pequeno tamanho de quartzo e mica.

Tem paralelos com a forma VIII-B-3-a de São Cucufate, e apesar de se encontrar já em contextos alto-imperiais, tem o seu máximo expoente a meados do século IV d.C. continuando até meados do século V d.C. (Pinto, 2003: 355-358). Este tipo documenta-se na Quinta do Rouxinol, principalmente em contextos da segunda metade do século IV e inícios do século V d.C. (Santos, 2011: Tipo 2.2.2.2, Est. XXII, QtR 323).

Regista-se a presença de panela de bordo extrovertido e lábio boleado, de paredes curvas de perfil em «S», onde a transição entre a parede e bordo é inexistente. Alguns bordos podem ter o lábio ligeiramente engrossado.

A título de exemplo desta variante, apresenta-se a peça 148CM.C1827 com bordo de 130 mm de diâmetro, fabricado a torno, com cozedura redutora, superfícies alisadas e desengordurantes de tamanho mediano e frequência moderada de quartzo, mica e xisto.

Tem paralelos com a forma VIII-B-7 em São Cucufate, típica de contextos do Baixo Império (Pinto, 2003: 370). Verificam-se perfis semelhantes na parte medio-inferior do Guadiana na zona alentejana (Marques *et al.*, 2012: fig. 3, 6) em um contexto do século VI d.C.

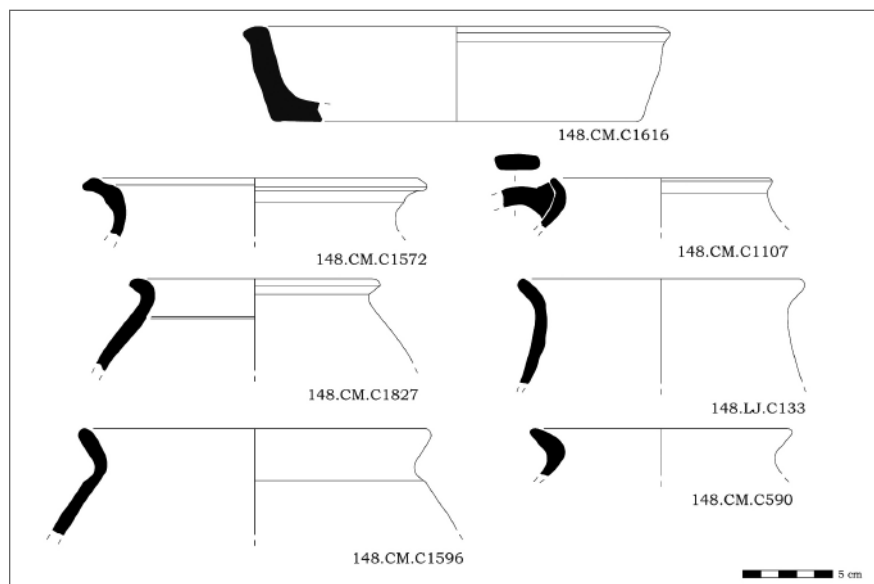


Figura 7 – Antiguidade Tardia. Cerâmica comum.

Surge outro tipo, caracterizando-se por bordos extrovertidos e obliquidade média e lábios variados, normalmente, boleados, biselados no exterior ou direitos e colo curto. Os diâmetros do bordo oscilam entre 150 e 200 mm.

A panela registada como 148LJ.C133 possui bordo de 160 mm de diâmetro, lábio boleado, elaborado a torno lento, cozedura mista e superfícies alisadas. São observáveis moderados elementos não plásticos de tamanho médio de quartzo, mica e xisto.

Apresentam semelhanças gerais com a Forma VIII-B-2 que cronologicamente é de longa duração e que aparece em todos os horizontes cronológicos do sítio de São Cucufate, estando bem representada nos níveis baixo imperiais (Pinto, 2003: 346-350). Também surge na Quinta do Rouxinol, tipo 2.2.4.1, com as maiores percentagens em níveis do Baixo Império da segunda metade do século IV e inícios do V d.C. (Santos, 2011: 81-82, Est. XXIII). Assinala-se, ainda, em Setúbal, cronologicamente balizada entre os séculos VI-VIII d.C. (Carvalho, 2007: R.F.P. (S.1) – 4, R.F.P. (S.1) – 5, p. 311 e 317).

Encontramos igualmente paralelos em contextos tardo-antigos do século V-VII em Navasangil, Ávila (Ación Almansa *et al.*, 1991: fig. 5,2; 5,7); em Monte Cildá, Palencia, em contextos do século V-VIII (Bohigas e Ruiz, 1989: fig. 6,16) e, em pontos um pouco mais longínquos, mas dentro da tradição da cerâmica comum romana, no sítio de Iruaxpe III no País Vasco, em contextos do século VI-VII d.C. (Azkárate *et al.*, 2003: fig. 18, Olla 2).

Verifica-se, a presença de panelas com bordos extrovertidos e menos oblíquos, lábios maioritariamente boleados e inflexão marcada entre o bordo e a parede. Os diâmetros do bordo oscilam entre 150 e 200 mm.

Referimos a peça 148CM.C1596, com diâmetro de 190 mm, cozedura redutora, fabrico a torno lento, inclusões não plásticas de pequeno tamanho e frequência moderada de quartzo, mica e xisto. As superfícies são alisadas de cor acinzentada, ostentando sinais de fogo.

Perfis semelhantes documentam-se em contextos do século VI em Madrid (Vigil-Escalera, 2000: fig. 21, 6824/1); em Silves, num contexto do século V-VIII (Gomes e Gomes, 2003: fig. 6, Q10/C4-1); no sítio de Cabeçana 4, no Alentejo (MARQUES *et al.*, 2012: fig. 3,3) também em um contexto do século VI; em Pozo de la Cañada, Badajoz, em um contexto do século VI-VII (Heras e Gilotte, 2008: fig. 9, 2-3); em contextos de finais do século VI e inícios do VII em Recópolis, Guadalajara (Olmo e Castro, 2008: fig. 2, Rec 96/9282B/99) e em Dehesa de la Ventosa, Cáceres, em um contexto de época visigótica avançada (Fernández de La Peña, 2012-2013: fig. 10,3).

O exemplar em questão fornece uma cronologia do século VI, em um contexto com TSHT e Cerâmica Cinzenta Imitação de *Sigillata*, do século V-VI, além de um pé anelar de copo em Cerâmica Fina Tardo-Antiga.

Por fim, surge a panela de bordo extrovertido e lábio engrossado, tal como o exemplar 148CM.C509, com diâmetro de 140 mm, modelada a torno, cozedura mista e superfícies alisadas. Apresenta desengordurante de pequeno tamanho e frequência moderada de quartzo e mica, vestígios de fogo, com o bordo enegrecido.

É uma forma muito característica, principalmente em contextos do século VI, com paralelos em âmbitos de este século no sítio de Gózquez, Madrid (Vigil-Escalera, 2000: fig. 21, 5623/2); em contextos do século V-VII em Navasangil, Ávila (Acién Almansa *et al.*, 1991: fig. 5,1); em Recópolis, Guadalajara em horizontes de finais do século VI e princípios do VII (Olmo e Castro, 2008: fig. 3, Rec 05/17558/29) e em um nível do século VI-VII no sítio de Iruaxpe III, País Vasco (Azkárte *et al.*, 2003: fig. 18, Olla 1).

Auxiliar

A cerâmica considerada como auxiliar de cozinha consiste em 10% do total da cerâmica comum, documentando-se as formas tampa, almofariz, bacia e alguidar, sendo unicamente esta última a que contribui com um número significativo de exemplares (13) e variedade tipológica. O resto das formas registadas, escassos e pequenos fragmentos, provavelmente devem ser considerados como residuais, ainda que assinalemos a sua presença e, no caso concreto das tampas, constatar a sua manufactura noutros materiais, especialmente em xisto.

No que concerne ao Alguidar são recipientes abertos, com as paredes arqueadas, carenadas ou esvasadas. Esta forma demonstra diferente caracterização técnica e formal e representa 76,47% do seu grupo funcional.

Surgem alguidares com o bordo voltado para o exterior, tal como 148CM.C1052, 148CM.C1130, 148CM.C2003. Elaborados maioritariamente a torno, ainda que em alguns exemplares as irregularidades no modelado do bordo sugiram a utilização do torno lento (148CM.C1052). Apresentam cozeduras heterogéneas e com

desengordurante de tamanho pequeno-médio de quartzo, mica e xisto, de frequência moderada-abundante. Mostram as superfícies exteriores alisadas, estando os interiores cobertos por uma fina camada de engobe de tonalidade avermelhada e polidos (148CM.C2003), polidos (148CM.C1130) ou simplesmente alisados (148CM.C1052).

Morfologicamente caracterizam-se por paredes abertas ou ligeiramente fechadas, algo curvadas, com uma certa espessura, com bordos curtos e extrovertidos, mais ou menos oblíquos, normalmente com lábios boleados e diâmetros entre 360 e 580 mm, sendo os de 410-480 mm os mais abundantes. Mostram caneluras horizontais na parede exterior ou decoração de linhas incisais onduladas, paralelas, dispostas na horizontal e delimitadas por linhas incisais horizontais.

Assemelham-se às formas VI-A-5 e VI-A-5-a de São Cucufate, ali denominadas terrinas e não apontam cronologias no primeiro caso e de horizontes cronológicos de meados do século IV d.C. no segundo (Pinto, 2003: 302-303, fig. 229-230). Encontramos um paralelo muito próximo no sítio de San Pelayo (Salamanca), em níveis do século IV-V d.C., um contentor de bordo voltado com diâmetro similar e fragmento de bojo com o mesmo tipo de decoração incisa de linhas onduladas (Dahí, 2007: fig. 4, 5-6). Perfis similares documentam-se na bacia do Douro na época tardo-antiga, especialmente algum exemplar do sítio arqueológico zamorano de El Cristo de San Esteban, cujos níveis tardo-antigos datam-se entre o século V e VI-VII d.C., com uma ocupação de época tardo-romana com presença de *Terra Sigillata* Hispânica Tardia e acinzentadas finas de imitação estampilhadas e outra fase posterior já de época visigoda, que perduraria até finais do século VI ou inícios do VII (Larrén Izquierdo *et al.*, 2003: fig. 11,4; 279-281). Também em Valladolid em um contexto da primeira

metade do século V d.C. se bem que com as paredes um pouco mais fechadas (Centeno *et al.*, 2010: figs. 9,2 e 10,1-2, 6-7). Constata-se a presença de recipientes similares em Fresneda de Cuellar (Segovia) (Caballero, 1989: fig. 6,2-6) em um contexto de cronologia visigoda final.

A variante caracterizada por bordo voltado para o interior tem como exemplos as peças 148CM.C568, 148CM.C727, 148CM.C2005. Mostram cozeduras mistas ou oxidantes, com abundantes desengordurantes de quartzo, mica e xisto, de tamanho grande e frequência abundante. As superfícies foram alisadas e destacam-se por ostentarem muita mica e revelam fabrico misto manual e torno. Formalmente pertencem a grandes contentores caracterizados pelas panças de paredes curvas, com bordos introvertidos, engrossados e de secção amendoada, delimitados no exterior por uma moldura côncava. Salientamos no fragmento identificado como 148CM.C568 a existência de um cordão plástico com motivos decorativos tipo unhas. Os diâmetros dos bocais oscilam entre os 390 e os 640 mm.

Assiste-se a presença de contentores similares sob o ponto de vista técnico e formal no sítio de época tardo-antiga de El Pelambre, León, ainda que aqui são interpretados como grandes talhas destinadas ao armazenamento (Pérez Rodríguez-Aragón e González Fernandez, 2009: 324 e fig. 1). Encontramos ainda alguma semelhança formal com os «*barreños*» recuperados na província de Segovia para os quais se propõem cronologias de momentos avançados do século V, com perduração ao longo de toda a centúria seguinte (Larrén Izquierdo *et al.*, 2003: fig. 11.13: 2); também com os «*barreños*» de época visigoda da Vega Baja, de Toledo (Gallego, 2010: fig. 2, 11159/1, fig. 5, 11189/1) e com as «*grandes vasijas micáceas*» de Monte Cildá (Palencia) datadas entre o século V-VIII (Bohigas e Ruiz, 1989: fig. 8, 12-14).

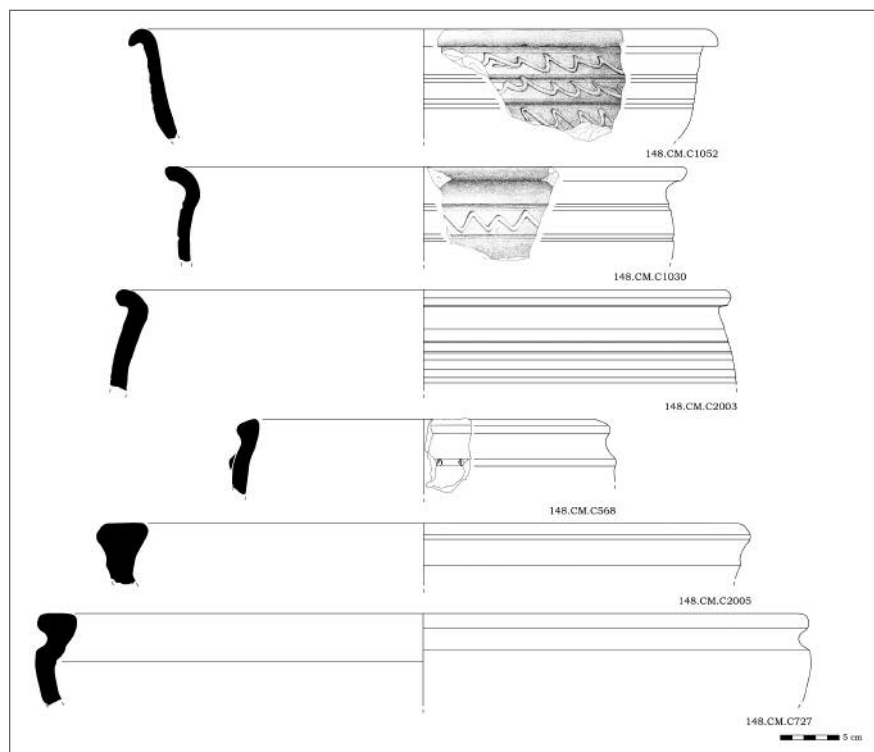


Figura 8 – Antiquidade Tardia. Cerâmica comum, cozinha auxiliar.

Recipientes semelhantes com fabricos identicos documentam-se em El Castillón (Sta. Eulalia de Tábara, Zamora)¹³ em contextos dos século V-VI d.C.

Salientamos que a grande parecença morfológica e técnica com os exemplares de El Castillón, El Pelambre e Monte Cildá nos fazem aventar a hipótese de uma origem comum.

As indicações cronológicas provêm do exemplar 148.CM.C727 recolhido em uma camada com cerâmica do Antiquidade Tardia com alguma intrusão da Alta Idade Média.

A cerâmica comum de mesa representa 13,53% do total da cerâmica comum deste período, em um total de 23 peças. Existe certa diversidade tipológica, diferenciando-se os jarros com oito peças, os potinhos e tigelas com seis peças respectivamente, pratos com dois e uma possível taça.

As peças 148LJ.C251 e 148CM.C1120. correspondem a tigelas de fabrico a torno, de bordo extrovertido e lábio boleado com 160 mm de diâmetro.

O exemplar 148.LJ.C251 apresenta um pequeno sulco sob o lábio. Cozedura oxidante, com pequenas e raras partículas de quartzo e mica e superfícies alisadas. Difere o exemplar 148.CM.C1120 apresentando cozedura redutora, com desengordurantes médios e abundantes de quartzo, mica e xisto.

A nível geral enquadrar-se-iam dentro do grupo das tigelas de bordo voltadas para o exterior e têm uma certa afinidade com as variantes III-C-4 e III-C-5 de São

Cucufate, que imitam, *grosso modo*, o tipo Dragendorff 37 da *Sigillata* Hispânica Tardia, com a mesma cronologia, século IV e V (Pinto, 2003: 255-257). Em Silves existem perfis semelhantes, se bem que com diâmetros algo maiores, com a denominação taças, datados entre o século VI e VIII (Gomes e Gomes, 2003: fig. 4).

No que respeita a potinhos, formalmente os seis exemplares possuem bordo voltado para o exterior e colo curto, sendo que o exemplar 148CM.C1767 distingue-se pelo colo mais pronunciado e pelo bordo esvasado e curvo. Os diâmetros variam entre 100 e 140 mm.

Elaborados a torno, caracterizam-se maioritariamente pelas cozeduras redutoras, com abundantes inclusões de quartzos e micas e superfícies toscamente alisadas. O exemplo apresentado mostra o mesmo fabrico que a panela 148.CM.C1572, e assemelha-se aos potinhos da forma X-A-2 do sítio de São Cucufate que surgem em todos os horizontes, excepto no 5 (Pinto, 2003: fig. 405).

Surgem dois exemplares de pratos, de parede oblíqua e recta com bordo não diferenciado, lábio boleado ou biselado no exterior e diâmetros entre 240 e 300 mm, ambos elaborados a torno lento e cozedura mista. As superfícies podem ser simplesmente alisadas ou interior alisado e exterior brunido.

O bordo inventariado com 148CM.C196 apresenta abundantes desengordurantes de tamanho mediano de quartzo, mica, xisto e cerâmica triturada. As superfícies estão alisadas.

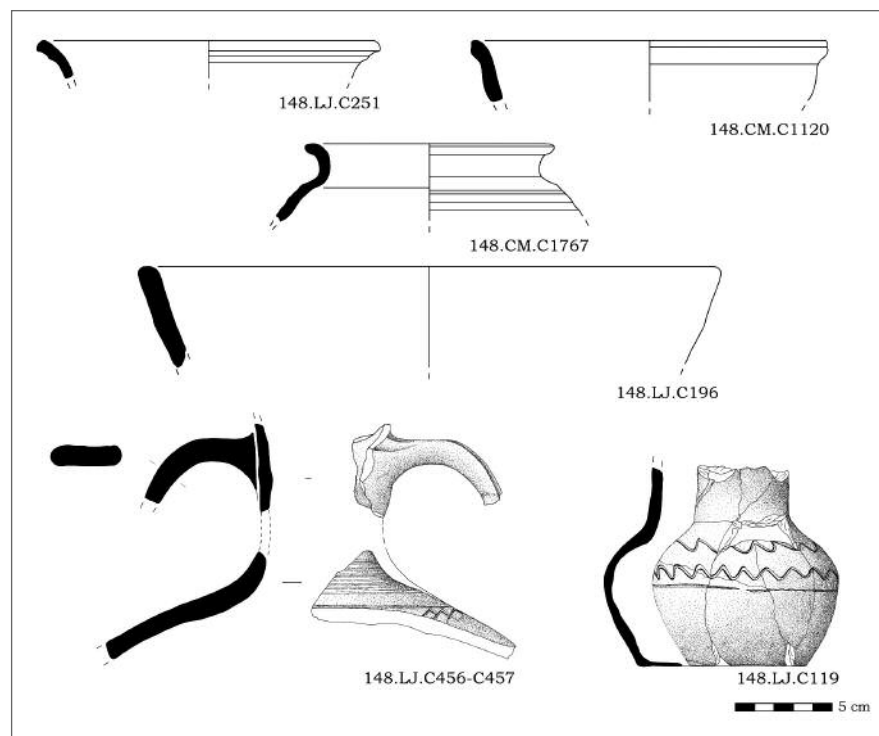


Figura 9 – Antiquidade Tardia. Cerâmica comum, mesa.

Este tipo de prato documenta-se em São Cucufate (I-A-11) aparecendo cronologicamente ao longo de todo o período de ocupação do sítio até à época baixo-imperial e alguns dos exemplares contêm vestígios de fogo (Pinto, 2003). Perfis similares encontram-se em contextos tardo romanos de *villae* na zona de Madrid (Vigil-Escalera, 2007: fig. 4). Em um contexto da primeira metade do século V regista-se no sítio de Las Lagunillas, Valladolid (Centeno *et al.*, 2010: fig. 10,4). Este tipo, com paredes mais ou menos extrovertidas e variados diâmetros documentam-se no sítio de El Cortinal de San Juan, em Salamanca, (Ariño, 2011: fig. 6) em um contexto de época visigoda e tidas indistintamente como caçoilas ou tigelas.

Os oito exemplares de jarro/a documentados, apresentam bordos extrovertidos e lábios boleados naqueles exemplares em que se preservaram.

O exemplar 148LJ.C456-C457 trata-se de bojo com asa em fita e arranque de colo, com fabrico a torno, cozedura mista, com desengordurantes de tamanho mediano e frequência moderada de quartzo, mica e xisto. Superfícies alisadas com decoração penteada na zona do colo e restos de grafito na parte inferior. O perfil geral lembra peças similares (jarras ou pequenas ânforas) do Baixo Império e Antiguidade Tardia (Pascual *et al.*, 2003: fig. 16).

Relativamente ao 148LJ.C119, trata-se de uma peça incompleta, pequena jarra de corpo ovoide de 95 mm de diâmetro máximo, colo alto e cilíndrico, base plana. Não há evidências de asas e foi elaborada a torno lento e cozedura mista, desengordurante de quartzo, mica, xisto e cerâmica triturada, de tamanho mediano e frequência moderada. Exterior alisado e interior sem tratamento. Ostenta decoração incisa nas zonas média e superior do corpo, com duas linhas onduladas paralelas sobre uma linha incisa horizontal.

Tem semelhanças com jarros de época tardo-romana e visigoda, com exemplos em El Gatillo (Cáceres) (Caballero *et al.*, 2003: fig. 1,42) e com uma peça de dimensões algo maiores (cântaro) e com similar decoração incisa procedente da Cabeza de Navasangil (Ávila) datada entre o século V e VII (Larrén *et al.*, 2003: fig. 6,1). Encontram-se, igualmente, paralelos com cântaros e jarros de época visigoda plena em Mérida (Alba e Feijoo, 2003: fig. 8 e 9).

A nossa peça, pelas características de manufatura e tipologia, consideramos que deve situar-se cronologicamente em um momento avançado da Antiguidade Tardia (século VII-VIII).

Os recipientes destinados ao armazenamento pressupõem 32,35% do total da cerâmica comum (55 exemplares), tratando-se do segundo dos grupos funcionais melhor documentados, com as formas Pote, Talha, e Pote/Talha com rebordo.

A forma pote é a mais numerosa, com 35 exemplares, apresentando uma elevada variabilidade morfológica dentro do tipo geral de recipientes de tamanho mediano-grande, constatando-se corpos esféricos, de perfil em «S» e globulares, e bordos extrovertidos.

A peça 148CM.C1570 corresponde a um pote de paredes finas de tendência esférica, bordo em aba oblíqua e lábio boleado, boca larga com 230 mm diâmetro, fabrico a torno, cozedura mista, desengordurante de tamanho pequeno e mediano de quartzo, mica e xisto de frequência moderada-alta. As superfícies apresentam-se alisadas com decoração digitada sob os ombros.

Verifica-se parecenças com a forma VII-B-3-a e VII-B-4 de São Cucufate, ali denominados «tachos» e consideradas ambas como formas típica da época baixo-imperial (Pinto, 2003: 333-335).

Surge uma variante de bordo extrovertido com aba inclinada, cujo exemplo é 148CM.

C2144. Os diâmetros oscilam entre 320 e 360 mm, com fabrico a torno, pasta redutora com pós-cozedura oxidante, com desengordurantes de tamanho mediano e abundantes de quartzo, mica e xisto. Superfície exterior alisada, às vezes, engobada, interior alisado.

Tem parecenças formais com os tachos VII-B-3, típicos do Baixo Império (Pinto, 2003: 332), se bem que os nossos exemplares têm diâmetros maiores e em nenhum caso apresentam vestígios de fogo.

A peça 148.LJ.C415 corresponde a cinco fragmentos do mesmo recipiente, bojos e fundo, tratando-se de um possível pote de corpo globular com aproximadamente 225 mm de diâmetro máximo e base plana de 140 mm. Reconhece-se o fabrico a torno lento, e apresenta uma cozedura redutora, com abundantes elementos não plásticos de quartzo, mica e xisto de pequeno tamanho, e superfícies alisadas. Estes perfis globulares com bases planas são característicos da Antiguidade Tardia. Para além disso, as particularidades da pasta e manufatura também remetem para esses momentos tardios. Encontramos paralelos de época visigoda na zona de Madrid (Vigil-Escalera, 2000: fig. 23, 5927,1-2; 5984/2, 5985/1), e para a mesma época em La Huesa, Zamora (Larrén *et al.*, 2003: fig. 8,10).

Foram registados dezassete exemplares de talha e, tal como nos potes, apresentam uma elevada variabilidade morfológica nos bordos: extrovertidos oblíquos, boleados, triangulares, ou introvertidos.

Apresenta-se a peça 148CM.C1751, uma talha de bordo extrovertido com resalto e lábio moldurado, diâmetro 530 mm, paredes grossas e abertas. Fabrico a torno, cozedura oxidante, com desengordurantes pequenos e medianos de quartzo e xisto, de frequência moderada, e abundante mica de pequeno tamanho. A superfície interior alisada e exterior com engobe alaranjado.

No Alto Douro, documentam-se em contextos baixo-imperiais (Bermejo, 2011: fig. 10) e também no sítio de Las Lagunillas, em Valladolid, em um contexto da primeira metade do século V d.C. (Centeno *et al.*, 2010: fig. 9,5-7), com bordos extrovertidos e com variabilidade na morfologia dos lábios.

Para época posterior, visigoda, encontramos peças «*tinajas*» de bordos extrovertidos e paredes abertas em El Cortinal de San Juan, Salamanca (Ariño, 2011: fig. 8, CSJ-70-92).

Outra peça a considerar é a 148CM.C1613, talha de bordo extrovertido e lábio triangular, com diâmetro do bordo de 300 mm. Asas robustas de secção ovalada implantadas diretamente no bordo. Fabrico manual, provavelmente ajudado por torneta. Pasta e superfícies cor bege, desengordurantes de tamanho médio de quartzo, mica e xisto de frequência moderada. Superfícies alisadas e ostenta decoração de traços incisivos curtos longitudinais e paralelos no bordo.

Procede de um nível com materiais da Antiguidade Tardia, podendo-se datar entre o século V e VII d.C..

Surge a forma Pote/Talha com rebordo, com três exemplares com rebordo ou apêndice mais ou menos profundo, inclinado para o interior. Relativamente ao 148CM.C176 corresponde a um fragmento de parede aberta e rebordo ou apêndice

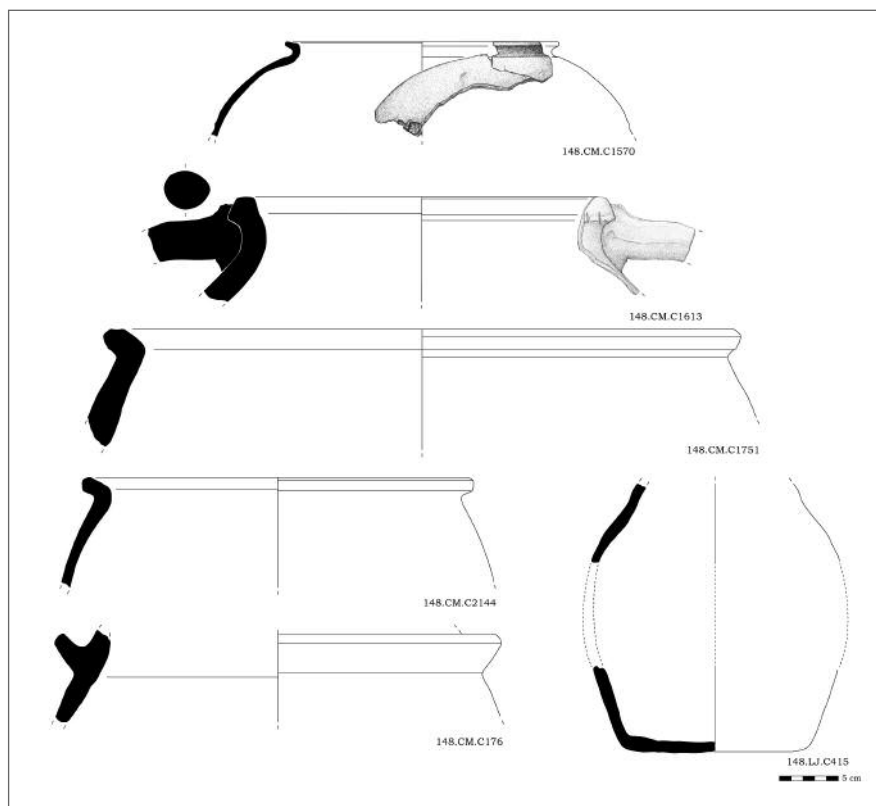


Figura 10 – Antiguidade Tardia. Cerâmica comum, armazenagem.

inclinado para o interior. De fabrico a torno, revela uma cozedura oxidante, desgordurante de quartzo e mica de tamanho mediano e frequência moderada. No interior conserva restos de engobe cor bege. Assinala-se ser proveniente de um contexto da Antiguidade Tardia.

A presença de estes apêndices em algumas peças foi relacionada com a funcionalidade específica do recipiente, mais concretamente, com a produção de mel, potes meleiros, com base em paralelos etnográficos actuais (Delgado, 1996-1997; Morais, 2006). É muito provável um uso multifuncional pois também se utilizaram para armazenar azeite (Delgado, 1996-1997: 151), ainda que, se tenha proposto que os destinados a conter azeite seriam de maiores dimensões (Morais, 2006: 153-154).

Aos clássicos e conhecidos exemplos de Conimbriga (Alarcão, 1975: n.º 862 e 864) com cronologia baixo-imperial e de *Bracara Augusta* datados entre finais do século I al III d.C. (Delgado, 1996-1997: fig. 4; Delgado e Morais, 2009: núm. 293-295), acrescentam-se os recolhidos por Rui Morais (2006) que na dispersão deste tipo na zona portuguesa constata a sua presença em uma grande diversidade de sítios e diversos períodos cronológicos, desde povoados indígenas pré-romanos até sítios de época medieval avançada (Morais, 2006: 153).

3.2. Alta Idade Média

Os materiais integráveis neste momento cronológico apresentam características distintas, podendo, deste modo, ser distribuídos em dois grandes conjuntos: aquele que se enquadra em contextos balizados entre o século VIII e o século XI, e aquele cujas características apontam já para horizontes integráveis no século XII/XIII.

Dentro do primeiro conjunto assinala-se a presença de dois grupos de materiais muito concretos e, de certo modo, complementares, uma vez que coexistem nos mesmos horizontes cronológicos. Assim, temos um grupo que possui clara analogia com os materiais, de cronologias idênticas, identificados na Meseta e norte da Península; e um outro cuja correspondência se encontra em materiais, dentro dos mesmos contextos cronológicos, com marcado cariz islâmico, quer reconhecidos na zona da Meseta, quer em regiões mais meridionais. Encontramo-nos, deste modo, perante um conjunto de cerâmica que associa aspectos autóctones e/ou provenientes de regiões mais próximas, designadamente da Meseta, com outros vindos de fora, provavelmente trazidos de terras mais a sul.

3.2.1. Cerâmica do século VIII-XI

Neste grupo verifica-se a quase exclusividade da cerâmica comum, predominando os fabricos a torno, embora se afirmem algumas produções manuais / torno lento. As cozeduras são maioritariamente redutoras ou mistas e as superfícies alisadas, podendo apresentar-se também brunidas ou espatuladas e, por vezes, com decoração, nomeadamente incisa ou com aplicações plásticas, sobretudo cordões digitados.

Formalmente evidenciam-se os recipientes fechados, mormente panelas e/ou potes que

denunciam um perfil em S, manifesto prolongamento de tradições anteriores.

No conjunto é claro o predomínio da cerâmica cuja funcionalidade está ligada ao uso na cozinha, sobretudo no que se refere à confecção dos alimentos ao lume, onde se encontram presentes caçoilas de bordo ligeiramente introvertido e espessamento interior, corpo de perfil globular e asa partindo do lábio para terminar logo no início do corpo (**148.CM.C058**), aproximando-se de peças provenientes de Santa Lucía del Trampal (Cáceres) (Caballero Zoreda e Sáez Lara, 1999: fig. 105, n.º 51) e do Tolmo de Minateda (Gutiérrez Lloret *et al.*, 2003: fig. 15, n.º 4), enquadrando-se em contextos do século VIII/IX. A marmita **148.CM.C1771** de tronco troncocónico invertido, bordo recto introvertido, asa vertical e superfície exterior polida, embora se trate de uma forma pouco frequente no contexto geográfico em questão, predominando na zona sul-oriental da Península, para além dos paralelos que lhe encontramos em regiões mais mediterrâneas, como é exemplo Morón (Málaga) (Acién Almansa *et al.*, 2003: fig. 11, n.º 90), onde surge em contextos emirais, também encontra semelhanças morfológicas na Vega Baja (Toledo) (Juan Ares *et al.*, 2009: Lam. IV) em idêntica fase cronológica.

Os *Tabaq*, peças de grandes diâmetros, perfil simples, troncocónico invertido (**148.CM.C996**) ou ligeiramente envasado (**148.CM.C765**), pouca profundidade, superfícies alisadas, de fabrico manual e pastas grosseiras, destinar-se-iam a servir de suporte para cozer pão no forno ou num fogareiro. No entanto, alguns autores atribuem-lhes outro tipo de funções, tais como as de tampa ou mesmo contentores destinados a serem utilizados em silos (Alba e Feijoo, 2001: 351). Conhece-se a presença de discos de cozer pão ázimo em sítios islâmicos, nomeadamente associados a formas que permanecem desde contextos emi-

rais e califais até contextos almóadas, conquanto, já em níveis anteriores, tardorromanos, se constata a presença deste tipo de recipientes, desempenhando funções idênticas. (Gutiérrez Lloret, 1990-91: 172).

Constituindo a forma melhor representada no lote de recipientes destinados à confecção de alimentos, a panela oferece alguma diversidade tipológica, especialmente no que se refere à morfologia dos lábios, possuindo todas bordo extrovertido. Assim, temos as panelas de lábio boleado e colo de curva côncava pouco desenvolvido, por vezes possuindo ressalto para assentamento da tampa (**148.CM.C992**), de longa diacronia, mantêm ainda a tradição de época visigótica, sendo comuns em contextos arqueológicos com cronologias alto medievais, como em Trancoso (Ferreira *et al.*, 2012: 20, n.º 3), Mérida (Alba e Feijoo, 2001: 340 e fig. 4) e em El Prado de los Llamares (Zamora) (Turina Gómez, 1994: 182 e 183, n.º 1-3), onde se enquadram no Subtipo 1. As panelas de lábio com espessamento exterior, de bordo muito extrovertido, colo curto e corpo de perfil globular, de que é exemplo a peça **148.CM.2171**, não sendo uma forma muito comum entre a cerâmica medieval, encontram semelhanças morfológicas com panelas do sítio de Peñafiel (Valladolid) (Zozaya Stabel-Hansen *et al.* 2012: Lam. II, n.º 22), em contextos do século VIII-X. Igualmente de colo muito curto de curva côncava, apresentando por vezes ressalto para encaixe da tampa, e lábio biselado, assinalaram-se alguns exemplares de panelas (**148.CM.C1114**), que se podem incluir no Grupo I de panelas de Trancoso (Ferreira *et al.*, 2012: 19). Registaram-se ainda recipientes de lábio bifido moldurado (**148.CM.C1327**), comparáveis ao tipo F.04.C definido para a Meseta (Retuerce Velasco, 1998: 289), com cronologias do século X. Em Recópolis (Olmo Enciso e Castro Priego, 2008: 95, fig. 7) aparecem em contextos de transição para o mundo islâmico, entre a segunda metade do século VIII e o século IX, e em León (Gutiérrez González e Miguel Hernández, 2009: 448, fig. 12) são referidos recipientes com as mesmas características morfológicas incluídos na chamada etapa emiral. As panelas de lábio triangular, podendo, por vezes, ostentar decoração (**148.CM.C1326**),

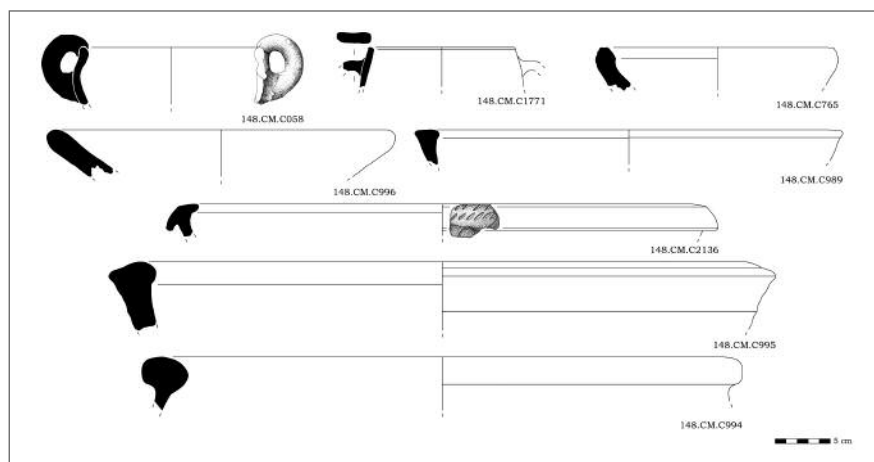


Figura 11 – Alta Idade Média. Cerâmica comum islâmica.

são uma forma de longa diacronia, comuns à maior parte dos sítios com ocupação medieval, identificando-se com o Subtipo 3, que Turina Gómez (1994: 182) define para el Prado de los Llamares (Zamora). Dentro deste grupo, destacam-se os exemplares que se integraram no grupo dos chamados bordos «em unha» (**148.CM.C1109**), reconhecidos em contextos do século VIII-IX (Caballero Zoreda *et al.*, 2003: 260), assim como aqueles que possuem um bordo muito extrovertido e lábio triangular biselado (**148.CM.C968**). Encontram semelhanças morfológicas em Zamora (Larrén Izquierdo e Turina Gómez, 1995: Lám. I, n.º 12), com cronologia do século XI-XII. Por fim, não podemos deixar de referir uma peça (**148.CM.C563**), cujas características morfológicas apontam para as típicas panelas berberes identificadas na Marca Média. Trata-se de recipientes cujos antecedentes se encontram em período visigodo, com a particularidade de possuírem um ligeiro ressalto ou carena demarcando o colo em relação ao bojo. Vasilhas com esta tipologia difundem-se por toda a região de Mérida durante o período emiral, propagando-se, posteriormente, pelo resto da Meseta (Heras Mora e Gilotte, 2008: 59).

Entre os recipientes utilizados como auxiliares de cozinha, destacam-se os alguidares, distinguindo-se algumas peças de nítida tradição visigoda, como o alguidar de bordo direito e lábio engrossado **148.CM.C989**, que encontra semelhanças morfológicas em Mérida, em contextos do século VIII (Alba Calzado e Gutiérrez Lloret: 2008,

fig. 5). Assim como outras peças com cronologia emiral plena, exemplificadas pelo alguidar **148.CM.C995** de bordo extrovertido e espessado, morfológicamente próximo de um exemplar identificado também em Mérida (*Idem*: fig. 7), e pelo alguidar **148.CM.C2136** de lábio espessado no interior e exterior formando uma aba, apresentando decoração incisa por meio de duas linhas de punções oblíquas no lábio e linha ondeada no início do corpo, aproximando-se de exemplares de Vascos (Toledo) (Izquierdo Benito, 1999: fig. 7) e Santa Lucía del Trampal (Cáceres) (Caballero Zoreda e Sáez Lara, 1999: fig 117, n.º 180 e 181). Integrando-se no tipo I.03 de Retuerce Velasco (1998: 343) evidencia-se o alguidar de bordo de lábio desenvolvido com um grande engrossamento exterior e interior (**148.CM.C994**), aproximando-se de alguns exemplares de Vascos (Toledo) (Izquierdo Benito, 1999: fig 7). Na Meseta, estas peças foram identificadas em horizontes cronológicos do século X.

Na cerâmica destinada à mesa assinala-se a presença de algumas tigelas, evidenciando-se a tigela de bordo não diferenciado e lábio boleado (**148.CM.C1113**). Trata-se de uma peça de fabrico manual/torneta, sendo notório o carácter irregular do perfil bem como as marcas de manufatura na zona logo abaixo do bordo. Possui pasta basta, de cor acinzentada, encontrando-se as superfícies, de cor bege, alisadas sendo visíveis no exterior marcas de espatulado. Esta forma pode enquadrar-se no grupo 2 da Marca Média (Acién Almansa *et al.*, 1991: 52), entre as tigelas que terão evoluído a partir de formas visigodas ou que poderão derivar directamente de tipologias clássicas norte africanas, encontrando-se em contextos anteriores ao século X. É igualmente de referir a tigela/ataifor (**148.CM.C1466**) de bordo extrovertido, lábio boleado e superfícies cobertas por engobe branco ostentando, sobre este, pintura a óxido de ferro, cujos motivos, efec-

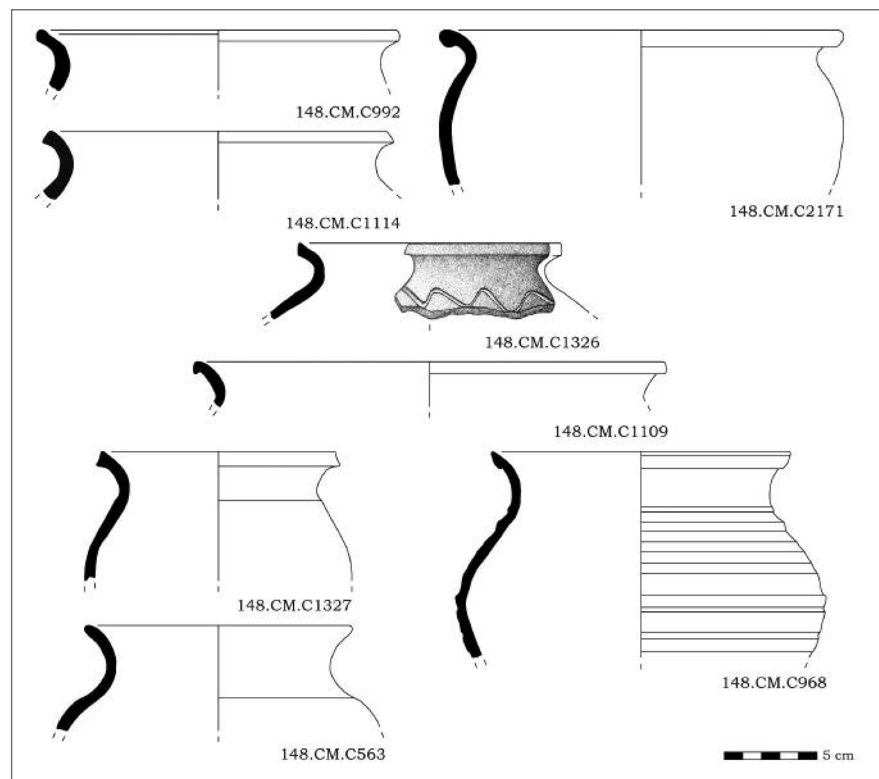


Figura 12 – Antiguidade Tardia. Cerâmica comum, cozinha auxiliar.

tuados com traços finos, são constituídos por linhas horizontais, verticais e, no interior, oblíquas. Este é um tipo decorativo, pintura a óxido de ferro sobre engobe branco, comum a algumas regiões do norte da Península, sendo exemplo peças identificadas em León (Gutiérrez González e Miguel Hernández, 2009: Lam. I, n.º 17 e 18; Lam. IV, n.º 6), onde aparecem em contextos do século IX-X. Morfológicamente esta peça pode-se enquadrar entre os atafores de tipo A.03 da Meseta (Retuerce Velasco, 1998: 84).

Refiram-se, ainda, os pratos de paredes abertas, rectas ou ligeiramente curvas, e fundos maioritariamente planos (**148.CM.C1966**), semelhantes a recipientes identificados nas fases 1 e 2 do *Castrum Iudeom* (Puente Castro, León) (Martínez Peñín, 2007, fig. 12), com cronologias desde o século IX-XI para a fase 1 e século XII para a fase 2.

As vasilhas destinadas a conter líquidos à mesa constituem um dos grupos melhor representados no conjunto em estudo. Entre as jarras assinalam-se os exemplares de bordo extrovertido, lábio afilado, colo de curva côncava mais ou menos acentuada, podendo apresentar caneluras no colo, distinguindo-se essencialmente pelas técnicas de fabrico – cozedura redutora e fabrico a torno lento (**148.CM.C673**, **148.CM.C1001**) ou cozedura mista/oxidante e fabrico a torno (**148.CM.C595**, **148.CM.C2252**). Encontramos paralelo para as duas primeiras entre a cerâmica manual do nível superior de La Alcudia (Gutiérrez Lloret, 1992: Série 11, M11.1), com cronologia do século VI-VIII, sendo, contudo, a pasta semelhante às produções islâmicas de primeira época (*Idem*: 425). A jarra **148.CM.C595** aproxima-se, morfológicamente, de uma peça proveniente dos contextos omíadas do Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 1997: Est. I, n.º 8), e de outra pertencente ao Tipo IIIA de El Sombrerete (Madínat Ilbira, Granada) (Carvajal López, 2005: 148; Lam.

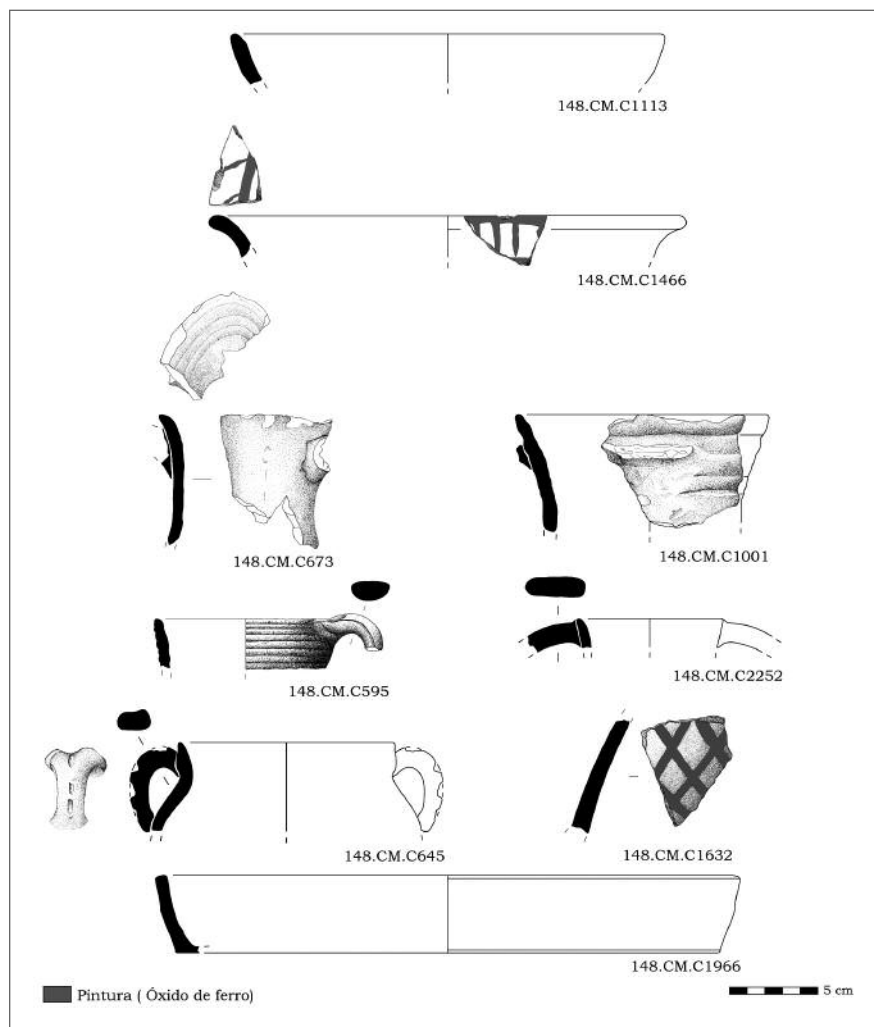


Figura 13 – Alta Idade Média. Cerâmica comum, cozinha (fogo).

3). Neste mesmo sítio arqueológico, El Sombrerete (*Idem*), mas agora relativamente às jarras de Tipo IIB, encontramos semelhanças com a peça **148.CM.C2252**.

Foi possível identificar no grupo em estudo quatro tipos de jarro, tendo como critérios as características morfológicas e os acabamentos. Entre os jarros de colo vertical destaca-se um fragmento de bordo recto com espessamento interior e asa em fita de implantação vertical, desde o lábio até ao corpo (**148.CM.C1329**). As cozeduras são mistas e os fabricos a torno, apresentando as superfícies alisadas ou brunidas. Este tipo de jarro pode inserir-se na forma T20.5 de Sónia Gutiérrez (1992: 478), em contextos de meados do século IX a meados do século X, continuando a produzir-se posteriormente. Apenas um exemplar integra o grupo dos jarros de grande tamanho e colo troncocónico invertido de paredes rectas (**148.CM.C776**),

aproximando-se morfologicamente dos jarros do Tipo IX de Geolit (Jaén) (Salva-tierra Cuenca e Castillo Armenteros, 2007: fig. 7), identificado em contexto omíada. O conjunto dos jarros com bico vertedor é constituído por peças onde predominam as cozeduras redutoras e os fabricos a torno. O jarro **148.CM.C1623** aproxima-se morfologicamente de um recipiente identificado no Pátio da Universidade de Coimbra (Catarino *et al.*, 2009: fig. 8, n.º 3), com cronologia do século VIII-IX. Apresentando bandas pintadas a branco no colo e início do corpo, os exemplares **148.CM.C2256** e **148.CM.C2258** encontram semelhanças, a título de exemplo, com um recipiente identificado em Murcia (Navarro Palazon, 1986: 160: 345), procedente de níveis cronológicos do século X-XI. O Jarro **148.CM.C1972**, possuindo marcas de espatulado no colo, aproxima-se morfologicamente dos jarros de bico vertedor, com boca larga e colo desenvolvido identificados em Saragoça (Hernández Vera e Bienes Calvo, 2003: 312, fig. 4, n.º 10), com cronologias do século VIII, assim como algumas peças recolhidas no Castelo de Arouca (Silva, 2011: 7; Silva e Ribeiro, 2006-2007: 77 e fig. 12, n.º 1), em contextos cronológicos do século IX-XII. São, ainda, de salientar os jarros com a superfície exterior brunida e moldurada. Tratando-se de uma produção muito específica do norte da Península Ibérica, são comuns em regiões como Zamora e León, onde aparecem a partir do século X-XI, sendo integradas em conjuntos de clara filiação islâmica (Zozaya Stabel-Hansen *et al.*, 2012: 223).

Entre os pequenos recipientes destinados à mesa, distingue-se um púcaro de bordo extrovertido com engrossamento, lábio afilado e corpo de perfil globular, com colo pouco desenvolvido, ou mesmo praticamente inexistente (**148.CM.C645**). Apresenta asa vertical com decoração puncionada, tipo decorativo usual em contextos da Reconquista e em contextos posteriores ao século XI. Aproxima-se de um

exemplar identificado no Castelo de Arouca, embora este apresente o colo mais desenvolvido (Silva, 2011: 6).

No grupo que possui como função principal o armazenamento, as talhas encontram-se escassamente representadas, evidenciando-se a peça **148.CM.C607**, de bordo introvertido horizontal, apresenta uma decoração algo «barroca», ao conjugar estampilhas, linhas incisas e cordão plástico digitado. Trata-se de uma forma de longa duração, pois possui semelhanças morfológicas com as talhas de bordo horizontal amendoado e pequeno de Inês Vaz Pinto (2003: 459) e enquadráveis em horizontes cronológicos do Baixo Império. No entanto, é em Almuñécar (Granada) (Gomez Becerra, 1997: 135, n.º 73), em contextos emirais/califais, que encontramos o exemplar que mais se aproxima da peça em questão.

Os cântaros, todos de colo troncocónico invertido e bordo de secção triangular, podendo apresentar a superfície exterior espatulado vertical, comum na cerâmica emiral, apresentando apenas um destes (**148.CM.C970**) o arranque de asa em fita partindo do colo, inserem-se no grupo de bilhas/jarros do Castelo de Palmela (Fernandes, 2004: 147), onde se integram em horizontes cronológicos do século VIII-X.

Igualmente destinada ao armazenamento ou transporte de líquidos identificou-se uma bilha (**148.CM.C2259**), de bordo extrovertido, lábio boleado e colo de curva côncava. Morfologicamente encontra semelhanças com um cântaro/bilha de Santa Olaia, Figueira da Foz (Nazaré, 2013: 143, n.º 10-A-016) e com uma bilha de Mérida (Alba e Feijoo, 2001: fig. 5, B.1), identificada em contextos emirais.

O grupo dos recipientes utilizado para conter e armazenar líquidos e sólidos, trata-se, a par das panelas, do melhor representado em todo o conjunto, diferenciando-se destas apenas por não apresentarem indícios de utiliza-

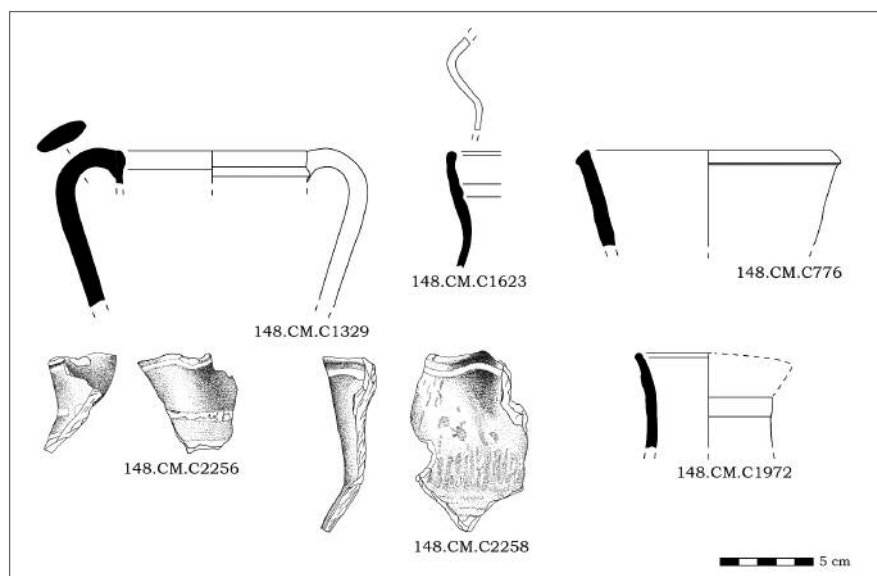


Figura 14 – Alta Idade Média.

ção ao lume. Registaram-se potes de bordo extrovertido e lábio boleado, como o exemplar **148.CM.C1965**, de colo curvo pouco desenvolvido, perfil em S e caneluras no corpo. Esta forma mantém a tradição de épocas anteriores, podendo ser identificados perfis semelhantes entre os potes da Fase II tardia de Conimbriga, em contextos do século VII-IX (De Man, 2006: fig. 5), prolongando-se a sua vigência por horizontes cronológicos do século IX-X. Os potes de lábio bífido moldurado e colo curvo pouco desenvolvido (**148.CM.C343**, **148.CM.C669**), comparáveis, quanto à morfologia do lábio, ao subtipo F.04.D definido por Returce Velasco para a Meseta (1998: 325), aproximam-se, ainda, de alguns exemplares identificados no Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro, 2014: 175), na fase mais antiga, século IX/X. Integrando-se igualmente no tipo F.04 da Meseta, mas no subtipo E (Returce Velasco, 1998: 326), em contextos do século X, assinalam-se alguns exemplares de bordo introvertido e lábio boleado **148.CM.C1330**, similares a algumas peças identificadas no Paço da Ega (Condeixa-a-Nova) (Revez, 2012). Tratando-se de produções características do período alto medieval, de pastas muito cozidas e escassos desengordurantes, encontramos os potes de lábio biselado no exterior, colo de curva côncava e superfícies alisadas ou brunidas, com ou sem decoração, entre os quais se evidencia o recipiente **148.CM.C418**, de bordo extrovertido e colo troncocónico invertido, ligeiramente côncavo, com moldura a marcar o final deste na ligação com o corpo de perfil globular. Apresenta decoração incisa logo abaixo desta moldura, constituída por banda superior com linha ondulada e banda inferior puncionada em traços oblíquos entre duas linhas paralelas. A conjugação entre linhas incisas e punções é comum a toda a zona norte da Península, nomeadamente entre as cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso (Ferreira *et al.*, 2012: 23-28).

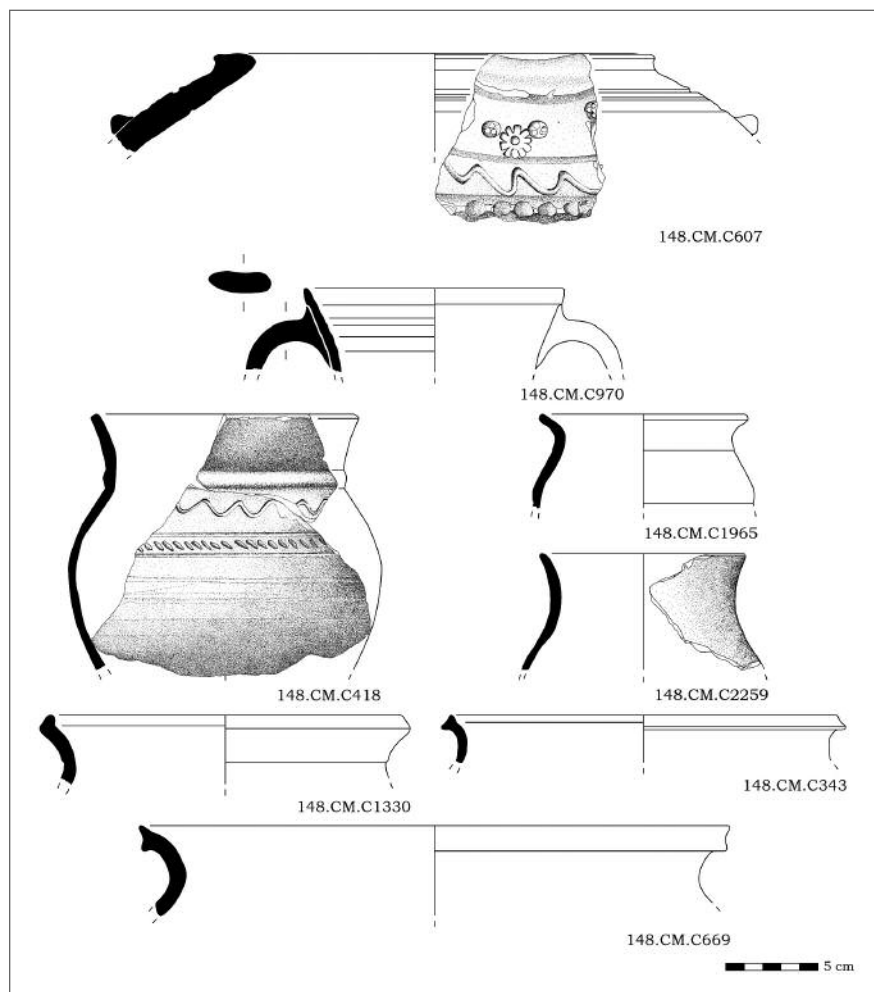


Figura 15 – Alta Idade Média. Cerâmica comum, armazenagem.

Integrando o conjunto em estudo, não podemos deixar de assinalar um fragmento de cerâmica vidrada, cuja forma não nos foi possível reconhecer devido às suas reduzidas dimensões. Trata-se de um exemplar de pasta dura, castanho-avermelhada/acinzentada, denotando cozedura mista. As superfícies apresentam vidrado amarelado de tonalidade algo irregular no exterior e vidrado verde muito escuro no interior, sendo esta diversidade de óxidos habitual neste tipo de peças.

Sabemos que, na zona do Douro (Zozaya Stabel-Hansen *et al.*, 2012: 227), a maioria dos recipientes, para o período em questão, não possuem vidrado, sendo muito poucos os exemplares registados que fazem uso de esta técnica. Todavia, verificamos que em Palmela¹⁴, em contextos emirais, foram identificados alguns fragmentos vidrados com características semelhantes ao exemplar do Cemitério dos Mouros.

Cerâmica do século XII-XIII

Do lote em análise verifica-se a exclusividade da cerâmica comum e fabricos a torno. As superfícies, maioritariamente alisadas, podem apresentar-se também bruidas ou espatuladas, por vezes com decoração, nomeadamente incisa ou com aplicações plásticas, sobretudo cordões digitados.

Formalmente distinguem-se os recipientes fechados, particularmente aqueles destinados à confecção de alimentos e/ou ao armazenamento.

Entre os recipientes cuja funcionalidade está ligada ao uso na cozinha, registaram-se exemplares de caçoilas de bordo extrovertido sem ressalto, lábio com espessamento interior e exterior, paredes de perfil curvo, podendo apresentar ligeira carena na ligação do bordo com o bojo (**148.LJ.C452**), assemelhando-se a algumas peças identificadas em Viseu, aqui integrando o grupo designado por tigelas de carena alta, com cronologia do século XII-XIII, (Rodrigues, 2012: Est. VII). Um outro modelo possui bordo sem inflexão, lábio boleado, corpo tendencialmente ovoide apresentando decoração incisa logo abaixo do bordo. Possui similitudes com algumas peças da fase antiga de Castrum Iudeorm (Puente Castro, León) (Martínez Peñin, 2007: fig. 15, n.º 1).

As panelas, para as quais, com base apenas na morfologia dos bordos, distinguimos algumas variantes tipológicas, apresentam características semelhantes àquelas identificadas nas panelas do grupo anterior, apresentando apenas algumas nuances, salientando-se o predomínio dos colos estrangulados. Deste modo, mantêm-se as panelas de bordo extrovertido e lábio biselado, atestando a longa duração deste tipo de formas, mas agora apresentando o bordo muito extrovertido e o colo curto em curva acentuada, do qual sai o corpo, que tudo indica ser de perfil globular, ostentando uma série de três caneluras no ombro (**148.CM.C1968**). Possui analogias com as panelas de colo estrangulado de Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XIV), com cronologias do século XII-XIII. Os recipientes de bordo mais ou menos extrovertido, lábio triangular e moldura interna para encaixe da tampa (**148.LJ.C424**), apresentam, por vezes, decoração, mormente por meio de incisões no ombro, logo abaixo do colo, ou cordão impresso marcando o bojo (**148.LJ.C465**). Morfologicamente aproximam-se, entre outros, de panelas identificadas em contextos datados do século XI-XIII, nomeadamente no Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda, 1995: 62), entre as panelas do subtipo 3 de Prado de los Llamares (Turina Gómez, 1991-1992: 183, n.º 6), de recipientes com iguais funções provenientes do Monte do Castelo de Fraião, Valença (Martins, 2003: fig. 14) e de Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XIV). As restantes panelas caracterizam-se por possuir bordo muito extrovertido, lábio de secção quadrangular e colo curto de curva côncava, destacando-se uma panela (**148.CM.C972**), de corpo de perfil globular, apresentando duas linhas incisas no ombro, preenchidas por impressões ovaladas, e duas linhas na parte superior do bojo. Estas peças aproximam-se morfologicamente de algumas panelas/potes da Fase II do Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda, 1995: 63, n.º 28; Rodrigues, 1994: 90), provenientes de contextos cronológicos da segunda metade do século XII.

Utilizados na preparação e conservação de alimentos, como recipientes auxi-

liares de cozinha, distinguem-se os alguidares de paredes rectilíneas, ou de curva convexa, divergentes e perfil troncocónico e fundos de pé em disco e/ou planos, por vezes com pegas. De bordo ligeiramente introvertido ou extrovertido sem inflexão, apresentam decoração, quer por meio de cordões digitados aplicados a meia altura da parede (**148.CM.C2257**), quer por digitações no bordo, por caneluras, ou conjugando decoração incisa em linha ondulada e aplicação de cordão plástico digitado (**148.LJ.C467**). Aproximam-se, a título de exemplo, dos alguidares de paredes esvasadas com aplicações de cordão digitado de Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XIX), com cronologias do século XII-XIII, de alguns exemplares de Alfar de Arroyo (Burgos) (Bohigas Roldán *et al.*, 1989: Est. XII),

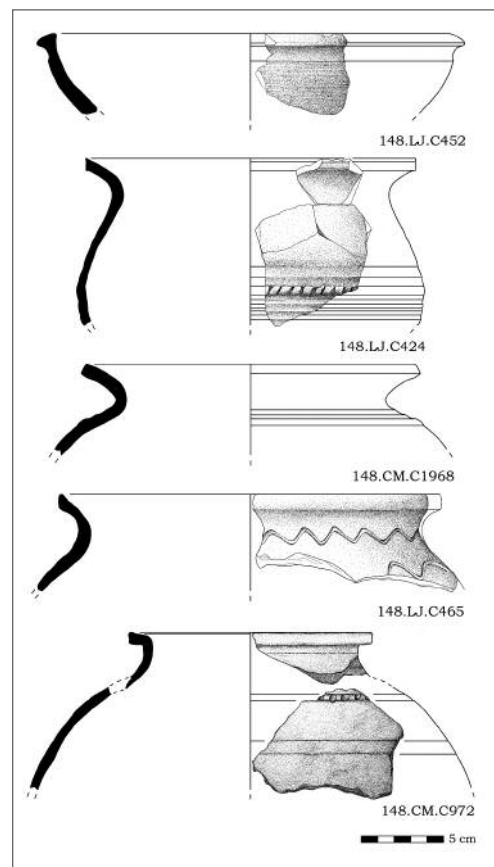


Figura 16 – Alta Idade Média. Cerâmica comum.

com cronologias do século XI/XII e da Fase II do Baldoeiro, (Rodrigues, 1994: 86) correspondendo ao século XIII.

Entre os fundos, destacamos o alguidar de pé em disco saliente (**148.CM.C875**) decorado no rebordo com impressões digitadas, tratando-se de um tipo de peças bastante comum em contextos medievais do centro e norte de Portugal. Assim, entre outros, tem paralelos no Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro, 2014: fig. 13), em S. Gens e na Soida (Celorico da Beira) (Tente *et al.*, 2014: 125 e 129) e em Conimbriga (De Man *et al.*, 2014: 60), integrando contextos do século IX-XI; no Castelo de Belmonte (Marques, 2000: 279) e no Sabugal Velho (AAVV, 2008: 113) onde surge em níveis cronológicos do século XII/XIII. Assinala-se igualmente a presença singular de um alguidar (**148.CM.C2265**) que ostenta duas asas ou pegas baixas, colocadas logo acima do fundo. Em Conimbriga (Alarcão, 1975: Pla. XXXVII, n.º 738 e Pla. XXXVIII, n.º 755) aparecem exemplares com características semelhantes nos mesmos contextos em que surgem os alguidares de fundo de pé em disco, tendo-lhes sido atribuída, inicialmente, cronologia do Baixo Império. Contudo, recentemente Adriaan de Man (2014: 60-62) coloca estas peças em contextos do século IX-XI.

As tampas encontram-se escassamente representadas no conjunto em análise, possuindo perfil troncocónico invertido, bordo extrovertido com ou sem ressalto e lábio direito ou triangular (**148.CM.C856**).

No lote dos recipientes classificados como auxiliares de cozinha, distingue-se um Coador/Braseiro (**148.LJ.C478**) de fundo plano, perfil troncocónico invertido ligeiramente carenado. Exibe um conjunto de perfurações circulares, distribuídas regularmente nas paredes e fundo. Este tipo de recipiente costuma ser identificado com a função de coador, contudo, a peça em questão aproxima-se morfológicamente de uma

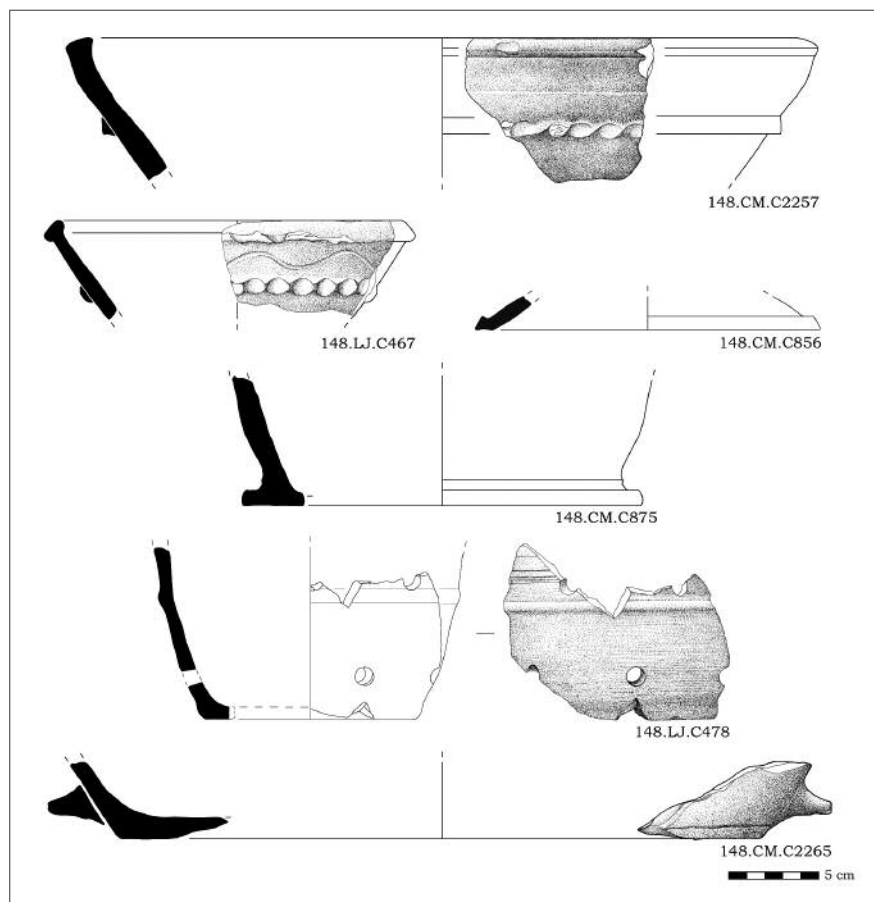


Figura 17 – Alta Idade Média. Cerâmica comum.

outra, identificada como possível assador ou braseiro, proveniente do Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda, 1995: 62, n.º 2), com cronologia do século XII-XIII.

Relativamente à cerâmica de mesa evidencia-se o predomínio dos jarros, mormente os recipientes de colo cilíndrico canelado, lábio boleado, bordo não diferenciado, destacando-se do colo apenas mediante um ressalto pouco pronunciado (**148.LJ.C530**). Este tipo de jarro, forma de longa duração, encontra semelhanças tanto em exemplares provenientes de contextos emirais, na região de Zamora (Zozaya Stabel-Hansen *et al.*, 2012: Lam. III), como nos recipientes do tipo 3, igualmente de Zamora (Turina Gómez, 1994: fig. 16, n.º 4 e 5; fig. 17), com cronologias do século XII-XIII, e em Palmela (Fernandes, 2004: fig. 223), onde o estriamento é a solução ornamental mais usada, aqui também em contextos do século XII-XIII¹⁵. Os restantes jarros apresentam características técnicas e morfológicas que os aproximam de exemplares provenientes de Idanha-a-Velha, aos quais foi atribuída cronologia do século XII-XIII (Duarte, 2000). Estes recipientes podem apresentar decoração, tal como acontece com o exemplar **148.LJ.C466**, que apresenta punções nas asas formando um motivo triangular.

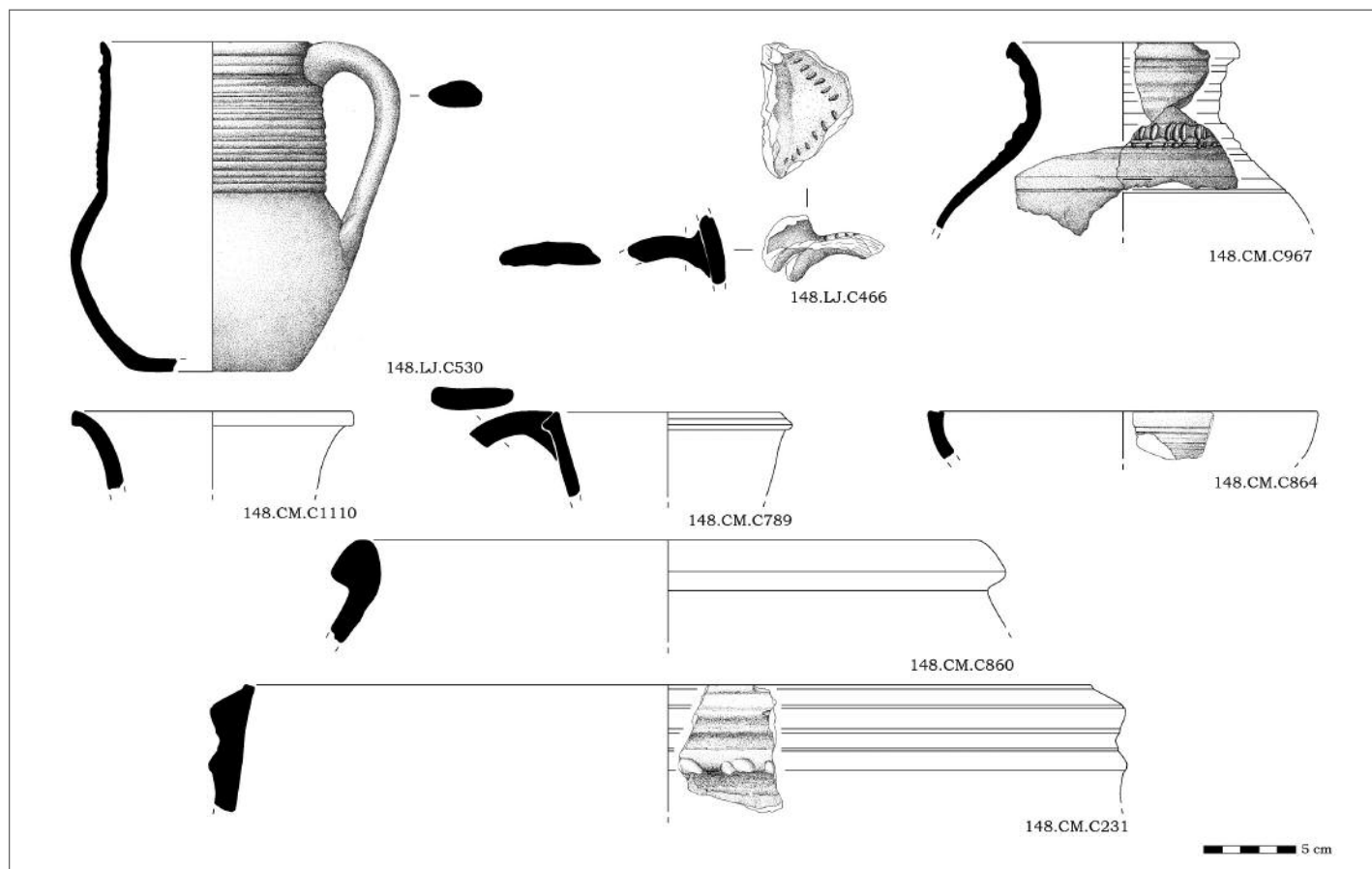


Figura 18 – Alta Idade Média. Cerâmica comum.

A tigela de bordo ligeiramente introvertido, lábio plano e paredes de curva convexa com caneluras (**148.CM.C864**), encontra similitudes com uma tigela de perfil hemisfério identificada em Viseu (Rodrigues, 2012: Est. VII, n.º 45), onde integra momentos cronológicos do século XII-XIII.

O grupo das vasilhas destinadas ao armazenamento é aqui constituído por talhas, cântaros e potes, encontrando-se as primeiras, todas de bordo introvertido, escassamente representadas. Considerando as dimensões dos fragmentos identificados, que não nos permitem fazer uma leitura do perfil dos recipientes em questão, as variantes detectadas prendem-se apenas com as diferentes soluções do lábio e com a técnica decorativa empregue. Assim, o exemplar **148.CM.C860** aproxima-se do Tipo 1 identificado por Turina Gómez (1994: fig. 10) em Zamora, aqui com cronologia do século XII, enquanto a talha **148.CM.C231** pode inserir-se no grupo de potes/talhas de colo alto de Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XVII/VIII), enquadrável em cronologias do século XII/XIII.

No que respeita aos cântaros, identificaram-se dois tipos, caracterizando-se o primeiro pelo bordo extrovertido, lábio biselado, boleado, quadrangular ou triangu-

lar e colo troncocónico invertido ou de curva côncava (**148.CM.C1110**, **148.CM.C789**). Possuem uma ou duas asas, normalmente de fita, que partem do colo ou do bordo. Integram-se no grupo de cântaros de colo troncocónico invertido de Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XXVII) e nos cântaros de tipo 1 de Zamora (Turina Gómez, 1994: fig. 5, n.º 1), com cronologia do século XII-XIII. Dentro dos mesmos horizontes, aproximam-se, ainda, de alguns jarros identificados em Idanha-a-Velha (Duarte, 2000: 131). O segundo tipo encontra-se representado pelo exemplar **148.CM.C967**, de bordo extrovertido, lábio biselado no exterior e ligeiramente engrossado, colo troncocónico invertido curvo e ombro em curva convexa. Exibe

decoração de profundas caneluras no colo e no ombro, e moldura por repuxamento da pasta, decorada por bandas de punções ovaladas em disposição vertical, por baixo do arranque do colo. Também esta forma encontra paralelo aproximado em Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XV), numa talha/cântaro que apresenta o mesmo padrão decorativo.

Os potes possuem bordo extrovertido, registando-se algumas variantes quanto à morfologia dos lábios, encontrando-se exemplares biselados, triangulares, quadrangulares ou afilados, apresentando, por vezes, moldura interna para encaixe da tampa. Evidencia-se o pote de bordo extrovertido e colo ligeiramente côncavo, corpo ovoide e fundo plano (**148.CM. C023**), cuja superfície exterior, onde se encontram aplicados dois cordões digitados, se encontra brunida até à sua metade superior. Estes cordões, para além do carácter estético, poderiam constituir, ainda, um reforço das juntas de união das peças quando torneadas por partes. Os potes de lábio quadrangular e bordos esvasados em aba (**148.CM.C1624**) aproximam-se morfologicamente de algumas panelas/potes do Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda, 1995: 63) e Santa Cruz da Vilariça (*Idem*, 1998: 101-126), com cronologias do século XII-XIII.

Por fim, não podemos deixar de assinalar os potes meleiros, que possuem como característica distintiva um ressalto em forma de aba, situado nas proximidades da boca ou na parte superior do corpo. Este aspecto formal não se deve apenas a meros fins decorativos mas igualmente a objectivos funcionais, pois este ressalto teria como finalidade, não só impedir que as formigas chegassem ao produto, como, ainda, evitar que o conteúdo destes, usualmente mel ou o azeite, escorresse ao longo das paredes do recipiente. Tecnicamente os fabricos são a torno e as cozeduras maioritariamente mistas, as superfícies apresentam-se alisadas ou brunidas, podendo possuir decoração. Apesar do

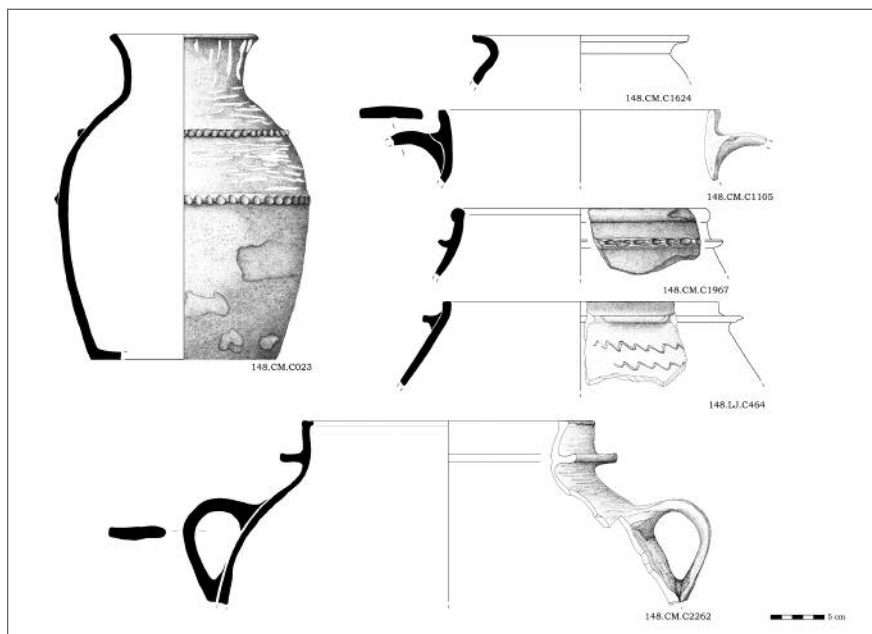


Figura 19 – Alta Idade Média. Cerâmica comum, armazenagem.

ressalto em forma de aba que possuem em comum, estas peças apresentam particularidades que as distinguem entre si. Assim, o pote meleiro **148.CM. C1967** singulariza-se por apresentar decoração digitada na aba, sendo esta de pequenas dimensões. Com decoração incisa formando motivos de ondas paralelas no corpo, distingue-se o exemplar **148.LJ.C464**, proveniente do sítio do Laranjal. O recipiente **148.CM.C2262** possui as superfícies brunidas e asa curta, em fita, que parte do ombro para terminar logo abaixo deste, enquanto na peça **148.CM.C1105** a asa parte da aba. Cronologicamente são peças de longa duração, sendo que a referência mais antiga que possuímos remonta a cerca de 600 a.C., persistindo ao longo dos tempos, encontrando paralelos em exemplares ainda em uso na Península Ibérica (Morais, 2006: 150), tal como acontecia em Felgar (Torre de Moncorvo), onde, não há muito tempo atrás, se produziam talhas com pestana destinadas ao azeite e ao mel (Fernandes, 2003: 69, nota 3). Os exemplares em questão encontram semelhanças com um exemplar identificado no Castelo de Arouca e ao qual é atribuída cronologia de finais do século IX/X (Silva e Ribeiro, 2007: fig. 11 n.º 3), com um recipiente proveniente de Viseu (Rodrigues, 2012: Est. XXXII, n.º 188) e no Baldoeiro (Rodrigues e Rebanda, 1995: 64, n.º 44), identificados em contextos do século XII-XIII.

3.2.3. Motivos e Técnicas Decorativas

No que respeita às peças decoradas são diversas as técnicas reconhecidas na totalidade do conjunto em análise, destacando-se, tal como acontece em pratica-

mente toda a região norte da Península, nomeadamente na província de Zamora, a decoração incisa (simples e/ou penteada), logo seguida pela decoração impressa por meio de caneluras, punções, digitações, pontilhado e estampilhas. Estão igualmente presentes os exemplares que ostentam decoração plástica, quer cordões plásticos ou botões de argila aplicados, bem como a cerâmica pintada a branco, negro ou vermelho, podendo, neste último caso, a pintura surgir sobre superfície brunida (148.CM.C1632) ou de forma bícroma, associando a uma cobertura de engobe branco traços pintados a vermelho (148.CM.1466). Ausente na cerâmica visigótica, a pintura estará presente ao longo de todo o período islâmico mantendo-se em uso depois da conquista cristã.

Finalmente há que assinalar a aplicação na mesma peça de diferentes técnicas decorativas. Ainda que o mais habitual seja a conjugação entre a decoração plástica e impressa, tão bem exemplificada pelos cordões digitados, não podemos deixar de referir um fragmento que associa cordão digitado e pintura branca, numa solução decorativa de síntese, conjugando elementos decorativos de cariz islâmico, com elementos decorativos comuns ao «mundo cristão».

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância do conjunto cerâmico que aqui foi alvo de análise, não só porque assume uma dimensão extraordinária como testemunho ímpar da longa diacronia de Cilhades, como contribui para um conhecimento mais efetivo sobre a própria presença humana no vale do Sabor e para a própria região onde este se insere.

Um dos aspetos principais a salientar da análise de um quadro tão dilatado de produções cerâmicas, é evidentemente a ausência no registo arqueológico das produções que poderiam enquadrar-se na Baixa Idade Média, como que se o sítio tivesse, efetivamente, sofrido um processo de abandono. Curiosamente, esse abandono parece encontrar-se atestado textualmente, através de um documento que dá conta da doação, logo nos inícios do Século XIII, do lugar de Cilhades que não seria, por essa altura, mais do que um Reguengo do Rei D.Sancho I, acabando este monarca por doá-lo aos povoadores de Mós.

O abandono de Cilhades, como já o referimos, e que se atesta de diversas formas, parece ligar-se a uma nova reorganização geo-política dos inícios da nacionalidade, ganhando outros pontos desta região outra e nova importância para os desígnios do poder central. Ter-se-á procurado encher de gentes lugares que, até à data, terão sido praticamente ermos, numa estratégia de repovoamento do território com base noutros desígnios. O próprio abandono de Santa Cruz da Vilariga, substituindo-se a esta ocupação a própria vila de Torre de Moncorvo, parece-nos enquadrar-se dentro da política de reorganização territorial empreendida numa fase muito inicial da nossa nacionalidade, num mosaico que, convenhamos, não se viria significativamente a alterar até aos nossos dias.

Lugares como Cilhades, e mesmo Crestelos, que testemunham uma ocupação antiga e continuada, parecem velar-se nos inícios da Baixa Idade Média, mantendo-se como espaços vivos, sim, mas de outra ordem, aliados ao aproveitamento agrícola sazonal das suas terras férteis de vale, mas sem que uma comunidade ali se voltasse a impor em efetiva permanência. A ocupação de Cilhades manteve-se, desde o seu abandono, na dependência Mós, numa primeira fase, e posteriormente de Felgar, mesmo que no outro lado do rio.

5. BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2008), *Museu do Sabugal. Coleção Arqueológica*. Sabugal.
- ACIEN ALMANSA, M.; ALVAREZ DELGADO, Y.; CABALLERO ZOREDA, L.; GUTIERREZ LLORET, S.; LARREN IZQUIERDO, H.; OLMO ENCISO, L.; RETURCE VELASCO, M.; TUSSET, F. (1991), «Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones». In *A Cerámica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola, pp. 49-67.
- ALARCÃO, J. (1974), «Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga». In *Suplemento de Biblos*, 8. Coimbra.
- ALARCÃO, J. (1975), *La céramique commune locale et régionale. (Fouilles de Conimbriga, V)*. Paris.
- ALBA, M.; FEIJOO, S. (2001), «Cerâmica emiral de Mérida». In *GARB – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Instituto Português do Património Arquitectónico. Lisboa, pp. 329-376.
- ALBA, M.; FEIJOO, S. (2003), «Pautas evolutivas de la cerámica común de Mérida en épocas visigoda y emiral». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce). Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 483-504.
- ALBA CALZADO, M.; GUTIÉRREZ LLORET, S. (2008), «Las producciones de transición al Mundo Islámico: el problema de la cerámica paleoandalusí (siglos VIII y IX)». In *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión* (eds. científicos D. Bernal Casasola y A. Ribera i Lacomba). Universidad de Cádiz. Cádiz, pp. 585-613.
- ARIÑO, E. (2011), «El yacimiento de El Cortinal de San Juan (Salvaterra de Tormes, Salamanca) y su con-

- texto arqueológico». In *Entre el impuesto y la renta. Problemas de la fiscalidad tardoantigua y altomedieval*. (eds. Pablo C. Díaz & Iñaki Martín Viso). Bari, pp. 251-270.
- AZKÁRATE, A., NÚÑEZ, J., SOLAUN J. L. (2003), «Materiales y contextos cerámicos de los siglos VI al X en el País Vasco». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce). Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 321-370.
- BERMEJO TIRADO, J., 2011: «La cerámica común de mesa, cocina y despensa en el Alto Duero durante el período bajoimperial: un ensayo de clasificación». In *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I, Nueva época. Prehistoria y Arqueología*, t. 4. Madrid, pp. 337-358.
- BOHIGAS ROLDÁN, R.; ANDRINO GONZALO, J.; PEÑIL MINGUEZ, J.; GARCÍA ALONSO, M. (1989), «Las cerámicas medievales no esmaltadas en las provincias de Cantabria, Palencia y Burgos». In *La Cerámica Medieval en el Norte y Noroeste de la Península Ibérica. Aproximación a su estudio*. Universidad de León. León, pp. 113-153.
- BOHIGAS ROLDAN, R.; RUIZ, A. (1989), «Las cerámicas visigodas de poblado en Cantabria y Palencia». In *Boletín de Arqueología Medieval*, 3. Madrid, pp. 31-51.
- BUSTAMANTE, M. (2013), «Nuevos datos estratigráficos para el conocimiento de la TSHT en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz)». In *Ex Officina Hispana, Cuadernos de la SECAH*, vol. 1. Madrid, pp. 91-116.
- CABALLERO ZOREDA, L. (1989), «Cerámicas de época visigoda y postvisigoda de las provincias de Cáceres, Madrid y Segovia». In *Boletín de Arqueología Medieval*, 3. Madrid, pp. 75-107.
- CABALLERO ZOREDA, L.; SÁEZ LARA, F. (1999), «Santa Lucía del Trampal. Mundo Funerario, Epigrafía, Cerámica y Numismática». In *Memorias de Arqueología Extremeña*, 2 vols. Junta de Extremadura. Mérida.
- CABALLERO ZOREDA, L.; RETUERCE VELASCO, M.; SÁEZ LARA, F. (2003), «Las cerámicas del primer momento de Santa María de Melque (Toledo), construcción, uso y destrucción. Comparación con las de Santa Lucía del Trampal y El Gatillo (Cáceres)». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 225-271.
- CARNEIRO, A., SEPÚLVEDA, E. (2004), «Terra sigillata hispánica tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, núm.2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, pp. 435-458.
- CARVAJAL LÓPEZ, J.C. (2005), «La cerámica islámica del Sombroreite (Madinat Ilbira, Granada). Primera aproximación». In *Arqueología y Territorio Medieval*, 12.1. Universidad de Jaén. Jaén, pp. 133-173.
- CARVALHO, A. R. (2007), «O baixo Sado, da Antiguidade tardia até à fase emiral: Algumas reflexões sobre continuidades e rupturas». In *Subsídios para o estudo da História Local*. Vol. 3, Anos 2004 e 2005. Ed. Câmara Municipal de Setúbal e Rede Portuguesa de Museus. Lisboa, pp. 303-318.
- CATARINO, H. (1997), «Cerâmicas omíadas do Garb al-Andalus: resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)». In *Arqueología y Territorio Medieval*, 6. Universidad de Jaén. Jaén, pp. 113-132.
- CATARINO, H.; FILIPE, S.; SANTOS, C. (2009), «Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos». In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: Síntese e Perspectivas de Estudo. Homenagem a José Luís de Matos, XELB*, 9. Silves, pp. 333-376.
- CENTENO, I., PALOMINO, A., VILLAGANGOS, L. (2010), «Contextos cerámicos de la primera mitad del s. V en el interior de la Meseta. El yacimiento de las Lagunillas (Aldeamayor de San Martín, Valladolid)». In *BSAA Arqueología*, N.º 76. Universidad de Valladolid. Valladolid, pp. 91-143.
- DAHÍ, S. (2007), «Un contexto cerámico de la Antigüedad tardía: el yacimiento de San Pelayo (Aldealengua, Salamanca). Nuevos datos sobre la cronología de las pizarras visigodas». In *Pyrenae*, 38, vol. 1. Universidad de Barcelona. Barcelona, pp. 79-104.
- DELGADO, M. (1996-1997), «Potes meleiros de Bracara Augusta». In *PORTVGALIA*, Nova Série, XVII-XVIII. Universidade do Porto. Porto pp. 149-165.
- DELGADO, M., MORAIS, R. (2009), *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Braga.
- DE MAN, A. (2006), *Conimbriga do Baixo Império à Idade Média*. Ed. Silabo. Lisboa.
- DE MAN, A.; CORREIA, V. H.; LOVEGROVE, A.; ANDRADE, F. (2014), «Cerâmica medieval de Conimbriga». In *Estudo de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal séculos IX a XII* (coord. Adriaan De Man e Catarina Tente). IEM – Instituto de Estudos Medievais. Lisboa, pp. 57-67.
- DUARTE, S. (2000), «Cerâmicas de Idanha-a-Velha. Contributo para o estudo dos motivos decorativos». In *O Arqueólogo Português*, Série IV, 18. Lisboa, pp. 99-140.
- FERNANDES, I. C. (2004), *O Castelo de Palmela: do Islâmico ao Cristão*. Ed. Colibri. Palmela.
- FERNANDES, I. M. (2003), «Vasilhas: de barro se fazem, em barro se usam – o quotidiano visto através da olaria». In *Olaria Portuguesa: do Fazer ao Usar*. Ed. Assírio & Alvim. Lisboa, pp. 61-221.
- FERNÁNDEZ DE LA PEÑA, F. J. (2012-2013), «"Dehesa de la Ventosa" (Malpartida de Plasencia, Cáceres). Un asentamiento rural de época visigoda». In *Arqueoweb. Revista sobre Arqueología en Internet* 14, pp. 53-85.
- FERREIRA, M.ª C.; LOBÃO, J.C.; CATARINO, H. (2012), «Cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso – uma primeira abordagem». In *Arqueologia Medieval*, 12. Ed. Afrontamento. Mértola, pp. 15-31.
- GALLEGÓ, M. M. (2010), «La secuencia cerámica de época visigoda de Vega Baja. Una primera aproximación». In *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (s. VI-VIII)* (coord. A. García), pp. 315-326.
- GASPAR, A. (2003), «Cerâmicas cinzentas da antiguidade tardia e alto-medievais de Braga e Dume». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 455-481.
- GOMES, M. V. (2002), «A necrópole visigótica do Poço dos Mouros (Silves)». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 5, n.º 2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, pp. 339-391.
- GOMES, M.; GOMES, R., (2003), «Cerâmicas Alto-Medievais de Silves». In *Actas das 3as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 23-47.

- GOMEZ BECERRA, A. (1997), «La cerámica emiral y califal de Almuñecar (Granada)». In *Arqueologia Medieval*, n.º 5. Ed. Afrontamento. Mértola, pp. 117-135.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1988), *Cerámica Común Paleoandalusí del Sur de Alicante (siglos VII-X)*. Alicante.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1992), *El Transito de la Antigüedad Tardía al Mundo Islámico en la Cora de Tudmir: Cultura Material y Poblamiento Paleoandalusí*. Tesis doctoral de la Universidad de Alicante. Alicante.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1990-91), «Panes, hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pane en al-Andalus: el hornillo (tannûr) y el platô (tabaq)». In *Lvcen-tvm*, IX-X. Alicante, pp. 161-175.
- GUTIÉRREZ LLORET, S.; GAMO PARRAS, B.; AMORÓS RUIZ, V. (2003), «Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el sudeste de la Península Ibérica». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 455-481.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A.; MIGUEL HERNÁNDEZ, F. (2009), «La cerámica altomedieval en León: producciones locales e andalusíes de Puerta Obispo». In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*, Tomo I. Ciudad Real, pp. 443-462.
- HERAS MORA, F. J.; GILOTTE, S. (2008), «Primer balance de las actuaciones arqueológicas en el Pozo de la Cañada (2002-2005). Transformación y continuidad en el campo emeritense (ss. I-IX d. C.)». In *Arqueología y Territorio Medieval* 15. Jaén, pp. 51-72.
- HERNÁNDEZ VERA, J. A.; Bienes CALVO, J. J. (2003), «Cerámicas hispano-visigodas y de tradición en el Valle Medio del Ebro». In *Cerámicas Tardorromanas y Altomedievales en la Península Ibérica, Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 307-319.
- IZQUIERDO BENITO, R. (1999), «Nuevas formas cerámicas de Vascos». In *Arqueología y Territorio Medieval*, 6. Universidad de Jaén. Jaén, pp. 191-206.
- JUAN ARES, J.; GALLEGO GARCÍA, M. M.; GARCIA GONZÁLEZ, J. (2009), «La cultura material de la Vega Baja». In *Toletum Visigodo. La Vega Baja de Toledo*. Toledo, pp. 115-147.
- JUAN TOVAR, L.C. (1997), «Las industrias cerámicas hispanas en el Bajo Imperio. Hacia una sistematización de la Sigillata Hispánica Tardía». In *Congreso Internacional La Hispania de Teodosio*, vol. 2. Valladolid, pp. 543-568.
- JUAN TOVAR, L.C. (2012a), «Las cerámicas imitación de *sigillata* en el occidente de la Península Ibérica durante el siglo V d.C.». In *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales* (eds. científicos D. Bernal, A. Ribera). Universidad de Cádiz. Cádiz, pp. 97-129.
- JUAN TOVAR, L.C. (2012b), «Las cerámicas imitación de *sigillata* (CIS) en la Meseta norte durante el siglo V. Nuevos testimonios y precisiones cronológicas». In *Durii Regione Romanitas, Homenaje a Javier Cortés* (Palencia/Santander, 2012), pp. 365-372.
- JUAN TOVAR, L.C.; BLANCO GARCÍA, J.F. (1997), «Cerámica común tardorromana, imitación de *sigillata*, en la provincia de Segovia. Aproximación al estudio de las producciones cerámicas del siglo V en la Meseta Norte y su transición al mundo hispano-visigodo». In *Archivo Español de Arqueología*, 70. Madrid, pp. 171-219.
- LARRÉN IZQUIERDO, H. (1989a), «Materiales cerámicos de La Cabeza: Navasangil (Ávila)». In *Boletín de Arqueología Medieval*, 3. Madrid, pp. 53-74.
- LARRÉN IZQUIERDO, H.; TURINA GÓMEZ, A. (1995), «Caracterización y tipología de la cerámica medieval de la provincia de Zamora, siglos XI-XIV». In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 81-89.
- LARRÉN, H.; BLANCO, J.F.; VILLANUEVA, O.; CABALLERO, J.; DOMÍNGUEZ, A.; NUÑO, J.; SANZ, F.J.; MARCOS, G.J.; MARTÍN, M.A.; MISIEGO, J. (2003), «Ensayo de sistematización de la cerámica tardoantigua en la cuenca del Duero». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología* XXVIII. Madrid, pp. 455-481.
- MARQUES, A.A. (2000), «Escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1993)». In *Beira Interior. História e Património*. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda, pp. 253-286.
- MARQUES, J.; GÓMEZ, S.; GRILLO, C.; ÁLVARO, R.; LOPES, G. (2012), «Cerâmica e povoamento rural medieval no troço médio-inferior do Vale do Guadiana (Alentejo, Portugal)». In *Atti del IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo* (Venezia, 23-27 novembre 2009) All'Insegna del Giglio. Firenze, pp. 442-448.
- MARTINS, C. M. B. (2003), «Contributo para o estudo do Monte do Castelo de Fraião, Boivão, Valença». In *Portvgalia*, Nova Série, vol. XXIV. Porto, pp. 81-94.
- MARTINEZ PEÑIN, R. (2007), «La producción cerámica medieval del *Castrum Iudeorm* (Puente Castro, León): análisis de los materiales de la campaña de 1999». In *Arqueología y Territorio Medieval*, 14. Jaén, pp. 163-207.
- MARTINEZ PEÑIN, R. (2013), «Estudio preliminar de las producciones cerámicas tardoantiguas y altomedievales localizadas en la ciudad de Braga (Portugal)». In *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 12. León, pp. 65-89.
- MEZQUÍRIZ, M.^a A. (1985), «Terra Sigillata Hispánica». In *Enciclopedia dell'Arte Antica. Atlante delle forme ceramiche. II. Cerámica Fina nel Bacino Mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo Impero)*. Roma, pp. 97-174.
- MORAIS, R. (2006), «Potes meleiros e colmeias em cerâmica: uma tradição milenar». In *SAGVNTVM* (P.L.A.V.), 38. Valencia, pp. 149-161.
- NAVARRO PALAZON, J. (1986), *La Cerámica Islámica en Murcia*, Vol. I: Catálogo, Publicación del Centro Municipal de Arqueología / Ayuntamiento de Murcia. Murcia.
- NAZARÉ, M.^a J. V. (2013), *Cerâmicas Medievais de Santa Olaia (Figueira da Foz) Depositadas no Museu Municipal Dr. Santos Rocha*. Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Arqueologia e Território apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra (texto policopiado).
- OLMO ENCISO, L.; CASTRO PRIEGO, M. (2008), «La cerámica de época visigoda de Recópolis: apuntes tipológicos desde un análisis estratigráfico». In *Recópolis y la Ciudad en Época Visigoda*. Museo Arqueológico Regional. Comunidad de Madrid. Madrid, pp. 88-96.
- PALOL, P.; CORTÉS, J. (1974), *La villa romana de La Olmeda, Pedrosa de la Vega (Palencia). Excavaciones de 1969 y 1970*. Acta Arqueológica Hispánica 7. Ministerio de Cultura. Madrid.

- PASCUAL, J.; RIBERA, A. V.; ROSSELLÓ, M. (2003), «Cerámicas de la ciudad de Valencia entre la época visigoda y omeya (siglos VI-X)». In *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología*, XXVIII. Madrid, pp. 67-117.
- PAZ PERALTA, J.A. (1991), *Cerámica de mesa romana de los siglos III al VI d.C. en la provincia de Zaragoza*. Institución Fernando El Católico. Zaragoza.
- PAZ PERALTA, J.A. (2008), «Las producciones de *terra sigillata* hispánica intermedia y tardía». In *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión* (eds. científicos D. Bernal Casasola y A. Ribera i Lacomba). Universidad de Cádiz. Cádiz, pp. 497-540.
- PAZ PERALTA, J.A. (2013), «La vajilla de cerámica hispánica tardía gris y naranja en *Asturica Augusta* (Astorga, León). Conjunto C». In *Ex Officina Hispana, Cuadernos de la SECAH*, vol. 1. Madrid, pp. 217-256.
- PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, F.; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M. L. (2009), «XI. El material cerámico de la Antigüedad Tardía de «El Pelambre». In *El Horizonte Cogotas I de la Edad del Bronce y el Período Tardoantiguo en el Valle Medio del Esla*. León, pp. 321-370.
- PINTO, I. (2003), *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Universidade Lusíada Editora. Lisboa.
- RETUERCE VELASCO, M. (1998), *La Cerámica Andalusí de la Meseta*. (2 vols.) Col. Gran Estudios. Madrid.
- REVEZ, A. L. (2012), «Trabalhos arqueológicos no projecto de recuperação do Paço da Ega (2007-2009). In *Arqueologia Medieval*, 12. Edições Afrontamento. Mértola, pp. 41-57.
- RODRIGUES, M. (1994), *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (Sécs. XII-XIII)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Regional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Porto. Porto (policopiado).
- RODRIGUES, M.; REBANDA, N. (1995), «Cerâmicas medievais do Baldoeiro, (Adeganha – Torre de Moncorvo)». In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 51-66.
- RODRIGUES, M.; REBANDA, N. (1998), «Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Sta. Cruz da Vilarça». In *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 101-126.
- RODRIGUES, P. (2012), *Cerâmicas medievais do Morro da Sé de Viseu: Fossas-lixes do Pátio do Museu Grão Vasco*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de Arqueologia Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra (policopiado).
- ROMERO BOMBA, E.; RIVERA JIMÉNEZ, T.; PÉREZ MACIAS, J. A. (2012), «Cerâmicas Islâmicas de Almonaster la Real y Aracena (Huelva)». In *Arqueologia Medieval*, 12. Ed. Afrontamento. Mértola, pp. 129-144.
- ROSSELLÓ, M., RIBERA, A. (2005), «Las cerámicas del siglo VII en *Valentia (Hispania)*». In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*, Acta 39. Abingdon, pp. 155-164.
- SALVATIERRA CUENCA, V.; CASTILLO ARMENTEROS, J. C. (2007), «La cerámica omeya de los silos de Geolit (Jaén). Un intento de reconstrucción cronológica de una secuencia horizontal no relacionada». In *Estudios de Cerámica Tardorromana y Altomedieval*. Granada, pp. 107-133.
- SANTOS, C. R. (2011), *As cerâmicas de produção local do centro oleiro romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- SEPULVEDA, E. (2013), «La *Terra Sigillata* Hispánica Tardía TSHT. El estado actual de la investigación en Portugal». In *Ex Officina Hispana, Cuadernos de la SECAH*, vol. 1. Madrid, pp. 117-124.
- SILVA, A. (2007), «A *Terra Sigillata* Hispánica Tardía de Terronha de Pinhovo. O comércio e o povoamento». In *Cadernos das Terras Quentes IV*. Macedo de Cavaleiros.
- SILVA, A. M. (2011), *No Tempo dos Mouros. Castelos de Arouca numa Terra de Fronteira (Séculos IX-XI)*. Câmara Municipal de Arouca. Arouca.
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, M. C. S. (2006-2007), «Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica». In *PORTVGALIA*, Nova Série, Vol. XXVII. Porto, pp. 69-88.
- SILVA, A. M.; RIBEIRO, M. C. S. (2014), «Cerâmica do período da Reconquista no Vale do Arda: Castelo de Arouca e Casal da Malafaia». In *Estudo de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal séculos IX a XII* (coord. Adriaan De Man e Catarina Tente). IEM – Instituto de Estudos Medievais. Lisboa, pp. 161-181.
- TENTE, C.; LANTES, O.; PRIETP, P. (2014), «A produção cerâmica dos séculos IX a XI na região do Alto Mondego (Portugal)». In *Estudo de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal séculos IX a XII* (coord. Adriaan De Man e Catarina Tente). IEM – Instituto de Estudos Medievais. Lisboa, pp. 109-139.
- TURINA GÓMEZ, A. (1991/1992), «Estudio de las cerámicas medievales de El Prado de Llamares en Villafáfila (Zamora)». In *Numantia*, 5. Castilla y León, pp. 181-196.
- TURINA GÓMEZ, A. (1994), *Cerâmica medieval y moderna de Zamora*. Monografías 1. Zamora.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2000), «Cabañas de época visigoda del sur de Madrid». In *Archivo Español de Arqueología*, 73. Madrid, pp. 223-252.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2003), «Cerâmicas tardorromanas y altomedievales de Madrid». In *Cerâmicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad* (eds. L. Caballero, P. Mateos e M. Retuerce), Anejos de *Archivo Español de Arqueología*, XXVIII. Madrid, pp. 371-387.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2007), «Algunas observaciones sobre las cerâmicas «de época visigoda» (ss. V-IX d. C.) de la región de Madrid». *Estudios de Cerâmica Tardorromana y Alto-medieval*. Granada, pp. 357-382.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2008), «Evolución tecnopológica de la cerâmica de Gózzquez de Arriba (San Martín de La Vega, Madrid) entre los siglos VI y VIII A. D.». In *Actas das 4as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 23-26.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2013), «Las últimas producciones de TSHT en el interior peninsular». In *Ex Officina Hispana, Cuadernos de la SECAH*, vol. 1. Madrid, pp. 11-24.
- ZOZAYA STABEL-HANSEN, J.; LARRÉN IZQUIERDO, H.; GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A.; HERNÁNDEZ, F. M. (2012), «Asentamientos andalusíes en el Valle del Duero: el registro cerâmico». In *IX Congresso Internazionale sulla Ceramica Medievale nel Mediterraneo*. Venezia, pp. 217-229.

NOTAS

- 1 Queremos expressar publicamente os nossos sinceros agradecimentos à entidade promotora do empreendimento, EDP, assim como ao consórcio construtor, Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construções. ACE, pelo apoio dado à divulgação dos resultados que aqui se apresentam. Os resultados das intervenções arqueológicas de que aqui damos conta, sob a responsabilidade científica repartida entre um dos signatários (F. S.), foi levada a cabo pelos sítios de Cemitério dos Mouros e Laranjal por intermédio do consórcio formado pelas empresas Arqueologia & Património (Ricardo Teixeira e Jorge Fonseca, co-responsáveis científicos pela intervenção do sítio de Laranjal) e ArcheoEstudos (Sandra Clélia, co-responsável científica pela intervenção arqueológica do sítio de Cemitério dos Mouros). Os trabalhos nos sítios aludidos foram realizados entre 11 de Abril e 14 de Novembro de 2012.
- 2 Constituindo-se este como o elemento de referência, orientador e aglutinador, para todos os trabalhos a realizar sobre o vasto conjunto patrimonial abrangido pela implementação da empreitada aludida.
- 3 Os limites físicos desta área de estudo e dos levantamentos exaustivos que ali foram levados a cabo, devendo dar-se destaque ao registo gráfico de pormenor de um conjunto extremamente expressivo de elementos arquitectónicos de Época moderna e contemporânea, compreendeu, salvo raras excepções localizadas na margem oposta, o próprio Rio Sabor, a sul, os limites administrativos a oeste deste lugar, um limite simbólico a este – antigos pilares da ponte sobre o Rio Sabor (EP.155), e a própria cota de enchimento da albufeira – 234 m –, a norte.
- 4 Embora a ocupação do sítio fortificado do Castelinho se encontre centrada na II Idade do Ferro, esta estende-se pelo período romano, muito provavelmente até aos inícios do século II d.C..
- 5 Este hiato, documentado pela análise e estudo dos materiais compulsados, leva-nos a equacionar um abandono pontual do sítio de Cemitério dos Mouros, com a ocupação de um outro espaço do território de Cilhades que por nós não foi identificado, tendo a reocupação de Cemitério dos Mouros ocorrido, pelos documentos que até nós chegaram e que o testemunham, já no Baixo Império.
- 6 Não tendo sido intervencionada na totalidade, identificaram-se duas centenas de sepulturas, variando tipologicamente, e de forma simplificada, entre o simples covacho, as sepulturas de pedra avulso, caixas ossário e as caixas de inumação, tendo até nós chegado os vestígios osteológicos de 86 inumações primárias e 40 inumações secundárias (ossários/reduções). Publica-se, nesta mesma revista, o estudo levado a cabo sobre o escasso conjunto de objectos associados às inumações que esta comportava, abordando-se, de igual modo, e de forma mais pormenorizada, a própria necrópole onde as mesmas se estabeleceram.
- 7 Conotado com a antiga capela de São Lourenço, em ruínas nos finais do século XIX e reconstruída nos inícios da centúria seguinte na parte central do lugar de Cilhades, constituindo-se este novo elemento como mais uma parte do seu imenso palimpsesto.
- 8 Com os interfaces identificados escavados no substrato xistoso de base.
- 9 Este forno, que pela utilização de material reaproveitado na sua elevação parece enquadrar-se numa fase tardia da ocupação romana de Cilhades, encontra paralelos imediatos com outra unidade industrial, possivelmente no mesmo período, defronte a este lugar, na margem esquerda do rio, no sítio conhecido por Olival do Poço da Barca. Este sítio, intervencionado no mesmo âmbito (AHBS), embora enquadrado no estudo da romanização do Baixo Sabor (sob a responsabilidade directa de Sérgio Pereira), será, juntamente com o forno de Cilhades, alvo de análise detalhada a breve trecho.
- 10 Um dos quais ligado, naturalmente, ao contributo que uma estrutura deste género poderia representar na deflagração de incêndios.
- 11 Freguesia do actual Concelho de Torre de Moncorvo, com foral concedido por D. Afonso Henriques em 1162.
- 12 Informação gentilmente cedida por Raquel Martínez Peñín.
- 13 Constatação pessoal graças à amabilidade do director da escavação José Carlos Sastre Blanco.
- 14 Informação gentilmente cedida por Isabel Cristina Fernandes.
- 15 Atendendo ao contexto de onde este jarro é proveniente, sítio do Laranjal, onde não foram identificados materiais com cronologias medievais anteriores ao século XI/XII, entendemos ser mais adequado inclui-lo neste grupo cronológico em detrimento do anterior.

A ALCARIA DO ALTO DA QUEIMADA (PALMELA). VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ANDREIA MACHADO*

MICHELLE SANTOS**

MIGUEL SERRA***

EDUARDO PORFÍRIO****

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ARQUEOSÍTIO

A. Marques da Costa identificou o sítio em inícios do século XX, enquadrando-o cronologicamente na pré-história. No entanto, só na década de 90, do mesmo século, através de uma intervenção de emergência, desenvolvida pelos Serviços de Arqueologia da autarquia de Palmela se reconheceu concretamente a realidade crono-cul-

tural do sítio. Mais tarde, o potencial científico do arqueosítio justificou a sua inclusão no projecto de investigação – PNTA –: «Muçulmanos e Cristãos na península da Arrábida: o castelo de Palmela e a ruralidade envolvente», sendo alvo de escavações arqueológicas sucessivas entre 1998 e 2005¹.

A alcaria Islâmica do Alto da Queimada localiza-se na linha de cumeeada da Serra do Louro (Palmela), integrando o que O. Ribeiro designou como a pré-Arrábida (Ribeiro, 2004), situada a norte da cordilheira da Arrábida (Fig. 1). Visualmente, na vertente setentrional, domina a vasta planície do estuário do Tejo e a Sul, o Vale de Barris, a Serra dos Gaiteiros e a Serra de S. Luís. Para Nordeste, contacta com o Castelo de Palmela e com o Rio Sado. Finalmente, para Poente, o domínio visual não é tão abrangente ficando limitado pela própria Serra do Louro, a Serra de S. Francisco, o Vale dos Barris e a Serra de S. Luís. A envolvente é marcada por solos férteis e áreas propícias ao pastoreio de gado, que conjugadas com a sua implantação em altura,



Figura 1 – Localização do Alto da Queimada (excerto da folha n.º 454 da CMP, à escala 1:25 000).

* Conservadora – Restauradora, andreia_romao@hotmail.com

** Arqueóloga, Câmara Municipal de Palmela, mtsantos@cm-palmela.pt

*** Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda., miguelserra@palimpsesto.pt

**** Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda., eduardoporfirio@palimpsesto.pt



Figura 2 – Alto da Queimada. Pormenor da implantação e das estruturas (Fernandes, 2004).



Figura 3 – Exemplo de um dos compartimentos (único com pavimento lajeado). Alto da Queimada (Sector II).

a sua proximidade com o castelo de Palmela e o vasto controlo visual do território lhe conferiam boas condições de habitabilidade e defensibilidade.

A alcaria assume um alinhamento no sentido poente-nascente, com um sistema de compartimentação espacial, linear, marcado pela orientação da parede norte (talhada no afloramento calcário do Miocénico), a partir da qual se alinham as habitações e outras dependências com funcionalidades distintas (ex.: armazenamento). Os compartimentos apresentam planta de tendência rectangular, com aparelho grosseiro e rudimentar, conjugando a utilização de blocos de pedra ligados por terra e pedra miúda ou os alinhamentos obtidos através de grandes monólitos de calcário, associados a paredes talhadas na rocha local. Nas coberturas dos edifícios seriam utilizados materiais perecíveis (Figs. 2 e 3).

As intervenções arqueológicas realizadas revelaram que este povoado rural foi palco de ocupações anteriores dos períodos romano e pré-islâmico até ao início do século XI, altura em que é abandonado.

Definem-se áreas de utilização distinta, desde os espaços vocacionados para as actividades do quotidiano nomeadamente, para o armazenamento de provisões, alfaias e gado, mas também de compartimentos, que se destinam ao uso estritamente habitacional e de outros que se reportam a utilizações de matriz religiosa, com a presença de uma sala de oração e espaços adjacentes relacionados, que incentivam à continuidade da investigação e estudo do arqueosítio, abrindo novas perspectivas para a análise da organização social do povoamento rural (Fernandes, 2008).

A população que residiu na alcaria praticaria uma economia assente num regime agro-pastoril, documentada pelos diversos utensílios e restante cultura material recolhidos nas sucessivas campanhas arqueológicas, de que constituem exemplo mais ilustrativo: mós, uma relha de arado e alguns chocalhos, conjugando a realização de outras actividades complementares, como a pesca e a tecelagem (pesos de rede e de tear; alguns cossoiros).

Algumas das cerâmicas recolhidas revelam uma morfologia e enquadramento cronológico similar aos conjuntos provenientes do castelo de Palmela e outros pontos do *al-Andalus*: como é o caso das panelas, com as superfícies toscamente alisadas, fabricadas à mão e/ou a torno lento e decoradas com motivos ondulados incisos ou apenas com linhas incisas no colo, que parecem traduzir práticas autóctones. No período Emiral surgem as panelas globulares, com perfil bem pronunciado e bordo extravasado; as formas com pintura almagre estão também presentes. Mas é sobretudo nos contextos Califais que encontramos maiores afinidades com os exemplares do castelo, sendo mais ilustrativos: os jarros, as caçarolas e as taças (Fernandes, 2001 e 2004).

Partindo da análise do conjunto de espólio recolhido, traçam-se fortes proximidades crono-culturais com o Castelo de Palmela (*hisn*), com o qual manteriam

inegáveis ligações fiscais, político-administrativas e estratégicas para a defesa e vigia do território.

O estado de conservação das estruturas arqueológicas colocava alguns problemas, resultantes em grande medida da sua exposição e vulnerabilidade face às condições climáticas e à presença humana (Serra; Porfírio e Machado, 2009), que exigiam uma estratégia de intervenção que garantisse a valorização e a preservação do arqueossítio, restituindo a integridade às estruturas e uma leitura coerente do conjunto.

2. A INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

A intervenção no Sector II do Alto da Queimada foi realizada apelando a acções de conservação e restauro criteriosamente aplicadas de acordo com o estado de conservação que as estruturas apresentavam (Fig. 4). Ainda em fase de projecto foram definidas três tipologias de intervenção, uma para áreas detectadas como bastante problemáticas como seja a estrutura D e E (*mihrab*), outra de restauro como os Muros 17 e 18, e por fim de conservação. Assim, no primeiro caso preconizou-se uma acção de conservação que envolvia o desmantelamento da estrutura, ou seja, os trabalhos de recuperação da estrutura seguiriam a par com os trabalhos de escavação arqueológica. No caso do restauro dos muros, seria necessária a execução de um reforço do suporte do material pétreo. Por último, a conservação das restantes estruturas passou basicamente por consolidações e preenchimentos.

De um modo geral as acções consistiram em:

- Desmatização e limpeza;
- Fixação;
- Consolidações e preenchimento de juntas;
- Desmontagem e remontagem de estruturas que ameaçavam ruir;
- Restauro das áreas derrubadas.

Os objectivos genéricos que preconizaram todos os trabalhos, bem como a escolha das soluções adoptadas enquadraram-se nos pressupostos teóricos e metodológicos definidos para a conservação do património em geral, e do património arqueológico, em particular e tiveram como propósito dotar a intervenção das melhores condições funcionais, manutenção e durabilidade. Para além desta atenção, as operações foram apoiadas em documentação gráfica existente, nomeadamente em planta e alçados resultantes dos trabalhos de investigação arqueológica.

Considerando estes aspectos os critérios desenvolvidos basearam-se:

- Na minimização dos processos de degradação de modo a garantir a preservação do sítio, na sua forma original;
- Na permanência da autenticidade histórica das estruturas a serem objecto de intervenção;
- Na reversibilidade das intervenções;
- No recurso de técnicas tradicionais nos casos em que houve necessidade de reconstrução;
- No enquadramento no espaço envolvente das acções a serem desenvolvidas;
- No registo sistemático das acções realizadas, de forma a produzir documentação sobre a intervenção.

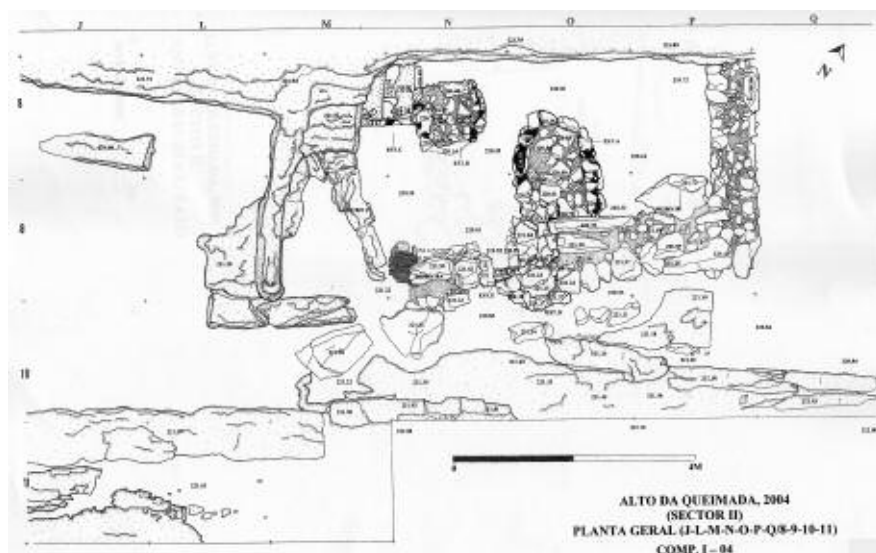


Figura 4 – Sector II – conjunto de estruturas intervencionadas.

2.1. Metodologia de intervenção

Desmatação e limpeza

As estruturas intervencionadas apresentavam diversos tipos de colonização biológica, desde líquenes, musgos, a crescimentos herbáceos e arbustivos. Conhecidos os problemas que este tipo de situações acarreta como a penetração de ramos e raízes nas juntas, as tensões mecânicas que daí advêm, bem como a degradação química provocada pela acção metabólica destes agentes, procedeu-se a trabalhos de desmatação. Estes foram realizados mecanicamente com recurso a tesouras de poda, picos e enxada, e quimicamente, com aplicação localizada de um herbicida sistémico (Round-up®).

Os trabalhos de limpeza decorreram após a eliminação do coberto vegetal, tendo sido realizados mecanicamente com recurso a escovas de nylon. Nesta fase procedeu-se à limpeza dos cortes e do aparelho, bem como à remoção de elementos soltos e degradados e de pedras que se encontravam no terreno fora de contexto e ligantes empobrecidos, operações efectuadas com espátulas, colherim e escovas (Fig. 5).

Consolidações, fixações, preenchimento de lacunas e de juntas

A construção destas estruturas apresenta uma técnica mista, quando não emprega o próprio afloramento rochoso, utiliza um alicerce feito com terra bem apertada com pedra, erguendo-se depois as estruturas murárias. Estas, utilizam pedra local, de formas e dimensões irregulares, cuja face mais direita é colocada no exterior, assentes em argamassa, cujo encaixe se consegue ajustando a forma de cada pedra ao espaço a preencher, procurando criar níveis regulares. Para garantir que o material não oscile, recorre-se à utilização de pequenas pedras que funcionam como cunhas. No caso de



Figura 5 – Aspecto final da desmatação e limpeza da área.

elementos como vãos, soleira ou degraus é empregue pedra semi-aparelhada, estando estes últimos assentes no mesmo tipo de alicerce já referido. De referir ainda a utilização de pedras de grandes dimensões.

Atendendo à técnica original de construção descrita e de acordo com o proposto no projecto de intervenção, optou-se pela utilização de argamassas de natureza similar (Quadro I). Esta solução permitia a obtenção de ligantes o mais agregados e plásticos possível, evitando infiltrações e deformações.

No capeamento e fecho de juntas foi empregue o mesmo tipo de argamassa, de modo a resultar uma superfície lisa, um pouco abaixo do nível, com bordos limpos.

No que diz respeito aos alicerces e sempre que se verificavam situações de instabilidade a opção foi efectuar, após a limpeza, um enchimento da área com recurso a uma argamassa forte.

Quadro I – Composição das argamassas empregues na intervenção

Aplicações	Cal	Areia	Pó de Pedra	Cimento Branco	Água
Argamassa de fixação	1	2	¼	1/10	*
Argamassa fluida	1	0	½	0	*
Argamassa de juntas	1	1	0	0	*

*Quantidade de água necessária para a argamassa tomar presa.

Na execução das argamassas foi utilizada cal hidratada, pó de pedra e cimento branco, de acordo com as recomendações dos fornecedores, obtendo-se uma massa de adequada trabalhabilidade e boa aderência ao suporte. A utilização do cimento branco deve-se às suas características físicas como presa (≥ 45 min) e expansibilidade (≤ 10 mm) funcionando como ligante, ao mesmo tempo que conferia à argamassa maior capacidade de resistência.

Para a colmatagem das lacunas volumétricas foram utilizados materiais pétreos que se encontravam em estaleiro, armazenados durante os trabalhos de escavação realizados em anos anteriores e aplicados de acordo com o método de anastilose.

Desmontagem e remontagem

Nas áreas que ameaçavam ruir, devido ao avançado estado das patologias, foi necessário proceder ao desmonte e posterior remonte das áreas afectadas. O método utilizado para o tratamento ou reconstrução foi a anastilose. A técnica de reconstrução foi idêntica à da construção original, tendo sido empregues argamassas conforme descritas no item anterior.

Restauros

Considera-se como restauro os trabalhos executados em zonas específicas em que o original já se encontrava em ruína, derrube ou omisso e nas quais foi necessário desenvolver um trabalho estrutural significativo, de modo a assegurar a estabilização das construções murárias. Para o efeito foram utilizados materiais provenientes das escavações arqueológicas anteriores, bem como materiais modernos de construção, como é o caso das verguinhas de ferro, ligadas entre si pela argamassa de fixação.

Ainda no que concerne ao restauro, refere-se a colagem de uma pedra do Muro 5, com recurso a resina epóxida e espigões.

Protecção

Nesta intervenção, de maneira a evitar os crescimentos herbáceos, bem como proteger todo o sector II, e ao mesmo tempo melhorar a percepção visual da área e providir ao seu nivelamento, procedeu-se à aplicação de manta geotêxtil, seguida da colocação de Leca® 8/16 e gravilha n.º 1.

2.2. Trabalhos realizados

Após a desmatação e limpeza, verificou-se que as patologias detectadas em grande parte dos compartimentos eram idênticas, pelo que receberam intervenções de conservação similares, como sejam: as desmontagens e montagens, o preenchimento de lacunas, o capeamento e a protecção final com manta de geotêxtil, leca e gravilha.

Em casos excepcionais como os compartimentos I-04, III-04 e Muro 5 foram identificados derrubes graves nos muros (muros 17 e 18), os quais estavam relacio-

nados com o elevado peso das lajes e com a pouca sustentação destas; situações de perda de aderência entre os componentes pétreos, pois o ligante apresentava-se empobrecido; deslizamentos de material (acesso ao compartimento III-04); lacunas resultantes de intervenções anteriores; desprendimentos de algumas pedras das estruturas A a C, a existência de areias no interior destes; e fracturas graves (Muro 5), as quais provocaram deslizamentos da fractura superior e o empenamento das restantes.

Nestas situações particulares em que as estruturas se encontravam em manifesto mau estado de conservação foram realizadas intervenções de restauro, através das quais se procurou reedificar as estruturas murárias derrubadas e colmatar as lacunas existentes (figs. 6 e 7). Assim, no muro 17 e 18, e em virtude do peso que as infra-estruturas teriam que aguentar foi concebido um sistema de suporte do tipo cruzeta, em varões de ferro, assente directamente sobre o afloramento rochoso, os quais foram posteriormente cheios com pedras e argamassa, até à cota indicada em obra. Através deste sistema as estruturas poderiam reagir melhor às solicitações que lhe seriam impostas, tanto em termos de rotura como em caso de deformações. Sobre estas construções foram colocadas as lajes originais. Nos muros 12 (Fig. 8), 16 e estruturas D e E (*mihrab*), após o desmonte das zonas instáveis efectuou-se o preenchimento de lacunas, respeitando a forma original de construção e até cota indicada pela arqueóloga responsável, e o capeamento do topo das estruturas, de forma ligeiramente inclinada, precavendo a infiltração das águas pluviais. Foram ainda consolidadas as áreas instáveis, removidas as areias das estruturas A a C e, por último, tratada a fractura do muro 5 (Fig. 9). Com o propósito de colmatar esta fractura, procedeu-se à desmontagem dos elementos fracturados, limpeza e colagem dos constituintes, recorrendo para o efeito à colocação



Figura 6 – Muro 17, derrube da estrutura.



Figura 7 – Muro 18, derrube da laje.



Figura 8 – Muro 18, aspecto final da intervenção.

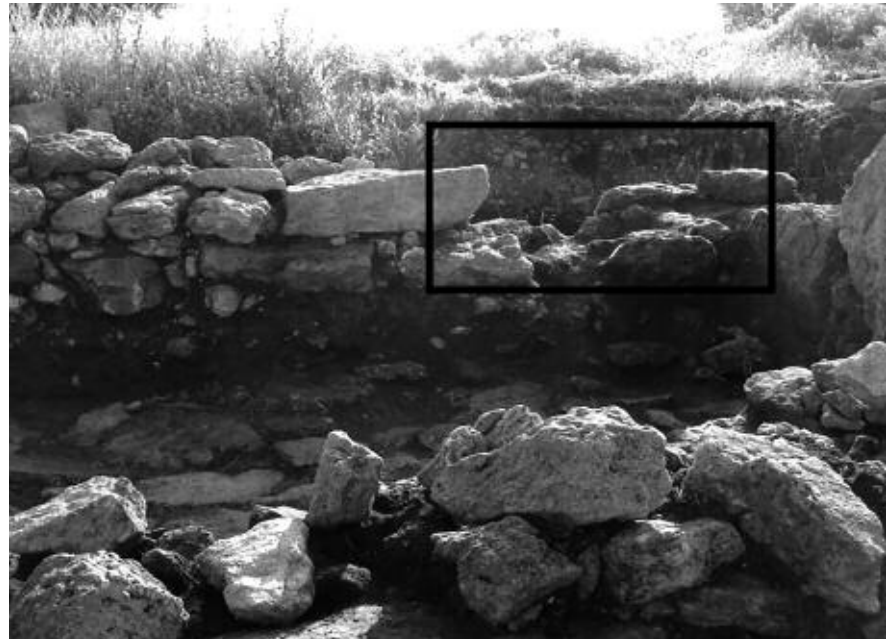


Figura 9 – Muro 12, lacuna a colmatar (assinalada no rectângulo).

de espigões e resina epóxida. Finalizados os trabalhos, aplicou-se manta geotêxtil, seguida de leca e gravilha (Fig. 10).

A área envolvente (1 m a contar das estruturas do sector II) foi desmatada e limpa, permitindo não só uma melhor visualização do conjunto intervencionado, mas também de forma a dificultar a contaminação por infestantes.



Figura 10 – Muro 5, vista geral.



Figura 11 – Vista geral Leste, após a conclusão dos trabalhos.

3. CONCLUSÃO

A intervenção patrimonial realizada no Alto da Queimada pretendia particularmente contribuir para a salvaguarda da integridade histórico/cultural do sítio, mas também torná-lo mais atractivo e legível ao visitante, não descurando a importância do seu enquadramento na paisagem. A intangibilidade da estrutura arqueológica exige uma interpretação e apresentação que clarifiquem significados geralmente desconhecidos da sociedade, tornando-os acessíveis. Neste sentido, o projecto de valorização do Património Cultural do concelho de Palmela tinha ainda como objectivos centrais de acção a colocação de sinalética interpretativa nos sítios arqueológicos visitáveis (Povoado Fortificado de Chibanes, Alcaria do Alto da Queimada e Grutas Artificiais de Casal do Pardo) e a definição de um percurso pedonal e produção do respectivo roteiro – «Percurso Pedonais e Roteiros Culturais – Serra do Louro –».

Os trabalhos desenvolvidos tiveram igualmente em atenção os processos dinâmicos de degradação futura, pelo que o relatório de intervenção apresentado previa essas situações, enumerando alguns cuidados de manutenção a desenvolver durante as fases de monitorização periódica, concretamente: as desinfestações sazonais e as inspecções para detecção de anomalias (derrubes de estruturas murárias, desgaste de superfície, lacunas), de maneira a poder providenciar a sua correcção atempada.

4. BIBLIOGRAFIA

- FERNANDES, I. (2001), «A Península de Setúbal em Época Islâmica». In *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 185-196.
- FERNANDES, I. (2002-05), «Intervenções Arqueológicas no Alto da Queimada e Conclusões

- Gerais». Relatório Final do Projecto *Muçulmanos e Cristãos na Península da Arrábida: o castelo de Palmela e a ruralidade envolvente*. Câmara Municipal de Palmela/Divisão de Património Cultural (policopiado).
- FERNANDES, I. (2004), *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 279-286.
- FERNANDES, I. (2008), «Alcaria do Alto da Queimada». In *Roteiro da Exposição Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes* (coord. FERNANDES, I. e SANTOS, M.). Igreja de Santiago – Castelo de Palmela. Palmela: Município de Palmela, pp. 39-41.
- RIBEIRO, O. (2004), *A Arrábida. Esboço Geográfico*. 3.^a ed. Fundação Oriente/Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 20-21.
- SANTOS, M. (2008), «Actividade Arqueológica em Palmela, 2007/2008», in *+ museu*. Boletim do Museu Municipal de Palmela, n.º 10, Novembro de 2008/ Maio de 2009, pp. 12-13.
- SERRA, M.; PORFÍRIO, E. e MACHADO, A. (2009), «Alto da Queimada. Conservação de estruturas arqueológicas», in *+ museu*. Boletim do Museu Municipal de Palmela, n.º 11, Maio/Outubro de 2009, pp. 10-12.

NOTAS

- 1 Este projecto, desenvolvido entre 1998-2002 e 2002-2005 teve como responsável científica, a arqueóloga Isabel Cristina Ferreira Fernandes (Museu Municipal de Palmela).

A MEMÓRIA DO AL-ANDALUS ‘AMIRÎ NA CRÓNICA DO MOURO RASIS E NA CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344¹

ANTÓNIO REI*

1. O PERÍODO ‘AMIRÎ: APOTEOSE FINAL DO CALIFADO EM AL-ANDALUS

O período ‘*âmirî*, estendeu-se entre os anos de 371 / 981 e 399 / 1009², tendo ficado assim conhecido devido ao facto de três membros da família árabe dos Banû ‘Âmir³, ante a menoridade, e depois a passividade, do califa Hishâm II⁴, terem sido eles os verdadeiros detentores do poder na Córdova califal de então⁵.

Desses três homens, o mais famoso e que também exerceu o poder durante mais tempo, chamava-se Abû ‘Âmir Muhammad ibn Abî ‘Âmir al-Ma’afirî⁶, e foi ele o carismático iniciador daquela linhagem de primeiros-ministros (*hujjâb*) do Califado Omíada de Córdova, e que passou à posteridade mais conhecido com o título de *al-Mansûr*⁷.

Após a sua morte, em 1002, continuou, não obstante, a preponderância política dos Banû ‘Âmir em Córdova, ainda durante os consulados dos seus dois filhos e sucessores, ‘Abd al-Malik *al-Muzaffar*⁸ e ‘Abd al-Rahmân *al-Ma’mun*⁹ mais conhecido como *Sanchuelo*¹⁰, respectivamente entre 1002-1008 e 1008-1009.

Devido a vários factores¹¹, entre os quais foi de primordial importância o factor militar, pode dizer-se que o período ‘*âmirî* constituiu a apoteose final do Califado Omíada, enquanto época de proeminência política, económica, militar e diplomática não apenas entre os vários reinos e senhorios cristãos emergentes no xadrês peninsular¹², mas também no espaço norte-africano e mediterrânico¹³.

Coincidindo com o desaparecimento do último dos ‘*Âmirî*, ‘Abd al-Rahmân *Sanchuelo*, em 1009, o Califado entrou em agonia de forma singular e abrupta, precisamente na viragem do século IV para o século V da Hégira. Mais ou menos simbolicamente o ano de 400 da Hégira marcou o fim do apogeu do poder islâmico na Península Ibérica, e o início da desintegração e da decadência desse mesmo poder.

2. A IMPORTÂNCIA DAS ACÇÕES MILITARES NA MEMÓRIA ‘AMIRÎ

A memória do período ‘*âmirî* assenta principalmente na longa série de campanhas militares, e de outras tantas vitórias que, sobretudo Muhammad ibn Abî ‘Âmir, conseguiu para as armas islâmicas andalusis¹⁴. *Al-Mansûr* substituiu-se ao próprio Califa como condutor das acções de *Jihâd* contra os cristãos do norte peninsular¹⁵. As acções militares conduzidas por este homem, foram mais de cinquenta, não

* IEM / FCSH – UNL. EEA – CSIC (Granada). FCT / POCH Scholarship.

havendo concordância entre as fontes árabes com relação a este ponto, embora uma delas chegue a referir o número de cinquenta e seis campanhas¹⁶. Número extremamente significativo, se tomarmos em conta que as mesmas foram levadas a cabo durante um período de vinte e um anos, o que nos dá um sinal da pujança militar da Córdova califal de então, com uma média aproximada de quase três campanhas por ano. Se tivermos em conta que o período guerreiro não se prolongava ao longo de todo o ano, mas que em geral se estendia entre Março-Abril e Outubro-Novembro, maior era a densidade de actividade bélica, com cerca de duas a três campanhas num espaço temporal que teria no máximo nove meses.

É, portanto, e sem dúvida, o aspecto mais espectacular de todo o consulado¹⁷, ou será melhor chamá-lo de 'reinado', do *hajib* Muhammad ibn Abî 'Âmir¹⁸, mas não só, pois foi-no também de todo o período 'âmirî, e mesmo de toda a história militar do Islão ibérico, longa de cerca de oito séculos¹⁹.

Eco desses gloriosos êxitos militares, sem paralelo, antes ou depois dele, nos anais da presença islâmica no al-Andalus, ficou o título (*laqab*) que tomou, e que quase remeteu para a sombra o seu verdadeiro nome. Ele tornou-se, em consequência, e para a posteridade, 'al-Mansûr', 'o Vitorioso'.

Al-Mansur partia para cada campanha, ou mesmo para cada batalha, como quem parte para a morte. E ao vencer cada batalha, depois de cada recontro bélico, sacudia sobre uma pele de couro o pó que tinha nas suas roupas, e o qual, seguidamente, guardava. Destinava-se esse pó 'vitorioso' a ser lançado na sua sepultura quando o enterrassem.

O pó, marca do esforço e da vitória, teria assim um papel intercessor ante Deus: as outras faltas ser-lhe-iam perdoadas pelo esforço constante dispendido na defesa e expansão do território islâmico submetido a Córdova.

Este tipo de ritual propiciatório, que escrupulosamente cumpria, ajudava a criar e a alimentar o mito da sua própria invencibilidade.

Para a cristandade peninsular, este homem terá constituído mesmo uma personificação dos temores associados à proximidade do '«fatídico» Ano Mil', ao ter, com a sua acção bélica, assolado, de forma regular e sistemática, os territórios cristãos, até ao ponto, nunca antes imaginado, de destruir a basílica do apóstolo Santiago, em Compostela, no ano de 997²⁰. Mas *al-Mansûr* não se limitou apenas a ser um estratega militar nos campos da Hispânia, foi um estratega também nos campos do registo da sua própria memória, nos anais de al-Andalus, pois fez-se cargo, pessoalmente, da preservação dos registos dos seus feitos de armas.

Entre os seus escrivães oficiais (*kuttâb*), a quem encarregava das redacções dos factos das suas campanhas, figurava Abû 'Umar Ahmad ibn Darrâj al-Qastâllî, natural de Cacela, no actual Algarve²¹.

Foi o poeta oficial da corte 'âmirî²², para além das suas funções como *kâtib al-inshâ*²³. A ele ficámos a dever algumas informações, sempre em primeira mão, sobre certos pormenores daquelas campanhas militares, alguns deles relativos ao actual espaço português. Ibn Darrâj desempenhou funções oficiais não apenas junto de *al-Mansûr*, pois tendo acompanhado os *Banû 'Âmir* durante o período que medeou entre 992 e 1009²⁴, esteve também com os seus dois filhos 'Abd al-Malik *al-Muzaffar*, e 'Abd al-Rahmân *al-Ma'mûn*, mas mais conhecido como *Sanchuelo*.

Naquelas descrições acabaria também, e consequentemente, por ficar material de tipo geográfico, ao serem descritos os espaços peninsulares onde tinham decorrido as campanhas em causa, e o qual terá servido mais tarde, como fonte, aos historiadores e geógrafos andalusis dos séculos seguintes.

3. A RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA DO AL-ANDALUS 'AMIRÎ PELOS ALMÓADAS

A memória do espaço andalusî sobre o qual se estendeu o poder da Córdova califal, principalmente durante este último e fulgurante período 'âmirî, foi sendo preservada ao longo do século XI, pelas mãos de alguns letrados.

Entre esses letrados andalusis contamos o historiador Ibn Hayyân²⁵, ele mesmo também filho de um outro *kâtib* de *al-Mansûr*²⁶, ainda o geógrafo al-'Udhri²⁷, e, possivelmente mais tarde, de igual forma o geógrafo al-Bakrî²⁸, o qual foi discípulo tanto de Ibn Hayyân como de al-'Udhri²⁹.

A memória 'âmirî acabou mesmo sendo politicamente recuperada, mais tarde, no terceiro quartel do século XII.

Essa recuperação da imagem do al-Andalus califal, no máximo do seu poder militar e da sua expansão territorial, veio a ser levada a cabo pelos Almóadas, através do labor de letrados andalusis que estavam ao seu serviço.

Aquela memória terá constituído, para esta dinastia berbere, como que a estrutura-base de uma autêntica proposta de programa político, o qual buscava uma concretização em, pelo menos, duas importantes vertentes.

Uma primeira, deveras significativa para os Almóadas, relacionada com a sua própria imagem califal e com o seu discurso do poder, e na qualidade de dominadores do espaço islâmico peninsular; e uma segunda, que visaria a recuperação de uma memória descritiva de tipo ‘cartográfico’ ou passível de ser cartografável, e a qual propiciasse também quer um apoio a eventuais futuras acções militares de reconquista territorial, quer mesmo uma possível recriação das malhas administrativa, fiscal e judicial andalusis, entretanto desmanteladas com o avanço dos cristãos³⁰.

Visando, como objectivo militar e dinástico, simultaneamente a recuperação da totalidade do espaço por onde se estendera o Califado de Córdoba, e consequentemente a devolução a al-Andalus da glória daqueles tempos passados, buscavam os Almóadas legitimar o seu próprio Califado, enquanto continuadores dos Omíadas³¹, tanto mais que depois destes últimos, nem qualquer monarca das Taifas, nem mesmo os Almorávidas, antes dos Almóadas, jamais se tinham assumido como Califas³².

Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib al-Ansârî³³, um letrado árabe andalusí, foi, senão ‘o artífice’, pelo menos ‘um dos artífices’ da recuperação da memória ‘amirî.

Kâtib de um filho de ‘Abd al-Mu‘min, primeiro monarca almóada³⁴, Ibn Ghâlib foi também historiador e geógrafo, além de conhecer o Alcorão de memória (*hâfiz*)³⁵.

A Ibn Ghâlib se deve, muito curiosa e significativamente, e como ele próprio nos deixou em informação constante no texto que chegou até nós: a descrição que pretendeu retratar como era o espaço de al-Andalus «no ano 400 [= 1009/10]»³⁶, ou seja exactamente quando, com a queda dos Banû ‘Amir se precipitou no al-Andalus a ‘cega guerra civil’ (*Al-Fitna al-‘Amyâ*)³⁷.

Esta obra, a única conhecida deste autor, terá constituído, em nosso entender, na sua origem, e no formato que lhe conhecemos, um texto do tipo ‘compêndio de chancelaria’³⁸, onde Ibn Ghâlib resumiu o apartado geográfico da sua obra maior, hoje considerada como perdida, e denominada *Farhat al-anfus*³⁹.

O manuscrito deste ‘compêndio’ que chegou até nós, e como é conhecido, não se apresenta completo, ostentando claros sinais de fólhos deteriorados e mesmo perdidos⁴⁰.

Recentemente confrontámos, através de uma metodologia de crítica textual, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (= *C1344*) com várias fontes árabes, depois de previamente havermos constatado ser o texto de Ibn Ghâlib o mais idêntico ao daquela Crónica. Tendo usado o único texto de Ibn Ghâlib como testemunho privilegiado nessa confrontação, foi-nos possível reconstituir o texto-matriz árabe traduzido para português nos finais do século XIII. Os paralelismos entre aquele texto de Ibn Ghâlib e o da *Crónica* de 1344 são tantos, que aquele autor, só ele, cobre mais de metade do texto analisado⁴¹ sem esquecermos que se trata afinal de um resumo, e não da sua obra alargada e infelizmente dada por perdida; e que se lhe juntarmos as contribuições de Yâqût, que teve Ibn Ghâlib como fonte, obteremos cerca de 2/3 daquele texto apenas com estes dois autores árabes⁴².

Assim, através daquele estudo foi-nos possível identificar, no apartado geográfico da Crónica, uma versão textual muito mais completa e ampla do que a que encontramos no referido ‘compêndio’⁴³. Tal facto indicia-nos, pois, a forte possibi-

lidade de que não terá sido um texto de al-Râzî a fonte árabe da tradução portuguesa do último quartel do século XIII, mas sim uma cópia, acéfala, da *Farhat al-anfus*⁴⁴.

4. A CRÓNICA DO MOURO RASIS E A CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344, ÚLTIMOS REPOSITÓRIOS DA MEMÓRIA ‘AMIRÎ

Aquela obra maior de Ibn Ghâlib teve como principais fontes os textos de al-Râzî e de al-Bakrî⁴⁵.

O que nos conduziu àquela conclusão foi não apenas a identidade estrutural dos textos, tanto a do ‘compêndio’ de Ibn Ghâlib, como as das Crónicas medievais cristãs⁴⁶, estas últimas os repositórios seguros de uma obra árabe traduzida, porém com um texto que envolve ainda várias problemáticas longe de estarem resolvidas⁴⁷; mas ainda também a identidade dos respectivos conteúdos, daquelas três obras, alguns dos quais claramente posteriores à conquista cristã de Toledo⁴⁸, e, portanto impossíveis de ser encontrados em al-Râzî, ou mesmo em al-‘Udhri⁴⁹.

A tradução galaico-portuguesa, que inicialmente seria designada por *Livro de Rasis*, acabou depois por ficar conhecida como *Crónica do Mouro Rasis*⁵⁰, ao ser atribuída a sua fonte árabe, de forma tradicional e recorrente, aos al-Râzî, Ahmad e ‘Îsâ, respectivamente pai e filho, letrados dos meios califais do século X⁵¹.

Aquela tradução portuguesa acabou por vir a integrar, mais tarde, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, pela mão do Conde D. Pedro de Barcelos⁵².

A parte da *Crónica* que se manteve sempre mais próxima do texto da matriz árabe foi precisamente a do apartado geográfico⁵³. Sem grandes alterações tanto na versão inicial de 1344, como na segunda versão, datada de 1400⁵⁴, aquele apartado foi mesmo revisto e retocado,

na versão portuguesa de 1420, à luz do texto da primitiva tradução portuguesa⁵⁵.

Foi um testemunho desta última versão de 1420 que constituiu o texto-base da excelente e ainda incontornável edição crítica de Lindley Cintra⁵⁶.

Esta última versão de 1420, levada a cabo nos meios letrados da nóvel dinastia de Avis, foi-no muito possivelmente pela mesma equipa que, chefiada por Fernão Lopes, deu, na mesma época, corpo à *Crónica de Portugal de 1419*⁵⁷.

Constatam-se, no entanto, algumas variantes textuais nos apartados geográficos presentes tanto na *Crónica do Mouro Rasis* como na *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁵⁸, apresentando aquela, em especial, algumas notícias que têm continuado a levantar questões quanto à sua origem. São, geralmente, entendidas ou como notícias originais ou como interpolações posteriores⁵⁹, visto não aparecerem em nenhum testemunho de quaisquer das versões conhecidas da *Crónica Geral*, e surgirem apenas nos testemunhos castelhanos da *Crónica* que se vulgarizou depois como *do Mouro Rasis*⁶⁰.

Entre eles temos, respectivamente, as notícias relativas aos Termos de Coimbra e Egitânia⁶¹, os quais apresentarão um interesse acrescentado para os meios científicos portugueses por se tratarem de espaços hoje maioritariamente⁶² regiões de Portugal.

Assim, e à luz da memória dos espaços que os vários elementos dos *Banû 'Âmir*, em especial *al-Mansûr*, conseguiram recuperar para o domínio cordovês, e «fixados» na imagem datada do simbólico ano de 400, e a região entre Douro e Mondego estava entre elas⁶³, não nos será difícil admitir, ao menos preliminarmente, que as duas notícias em causa poderiam efectivamente ter feito parte da matriz árabe do texto português, como no-lo atestam precisamente os mesmos testemunhos castelhanos, e que tendo isso em conta enfraquecerão certamente os argumentos a favor da tese da interpolação⁶⁴.

No entanto, e atendendo às suas especificidades textuais, as mesmas notícias apenas terão passado à cópia que deu origem aos testemunhos castelhanos da *Crónica do Mouro Rasis*, pois são os únicos que as ostentam⁶⁵.

Diremos, concluindo, que o apartado geográfico da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, continuou e continua, um milénio depois, a dar-nos uma descrição, talvez única, possivelmente a mais completa, se bem que ainda não totalmente isenta de problemáticas, do espaço que foi palco do poder e do carisma de *al-Mansûr*.

NOTAS

- 1 Nota prévia: Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional «*Al-Mansur e a Península Ibérica. Mil Anos da morte de Al-Mansur, 1002-2002*», organizado pelo CIDEHUS – Universidade de Évora, em Novembro de 2002, e da qual não foram publicadas Actas. O texto actual já sofreu actualizações, quer no relativo ao texto em si mesmo, quer nas respectivas notas.
- 2 A primeira data refere-se ao momento em que Muhammad ibn Abî 'Âmir se apossou sozinho do poder, depois de ter afastado quem lhe poderia fazer frente: em 368/979 afastou definitivamente o *hâjib* (primeiro-ministro) Ja'far al-Mus'afî; e em 371/981 venceu o *dhû-l-wizaratayn* (detentor de dois ministérios: título honorífico) e general Ghâlib, que era também seu sogro (cf. Lévi-Provençal, «Espana Musulmana, 711-1031», 4.^a ed., *Historia de España – Ramón Menéndez Pidal*, vol. IV, Madrid, Espasa-Calpe, 1976, pp. 405-414). A segunda data é a da morte do último filho e sucessor de Muhammad ibn Abî 'Âmir, 'Abd al-Rahmân Sanchuelo, facto com que se extinguiu a dinastia dos *hujjâb 'âmirî* (*idem*, p. 462).
- 3 Sobre os Banû 'Âmir, sua origem, ascensão social e política, exercício do poder e queda, cf. *idem*, pp. 397-462.
- 4 Hishâm II «*al-Mu'ayyad bi-llah*» sucedeu a seu pai o califa al-Hakam II «*al-Mustansir bi-llah*» quando era ainda criança (*ob. cit.*, pp. 402-405), e quando atingiu a maioridade, Muhammad ibn Abî 'Âmir fez constar que ele se queria dedicar a exercícios espirituais, e que por essa razão delegava neste último todas as tarefas da governação (*idem*, p. 411).
- 5 O poder desta família foi de tal forma absoluto que Muhammad ibn Abî 'Âmir, além de tomar o *laqab* (título honorífico) de *al-Mansûr bi-llah* [: o Vitorioso por acção de Deus], título do género daquele que apenas costumavam usar os califas, facto aliás repetido pelos seus dois filhos (que se fizeram chamar, respectivamente *al-Muzaffar* e *al-Ma'mûn*, v. infra n.ºs 7 e 8), ainda mandou construir para si e para a sua dinastia uma outra cidade palatina, *Madînat al-Zâhira*, como contraponto à *Madînat al-Zahra* que 'Abd al-Rahmân III fizera construir para si e para os seus descendentes omíadas (*idem*, pp. 405-410, 414, 443 e 456).
- 6 *Idem*, p. 397.
- 7 Cf. *Idem*, p. 414 e v. supra n.º 5.
- 8 *Al-Muzaffar*: «o Triunfador», *idem*, p. 443.
- 9 *Al-Ma'mûn*: «o Confiante», *idem*, p. 456.
- 10 *Sanchuelo* (Sancho + ello): «o pequeno Sancho, o Sanchinho». Era assim designado e conhecido por ser neto materno do rei de Pamplona, Sancho Garcês 'Abarca'. cf. *ibidem*.
- 11 Entre os vários factores destacamos: *Al-Mansûr*, para atrair a simpatia dos juristas (*fuqaha*) maliki, dominantes em al-Andalus, ordenou, entre outros, a expurga da biblioteca de al-Hakam II, de todos os livros que tratariam assuntos não aceites na lei islâmica. Também a construção da sua cidade palatina, *Madînat al-Zâhira*, em cerca de dois anos, entre 369/979 e 371/981 (*idem*, pp. 405-410), bem como a última das ampliações da Grande Mesquita de Córdoba, levada a cabo entre 377/987 e 378/988 (cf. Rachel Arié, «Espana Musulmana (siglos VIII-XV)», vol. III da *Historia de España* (dir. Manuel Tuñon de Lara), Barcelona, Labor, 1984, p. 427 e 517; Lévi-Provençal, «Espana Musulmana, 711-1031. Instituciones, Sociedad, Cultura», *Histo-*

- ria de España – Ramón Menéndez Pidal, vol. V, Madrid, Espasa-Calpe, 1957, pp. 571-588) terão proporcionado trabalho a muita gente. Mas as principais causas da sua enorme popularidade foram consequências directas das suas expedições militares: as muitas riquezas obtidas como espólio de guerra (certamente tanto em bens de consumo, cereais e animais, como em materiais preciosos de diferente natureza), para além das grandes quantidades de escravos, feitos prisioneiros durante as campanhas militares, e que periodicamente chegavam a Córdoba, e em tão grande quantidade que os preços dos escravos baixaram muito, tornaram mais fácil e abastada a vida dos cordoveses, mas também de muita gente em outras grandes cidades de al-Andalus (Lévi-Provençal, *ob. cit.*, vol. IV, pp. 410-411 e 450, n.º 45).
- 12 Os vários senhorios cristãos do norte peninsular estavam então politicamente dependentes de Córdoba, buscando, muitas vezes, durante o período do califado, que as suas questões fossem dirimidas em Córdoba, ou a partir de Córdoba. Só para o período de al-Mansûr temos o seguinte: Sancho Garcês de Navarra, Ramiro III de Leão e o conde castelhano Garcia Fernandes submeteram-se, respectivamente em 982, 984 e 990; Bermudo II pediu auxílio a al-Mansûr, para conseguir firmar a sua autoridade; o mesmo Bermudo e ainda Sancho Garcês ambos deram filhas suas em casamento a al-Mansûr (Pedro Chalmeta, «al-Andalus – desde la conquista al califato: una reinterpretación», *História de España* (dir. Antonio Dominguez Ortiz), vol. 3: «Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)», Barcelona, Planeta, 1989, p. 96). Sinais também daquele poder foi a participação sob o comando de al-Mansûr, de vários senhores cristãos de entre Mondego e Douro na famosa campanha a Compostela, em 997. Mais tarde já durante o consulado de 'Abd al-Malik al-Mozaffar, em 1004, mas ainda como sinal da predominância do califado na política peninsular, foi o facto de ter sido proposto aquele *hâjib* para árbitro da contenda que envolvia dois senhores cristãos do norte pela tutela do jovem rei Afonso V, questão que de facto resolveu (António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, 2.ª ed., II vols., Lisboa, Caminho, 1989, vol. 2, pp. 189-191 e 193-194; e Lévi-Provençal, *ob. cit.*, p. 445).
 - 13 Durante o período califal foi muito importante a presença e expansão do poder Omíada no norte de África (Lévi-Provençal, *ob. cit.*, pp. 313-321, 385-397 e 430-437). Também durante este mesmo período as relações entre Córdoba e Bizâncio foram bastante regulares, não apenas no aspecto político (*idem*, pp. 345-352 e 447; P. Chalmeta, *ob. cit.*, p. 91), como também no aspecto cultural (Luis Molina, «Orosio y los Geógrafos Hispanomusulmanes», *Al-Qantara V* (1984), pp. 63-92; P. Chalmeta, *ibidem*). Ainda foram também trocadas embaixadas entre Córdoba e monarcas cristãos da Europa ocidental (Lévi-Provençal, *ob. cit.*, pp. 352-358 e P. Chalmeta, *ob. cit.*, p. 88).
 - 14 Vários investigadores têm salientado a importância da 'memória heróica' de al-Mansûr, e o facto de que ele teria organizado o exército andalusi de forma a torná-lo o mais poderoso daquela época (cf. Laura Bariani, «La práctica del yihad como recurso de legitimación: análisis de los títulos honoríficos de Almanzor y de sus sucesores en el marco del califato»; e José Ramirez del Rio, «La caracterización de Almanzor como sayyid árabe: notas acerca de la legitimidad del poder 'amirí', comunicaciones apresentadas no *Colóquio Internacional «Almançor Ibn Abi 'Amir e a Península Ibérica – Mil Anos da morte de Almançor»*, Univ. de Évora, Novembro 2002).
 - 15 A condução do *Jihâd* contra os inimigos do Islão era um dos deveres canónicos do Califa (v. Laura Bariani, *ob. cit.*).
 - 16 Sobre o número das campanhas de al-Mansûr, em várias fontes árabes, ver Luis Molina «Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto», *Al-Qantara II* (1981), pp. 209-263, em especial as pp. 216-220. A fonte que refere as «cinquenta e seis campanhas» era o então 'nuevo texto' trabalhado por L. Molina, o texto anónimo *Dhikr Bilâd al-Andalus*, que o mesmo autor editou e traduziu em 1983, em dois volumes, publicados pelo CSIC.
 - 17 Sobre este aspecto fulcral da acção governativa de al-Mansûr, diz-nos de forma lapidar, Luis Molina: «La faceta militar de la actividad desbordante que desarrolló al-Mansûr durante los largos años de su gobierno es, si no la más importante, sí la mas espectacular y la que más ha atraído la atención de los historiadores antiguos y modernos» (cf. Luis Molina, *ob. cit.*, p. 211).
 - 18 Com a expressão 'reinado' é designado o período de governação de al-Mansûr, por Lévi-Provençal (*ob. cit.*, p. 410) e por Pedro Chalmeta (*ob. cit.*, p. 94).
 - 19 Mais exactamente 781 anos, contados entre 711 (> entrada dos muçulmanos na Península Ibérica) e 1492 (> conquista de Granada, último bastião do Islão andalusi).
 - 20 Luis Molina, «Las campañas de Almanzor...», pp. 228-229 (tex.ár.), 236, 261-262; Joaquín Vallvé, *El Califato de Córdoba*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 241; Lévi-Provençal, *ob. cit.*, pp. 423-429; Mahmud Ali Makki, «La España cristiana en el Diwân de Ibn Darrây», *Buletin de la Real Academia de Buena Letras* n.º XXX (1963-64), pp. 63-104, p. 64; António Borges Coelho, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 189-191.
 - 21 Sobre este letrado muçulmano de origem gharbandalusî, existe um aprofundado estudo da autoria de Mahmûd Ali Makki e que este autor apresenta na parte introdutória («A Sua Vida», pp. 21-88) da edição que fez do *Diwân* (Colectânea Poética) daquele poeta e letrado. Cf. *Diwân Ibn Darrâj al-Qastâllî*, ed. Mahmûd Ali Makki, Damasco, 1961 [tex. ár.]. Ver ainda sobre Ibn Darrâj, em português, a breve nota de Adalberto Alves no seu, *O meu coração é árabe*, 2.ª ed., Lisboa, Assírio e Alvim, 1991, p. 77, 3.ª ed. (revista e aumentada), Lisboa, Assírio e Alvim, 1998, pp. 156-157. M. A. Makki refere-o como natural de Cazalilla, povoação da província de Jaén. Cf. Mahmud Ali Makki, «La España cristiana...», p. 63.
 - 22 M. A. Makki, «La España cristiana...», p. 64.
 - 23 Ibn Darrâj al-Qastâllî foi nomeado para a função de escrevão de chancelaria (*kâtib al-inshâ'*) pelo próprio al-Mansûr. V. Elena de Filipe, «Los bereberes en época de Almanzor».
 - 24 M. A. Makki, «La España cristiana...», p. 64.
 - 25 A. Huici Miranda, «Ibn Hayyân», in *Encyclopédie de l'Islam*, 2.ª ed. (*E. I. 2*), Leiden/Paris, E. J. Brill/Maisonneuve et Larose, 1960-..., vol. III, pp. 812-813.
 - 26 Luis Molina, «Las campañas de Almanzor...», p. 210; R. Arié, *ob. cit.*, p. 369.
 - 27 Abû l-'Abbâs Ahmad bin 'Umar bin Anas al-'Udhri. Nascido em Dalía (Almería), em 393/1002. Esteve em Meca durante o período entre 407/1017 e 416/1025. De regresso a al-Andalus, esteve no Egipto, onde aprendeu de vários mestres, antes de ele mesmo após o seu regresso, começar a ensinar. Al-Bakrî foi um dos seus discípulos. Morreu em Almería, no ano de 476/1085. (H. Monés, *Ta'rîkh al-Jaghrafiya wa-l-Jagrafiyyûn fî l-Andalus* [texto árabe] (*História da Geografia e dos Geógrafos em*

- al-Andalus*), Madrid, IEEI, 1967, pp. 81-82; António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, Dissertação de Mestrado, FCSH/UNL, 2002, policopiado, pp. 56-57; *Idem*, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Razi a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Ed. Colibri, 2008, pp. 52-53.
- 28 Abû 'Ubayd 'Abd Allâh ibn 'Abd al-'Azîz al-Bakrî nasceu em 405 / 1014. Era oriundo da família dos Senhores da pequena Taifa de Huelva-Saltes. Em 1051, com a conquista dos seus domínios, por al-Mu'tadid de Sevilha, al-Bakrî acompanhou a sua família para Sevilha ou para Córdoba. Foi aluno de Ibn Hayyân e al-'Udhri. Circulou em várias cortes das Taifas, onde além de funções oficiais, recolheu ainda muitas informações, que usou mais tarde nas suas obras. Vivía em Córdoba quando chegaram os Almorávidas. Faleceu no ano de 478/1094. (Lévi-Provençal, *E. I. 2*, vol. I, pp. 159-161; António Rei, *ob. cit.*, pp. 57-58).
- 29 *Ibidem*.
- 30 Convém recordar que entre os primeiros geógrafos na civilização islâmica alguns dos mais conhecidos foram simultaneamente funcionários de chancelaria (*kuttâb al-insha'*), como por exemplo Ibn Khurdadhbih e Ya'qûbî, ambos do século III/IX e do século seguinte Qudâma ibn Ja'far al-Kâtib. Assim, os conhecimentos do espaço possuíam um evidente interesse pragmático (cf. S. Maqbul Ahmad, «Djughhrâfiya», *E. I. 2*, vol. II, pp. 593-595; e Georgette Cornu, «Les Géographes Orientaux des IX.^e et X.^e Siècles et al-Andalus», *Sharq al-Andalus* 3 (1986), pp. 11-18).
- 31 Abû Ya'qûb Yûsuf ibn 'Abd al-Mu'min foi o primeiro monarca almóada que assumiu a titulação califal de «*Amîr al-Mu'minîn*» (Príncipe dos Crentes), e apenas no início do ano 563 [finais de 1167] (cf. Ibn Sâhib al-Salâ, *Al-Mann bi-l-Imâma*, trad. castelhana A. Huici Miranda, Anubar, Valência, 1969, pp. 118-125; 'Abd al-Wâhid al-Marrâkushî, *Al-Mu'jib*, trad. castelhana A. Huici Miranda, in 'Crônicas Arabes de la Reconquista', Tetuão, 1953, vol. II, p. 1). Até àquele momento, e embora haja sinais de que em certos casos 'Abd al-Mu'min terá usado aquele título (cf. R. Arié, *ob. cit.*, p. 52) ele usaria regularmente apenas o título de 'califa', título que neste caso se reportava, não à representação, à sucessão, do Profeta do Islão (a legítima e canónica acessão do título), mas sim à representação e sucessão do Mahdî Ibn Tumart (cf. I. Goldziher, «Mohammed Ibn Toumert et la Théologie de l'Islam dans le Maghreb, au XI.^e Siècle», in *Le Livre de Mohammed Ibn Toumert, Mahdi des Almohades*, ed. Luciani, Alger, 1903, pp. 1-102, p. 1).
- 32 Os Reis das diferentes Taifas jamais se assumiram como califas, tendo reconhecido a autoridade teórica dos califas abássidas de Bagdad. Os únicos arremedos 'pseudocalifais' dos senhores de Taifa foi a geral assunção de *laqab/s* com sabor califal (cf. R. Arié, *ob. cit.*, pp. 51-52). Quanto aos Almorávidas, estes apenas usaram o título de '*Amîr al-Muslimîn*' (: Príncipe dos Muçulmanos), tendo sempre reconhecido também a autoridade teórica dos califas de Bagdad, como última autoridade islâmica. (*Ibidem*; Pierre Guichard, «Los Nuevos Musulmanes», in *História de España* (dir. Antonio Dominguez Ortiz), vol. 3: «Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)», Barcelona, Planeta, 1989, pp. 439-583, p. 554).
- 33 Sobre este letrado árabe andalusí (cf. Hussayn Mu'nis, «Ibn Ghâlib», *E. I. 2*, III, p. 795; e ainda A. Rei, *ob. cit.*, pp. 61-62 e n.^{os} 35-36). A sua grande importância advém do facto de ter sido simultaneamente receptor das tradições textuais raziana e udhri-bakriana, que ele fundiu dando início a uma nova tradição textual, a qual acabou também por vir a desembocar em Crónicas cristãs, directamente na *Crónica do Mouro Rasis* [= *CMR*] e indirectamente na *Crónica Geral de Espanha de 1344* [= *C1344*] (A. Rei, *ob. cit.*, pp. 133-140).
- 34 Hussayn Mu'nis, «Ibn Ghâlib», *E. I. 2*, III, p. 795; A. Rei, *ob. cit.*, p. 61 e 199-204.
- 35 A sua grande obra, que seria composta por dois apartados, um geográfico e um outro historiográfico, é conhecida com o título *Farhat al-anfus* (: A Alegria das Almas). Sendo uma obra considerada perdida na versão árabe original, nessa língua apenas se conhece uma síntese ou epítome, editada por Lutfî 'Abd al-Badî: «Nass andalusî jadîd: qit 'a min «Kitâb Farhat al-anfus» li-bn Ghâlib», *RIMA* I/2 (1955), pp. 272-310 [texto árabe – ainda sobre este texto v. infra n.^o 37]. O carácter resumido e selectivo deste testemunho surge logo identificado no cabeçalho do texto árabe ao designá-lo como «nota seleccionada» (*ta'liq muntaqâ*) (p. 281). A este facto acresce ainda o seu estado fragmentário. Aquela obra maior de Ibn Ghâlib acabou sendo receptada, entre outras, na forma que consideramos mais completa, embora eventualmente ainda parcial, pelos vários testemunhos romances tanto da *Crónica do Mouro Rasis* como da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (A. Rei, *ob. cit.*, pp. 133-140). Surge designado como *Hâfiz* na p. 281.
- 36 Cf. Lutfî 'Abd al-Badî, *ob. cit.*, p. 282; trad. castelhana Joaquín Vallvé Bermejo, «Una Descripción de España de Ibn Galib», *Anuario de Filología de la Universidad de Barcelona*, I (1975), pp. 369-384, p. 372.
- 37 A Cega Guerra Civil (*Al-Fitna al-'Amyâ*) é uma das designações com que a historiografia árabe andalusí identificou o período que entre 1009 e 1031, e em que a guerra civil levou à extinção do poder califal e à desintegração política do espaço do al-Andalus (cf. Ibn Sa'îd, *Kitâb Bast al-Ard fi-l-Tûl wa-l-'ard = Kitâb al-Jaghrâfiyâ*, ed. Juan Vernet, Tetuão, Instituto Mulay al-Hasan, 1958, p. 111; ed. Ismâ'îl al-'Arabî, Beirute, 1970, p. 178; trad. Juan Vernet, «Espana en la Geografia de Ibn Sa'îd al-Maghribî», *Tamuda*, Ano VI – 2.^o sem., 1958, pp. 307-326, p. 317).
- 38 É um texto com uma tipologia que tal sugere, pois é mais sintético, seco e esquemático, do que a versão receptada nas *CMR* e *C1344*, a qual é mais extensa, rica de informação e de episódios impregnados de maravilhoso. Sobre esta questão, v. A. Rei, *ob. cit.*, pp. 199-204.
- 39 Cf. supra n.^o 34.
- 40 *Ibidem*.
- 41 Cobre 50,2%, da totalidade do texto analisado. Cf. A. Rei, *ob. cit.*, p. 131, Quadro III.
- 42 Apenas estes dois autores cobrem 61% do texto analisado. *Ibidem*.
- 43 Cf. supra n.^o 37.
- 44 A. Rei, *ob. cit.*, pp. 133-140.
- 45 *Idem*, p. 134.
- 46 *Idem*, pp. 96-103.
- 47 Várias destas questões foram tratadas na nossa Tese de Doutoramento: A. Rei, *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado geográfico da Crónica de 1344*, FCSH – UNL, 2007, 457 pp., policop., *passim*.
- 48 Trata-se da referência à situação de fronteira da fortaleza de Talavera, actual Talavera de la Reina, situação essa que se afirmou e mesmo agudizou após a conquista de Toledo, em 1085. Sobre esta questão v. A. Rei, *ob. cit.*, pp. 134-135.

- 49 Al-Râzî faleceu em 955, e al-'Udhri morreu apenas alguns meses após a queda de Toledo. A informação em causa não provirá deste último pois nem al-Qazwîni (geógrafo oriental, século XIII) nem o autor do *Dhikr Bilâd al-Andalus* (obra anónima maghribi, séculos XIV-XV), que tiveram al-'Udhri como fonte, e tendo ambos notícias sobre Talavera, fazem uma referência similar. Pelo contrário, al-Bakrî, al-Himyarî (que depende do anterior), Ibn Ghâlib, que também teve al-Bakrî como fonte, e Yâqût que usou Ibn Ghâlib, todos eles transmitem a informação relativa à situação limítrofe de Talavera, a qual surge também em todos os testemunhos de ambas as *Crônicas* cristãs. Assim, foi al-Bakrî, apenas falecido em 1094, que deu origem àquela passagem. Sobre toda esta questão, v. ainda nota supra.
- 50 Sobre a questão relativa à titulação inicial portuguesa do texto árabe traduzido, v. A. Rei, *ob. cit.*, p. 20, n.º 11.
- 51 Sobre as vidas e as obras destes dois letrados árabes andalusís, redactores dos fastos califais do século X, homens próximos dos círculos do poder, divulgadores e transmissores do discurso político dos Califas Omiadas de Córdoba, v. *Cronica del Moro Rasis* (CMR), ed. Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, Madrid, Gredos, 1975; Francisco Pons Boigues, *Ensayo bibliográfico sobre los historiadores geógrafos arabigo-españoles*, 2.ª ed., Amesterdão, Philo Press, 1972 [1.ª ed., Madrid, 1898]; Lévi-Provençal, «Ojeada de conjunto a la historiografia califal», in «España Musulmana, 711-1031», *Historia de España – Ramón Menéndez Pidal*, vol. V, Madrid, Espasa-Calpe, 1950-57, pp. 321-323; Luis Molina, «Orosio y los Geógrafos Hispano-musulmanes», *Al-Qantara* V (1984), pp. 63-92; A. Rei, *ob. cit.*, pp. 54-55, n.ºs 5-15 e ainda o Anexo II: «Paralelos entre RZ (= al-Râzî) e IG (= Ibn Ghâlib)».
- 52 Sobre a C1344, v. A. Rei, *ob. cit.*, pp. 23-25, 87-91, 96-101 e 132-140.
- 53 Sobre a maior fidelidade do texto do apartado geográfico em relação à sua matriz árabe, e à sua persistência ao longo dos vários momentos de tradução (>CMR) e de posterior utilização (> C1344) e refundições (> 1400 e 1420), v. *Idem*, pp. 25-27 e 75-91.
- 54 As mais importantes diferenças entre as diferentes versões da C1344 são as seguintes: na versão de 1344 permanece a descrição da «Hispania triangular», mas desapareceu a parte relativa aos 'Rios' e às 'Serras', que permaneceram nos testemunhos castelhanos da CMR (CMR, ed. Catalán-Andres, p. 32); na versão de 1400 a descrição da «Hispania triangular» desaparece sendo substituída por um 'laudes hispaniae' do género do que existe na *Crónica General de España* de Alfonso X (C1344, ed. Lindley Cintra, vol. I, p. XXXVII).
- 55 A partir da constatação de diferenças entre os testemunhos castelhanos de 1400 e os portugueses de 1420, foi sugerida a existência de uma correcção textual do texto português de 1420 à luz de um testemunho da tradução portuguesa original. As diferenças e a respectiva conclusão já tinham sido apercebidas por Ramón Menéndez Pidal, bem como por Carolina Michaëlis e por Lindley Cintra (Cf. C1344, ed. Lindley Cintra, vol. I, p. LIV-LXIV, e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, «André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis», *Archeologo Portuguez* XXIV (1920), pp. 177-193, p. 193).
- 56 Lindley Cintra usou o manuscrito L, testemunho de um primitivo manuscrito *Z, manuscrito perdido, mas que teria sido a matriz de todos os testemunhos portugueses posteriores a 1420: aquele L, e ainda os ms. P, L e Ev. Sobre o ms. *Z, e os seus testemunhos, v. C1344, ed. Lindley Cintra, vol. I, p. DXXV-DXL.
- 57 A correcção do texto da C1344 e a *Crónica de Portugal de 1419* terão sido elaborados numa mesmo período, iniciado logo após a conquista de Ceuta, em 1415. Fernão Lopes, considerado o autor da segunda, terá eventualmente supervisionado a correcção do texto da primeira. Sobre estas duas empresas literárias, que usam uma fonte comum e que poderão ter sido simultaneas, v. A. Rei, *ob. cit.*, pp. 195-196.
- 58 As diferenças básicas entre os testemunhos da CMR e os da C1344 são os seguintes: os testemunhos castelhanos da CMR mantêm as partes relativas aos «Rios» e às «Serras», que a C1344 já não apresenta (v. supra n.º 53). À CMR falta parte da notícia de Lisboa, e faltam as notícias sobre Eixuban (Ossónoba) e Nebra (Niebla); à C1344 faltam as notícias sobre Badajoz, Coimbra e Egitânia. Estas presenças e ausências constata-se em todos os testemunhos dos respectivos textos (Cf. C1344, ed. Lindley Cintra, vol. II, pp. 64-68 e CMR, ed. Catalán-Andres, pp. 79-81). Os únicos que apresentam todas aquelas notícias são os textos híbridos que surgiram a partir do século XVII. Sobre estes textos v. CMR, ed. Catalán-Andres, p. XVII; e A. Rei, «Manuscrito inédito atribuído à *Crónica do Mouro Rasis*, em Portugal – o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa –», *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 19, no prelo.
- 59 Em relação às notícias relativas a Coimbra, Egitânia, e Badajoz, Lindley Cintra coloca a possibilidade de que se tratassem de manuscritos lacunares, onde teria havido perdas de fólios nos dos testemunhos portugueses da C1344 (C1344, ed. Lindley Cintra, p. CCCXLV-CCCXLVI). Por outro lado, Diego Catalán, na edição da CMR aventa tratar-se de interpolações, embora entenda as duas primeiras como alheias «a Cr1344 y, sin duda, a al-Râzî» (cf. CMR, ed. Catalán-Andres, p. 84 e 86), enquanto a terceira, relativa a Badajoz, apenas a considera «ajeno a Cr1344» (*idem*, p. 79). Isto dever-se-á a que ele considerou suficiente o paralelo de Ibn Ghâlib para garantir a origem árabe e 'raziana' da notícia de Badajoz na CMR (cf. *idem*, pp. 79-80), enquanto para Coimbra não encontrou mais que uma pequena citação de al-Himyarî (cf. *idem*, p. 85), e duas referências a Alcântara da Espada, do mesmo autor, povoação que aparece integrada no termo de Egitânia (cf. *idem*, pp. 86-87).
- 60 Cf. supra n.º 49.
- 61 O ponto de situação textual no relativo a estas notícias é o seguinte: se para tentarmos a reconstrução da notícia de Coimbra dispomos de informações constantes em al-Idrîsî (*Nuzhat al-Mushtâq*, ed. Cerulli, IX fascs., Nápoles / Roma / Leiden, 1970-1984, fasc. V; trad. portug. José Pedro Machado, «A Península Hispânica segundo um geógrafo arábico do século XII», *Boletim da Soc. Geografia de Lisboa*, n.º 1-3 (1964), pp. 17-53), em al-Himyarî (*Rawd al-Mi'târ*, ed. I. 'Abbâs, Beirute, Nasser Foundation for Culture, 1980; trad. parc. francesa de E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge*, d'après le Kitâb ar-Rawd al-mi'târ fi habar al-aqtâr d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyarî, Leiden, E. J. Brill, 1938) e na obra anónima *Dhikr Bilâd al-Andalus* (ed. e trad. castelhana de Luis Molina: *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, II vols., Madrid, CSIC, 1983), para o caso da Egitânia não se conhece, para além do referido na nota anterior, mais qualquer fonte escrita árabe com que se possa tentar uma confrontação textual. Talvez recorrendo a outras

fontes se consiga futuramente esboçar a informação relativa àquele espaço.

62 Dizemos 'maioritariamente' porque na notícia sobre a Egitânia aparece referida como parte integrante daquele alfoz a zona de Alcântara, na actual Extremadura espanhola (cf. *CMR*, ed. Catalán-Andres, pp. 86-87; e supra n.º 58).

63 Foi aliás a única região a poder ser considerada com realmente reconquistada e a ter o poder islâmico consolidado, tudo isto durante o período 'âmirî' (Cf. Ch. Picard, «La politique d'Ibn Abî 'Âmir al-Mansûr

dans le cadre de la société du Gharb al-Andalus»). Ainda segundo este mesmo investigador, o desinteresse que as políticas dos califas 'Abd al-Rahmân III e al-Hakam II manifestaram pelas regiões de Coimbra e da Idanha confirmariam a impossibilidade de que as notícias em causa fossem de origem califal e 'raziana'. As mesmas notícias teriam, assim, e ainda na segundo o mesmo autor, uma plausível origem 'âmirî' (Cf. *ibidem*).

64 Cf. supra n.º 58.

65 São apenas os testemunhos castelhanos da *CMR* os que têm estas notícias, pois provirão de uma das cópias da tradução portuguesa original da *CMR*, a cópia (γ). Sobre as diferentes cópias da *CMR* original, e sobre os diferentes testemunhos a que as mesmas cópias deram origem, v. A. Rei, *ob. cit.*: «Anexo II – Diferentes cópias da *CMR* original», pp. 183-198, especialmente: «e) Possíveis percursos das várias versões (α, β e γ) da *CMR*», pp. 195-198.

CONJUNTO DE CERÂMICA OMÍADA (SÉCULOS X-XI) DO COLÉGIO DOS MENINOS DO CORO DA SÉ DE ÉVORA

JOSÉ RUI SANTOS*

1. O COLÉGIO DOS MENINOS DO CORO DA SÉ DE ÉVORA – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Foi no âmbito das obras de requalificação do edifício do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora, levadas a cabo no ano de 2008 pela mão da Fundação Eugénio de Almeida, que teve lugar a campanha de monitorização arqueológica sob direcção científica de Ricardo Gaidão¹, da qual é proveniente o conjunto de materiais em análise. Este edifício, anexado à Sé Catedral situa-se no perímetro mais antigo da cidade (Fig. 1), esteve ligado à conceituada escola de música eborense do século XV² e hoje assume a forma de Museu de Arte Sacra. Foi vasta a panóplia de materiais exumados no decorrer da empreitada, dos quais um espólio de material do período islâmico que ostenta uma heterogeneidade morfológica e ornamental bastante relevante.

A tipologia das unidades estratigráficas às quais o conjunto cerâmico está associado divide-se entre um silo, uma fossa (Fig. 2) e uma estrutura romana (Figs. 3 e 4). Parte significativa dos materiais provém do silo 1 (UE 76)³, o qual se encontrava selado, facto que oferece alguma fiabilidade no balizamento cronológico do contexto. Não foi intervencionado na íntegra, ostentando uma forma lacrimar com um diâmetro interior máximo de aproximadamente 2 m e com uma cota de 295,74 m. Corresponde a um reservatório que apresenta cota negativa em relação ao solo e tinha por objectivo o armazenamento de produtos alimentares secos, nomeada-



Figura 1 – Localização do edifício do Colégio dos Meninos do Coro na malha urbana (planta de Carlos Baioneta de Almeida, CMÉ).

mente frutos e cereais. Situar-se-ia no interior da casa e seria usualmente tapado com pedras, o que leva à criação de um ambiente com temperatura estável e inacessível a roedores⁴. A fossa (UE 79) apresenta sensivelmente 1,5 m de diâmetro e pouca profundidade.

Ambas as estruturas foram reutilizadas como lixeiras em período indeterminado, possivelmente para aplanamento do terreno, servindo os materiais aqui depositados para enchi-

* CIDEHUS / Universidade de Évora.

mento. Provavelmente foram abandonados em finais da primeira metade do século XI considerando a homogeneidade tipológica dos materiais que aqui se encontraram. De qualquer forma ambas sugerem ocupação habitacional deste espaço.

Atendendo à área intervencionada, apesar da regularização topográfica em momentos indeterminados ter implicado a destruição de alguns estratos arqueológicos, é possível determinar com exactidão uma reocupação durante o período islâmico (século X-XI) de um conjunto estrutural romano⁵, do qual se destaca um tanque, de grandes dimensões, com aproximadamente 4 m de diâmetro e com uma cota de profundidade máxima de 2 m, construído em *opus incertum* e com revestimento total em *opus signinum*⁶, denota-se também alguma assimetria do fundo. Segundo André Carneiro⁷ é enquadrável na tipologia de um *laconicum* pertencente a um edifício termal romano, idêntico ao encontrado no interior do edifício da Câmara Municipal de Évora⁸, desta vez com menores dimensões. No entanto, fica em aberto qual o tipo de ocupação de que foi alvo durante o período islâmico. Foi entulhado no século XIV, atendendo ao limite cronológico mais tardio que os materiais associados sugerem, dentro dos quais se observam alguns fragmentos de cerâmica dos séculos XIII e XIV, nomeadamente as bem conhecidas produções mudéjares do século XIII originárias da região de Valência.

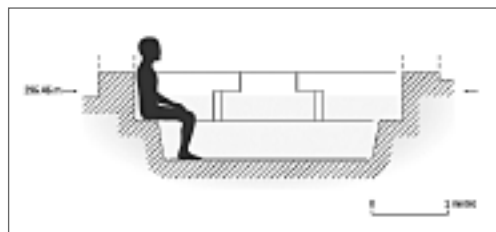


Figura 3 – Reconstrução hipotética da estrutura romana segundo Ricardo Gaidão (Omniknos, Lda.).

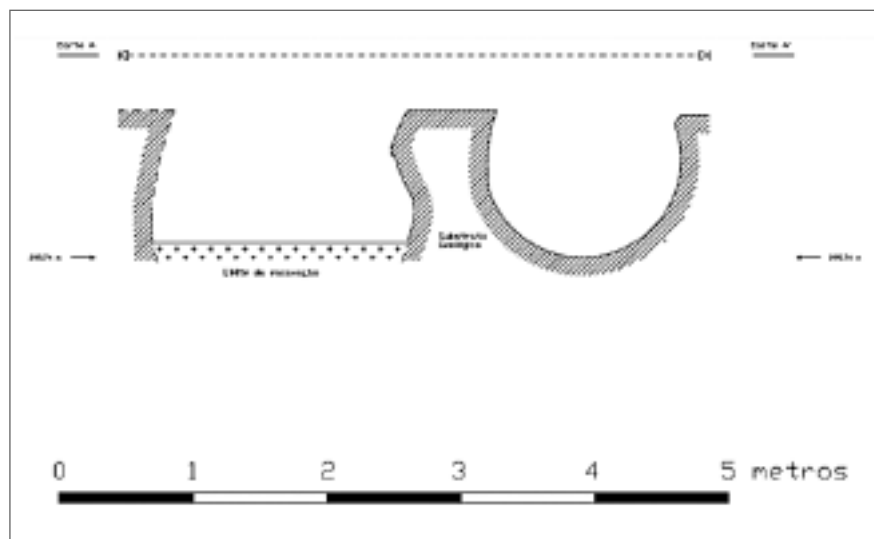


Figura 2 – Plano estratigráfico: Silo e Fossa do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora, segundo Susana G. Dias (Omniknos, Lda.).

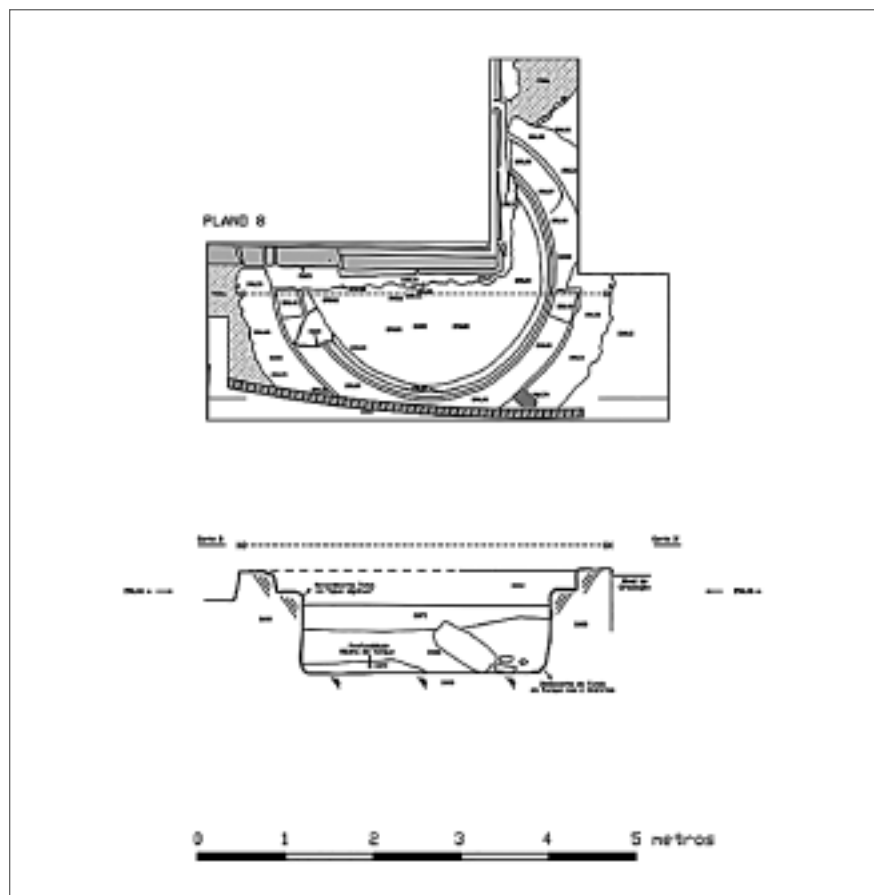


Figura 4 – Estrutura romana segundo Susana G. Dias (Omniknos, Lda.).

2. AS CERÂMICAS – ANÁLISE MORFOLÓGICA E TÉCNICA DO CONJUNTO

O acervo conta com um universo de 192 peças. Dentro da cerâmica de mesa, as tigelas são as formas que surgem em maior número constituindo 37,50%. Apresentam alguma homogeneidade cronológica na morfologia, denotando-se ainda assim uma certa evolução – partindo das formas mais simples, com bordo vertical e carena suave, até às mais complexas com bordos extrovertidos, pé anelar e com canelura anelar. Cronologicamente verifica-se uma primeira fase, que se enquadra no final do século X e inícios do XI e uma segunda ligeiramente mais tardia, que se encaixa na primeira metade do século XI.

Dentro deste grupo encontramos ainda jarrinhas com uma representatividade de 5,73% de todo o conjunto e apenas um exemplar de jarro, 2,08%. As primeiras conservam um perfil bastante simples, com bordo vertical plano ligeiramente introvertido. Em alguns casos, o colo varia entre o perfil cilíndrico e troncocónico invertido e a carena surge quase sempre baixa. São formas autóctones do Garb al-Andalus, cronologicamente integráveis no século X⁹.

Relativamente ao jarro, apresenta boca circular com o colo troncocónico invertido e curvo e corpo é globular de perfil suave sem carena; a asa é vertical com secção oval e a base da peça é plana. É uma forma bastante antiga, originária do século VIII, possivelmente uma evolução dos tipos romanos, que se prolongará até ao século XI e reaparecerá com diferentes características técnicas no século XII¹⁰.

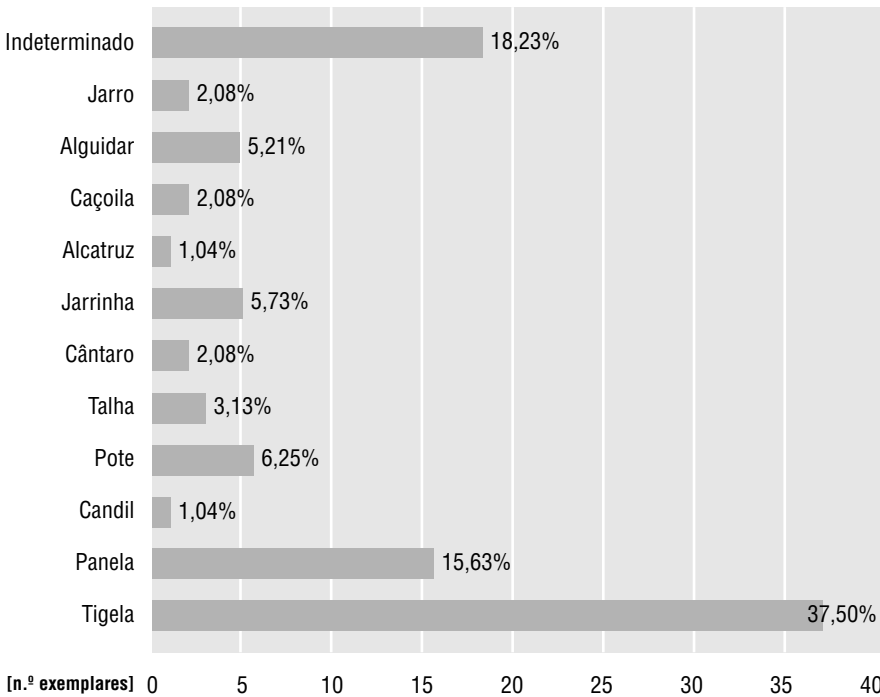


Figura 5 – Análise estatística das categorias tipológicas e funcionais da cerâmica omíada do Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora.

Nas louças de cozinha encontramos três formas distintas – panelas, 15,63%; caçoilas, 2,08%; e alguidares, 5,21% do total do conjunto. No que respeita às primeiras, a forma do corpo surge globular ou cilíndrico, em quase todos os casos apresenta tamanho considerável, o que significa peças com elevada capacidade. Expõem boca circular, bastante larga, o colo troncocónico invertido curvo e a base é geralmente plana, a presença de asa só é possível em alguns casos, nos quais se apresenta vertical de secção arredondada. O conjunto remonta ao século X, insere-se nas tipologias do período omíada as quais podem ter origem nas de perfil em «S», que têm registos por todo o al-Andalus¹¹. A morfologia das caçoilas apresenta-se bastante simples, contrariamente às mais complexas dos séculos seguintes, apresentam bordo vertical ou extrovertido com lábio arredondado, o colo é recto e o corpo globular.

Os alguidares, 5,21% do acervo, apresentam tipologias ligeiramente diferenciadas, sobretudo no tamanho e saliência do bordo, facto que se poderia prender com distintos tipos de finalidade; por exemplo, no caso do bordo mais extrovertido, lograria servir para ser manuseado com auxílio. O alguidar não estaria exclusivamente restrito ao uso culinário – terá sido utilizado no serviço de cozinha, na confecção de alimentos, mas igualmente na higiene pessoal¹², tal como como pia de abluções¹³. Pode ter sido utilizado ainda para a exposição de produtos no *sûq*¹⁴, entre outros (Fig. 5).

Dentro do grupo de armazenamento e transporte surgem duas formas que pelas suas características poderiam permanecer no interior da habitação relacionando-se exclusivamente com o armazenamento de produtos. Os potes, com uma representação de 6,25%, apresentam uma forma fechada com grandes dimensões e duas asas verticais, paralelamente distribuídas. Exibem boca bastante larga e circular e tal como as talhas ostentam grandes dimen-

sões. Estas últimas representam 3,13% do acervo, tendo uma morfologia bastante semelhante aos anteriores, com perfil menos oval e sem asas. Ambas teriam a função de armazenar e conservar água, frutos secos, cereais de consumo corrente, entre outros¹⁵.

Já os cântaros, com representação de 2,08%, apresentam tamanho variável consoante as necessidades dos habitantes e poderiam ser impermeabilizados no interior, consoante o produto a que se destinavam¹⁶. Apresentam duas asas, bordo extrovertido com o colo estreito cónico e o corpo ovóide. Neste caso, a forma do colo e a presença de asas prende-se com a função de melhor transportar líquidos sem os derramar (Fig. 6).

Ao nível técnico, existem dois tipos distintos de cerâmica, a de fabrico autóctone em contraponto com as produções exógenas. As primeiras comportam pastas com cromática mais escura, apresentam um índice de depuração bastante reduzido e em alguns casos grosseiro. No entanto, a cozedura foi sempre efectuada num ambiente oxidante e a modelagem a torno, representando alguns cuidados técnicos no processo de fabrico. Além do mais, é provável que este grupo tenha em comum as mesmas fontes de matéria-prima (barreiros) devido a uma certa homogeneidade nas pastas e nos tipos de elementos não plásticos mais frequentes (quartzo). No âmbito da granulometria verificamos enp's de grão fino a médio, 0,3 cm a 0,9 cm (quartzo).

No caso da cerâmica de importação verificam-se pastas muito bem depuradas, com enp's 1 mm a 2 mm (quartzo e mica) e com uma cor bastante mais clara do que a do primeiro grupo.

Relativamente às técnicas decorativas, a grande novidade situa-se na peça CMCS/2009. Como é conhecido, a técnica de fabrico do verde e manganês caracteriza-se pela junção de óxido de cobre com óxido de manganês, sendo toda a peça revestida por um vidrado de cor branca que serve de base para a aplicação das outras

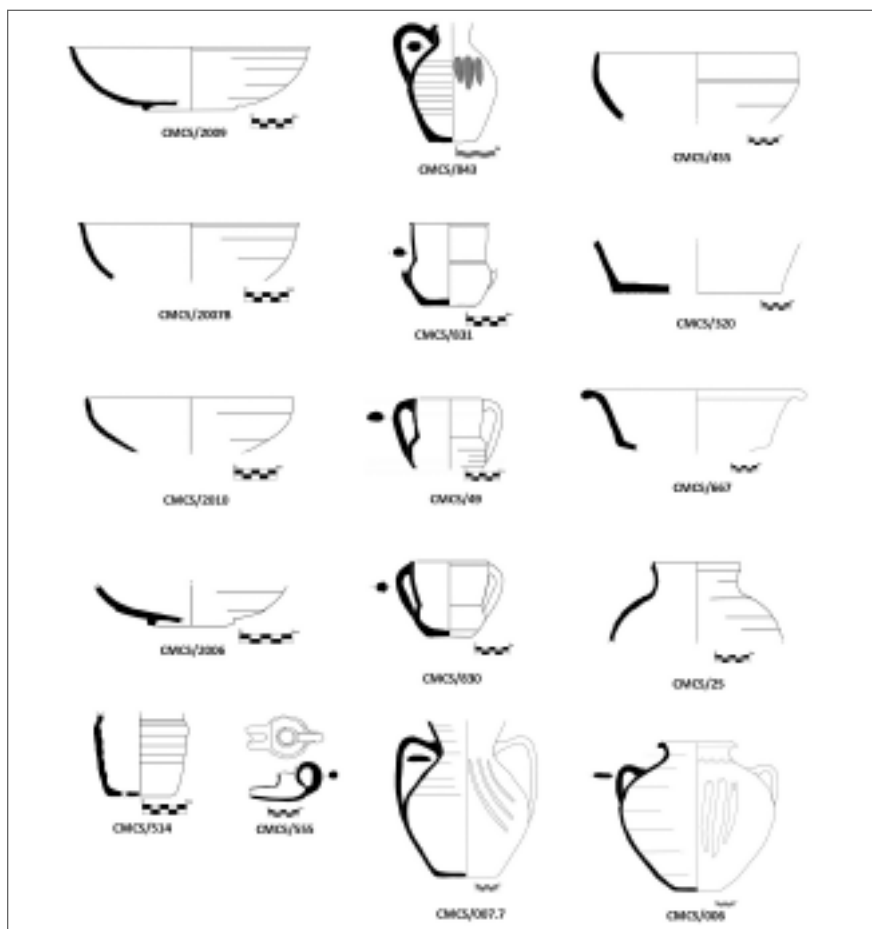


Figura 6 – Categorias tipológicas e funcionais da cerâmica omíada do Colégio dos Meninos do Coro.

cores¹⁷. Neste caso, o processo terá sido distinto. Uma primeira camada, junto da pasta, concebida pela junção de óxido de manganês com estanho e de uma segunda, superficial, na qual as componentes principais são o fosforo e o cálcio¹⁸, oferecendo o aspecto escuro à peça.

3. ORNAMENTAÇÃO E ICONOGRAFIA

A expressão materializada no conjunto encontrado insere-se claramente no universo cultural omíada. Na peça CMCS/2003, apesar do grau de fragmentação elevado, observa-se a palavra «Al-Mulk», ou seja «O Poder», é uma das epígrafes mais comuns neste tipo de ornamentação no al-Andalus e segundo Carlos Piedra é um termo exclusivo das produções de al-Zahara¹⁹.

«Al-Mulk» é o título da sura LXVII do Corão, palavra relacionada com os omíadas e com a instauração do califado no al-Andalus²⁰. O sentido desta insígnia seria

o de recordar ao fiel a humildade que deve ao poder divino e a ameaça de fogo para aqueles que a ignorem²¹. Também tende a ser relacionada com o poder político do soberano²². Contudo Carlos Piedra entende que o poder expresso na epigrafia está mais relacionado com o mágico-religioso do que com o temporal, propondo a aproximação com o ciclo iconográfico de Salomão. Considera que esta palavra poderia funcionar como um talismã de protecção, tal como a estrela de David²³ (Fig. 7).

Deriva da folha de acanto e serve de base para a formulação de diversos signos. O mais comum é o conjunto de palmetas formando um bolbo de lótus, que segundo Juan Zozaya, simboliza pureza, renascimento e a continuidade da vida²⁴. A árvore da vida é um tema bastante recorrente na cerâmica islâmica que podemos encontrar nas mais diversas e complexas formas²⁵.

A gramática iconográfica floral associa-se a elementos geométricos que simbolizam o «Selo de Salomão», signo cristão incorporado pelo Islão durante a sua expansão territorial²⁶. A composição estilística alcança significado quando o simbolismo do lótus se une à protecção do «Selo de Salomão», reflectindo poder e graça divinas²⁷. Surgem, de igual modo, motivos geométricos sob a forma de bandas ponteadas como se verifica, a título de exemplo, na peça CMCS/375.

Outros motivos que constam na cerâmica ornamentada com verde e manganês, menos frequentes no al-Andalus, são os antropomórficos. São três, as peças nas quais podemos observar a figura humana. Na peça CMCS/2011 observamos um pé e parte de uma perna humana, com traços femininos, trajando uma veste longa de cor verde, à direita da figura situa-se paralelamente uma flor de lótus desenhada

com exactidão da mesma cor da veste. Como vimos, a flor de lótus é um símbolo de origem oriental que significa a pureza, o renascimento e a eternidade, neste caso estando associada a uma representação humana pode ter uma expressão iconográfica relacionada com a imortalidade ligada à regeneração e a vida no paraíso.

Relativamente à túnica, ou *Kaftan*, a valorização decorativa é notória, com a elaboração a três cores – verde, branco e preto – destacando-se a «qualidade» do tecido aqui representado, com uma forma bastante pormenorizada. Todo o conjunto artístico expressa uma noção de requinte e de qualidade só autorizadas a individualidades, numa sociedade onde a indumentária era um dos sinais exteriores de autoridade religiosa ou militar, tal como a categoria social a que se pertence, traduz-se na ostentação da roupa. Abundam no mundo islâmico oriental e ocidental dos séculos X a XIII exemplos da atenção conferida pelos artistas à representação das roupagens, como forma de

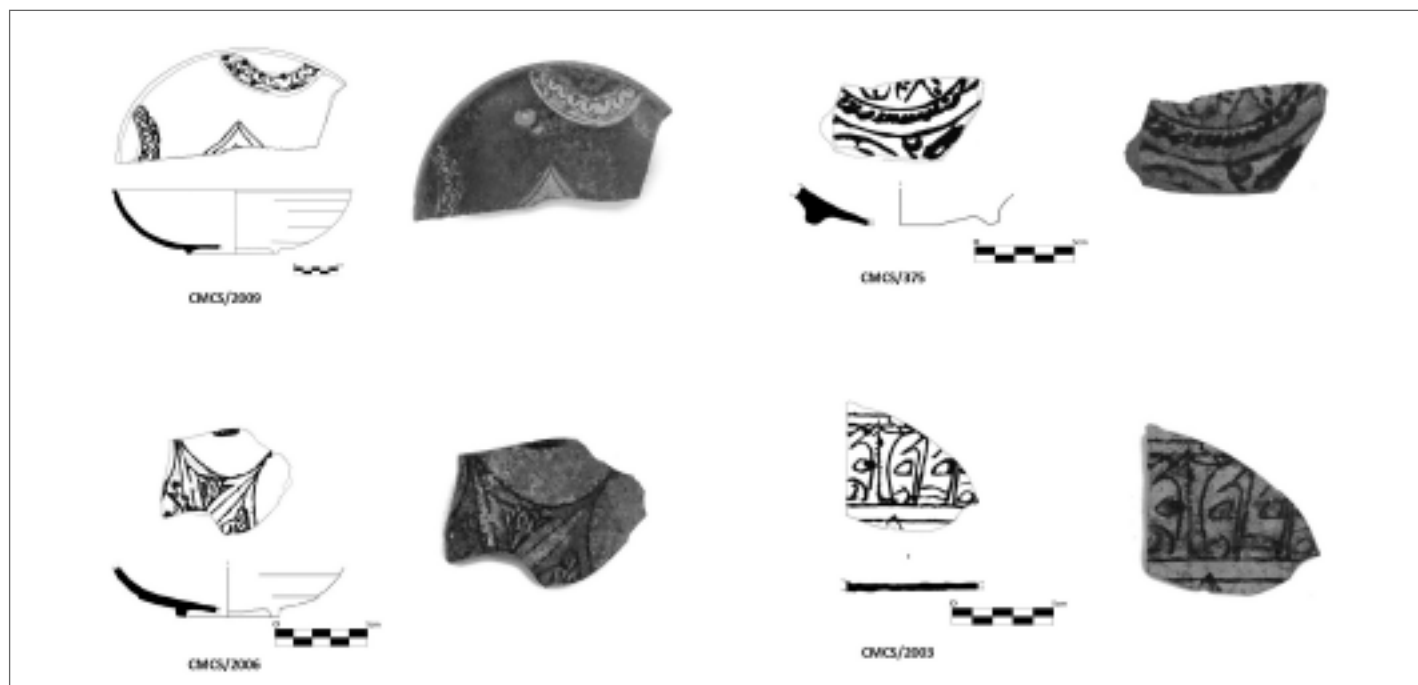


Figura 7 – Motivos fitomórficos, geométricos e epigráficos.

identificação rápida da honorabilidade da personagem que as veste²⁸.

Na peça CMCS/2010, denota-se uma figura com olhos amendoados (Fig. 8), influência claramente oriental e que parece acompanhada por um instrumento musical (alaúde), tratando-se possivelmente de um músico. No fragmento CMCS/2008 apenas se distingue uma cabeça humana, onde podemos destacar, igualmente, olhos amendoados e, neste caso, o nariz pontiagudo. O significado destas cenas pode ser interpretado como representações simbólicas do poder²⁹.

Além dos motivos já referidos surgem também peças ornamentadas com três linhas pintadas de vermelho e branco. Estes foram interpretados, inicialmente, como sendo um modelo simplificado de epígrafe representativa da palavra «Allah»³⁰, no entanto a ideia veio a ser refutada por Zozaya que viu nestes tipos decorativos a representação dos rios do paraíso³¹.

Na peça CMCS/324, também representada na figura 10, observamos ornamentação incisa em ziguezague, acompanhada por cordão digitado. É um elemento em relevo, que se obtém pressionando a ponta do dedo sobre uma moldura de barro fresco, que é colada à superfície da peça após a mesma ser moldada³². Encon-

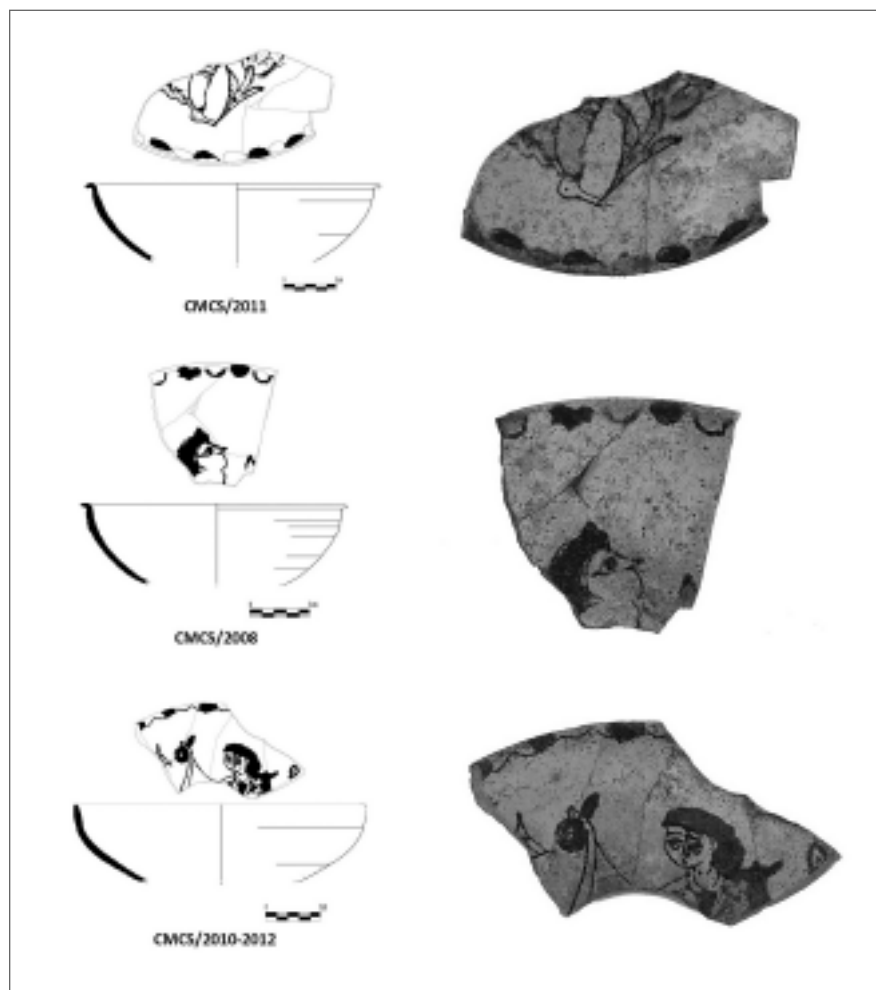


Figura 8 – Cerâmica ornamentada com motivos antropomórficos.



Figura 9 – Pormenor no fundo de talha – CMCS/260.

tra-se colocado horizontalmente no corpo das peças, podendo funcionar como reforço estrutural, já que estamos a falar de peças de grandes dimensões, sujeitas a pressões devido ao armazenamento que comportam. Este tipo, ao nível iconográfico pode corresponder a uma variante do cordão da eternidade³³.

Na figura 9, observa-se um pormenor na zona exterior de um fundo de uma talha, esta marca parece ser fruto de uma espécie de aplicação plástica, podendo tratar-se de um selo administrativo (provavelmente de Badajoz) traduzindo assim o tráfego intenso de mercadorias entre Évora e outras regiões.

4. CONCLUSÕES

Se durante os primeiros tempos da ocupação islâmica em Évora (séculos VIII e IX) o reportório de materiais é bastante reduzido, estes dados parecem confirmar que a



Figura 10 – Decoração a branco, a vermelho, incisa e plástica e melado e manganês.

partir da segunda metade do século X se verificou um aumento significativo, tanto a nível de produções locais como no volume de importações. A leitura global da informação arqueológica aqui disposta leva-nos a crer que o momento da reconstrução da cidade foi decisivo para o seu futuro, como conferimos num texto da obra *Al-Muqtabis V*, relativamente ao saque da cidade pelas ostes de Ordonho II em 913 d.C. e à sua nova fundação, comprova-se a decadência a que a cidade se tinha votado pela altura do ataque. Um ano após ter sido destruída, *Yábura* foi reconstruída e repovoada, como comprova uma das epígrafes presentes no Museu de Évora.

Segundo Artur Goulart, a cidade é reconstruída e repovoada pelo muladí Úd Ibn Sa'dún as-Shurumbaqi³⁴, a mando de Ibn Marwan, ficando sob a alçada de Bada-joz³⁵ facto que será força motriz para assegurar o seu renascimento económico e cultural, «Évora redeveint prospérènt et s'enrichirent. Ce fait explique sa population nombreuse et sa prospérité jusqu'à ce jour»³⁶. Apesar da reconstrução e repovoa-

mento da cidade se ter iniciado em período emiral, é sob a alçada do califa 'Abd al-Rahmân III que se concretiza. «O poder de as-Shurumbaqi perante o emirato omíada é visível na vasta clientela de militares e de populações de origem possivelmente rural, que consegue movimentar da região de Beja para repovoar a área de Évora»³⁷.

O saque veio demonstrar alguma vulnerabilidade dos territórios do Gharb e justificará a posição levada a cabo por 'Abd al-Rahmân III. Nos anos de governação alastrou a todas as regiões do al-Andalus à centralização do poder a partir de Córdoba, «submete todos os territórios dissidentes, unificando-os e controlando novos ímpetus regionalistas através da nomeação de governadores da sua confiança para a administração das cidades»³⁸, exceptuando a cidade de Saragoça, que durante este período conservará uma certa autonomia³⁹ «Assume estrategicamente a autoria da reconstrução de Évora em 914, apropriando-se deste momento fundacional para ocultar a obra dos seus inimigos, demonstrando a sua hegemonia e ligando-o ideologicamente à acção califal»⁴⁰, fomentou um período de estabilidade que potenciou «l'une des phases les plus brillantes de la civilisation arabe classique»⁴¹.

A partir de 929 d.C. um enorme florescimento cultural e económico prospera a partir de Córdoba. Criaram-se as condições para que o comércio leve a todos os territórios do al-Andalus inovações culturais diversificadas. Sob o signo da pacificação califal por todo o al-Andalus, chegam aos territórios ocidentais do Gharb técnicas, pessoas e mercadorias vindas de todo o mundo islâmico, com destaque para a região de Córdoba, que se assume como principal centro produtor e dispersor cultural deste período. Facto que se deveu à estabilidade política imposta pelo Califado, que integrou o Ocidente Ibérico na grande síntese Islâmica⁴².

Foi neste momento que a cidade de Évora se incluiu na rede comercial afortunada que caracterizou o período omíada. O momento de reconstrução e repovoamento da cidade juntamente com a progressiva incorporação da cidade na orla de Badajoz, em favor do afastamento gradual de Beja, como se comprovará no período das taifas, tendo sido a segunda cidade do reino aftácida no século XI⁴³, foram acontecimentos cruciais para a revitalização e continuidade de Évora, colocando-a nas rotas comerciais deste período. É na sequência destes acontecimentos que chegou até Évora o conjunto cerâmico exógeno analisado, no qual encontramos peças com enorme requinte, simbolismo, propaganda ideológica e com um índice de raridade bastante acentuado, tomemos como exemplo a peça CMCS/2009 para qual não se encontram paralelos ao nível técnico no al-Andalus.

Está impresso no conjunto a adopção de simbologia religiosa do islão no quotidiano destas populações, sinónimo claro da presença de uma elite islâmica, que aqui se fixa na segunda metade do século X, na sequência da reconstrução e repovoamento pós saque, a partir de 914 d.C., detentora de algum poder económico e com uma clara abertura aos gostos culturais da época. São vestígios claros de revitalização urbana e do fortalecimento de um comércio estreito entre Évora, Badajoz e a região de Córdova, como se comprova pelo elevado número de paralelos com cerâmicas destas regiões⁴⁴.

Ao nível das produções locais o conjunto exprime grande diversidade de formas e uma tecnologia de fabrico bastante especializada, com cozeduras predominantemente oxidante e um nível de depuração bastante avançado. A introdução de expressões artísticas características deste período é sinónima de um progresso social consentâneo com a ordem vigente. A morfologia do espólio traduz hábitos alimentares e tradicionais claramente pertencentes a um contexto cultural mediterrânico, denotando-se evolução

nas formas e entrando em rotura com as de tradição visigótica e emiral, traduzindo-se em novas tradições gastronómicas e numa cultura material característica de uma sociedade plenamente islamizada.

Do ponto de vista urbano, os vestígios materiais e estratigráficos traduzem a presença de um conjunto habitacional. Atendendo ao consenso historiográfico que coloca geograficamente a Mesquita principal da cidade no local onde actualmente se situa a Sé Catedral⁴⁵, no entanto a necessitar de comprovação arqueológica, reforça a perspectiva de Hermínia Vilar e de Hermenegildo Fernandes que referem uma continuidade da zona áulica Romana, na qual se insere o templo e a mesquita⁴⁶, habitada por uma elite urbana. É notório que estejamos perante uma continuação dessa zona habitacional, que se advinha intensa em torno da Mesquita, estendendo-se para a zona sul/ sudoeste da mesma, em direcção ao largo da Porta de Moura.

Relativamente à reutilização da estrutura de banhos romana neste período afigurar-se prematuro avançar com garantias, no entanto fica a hipótese de um pequeno *hammam* ou local de abluções em anexo à mesquita, parece plausível atendendo-se à fácil irrigação da estrutura devido aos níveis freáticos da área se encontram próximos da superfície⁴⁷, facto comprovado pela existência de poços⁴⁸, que poderiam ter continuado a fornecer água, muito depois do desaparecimento do velho aqueduto romano⁴⁹.

5. BIBLIOGRAFIA

- BILOU, Francisco (2010), *A Refundação do Aqueduto da Água de Prata, em Évora 1533-1537*, ed. Colibri, Lisboa.
- BARCELÓ, M. (1993), *Al-Mulk, el verde y el blanco, la vajilla califal omeya de Madīnat al-Zahra*, La cerámica altomedieval en el sur de Al-Andalus, Granada.
- COELHO, António Borges (2010), *Donde Viemos*, História de Portugal volume I, Editorial Caminho, Alfragide.
- CONDE, Antónia Fialho (2009), «O Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora e a acção de D. Frei Luís da Silva Teles». In *A Cidade de Évora*, n.º 8, Ed: Câmara Municipal de Évora, Évora.
- CAMPS, Emilio (1943), *La cerámica medieval española*. Madrid, Escuela de Artes y Oficios de Madrid.
- CATARINO, Helena (1997-98), «Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». In *al-'ulyā*, n.º 6, Loulé.
- CATARINO, Helena (2005), «História da Cultura Material de época Islâmica, o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)». In *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVII.
- CORREIA, Fernando Branco (2011), *La ciudad en el occidente de Al-Andalus. Apuntes para una perspectiva histórico-militar*, in I Simposium Internacional "Escenarios Urbanos de Al-Andalus y el Occidente musulmán", Ed. Inicitiva Urbana, Vélez-Málaga.
- CORREIA, Fernando Branco (2013), «Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego)». In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord.), *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb – Séculos VI a XVI*, Lisboa, Edições Colibri, Campo Arqueológico de Mértola.
- CORREIA, Fernando Branco; OLMEDO, Fernando (2010); *Do Estreito ao Ocidente do al-Andalus, Itinerário Cultural dos Almorávidas e Almóadas*. Junta de Andalucía, COPARTGRAF.
- COSTA, Joaquim Botelho da (2001), *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*, 10.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain (1999), *Dicionário dos Símbolos*, Ed. Teorema, Lisboa.

FRANCO MORENO, Bruno (2008), «Abd al-Rahmān Bn Marwān al-Yilliqī – Un Líder Muladí del Occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba (siglos IX/III)». In *Arqueologia Medieval 10*. Porto: Edições Afrontamento.

FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia (2007), «O Urbanismo de Évora no Período Medieval». In *Revista Monumentos*, n.º 26.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004), *O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri, Lisboa.

FERNÁNDEZ, Valdés Fernando, *et al.* (1998), «La Cerámica Andalusí de la Ciudad de Badajoz. primer período (siglos IX-XII), según los trabajos en el antiguo hospital militar y en el área del aparcamiento de la c/ de Montesinos». In *Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Ed. Ajuntamento de Extremadura.

FILIPPE, Vanessa (2012), *Contributo para o Conhecimento da Presença Islâmica em Yabura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

GOULART, Artur (1987), «Duas Inscrições Árabes Inéditas no Museu de Évora». In *A Cidade de Évora*, n.º 67-68, Ed. Gráfica Eborense, Évora.

GRABAR, Oleg. (2000), *La Formación del Arte Islámico*. 8.ª ed. Cátedra, Madrid.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1995), *A Cerâmica Verde e Manganés de Castro do Cola (Ourique)*, Atas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Tondela, 22/25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2007), *Cerâmica Islâmica do Gharb al-Ándalus*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2004), *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio* Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

LOPES, C.; RAMALHO, M. (2001), «Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém». In *GARB – Sítios islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa IPPAR e Junta de Extremadura – Consejaria de Cultura, Lisboa.

MACIAS, Santiago (1996), *Mértola Islâmica, Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola.

PIEDRA, Carlos Cano (1996), *La Cerámica Verde-Manganeso de Madīnat Al-Zahrā*, Granada.

PICARD, Christophe (2000), *Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècle)*, L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique, Maisonneuve & Larose Paris.

PLEGUEZUELO, M.ª Elena Salinas (2012), *La cerámica Islámica de Madīnat Qurtuba, de 1031 a 1236: Cronotipología y Centros de Producción*, Tesis Doctoral, Universidad de Córdoba, Córdoba.

TORRES, Cláudio; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; FERREIRA, Manuela Barros (1995), *Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos*, Atas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Tondela, 22/25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela.

VAL-FLORES, Gustavo (no prelo), *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora*, Vol. II, *De Elvora a Elvora, Cidade e Sociedade, século IV d.C.-1165*, Câmara Municipal de Évora, Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura.

VARELA GOMES, Rosa (1995), *Contributo para o Estudo das Cerâmicas com Decoração a «verde e castanho» de Silves*, Atas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Tondela, 22/25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela.

SIDARUS, Adel (1988), «Um Texto Árabe do Século X Relativo à Nova Fundação de Évora e aos Movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz», In *A Cidade de Évora*, n.º 71-76, Ed. Gráfica Eborense, Évora.

SARANTOPOULOS, Panayiotis (1990), *Trabalhos arqueológicos nas Termas Romanas de Évora, Relatório de Trabalhos de Escavação Arqueológica*, in Portal do Arqueólogo, Évora.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan; APARICIO, Alfredo (2003), «Análisis de cerâmicas andalusíes», Actes du VIIe Congrès sur la Céramique Médiévale en Méditerranée. Thessaloniki, 11-16, Octobre 1999.

NOTAS

- 1 A quem agradeço a amabilidade da disponibilização do espólio para estudos.
- 2 CONDE, Antónia Fialho, «O Colégio dos Meninos do Coro da Sé de Évora e a acção de D. Frei Luís da Silva Teles». In *A Cidade de Évora*, n.º 8, Ed: Câmara Municipal de Évora, Évora, 2009, p. 468.
- 3 Ver figura 1 – localização do silo no edifício.
- 4 LOPES, C.; RAMALHO, M., «Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém». In *GARB – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa IPPAR e Junta de Extremadura – Consejaria de Cultura, Lisboa, 2001, p. 37.
- 5 Nota: Informação cedida pelo arqueólogo responsável, Ricardo Gaidão.
- 6 Nota: Informação cedida pelo arqueólogo responsável, Ricardo Gaidão.
- 7 Investigador e docente na Universidade de Évora, arqueólogo da Municipal de Fronteira.
- 8 V. SARANTOPOULOS, Panayiotis, *Trabalhos arqueológicos nas Termas Romanas de Évora, Relatório de Trabalhos de Escavação Arqueológica*, in Portal do Arqueólogo, Évora, 1990.
- 9 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio*. Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004, p. 398.
- 10 *Idem*, p. 399.
- 11 CATARINO, Helena, «Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». In *al-ulyā*, n.º 6, Loulé 1997-1998, p. 360.
- 12 CATARINO, Helena, «História da Cultura Material de época Islâmica, o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)». In *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVII, 2005, p. 371.
- 13 MACIAS, Santiago, *Mértola Islâmica, Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola, 1996, p. 109.
- 14 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio* Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004, p. 324.
- 15 MACIAS, Santiago, *Mértola Islâmica, Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova, (Séculos XII-XIII)*, Mértola, 1996, p. 110.
- 16 *Idem*, p. 110.
- 17 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004 p. 586.

- 18 Segundo as análises elaboradas pelo Centro Hercul através do Scanning Electron microscop – SEM.
- 19 PIEDRA, Carlos Cano, *La Cerámica Verde-Manganeso de Madīnat Al-Zahrā*, Granada, 1996, p. 34.
- 20 BARCELÓ, M., *Al-Mulk, el verde y el blanco, la vajilla califal omeya de Madīnat al-Zahra*, La cerâmica altomedieval en el sur de Al-Andalus, granada, 1993, p. 113.
- 21 Susana Gómez Martínez refere Daoulatti, 1996, p. 96 e o coran, 1983, sura LXVII, p. 659.
- 22 BARCELÓ, M., *Al-Mulk, el verde y el blanco, la vajilla califal omeya de Madīnat al-Zahra*, La cerâmica altomedieval en el sur de Al-Andalus, granada, 1993, p. 115.
- 23 PIEDRA, Carlos Cano, *La Cerámica Verde-Manganeso de Madīnat Al-Zahrā*, Granada, 1996, p. 34.
- 24 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio*. Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004, p. 655.
- 25 *Idem*, p. 657.
- 26 GRABAR, Oleg., *La Formación del Arte Islámico*. 8.ª ed. Cátedra, Madrid, 2000, p. 216.
- 27 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, «La cerámica de verde y morado de Mértola». In *Arqueologia Medieval*, n.º 3, Mértola, 1994, p. 121.
- 28 FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri, Lisboa, 2004, p. 159.
- 29 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio* Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004, p. 153.
- 30 CAMPS, Emilio, *La cerámica medieval española*. Madrid, Escuela de Artes y Oficios de Madrid, 1943, p. 192.
- 31 ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan; APARICIO, Alfredo (2003): «Análisis de cerâmicas andalusíes», *Actes du VIIe Congrès sur la Céramique Médiévale en Méditerranée. Thessaloniki, 11-16 Octobre 1999*, p. 353.
- 32 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción e Comercio* Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004, p. 551.
- 33 *Idem*, p. 551.
- 34 GOULART, Artur, «Duas Incrições Árabes Inéditas no Museu de Évora». In *A Cidade de Évora*, n.º 67-68, Ed. Gráfica Eborense, Évora, 1987, pp. 1-3.
- 35 FRANCO MORENO, Bruno, «Abd al-Rahmān Bn Marwān al-Yīlīqī – Un Líder Muladí del Occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba (siglos IX/III)». In *Arqueologia Medieval*, n.º 10. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 55.
- 36 PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècle)*, *L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Maisonneuve & Larose, Paris, 2000, p. 198.
- 37 FILIPE, Vanessa, *Contributo para o Conhecimento da Presença Islâmica em Yabura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Março de 2012, p. 53.
- 38 *Idem*, p. 54 (Confirmar referência TORRES, 1992, p. 420).
- 39 PICARD, Christophe, *Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècle)*, *L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Maisonneuve & Larose, Paris, 2000, p. 54.
- 40 *Ibidem*, p. 54.
- 41 *Idem*, p. 53.
- 42 GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, *Cerâmica Islâmica do Gharb al-Ândalus*, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, p. 100.
- 43 FILIPE, Vanessa, *Contributo para o Conhecimento da Presença Islâmica em Yabura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Março de 2012, p. 153.
- 44 Registado bibliográfico extenso, a título de exemplo: PLEGUEZUELO, M.ª Elena Salinas, *La cerámica Islámica De Madīnat Qurtuba, de 1031 a 1236: Cronotipología y Centros de Producción*, Tesis Doctoral, Universidad de Córdoba, Córdoba.
- FERNÁNDEZ, Valdés Fernando, *et al.*, «La Ceramica Andalusí de la Ciudad de Badajoz. Primer período (siglos IX-XII), según los trabajos en el antiguo hospital militar y en el área del aparcamiento de la c/ de Montesinos». In *Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, ed. Ajuntamento de Extremadura, 1998. p. 393.
- 45 Ver: VAL-FLORES, Gustavo, *A Evolução Urbana do Centro Histórico de Évora*, Vol. II, *De Elvora a Elbora, Cidade e Sociedade, século IV d.C.-1165*, Câmara Municipal de Évora, Departamento do Centro Histórico, Património e Cultura (no prelo).
- 46 FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia, «O Urbanismo de Évora no Período Medieval». In *Revista Monumentos*, n.º 26, p. 5.
- 47 Nota: Informação cedida pelo arqueólogo responsável, Ricardo Gaidão.
- 48 A peça CMCS/514 é sinónimo da presença de poços nesta zona.
- 49 Informação implícita na obra, BILOU, Francisco, *A Refundação do Aqueduto da Água de Prata, em Évora 1533-1537*, ed. Colibri, Lisboa 2010, pp. 10-11.

A ARQUITETURA DO BAIRRO ISLÂMICO DO POÇO ANTIGO EM CACELA-A-VELHA, ALGARVE

CRISTINA TÉTÉ GARCIA*

1. INTRODUÇÃO

A pequena povoação de Cacela-a-Velha está implantada sobre a arribas costeira, dominando a extensão de mar entre a foz do rio Guadiana e Tavira, integrada na zona marítima da bacia de Cádiz. Encontra-se protegida das águas oceânicas pela península de Cacela, cordão arenoso estruturante do sistema lagunar da Ria Formosa (Figura 1).

Na vertente nascente do castelo, o sítio arqueológico do Poço Antigo situa-se em terreno agrícola próximo da ria e na margem direita da ribeira das Hortinhas. O terreno tem um declive acentuado, estendendo-se entre a cota dos 20 metros, junto à muralha a poente, e a cota dos 2 metros na margem da ribeira, a nascente. A escavação

arqueológica decorreu na zona jusante. Exposto a sul, a ligação deste espaço à ria foi interrompida devido à abertura de um caminho de terra batida no século XX (Figura 2).

O microtopónimo Poço Antigo advém da recolha da tradição oral junto de alguns habitantes, que referiram a existência de um poço de água doce naquele lugar. Recentemente, esta informação foi corroborada pelo achado de um poço antigo em pedra.

Este lugar assenta numa frente litoral terrestre composta por conglomerados e siltes miocénicos com predominância de siltes glauconíticos amarelo-torrados (Manupella, 1987: 29). Os solos associados a esta formação miocénica são solos calcários pardos, formados a partir de rochas calcárias, com percentagem variável de carbonatados ao longo de todo o perfil, de cores pardacentas e sem as características próprias dos barros. A sua génese é também fortemente climática, numa região de baixa pluviosidade e elevada temperatura, pelo que os solos apresentam escassa cobertura



Figura 1 – Localização de Cacela Velha no Algarve.

* Departamento de Historia I da Universidade de Huelva. Bolseira de doutoramento da FCT (SFRH/BD/60743/2009). CEAUPC/CAM.

vegetal e rápida decomposição de matéria orgânica. Estes solos dispõem de uma moderada reserva mineral, constituída principalmente por feldspatos (Carta de capacidade de uso do solo, 1959: folha 50-D).

A escavação arqueológica do poço Antigo foi promovida pelo Parque Natural da Ria Formosa e Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, em parceria com o Campo Arqueológico de Mértola e o Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra¹. Foi um trabalho empolgante, que contou com elevada motivação por parte de todos os que nele participaram. Os trabalhos arqueológicos foram coordenados conjuntamente com as colegas Susana Gómez e Alicia Candón em 1998 e com Francisco Curate em 2001.

Sobre as casas islâmicas foi implantada uma necrópole medieval cristã (da qual foram exumadas 56 sepulturas), alterando a disposição de muros e pavimentos e cortando níveis estratigráficos, pelo que o conjunto edificado apresentava-se muito arruinado.

Na abertura da Sondagem Norte foi descoberta uma depressão no terreno, que pode ter correspondido a um fosso. Situação similar ocorreu em Saltés, tendo as prospecções geofísicas indicado a presença eventual de um fosso que defendia a parte norte da ilha (Bazzana e Bedia, 2005: 55).

Neste estudo, apresentamos a descrição arquitetónica, técnicas construtivas e a interpretação funcional dos espaços domésticos de três casas e arruamentos encontrados no decorrer dos trabalhos arqueológicos realizados em 1998 e 2001.

2. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS

Do conjunto de estruturas postas a descoberto, foram identificadas três casas de habitação. As residências alinhavam-se no sentido



Figura 2 – Localização do Poço Antigo a nascente da fortaleza de Cacela (foto: Lúcio Alves, 1998).

poente nascente, paralelamente à falésia a sul e delimitada a norte com arruamento. Na zona sul as fachadas foram interrompidas pelo corte de um talude do caminho de acesso à ribeira. Por sua vez, o arruamento estava delimitado a norte por restos de muros. Os dois troços do arruamento postos a descoberto receberam a denominação de Rua Nascente e Rua Poente (Figura 21).

As casas foram implantadas no substrato geológico escavado em plataformas desniveladas. Esta solução de adaptação em locais declivosos é comum, como se pode verificar nos povoados de Siyāsa (Navarro Palazón e Jiménez Castillo, 2007) e Yeccla (Ruiz Molina, 2002) no território de Murcia. Na cidade de Niebla, perante a mesma necessidade de ampliar a zona residencial em época almóada, foi adoptada outra solução: numa zona perimetral da cidade com pendente moderada junto do rio, o Desembarcadero, o terreno foi aterrado e construídas plataformas delimitadas por fortes muros de alvenaria nas frentes anteriores e posteriores destes terraços, onde foram construídas as casas (Beltrán Pinzón e Gómez Toscano, 2005: 84; Campos Carrasco, J, F. Gómez Toscano e J. A. Perez Macías, 2006: 145).

O embasamento das casas era constituído por muros em alvenaria assentes sobre o maciço rochoso, com a largura média de meio metro, correspondentes à medida tradicional do côvado. Os muros foram construídos com fiadas irregulares de blocos de calcário de tamanho mediano (20/30 cm de diâmetro), unidos com barro. A altura destes muros variava entre 0,50 e 1,20 metros. Os muros mais altos estão perpendiculares à maior pendente do terreno e são os elementos separadores entre as casas, como é o caso do paramento poente da casa I. A parte superior destes muros era feita de taipa.

Os pavimentos, com exceção dos pátios, eram de terra batida. As soleiras entre compartimentos eram feitas normalmente com lajes de xisto. Na entrada das casas, a soleira era de pedra calcária talhada.

O registo arqueológico indica que os compartimentos, com exceção dos pátios, teriam cobertura de telha de canudo assente em massa de cal sobre caniçado depositado sobre barrote de madeira (conforme testemunho encontrado na casa II), tradição construtiva que perdurou até à contemporaneidade (Cavaco, 1987: 179). A existência de um barro vermelho escuro com pregos associado à camada de telhas (por exemplo, na cozinha e salão da casa I) pode indicar que em alguns compartimentos o telhado teria uma camada de barro entre o caniço e as telhas e que os pregos podem ter servido de fixação entre estes elementos e os barrote. De facto, neste lugar costeiro, quando o vento sopra de nortada ou de barlavento (ventos dominantes), levanta as telhas dos telhados, se estas não estiverem firmes.

As duas cozinhas foram identificadas com base na existência de lareira. As lareiras existem ao nível do pavimento, de forma ovoide ou circular, com um diâmetro que não excede os 50 cm, podem ser marcadas por fragmentos de telhas e são ladeadas por pedras. Estas zonas de fogo simples radicam nas cozinhas das habitações rurais, como se pode verificar no castelo de Salir (Catarino, 1998: 452) e na alcaria de la Almagra (Vidal Teruel *et al.*, 2008: 67).

Não existem vestígios de sistemas de captação de águas para uso doméstico. Embora o buraco existente no pátio da Casa I possa ter sido um poço, não existem provas claras da existência destas estruturas nas casas do bairro. Por outro lado, a proximidade do bairro à ribeira de Cacela facilitava o acesso à água potável. Talvez por esta razão, não foram incluídos poços no interior das casas e os habitantes abasteciam-se no rio ou em poços coletivos. Por exemplo, foi descoberto recentemente um poço próximo do bairro (a 15 metros), que pode ter sido utilizado pelos seus habitantes².

Apesar de não ter sido descoberto neste conjunto latrinas ou canalizações de esgotos, não deve ser posta de parte a hipótese de que os elementos estruturais relacionados com a captação e escoamento de esgotos possam localizar-se na zona sul destas habitações, como tal, escoando diretamente para a ria.

Quanto ao momento de abandono, a casa I sofreu degradação e ruína progressiva, iniciando pelo derrube das paredes e queda de algumas telhas que alternaram com depósitos de lixo e abandono até ao derrube final da cobertura. O elevado estado de ruína da casa II não permitiu recolher informação neste domínio. Já a casa III esteve abandonada algum tempo, sofrendo a deposição de camadas de abandono, até à derrocada (provocada?) da construção.

Passamos a fazer a análise descritiva das estruturas construtivas e níveis de ocupação:

2.1. Casa I

Localizada no extremo nascente, é a casa mais próxima da ribeira, de planta quadrangular e a área de aproximada de 80 m². A fachada sul é inexistente e a fachada

nascente foi ocupada pelo mato ribeirinho de piorno, deduzindo-se que nestes sectores existiriam dois compartimentos atualmente desaparecidos. Foram identificados 4 compartimentos: átrio, salão, pátio central e cozinha (Figura 21).

O acesso era feito pela Rua Nascente através de um vão com a largura de 1,15 m, que introduz ao átrio da casa. Esta entrada encontra-se desalinhada com a passagem para o pátio. Estranhamente não existe separação física entre o átrio e o salão. Pode ter existido uma parede ou tabique de separação entre os dois compartimentos, mas esses vestígios não foram identificados. A entrada encontrava-se entaipada no momento da descoberta (Figura 3).

O pátio é a zona central da casa. É um espaço descoberto, de planta quadrada, com 3,95 m de lado, que se encontra na cota 11,40. O pavimento é feito de grandes lajes de calcário, xisto e grés de Silves, similar ao pátio descoberto na alcaria do Vale do Boto (Catarino, Arruda e Gonçalves, 1981), localizada na cercania de Cacela.



Figura 3 – Entrada entaipada da casa I.

Apresentava um abatimento central, formando uma cavidade cheia de areia. Sobre esta areia encontrava-se depositado os restos ósseos de um indivíduo em contexto sepulcral. Possivelmente um abalo sísmico provocou o abatimento do pavimento, engolindo as ossadas e a areia (Figura 4).

Pode-se ainda admitir que o pátio teria um pequeno poço de água doce, que foi entulhado de areia após o seu abandono, tendo esta camada cedido com o movimento tectónico. Contudo, esta ideia carece de sustentação, a meu ver, devido à ausência de elementos da boca do poço.

Um fuste de coluna romana em mármore que terá servido como banco para assento das pessoas, estava encostado ao muro da cozinha e travado com uma pedra (Figura 5). No pátio foi ainda encontrado uma boca e colo de talha almóada que poderá ter sido reutilizada para delimitar um pequeno canteiro, situação que encontra semelhanças nos achados do pátio da casa 5N de Saltés (Bazzana e Bedía Garcia, 2005: figura 168).

O lajeado foi encontrado parcialmente selado por derrube pétreo (ue31/98) e por bolsa de terra acinzentada (ue3/98), interpretada como lixeira.

A cozinha localizava-se na parte poente da casa e tinha acesso sensivelmente a meio do muro, pelo pátio (Figura 6). De planta rectangular, media aproximadamente 4,07 x 2,05 m. O umbral de 0,85 m de largura encontrava-se pavimentado com pequenas lajes de xisto. A parede norte apresenta uma abertura na estrutura que parece corresponder a um nicho para arrumos. No canto norte encontrava-se a lareira composta por pedaços de telhas carbonizadas dispostas em círculo (ue35/98) sensivelmente sobre-elevada relativamente ao nível do solo e ao lado, um amontoado de cinzas e carvões com restos cerâmicos (ue41/98 e ue38SC/01), estruturas bastante simples, semelhantes às lareiras da alcaria de La Almagra (Vidal Teruel *et al.*,



Figuras 4 e 5 – Pátio da casa I com fuste de coluna e colo de talha.

2008: 67), localizada nas imediações de Huelva ou às lareiras das habitações 1 e 3 do castelo de Salir (Catarino, 1998: 469-471), localizado no interior da serra algarvia. Terra argilosa castanha compacta ou semi-compacta com nódulos vermelhos, pedras e carvões (ue16/98 e ue29/98) cobriam estes níveis. Num momento da escavação, foi avançado que estas camadas poderiam corresponder a pavimentos. Contudo, verificou-se a deposição vertical dos fragmentos cerâmicos e que as camadas não apresentavam compactação homogénea, características não consentâneas com a presença de pavimentos.

Este conjunto foi selado pelo abatimento do telhado e paredes (ue12/98 e ue14SC/01). O telhado de água única tinha inclinação para o pátio. As telhas da casa I apresentam decoração rectilínea nos bordos transversais (Figura 7).

Accede-se ao salão por duas passagens a partir do pátio e ainda através do átrio. Os dois vãos de ligação ao pátio têm as larguras de 0,86 e 0,71 metros, sendo que o arranque das ombreiras integra grandes pedras talhadas. O vão nascente foi preenchido com restos de ladrilhos e pequenas pedras. Entre o salão e o átrio existem vestígios de uma parede separadora, que foi eliminada. De forma rectangular alongada, com a dimensão de 6,42 x 2,20 m, o salão confina a norte com a Rua Nascente, através do muro 14. Este muro testemunha o reboco exterior das paredes em argamassa de cal com cerca de 1,5 cm de espessura, aplicado diretamente na estrutura (Figura 8).



Figura 6 – Zona da lareira da casa I.

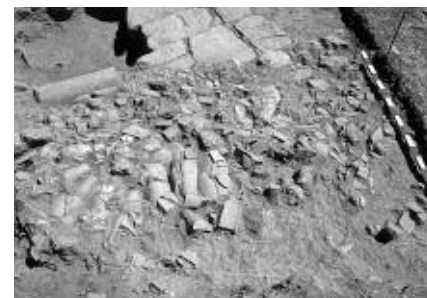


Figura 7 – Cobertura da cozinha da casa I.

A parede poente tem a altura de 1,20 metros e foi construída com blocos colocados em fiadas horizontais e unidos com terra e cal (Figura 9).

A existência de fossas no salão podem indiciar atividades polivalentes deste espaço no quotidiano familiar. De facto, foi registada uma fossa oblonga no sector poente do compartimento com enchimento superficial de areia misturada com cinzas e tijolos (ue18/98 e ue22/98), com as dimensões de 1,50 x 2,30 metros (Figura 10). Ao lado, no sector central, uma fossa de pouca profundidade estava preenchida com cinzas (ue20/98 e ue45/98).

O salão foi selado por forte destruição da estrutura, com o abatimento do telhado e abatimento parcial das paredes e revestimentos (ue15/98, 16SN/01, ue14SC/01, ue39SC/01 e ue52SC/01). Na zona nascente do compartimento não foram totalmente removidas uma lixeira e a fossa de cinzas. A escavação neste compartimento terminou neste ponto. A presença de carvões na terra argilosa avermelhada associada às telhas pode indicar que a cobertura seria feita com traves de madeira, sobre as quais era colocado o caniçado e aplicada uma argamassa de impermeabilização da estrutura.

A ue52SC/01, camada que ocorria principalmente na zona poente do salão, tinha algumas características que chamaram a atenção: é uma terra argilosa, semi-com-

pacta com abundantes carvões, moluscos, telhas de meia cana e cerâmica, cascalho e blocos de barro cozido. Analisando os fragmentos cerâmicos recolhidos, verificamos que 17/47 eram elementos pertencentes a peças que continham água (ou outros líquidos). Alguns apresentavam ligeiras marcas de fogo que podem ser fruto da sua proximidade de uma zona de fogo durante o seu manuseio ou consequência da destruição do edifício. Por outro lado, 15/47 fragmentos correspondem a recipientes de cozinha, todos com abundantes marcas de uso ao fogo. Foram ainda identificados 3 fragmentos correspondentes a um alguidar. A estes elementos acresce a louça de mesa (7) e os indeterminados (Figura 11).

Pela análise conjugada dos dados arqueológicos referidos, adiantamos a hipótese de que o espaço do salão tivesse sido adaptado a um uso de carácter público, como a laboração de um forno de pão, por exemplo, onde igualmente se preparavam refeições do núcleo familiar da casa. Assim, se explica a abertura de passagem para o átrio, criando um acesso direto ao exterior. Interpretamos este compartimento como salão pela sua dimensão e pelo facto de possuir dois umbrais de acesso ao pátio. Encontram-se espaços com as mesmas características nas casas 1A, 1B, 3D e 5N da cidade de Saltés (Bazzana e Bedía Garcia, 2005).

A casa I encontra semelhanças com a habitação 5N da cidade de Saltés, cujos elementos construtivos apontam para o período almóada. Curiosamente, os arqueólogos consideram esta casa como modelo no processo de urbanização da cidade. Tem de área 80 m² e os compartimentos com cobertura de uma água, rodeiam o pátio central descoberto com 19 m² (maior que o pátio da casa I com 16 m²). As paredes interiores tinham revestimento de reboco de gesso pintado de branco e vermelho. O salão, no lado oposto à entrada da casa (o que não acontece na casa de Cacela), tem duas alcovas



Figura 8 – Reboco exterior da casa I.



Figura 9 – Muro poente do salão da casa I.



Figura 10 – Salão da Casa I, com fossa oblonga e despejo de cinzas na zona central.



Figura 11 – Canto poente do salão da casa I, camada 52SC/01.

nas extremidades e dois vãos de acesso ao pátio. Curiosamente, a casa localiza-se num bairro artesanal da cidade (Bazzana e Bedía García, 2005: 170-186).

2.2. Casa II

A casa II encontra-se implantada em pátio superior relativamente à casa I e aparentemente é mais estreita que esta. De planta quadrada, com a área mínima de 52 m², nela foram identificados 4 compartimentos, átrio, pátio, cozinha e divisão de função indeterminada. A leitura da organização do espaço doméstico desta habitação foi dificultada pela alteração dos alinhamentos estruturais para instalação da necrópole cristã. Desconhece-se igualmente se existiriam outras divisões na fachada sul, onde foi aberto o caminho (Figura 21).

O acesso à habitação, pela Rua Poente/Nascente, far-se-ia por um átrio/corredor, que, virando à direita, encaminharia para o pátio. Este corredor tem a largura de 1,80 metros, mas a entrada seria mais estreita, a avaliar os blocos deslocados da sua posição original para delimitar a sepultura 52. Encontramos este modelo de casa de corredor com pátio lateral nas casas 3D e 3E de Saltés, cujos corredores de acesso têm 1 metro e 1,20 metros de largura (Bazzana e Bedía García, 2005: 135-141).

A partir do pátio, com a cota 11,97 metros, acede-se às divisões da casa. No pátio, foi posto a descoberto um pavimento lajeado muito degradado e remendado (ue64SC/01), sob uma fina camada compacta de terra argilosa amarela, calíço e reduzidos fragmentos de conchas (ue40SC/01), que pode corresponder a vestígios do revestimento do muro sul da cozinha (Figura 12).

A cozinha encontrava-se selada pelo derube das paredes, composto por calhaus calcários e restos de argamassa de cal (ue06SC/01),

associado a restos de taipa, terra misturada com areão, cerâmica, calíço e razoável quantidade de moluscos triturados, (ue31SC/01).

Sobre o pavimento de terra argilosa de tonalidade amarela compactada com calíço e carvões (ue15SC/01) foi encontrado um moinho manual em calcário³. No canto sudeste do compartimento encontrava-se a superfície achatada de forma circular de uma grande laje enterrada, rodeada de blocos calcários e pequenos fragmentos de telhas, estando todo este espaço salpicado de cinzas (Figura 13). Este tipo de lareira encontra semelhanças na zona de fogo da cozinha da casa II do bairro da Alcáçova de Mértola (Macías, 1996: 103).

As soleiras das portas da cozinha e do compartimento têm a largura de 0,74 m. A soleira do compartimento compunha-se de uma grande laje e sobre ela foi encontrada uma telha decorada com ondulos reentrantes. Aparentemente o pavimento caracterizava-se por terra amarela muito compacta misturada com cascalho. Nele estavam depositados 5 blocos de terra cozida com dimensões variadas: adobe 1: 16 x 15 x 8 cm; adobe 2: 14 x 12 x 6 cm; adobe 3: 15 x 12 x 9 cm; adobe 4: 20 x 19 x 8 cm; adobe 5: 27 x 15 x 9 cm. Este compartimento foi parcialmente escavado (Figura 14).

A largura média das paredes da casa é 0,50 m, tendo sido encontrados restos de taipa que completariam a estrutura vertical. A cozinha tinha cunhais reforçados em pedra talhada. A presença de grandes pedras cortadas leva-nos a admitir que este cuidado se alargava ao resto da habitação. Quanto à cobertura, as telhas desta casa não apresentavam decoração, com exceção do exemplar já referido. Envolvido



Figura 12 – Revestimento de parede sobre pavimento do pátio da casa II.



Figura 13 – Lareira da cozinha da casa II.



Figura 14 – Compartimento 3 da casa II.



Figura 15 – Barrote de madeira visível no meio dos derrubes da casa II.



Figura 16 – Rua Poente com canalização e soleira da entrada da casa III (assinalada com seta).

nos derrubes, foi encontrado um fragmento de barrote de madeira com cerca de 20 cm de largura, que provavelmente pertenceu à cobertura (Figura 15).

O muro poente da casa II (M21) confina com a casa III. Este muro integra a fiada H do quadriculado implantado, que não foi removida nas campanhas realizadas, pelo que não foi possível reconstituir este sector.

2.3. Casa III

Esta habitação tem apenas dois compartimentos, de uso não identificado. Acede-se ao seu interior a partir da Rua Poente por um degrau (Figura 16). A soleira da entrada, com 1,04 m de largura, tem grandes lajes calcárias, uma com a marca do encaixe da dobradiça da porta. Já no interior do compartimento, verifica-se que é um espaço amplo de planta rectangular, medindo 4,60 x 1,90 metros.

As paredes estavam revestidas com fina camada de reboco de cal, conforme testemunho encontrado na parede sul (Figura 17). O pavimento era feito de terra argilosa amarelada compactada (ue08/98). Esta forma simples de revestimento dos pavimentos encontra semelhanças no bairro almóada do Empreendimento do Castelo, em Silves (Santos e Abranches, 2010), cozinhas e alguns átrios do bairro da Alcáçova de Mértola (Macías, 2006: 162) e alguns compartimentos da alcaria de La Almagra (Vidal Teruel *et al.*, 2008: 69). Este espaço encontrava-se selado por derrubes mistos de telhas de meia cana com decoração rectilínea nos bordos transversais e blocos pétreos sobre um nível de areia calcinada (ue42/98).

Curiosamente foi encontrada uma sepultura cristã (S15) no corte este deste compartimento abandonado, de uma jovem sepultada em fossa simples. Posteriormente, terão ocorrido abatimentos ou deslizamentos de restos de cobertura, selando o que pensamos ser a sepultura mais antiga da necrópole escavada (Figura 18). Foi ainda

aberta em época pós-medieval uma vala que continha restos ósseos provenientes da limpeza do espaço sepulcral cristão, que danificou as

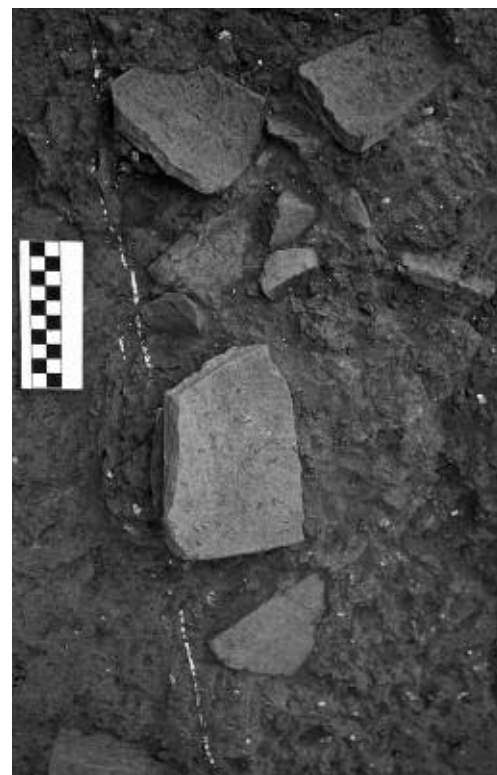


Figura 17 – Restos do revestimento em argamassa do paramento sul do átrio da casa III (ue57SP/01).

construções islâmicas, impedindo a compreensão da sua articulação interna.

Este compartimento dava passagem a uma segunda divisão. Neste espaço foi escavada uma camada de terra castanha pouco compacta com cascalho e fragmentos de tijolo (ue59SP/01), aparecendo a camada de telhas da cobertura, mas os trabalhos foram interrompidos neste ponto.

A porta da entrada da casa III localizava-se no extremo poente da fachada, desalinhada da porta interior de acesso ao segundo compartimento. Encontramos em Saltés uma construção semelhante, a casa 1C, integrada num quarteirão composto por mais duas casas de maior dimensão, as casas 1A e 1B (Bazzana e Bedia García, 2005: 114). Este espaço 1C pode ter servido como anexo de apoio a uma ou ambas as casas. Igual função de armazenamento pode ter tido esta construção em Cacela.

2.4. Construção IV

A poente da casa III, foi identificado à cota elevada dos 13,00 metros, um lajeado de xistos e grés de Silves, muito degradado e reparado com pedaços de telha, seixos da ribeira e argamassa de cal (ue51SP/01). O assentamento do lajeado foi preparado com base numa camada de terra com carvões, cal, conchas e alguma cerâmica (ue61SP/01). O pavimento estava selado por uma camada de telhas muito fragmentadas, calhaus, caliço, terra misturada com cinzas e fauna de grande porte (ue48SP/01).

Este espaço com cerca de 3,33 m de lado tem orientação ligeiramente diferente da casa III. Acresce que a rua Poente, com a qual esta estrutura confina, sofre igualmente um desvio nesta zona. Em suma, desconhecemos as funções deste eventual alpendre localizado no extremo poente da área intervencionada, a meio caminho do castelo (Figura 19).



Figura 18 – Corte nascente da casa III, sendo visível a camada de areia fossilizada sobre nível de derrocada de telhas no átrio. A reentrância na base do corte indica a localização do crânio da sepultura 15.



Figura 19 – Pátio (IV) delimitado a nascente por muro (M11) da casa III.

2.5. As Ruas Poente e Nascente

Abertas no nível Miocénico, as ruas possuem condutas de escoamento de águas pluviais. A Rua Poente tem a largura média de 1,50 m e conserva uma extensão de 6 metros no sentido poente/nascente (ver figura 16). Este troço encontra-se no mesmo alinhamento da rua nascente (Figura 21).

Ao longo da rua passa uma canalização com 0,50 m de largura. Foi feita a partir do alinhamento de duas fiadas paralelas de pedras, às quais foram sobrepostas lajes calcárias. A construção da conduta (ue52SP/01) assentou na preparação prévia do terreno, através da abertura de vala e aplicação de uma camada de terra castanha arenosa misturada com areão, conchas e pedacinhos de cerâmica (ue53SP/01). A presença de uma bolsa compactada de areão (ue56SP/01) poderá corresponder a uma reparação e nivelamento do piso.

Esta via encontrava-se parcialmente selada por derrubes compostos por manchas de terra semi-arenosa com muitos carvões, telhas pouco fragmentadas e cerâmica (ue21/98) e terra avermelhada argilosa, com carvões, pedras calcárias e telhas fragmentadas (ue26/98).

Como já foi referido, a rua Poente entronca a leste com a rua Nascente (Figura 20). Este troço situa-se a cerca de 12 metros da ribeira de Cacela. Aqui existe uma bifurcação de duas vias distintas. O vértice desta bifurcação encontra-se assinalado pela esquina de uma construção em alvenaria calcária. No meio da via corre a mesma canalização da Rua Poente que vai entroncar num ramal de maior largura, 0,90 m, direccionado para a ribeira. Esta rua nascente dirige-se para o exterior do bairro e para a foz da ribeira das Hortas.

Neste ponto encontra-se igualmente a entrada da Casa I. Um pouco desviada da entrada, junto da parede (M14) apareceu uma mancha de terra amarelada compactada (ue13SN/01), que foi interpretada como taipa da parede anexa.

Estes arruamentos e canalizações encontram semelhanças construtivas com as vias interiores do castelo de Paderne (Catarino e Inácio, 2006: 286). As canalizações para escoamento de águas pluviais existem igualmente no Castelo de Salir (Catarino, 1998: 452).

3. CONCLUSÃO

As escavações arqueológicas do sítio do Poço Antigo revelaram um conjunto habitacional andalus pertencente ao castelo de *Qastâlla Darrâj* (Coelho, 1989: 55; Domingues, 1972: 19; Lévi-Provençal, 1938: 192), abandonado no final do período almóada, primeira metade do século XIII.

Este bairro localiza-se fora do perímetro amuralhado da alcáçova, em zona ribeirinha de ria e da ribeira das Hortas. As casas estavam abrigadas dos ventos dominantes oeste pela presença do castelo, confinavam a sul e nascente com ambiente marinho e a sua vertente nordeste pode ter sido protegida por fosso. As casas postas a descoberto são de pequena ou média dimensão e correspondem a diferentes tipologias de casas urbanas islâmicas. Foram estruturadas em forma de bairro que terá sido edificado mediante um programa construtivo de época almóada (Torres, 1992), como tal, obedecendo a algumas regras de organização do espaço, circulação pública e drenagem de águas pluviais.

De facto, o sítio do Poço Antigo tem um declive elevado (45%) e as chuvas características da região, intensas e de curta duração, podem provocar a erosão dos solos. Assim, os arruamentos tinham um sistema de escoamento de águas pluviais com o objetivo de evitar o arrastamento de terras e a afetação da estabilidade das construções.

As casas foram construídas em patamares, acompanhando a inclinação do terreno. Os pátios destacam-se pelos seus lajeados policromáticos de xistos, grés e calcários. Por eles se acedia aos diversos compartimentos. O branco da cal e o amarelo-torrado da rocha-mãe predominam nesta paisagem. Nas paredes, a argamassa de cal cobre o exterior e os interiores são revestidos com fina camada de reboco de cal. Nos pavimentos e na taipa predomina o amarelo da «formação de Cacela».

As telhas encontradas nas três habitações escavadas são desprovidas de decoração, tendo apenas os bordos laterais ligeiramente salientes, encontrando semelhanças com os materiais do Castelo de Salir e Vale do Boto (Catarino, 1998: 719).

A ausência de ladrilhos na construção das casas, numa zona com tradição oleira antiga, que remonta à época romana, em nosso entender, reflete alguma urgência na construção das casas e limitação de aceder à matéria-prima e fabricar as quantidades necessárias em tempo útil.

Deste modo, verifica-se a ausência de ladrilhos e o uso raro de pedra talhada, predominando o aproveitamento das matérias-primas locais. Foi confirmada ainda a ausência de evidências arqueológicas de um sistema de evacuação de águas usadas. Estas características argumentam em favor do carácter rural deste bairro (Acién Almansa, 2002: 77-79; Navarro Palazón, 2007: 207).



Figura 20 – Rua Nascente.

O papel da mulher nesta sociedade manifesta-se claramente na organização dos espaços da cozinha, assunto em que o projectista/ construtor não interfere, deixando apenas quatro paredes de um espaço minúsculo, não consentâneo com a importância da tarefa que desempenha. Assim, a mulher vê-se obrigada a improvisar. «*No chão da cozinha, de terra batida, apenas haveria espaço para uma pequena molineta, para um ou dois alguidares e, naturalmente para a lareira (...) todos os objetos de trabalho estão pousados no chão, onde são manipulados pelas mulheres sentadas sobre os calcanhares ou em cima de simples esteiras de palmito*» (Torres, 1992). O vetusto banco marmóreo colocado no pátio da casa I é o único mobiliário identificado em todo o conjunto.

Veja-se o caso de Mértola, que entre os pavimentos diversificados das casas, argamassados nos salões, lajeados nos átrios e latri-

nas, as cozinhas são inevitavelmente em terra batida (Macías, 2006: 162).

Como já foi referido, as casas foram construídas num mesmo momento. Não se encontram vestígios de uma longa utilização, como por exemplo, as camadas sucessivas de reboços que são visíveis na casa 5N de Saltés e nos compartimentos descobertos na plataforma superior do castelo de Cacela. A última fase de ocupação das casas evidencia uma reduzida representação estratigráfica. Nos anos finais de vida do bairro, verifica-se a degradação das estruturas e a fraca manutenção e reparação das mesmas. O ambiente de guerra terá contribuído para a dificuldade em obter materiais de construção ou fabricar louça, pois seria perigoso aventurar-se até aos barreiros e zonas de extração de pedra, situados nas faldas da serra. O abandono das casas terá acontecido de forma gradual.

Encontramos algumas semelhanças da população deste bairro com as populações da alcaria do Castelo de Salir e Villa Vieja (Pozo Martínez, A. Robles e E. Navarro, 2002: 161 e ss), localizadas no interior das regiões de Ossónoba e Tudmir, comunidades rurais, com áreas de construção das habitações modestas⁴, que utilizam o mesmo tipo de matérias-primas e técnicas construtivas e têm ausência de latrinas⁵, apesar de Villa Vieja incluir um sistema viário ortogonal.

As casas do sítio do Poço Antigo foram habitadas por pessoas que parecem ter-se dedicado mais às coisas da terra que do mar. Com clara filiação no mundo rural, conforme atestam as cozinhas com as suas lareiras, a ausência de latrinas e a tipologia e distribuição do espólio de cerâmica doméstica (em estudo), podemos, com certeza, integrar na categoria de «casa camponesa peri-urbana» de Cláudio Torres (1992).

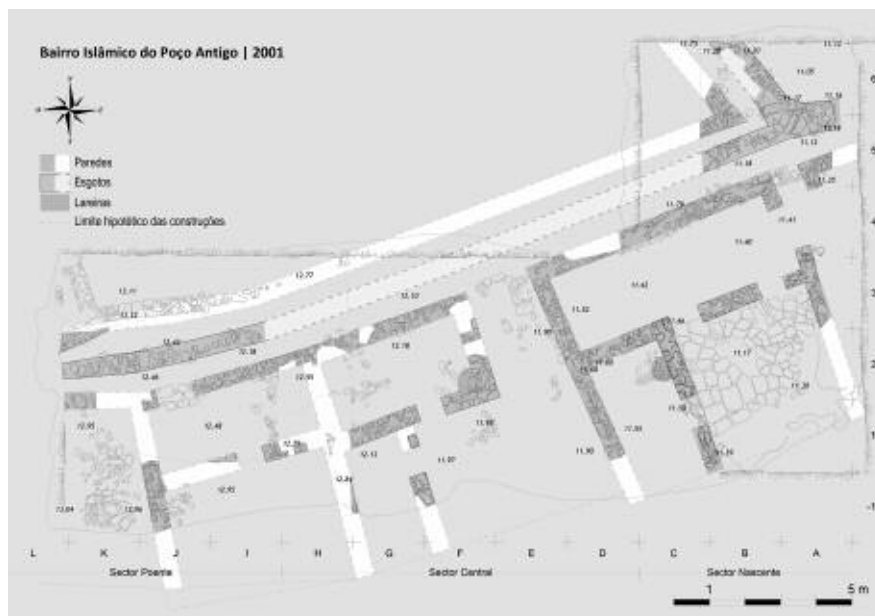


Figura 21 – Planta arqueológica e arquitetónica do bairro islâmico do Poço Antigo⁶.

4. BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, Manuel (2002), *La ciudad islámica en Andalucía*. In Urbanismo islámico en el sur peninsular y norte de África. Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, pp. 74-82.
- BAZZANA, Andrés e Juana Bedia García (2005), *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva) 1988-2001*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- BELTRÁN Pinzon, J. M. e Gómez Toscano, F. (2005), «Urbanismo y arquitectura domestica almohades en el sector murallas del desembarcadero de Niebla (Huelva, España)». In *Arqueologia Medieval*, n.º 9. Campo Arqueológico de Mértola, pp. 83-97.
- CAMPOS Carrasco, J., Gómez Toscano, F. e Pérez Macías, J. (2006), *Illi-pla-Niebla. Evolución Urbana y Ocupación del Territorio*, Huelva, Universidad de Huelva, Servicio de Publicaciones.
- CATARINO, Helena (1998), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica». In *Al-'Ulyā*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 6, 3 vols., Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- CATARINO, H. e I. Inácio (2006), «Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: uma primeira abordagem». In *Xelb*, n.º 6. Silves, Câmara Municipal de Silves, pp. 281-298.
- CATARINO, Helena, Ana Margarida Arruda e Victor Gonçalves (1981), «Vale do Boto: escavações de 1981 no complexo árabe/medieval». In *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 3. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 9-28.
- CAVACO, Hugo (1987), *Visitações da ordem de Santiago no Sotavento Algarvio – Subsídios para o estudo da História da arte no Algarve*. Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.
- COELHO, António Borges (2008), *Portugal na Espanha Árabe*, 3.ª ed. revista, Lisboa, Editorial Caminho.
- DOMINGUES, José García (1972), *Ossónoba na época árabe*. Separata dos Anais do Município de Faro, Faro, Câmara Municipal de Faro.

- FERNANDES, Isabel Cristina (2006), «Uma forja islâmica em Palmela». In *Al-Ándalus, espaço de mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais*. Campo Arqueológico de Mértola, pp. 171-180.
- GÓMEZ Martínez, Susana (2004), *La cerámica islámica de Mértola: producción y comercio*. Madrid, Universidad Complutense de Madrid. Tese de doutoramento.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1938), *La Péninsule Ibérique au moyen-âge d'après le Kitāb al-Rawd al-Mi'tār fi Habar al-Aktār d'ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyari*. Leiden, Publications de la Fondation de Goeje, n.º XII.
- MACÍAS, Santiago (1996), *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, Santiago (2006), *Mértola – o último porto do Mediterrâneo*. Campo Arqueológico de Mértola.
- MANUPELLA, G., M. Ramalho, M. Telles Antunes e J. Pais (1987), *Notícia explicativa da folha 53-B, Tavira*, Carta Geológica de Portugal, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- NAVARRO Palazón, J e Pedro Jiménez Castillo (2007), *Siyasa. Estudio arqueológico del despoblado andalusí (ss. XI-XIII)*. Escuela de Estudios Arabes de Granada.
- POZO MARTÍNEZ, Indalecio, Alfonso R. Fernández e Elvira N. Santa-Cruz (2002), *El despoblado andalusí de Villa Vieja (Hisn Qalashbarra). La transformación de una alquería en un hisn de la cora de Tudmir*. In *Urbanismo islámico en el sur peninsular y norte de África*. Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, pp. 146-195.
- RUIZ Molina, Liborio (2002), «Urbanismo islámico en el Cerro del Castillo de Yecla (Murcia)». In *Urbanismo islámico en el sur peninsular y norte de África*. Murcia, Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, pp. 108-115.
- SERVIÇOS de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (1959), *Carta de capacidade de uso do solo*. Escala 1/50 000. Folha 50-D.
- TORRES, Cláudio (1992), «O espaço familiar e formas de habitar no Garb al Andaluz». In *Actas das 1.ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela, pp. 33-40.
- VASCONCELOS, José Leite (1983), *Etnografia Portuguesa*, vol VI. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VIDAL Teruel, Nuria, Juan Campos Carrasco, Águeda Gómez Rodríguez e Luis Sánchez Hernando (2008), «Arqueología rural islámica en Huelva. La alquería de la Almagra». In *Arqueologia Medieval*, n.º 10. Campo Arqueológico de Mértola, pp. 65-63.

NOTAS

- 1 Os trabalhos arqueológicos integraram um projeto comunitário financiado no âmbito do art. 10º do programa FEDER.
- 2 Agradecemos a informação do achado a Teresa Patrício e equipa do Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela.
- 3 Elementos comuns nos ambientes domésticos algarvios desde a época romana. Consultar Vasconcelos, 1983: 13.
- 4 Pozo Martínez, A. Robles e E. Navarro, 2002: Anexo III. De facto, com exceção de duas habitações de maior dimensão (casa 10, 119 m² e casa 13, 404 m²) e outras bastante pequenas que poderão corresponder a oficinas, as casas de Villa Vieja distribuem-se por dois grupos, um grupo de 9 casas com áreas entre 30 e 46 m² e um segundo grupo de 7 casas com áreas entre 60 e 85 m².
- 5 Mais de metade das casas de Villa Vieja carece de latrina.
- 6 O levantamento arqueológico georreferenciado do Poço Antigo é uma ação de boa vontade de Joice Veia, Luis Fraga, Carlos Fonseca e Pedro Bandeira.

LA PUERTA MONUMENTAL ALMOHADE DEL CASTILLO DE MÉRTOLA Y OTRAS SIMILARES DE GARB AL-ANDALUS

SAMUEL MÁRQUEZ BUENO*

PEDRO GURRIARÁN DAZA**

1. INTRODUCCIÓN

Mértola ocupa un lugar destacado entre las poblaciones del sur de Portugal que conservan testigos de la gran eclosión constructiva que en época almohade afectó al Garb al-Andalus. A los vestigios de tal período detectados en las murallas, un barrio excavado intramuros al norte del castillo y los importantes y significativos restos de la mezquita aljama, habría que sumar lo que persiste de la puerta monumental de su otrora alcazaba, hoy castillo, cuyos restos creemos que no han recibido la atención que merecerían. En este breve artículo hacemos una nueva propuesta de reconstrucción de su apariencia primitiva y tratamos de contextualizarla dentro de la producción constructiva almohade.

2. DESCRIPCIÓN DEL ESTADO ACTUAL DE LA PUERTA DEL CASTILLO DE MÉRTOLA

Según la arqueóloga Susana Gómez, cuya opinión suscribimos completamente, el complejo de acceso de entrada a la fortaleza sería el producto de dos fases fundamentales (Fig. 1).

Durante un primer proceso constructivo, siguiendo un esquema que hunde sus raíces en la antigüedad y totalmente consolidado en época omeya, se erigiría una

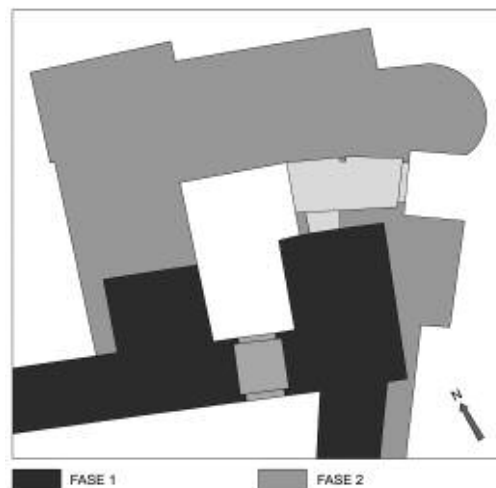


Figura 1 – Hipótesis de evolución del complejo de entrada al Castillo de Mértola.

puerta orientada al norte y flanqueada por dos torres cuadrangulares en el extremo noreste del castillo. Actualmente, en planta se mantiene la disposición de su acceso con doble mocheta pero el alzado de sus vanos, interior y exterior, se encuentra totalmente desfigurado.

* Consejería de Educación.

** Arquitecto. Instituto de Estudios Campogibaltareños.

En un segundo momento, se acotó el espacio inmediato a dicho acceso, mediante la erección de unos lienzos a partir de las primitivas torres de flanqueo; creándose un patio al que se accede desde el este; lugar dónde se emplaza la nueva puerta, originalmente de doble mocheta, con arco monumental flanqueado por dos torres cuya configuración primitiva desconocemos. No obstante, ya se reconoce en *Livro das fortalezas* la apariencia actual de dichas torres y vano de entrada, recogida por Duarte De Armas en 1510¹.

Esta nueva fachada se apareja hasta las impostas del arco mediante sillares de acarreo de distintos materiales y procedencias, retallados en algún caso y recalzados con mampuestos y lajas finas (Fig. 2).

Las impostas tienen forma de moldura cóncava, o lo que es lo mismo, anclada y están retalladas sobre piezas de mármol blanco con motivos ornamentales visibles desde el interior. Inmediatamente por encima de éstas se elevan unas estrechas hiladas de sillares de piedra caliza marrón, vestigio, junto con las jambas descritas, de la fachada primitiva. A diferencia de las jambas, estas hiladas están constituidas por sillares labrados para la ocasión, muy regulares y encajados con gran precisión, dejando unas juntas muy finas tomadas con un mortero muy rico en cal.

El arco actual, de trazado irregular y burda factura, está levantado con ladrillos y une las comentadas hiladas de sillares sobre las impostas. Y tanto éste como el paramento de mampostería que se erige por encima hasta la coronación del lienzo, constituyen una torpe refacción de la puerta original ejecutada en sillería.

3. HIPÓTESIS DEL ESTADO ORIGINAL DE LA PUERTA DEL CASTILLO DE MERTOLA

Llegados a este punto, en el que se hace evidente la presencia de dos etapas constructi-

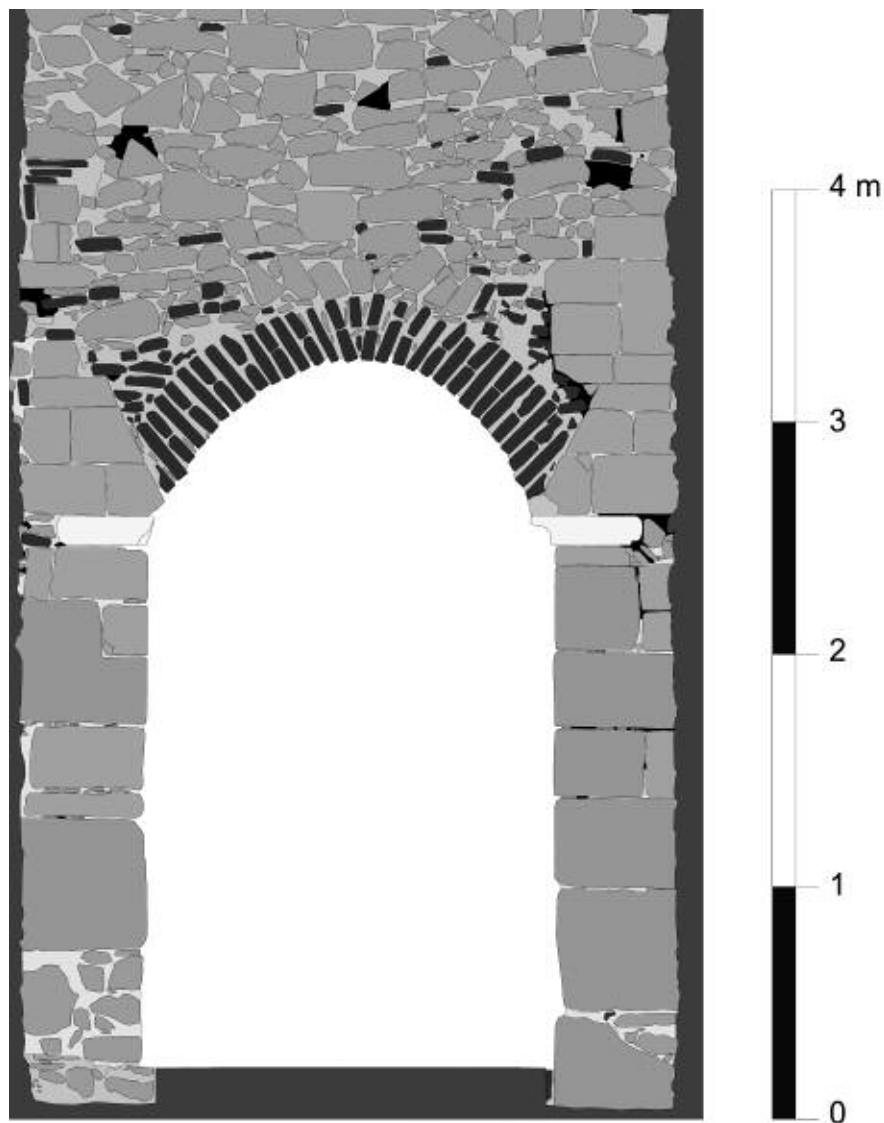


Figura 2. Alzado fotogramétrico de la puerta exterior de acceso al Castillo de Mértola.

vas en la fachada, se podría intentar reconstruir la apariencia del arco primigenio a partir del análisis de los restos de la primera de ellas. Para ello, ha sido indispensable la realización de un levantamiento fotogramétrico de la zona de la fachada en la que se emplaza la puerta de acceso, en el que se aprecian con claridad dos detalles. El primero lo constituyen las dos líneas, oblicuas y convergentes en el eje del vano, que marcan el arranque del desaparecido arco enjarjado. El segundo sería uno de los extremos de la línea del trasdós del arco, observable en las hiladas de la parte derecha. Teniendo en cuenta estos elementos, y suponiendo que el extradós e intradós son concéntricos, proponemos una reconstrucción en la que el arco estaría

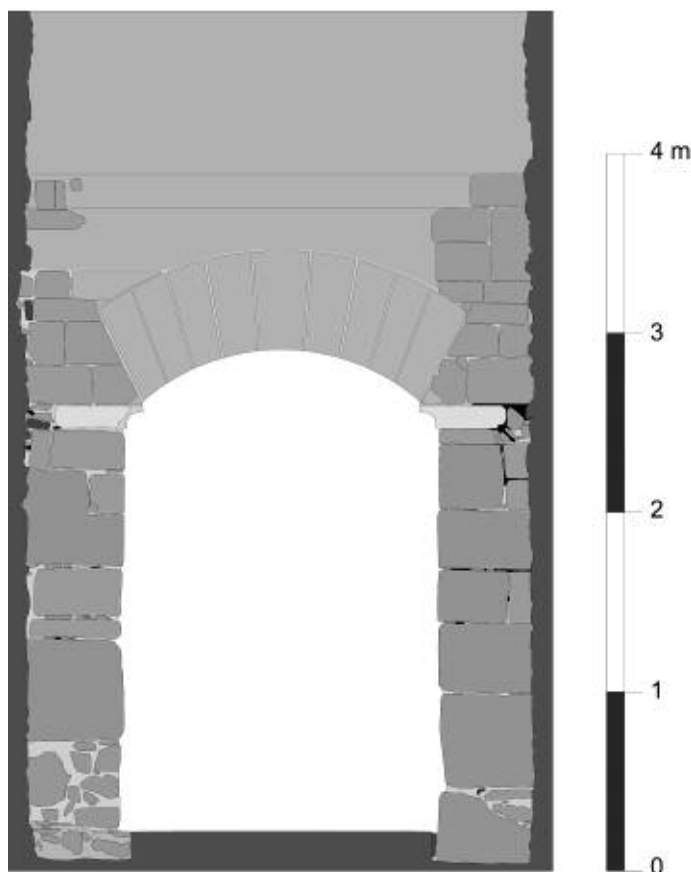


Figura 3 – Alzado fotogramétrico de la puerta exterior de acceso al Castillo de Mértola, con restitución del arco original. El número de dovelas es hipotético.

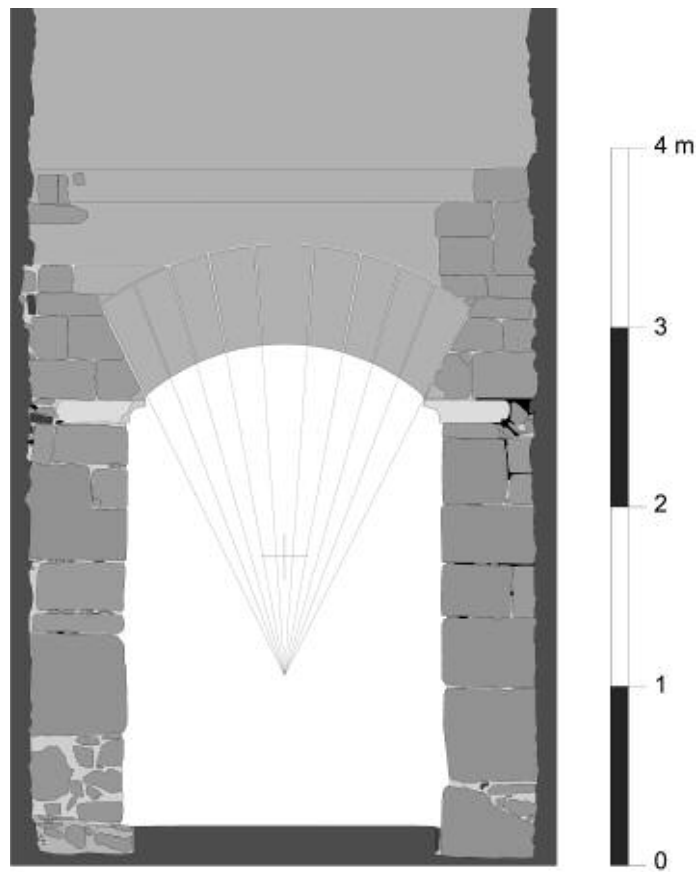


Figura 4 – Alzado fotogramétrico de la puerta exterior de acceso al Castillo de Mértola, con restitución del arco original y correspondiente trazado geométrico.

rebajado y el centro del despiece se situaría unos 66 cm por debajo del centro de la circunferencia del arco (Figs. 3 y 4).

A pesar de que semejante hipótesis encaja a la perfección con los vestigios de la portada, diferiría enormemente de la imagen preconcebida de puerta monumental andalusí presidida por un arco de herradura, que tanto legos en la materia como especialistas siempre tienen presente². Este hecho no es de extrañar, pues es cierto que el uso del arco de herradura en las portadas monumentales andalusíes, tanto en edificios religiosos como militares, predomina de una forma tan abrumadora que el empleo de otros tipos de arco se reduce a raras excepciones.

4. OTRAS PUERTAS MONUMENTALES ALMOHADES SIMILARES

Precisamente, una serie de ejemplares pertenecientes a un mismo período, formalmente muy similares y cercanos geográficamente a la portada objeto de nuestro estudio, ayudarán a encuadrar ésta dentro de un grupo muy preciso. Nos estamos

refiriendo a un conjunto de puertas monumentales con arco rebajado, todas ellas almohades y erigidas con sillares.

El ejemplo geográficamente más lejano, aunque dentro del Garb al-Andalus, es la Puerta de la Coracha de la Alcazaba de Badajoz, ubicada en el lienzo septentrional próximo al río (Fig. 5). Se trata de un acceso directo flanqueado por una torre adosada a diestra de su fachada exterior. Su composición formal se rige por un arco ciego enjarjado, de herradura un tanto aguda, impostas en nacela y ligeramente rehundido respecto al alfiz que lo enmarca. A su vez, dicho arco cubija un pequeño postigo rematado por un arco rebajado sobre impostas también anaceladas. Este esquema guarda nota-



Figura 5 – Fachada del Postigo de la Coracha en la Alcazaba de Badajoz.

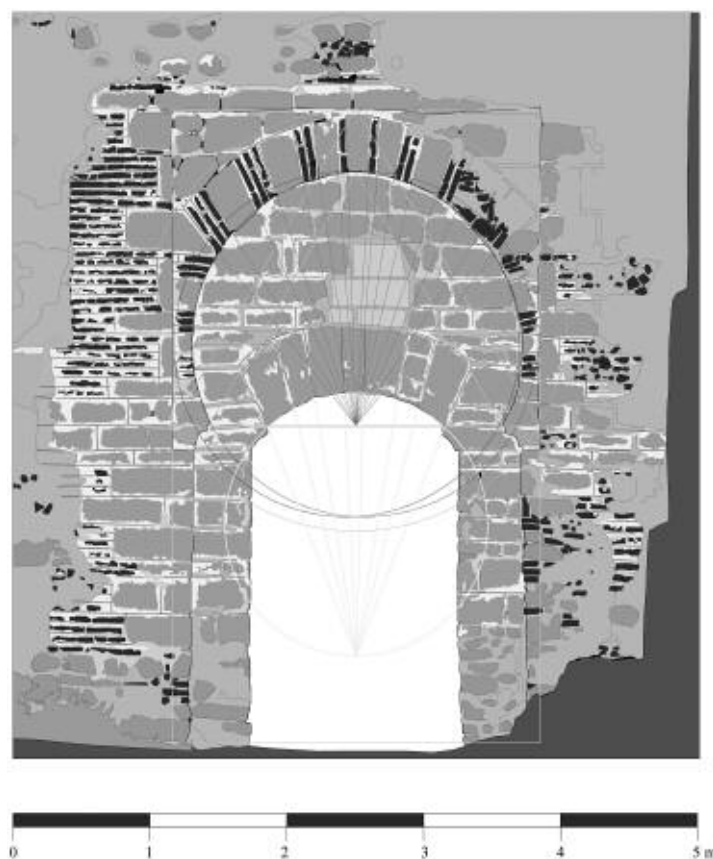


Figura 6 – Alzado fotogramétrico de la fachada del Postigo de la Coracha en la Alcazaba de Badajoz, con su correspondiente trazado geométrico.

bles similitudes con el que posee el Postigo de la Traición del Castillo de Alcalá de Guadaira en Sevilla, ya de cronología posterior encuadrable en el tránsito entre los siglos XIII y XIV.

En cuanto a los materiales, tanto el espacio comprendido entre el vano de acceso y el arco ciego ultrasemicircular, como las albanegas de este último, se resuelven mediante sillares de labra poco cuidada, combinándose con ladrillos en la rosca del arco de herradura y en la zona periférica de la portada. Precisamente, lo tosco del corte de sus dovelas justifica el uso de ladrillo y abundante mortero para encajar las piezas. De este modo, la irregularidad del aparejo pretende disimularse mediante líneas incisas en el mortero, tratando de aparentar un

acabado más regular³. Por el contrario, el empleo de dovelas mejor trabajadas en el arco rebajado permite el uso exclusivo de piezas pétreas. Es posible que incluso llegasen a emplearse algunas piezas de acarreo, como parecen confirmar las desiguales impostas marmóreas. Lo que sí parece evidente es el uso de piezas pétreas carentes de función tectónica dada su notable delgadez; aparejándose pues a modo de chapado de carácter ornamental, orientado al juego de planos en diferentes profundidades, definidos por la rasante exterior de la fachada, el plano de las albanegas, y la superficie del arco rebajado.

Al igual que el historiador Julián García Blanco, creemos que las cuatro piezas pétreas de nueva labra emplazadas sobre el arco rebajado rellenan el hueco dejado por el robo de otra que debió ostentar algún motivo ornamental según se intuye en una fotografía antigua publicada por Fernando Garrorena en 1929⁴.

El esquema geométrico que rige la puerta podría considerarse generado a partir de un gran triángulo equilátero, cuya base y altura son las del rectángulo que define el alfiz desde la línea superior de las impostas (Fig. 6). Las dimensiones totales de la puerta vienen dadas por la suma de este rectángulo y otro idéntico al anterior, pero



Figura 7 – Puerta del Agujero en el recinto de Niebla.

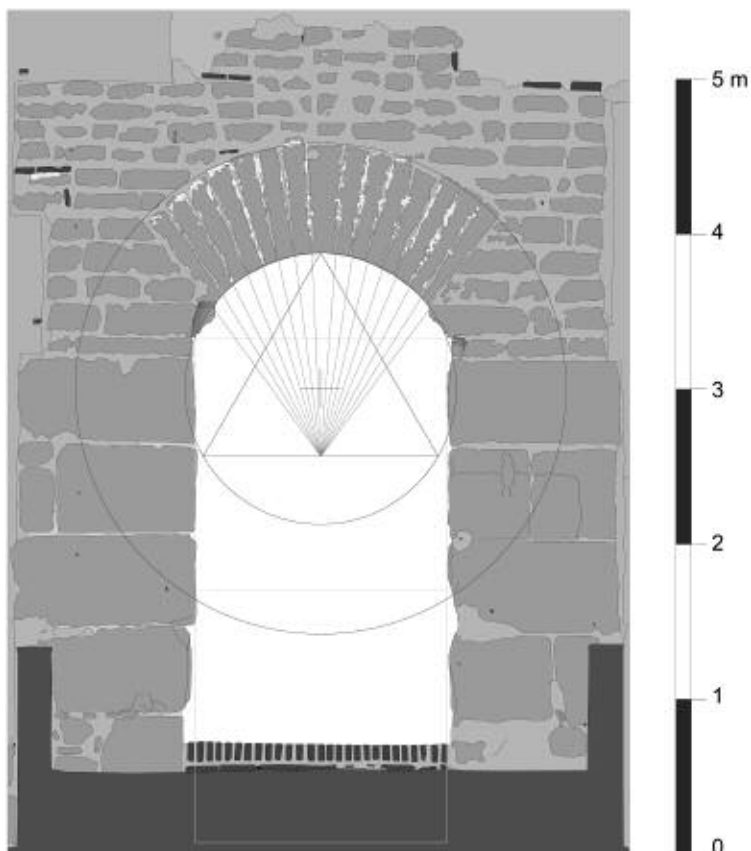


Figura 8 – Alzado fotogramétrico de la Puerta del Agujero en el recinto de Niebla, con su correspondiente trazado geométrico.

situado inmediatamente por debajo. El arco ultrasemicircular se determina, por una parte, mediante otro triángulo equilátero, menor que el primero pero con el que comparte base; y por otra, por dos circunferencias levemente desplazadas tangentes al alfiz. El despiece de este arco va dirigido al centro de la línea de las impostas, que es la común entre los rectángulos referidos. Por otra parte, la intersección entre el rectángulo del alfiz y la circunferencia que inscribe al triángulo que lo define coincide con el enjarje del arco, de forma muy aproximada. Finalmente, el punto más bajo de la circunferencia que define el arco rebajado, es el centro del despiece de sus dovelas.

Los dos siguientes ejemplos conocidos se emplazan en un mismo recinto, el también almohade de Niebla, localidad bastante próxima a Mértola dentro del ámbito geográfico de Garb al-Andalus.

En primer lugar, referiremos la Puerta del Agujero, emplazada en el frente septentrional del recinto urbano, en las inmediaciones del Castillo de los Guzmanes edificado en el solar de la primitiva alcazaba (Fig. 7). Se trata de un postigo con arco rebajado sobre impostas en nacela. Erigido con grandes sillares hasta la base de las referidas impostas. Desde esa línea hacia arriba la fachada se apareja mediante sil-

lares de dimensiones mucho menores, incluida la rosca del arco compuesta por finas y alargadas dovelas. Debido a los rejuntados efectuados en las últimas intervenciones restauradoras no es posible detectar la calidad de la labra de los sillares pequeños.

En cuanto al esquema geométrico que rige la puerta, el vano queda definido por un rectángulo de proporción dupla desde el suelo original hasta el inicio de las impostas (Fig. 8). El arco rebajado posee trasdós e intradós concéntricos, y el despiece de sus dovelas converge en el centro de la base del triángulo equilátero inscrito en la circunferencia del arco; siguiendo un esquema de pura raigambre omeya⁵.

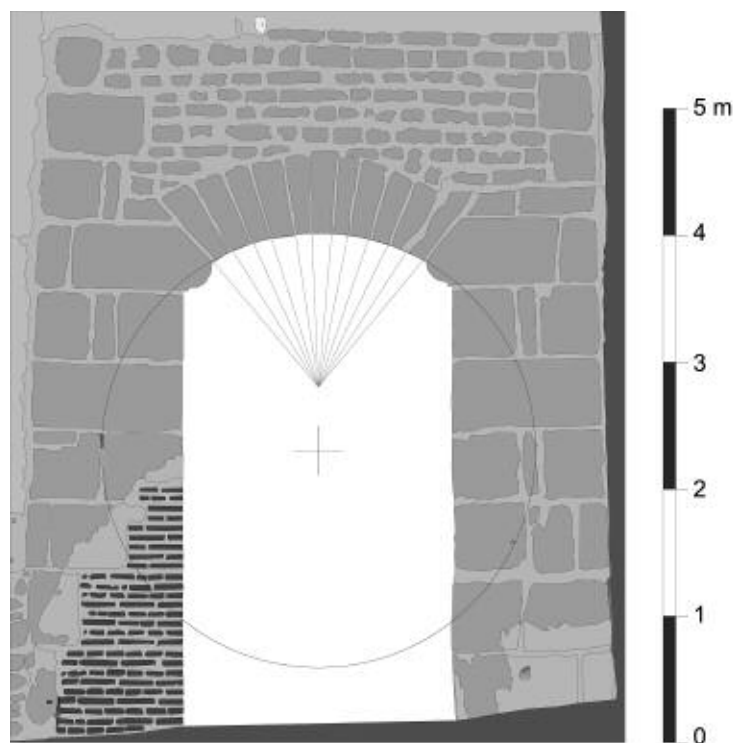


Figura 9 – Alzado fotogramétrico del segundo arco de la Puerta del Socorro en el recinto de Niebla, con su correspondiente trazado geométrico.

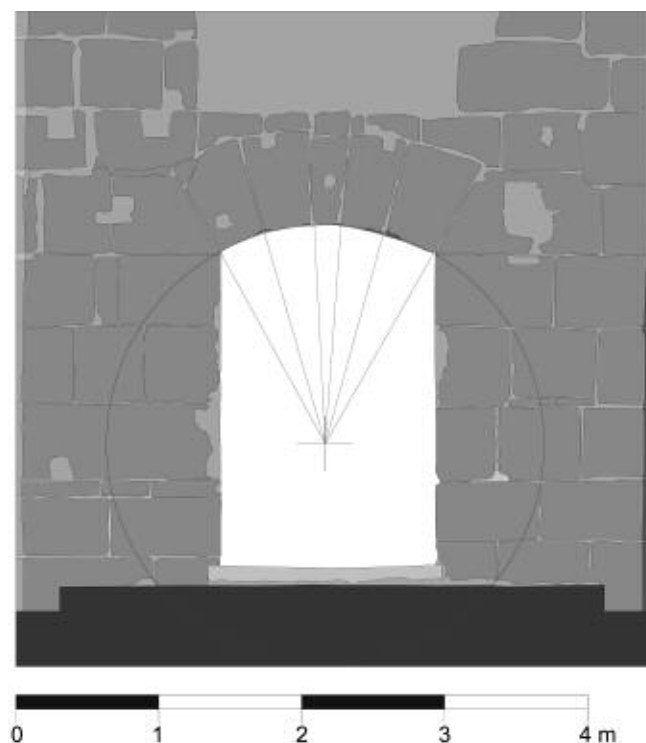


Figura 10 – Alzado fotogramétrico de la puerta de acceso a la Torre del Oro de Sevilla, con su correspondiente trazado geométrico.

La fachada del siguiente arco objeto de nuestra atención mira al interior del habitáculo de acceso de la torre-puerta del Socorro. A diferencia de los anteriores ejemplares analizados, en éste el arco rebajado no apoya sobre impostas anaceladas, sino que lo hace sobre unas con forma de moldura convexa. En lo que a la ejecución material se refiere, es similar a lo observado en la cercana Puerta de Agujero: se apareja con grandes sillares, reduciéndose el empleo de otros de menor factura a la zona superior a la rosca del arco de finas dovelas (Fig. 9).

El esquema geométrico es muy simple en este caso, pues la línea del extradós es más indefinida y el centro de la circunferencia que rige el intradós se encuentra 50 cm por debajo del centro del despiece de las dovelas.

Por último, no podemos dejar de mencionar el ejemplo de una puerta de acceso, no a un recinto, sino a una singular torre militar tardoalmohade: el de la Torre del Oro en Sevilla (Fig. 10). Este vano es el más pequeño de la serie, ligeramente menor que el de Badajoz; y es el único que no posee impostas en el arranque del arco rebajado. En cuanto a su trazado geométrico, éste es el único caso de los analizados en el que el despiece de sus dovelas coincide con el centro de la circunferencia que marca el intradós.

5. CONCLUSIONES

La gran campaña edilicia llevada a cabo por los almohades en Garb al-Andalus, a lo largo de los últimos decenios del s. XII y primeros del s. XIII, no sólo ha de leerse desde un punto de vista práctico sino también ha de ser contemplada desde su marcado carácter simbólico. De modo que la implantación de un dominio más o menos efectivo y real sobre un territorio por parte de un poder, va unida a la imposición de una «imagen corporativa» en la arquitectura que muestre la huella inequívoca de dicha autoridad. Si los almohades fueron especialmente prolijos en la osten-

tación de elementos y formas cargadas de significado en el conjunto de cada fortificación, no lo iban a ser menos en la parte ya de por sí con mayor carga simbólica: la o las puertas de entrada⁶.

Así, el empleo de los materiales considerados más nobles, como la sillería de nueva labra, se reserva en exclusiva para la portada de acceso, o en su defecto el arco como se aprecia en el caso de Mértola; dejando los sillares de acarreo, mampuestos y tapias para el resto de la fortificación. Así mismo, se mantiene la utilización extensiva del arco de herradura enmarcado por un alfiz (vid supra). No obstante, a pesar de su forma tan estética, la penetración de las impostas e inicio de la curva del arco en el espacio del vano podrían crear inconvenientes de uso práctico. Posibles problemas que quedan solucionados con un vano de alzado estrictamente rectangular rematado por un arco rebajado; no tan estético como el de herradura pero más práctico y sencillo de construir. Un claro ejemplo de esto se puede apreciar en el Postigo de la Coracha de la Alcazaba de Badajoz, en el que un estético pero ciego arco de herradura enmarcado por un alfiz cobija el vano, de uso real, coronado por un arco rebajado; a diferencia del resto de puertas referidas en este artículo, en las que la presencia del arco rebajado es excluyente frente al ultrasemicircular. Pero de cualquier manera, para la erección de estas portadas dominadas por arco rebajado, en ninguno de los ejemplares conocidos se renuncia al empleo de sillería, y de buena labra para la rosca de los arcos.

Por otra parte, conviene recordar que este tipo de arcos no supone ninguna novedad, pues desde época romana se registran casos en todo el ámbito mediterráneo. No obstante, su uso en portadas monumentales deberá esperar hasta el medioevo. Como ejemplo cercano geográficamente y culturalmente, no se debe obviar el de Madinat al-Zahra, en el que se documenta todo un pórtico monumental con trece arcos rebajados que flanquean uno de herradura⁷. Y si bien el arco rebajado es relativamente infrecuente aun en el siglo XII, tanto en el ámbito cristiano como el islámico occidental⁸; conocerá una mayor difusión a partir del siglo XIV sobre todo en la Europa cristiana.

A modo de reflexión final, sería importante tomar conciencia de dos fenómenos que creemos que van estrechamente ligados y que hasta la fecha han dificultado la comprensión y estudio de la arquitectura andalusí. Nos estamos refiriendo tanto a la generalizada no atribución de cronologías islámicas a los arcos monumentales que no sean de herradura⁹, como a la comentada negación de posibilidad de uso de otros arcos que no sean ultrasemicirculares en la interpretación de vanos incompletos.

NOTAS

- 1 Véase en DE ARMAS, D., *Livro das fortalezas*, Lisboa, 2006, pp. 42 y 43.
- 2 Tal es el peso de este arquetipo que ha llevado a algún especialista a suponer, en contradicción con los restos materiales, un arco de herradura para esta fachada. Léase en MACIAS, S., *Mértola. O último porto do Mediterrâneo, Volume I*, Mértola, 2005, p. 218. La imagen de la reconstrucción propuesta por este autor se puede ver en el segundo volumen de la misma obra, p. 111.
- 3 Las puertas de la antigua mezquita almohade de Mértola ostentan un acabado superficial idéntico al empleado en la Puerta de la Coracha de la Alcazaba de Badajoz.
- 4 Véase en GARRORENA, F., *Tipos, escenas, monumentos y castillos de Badajoz y de su provincia*, Badajoz, 1929.
- 5 Este esquema geométrico, que relaciona el despiece de las dovelas con el triángulo equilátero inscrito en la circunferencia que define el arco, se ha podido constatar en la arquitectura militar del período omeya en la Puerta del Castillo de Tarifa, puertas del Castillo de Gormaz y Puerta del Río en Vascos. También es evidente en ejemplos posteriores como la Puerta Monáita de Granada.
- 6 Estas cuestiones se tratan ampliamente en MARQUEZ BUENO, S. y GURRIARAN DAZA, P., «Recursos formales y constructivos en la arquitectura militar almohade de al-Andalus», *Arqueología de la Arquitectura*, número 5, Madrid-Vitoria, 2009.
- 7 Léase en VALLEJO TRIANO, A., *Madinat al-Zahra. Guía oficial del conjunto arqueológico*, Sevilla, 2004, pp. 107-112.
- 8 En el extremo oriental del Mediterráneo, el uso del arco rebajado en portadas monumentales de edificios militares, religiosos y civiles se generalizó en el siglo XIII bajo los Selyúcidas. Consúltense en STIERLIN, H., *Turquía, de los Selyúcidas a los Otomanos*, Barcelona 1999, pp. 23-75.
- 9 Tal y como puede leerse en CARRIAZO RUBIO, J. L., CUENCA LOPEZ, J. M., *Huelva, tierra de castillos*, Huelva, 2004, pp. 78 y 79, y en Pavón Maldonado, B., *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas*, Madrid, 1993, p. 82.

BEJA, UNE VILLE PAS COMME LES AUTRES ? CENTRALITE HISTORIQUE ET CENTRALITE FONCTIONNELLE A PARTIR DE LA RECONQUETE

STEPHANE BOISSELLIER*

Beja, tête de pont almohade contre le dynamisme militaire du jeune royaume portugais, au XIIe siècle, est probablement la ville du Gharb al-Andalus la plus marquée par les combats ; le désir des deux belligérants de la conquérir ou de la conserver montre bien son importance géostratégique. Divers indices permettent de suivre le rôle que la ville a joué, à diverses échelles, à partir du milieu du XIIIe siècle. Notre perspective est donc *relationnelle* et non pas monographique. Mais les réflexions sur la place d'une agglomération dans un ensemble à échelle régionale sont souvent abstraites, exprimées notamment en termes d'influence ; heureusement, le concept de « centralité » permet de préciser quelque peu l'approche, en termes de flux, de positions topographiques relatives et de transferts de références (commandements, modèles culturels ou biens matériels) et d'hommes.

En se focalisant sur l'étude d'un système de lieux (improprement qualifié de réseau), on est forcé de prêter beaucoup d'attention aux « effets de système », qui semblent dépasser la volonté humaine et donc s'appliquer mécaniquement. Même une politique systématique, cohérente et totalement centralisée par la monarchie – ce qui n'est pas le cas, même aux XIII-XIVe siècles –, sous forme de concession de chartes municipales (et de foires) et de « fondations » de forteresses ne peut intégrer des lieux dans un système d'ensemble véritablement articulé sur une vaste superficie. Les relations entre habitats et l'identité de chacun d'eux se fondent donc longtemps sur des circonstances locales ; si « réseau » il y a, il existe plus du point de vue de l'observateur que pour les acteurs eux-mêmes. En outre, les rapports politiques et

économiques réels entre habitats sont fondés sur l'usage et ne passent pas forcément par l'écrit ; de ce fait, leur inscription en termes de droit par l'autorité de tutelle, dans les actes qui nous éclairent ces rapports, est simplificatrice, voire déformante.

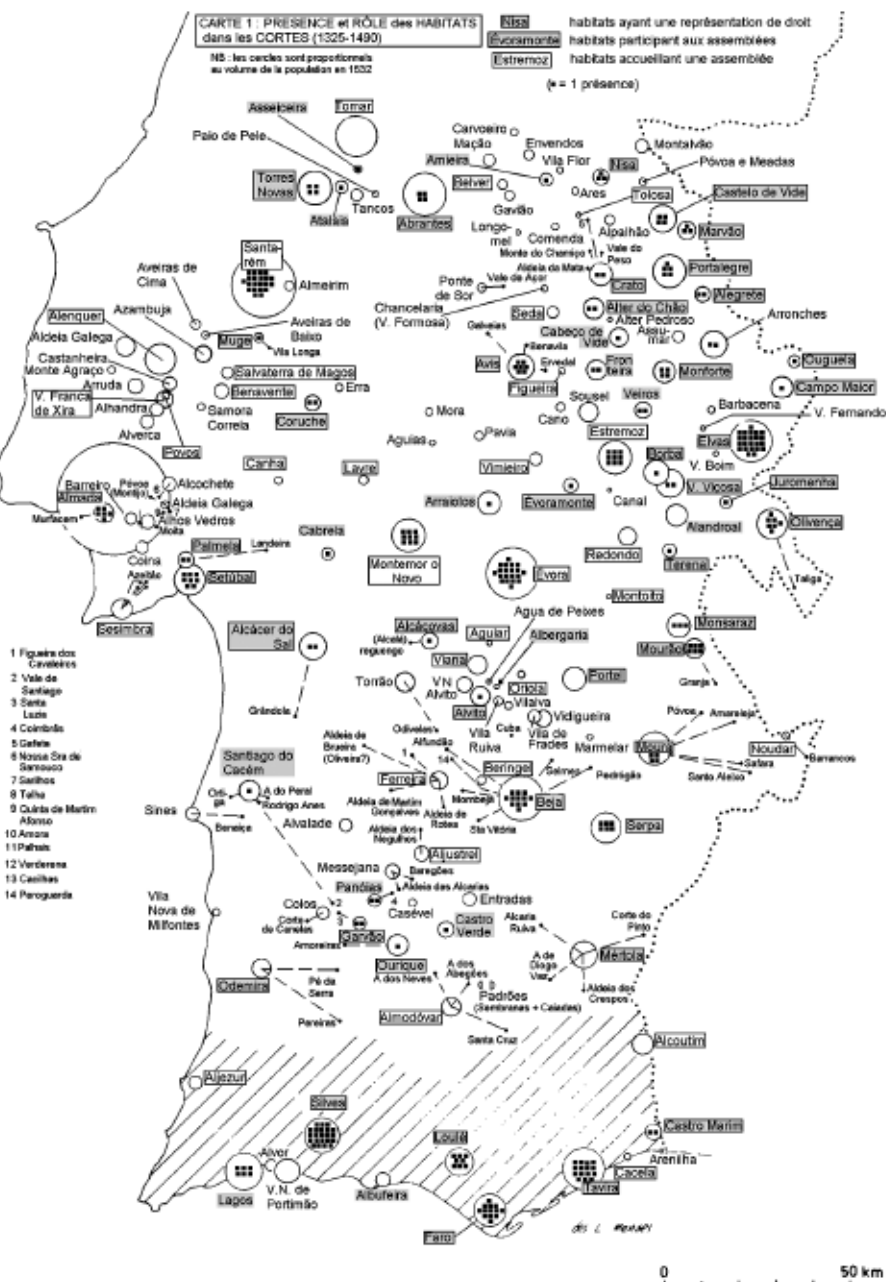
Il faut donc recourir à des indicateurs de centralité (fortification, paroissialité, statut municipal, présence d'institution caritative ou d'un notaire) exprimant les fonctions des habitats qui sont le plus liées aux institutions¹. Plusieurs d'entre eux ne sont pas seulement des indicateurs mais sont des facteurs, i.e. ont un impact direct sur la polarisation de l'espace (fortification, présence et nombre d'églises, marché). La plupart des données utilisées pour évaluer la centralité des habitats nous sont fournies au coup par coup par les actes relatifs à tel ou tel lieu ; mais comme la centralité est une notion relative, il convient de tester la validité des indices en examinant les documents qui les enregistrent systématiquement à un moment donné.

* Université de Poitiers / Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale).

L'URBANITE, INDICE D'UNE CENTRALITE A L'ECHELLE REGIONALE

On admettra en première analyse qu'une ville est un « lieu central » (au sens fonctionnel des géographes) ; l'identification d'une agglomération comme ville constitue une première étape, d'autant plus nécessaire que les critères employés à cet effet permettent d'approcher grossièrement le degré de cette centralité. En effet, l'urbanité n'est pas une réalité irréductible, c'est une notion relative résultant de la conjonction d'un grand nombre de facteurs – trop grand pour qu'ils convergent jamais en un seul seuil véritablement discriminant – qui se combinent dans des « degrés d'urbanité » ; au risque de paraître éluder la question, on ne « définira » la ville que relativement, comme un habitat exerçant une influence sur d'autres habitats. On peut seulement avancer, pour amorcer une définition discriminatoire, que la présence en un lieu de *toutes* les fonctions ayant une *large* influence en-dehors constitue l'indice de la plus forte centralité donc définit le plus sûrement l'urbanité ; il ne suffit donc pas d'être chef-lieu de paroisse et de *concelho* et de posséder un marché pour être une ville. On définira un habitat comme indubitablement urbain s'il est siège d'une circonscription religieuse supra-paroissiale, s'il abrite un organe administratif de niveau régional (*tenencia* militaire, *almoxarifado*, siège d'Ordre militaire, réunion de Cortes) et plusieurs couvents Mendiants, et s'il exerce une polarisation économique forte (par une foire ou un artisanat très spécialisé), tout ceci donnant lieu notamment à une concentration et une utilisation sur place de capitaux² ; un nombre élevé d'habitants (par exemple plus de 500 feux dans le recensement de 1532³) et un gros budget municipal, qui sont largement la conséquence des précédents facteurs, peuvent être considérés comme des indices secondaires. Toutefois, exiger le cumul de la totalité de ces caractères place le seuil d'urbanité un peu haut⁴.

Sur le plan fonctionnel, il existe des organes – qualifiés parfois abusivement de « fonctions » – très spécifiques (Universités, cathédrales), que l'on ne rencontre que dans certaines agglomérations ; mais elles ne définissent évidemment pas un ensemble cohérent de centres : au Portugal, l'unicité du siège de l'Université (à partir de 1288) et la rareté des sièges épiscopaux interdisent d'utiliser la présence/absence de ces institutions comme indicateur d'urbanité ; à ce titre, Beja ne serait pas une ville... La

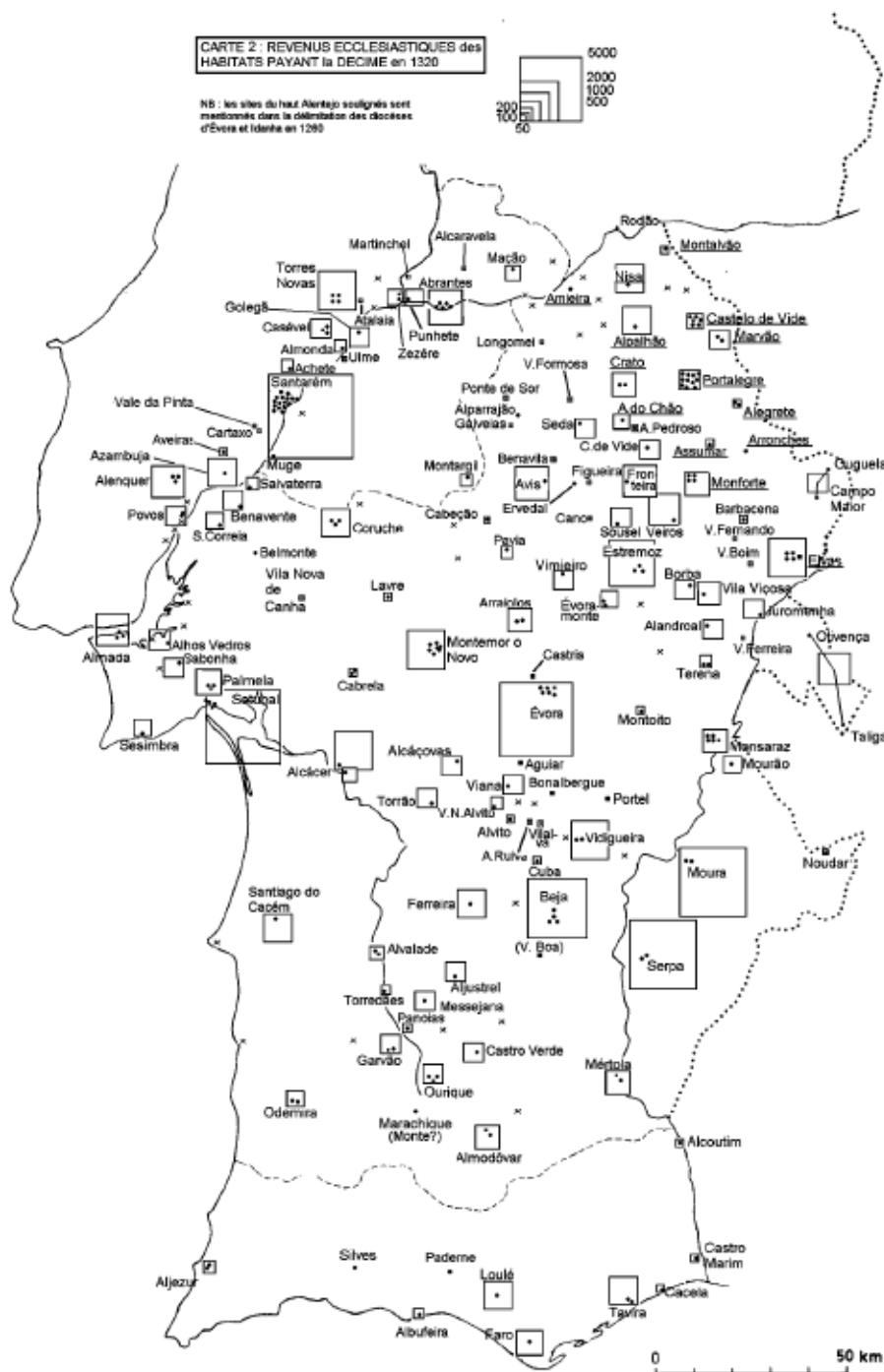


Carte 1 – Présence et rôle des habitats dans les Cortes (1325-1490).

présence de couvents Mendiants, indicateur plus fin, rendu célèbre par une étude de J. Le Goff, ne suffit pas à définir la ville ; certes, il recoupe assez bien la liste des métropoles régionales d'Alentejo les mieux représentées aux Cortes au début du XIV^e siècle, parmi lesquelles figure Beja (en compagnie de Portalegre, Estremoz, Vila

Viçosa, Elvas, Évora, Moura), mais il exclut d'autres centres majeurs. En outre, ces indices indirects évoluent en pertinence, parce qu'ils dépendent d'une multitude de facteurs : au XIV^e siècle, la présence d'une commune institutionnelle juive (à Beja et dans 8 autres villes majeures d'Alentejo) est assez nettement associée à des activités économiques urbaines, tandis que les communes juives du XV^e siècle, multipliées jusqu'à un total de 63 par l'immigration depuis la Castille, ne constituent plus un indicateur d'urbanité⁵.

Faute de posséder systématiquement les indicateurs directs mentionnés précédemment, il nous faudra recourir à des indices plus ténus. Pour déterminer le degré d'urbanité à partir de la seconde moitié du XIV^e siècle, nous partirons de la présence de 55 chefs-lieux de *concelhos* en Cortes (en 1325-1490) (carte 1)⁶, qui nous semble un indice assez pertinent en ce qu'il suppose des moyens financiers importants, la présence de lettrés dans les élites locales – ces deux critères nécessitant une population nombreuse – et des liens serrés avec l'administration centrale⁷ ; en revanche, il est évident que la participation aux Cortes est fortement liée à la tradition juridique, donc à l'ancienneté de l'érection en chef-lieu : en se plaçant vers 1350-1500, c'est l'indicateur d'une situation historique autant que d'un système fonctionnel. Cet indice permet de dégager des catégories, assez bien caractérisées numériquement donc donnant des seuils pas trop arbitraires. Beja appartient au groupe majeur des 3 ou 4 métropoles régionales (avec Évora et Elvas⁸) ayant participé au moins 12 fois aux Cortes ; l'appartenance à cette catégorie fonctionnelle est corroborée par le choix de la plupart de ces villes (plus Setúbal et Estremoz) comme sièges de la principale circonscription découpant le pays, l'*almojarifado*. Ces métropoles devaient un groupe d'une dizaine de villes ayant de 4 à 9 représentations en Cortes (Almada, Setúbal, Avis, Estremoz, Monforte, Montemor, Olivença,



Carte 2 – Revenus ecclésiastiques des habitats payant la decime en 1320.

Mourão, Moura et Serpa) et trois dizaines de chefs-lieux avec 1 à 3 représentations ou un droit de siéger.

Cette hiérarchie est assez bien corrélée par les chiffres d'habitants et par la nomenclature administrative du recensement de 1532, non seulement pour les 3 métropoles régionales (les seules à être qualifiées de *cidade*) mais aussi pour les autres types d'agglomération – dont le détail ne nous importe pas ici. En outre, elle est assez nettement confirmée, mais seulement pour les zones sous juridiction royale (à cause de l'organisation financière particulière des Ordres militaires en commanderies), par les chiffres de la décime de 1320 (carte 2)⁹, malgré les considérables évolutions qui ont affecté la hiérarchie des centres entre-temps. Avec ses quatre collégiales rassemblant quelque 4000£ de revenus, Beja se classe loin derrière Évora (dont les revenus sont faussés par la présence du siège épiscopal) mais devant Elvas et Estremoz, et à peu près à égalité avec Moura et Serpa (auxquelles sont affectés des chiffres conventionnels d'interprétation difficile) – mais il faudra revenir sur la capacité des églises à drainer la richesse locale et à concentrer des revenus à l'échelle supra-locale. Plus systématique est la corrélation apportée par le rôle des contingents d'arbalétriers de 1422 ; ces chiffres ne peuvent pas en être interprétés directement en termes démographiques, mais ils expriment en revanche la connaissance qu'a l'administration militaire royale des capacités et de la centralité des lieux (probablement par des renseignements fournis par les officiers présents sur le terrain). Sur une trentaine de sites alentejans fournissant plus de 20 arbalétriers, Beja, avec 80 hommes, arrive une fois encore derrière Évora (100) mais devant Elvas (70), Setúbal et Almada (60) et Montemor-o-Novo (50) ; même si le groupe des métropoles régionales s'est élargi jusqu'à 6 villes, le trio de tête n'a pas bougé.

En résumé, le cumul d'indices directs et indirects place Beja dans un réseau majeur d'une

dizaine de centres, dont l'urbanité est nettement affirmée dès le XIII^e siècle et perdure ou se renforce au XIV^e : Évora, Beja, Elvas, Montemor, Portalegre, Estremoz, Setúbal, auxquels on joindra Moura et Avis pour leurs fonctions administratives. La morphologie confirme nettement l'urbanité de ces agglomérations ; d'ailleurs, la moitié sont déjà des villes sous l'islam, voire depuis la conquête romaine. Ces métropoles exercent des fonctions de commandement à l'échelle régionale ou infra-régionale, notamment à travers le relais d'une trentaine d'autres « villes », que l'on ne peut qualifier ainsi qu'à travers des indices indirects et la reconstitution morphologique.

LA CENTRALITE DE BEJA, FRUIT D'UNE VOLONTE POLITIQUE EXTERIEURE ?

On ne peut passer sans précaution de l'urbanité à la centralité, comme on l'a trop souvent fait, en abusant de la notion (biologique) de « fonction ». Sur le plan matériel, il existe peu de correspondances évidentes entre l'organisation matérielle d'une ville et ses fonctions supra-locales ; en outre, la centralité est un phénomène fortement historique, i.e. dans lequel l'accumulation du temps crée une force d'inertie.

Il importe de ne pas négliger la volonté des dirigeants. Même si on ignore tout d'une éventuelle expression cartographique du royaume, une conception d'ensemble de l'espace portugais peut exister précocement à la Cour royale. La simple mention d'un lieu dans des documents synthétiques pertinents est parfois très significative. Dès avant l'intégration des lieux dans un ensemble, certains documents sont l'expression assez directe d'une conception hiérarchique des lieux de la part de l'administration centrale ; ce sont de rares « circulaires » adressées à l'ensemble de la région – non pas celles, très nombreuses, dont la formule d'adresse est anonyme, mais celles qui citent nommément quelques lieux. Ainsi, une charte circulaire adressée à ses agents de la région au sud du Tage par le roi Dinis en 1281 est ainsi rédigée « aux *alcaldes*, juges et *alvazis* de Beja, Évora, Elvas et les autres villes d'outre Tage »¹⁰, préfigurant le trio de villes que l'on va retrouver en tête de presque tous les classements fonctionnels ; de même, le préambule d'une charte du roi Duarte ne cite que les villes d'Évora, Beja, Elvas à côté des nombreux « *outros lugares e comarcas d'Antre Tejo e Odiana* » (desquels émane une plainte contre les autorités de Setúbal)¹¹ : la fixité, à un siècle et demi d'intervalle, de ce qui est peut-être devenu une formule de chancellerie montre la stabilité des éléments majeurs du réseau. En outre, l'achèvement d'une conception nationale de l'espace, préalable indispensable à la construction d'une administration territoriale globale, s'observe assez tôt à l'échelon le plus grossier, dans l'apparition des noms des grandes provinces (Entre Tage et Guadiana, Estremadura, « royaume » d'Algarve, Beira...).

Mais la volonté politique, dans un premier temps (jusqu'aux années 1280-1300), ne vise pas directement à mettre en œuvre une conception hiérarchique de l'espace, car il est difficile d'organiser globalement un royaume qui est encore en cours de construction (par la conquête militaire et par la colonisation puis par la définition des frontières), surtout dans la région qui est d'intégration la plus récente. L'octroi d'une

charte municipale est une étape importante de la vie d'une communauté locale, que l'on peut considérer comme une « fondation », au sens politique du terme. L'investissement monarchique est particulièrement important à Beja : d'après la chronique de 1419, qui recense les travaux des rois, le repeuplement de Beja serait la principale œuvre d'Afonso III (avec une espèce de refondation d'Estremoz)¹².

On sait que la charte de Beja, de 1254, est la première au sud du Tage à adopter le type juridique de Coimbra-Lisbonne-Santarém (1179) ; si la charte-mère de Santarém est invoquée dans le texte, il est évident que la référence est juridique, sans lien administratif, car les deux villes sont trop éloignées pour que ces lieux adoptant leur charte aient jamais été dans leur dépendance politique. En revanche, quand Odemira reçoit la charte de Beja, cette dernière ville devient un « chef de sens » ; cette décision, qui fait de Beja une référence juridique, exprime le désir du roi de constituer une zone juridique unifiée contre la principauté santiaguiste du bas Alentejo.

D'une certaine façon, la guerre continue pendant quelques décennies après la fin de la Reconquête, sous forme de rivalités seigneuriales, qui empêchent encore d'organiser une administration systématique du territoire. Beja constitue évidemment une tête de pont monarchique contre le quasi-monopole juridictionnel de l'Ordre militaire de Santiago en bas Alentejo, obtenu dans des conditions troubles sous le règne de Sancho II. Ainsi, les villages santiaguistes de Cabrela, Torrão, Ferreira, Entradas et Padrões doivent être « renforcés » dans la seconde moitié du XIII^e siècle, par une charte ou par une église autonome, pour garantir – ou même étendre – la zone d'influence d'Alcácer, Aljustrel et Mértola (en contraste criant avec l'absence de villages groupés à l'intérieur) contre la forte capacité d'action des chefs-lieux municipaux royaux de Beja et Marachique ; et cette situation n'est pas une hypothèse fondée sur des probabilités topographiques : dès 1254, le roi Afonso III interdit aux autorités municipales de Beja d'envahir les territoires de Mértola, Alcácer et Aljustrel¹³. En 1255, le roi doit trancher les rivalités frontalières mettant en cause les intérêts économiques des mêmes communautés¹⁴ ; cet acte, portant sur le paiement des *montaticum* et *terraticum* relatifs à l'usage des espaces périphériques, est un des plus anciens règlements territoriaux contentieux¹⁵.

Le maintien du rôle géostratégique de Beja contraste avec la perte de sa fonction épiscopale. C'est probablement la volonté des évêques d'Évora, dont le siège est restauré en 1166, qui empêche – fait rarissime – la restauration du siège wisigothique de Beja. L'affaire reste mal connue, mais il semble que le titre de Beja, *diocesis pacensis*, a été « transféré », dans des conditions obscures, à un autre évêché, d'origine unique en son genre (fondation mozarabe, au IX^e siècle), Badajoz ; l'hypothèse d'un oubli de l'épiscopat pré-musulmane de Beja au XIII^e siècle est peu crédible¹⁶. Cela montre en tout cas que les organisations ecclésiastique et civile, depuis la révolution grégorienne, ne sont pas totalement complémentaires.

LA CENTRALITE DE BEJA, DES PROCESSUS POLITIQUES ET ECONOMIQUES ENDOGENES ?

Les décisions politiques ont le mérite d'être explicites, même si leur signification est loin d'être claire ; mais elles marquent une intention, c'est-à-dire un projet, et non pas une réalité. Le dynamisme effectif d'une communauté ne nous apparaît, lui, qu'à travers des indices indirects.

Les communautés locales mènent des actions que l'on peut interpréter dans un sens politique endogène. Ainsi, ces agressions perpétrées par les citoyens de Beja (avec le soutien au moins tacite des autorités municipales), en août 1262, contre le territoire créé dans la zone de Portel, malgré l'octroi par le roi, l'année précédente (c'est-à-dire 3 ans après sa création), d'une immunité solennelle, forçant le seigneur du lieu, João d'Aboim, à accorder l'organisation municipale à son chef-lieu, quelques mois plus tard, pour légitimer son pouvoir¹⁷. En revanche, le dynamisme économique d'une agglomération s'exprime, au Moyen Âge, par des indices trop partiels pour rendre compte d'une relation systémique et surtout trop peu quantifiés pour mesurer finement une position relative au sein du système.

Dans une perspective comparative, on peut tout d'abord s'intéresser à la spécificité des productions ; mais celle-ci n'est attestée que par des sources de type descriptif, donc littéraire. On sait que ce sont les « batailles du blé » salazaristes qui ont fini de transformer en paysage quasi lunaire certaines étendues du bas Alentejo ; l'idéologie a achevé une évolution fondée auparavant sur des égoïsmes financiers. La résistance aux céréales, largement attestée (encore qu'impossible à chiffrer en superficies) par les actes de la pratique jusqu'au milieu du XIV^e siècle, faiblit peut-être ensuite, mais l'image de l'Alentejo comme grenier à blé du Portugal ne prend forme qu'au XVIII^e siècle et n'est une réalité qu'au XIX^e ; en 1416, une description cho-

rographique du Portugal insiste plus sur la qualité des céréales méridionales que sur leur abondance au niveau régional, et c'est probablement la proportion du froment (« *triticum* ») dans l'ensemble des céréales qui fait le plus contraste avec les autres régions (dont l'auteur qualifie les céréales plus génériquement de « *granum* » et « *panis* »)¹⁸. Rappelons aussi qu'à l'époque andalouse, les géographes opposaient Beja d'al-Andalus à Beja du Maghreb (Tunisie) en les appelant respectivement « Beja de l'huile » et « Beja du blé »¹⁹.

Plus significative mais encore plus difficile à apprécier est l'influence commerciale. En tant qu'institution, le marché joue toujours un rôle notable dans la centralité, donc dans la hiérarchisation des habitats. Mais il ne semble pas que les chefs-lieux puissent véritablement imposer aux habitats inorganiques le monopole des échanges sur le marché central, même si c'est le seigneur qui pousse le plus en ce sens pour collecter commodément les taxes commerciales²⁰. En effet, les textes normatifs eux-mêmes prévoient la possibilité de réaliser légalement des échanges de produits locaux hors de tout contrôle public. C'est seulement à partir du XVI^e siècle, après les progrès considérables du fiscalisme qui ont conduit à resserrer le monopole des transactions par les marchés, que les comptabilités publiques nous donnent quelques éléments. Ainsi, on observe dans les comptes de construction de l'église de la Miséricorde de Vila Ruiva une volonté de se fournir dans la zone d'influence d'Évora (à Alvito, Viana...) et de ne pas acheter de matériaux à Beja et même dans le village dépendant de Beja, Cuba, qui est pourtant un centre de poterie²¹ ; on peut voir dans ce fait, en négatif, la forte concentration des échanges par les marchés de la capitale du bas Alentejo.

Le seul affinement possible nous est fourni par l'estimation des revenus ecclésiastiques effectuée en 1320. On a vu que Beja fait partie des villes les mieux pourvues du diocèse d'Évora ;

comme l'essentiel de ces revenus provient du temporel et surtout de la dîme (elle-même assise sur les principaux revenus des producteurs), les chiffres donnent une image assez fiable de la richesse locale. Mais, à Beja, plus que l'activité économique urbaine proprement dite, c'est la capacité des églises du chef-lieu à concentrer les prélèvements effectués sur un vaste territoire qui explique que le montant des revenus soit aussi élevé.

L'historiographie italienne nous a habitués à lire les actes relatifs aux terres périurbaines dans la perspective des élites citadines. À partir des années 1230, l'implantation de monastères septentrionaux comme S. Marie d'Alcobaça et S. Croix de Coimbra dans des lieux récemment conquis (Elvas, Arronches et Beja), non seulement grâce à de grandes donations royales mais aussi par achats et legs pieux de plus modestes parcelles, nous informent largement de l'appropriation de domaines des alentours par les habitants des chefs-lieux. Il reste très difficile de localiser tous les terrains constituant un patrimoine ; cependant, il semble bien que les élites de chaque lieu devenant un centre politique possèdent dans les alentours des biens fonciers assez largement disséminés (tout en résidant au chef-lieu). Au-delà des cas dûment documentés autour de Beja, connus notamment à travers l'organisation des *reguengos* de Beringel et Quintos, c'est le vocabulaire qui nous fournit un indice de la généralité du phénomène d'emprise foncière à partir des chefs-lieux. Au bas Moyen Âge, l'emploi du vocable *aldeia* (< ar. *al-day'a* = domaine foncier), dans un sens administratif plutôt que morphologique, pour désigner un lieu dépendant, est révélateur d'une polarisation primitive des territoires politiques par voie foncière, car c'est ce même vocable qui désigne les domaines des citoyens du chef-lieu municipal dans les plus anciens documents (charte d'Évora).

Mais l'anarchie des opérations de *presuria* et l'envoi de colons par les élites des chefs-lieux militaires pour cultiver leurs biens dans des lieux très éloignés créent des zones foncières sans aucune cohérence économique ; ainsi le *foral* de Beja, en 1254, prévoit que ses citoyens puissent rester propriétaires et résidents d'Évora et Montemor, dont ils sont originaires²². Toutefois, une cohésion économique est rapidement créée, sous l'égide du gouvernement municipal. C'est probablement en rapport avec l'attribution planifiée des biens fonciers qu'apparaissent des lots normalisés comme les *cavalarias*²³ ; on n'en a pas de mentions en Alentejo avant 1232, quoique la façon dont elles sont évoquées et leur nom même impliquent une antériorité, et leur généralisation est peut-être liée au modèle offert par les *repartimientos* castillans. Cette planification par les autorités locales est probablement un des ressorts essentiels de la morphologie aréolaire des finages et de son complément, le groupement des résidences ; en effet, les éléments agricoles de ces lots soigneusement définis semblent se localiser le plus souvent dans les environs assez proches des habitats groupés existants, et surtout ils contribuent à l'agglomération des colons dans les zones en cours d'organisation²⁴.

CENTRALITE LOCALE : DEMOGRAPHIE, CASTRALITE ET STRUCTURE DU PEUPLEMENT

La population, facteur endogène de centralité, mérite un développement spécifique, car la tradition d'histoire démographique nous a trop habitués à une approche purement quantitative, sans prendre en compte les formes du peuplement.

Le seul registre administratif pourvu de véritables données démographiques quantifiées est le recensement de 1532²⁵. Mais, à l'échelle immédiatement péri-locale – pour étudier dans le détail les effets de Beja dans ses environs immédiats –, il n'est pas utilisable²⁶. En revanche, la répartition du nombre des habitants entre chef-lieu et autres habitats du *termo* (quels que soient leur nombre et leur nature) est un indice fiable de la centralité administrative et démographique. En général, les chefs-lieux les plus anciens et ceux qui se sont constitués postérieurement par leur dynamique propre (essentiellement économique) concentrent assez fortement en leur sein la population du territoire qu'ils dirigent, quelle que soit l'importance de cette population. Mais Beja (en compagnie de Serpa) se trouve précisément à la limite, géographique et typologique, d'une sous-région cohérente, le sud-ouest de l'Alentejo, qui échappe à la règle de concentration démographique très nette par les chefs-lieux (ainsi Ferreira, Aljustrel, Odemira, Almodôvar, Ourique, Mértola).

Si les rapports spatiaux purement géométriques, même en y intégrant la polarisation, sont indéniablement des éléments de longue durée – puisque le réseau d'habitats directeurs est rapidement créé, et l'organisation administrative est conservatrice –, le nombre des hommes en 1532 peut être le fruit d'évolutions récentes ; il convient d'examiner les chiffres absolus avec prudence. Si le *concelho* de Beja arrive en 2^e place de la *comarca* d'Entre Tage et Guadiana (derrière Évora), avec 2811 feux, appartenant (avec Elvas) au trio nettement détaché des *concelhos* ayant plus de 2000 feux, la ville elle-même n'est que 5^e par sa population, avec 1205 feux²⁷. Mais cela ne signifie pas, bien au contraire, que sa centralité soit plus faible, car tout dépend de la position géographique et du degré d'agglomération des habitats dans les environs. L'absence de concurrence par des gros habitats alentour est un atout pour exercer une centralité à échelle régionale.

Passons maintenant aux critères qualitatifs, plus nombreux mais moins fins. Un premier facteur à prendre en compte est la présence (et la nature matérielle) d'une fortification. La polarisation progressive de l'époque coloniale se fonde sur un instrument matériel, une fortification communautaire à laquelle sont assignées des fonctions de prédation. La fortification de l'habitat est donc un facteur de centralité, mais, en tant que telle, elle ne peut organiser un vaste espace en profondeur²⁸ ; plus précisément, elle n'est qu'indirectement un facteur d'organisation, en tant qu'instrument du dynamisme militaire d'une communauté.

Avant le début du XIV^e siècle, la présence d'une enceinte plus ou moins résistante a des effets avant tout locaux (formation d'un territoire municipal, sous la forme d'une « aire de prédation »). L'opposition *vila/termo* est un élément même de l'organisation municipale primitive ; dans les chefs-lieux fortifiés, c'est-à-dire dans presque tous les chefs-lieux de la Reconquête, la résidence à l'intérieur de l'enceinte est un facteur

social discriminant, et la conception de l'espace local s'en ressent : tout ce qui est *extra muros*, depuis les faubourgs jusqu'aux limites du territoire politique relève uniformément du *terminum*. Même s'il ne s'arrête plus aussi nettement sur les murailles, au bas Moyen Âge, le sentiment de supériorité que procure aux élites la résidence dans la *vila* reste fort par rapport aux habitants du *termo* ; un exemple parmi beaucoup d'autres est le refus des élites de Beja, aux Cortes d'Évora de 1436, d'appliquer les mêmes règles de récolte des olives que dans la *comarca* – et le ton du récit exprime l'assimilation entre résidence « urbaine » et supériorité sociale²⁹. La fortification de l'habitat implique donc une conception dualiste de la société.

Sur la trentaine de chefs-lieux moteurs de la Reconquête, qu'ils soient des centres urbains ou des *castra* militaires plus réduits, presque tous étaient déjà fortifiés sous l'Islam, Beja y compris. La fortification des grandes agglomérations est indispensable en temps de guerre, pour des raisons stratégiques, et elle exprime alors avant tout la capacité militaire de la communauté locale. Mais la paix change tout : les seigneurs se méfient de leurs propres hommes quand ceux-ci sont trop bien armés et trop dynamiques – même sans constituer une élite héréditaire. Il faut donc faire une place particulière au rôle du donjon, qui est complexe. La plupart des donjons auxquels on puisse assigner une chronologie fine sont attribués au règne du roi Dinis, à qui l'on prête beaucoup ; ils sont au moins très clairement des donjons gothiques des XIV-début XVe siècles. Le nom portugais – il n'apparaît jamais dans les documents en latin – est « tour de l'hommage », ce qui indique qu'il est l'élément de fortification le plus lié à l'exercice du pouvoir banal ; de fait, sa localisation la plus fréquente est sur la partie du mur de la citadelle donnant vers l'intérieur du *castrum*, ce qui permet de surplomber l'habitat³⁰. Cette morphologie induit une fonction de surveillance de la

population. Au bas Moyen Âge, tout atteste que le donjon a acquis une fonction résidentielle³¹, mais les énormes donjons de Beja et Estremoz assurent cette fonction dès la fin du XIII^e siècle³².

Quand on passe de la phase de prédation à la phase d'administration, l'association entre *castrum* et territoire environnant devient moins dissymétrique et s'enrichit fonctionnellement (par le développement d'activités productives et d'institutions propres dans les villages dépendants du chef-lieu) ; ce n'est plus seulement en tant que lieu le mieux fortifié mais en tant que « centre » fonctionnel que le chef-lieu pèse. D'ailleurs, le rôle militaire de Beja évolue forcément ; à partir de la première moitié du XIV^e siècle, la ville perd son rôle de fortification majeure avec l'intégration d'une majorité des *castra* dans un véritable réseau militaire hiérarchisé, conçu globalement par la monarchie³³, et surtout avec l'orientation de ce réseau vers les « nouvelles frontières » que constituent la côte d'Algarve, soumise à la piraterie maghrébine et grenadine, et la longue limite avec le voisin castillan.

Les rapports de Beja avec son environnement immédiat s'expriment d'abord par la façon dont la ville a constitué son *termo*. Les zones castrales méridionales primitives (municipales ou non) délimitées arbitrairement par le seigneur et/ou polarisées militairement, comme celle de Beja, sont comparables en taille aux anciennes *civitates* de la région au nord du Mondego ; mais, contrairement à celles-ci, elles n'ont pas le temps d'atteindre la définition linéaire durable d'un véritable territoire, car elles sont concurrencées par les zones juridictionnelles de plus faible taille qui sont polarisées à leurs marges à partir de *castra* (ou de simples chefs-lieux de paroisse) plus nombreux, comme le territoire-paroisse de S. Cucufat. Le terme médiéval de l'évolution est bien éclairé par le recensement de 1532 : Beja a (comme Santiago do Cacém) un territoire municipal primitif immense, englobant de nombreux

villages et hameaux et à peine entamé à son pourtour³⁴. Certes, il y a eu tout de même des démembrements, liés à la concurrence politique ou appuyés sur l'organisation religieuse – et on a déjà cité le cas de Portel. Dès 1255, la communauté des « *vicini et moratores* » de Torrão intervient en tant qu'entité légale, aux côtés des municipes de plein droit (pourvus d'une charte et d'un territoire défini) de Mértola et Aljustrel, dans un conflit frontalier au sujet du compascuage avec le *concelho* voisin de Beja³⁵. En 1261, le « *terminum* » assigné à l'église de Beringel correspond évidemment au territoire politique qui a été prélevé dans le *termo* de Beja dans les années précédentes³⁶.

C'est avant tout la nature du peuplement qui explique la grande résistance aux démembrements périphériques du territoire primitif : la dispersion relative est forte autour de Beja, et la présence même de la ville renforce le phénomène. Cette dispersion des hommes au plus près de leurs terres³⁷ devrait atteindre en priorité les habitats ayant le plus grossi, puisque leur périphérie agricole doit s'élargir en proportion jusqu'à imposer des distances intenable ; mais la force polarisatrice de ces centres est telle qu'elle maintient dans un état de grande dispersion les exploitants qui ont migré et ceci dans un rayon de plusieurs km.

Pour évaluer cette dispersion, les seuls indices systématiques anciens sur lesquels on puisse se fonder sont indirects et assez impressionnistes³⁸ ; il faut donc partir du recensement de 1532 et de la toponymie. Au sud d'une ligne Sines-Beja-Serpa et jusqu'au *barrocal* d'Algarve, où abondent les mentions d'*alcaria* et les anthrotoponymes, l'habitat dispersé est dominant en nombre d'habitants, montrant les liens de ces hameaux avec le cadre domanial. La dispersion spécifique en bas Alentejo doit être mise, sans nul doute, en rapport avec une continuité de l'organisation andalouse du peuplement.

En effet, quand les territoires des villages secondaires sont précocément définis, il apparaît sur leur périmètre des résidences isolées, qui sont au moins contemporaines si ce n'est antérieures à l'agglomération ; et parfois, ces résidences, signalées comme ruines ou comme « vieux casaux », sont manifestement des victimes du nouvel habitat. C'est le cas, en nous limitant aux plus anciennes occurrences, sur le périmètre du territoire de Beringel, en 1263, dans la région au nord de Beja, où plusieurs autres mentions attestent qu'il existe un peuplement nettement dispersé³⁹. On peut aussi signaler le cas, également très mal connu, de certaines structures « horizontales » qui n'apportent pas une véritable défense à une résidence mais isolent et protègent un groupe de bâtiments ; il s'agit des *cortes* (et peut-être aussi des *currais*⁴⁰), que l'on aperçoit toujours en situation d'isolement et de fort éloignement des chefs-lieux – peut-être parce qu'elles sont signalées seulement dans les démarcations territoriales, comme éléments marquants du paysage –, et qui se situent presque toutes dans la moitié sud de l'Alentejo⁴¹.

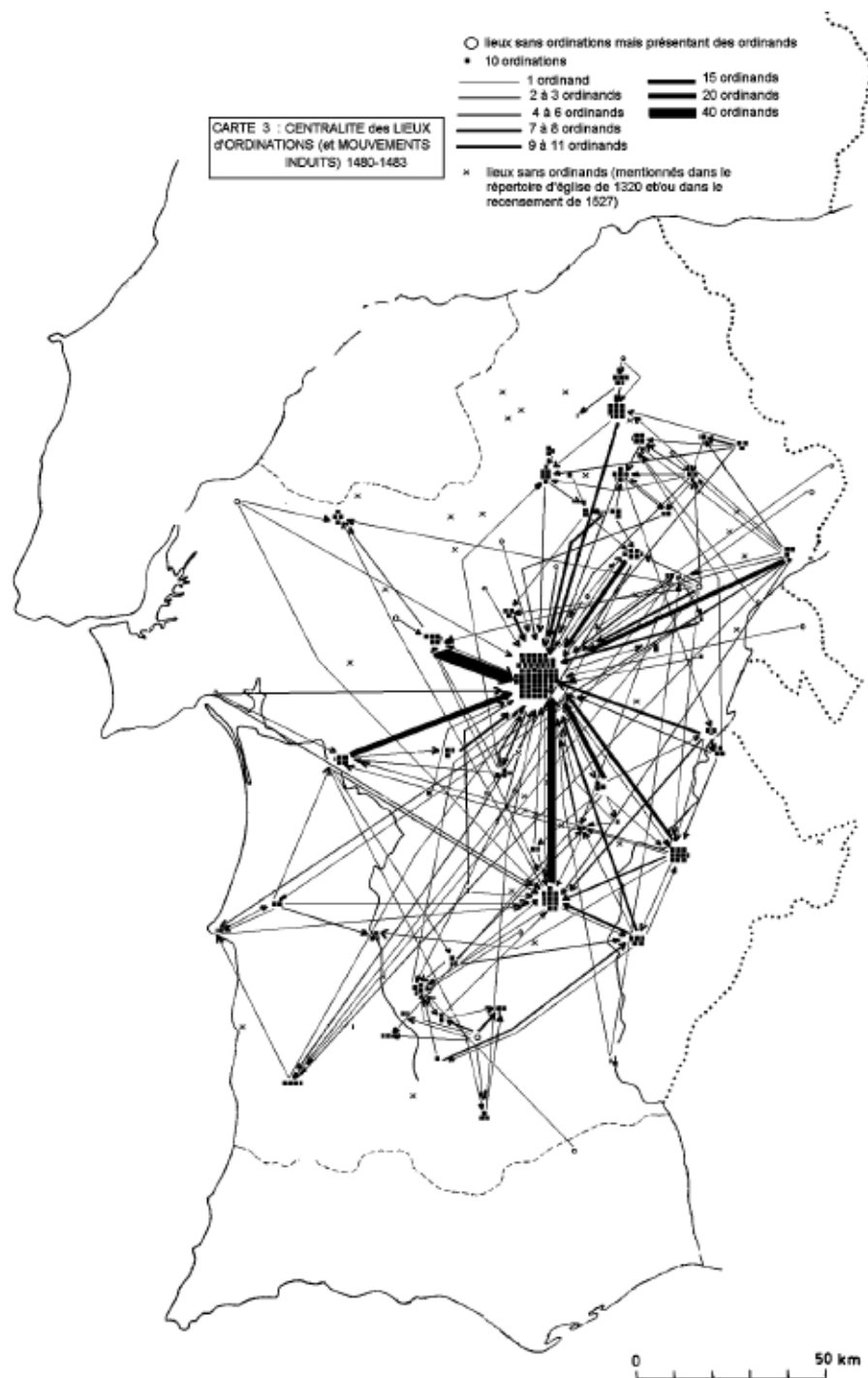
La dispersion est à mettre en rapport avec la structure foncière issue d'une colonisation peu contrôlée (cf *supra*). Au sud de Beja, la toponymie médiévale, largement fondée sur des anthroponymes, atteste l'importance des domaines fonciers comme cadres de « rassemblement » des hommes (en hameaux ou zones d'exploitations séparées) ; malgré l'indigence de la documentation de la Reconquête dans cette zone, il semble que ces domaines soient originels, car ils sont quasiment absents de la documentation émanant du processus de création de domaines nobles à partir des

années 1350, et la faiblesse des effectifs coloniaux rend vraisemblable un processus d'appropriation individuelle de vastes étendues postérieurement « remplies » par croissance démographique.

LA CAUSE ET L'EFFET : CENTRALITE ET POSITION DANS LE RESEAU ROUTIER

La position de Beja au sein du réseau viarie est un autre facteur, mais d'interprétation plus délicate qu'on ne le pense. Les confronts assignés au *cautum* de Beringel, en 1263⁴², nous donnent une bonne image de la hiérarchie (à 3 ou 4 niveaux) et donc de la spécialisation des voies qui irriguent l'espace autour de Beja, avec une « *via publica que venit de Ulixbone ad Begiam* » (sur le tracé de la voie antique par Torrão et Salacia/Alcácer de l'itinéraire d'Antonin), une « *via que venit de Ferreyra ad Begiam* » (tracé direct évitant le détour, par l'actuel village de Peroguarda, qu'impliquerait l'usage de la voie antique), et une « *via que venit de Biringel ad Begiam* » (de même rang que la précédente mais probablement embranchée sur elle, car leur écart d'angle au départ de Beja est très faible) ; on peut évidemment ajouter à ces trois types de voies les nombreux chemins reliant la ville à ses alentours immédiats (attestés par une documentation plus tardive et dispersée). Avec un réseau routier à quatre niveaux (au moins), Beja est évidemment une destination majeure à l'échelle régionale – et l'on voit bien que c'est plus la ville qui crée la route que l'inverse.

On peut mettre certains flux d'hommes en rapport avec la position de carrefour – de *hub*, dirait-on actuellement, de façon peut-être plus exacte car moins statique et moins déterministe que la notion de « carrefour ». En 1480-1483, le matricule des ordinations réalisées par l'évêque d'Évora⁴³ nous fournit une base numérique acceptable (2052 ordinands dont la résidence est citée sur 2195), quoique évidemment réduite au seul diocèse. La hiérarchie qui s'en dégage est donc intra-régionale. Les « lieux » fournissant des candidats sont au nombre de 112. Les catégories dégagées par les participations aux Cortes sont confirmées mais élargies : on perçoit un réseau majeur de 10 villes, parmi lesquelles figure



Carte 3 – Centralité des lieux d'ordinations (et mouvements induits) 1480-1483.

Beja⁴⁴, et un réseau secondaire de 14 bourgs⁴⁵. Beja, avec 108 candidats, arrive loin derrière Évora (272) ; son égalité avec Moura (110) peut être seulement conjoncturelle, mais le fait qu'elle dépasse nettement les principales autres villes d'Alentejo (Elvas 66, Estremoz 68⁴⁶) et qu'elle écrase les autres agglomérations importantes directement concurrentes en bas Alentejo (Serpa 55, Santiago do Cacém 23, Odemira 30, Aljustrel 30, Mértola 15) est significatif.

Ce document nous fournit aussi une image de la centralité des lieux du diocèse d'Évora, puisque les ordinations ne sont effectuées que dans certaines agglomérations, au nombre de 54, où affluent des candidat (carte 3). Si l'évêque a dû s'arrêter dans 54 sites, c'est que la centralité de chaque lieu d'ordinations est assez faible, particulièrement en bas Alentejo (arrêts dans les villages proches de Colos et Entradas). On a donc une notable introversion des chefs-lieux, particulièrement en bas Alentejo au sud de Beja (en relation avec la forte capacité polarisatrice des rares villes de cette zone).

La nature ecclésiastique de l'action à l'origine de cette géographie administrative explique en partie la sur-représentation d'Évora comme lieu d'ordination (574, soit plus d'1/4 des ordinations) ; en tant que siège de l'évêché, sa centralité dans l'administration religieuse est extrême. Mais la centralité d'Évora est plus globale, et les occasions de s'y rendre, parfois depuis fort loin, sont nombreuses ; les parents des ordinands peuvent donc combiner la présentation de leur fils avec d'autres opérations, commerciales ou administratives. Beja est en situation intermédiaire : à l'exception de l'habituel flux notable vers Évora (26 candidats, soit un quart de ses effectifs), ses 108 ordinands sont presque tous ordonnés sur place ; on peut parler d'introversion propre à une ville capitale, qui se suffit à elle-même. Surtout, sa centralité est plus que périphérique : elle reçoit des flux notables des principales villes proches (Serpa 7 candidats

[presque autant qu'à Évora], Moura 4 et Monsaraz 4) ; avec 118 ordinations effectuées dans la ville, elle arrive en 2^e place – certes très loin derrière Évora, mais nettement devant toutes les autres villes d'Alentejo (sauf Moura 97) –, et elle réussit à attirer 39 ordinands de l'extérieur⁴⁷.

Mais on peut formuler quelques nuances à cette image d'une capitale sub-régionale (du bas Alentejo) incontestée :

- ses ordinands à Évora constituent un des flux les plus massifs vers la capitale diocésaine, marquant une dépendance ;
- les flux depuis les principales villes de sa couronne proche (Vidigueira, Aljustrel, Messejana, Cuba) sont faibles ;
- son attractivité sur sa périphérie lointaine (vers le sud et l'ouest), notamment sur le très bas Alentejo, est quasiment nulle (vaincue y compris par Serpa) ;
- même son attraction sur les villes du bas Guadiana est victorieusement concurrencée (en « épaisseur » des flux) par Évora, sauf dans le cas de Serpa (pour lequel joue le plus nettement l'« effet distance ») ;
- les deux principaux centres à peu près à mi-chemin entre Évora et Beja (Portel et Alcácer) sont totalement dans l'orbite de la première.

C'est avec ces déplacements que l'on mesure le mieux l'effet d'éloignement qui affaiblit la centralité de Beja, à la fois dans l'absolu et en rapport avec la structure du peuplement. Beja, « décalée » vers le nord-est, alors que sa vocation est de commander au sud-ouest de l'Alentejo⁴⁸, doit vaincre une distance souvent supérieure à 100 km pour exercer son influence ; la présence de l'évêque dans les « lieux centraux » les plus périphériques du bas Alentejo (Santiago do Cacém, Odemira, Almodôvar et Mértola) suffit à décourager les circulations lointaines.

LIEUX DE CULTE ET CENTRALITE

Les églises locales constituent un indice privilégié de centralité, dans la mesure où, jusqu'à ce que les habitats s'intègrent dans une hiérarchie civile claire avec une titulature fixe, les lieux de culte ont un véritable statut relatif qui les intègre dans une hiérarchie théoriquement rigoureuse (s'exprimant par des vocables uniformisés) et à plusieurs niveaux⁴⁹. Les registres systématiques d'églises locales avec leurs revenus sont donc une source pertinente dans une perspective relationnelle⁵⁰. Mais c'est la hiérarchie religieuse concrète qu'il convient maintenant d'observer, dans la mesure où elle agit essentiellement à l'échelle du *termo*,

Dans un contexte de croissance démographique, la fondation de nouveaux temples correspond à l'apparition de lieux habités là où il n'y avait rien ; si les patrons et recteurs des églises déjà existantes peuvent estimer que la multiplication de leurs fidèles doit leur profiter quand elle se produit dans les habitats déjà liés à leur église, il leur est plus difficile de revendiquer une juridiction dans les nouveaux habitats, d'autant

plus que leurs fondateurs savent présenter aux évêques les peines et les mérites de l'humanisation d'un lieu. C'est évidemment quand un nouvel habitat est lié à la création d'une nouvelle seigneurie différenciée de celles déjà existantes, c'est-à-dire dans un territoire qui vient d'être conquis « au-delà » du front ou qui est détaché d'une juridiction antérieure, que l'on perçoit le mieux l'enjeu de l'autonomie, notamment le fait qu'elle soit difficilement évitable ; la traduction documentaire du processus est généralement un accord de partage des revenus avec l'évêque, mais aussi, plus rarement, une tractation avec une église plus ancienne ayant réussi à faire valoir une juridiction sur la nouvelle église : c'est le cas de la collégiale S. Marie de Beja, qui réussit à obtenir, en partage avec le prieuré canonial de S. Cucufate, une part des dîmes de la « chapelle » de Cuba, en 1259⁵¹.

On a d'autres preuves de la facile domination qu'exerce Beja sur ses environs, sur le plan ecclésiastique. Ainsi, quand la seigneurie exercée sur les lieux périphériques se fonde surtout sur l'organisation religieuse, elle n'aboutit pas à un véritable démembrement. On peut noter ainsi l'émancipation incomplète de la zone de São Cucufate, à partir de 1255, sur un temps bref et dans une zone dont l'organisation est récente et mal éclairée⁵². S'il n'est pas sûr que le territoire assigné à la paroisse se conforme exactement à la zone banale définie l'année précédente (future Vila de Frades, donnée aux chanoines réguliers de S. Vincent de Lisbonne), on peut au moins observer :

- a) que les limites semblent taillées assez arbitrairement (sauf la volonté manifeste d'inclure l'*aldeia* de Cuba),
- b) que le véritable « centre » se situe à Vidigueira,
- c) que ce territoire ne se perpétue pas immédiatement dans un *termo* politique⁵³, car il est trop arbitraire et déterminé trop précocement dans le processus de peuplement.

En fait, les plus importantes églises, les quelque 44 collégiales repérables dans le rôle de décime de 1320, sont étroitement liées, par leur localisation et leur chronologie, aux principaux chefs-lieux politiques et aux seigneurs qui les gouvernent. Ce que l'on perçoit le mieux est leur rôle « colonial » de mise en valeur et de drainage de la richesse au profit du chef-lieu, à l'image des monastères bénédictins dans d'autres régions ; le cas de S. Marie de Beja, fondée comme collégiale vers 1250, est heureusement connu, grâce à la conservation de ses plus anciennes archives (dans le chartrier de l'Ordre d'Avis, qui en exerce le patronage)⁵⁴.

Dans ce registre, on observe que les principales villes ou les plus anciennes ont plusieurs églises, et que celles-ci sont généralement des collégiales ; c'est le cas de Beja – en compagnie d'agglomérations aussi importantes que Montemor, Évora, Elvas ou Palmela –, avec ses quatre collégiales consacrées à Marie, Jean, Jacques et au Sauveur. Ces sites ont donc réussi à conserver dans leurs murs la desserte religieuse de leurs environs, en défendant leurs fonctions paroissiales contre les chapelles du plat pays, et en gonflant le personnel de leurs églises. Concrètement, quand la force juridictionnelle et économique d'un site est grande, les habitants des alentours sont

contraints de recourir à la *cura animarum* d'un « chef-lieu » paroissial et donc de lui payer la dîme, ce qui permet d'y multiplier les prébendes. Même si elle obéit à logiques propres, l'organisation ecclésiologique a donc des effets financiers qui affectent tout l'équilibre économique : comme dans les *concelhos* de Moura, Serpa, Montemor-o-Novo ou même Évora, les exploitants agricoles des hameaux (Selmes, Mombeja, Peroguarda, Cuba⁵⁵...) et des zones d'habitat encore plus dispersé au sud de Beja contribuent à la richesse des églises du chef-lieu, et celle-ci irrigue à son tour les activités proprement citadines, notamment à travers la consommation de luxe des prébendiers. C'est seulement la présence des chanoines de St Vincent de Lisbonne dans leur prieuré de S. Cucufat qui a permis d'implanter à Vidigueira une église paroissiale (St Pierre), financièrement autonome, laquelle soustrait des revenus considérables (2260£) à la concentration financière de Beja.

Quand il y a plusieurs églises anciennes dans un chef-lieu municipal, il a même pu se produire un phénomène de subdivision en « quartiers d'orange », i.e. en zones mitoyennes partant du centre du chef-lieu et couvrant la totalité du territoire politique (avec des limites sortant du tissu urbain et prolongeant dans la campagne, jusqu'à l'extrémité du *termo*, la répartition des habitants du chef-lieu entre les différentes églises) ; c'est le cas à Beja, dont le *termo* est découpé en quatre « quartiers » paroissiaux en 1300⁵⁶.

VOLONTARISME ET PESANTEURS : LA CENTRALITE ADMINISTRATIVE CIVILE

Les indices d'urbanité donnent à Beja une position dont on a du mal à préciser les effets concrets, notamment à l'échelle régionale. Heureusement, à partir du début du XIV^e siècle, l'inclusion de la majorité des lieux déjà centraux dans l'administration directe de la monarchie

(concrètement dans des institutions, fiscale, judiciaire et même militaire, couvrant le territoire du royaume en continu⁵⁷) permet à une autorité unique d'uniformiser les facteurs de hiérarchie. La codification fortement centralisatrice des Ordonnances d'Alphonse V, au début du XVe siècle, nous offre déjà un organigramme remarquablement complet, quoique probablement un peu théorique, de toutes les fonctions publiques, depuis les offices municipaux jusqu'aux services de la Cour ; on y observe que les offices locaux obéissent à une spécialisation fonctionnelle avancée (juges ordinaires, des orphelins, des impôts royaux...). A partir de la réforme des *forais* mise en œuvre au début du XVIe siècle par le roi Manuel I, la présence de ces officiers plus ou moins spécialisés mais aussi le nombre et les attributions des notaires, le nombre de conseillers municipaux (*vereadores*)... seront utilisés par les services monarchiques d'Ancien Régime⁵⁸ pour réaliser une hiérarchie fine des communautés d'habitants⁵⁹.

L'image que l'on obtient à travers ces classifications juridiques implique des processus de centralité concrets, non plus seulement à l'échelle locale – qui a présidé à nos observations des paragraphes précédents – mais surtout à l'échelle régionale⁶⁰.

Dans la région que nous étudions, où la concentration des fonctions de commandement est forte car inversement proportionnelle (ou un peu plus) à la dispersion de l'habitat, l'atome administratif n'est pas facile à discerner ; il semble que les monarques aient choisi logiquement la plus petite unité (de type paroissial) pour fonder un strict encadrement centralisé des hommes⁶¹. En 1340, le règlement de l'office des *corregedores*, ces fers de lance de l'uniformisation centralisatrice monarchique, stipule que les bases mêmes du gouvernement des hommes, c'est-à-dire le nombre des sujets et l'ordre public, doivent être gérés au niveau de la *fre-guesia*, en préposant deux bonshommes (qua-

lifiés de *vedores* puis *vintaneiros*) à cet effet⁶² : l'unité de base de l'administration ne détient donc pas par elle-même de fonctions coercitives et symboliques, mais elle collecte l'information qui sera traitée en termes d'actions par les instances immédiatement supérieures.

Même si le maillage administratif prend largement en compte les situations concrètes (poids démographique des habitats, niveau de spécialisation du marché local) ainsi que le passé, les choix qui sont faits pour constituer une couverture systématique de l'espace intègrent fatalement la localisation « géométrique » (un ensemble de distances), au moins pour les pôles supérieurs du réseau⁶³. Ainsi, Beja, sans concurrent et en position assez centrale en bas Alentejo, organise le plus vaste et le plus homogène des *almoxarifados* du royaume – son contenu nous est heureusement connu pour l'année 1443 – ; vers le nord, où sa limite est le moins « naturelle », sa juridiction a été fixée géométriquement jusqu'à mi-chemin d'Évora⁶⁴.

Le maillage territorial fonctionnel s'observe surtout « par le haut », à travers ses lieux de commandement, ce qui est un exact reflet, mais dans le seul domaine administratif, des divers niveaux de centralité évoqués précédemment ; le choix de ces lieux comme capitales administratives, à une date où le réseau de peuplement est bien assis, prouve amplement la grande continuité des lieux centraux (quand ils sont définis comme tels par des fonctions politiques). De la même façon que plusieurs grandes villes se maintiennent en tant que telles depuis leur fondation romaine ou andalouse, les investissements consentis dans les habitats issus de la colonisation sont ensuite opiniâtrement répétés au même endroit ; entre la répartition des notaires royaux en 1290, celle des contingents d'arbalétriers et celle des sièges d'*almoxarifado* et *frontarias* (sièges militaires) du XVe siècle⁶⁵, on observe non seulement une remarquable continuité mais aussi progression, allant d'un simple contrôle politique à une administration organique, fruit d'un effet cumulatif. On a d'ailleurs noté précédemment que le seuil de centralité qui se dégage le plus clairement des sources sérielles est celui qui définit les métropoles de niveau régional. L'intervention politique, conférant une très grande force d'inertie à la hiérarchie des lieux, constitue donc un facteur majeur (le facteur historique) ; et l'attribution systématique de fonctions dans le cadre d'une administration monarchique d'ensemble finit de cristalliser la hiérarchie politique. A son tour, la présence dans une « capitale » d'un personnel administratif (et des flux financiers et des personnels – pour accéder aux services – induits) suscite des activités développant la richesse et, dans une moindre mesure, la population ; la centralité administrative est donc surdéterminée.

Le volontarisme de l'organisateur du réseau, la monarchie, s'exerce surtout dans le choix des lieux majeurs (du point de vue militaire, judiciaire et fiscal) et s'observe essentiellement à travers l'octroi de titres (« cité », « ville notable ») qui sont autant de promotions honorifiques, tandis que la trame la plus dense du réseau est constituée de lieux qui s'y intègrent « en l'état », et dont le statut dépendra pendant longtemps encore de la centralité qu'ils avaient acquise auparavant. Une administration territoriale d'ensemble constitue simplement l'ajout d'une « couche » fonctionnelle directrice au-dessus d'une pyramide hiérarchique constituée plus ou moins empiriquement. Les

monarques sont contraints de cristalliser cette hiérarchie, parce que la stabilité facilite l'administration. Ce sont donc bien les situations observées antérieurement, au coup par coup, de dispersion du peuplement ou de centralité économique, datant des premières décennies après la Reconquête, qui expliquent le poids de Beja en bas Alentejo.

CONCLUSION

Faute de sources adéquates, on mesure bien la fragilité des propositions qui précèdent ; si les formes de domination de la ville sur son territoire juridictionnel propre sont perceptibles, l'influence de Beja à l'échelle du bas Alentejo, notamment à travers des villes secondaires qui en seraient des relais privilégiés, continue à nous échapper. Dans ces conditions, il faut étudier un grand nombre de cas, à partir d'une documentation beaucoup moins sérieuse, pour recouper les propositions de classement et de discrimination que l'on vient d'avancer ; peut-être même serait-il plus prudent de considérer que les tendances dégagées à partir des registres systématiques constituent la *confirmation* éventuelle et non la base de départ de cette étude.

NOTAS

- 1 Voir les remarques théoriques de GUERREAU (Alain) : *L'avenir d'un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXI^e siècle ?* Paris. 2001, pp. 173-189 sur le choix et l'usage d'indicateurs. Une réflexion critique plus concrète et présentant quelques exemples pour le domaine ibérique se trouvera dans MENJOT (Denis) : « La urbanización fronteriza en la Corona de Castilla en la Edad Media : primeros enfoques » in *Estudios de frontera. II Actividad y vida en la Frontera*. Congreso celebrado en Alcalá la Real del 19 al 22 de noviembre de 1997. Jaén. 1998, pp. 575-582.
- 2 La polarisation religieuse provoquée par les pèlerinages ne peut être prise en compte, car elle est liée à un « objet » sacré dont la localisation reste fortuite.
- 3 Voir éd. de FREIRE (Anselmo Braamcamp) : « Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI século », in *Arquivo histórico português* IV. Lisboa. 1906, pp. 93-105, 330-363.
- 4 On trouvera un intéressant essai de définition et de classement des centres urbains à l'échelle du royaume dans MATTOSO (José) : *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Volume II – *composição* (coll. « Imprensa universitária » 46). Editorial Estampa. Lisboa. 1988 (3^e éd.), p. 250, dont les critères sont à comparer avec ceux que nous intégrons dans le tableau 3 de BOISSELLIER (Stéphane) : *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XII^e – XV^e siècles*. Centro cultural Calouste Gulbenkian. Paris. 2003.
- 5 Données et cartographie commodément rassemblées dans MARQUES (A. H. de Oliveira) : *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (« Nova história de Portugal » vol. IV). Editorial Presença. Lisboa. 1987, pp. 35-39.
- 6 Cette étude se fonde sur les données fournies par SOUSA (Armando de) : *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. INIC. Porto. 1990 (2 vol.) ; on trouvera dans cet ouvrage les éléments de compréhension et de critique de la documentation relative aux Cortes. L'auteur réalise un commentaire de la répartition spatiale des chefs-lieux (pp. 189-206), mais son cadre de réflexion est le royaume, et il vise surtout à établir la représentativité par rapport au volume de la population. Nous suivons l'auteur quand il interprète (pp. 133-135 et 189-194) le célèbre dessin de la salle de réunion (en 1481-1482) comme exprimant l'institutionnalisation de la participation

des chefs-lieux, concrétisant notamment les expressions génériques « cités et villes qui viennent habituellement aux Cortes » et « lieux qui ont leur place (*assentamento*) aux Cortes ».

- 7 Le nombre de rassemblements des Cortes dans un lieu est peu significatif ; dans un pays de plus en plus « centré » par Lisbonne, ce sont les villes importantes point trop éloignées de la capitale qui accueillent régulièrement les rassemblements (Coimbra, Santarém, Évora), et le choix d'autres lieux est occasionnel, quoique obéissant aussi principalement au critère de proximité : dans notre zone, il concerne des villes certes notables (Montemor et Estremoz) mais qui ne sont pas les plus importantes fonctionnellement et se caractérisent surtout par leur localisation (au centre de la région et en liaison facile avec le reste du pays), ce qui explique le choix d'une bourgade comme Viana. De ce fait, Beja est exclue.
- 8 On peut y joindre éventuellement l'espèce de multipôle constitué en haut Alentejo par les 3 villes moyennes très proches Castelo de Vide / Marvão / Portalegre.
- 9 Ces chiffres sont à prendre avec les plus extrêmes réserves. Passons sur les défauts inhérents au genre, erreurs des copistes, déclarations malhonnêtes des curés (que des documents fiscaux antérieurs permettent peut-être de limiter), dégrèvement partiel ou total à cause d'une difficulté budgétaire ponctuelle... qui n'affectent pas gravement le principe du calcul. Les véritables défauts sont ailleurs ; les églises intégrées dans une organisation financière d'ensemble par l'intermédiaire du patronage, notamment dans les Ordres militaires où les églises entretiennent des rapports financiers complexes avec les commanderies, produisent un chiffre impossible purement fictif ou, ce qui est moins grave, sont explicitement exemptées pour avoir été incluses dans la prestation de leur tuteur administratif ; mais, même sans ce problème, la décime des collégiales est donnée, pour des raisons difficiles à saisir, avec ou sans les prébendes affectées directement aux clercs (soit « *cum prestimoniis* », soit « *preter prestimonia* »), ce qui fausse complètement les calculs.
- 10 IAN/TT, Corp. rel., *Alcobaça* [D.R.], *maço* II, doc. 18.
- 11 *Chancelarias portuguesas. D. Duarte (1433-38)* (éd. João José Alves Dias). Centro de estudos históricos, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1998-2002 (4 vol.), vol. I-2, pp. 163.
- 12 « Fez muitas boas povoações e mandou lavrar os termos e muitas vilas e castelos. E ele coregeio Beja, que estava como ermo, e povoou a dita Beja de muyta gente e fez Estremoz de novo » (*Crónica de Portugal*

de 1419. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Universidade de Aveiro. 1998, p. 142).

- 13 « *Non intretis in suos terminos proad faciendum ibi malum neque forciam neque tortum* », IAN/TT, MCO, *Ordem de Santiago/Convento de Palmela, maço 1*, doc. 18.
- 14 Ed. *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no A.N.T.T. Chancelarias reais* (Carlos Manuel Baeta Neves dir.). Ed. Ministério da agricultura e pescas, Direcção geral do ordenamento e gestão florestal. Lisboa. 1980-1988 (5 vol.), vol. I, pp. 25-26.
- 15 *Ibid.*
- 16 Cf. LAMBERT (A.) : art. « Badajoz » in *Dictionnaire d'histoire et de géographie ecclésiastiques*, tome VI. Paris. 1932, col. 100-108 et PEREZ de URBEL (J.) : art. « Beja » in *Ibid.*, tome VII. Paris. 1934, col. 481-484. La fiction de la continuité wisigothique pèse d'un tel poids dans les structures ecclésiastiques qu'on élabore la fiction d'un transfert du siège de Beja à Badajoz pour légitimer son antiquité.
- 17 *Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII* publicado por Pedro A. de Azevedo, precedido de uma notícia histórica por Anselmo Braamcamp Freire [Réed. *fac-simile*]. Colibri / Câmara municipal de Portel. Lisboa. 2003, doc. 17, p. 26 et doc. 259, pp. 139-141.
- 18 Cf. *Livro de Aautos. «De Ministerio Armorum», Script. anno MCCCCXVI. Ms. lat. 28, J. Rylands Library (Manchester). Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico. Texto crítico e tradução* (Aires Augusto Nascimento éd. et trad.). Lisboa. 1977, p. 257.
- 19 Cit. AL-HIMYARI : *La péninsule ibérique au Moyen-Age d'après le « Kitab ar rawd al mitar »*. Texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au Sud-Ouest de la France et traduction (éd. et trad. Evariste Levi Provençal). Brill. Leiden. 1938, p. 45.
- 20 BEIRANTE (Maria Ângela Rocha) : *Évora na Idade Média* (coll. « Textos universitários de ciências sociais e humanas »). Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT. Lisboa. 1995, pp. 474-475, note que ce sont les productions les plus massives du territoire d'Évora (vin, huile et fruits) qui sont le moins mentionnées dans les compilations coutumières et les *posturas* émises par le chef-lieu.
- 21 BORGES (Emília Salvado) : *O concelho de Cuba. Subsídios para o seu inventário artístico* (3.^a edição revista e aumentada). Colibri / Câmara municipal de Cuba. Lisboa. 1999, p. 14.
- 22 *Portugaliae monumenta historica. Leges et consuetudines I* (Alexandre Herculano dir.). Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa. 1856 (rééd. Kraus Reprint. Nendeln. 1967), p. 642.
- 23 Celles-ci, correspondant à un statut défini assez rigoureusement (y compris par des modalités censitaires), le statut de cavalier, sont forcément normalisées et donc issues d'une action centralisatrice (menée d'abord directement par le seigneur puis par le gouvernement municipal).
- 24 Voir les « *duas cavalarias et dimidium* », qui sont d'ailleurs possédées par des citoyens d'Estremoz, dans le *termo* de Beja (*Livro dos bens, op. cit.*, doc. 218, pp. 121-122).
- 25 Nous avons exclu de notre réflexion le recensement des notaires et des droits qu'ils paient au roi en 1287-1290, car il est très incomplet, même par rapport à ses propres critères (il manque, en Alentejo, des centres royaux aussi importants que Beja, Portalegre et Castelo de Vide).
- 26 Les critiques de ce document fondamental faites par GALEGO (Júlia) / DAVEAU (Suzanne) : *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico* (« Memórias do Centro de estudos geográficos » 9). Centro de estudos geográficos. Lisboa. 1986 et DIAS (João José Alves) : *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI. Vol. 1* (coll. « Textos universitários de ciências sociais e humanas »). Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT. Lisboa. 1996 ont été reprises par BOISSELLIER (Stéphane) : « Les documents sériels témoins de l'évolution du peuplement méridional portugais (XIIe-XVIe siècle) : apports et limites d'une quantification sommaire et indirecte » in *Sources sérielles et prix au Moyen Âge. Travaux offerts à Maurice Berthe* (Claude Denjean éd.) (coll. « Méridiennes »). Framespa. Toulouse. 2009, pp. 15-41.
- 27 Notons qu'une comparaison à l'échelle du royaume n'aurait pas grand sens ; aucune ville autre que la capitale n'a d'influence *sensible* sur ses congénères à des centaines de km de distance. On risque de tomber rapidement dans de pures spéculations numériques.
- 28 Les *terrae* au nord du Douro sont des territoires organisés autour d'un *castrum* mais elles permettent une administration en profondeur, car elles sont de taille plus réduite que les municipes primitifs méridionaux.
- 29 *Chancelarias... Duarte, op. cit.*, vol. I-2, p. 356.
- 30 Les plans de citadelle de Duarte Darmas, en complément de ses vues cavalières, sont particulièrement significatifs.
- 31 Une fois encore, les dessins de Duarte Darmas sont très explicites à cet égard, cf. BOISSELLIER (Stéphane) : « Les relations entre l'habitat et les châteaux dans le Sud du Portugal à la fin du Moyen-Âge (d'après le '*Livro das fortalezas*' de Duarte Darmas) : évolutions depuis la Reconquête » in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Simpósio internacional sobre castelos (Isabel Cristina Fernandes coord.). Ed. Colibri / Câmara municipal de Palmela. Lisboa. 2002, pp. 497-508.
- 32 Le compilateur de la *Crónica de Portugal de 1419*. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Universidade de Aveiro. 1998, pp. 163-164, distingue des sites dans lesquels le roi Dinis a construit à la fois l'enceinte et la citadelle (« *os que çerquou em que fez fortalezas* ») et ceux où « *fez os castelos* », expression peu claire mais que l'on peut interpréter comme une implantation de réduits fortifiés dans des enceintes préexistantes (puisque'il y inclut des *hisn/s* andalous comme Juromenha et Noudar, dont l'enceinte est évidemment antérieure) ; on peut ajouter, pour la même raison (le fait que les travaux aient lieu dans des enceintes andalouses), les sites mentionnés sous la rubrique « *os que acreçentou* », i.e. Moura, Serpa, Olivença, Campo Maior, Ouguela, Monforte, Arronches, Portalegre, Marvão, Alegrete et Castelo de Vide. Soit un total de 22 sites castraux ayant subi une intervention royale ; curieusement, Beja n'y figure pas.
- 33 Les deux études qui étudient le mieux cet aspect des choses sont BARROCA (Mário Jorge) : « D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa » in *Revista da Faculdade de Letras – História* 15 (2^e série). Porto. 1998, pp. 801-822 et MONTEIRO (João Gouveia) : *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Colibri / Faculdade de Letras de Coimbra. Lisboa. 1999 (la seconde se fondant largement sur la première pour les aspects techniques).

- 34 Leur cartographie est reconstituée, sur la base des données topographiques écrites (très précises) du recensement, par GALEGO (J.) / DAVEAU (S.) : *O numeramento, op. cit.*
- 35 Ed. *História florestal, op. cit.*, vol. I, pp. 25-26. Cette capacité à agir en justice incite à faire de Torrão une communauté non seulement organique (d'ailleurs nommée plus loin *concilium*) mais aussi territoriale.
- 36 IAN/TT, Corp. rel., *Alcobaça* [D.R.], *maço* 1, doc. 42(3).
- 37 En l'absence de censiers régulièrement actualisés, il est difficile de suivre sur le vif ces processus subtils sur la seule base de titres de propriété et de baux ; notons une mention incidente des habitants de Beja, en 1436, pour qui il est particulièrement important de pouvoir se faire représenter par des procureurs « *specialmente em esta villa e som muy necesarios porque todos vivem fora por suas lavras, mui afadigados quando procuradores nom teem* » (*Chancelarias... Duarte, op. cit.*, vol. I-2, p. 356).
- 38 Une zone entre Beja et Cuba, dans laquelle est démarquée un *reguengo* en 1271, où les conflits mentionnent 5 domaines avec résidence et 6 chemins (*Chancelaria de D. Afonso III. Livro I* (éd. Leontina Ventura / António Resende de Oliveira) (coll. « Documentos »). Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2006 (2 vol.), vol. 2, doc. 540, p. 126) ; voir, également en bas Alentejo, les conflits assignés au territoire d'Almodôvar lors de son érection en chef-lieu en 1285 (IAN/TT, *Gaveta XV, maço* 2, doc. 3).
- 39 Ed. RAU (Virginia) : *Sesmarias medievais portuguesas* (coll. « Biblioteca de textos universitários » 53). Editorial Presença. Lisboa. 1982 (1^e éd. 1946), pp. 152-158.
- 40 Si le *curral* a peut-être déjà le sens d'enclos à bétail, lié aux techniques de la transhumance, ses mentions anciennes induisent une éventuelle continuité fonctionnelle de structures d'époque andalouse, les *albacar's*, dont l'étymologie renvoie à l'élevage (vocabulaire qui n'est d'ailleurs pas attesté en portugais avant le XVe siècle et pas dans ce sens).
- 41 Les occurrences anciennes sont peu nombreuses, même si notre recensement n'est pas systématique (un lieu-dit « corte de Pedro Mousinho » en 1275 dans le *termo* de Beja, *Livro dos bens, op. cit.*, doc. 218, pp. 121-122), et l'utilisation de la documentation plus abondante du bas Moyen Âge ne serait pas pertinente, car le toponyme a alors acquis dans le lexique méridional la signification de « coupe », i.e. lieu d'extraction minière.
- 42 Ed. RAU (V.) : *Sesmarias, op. cit.*, p. 153.
- 43 Ed. PEREIRA (Isaías da Rosa) : *Matrícula de ordens da diocese de Évora (1480-1483). Qual dos dois Vascos da Gama foi à Índia em 1497 ?* (coll. « Subsídios para a história portuguesa » 21). Academia portuguesa de história. Lisboa. 1990. La présentation des enfants à la tonsure (qui constitue l'immense majorité des cas d'ordinations) est une démarche socialement marquée, probablement liée aux catégories moyennes et supérieures des communautés (dont la proportion est variable selon la nature des habitats), mais les tendances que révèle le livre nous semblent non seulement correctes mais aussi significatives. Sur les caractères diplomatiques de ce type de source et une mise en œuvre exhaustive de leurs données (y compris dans l'optique de la centralité des lieux), voir MARQUES (José) : *A arquidiocese de Braga no século XV* (coll. « Temas portugueses »). INCM. Lisboa. 1988, pp. 955-1025.
- 44 Alter do Chão, Avis, Elvas, Estremoz, Montemor, Évora, Alcácer, Beja, Moura, Serpa.
- 45 Crato, Arronches, Cabeço de Vide, Fronteira, Sousel, Coruche, Arraiolos, Monsaraz, Portel, Santiago do Cacém, Aljustrel, Messemara, Odemira, Almodôvar. Réseau secondaire à compléter par les villes, déjà discriminées à travers les réunions en Cortes, d'Alentejo septentrional et oriental (*Nisa*, la « conurbation » *Castelo de Vide / Marvão / Portalegre et Olivença*) plus les quelques centres dont la modicité est probablement casuelle (*Monforte, Mourão, Vila Viçosa* et, encore une fois, *Mértola* et *Sesimbra*).
- 46 Le nombre très élevé de candidats à Alter do Chão (88) peut s'expliquer, comme à Moura, par l'étape de l'évêque dans l'agglomération, qui suscite par elle-même la présentation d'ordinands.
- 47 Certains semblent venir de fort loin, hors du diocèse (4 de Lisbonne, 1 de Tavira, 2 de Setúbal...), mais la mention de la paroisse d'origine n'exclut pas une immigration récente et une résidence permanente des parents à Beja même.
- 48 En effet, vers le nord et vers l'est, Évora et Serpa/Moura font barrière à son influence.
- 49 Certes, il nous manque, dans les régions méridionales, un échelon de la hiérarchie, intermédiaire entre l'évêché et les églises locales (les archidiaconés ou archiprêtres). H. Vilar (dans VILAR (Hermínia Vasconcelos) : *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na lade Média* (coll. « Histórias de Portugal » 44). Editorial Estampa. Lisboa. 1999, pp. 200-201) repère des vicaires épiscopaux dans les zones de Beja et Montemor à partir de 1390, mais leur fonction attestée est celle de juges de l'officialité en 1^{re} instance et leur fonction d'archidiaconés est incertaine. Mais cette lacune n'est pas trop grave dans la mesure où la centralité des chefs-lieux de ces circonscriptions n'est pas forcément en rapport direct avec les facteurs civils de hiérarchisation des habitats et obéit aussi à une logique ecclésiologique intrinsèque (la profondeur de l'emprise épiscopale sur les églises locales).
- 50 Voir l'édition, sous presse, d'une partie de cette documentation par BOISSELLIER (Stéphane) : *La construction administrative d'un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)* (coll. « História Religiosa – Fontes e Subsídios », 10). Centro de Estudos de História Religiosa (Universidade Católica Portuguesa). Lisboa. 2012.
- 51 IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, I. 5, fol 19v-20v.
- 52 Donation définissant le *termo* politique en 1254 (éd. RAU (V.) : *Sesmarias, op. cit.*, pp. 148-149) et charte-notice définissant la paroisse en 1255 (IAN/TT, *Gaveta I, maço* 5, doc. 2 ; une édition des copies du chartier de S. Vincent de Lisbonne et du chapitre cathédral d'Évora est donnée in. ALARCÃO (Jorge de) / ETIENNE (Robert) / MAYET (Françoise) : *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. De Boccard. Paris. 1990 (2 vol.), vol. 1, p. 272 et 275).
- 53 Dès 1259, les dîmes de Cuba doivent être partagées entre les moines et la grande collégiale S. Marie de Beja, qui est pourtant nettement plus éloignée (IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, I. 5, fol 19v-20v) ; et en 1532, le village de Cuba est inclus dans le territoire de Beja et non dans celui de Vila de Frades.
- 54 Fondation avec 14 prébendes (dont les statuts de 1270 sont conservés, IAN/TT, MCO, *Ordem de Avis, maço* 2, doc. 130).
- 55 Certes, Cuba jouit d'une autonomie financière (100% de revenus spécifiques), en tant qu'église paroissiale, mais on a vu que S. Marie de Beja réussit à en capter une partie, non pas par une dépendance statutaire mais par un accord politique entre patrons.
- 56 IAN/TT, MCO, *Ordem de Avis, maço* 2, doc. 127 ; on

ne peut exclure que ce système ait été répandu, notamment avant 1250, car la conservation de ce document est due seulement à la contestation du partage par le patron de la collégiale S. Marie de Beja (l'Ordre d'Avis), ce qui prouve que ce genre d'accord est mal conservé.

- 57 On est loin de connaître cette couverture dans son exhaustivité alors que ce sont précisément sa systématisme et sa continuité qui lui confèrent sa spécificité par rapport aux systèmes qui l'ont précédée ; ainsi, les circonscriptions militaires comme les *coudelarias* n'ont pas été recensées, à ma connaissance. En effet, on conserve peu de listes de lieux par échelon administratif (même à l'échelon supérieur) et il faut donc dépouiller la documentation de la pratique pour les reconstituer, aléatoirement et incomplètement.
- 58 Cf. DIAS (J. J. A.) : *Gentes e espaços, op. cit.* et SILVEIRA (Luís Nuno Espinha da) : *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal* (coll. « Estudos. Instrumentos de trabalho »). Patrimonia. Cascais. 1997.
- 59 Un recensement systématique de tous les offices dans les gouvernements locaux pour le XVe siècle – i.e. quand l'organigramme qui fonctionnera sous tout l'Ancien Régime est à peu près fixé – fournirait probablement un bon critère de discrimination des niveaux de centralité (quelques exemples sont donnés, pour Sintra, Serpa et Ponte de Sor in CARVALHO (Sérgio Luís) : *Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*. Livros Horizonte. Lisboa. 1989, p. 94).
- 60 On notera que la construction d'un réseau territorial ne s'est pas réalisée à l'échelle de chaque province (*comarca*) mais au niveau national, par l'œuvre de la monarchie ; nous l'observons dans le cadre d'une région, mais elle s'est faite par le haut, ce qui fait du Portugal un Etat centralisé et non une fédération de provinces. Les provinces ne constituent pas une instance administrative forte, malgré leur identité ancienne, parce qu'elles sont essentiellement le cadre d'action des gouverneurs royaux (*corregedores*) et ne sont pas construites par le bas.
- 61 Naturellement, la « préhistoire » de l'équilibrage administratif réside dans la confection de listes de lieux. Signalons seulement qu'un véritable recensement topographique des habitats du royaume pour eux-mêmes – les documents plus anciens n'enregistrant les lieux qu'indirectement, à travers les églises – existe longtemps avant le *censo* de 1532, puisque le roi Duarte possède en 1433-1438, dans sa bibliothèque personnelle (dont l'inventaire est copié in. *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Edição diplomática (éd. João José Alves Dias). Editorial Estampa. Lisboa. 1982, p. 207), des « *cadernos das cidades e vilas de Portugal* » ; il serait intéressant de vérifier si à cette mention correspond une liste de villes d'Alentejo et d'Algarve non datée (IAN/TT, *Gaveta XV, maço 23*, doc. 1), dont j'ai appris l'existence trop récemment pour la consulter.
- 62 *Ordenações del-Rei Dom Duarte* (éd. Martim de Albuquerque et Eduardo Borges Nunes). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1988, pp. 502-516, particulièrement pp. 515-516 ; la comparaison de cette version compilée au début du XVe siècle avec la version originale (publiée par CAETANO (Marcelo) : « A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383) in *Revista da Faculdade de direito da Universidade de Lisboa* 7. Lisboa. 1951, pp. 158-174) montre que cette fonction locale a acquis une dimension légale marquée par un nom spécifique (*vintaneiro*), alors que l'ancien *vedor* (litt. surveillant) n'a qu'un sens général de « préposé ».
- 63 Un exemple frappant est le choix d'Estremoz aux dépens d'Elvas comme siège d'*almoxarifado* (siège de l'administration fiscale) : malgré la taille et les fonctions d'Elvas, sa localisation trop marginale la disqualifie en tant que « centre » de niveau régional.
- 64 Voir les cartes et le commentaire fournis par MARQUES (A. H. de O.) : *Portugal na crise, op. cit.*, p. 305.
- 65 Pour les *frontarias*, la liste la plus complète, pour les années 1440-1480, est donnée par MARQUES (José) : « Relações luso-castelhanas no século XV » in Idem : *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. FCG – JNICT. Lisboa. 1994, pp. 349-373 (Elvas, Estremoz, Serpa/Redondo, Beja, Castelo de Vide, Moura, Olivença, Portalegre / Alpalhão / Montalvão, Silves).

A IGREJA DE S. JOÃO, CAMPO DO GERÊS

JOSÉ LUIS NETO

INTRODUÇÃO

Entre 1977 e 1992, o Parque Natural da Peneda-Gerês (PNPG) e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho desenvolveram um trabalho de investigação arqueológica com vista à recuperação da via XVIII do Itinerário Antonino, geralmente denominada como Geira. Esses trabalhos decorreram com uma maior intensidade nos anos de 1987 e 1992, se bem que também existiram ao longo de outros anos.

Integrada no projeto de 1992 estava a escavação da Veiga de S. João, sítio arqueológico de grande dimensão, em relação evidente com a via romana, de onde se conhecia uma ara votiva, além de ser o local da antiga igreja paroquial de S. João do Campo. Os trabalhos iniciaram-se a 5 de maio e duraram até 16 de junho, ao longo de 30 dias úteis, os quais envolveram uma equipa de dez colaboradores, para além dos arqueólogos responsáveis, Francisco de Sande Lemos (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho) e António Martinho Baptista (Parque Natural da Peneda-Gerês).

A escavação foi programada obedecendo a um sistema de implantação de quadrículas de 4 X 4 metros, deixando banquetas de 50 cm com vista a permitir uma eficaz extração de terras. Havia sido abertas 14 quadrículas (uma algo afastada das restantes), referenciadas por ordem de abertura, expondo os alicerces de um templo cristão e respetiva necrópole, bem como alguns alicerces de uma estrutura romana, provavelmente, um edifício público, pela existência de alguns elementos arquitetónicos (fustes e capitéis) e pela dimensão dessas mesmas estruturas.

«O templo tinha uma orientação singular, noroeste-sudeste, mantendo, deste modo, a orientação dos eixos de edifício romano pré-existente. Foi possível definir a entrada a norte e a configuração da capela-mor, foram encontradas duas fossas destinadas ao fabrico de sinos, estruturas com paralelos na igreja de S. Martinho de Dume, estudada por Luís Fontes.

Nenhuma das sepulturas foi escavada, pois pretendia-se, previamente, acordar com a população o destino de eventuais restos osteológicos.

Quanto às estruturas da época romana apresentam paralelismos no aparelho dos edifícios da época flávia de Bracara Augusta» (LE MOS e BAPTISTA, 1992).

A intervenção foi interrompida pela população do Campo do Gerês, em conflito com o Parque Natural da Peneda-Gerês, pelo que não existiu possibilidade de completar a escavação e o registo da mesma. Concluíram-se, no entanto,

alguns desenhos de plano, fizeram-se fotografias e recolheram-se os materiais arqueológicos, que ficaram em depósito no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.

Conforme descrevemos anteriormente, a campanha de 1992 foi suspensa abruptamente, pelo que, doze anos volvidos, se procurou concluir os trabalhos arqueológicos da mesma. Para tal procedeu-se à abertura das sondagens não escavadas na área da Igreja, bem como se realizaram os registos estratigráficos das áreas já intervencionadas.

O sítio arqueológico fica localizado na Veiga de S. João, poucos metros a Sul da aldeia de Campo do Gerês, freguesia do Campo do Gerês, concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga (coordenadas 4622,09 N e 566,09 W, com o ponto 0 a 622, 73 metros de altitude absoluta).

A segunda intervenção arqueológica foi realizada entre 1 e 29 de outubro de 2004, com a duração de 18 dias úteis. Tratou-se de uma intervenção patrocinada pela Câmara Municipal de Terras de Bouro e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, tendo, para tal, contratado a empresa *Signinum – Gestão Cultural*, sediada em Rio Caldo. A coordenação dos trabalhos de arqueologia foi da responsabilidade de Francisco de Sande Lemos (UA – UM), Ricardo Jorge Pereira da Silva (Câmara Municipal de Terras de Bouro) e José Luís Neto¹. A coordenação dos trabalhos de conservação foi da responsabilidade de António Cardoso. A equipa de arqueologia foi constituída por António Cardoso, Joaquim Folhento, José Carlos Neto, Ana Patrícia Trindade Coelho, Pedro Pais e Sérgio Peixoto.

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS

A intervenção de 2004 iniciou-se pela desmatagem da área, onde passou a ser possível observar a área intervencionada em 1992. Procedeu-se, então, à limpeza de cada quadrícula e

respetivas banquetas. O seu precário estado de conservação, devido à exposição franca face aos elementos naturais, a isso levou.

Era intenção abrir quatro áreas, a primeira de 8 X 4 metros, a segunda e terceira de 4 X 4 metros cada e uma quarta de 2 X 2 metros. Com a limpeza do terreno passou a ser possível observar que a metade Sul da primeira quadrícula, já se encontrava escavada, bem como a segunda (convencionada, em 1992, como A 0) e a terceira (A 2), para além de outras duas a Sul da A 1 e A 10 (A 11 e 12) e outra, afastada, a Sul (A15).

Seguidamente procedeu-se ao registo estratigráfico das quadrículas, bem como ao desenho dos planos que se encontravam em falta na planta da campanha anterior. Foi aberta a Sondagem 1, metade Norte, seguida da Sondagem 2.

Por último, procedeu-se à desmontagem das banquetas para a intervenção de conservação e recuperação das estruturas, com vista à musealização da estrutura.

SONDAGEM 1

Afetando esta sondagem, a Noroeste, estava uma vala aberta em todo o redor da área escavada. Essa vala, para irrigação dos campos, atingiu profundidades que, claramente, destruíram testemunhos arqueológicos, tal como foi possível verificar. A sondagem 1 (Norte), de 4 X 4 metros, correspondia a uma área irregularmente elevada e arborizada. Após o decapamento da camada vegetal (camada 0), foi possível observar uma camada de terra castanha escura, argilosa, pouco compacta, com presença de pedras graníticas de diversos calibres e fragmentos cerâmicos frequentes. Esta camada (camada 1) recobria homogeneamente até à cota do piso do nártex da Igreja, onde foi possível observar uma segunda camada, pouco homogénea, de mistura das terras anteriormente descritas com saibro granítico (rochas desfeitas pela acidez da terra), que ofereciam um moderado grau de compactação. O esperado piso de lajes graníticas já quase que não existia, restando, todavia, a base de um muro granítico, cortado pela já referida vala de irrigação a Noroeste.

SONDAGEM 2

Na sondagem 2, de 2 X 2 metros, que atingiu o 1.20 metros de profundidade em relação à superfície do piso da igreja, procedeu-se ao levantamento do piso de lajes graníticas (exceção feita a uma pedra da porta da Igreja). Após o seu levantamento foi possível observar uma fina camada de terra castanha escura, argilosa e pouco compacta, que se destinava a cobrir e acamar as juntas das lajes pétreas. Em seguida detetou-se uma pequena camada de saibro granítico, com características plásticas, batido e compacto, com ENP's de grão de menor dimensão, para acamar o piso (camada 2). Paralelamente, detetou-se a vala de fundição da sapata do muro Sul do templo, que denominámos 2b. Sob estas, encontrámos uma camada de terra castanha

escura, argilosa, moderadamente compacta (camada 3), sem estruturas visíveis a ela associadas e, por último, nova camada de saibro granítico, que corresponde à primeira camada do subsolo geológico. É de salientar a existência de uma vala de fundação, escavada na rocha para implantação de um muro anterior ao templo.

ESTRATIGRAFIA

Apesar da estratigrafia ser relativamente monótona, cremos que se justifica uma reflexão sobre esta, até porque poderá não ser, de todo, pacífica a sua interpretação. Na observação da estratigrafia foi possível verificar que existe uma primeira camada vegetal, seguida de uma camada mais ou menos espessa que recobre todas as estruturas, sejam estas romanas ou medievais. Nesta foi possível observar, invariavelmente, uma presença esmagadora de fragmentos cerâmicos que se enquadram em contexto cronológico romano. Sob esta camada, exceção feita à Igreja, podemos encontrar um saibro grosso que nos revela, claramente, o substrato geológico. Aliás, a formação deste tipo de saibro granítico pode ser observado, ainda em formação, no Corte Este da quadrícula A 14.

A sondagem 2 e o registo estratigráfico do Corte Este das quadrículas A3 e A5 revelaram, contudo, que para a construção da Igreja foi colocada uma camada de saibro para acamar o pesado piso desta, seguido da colocação de terra argilosa local (ver **materiais** da sondagem 2, piso 1) para compactar a estrutura. É este o tipo de terra argilosa que preenche quase toda a potência estratigráfica do sítio. Tal explica-se, somente pelo facto de, após a Igreja ter sido desativada e desmontada para a construção da atual de S. João, essa área ter sido recoberta com as terras que a rodeavam, tal como para a sua construção já se havia recorrido a essas mesmas terras. O que não nos é possível explicar, cabalmente, é o porquê do aparecimento destas terras escuras e argilosas antes da construção da Igreja, senão pelo total abandono do sítio entre o período romano e a construção *ex novo* do templo cristão, num sítio de abundante pedra aparelhada (veja-se, por exemplo, as bases de colunas integradas no muro da nave da Igreja no plano da A 8).

ASPETOS ESTRUTURAIS E CONSTRUTIVOS

Do período romano temos um conjunto de muros que se encontram, em parte, destruídos pelas sepulturas ou, conforme podemos observar na sondagem 1 Sul, interrompidos pela construção do templo. Estes muros assentam na camada geológica sedimentar e, pelo que foi possível verificar na sondagem 2, não revelam qualquer ocupação anterior. Os muros são em alvenaria (granito branco na sua maioria, mas, pontualmente, também rosa), cortadas em *opus quadratum* na face exterior, com argila como ligante, podendo apresentar, nalguns casos, a inclusão de fragmentos de *later* ou *imbrex* nas juntas das pedras. O preenchimento é de terra argilosa, podendo

também ter pedras, telhas e tijolo fragmentados. Ressalta ainda a existência de pedras cortadas e trabalhadas, por vezes de dimensões quase monumentais (mais do que a existência de bases de coluna ou fragmentos de coluna, reveladores de partes arquitetónicas porticadas), que obrigam a pensar numa ocupação romana relevante, neste sítio específico.

O templo dedicado a São João Baptista, como aludimos antes, aproveitou as pedras existentes no local para a sua estrutura. Os muros, mais espessos, seguem um método construtivo similar, deixando as faces afeiçoadas voltadas para o exterior, fazendo o preenchimento com terra argilosa, não apresentando, todavia, a regularidade dos seus antecessores. Os muros, pelo que se pôde observar pela sondagem 2, apresentam uma sapata mais espessa, também em alvenaria. O piso, de granito proveniente das construções romanas (atendendo à espessura e dimensão de muitas das lajes) está ligado com terra argilosa, conforme havia-se referido. O saibro que se encontra sob este piso fornece um bom controlo de infiltração de humidade por ascensão de capilaridade, contudo não sabemos se foi essa a intencionalidade da sua colocação, apesar de ser a hipótese mais provável. A cobertura do edifício, como é comum nestes casos, seria de madeira.

As sepulturas são compostas de blocos largos de granito, mas, geralmente, pouco espessos e bastante irregulares, o que, em princípio, nos indica não provirem das construções romanas, mas sim de pedras afeiçoadas ou aproveitadas do natural, à época. A sobreposição de sepulturas, destruindo anteriores, é testemunha do longo tempo de utilização do templo. Aquilo que, todavia, parece ser de realçar, é que o facto de terem subsistido apenas os testemunhos do sistema de inumação medieval, não significa que estas apenas tenham existido nessa época. Efetivamente, várias sepulturas medievais apresentaram graus de destruição significativos sem que nenhuma outra se lhe sobreponha. Tal situação

deve-se, em princípio, ao facto do ritual funerário se ter transformado, substituindo as sepulturas de pedra por outras de caixão em madeira ou simples mortalha, que, neste solo ácido, não deixam vestígios, não implicando, no entanto, menos revolvimentos no subsolo, destruindo, implicitamente, aquilo que revolvem. A esta circunstância deve-se a presença de pedras trabalhadas à superfície, como se constata em muitos dos perfis registados, apesar de não ser, muito provavelmente, razão única.

MATERIAIS

Cerâmica – Os materiais arqueológicos recolhidos provêm da limpeza e destruição das banquetas, de recolhas de superfície de alguns materiais de interesse junto à escavação, bem como das duas sondagens realizadas. Trata-se, pois, na sua maioria, de materiais provenientes de uma camada estratigráfica não selada (camada 1), logo, pouco assertivos para um estabelecimento de uma cronologia segura. Efetivamente, apenas da sondagem 2 se obtêm níveis selados, níveis esses que, pela área escavada reduzida, não permitem assegurar uma cronologia específica para todos os fragmentos da área escavada, restando apenas a obtenção de uma tipologia genérica².

Provenientes da camada 2b, ou seja, da vala de implantação da sapata, foi exumado um pequeno conjunto de fragmentos cerâmicos, na sua maioria, de dimensões muitíssimo reduzidas (63 no total). Este conjunto, aparte um fragmento de tijolo que apresenta claros vestígios de exposição ao fogo, apresenta uma grande afinidade técnica. Trata-se de um conjunto de peças muito finas, de cerâmica comum, preparadas em ambiente oxidante (daí a sua cor negra), feitos a torno rápido, com abundantes palhetas de micas douradas e negras e feldspatos também frequentes, mas raros elementos de quartzo. As pastas

apresentam um grão fino, mas as paredes são muito quebradiças, por relativa dureza. Estes materiais encontram semelhanças com os materiais do Castelo de Matos (Barroca, 1988), Castelo do Lindoso e da Rua de Nossa Senhora do Leite – Braga (Gaspar, 1985), pelo que podem corresponder a produções calibradas entre os Séculos XI a XIII inclusive.

Da camada 3 provêm vários fragmentos (69, no total), que nos apresentam vários tipos de pastas, todas provenientes de ambientes de cozedura redutores. Assim, pode-se observar, num primeiro grupo, pastas beijes. Um primeiro subgrupo apresenta pastas beijes amareladas bem depuradas, brandas, porosas, micácias, quartzíticas (pouco frequentes) e fedspáticas, revelando ainda pequenos nódulos de argila vermelha como desengordurantes. Um segundo, com as mesmas características gerais, apresenta um tom beije rosado, resultante, provavelmente, de mistura de argilas. Um segundo grupo corresponde a pastas vermelhas. O primeiro subgrupo corresponde a pastas laranjas, com características químicas similares ao primeiro grupo, se bem que com presença de quartzos bem visíveis, pouco depuradas, de grão médio, com nódulos de argila vermelha. Um segundo subgrupo apresenta pastas vermelhas e um terceiro pastas vermelho-acastanhadas. Somente no tom das pastas encontramos diferenças, o que corresponderá, portanto, às diferenças de exposição de cozedura e localização das peças no forno³. Estes fragmentos pertencem a *tegulae* e *imbrices*.

Assim, podemos concluir que o primeiro tipo de cerâmicas, produzido numa cozedura oxidante, está associado à construção do templo cristão, visto ter sido exumado na vala da sapata do muro Sul; ao passo que o nível 3, o único nível selado do contexto cronológico pré-edificação do templo cristão, apresenta materiais de contexto cronológico romano, bem característicos pela especificidade do género de cobertura dos edifícios dessa época. Do piso 1, nas zonas de terra argilosa, foram detetados vários fragmentos, de reduzidas dimensões, de *tegulae* e *imbrex* (20, no total). Tal resulta da utilização da terra local para preenchimento das juntas e regular a altura das lajes, mas não representa, como é evidente, uma construção romana.

Conforme anteriormente se informou, outros materiais provenientes da camada 1, quer da Sondagem 1 Norte, quer da limpeza das banquetas, acrescentaram algumas informações, como um tipo bem distinto de cerâmicas, se bem que pouco numerosas. Trata-se de fragmentos de cerâmica comum, de pastas beijes amareladas ou vermelho acastanhadas, brandas, micácias, quartzíticas (pouco frequentes) e fedspáticas. São mais espessas que as cerâmicas oxidantes, bem como sofreram uma cozedura redutora e apresentam-se com grão fino e são relativamente bem depuradas. Tratam-se, muito provavelmente, de fragmentos de cerâmicas romanas de produções locais.

Um outro fragmento proveniente das limpezas efetuadas, de taça, com pasta bem depurada, apresentando vestígios de engobe vermelho na face interna, corresponde a uma produção de «imitação de sigillata»⁴, tal como foi exumado em S. Mamede de Recezinhos (Soeiro, 1985:20), sendo uma produção regional do Século V.

Por último, um único fragmento de faiança portuguesa, com engobe branco e pintada a azul, datada do século XVII, primeira metade do XVIII, hipotético testemunho da fase de deslocalização da Igreja de S. João.

Numismas – Foram recolhidos dois numismas nas limpezas efetuadas à área escavada. Tratam-se, em ambos os casos, de duas moedas de uso corrente, de metal pouco nobre (ligas de bronze, maioritariamente). Um primeiro corresponde a um dinheiro de D. Sancho II ou D. Afonso III, ao passo que o segundo corresponde a um ceitil da Dinastia de Avis, eventualmente de D. Afonso V. Por se terem encontrado em limpezas, estes numismas servem, principalmente o mais antigo, para documentar um período em que o templo cristão já se encontrava em funcionamento.

Vidros – Foram levantados, igualmente durante as limpezas, alguns fragmentos de vidros. Um conjunto, com sete fragmentos de vidro muito fino, transparente, apresenta apenas um fragmento com interesse, pois representa parte de um bordo em aba dobrado sobre si próprio. Apesar de estarmos num sítio arqueológico com ocupação romana significativa e conhecermos abas assim em unguentários e mesmo em garrafas, não podemos «arriscar» uma cronologia. Um outro fragmento, de vidro espesso, transparente, verde, apresenta uma leitura mais clara, pois corresponde a um colo de uma garrafa de vinho atual.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÕES

As primeiras referências a este sítio arqueológico provêm do *Thesouro de Braga, descoberto no Campo do Gerez*, da autoria do padre José de Matos Ferreira, escrito provavelmente entre 1728 e 1732, segundo Maia do Amaral (AMARAL, 1985). Esta obra procura esclarecer o traçado e os vestígios ainda visíveis da Geira, sendo o leitor transportado de Braga até à Portela do Homem. Sobre este sítio arqueológico o autor tece poucas considerações, apenas duas, mas que, aliadas às informações de um texto de 1743, que se pensa ser uma missiva dirigida a Jerónimo Contador de Argote, nos permitem ter uma leitura muito clara do sítio arqueológico, que pouco se altera com a recente intervenção.

Matos Ferreira fala-nos de um sítio romano de grandes dimensões, que interpreta como templo, devido à descoberta de uma ara votiva. Esse espaço é depois abandonado, sendo reedificado já como templo cristão pelos templários. Esta igreja funcionou até 1692, data da sua desativação e transferência para o atual templo do Campo do Gerês, obra que implicou a remoção e transferência de pedra do templo primitivo, tendo sido concluído em 1718. Mais, descreve os túmulos de cobertura pétrea, atribuindo-os a inumações de cavaleiros templários. Essa descrição tão pormenorizada leva-nos a concluir que Matos Ferreira procedeu a escavações neste local, facto que não é de estranhar, visto que escavou em muitos outros sítios relacionados com a Geira, conforme descreve no seu *Thesouro*, contribuindo, assim, para a confusão estratigráfica já anteriormente referida. Todavia, o maior prejuízo para o sítio arqueológico foram as obras de remoção de pedras para construção da nova paroquial, em 1692, conforme se pode ler na carta de 1743.

Os materiais recolhidos na segunda campanha arqueológica não nos permitem propor datações calibradas, exceto no que corresponde ao abandono deste sítio, no

Século V, atendendo ao fragmento engobado que foi possível recolher. Todavia, a obtenção de mais elementos torna-se essencial para confirmar esta hipótese, diga-se, bastante provável. No que respeita à sua funcionalidade é, neste momento, imprudente arriscar, dado que as estruturas se prolongam por uma vasta área e observámos somente uma zona já bastante danificada pela reutilização das pedras na ereção da igreja de S. João do Campo e extração secular de pedra aparelhada para outras construções.

No que respeita à edificação medieval, tentou-se também uma aproximação cronológica ao possível período de edificação, visto que era aí que se esperavam resultados, com vista a fornecer o máximo de informações, para consubstanciar a musealização.

A igreja de S. João é um templo composto por um nártex, um corpo e uma capela-mor. Em corte transversal, o aparelho é, na sua maioria, constituído por: fiada de pedra exterior – ligante – fiada de pedra interior. O nártex é ligeiramente estreitado face à largura do corpo da igreja. O corpo é constituído por uma só nave. O altar-mor apresenta-se alteado face aos restantes corpos (cerca de 15 cm) e tem uma cabeceira quadrangular. A orientação, à época, seria, genericamente, Nascente – Poente. Os moldes de fundição dos sinos revelam que estes seriam dois, de pequenas dimensões. Parece ser provável, no desnível no extremo Sudeste da nave, que tenha aí existido uma segunda porta, de menores dimensões.

Estas características permitem-nos reconstituir os espaços e «ver» a estrutura e articulação funcional do templo. O nártex, de formato aproximadamente quadrangular, tinha dois muros paralelos que auxiliavam na sustentação de uma cobertura. Este espaço de tradição pré-românica, com paralelos funcionais, servia para inumações, bem como para assembleias, reuniões e outros assuntos de interesse comunitário. O corpo da Igreja, de forma retangular, per-

mitia albergar a assembleia dos leigos, direcionando-os para o altar, sobrelevado, com vista a permitir uma maior visualização do rito e uma maior sacralização do mesmo. A porta lateral tratava-se, claramente, de um acesso de apoio, principalmente do sacerdote. O templo assume-se, assim, não como espaço de convívio diário, mas como centro dos momentos decisivos da comunidade, pois está associado a cada indivíduo, através dos ritos de passagem (batismo, casamento e enterramento), das expressões individuais de religiosidade, e, simultaneamente, a toda comunidade, pela assistência à liturgia dominical, à convocação de assembleias e nas decisões sobre querelas e outras questões comuns.

A construção deste templo não deve ter levado muitos anos, não só devido à sua reduzida dimensão, como à sua implantação num sítio que já apresentava pedra aparelhada, que foi utilizada sem qualquer renitência. Por esse motivo é provável que se tenha tratado de uma iniciativa das comunidades serranas, de acordo com o seu pároco, o que se constitui como situação comum. A implantação da igreja junto à melhor via de comunicação, num local passível de ser associado a religiosidades pagãs – o que não diminuía a sua sacralidade e pode corresponder à cristianização do imaginário sagrado montanhês –, levam-nos a pensar que, efetivamente, terá sido um projeto conjunto com o seu presbítero, pois a intencionalidade não terá sido inocente.

Nesse sentido parece apontar Carlos Alberto Ferreira de Almeida, quando nos diz que: «A construção de uma igreja românica, mesmo das mais modestas, requeria bastantes fundos. A maior parte dos encargos devia ser satisfeita pela entidade que empreendia a edificação que a programaria de harmonia com as suas necessidades e possibilidades. São, por isso, diferentes, na sua grandeza, os empreendimentos levados a efeito pelas sés episcopais, pelos mosteiros ou pelas paróquias. [...] Evidentemente que são

as sés e os mosteiros, como mostra a documentação e a sua arquitetura, que atraem mais e maiores benfeitores. Nas obras destes edifícios religiosos havia também alguma mão-de-obra gratuita, de paroquianos, devotos, de outros homens que tinham «jeiras» a satisfazer e até de monges.» (Almeida: 1972) Este parece ser, previsivelmente, o quadro de edificação do templo de S. João, em que estamos perante um esforço comunitário que coadjuva o impulso do presbítero local.

O uso de pedra romana representa, acima de tudo, os poucos recursos existentes para investir, o que se coaduna com a realidade agro-pastoril que sabemos ser a vivência das comunidades medievais das Serras do Gerês. Se a este fator económico somarmos que a implantação naquele local diminuía o tempo de construção, por não se ter de transportar pedra, entendemos claramente os atrativos desta solução para as comunidades locais. Os casos de templos que se sobrepõem a edificações romanas são relativamente comuns na zona Entre-Douro-e-Minho, pois tal constata-se, por exemplo, na igreja de Santa Maria de Meinedo (Almeida e Almeida: 2007) e na igreja velha de Mondim (Barroca: 1986, 281)

Quanto à cronologia da fundação do templo, sabemos que o conjunto de cerâmicas recolhidas em contexto permitem calcular uma construção entre os séculos XI e XIII; e um dos numismas não autoriza equacionar para além disso mesmo. No que respeita ao templo propriamente dito (planta e características), existem vários edifícios semelhantes que nos auxiliam a estreitar a malha cronológica. Para tal segue-se Carlos Alberto Ferreira de Almeida, quando diz: «A solução que nas igrejas românicas apresenta capela-mor quadrangular é a mais frequente. Aparecerá em cerca de 80 % dos testemunhos da arquitetura religiosa. (...) Vemo-lo cedo, em Rio Mau (1151) e em Arnoso. Torna-se mais frequente a partir dos começos do século XIII» (ALMEIDA, 1986:30). A datação do templo medieval, no estado atual dos conhecimentos, terá de ser atribuída da segunda metade do Século XII a meados, terceiro quartel do Século XIII (conforme ao «Dinheiro» encontrado). Todavia, dentro período, e se se atender à relação de proporções entre a capela-mor e o corpo da igreja, ter-se-á de afastar Rio Mau e outras construções de meados do Século XII. Efetivamente, parece que a igreja de S. João do Campo é enquadrável nas típicas edificações rurais do Século seguinte⁵.

Poderíamos ficar por aqui, porquanto as datações acerca do grupo arquitetónico do Alto-Minho, mercê da sua relação íntima com a influência galega exercida por Tui, se baseiam fundamentalmente na decoração de capitéis, algo que, no caso presente, não se verifica. Aliás, dos elementos fundamentais tradicionais para atribuir datações, o facto de o templo estar ao nível dos alicerces, torna-o esquivo a esse tipo de abordagem.

No entanto, estamos em crer que, mesmo desmontado, ainda conserva características que talvez nos permitam estreitar ainda mais este século e meio proposto. O românico do Noroeste não corresponde tanto a um estilo arquitetónico de reconquista, mas sim a um tipo de arquitetura que se associa à ordenação e gestão do território. Ora, o primeiro ordenamento sério do território do bispado bracarense remonta ao bispo D. Pedro, no século XI. Porém, no tempo de D. Pedro não existia ainda a paróquia de S. João do Campo. O bispo seguinte, S. Geraldo, cluniacense e francês, forte

impulsionador da introdução do românico na região do bispado, na hagiografia a ele dedicada, também não refere S. João do Campo.

Uma génese pré-românica de S. João do Campo, como lhe foi inicialmente atribuída (século IX), esbarra portanto, tanto com a documentação de referência existente, bem como com os artefactos, para além do modelo de planta o tornar incompatível com qualquer dos locais pré-românicos bem documentados, casos da igreja velha de Mondim, igreja de S. Martinho de Dume, igreja velha de São Torcato – Guimarães, capela de São Frutuoso de Montélios, mosteiro de São Martinho de Tibães e igreja de Santa Maria de Braga. (Fontes: 2010)

Carlos Alberto Ferreira de Almeida aponta o 2º quartel do século XIII como um período muito intenso de construção de templos religiosos de traça românica, relacionando-o com a alta da produção de cereais coeva. É também desta data que estabelece o que denominou segundo surto do românico português. Esse segundo momento é criado pela interrupção de influências estrangeiras na evolução da arquitetura, uma vez que, nos centros europeus, estava a nascer o gótico. Deixando de haver renovações doutrinárias e programáticas externas, vai-se verificar uma regionalização e simplificação programática, de inspiração local, onde são integrados aspetos das arquiteturas hispânicas anteriores. É desse segundo romântico que Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirma pertenceram as cabeceiras quadrangulares. O templo, que apresenta as referidas características, ainda mais localizado nas terras baixas do vale fluvial, onde a fertilidade e a topografia era mais propícia para atrair os crentes, em paisagem que se caracteriza pelo povoamento disperso e rarefeito de povoações cuja atividade económica predominante era a pastorícia, denuncia que se vivia um período de paz.

Plantas formalmente similares, se bem que mais elaboradas e com outra riqueza de pormenores construtivos acham-se com abundância, casos de igreja de São Vicente de Sousa, datável de 1214, conforme à inscrição e a igreja do Salvador de Unhão, datada da primeira metade do século XIII.

Porém, a igreja que mostra quase totais semelhanças com a de São João do Campo é a paroquial de S. Mamede de Vila Verde, datada de finais do século XIII, pelos mais diversos autores (ver anexo). Trata-se, talqualmente a igreja de São João do Campo, de um templo simples, de linhas bem marcadas e rudes, praticamente sem qualquer decoração. O aparelho também é idêntico, com blocos de granito talhados sem especial cuidado, com miolo de materiais diversos e juntas de terra argilosa seca. Com orientação similar, apresenta uma nave única, retangular e uma capela-mor, mais baixa, quadrangular, também ela sobrelevada em relação à nave. O autor defende que se trata de uma edificação profundamente ligada à linguagem arquitetónica pré-romântica, todavia, reconhecem que a mesma é indissociável da instalação de Mendo de Sousa e sua família em Vila Verde, classificando-o, conseqüentemente, como um projeto de românico tardio de expressão rural, de finais do século XIII (FONTES: 2010). Atendendo à datação de S. Mamede, cremos que é razoavelmente seguro apontar a data de construção da igreja paroquial de S. João do Campo pela segunda metade do século XIII.

CONSERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO

Estando a área livre da intervenção arqueológica, procedeu-se então aos tratamentos de conservação, que consistiram na consolidação dos muros, com a colocação de argamassas tradicionais nas juntas dos muros da igreja e dos túmulos pétreos. As juntas das pedras do piso foram limpas, aplicou-se biocida neutro e biodegradável e foram consolidadas com argamassas tradicionais. As pedras foram limpas à unidade, com escovas de cerdas macias. A área romana foi coberta com geotêxtil e reenterrada, após a aplicação de biocida neutro e biodegradável. Em toda a área coberta foi aplicada uma camada de areia de rio grosseira, justapondo-lhe uma de brita negra, de modo a não interromper o ciclo da água. Por fim, o município de Terras de Bouro ficou com a incumbência de colocar uma placa explicativa, bem como de proceder, de dois em dois anos, a obras de manutenção da conservação.

Com a recuperação e musealização deste sítio arqueológico pretendeu-se, de forma simples, eficaz e economicamente viável, complementar o percurso de quilómetros que se faz através da Via XVIII do Itinerário de Antonino, a Via Nova, ou Geira. Era intenção da campanha constituir-se, por um lado, como uma mais-valia cultural, e, por outro, que pudesse contribuir para a pacificação e compreensão do papel positivo da arqueologia, em aspetos práticos e identitários, junto das comunidades locais.

CONCLUSÃO

A campanha arqueológica de 2004 consistiu, somente, na conclusão dos trabalhos interrompidos em 1992. Assim sendo, não se pretendia que viesse a constituir-se como uma importante fonte informativa, mas que permitisse completar as respostas anteriormente procuradas. Nessa

perspetiva revelou-se bastante satisfatória, visto que, passados doze anos, pôde ainda proceder-se à execução dos registos em falta e dar cronologias mais assertivas para o templo cristão. Paralelamente, ofereceu uma hipótese de cronologia de abandono do sítio romano, o que, a juntar com a de fundação, avançada no relatório de 1992 (finais do século I), permite entender um pouco melhor com que realidade se terá de trabalhar em futuras intervenções que se venham a realizar neste sítio, agora focadas nesse contexto específico.

Atendendo à realidade local, parece ter sido equilibrado o compromisso de não se levantarem as sepulturas, contudo, tal decisão, não deixa de constituir um empobrecimento na informação recolhida, até porque, como é consensualmente aceite, poucos indicadores são reveladores de permanências ideológicas e da mentalidade das comunidades como a atitude face à morte. Esta circunstância, aliada ainda ao facto de, atualmente, existir um cemitério de família no templo sucessor do intervencionado, bem como a localização do cemitério da aldeia, que fica anexo à igreja, permitiam antever um estudo bastante promissor.

Seja como fôr, ficou um exemplo de como, com poucos recursos financeiros, se pode contribuir para o conhecimento científico, se pode apoiar economicamente e culturalmente a comunidade local, estimulando o conhecimento próprio e o turismo cultural, bem como se pode reabilitar património, contribuindo com casos particulares para enriquecer a narrativa do processo de candidatura da Geira a Património Mundial da Humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e ALMEIDA, Pedro Brochado de (2007), «Sinais de romanização junto à igreja românica de Meinedo», in *Oppidum*, n.º 2, pp. 75-94.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*, Faculdade de Letras, Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), *História da Arte em Portugal: O Românico*, Ed. Alfa, volume 3, Lisboa.

AMARAL, A. E. Maia (1985), «À descoberta do epigrafista José de Matos Ferreira: a propósito de uma edição recente», in *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, pp. 231-237, UAUM, Braga.

BARROCA, Jorge Mário (1986), «Um templo pré-românico – a igreja velha de Mondim (Panque, Barcelos)», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Série II, volume 3, pp. 277-290.

BARROCA, Mário (1988), «A ocupação medieval em Castelo de Matos: Primeira abordagem», in *Arqueologia*, 17, Grupo de estudos arqueológicos, pp. 159-171, Porto.

COSTA, Avelino Jesus da (1997), *O Bispo D. Pedro e a organização paroquial da arquidiocese de Braga*, 2ª edição revista e ampliada, Ed. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga.

FERREIRA, José de Matos (1994), *Via Romana do Gerês (Geira) em 1728*, Ed. Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.

FONTES, Luís (2010), «O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação», in *VI Simposio de arqueología Visigodos e Omeyas*. http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/files/Fontes2.pdf

GASPAR, Alexandra (1985), «Escavações arqueológicas na rua de N.ª S.ª do Leite, em Braga», in *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, UAUM, pp. 51-125, Braga.

JUAN TOVAR, Luis Carlos e BLANCO GARCÍA, Juan Flc. (1997), «Cerámica común tardorromana, imitación de sigillata, en la Provincia de Segovia. Aproximación al estudio de las producciones cerámicas del siglo V en la Meseta Norte y su transición al mundo hispano-visigodo», in *Archivo Español de Arqueología*, 70, n.º 175/176, pp. 171-219, Departamento de Historia Antigua y Arqueología del Centro de Estudios Historicos del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

SOEIRO, Teresa (1985/86), «A Suvidade de S. Mamede de Recezinhos: campanha arqueológica de 1985», in *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 2/3, pp. 15-32, Câmara Municipal de Penafiel, Penafiel.

VV.AA. (1998), «Cerâmica medieval e moderna no Norte de Portugal: ponto da situação e problemática», in *2ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval*, pp. 457-483, Câmara Municipal de Tondela, Tondela.

VV.AA. (2001), *Memórias e Imagens de Terras de Bouro Antigo*, Estudo, introdução e fixação do texto de José Viriato Capela, Ed. Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro.

NOTAS

- 1 Doutorado em arqueologia moderna. Arqueólogo na Direção Regional da Cultura dos Açores. O autor deseja agradecer a colaboração de Luís Fontes e Eurico Sepúlveda, com os quais manteve interessantes e profícuas trocas de ideias sobre diversos aspetos da intervenção. Deseja agradecer, de igual modo, a David Mendes e António Aires, numismatas, pela classificação das moedas exumadas, bem como a Francisco Sande Lemos e Ricardo Silva pela profícua colaboração.
- 2 Pretendeu-se, com esta análise de materiais, obter instrumentos fiáveis de datação, quando tal se revela possível, pelo que, os critérios utilizados para a sua elaboração foram simples. As peças foram observadas de acordo com as suas características tipológicas gerais, de natureza técnica (cor e características da pasta, tipo de execução, cozedura e acabamentos) e funcional, baseada numa observação macroscópica, com vista a obter elementos suficientes para comparação com dados de outras intervenções. As reduzidas áreas a escavar e, subsequentemente, a verificação de remeximentos do solo, não aconselharam outra abordagem.
- 3 As rosadas tiveram pouco tempo de cozedura, as vermelhas tiveram um ótimo tempo de cozedura e as acastanhadas tiveram excesso de tempo de cozedura. Estas variações podem acontecer

numa mesma fornada, uma vez que os fornos eram sobrelotados com peças, pelo que umas estavam mais próximas da fonte de calor que outras, sendo comum constatar essas variações.

- 4 Sobre este assunto veja-se Juan Tovar e Blanco García, em artigo publicado em 1997, intitulado *Cerámica común tardorromana, imitación de sigillata, en la provincia de Segovia*, com especial atenção à página 205.

- 5 A cronologia apontada para a edificação do templo cristão não confirma, subsequentemente, a datação avançada por Avelino Jesus da Costa (1997:74 e 156), baseada ainda nos resultados preliminares de 1992, que atribuiu a génese deste templo ao Século IX.

EXCERTOS DE MATOS FERREIRA

(...) Na Veyga de São João pegado à area em que esteve antigamente a igreja matriz, appareceu um padrão que os moradores do Campo puseram levantado na estrada que vahi por fora da Veyga. Este padrão não he marco da Geyra, mas em memoria de hum admiravel e grande edificio do tempo de Cesar, e ainda hoje se vêem pedras desta obra espalhadas por algumas partes, e na passagem do ryo estão muytas, todas de obra romana; o padrão deste edificio tem de alto sette palmos e nove de grosso, e a primeira regra da inscripção parece estar falta de duas ou tres letras, e as que se podem ler são as seguintes: M. C. CAES. C. I. C.

Parece que quer dizer que aquele admirável e grandioso edificio que se fez naquele lugar se dedicou a Cayo Julio Cesar e a Cayo Cesar; esta inscripção poderá com muita facilidade ter outra construção, a qual deixo aos curiosos. Neste sitio não havia só esta obra, mas havia outras mais cousas que lhe correspondiam e estendiam pella planicie daquelle cham adiante athe espaço de meya milha (...)

In *Via romana do Gerês (Geira)*
em 1728, pp. 30-31.

(...) Passa tambem a Geyra pelo lugar de São João do Campo e he assim chamado, por ser o sitio em que está hua campina muyto dilatada e comprida; esta freguesia he a mais antiga que há não só no concelho de Terras de Bouro, mas em todos os mais circunvizinhos, e assim o reconhecem muytas freguesias do termo da villa da Barca com as procissões de clamores que todos os annos vão fazer à igreja de São João do Campo, ficando em distância de tres legoas: há tradição ser a igreja paroquial, que há trinta annos se desfez, e mudou para mais perto do lugar, a donde hoje está, fundação dos Cavalleyros Templarios que defendião a estrada

da Geyra, depois de expulsados os Romanos e os Godos da espanha, a cujo cargo estava o deffender as estradas publicas, principalmente as das Casas Santas de Jerusalem, e do Apostolo São Tiago, que nesse tempo hera a Geyra.

Não se pode duvidar que a igreja que dantes havia em São João do Campo, fosse fundação e domicilio dos Cavalleyros Templarios; porem que elles fossem os primeyros fundadores não se deve consentir, pois he certo que foy um edificio dos Romanos, como se collige de um padrão que eu vi metido hua parede junto à aria da antiga igreja, aonde vi tambem algumas pedras lavradas de almofadas, e muytos pedaços de columnas grossas, e delgadas, que tudo foy de edificio Romano, e supposto que algumas pessoas fazião muy certa a tradição pellas insignias, que tinha a dita igreja, e pelos vestigios que se acharão em suas ruynas; com tudo não deixão os tais de serem Romanos, pois no ambito da dita igreja, e pelos vestigios que se acharão em suas ruynas; com tudo não deixão os tais de serem Romanos, pois no ambito da dita igreja se descobrião debayxo lageados de tijolo de quatro palmos em quadro, e tres dedos de grossura, sendo cada hum destes não só desta grandeza, mas temperados e cozidos no fogo por tal engenho, e arte, que são tão fortes e duros como a mesma pedra; achão-se tambem debayxo da terra lageados de pedra lavrada e ricos monumentos de pedra inteyriça, em que ajustavão nelles os corpos mortos, pés, cabeças, e braços, tudo feyto com muyta grandeza e custo; e só estes tumulos mostrão ser cousa dos Templarios, que tudo o mais se verifica ser dos Romanos, e juntamente elles os primeyros edificadores deste edificio, e depois poderia ser dedicado ao Baptista em tempo do Emperador Constantino Magno; pois este Emperador mandou a muytos templos dos gentios dedicar a Imagens Sagradas, e assim existiria até à destruição dos Mouros em Espanha; e das ruynas do edificio se aproveytarião os Templarios, erigindo a Igreja antiga, que de presente se achava. (...)

In *Via romana do Gerês (Geira)* em 1728, pp. 60-61.

MANUSCRITO 425 DOS RESERVADOS DA BNL

Na aria, em que esteve antig.te a Igr.a matriz de S. João do Campo, tiverão os Romanos hu grandioso Templo, adonde venerarão os seus ídolos e satisfazião os votos que lhes prometião. Estava este Templo no sítio da Veiga de S. João, alem do Rio, em distancia de 50 passos, e da aldeia ou lugar do Campo 600 passos; presumesse que este Templo foy arruinado pellos Godos e depois reedificado, em tempo do Emp. Constantino Magno, e delicado a S. João Baptista do Campo e dahi a an.s foy pessuido pellos Cavall.os Templarios; extinctos estes ficou sempre permanecendo athe o anno de 1692, em que por Capp. de Vesita se mandou mudar para o lugar do Campo, por a dita Igr.a estar em sitio ermo e remotta da povoação, foy com effeito demolida no d.to anno, e a pedra della se conduzio p.a a Capella de S.to Antonio do

lugar do Campo e com a dita pedraria se acrescentou, e reedificou a Capella do S.to, que ficou sendo a Parochia da freg.a athe que ultimamente no anno de 1718 se reedificou toda de novo e se fez com mayor grandeza, e primor do q. antes hera. Na pedraria que no anno de 1692 se conduzio da antiga Igr.a p.a a nova se mostra hinda hoje q. havia pedras com muitas noticias da ant.de romana, e q. os Pedreyros, que trabalhavão na nova Igr.a tudo destruirão, e apagarão, e outras levarão os lavradores p.a suas Casas, por serem pedras bem lavradas, assim de capiteis, columnas, cubertas de sepulturas, padieyras, e padrões, q. tudo se vê hoje pellas casas delles. Tambem o anno passado de 1742, reedificando-se de novo a sacristia da Igr.a metriz de S. João do Campo se descubriu no alicerce da esquina da dita sacristia hua pedra quadrada de dous palmos de largo, em cada face, e 4 de alto, em ambas as pontas tem frisos ou moldura como capitel; na ponta que ficava p.a o ar tem hum buraco ou cavidade da largura de hum palmo em quadro, e hua mão travessa de alto; principia nesta largura e para baixo se faz mais estreita, e acaba em hum circuito redondo do tamanho de hua laranja. Esta pedra pello feytio q. tem, e pella inscripção que nella está gravada, em letras muito bem feytas, offereceo (a certo Idolo q. venerava naquelle templo) quantid.de de dir.o por votto q. lhe tinha prometido, como se vê da seg.te inscripção: ANICIV/S ARQVLI/VOTVM/LIBENS/OCAERE/SOLVIT

Quer dizer: Anicio de Arqueleio de boa vontade pagou com este thesouro o votto que tinha prometido. Grande descuydo foy deste Anicio não mandar gravar nesta inscripção o nome do Ídolo a quem fez o votto, porq. então sabiamos de q. hera o templo ou edificio que havia no sitio da Igr.a antiga de S. João do Campo. (...)

In Via romana do Gerês (Geira) em 1728, pp. 83-84.

«A Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde, Felgueiras, é uma pequena construção de linhas austeras, praticamente sem decoração architectónica. Apesar da cronologia tardia que se propôs, finais do século XIII, o estudo de arqueologia da arquitectura a que foi sujeita em 2004 revelou-a, em nossa opinião, como profundamente devedora de padrões construtivos pré-românicos (Fontes e Catalão 2008), pelo que a incluímos neste trabalho. Trata-se de uma edificação unitária, em cantaria de blocos graníticos de forma geral paralelepipedica, esquadrados sem especial cuidado e montados em fiadas horizontais regulares, elevando, com ressaltos, paredes de dupla face ou paramento, com miolo preenchido por cascalho, calhaus e argamassa saibrosa. O aparelho, pseudo-isódomo, apresenta juntas horizontais quase secas e juntas verticais irregulares, também secas. Observam-se algumas alterações de alinhamentos de fiadas, geralmente acertados com recurso a fiadas e/ou blocos de menor altura e que poderão corresponder a fases de obra.

Os blocos graníticos dispõem-se quase sempre longitudinalmente (de peito), alterando a distâncias irregulares, com um bloco colocado transversalmente (de testa), que geralmente atravessa toda a parede ficando, por vezes, saliente da face desta. A generalidade dos blocos foi rachada e toscamente afeiçoada a picão, percebendo-se um desbaste especialmente orientado para as faces horizontais de assentamento, dei-

xando-se as faces exteriores ligeiramente convexas, sem qualquer outro tratamento. Contudo, muitos outros apresentam uma esquadria mais perfeita e um tratamento mais cuidado da face, reconhecendo-se nas superfícies mais regulares de algumas das faces, designadamente em todas as que compõe as guarnições dos vãos, um acabamento a cinzel. Em alguns observam-se os rasgos correspondentes à utilização de cunhas de madeira para o corte.

Em nenhuma parte do edificio se identificaram quaisquer siglas ou marcas de canteiro. Nos vãos originais distinguem-se os das frestas, todos em arco de volta perfeita e abertura em capialço (alargam do exterior para o interior), e os vãos das portas, o da fachada ocidental em arco de volta perfeita, inscrito na espessura da parede, com tímpano fechado sobre lintel apoiado nas ombreiras e o da porta meridional, em arco ligeiramente apontado, também inscrito na espessura da parede, com tímpano fechado sobre lintel apoiado em mísulas salientes das ombreiras.

O coroamento das paredes é rematado por uma cornija de secção ligeiramente côncava, apoiada em modilhões lisos, com simples decoração moldurada ou com raros motivos tipo pinha ou rolos. Esta cornija recebia uma cobertura original em duas águas, tanto na nave como na capela-mor, como denuncia a empena triangular, que na fachada ocidental é rematada por um pequeno campanário em arco de volta perfeita com cobertura triangular capeada.

No seu conjunto, o edificio desenvolve-se no sentido Oeste – Este, compondo uma igreja de nave rectangular e capela-mor quadrada, esta mais pequena e bastante mais baixa, com um balcão interior perimetral, tipo banco e ainda com a particularidade de se implantar a uma cota significativamente mais elevada que a da nave, determinando dois níveis de pavimento distintos, vencidos por três degraus no vão do arco triunfal.

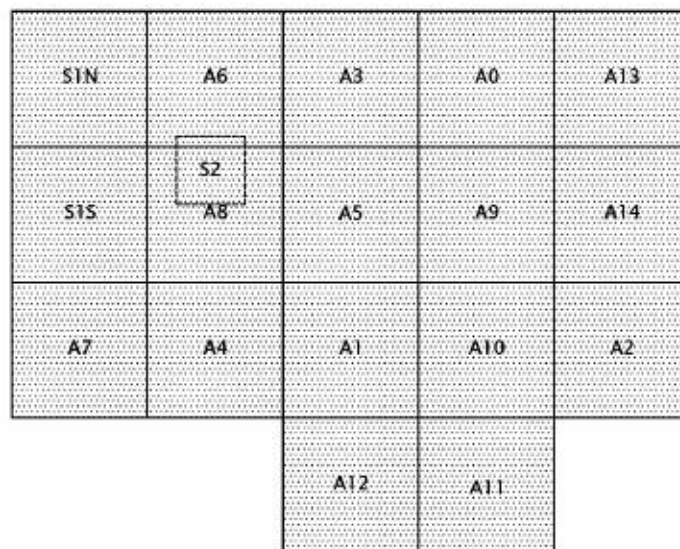
Salientes na fachada Sul da nave conservam-se a quase totalidade das mísulas e do rufo

pétreo da cobertura do alpendre, que deste lado abrigaria os fiéis e a área sepulcral. Ladeando a porta axial, no exterior, conservam-se dois sarcófagos em granito, violados, com caixa antropomórfica e tampa monolítica configurando cobertura a «duas águas».

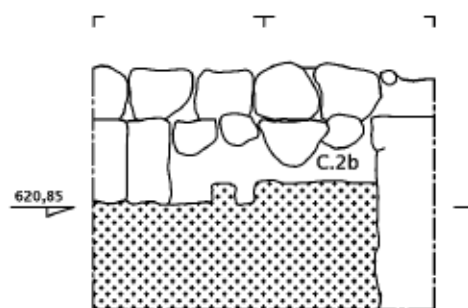
Não conhecemos qualquer documento relativo à fundação da igreja velha de São Mamede de Vila Verde. A proposta de uma cronologia para a edificação original do templo foi, assim,

baseada no contexto histórico local e nas características técnico-construtivas e estilísticas da edificação.

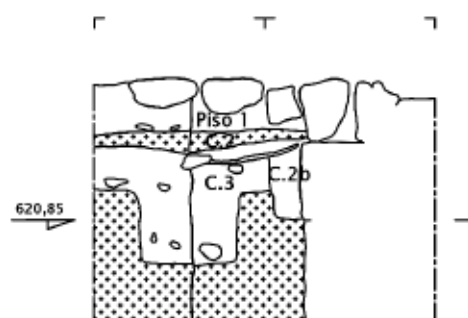
A forma geral da planta e a sua volumetria, a par dos elementos arquitectónicos e decorativos particulares como são os modilhões, as frestas e as portas com arco semi-circular ou ainda os sarcófagos, bem como o contexto histórico associável, em que releva a instalação em Vila Verde, no decurso do século XIII, de Mendo de Sousa e família, permitem-nos classificar o edifício como um projecto românico tardio de expressão rural, em que parecem cruzar-se influências simultaneamente conservadoras e progressistas, cuja edificação terá decorrido nos finais do século XIII» (FONTES: 2010).



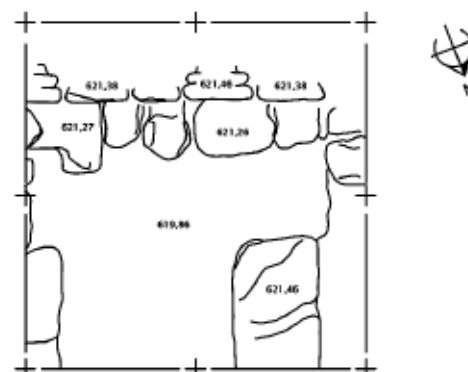
Escuela Municipal de Teatro de Buenos Aires		Escuela Municipal de Teatro de Buenos Aires	
Proyecto	Proyecto	Proyecto	Proyecto
Resolución	Resolución	Resolución	Resolución
2006	2006	2006	2006
Escala: 1/100		Plano Secciones	
		P5	
		Sistemium	



Corte Sul



Corte Este



Plano

 Saibro

Des. Campo:	Joaquim Folhento	Câmara Municipal de Terras de Bouro	
Des. Gabinete:	Joaquim Folhento	S. João do Campo	
Novembro 2004	Esc.: 1/20	Sondagem 2 Plano e Cortes	Desenho: S2





Igreja de S. João após desmatamento e limpeza.



Igreja de S. João após desmontagem das banquetas e intervenção.



Porta principal e marca de canteiro.



Base de coluna romana na parede da igreja e área da sondagem do dito templo.



Foto: Signinum - Gestão de Patrimônio Cultural

Início dos trabalhos de conservação.

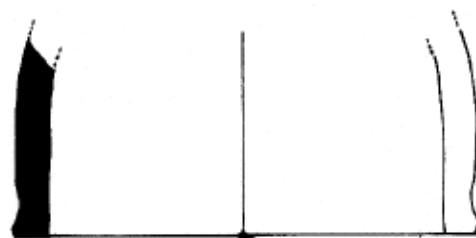


Foto: Signinum - Gestão de Património Cultural

Musealização de sítio.



1



2



3

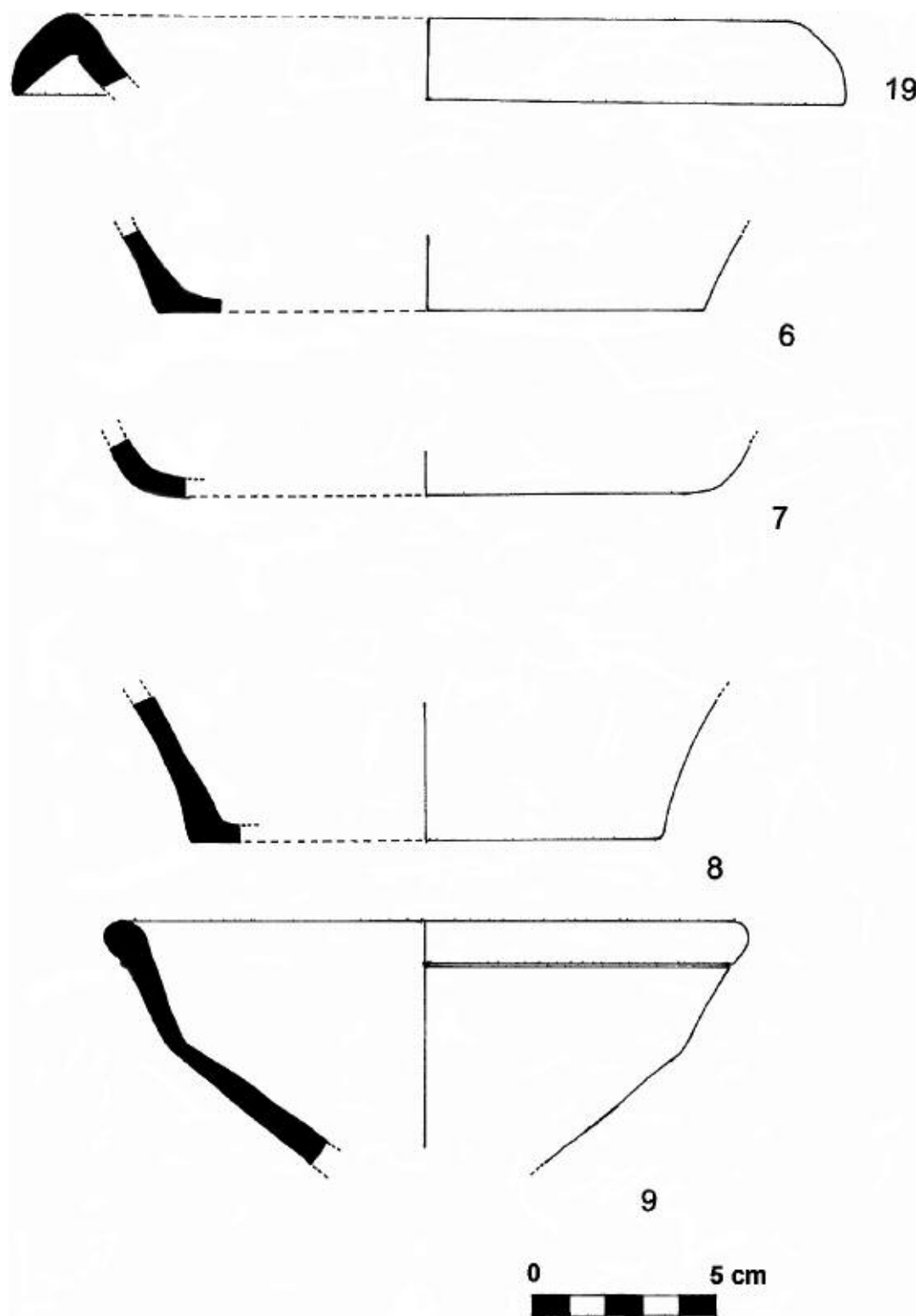


4

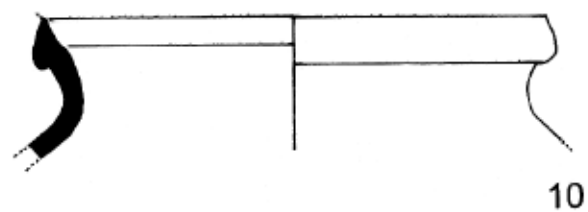


5

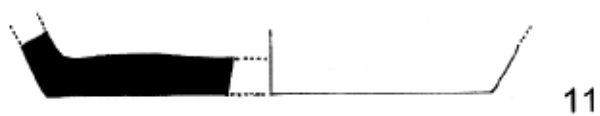




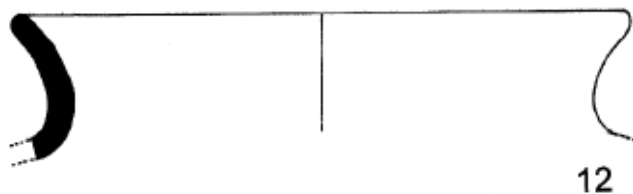
Cerâmica comum romana (sécs. I-III) e imitação de sigilatta (desenho 9), do século V.



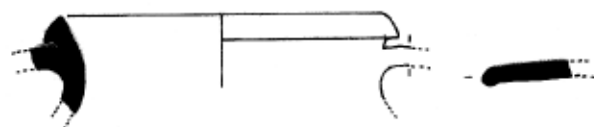
10



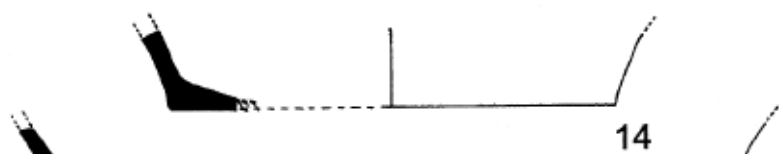
11



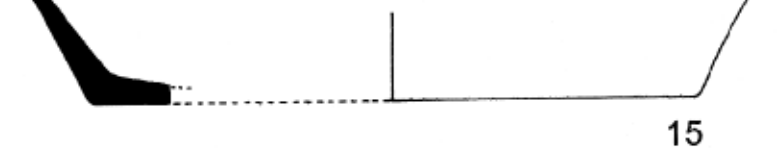
12



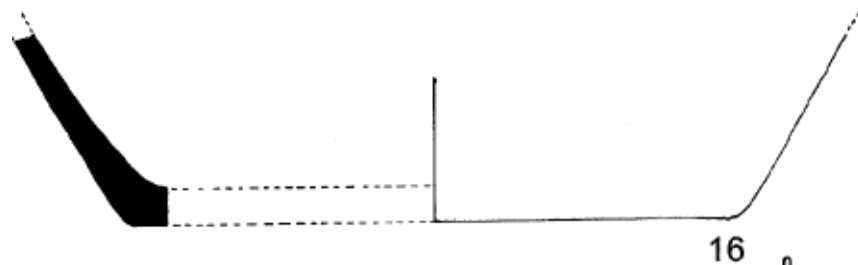
13



14

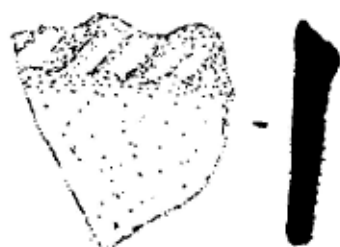


15

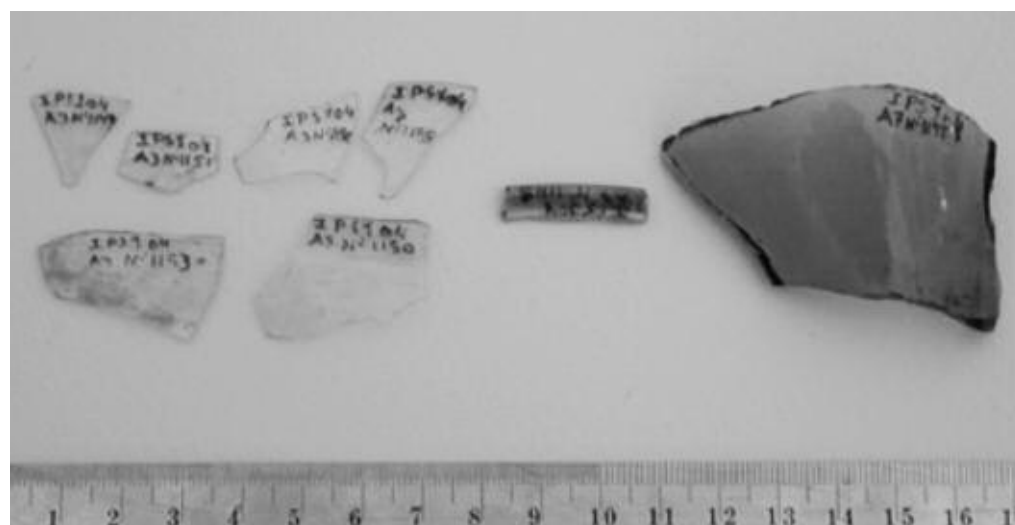


16

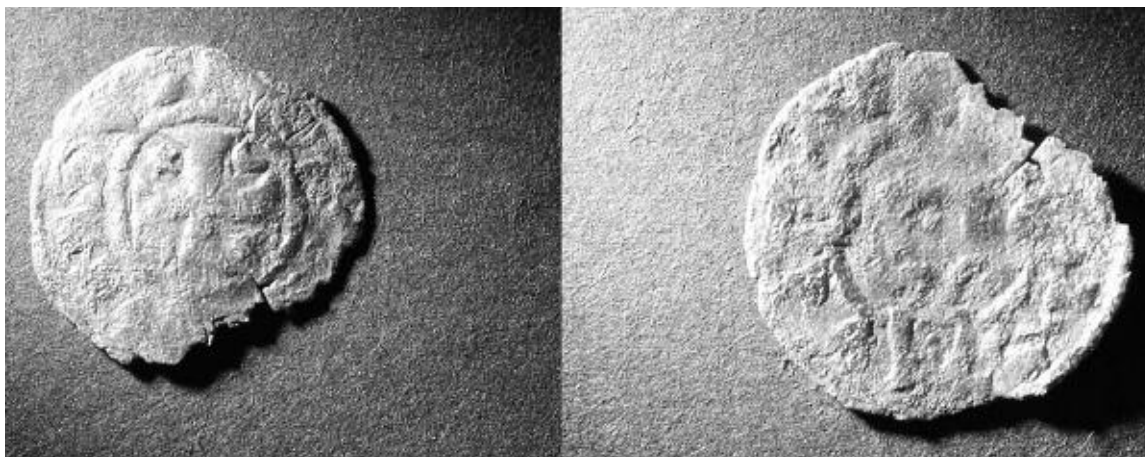




17
18



Vidros.



Moeda 1.



Moeda 2.



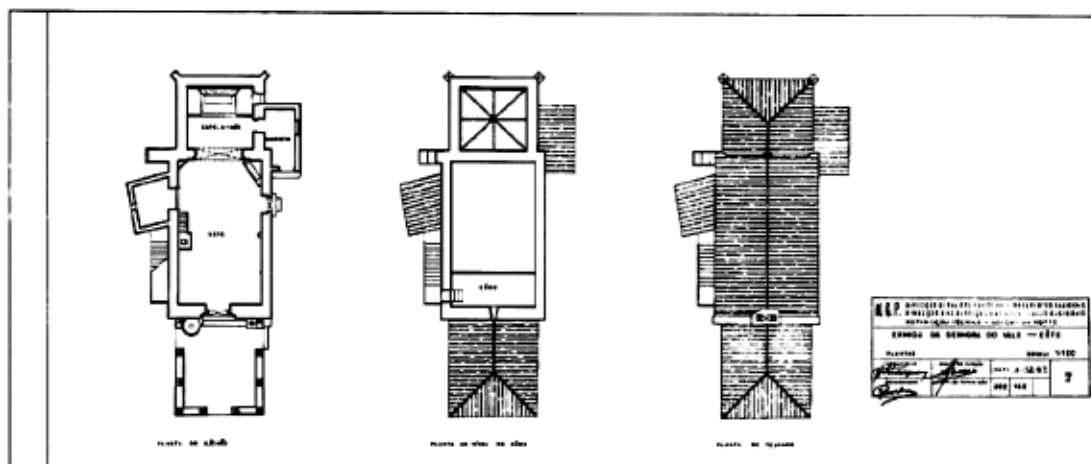
Cerâmica romana – à esquerda, século V; as restantes, séculos I-III.



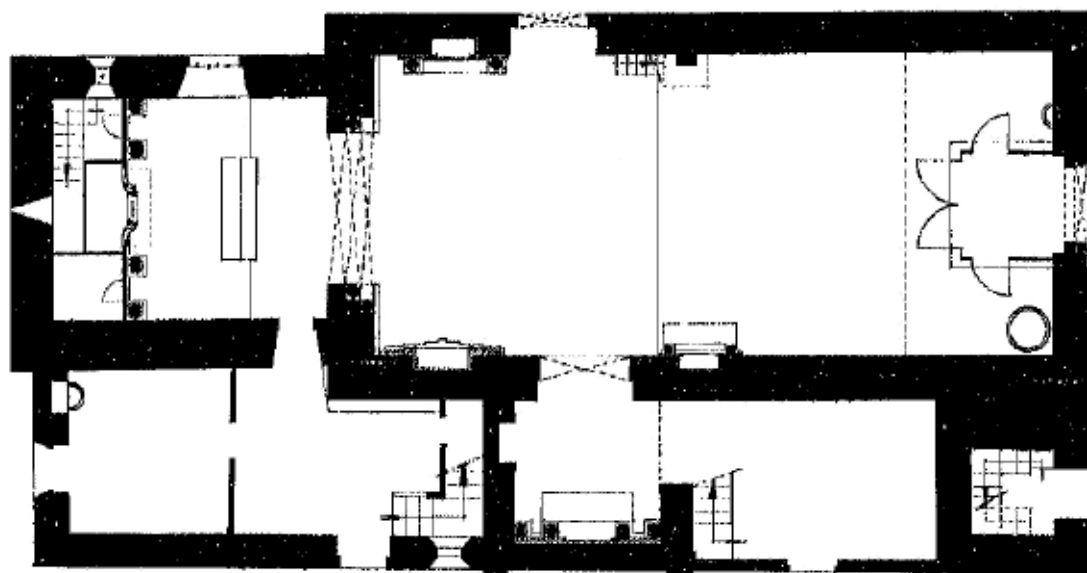
Cerâmica – séculos XI-XIII.



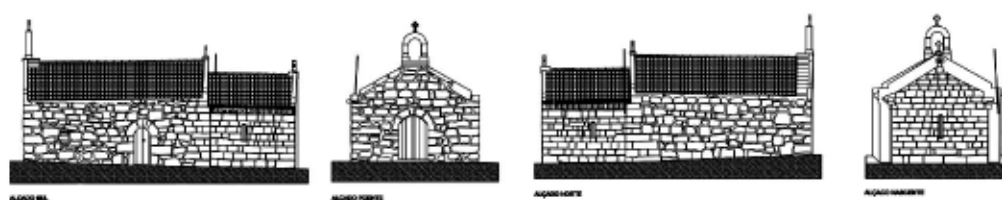
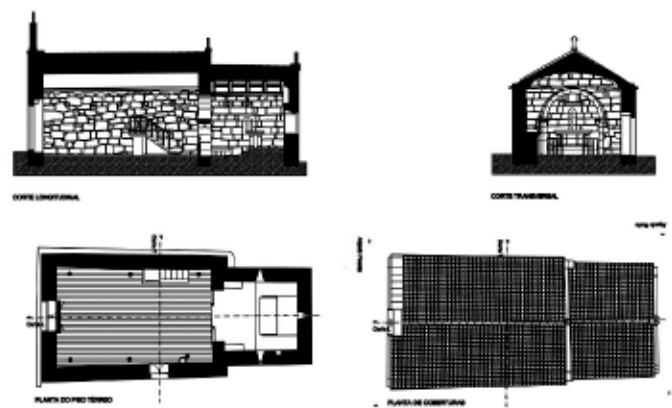
Fragmento de faiança Setecentista.



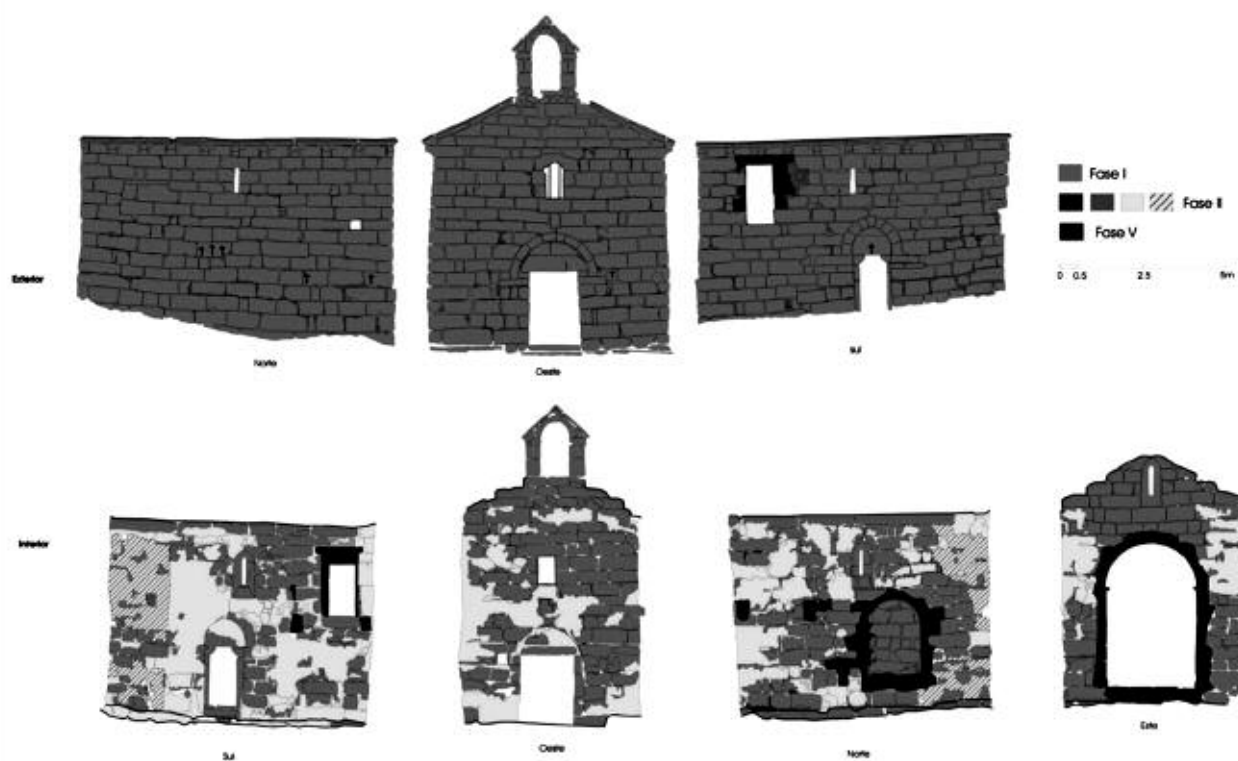
Planta da ermida de Nossa Senhora do Vale – Séculos XII-XIII.



Planta da capela de S. Salvador de Ribas – século XIII.



Planta e alçados da capela da Senhora da Piedade da Quintã – século XIII.



Alçados da igreja velha de S. Mamede de Vila Verde (in Fontes: 2010).



Igreja velha de S. Mamede de Vila Verde.

NECRÓPOLE MEDIEVAL E MODERNA DE MÉRTOLA – NOVOS DADOS

CLARA RODRIGUES*

MARIA DE FÁTIMA PALMA*

RESUMO

Foi na Alcáçova do Castelo que se iniciaram os trabalhos do Campo Arqueológico de Mértola. Desde 1978 foram postos a descoberto uma densa necrópole da Baixa Idade Média/Moderna, um intrincado bairro de época islâmica e um impressionante complexo religioso paleocristão que integra um criptopórtico, um baptistério do século VI e um interessante conjunto de mosaicos de forte influência bizantina, os quais tem sido largamente estudados e divulgados. Depois da conquista cristã, em 1238, toda esta zona, antes ocupada pelo bairro islâmico, é transformada pelos vencedores em cemitério de onde já foram exumadas mais de setecentas sepulturas.

Neste artigo apresentamos uma das fases menos difundidas deste importante local, a necrópole medieval/moderna, escavada durante os últimos trinta e cinco anos de investigação. As mais de sete centenas de sepulturas até agora escavadas possibilitaram diversos dados arqueológicos e antropológicos, os quais em conjunto permitem uma melhor compreensão desta necrópole, da população que habitou Mértola, das inúmeras patologias identificadas. O estudo das sepulturas e dos vestígios humanos permite a caracterização das sociedades antigas, em particular o seu modo de vida, crenças religiosas, rituais funerários e, em alguns casos, as actividades a que se dedicavam as populações. Este é um trabalho em progresso, visto que as escavações prosseguem neste local e todos os anos são exumados novos indivíduos, possibilitando a continuidade do estudo e também a análise dos dados mais antigos. Apesar

da grande quantidade de sepulturas escavadas, o estudo antropológico mais sistemático só começou a ser realizado há poucos anos, mostrando-se agora os primeiros resultados.

ABSTRACT

Mértola's Archaeological Site began its work in the Alcáçova of the Castle of Mértola. Since 1978 we uncovered a dense necropolis from the Late Middle Ages/ Early Modern Period, an intricate Islamic neighbourhood and an impressive paleo-christian religious complex that integrates a crypto-porticus, a 6th century baptistery and an interesting collection of mosaics with a strong Byzantine influence, which have been largely studied and divulged. After the Christian conquest, in 1238, this entire area, formerly occupied by the Islamic neighbourhood, was converted by the victors into a graveyard, from which already more than 700 graves were exhumed.

* Campo Arqueológico de Mértola.

In this article we present one of the less known phases of this important site, the Medieval / Modern necropolis, excavated during the last 37 years of research. The more than 700 graves excavated until now brought to light several Archaeological and Anthropological data, which combined allow a better understanding of this necropolis, of the population that inhabited Mértola, and of the innumerable pathologies that were identified. The study of the graves and human remains allows for the characterisation of ancient societies, particularly of their way of life, religious beliefs, funerary rituals, and in some cases of the activities to which the populations dedicated themselves. This is a work in progress, since the excavations in this site are still underway and each year new subjects are exhumed, allowing further study and also the analysis of older data. In spite of the large quantity of excavated graves, a more systematic Anthropological study only began to be realised a few years ago, now showing its first results.

ALCÁÇOVA DO CASTELO DE MÉRTOLA – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Os trabalhos arqueológicos em Mértola desenvolvem-se há quase quarenta anos e a zona mais alta foi o sítio inicial das investigações nesta pequena vila. A Alcáçova do Castelo de Mértola situa-se na área mais alcantilada do espaço intramuros, foi o centro militar e religioso. No seu topo, o Castelo dominava a vila, aos seus pés, edifícios religiosos sacralizavam um espaço dominado pelos representantes do poder. Na vertente norte da encosta do Castelo, o possível *forum* da cidade romana cria uma plataforma artificial, suporte do mais imponente conjunto monumental da velha *Myrtilis*. Todo este espaço, aplanado artificialmente, assentava na muralha e numa galeria subterrânea, o criptopórtico, com cerca de 30 metros de compri-

mento e 6 metros de altura, o qual serviu, primeiro como armazenamento alimentar e mais tarde de cisterna.

Na Antiguidade Tardia, foram erigidas sobre o criptopórtico um conjunto de suntuosas construções religiosas. Entre estas contam-se as ruínas de um baptistério do século V, na altura revestido de mármore e rodeado por um belo conjunto de mosaicos policromos de que restam alguns fragmentos significativos. Os mosaicos apresentam uma rica figuração de animais e cenas de caça, com especial destaque para a representação de um cavaleiro caçando com um falcão e para uma composição de dois leões afrontados separados pela árvore da vida. Estes mosaicos contam com paralelos em edifícios religiosos do Mediterrâneo Oriental do século VI. Recentemente, na zona da Encosta do Castelo escavou-se um edifício religioso com outro baptistério de maiores dimensões, o que vem atestar a importância desta cidade no século VI.

Em época islâmica, no decurso dos séculos XI, XII e XIII, toda esta zona é ocupada por um bairro habitacional. Na segunda metade do século XII um conjunto de obras públicas teve lugar na área a que chamamos hoje zona palatina. Nelas se incluiu um amplo programa de remodelação da mesquita. Deste bairro conhecemos cerca de vinte casas, todas elas têm basicamente as mesmas estruturas: um átrio servia de mediação entre o exterior e o coração do lar, cujo centro era um pátio central descoberto, com ou sem tanque. Através deste pátio, chegava-se a um ou vários salões, com as suas respectivas alcovas, à latrina e à cozinha, em algumas delas com áreas diferenciadas para a confecção e para o armazenamento dos alimentos.

Este bairro possui um bem delineado traçado de ruas e a concepção de sistemas de saneamento. A rede viária organizava-se, na extensão até agora posta a descoberto, em eixos delineados em linhas perpendiculares entre si. A área habitada era estruturada por duas ruas que delimitavam a alcáçova a norte e a oeste (MACIAS, 2005). Este modelo de casa terá predominado em todos os espaços urbanos do al-Ândalus ao longo dos séculos XII e XIII, cuja organização não conheceu grandes alterações formais. No entanto, não existem dois exemplares de casa iguais e as variações detectáveis são referentes às dimensões das casas, à qualidade da sua construção (tanto nos cuidados estruturais existentes como no que respeita aos materiais utilizados) ou à aplicação de elementos decorativos (MACIAS, 2005).

Depois da conquista cristã de 1238, o bairro é completamente abandonado e o espaço que se foi aplanando é adaptado a cemitério aquando da cristianização da Mesquita que é transformada em Igreja, pela Ordem de Santiago. É nesta altura que este espaço, muito próximo da Igreja, começa a ser utilizado como cemitério. Este era um campo-santo, alargado e com alguma dimensão onde se sepultavam os entes queridos, numa altura em que o estatuto e o poder económico diferenciavam aqueles que podiam pagar para serem sepultados junto da Igreja e aqueles que teriam que ficar mais longe. Desta forma, era em torno das igrejas ou no seu interior que se enteravam os mais abastados. A matriz cultural da altura acreditava que quanto mais perto das igrejas fossem enterrados os corpos, estariam mais perto de Deus ou o seu caminho até ao firmamento seria mais célere.

Esta necrópole terá tido um longo período temporal entre a época medieval e moderna, evidências comprovadas arqueologicamente pelas sepulturas escavadas as quais já ultrapassam as sete centenas. No entanto, testemunhos mais recentes mostram-nos que a prática de sepultamento neste local terá durado até inícios do século XX, mesmo depois da construção do Cemitério Municipal – 1896 – um pouco mais ao lado. Demonstrativo da durabilidade deste primeiro cemitério, até à centúria dos anos cinquenta do século passado, são as fotografias do Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) dos anos quarenta do século XX (Fig. 1), onde podemos ver a Igreja ainda com um pequeno cemitério na zona Oeste. Recordam-se e certificam os naturais de Mértola, os que já ultrapassaram os sessenta anos, que neste local havia um cemitério e a respectiva «carneira»¹. Este já não era o cemitério principal mas ainda detinha reminiscências dos enterramentos que ali haviam sido realizados. Note-se, pela imagem que o espaço já era diminuto em relação ao número de sepulturas já escavadas e em relação à área hoje denominada como de Alcáçova do Castelo. O aparecimento de moedas datadas entre os finais século XIII e finais do século XVIII, provenientes das sepulturas e das terras em volta, vem reforçar o que se supõe ter sido o espaço temporal de ocupação da necrópole cristã, ou seja, cerca de 700 anos de enterramentos desde a reconquista cristã até ao abandono, devido à construção do novo cemitério na segunda metade do século XIX. Até meados do século XIX esteve em uso o cemitério junto da Igreja Matriz que, em meados do século XX ainda se encontrava murado enquanto a área mais antiga se encontrava completamente abandonada.



Figura 1 – Fotografia do antigo cemitério junto da Igreja, em 1940, e a respectiva Carneira do lado esquerdo. Fotografias do Arquivo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Se por um lado pensarmos que toda esta extensa necrópole se estabeleceu sobre o antigo bairro islâmico da Alcáçova, a ideia seria que o bairro estaria altamente destruído pelas inúmeras fossas de enterramento. Contudo, toda a sequência estratigráfica desde

época romana foi preservada por esta necrópole, que por um lado foi factor de perturbação da estratigrafia, mas que por outro foi factor de conservação. Isto é, o contexto funerário com uma longa duração temporal não permitiu construções posteriores, as quais poderiam ter destruído os níveis estratigráficos mais antigos.

A escavação desta densa necrópole, com enterramentos confirmados entre o século XIII e XIX, está a permitir reconstruir rituais funerários, e alguns hábitos na alimentação e na saúde dos habitantes de Mértola na Baixa Idade Média e nos alvares do Período Moderno.

ANÁLISE DAS ESTRUTURAS FUNERÁRIAS DA NECRÓPOLE MEDIEVAL E MODERNA

A Necrópole medieval e moderna de Mértola está implantada dentro das muralhas nas zonas arqueológicas denominadas por: Encosta do Castelo, Alcáçova do Castelo, Largo da Igreja (LI), Mesquita Igreja Matriz (MIM) e Biblioteca Municipal (BM), – que têm vindo a ser alvo de intervenção arqueológica desde 1978 até à presente data (Planta 1). Os campos mortuários sobrepõem-se e em alguns casos destroem vestígios arquitectónicos pertencentes a edifícios da antiguidade tardia e de um antigo bairro islâmico, como se constata na Encosta e Alcáçova do Castelo. A estrutura da fossa sepulcral e a sua cobertura são por vezes, construídas, reutilizando materiais provenientes das ocupações anteriores deste local, provocando, em alguns casos a destruição dos vestígios arqueológicos dessas ocupações. Porém existem situações em que o facto de se ter implantado uma necrópole por cima de outras estruturas foi um factor de preservação para as mesmas, nomeadamente, no que respeita ao acto de vandalismo, pois o respeito pela morte evita-os.

Ao longo de 37 anos de trabalhos foi possível identificar 784 sepulturas (dados referentes

até ao ano de 2015). A análise funerária revelou que estamos perante uma necrópole de inumação, cujas sepulturas apresentam seis tipologias:

I – Fossas simples abertas no substrato existente, apresentam-se em 451 casos.



Figura 2 – Sepultura 699, exemplo de fossas simples abertas no substrato existente.

2 – Fossas simples abertas no substrato com a cabeceira lateralmente delimitada por pedras ou lajes de xisto e por tijolos reaproveitados do bairro islâmico, ocorrem em 221 casos.



Figura 3 – Sepultura 680.

3 – Fossas parcialmente delimitadas na parte superior por pedras e lajes de xisto ou tijolos, ocorre em 97 casos.

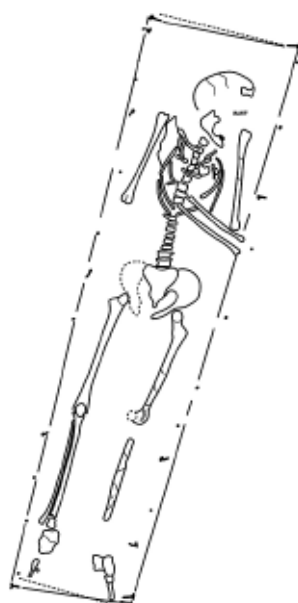


Figura 4 – Sepultura 701, bebé em fossa parcialmente delimitada na parte superior.



4 – Fossas totalmente delimitadas por lajes e pedras de xisto ou tijolos, ocorre em 12 casos.

Figura 5 – Sepultura 367, totalmente delimitada por lajes e pedras de xisto.



0 50 cm

	Campo Arqueológico de Mirtola	
Escala: 1/8		
Data: 1990	Alcova do Castelo	
Tratamento Dattos: Neta Kozuka	Sepultura 362 - Q. SCIP	

5 – Caixaão – esta tipologia está documentada apenas em dois casos. É atestada apenas pela presença, número e disposição de pregos em volta do indivíduo.

Figura 6 – Sepultura 362 – Caixaão.

6 – A sepultura apresenta a cabeceira marcada com uma pedra de xisto colocada ao alto, cerca de 40 cm acima do enterramento, como é possível verificar nas fotografias.



Figura 7 – Sepultura 750, com cabeceira marcada.

Uma análise pormenorizada aos enterramentos indicam-nos que alguns dos indivíduos foram sepultados envoltos num sudário, observações que nos são dadas não só pela presença de alfinetes, mas também pela forma como os ossos se encontram dispostos.

De referir ainda alguns casos, em que está presente a almofada funerária, confirmada pela presença de pedras, lajes ou tijolos colocados por baixo do crânio, ou simplesmente uma porção de terra mais elevada. Existem porém casos em que a almofada funerária não está presente, mas a posição em que encontramos o crânio e a mandíbula indicam-nos a possibilidade de esta ter existido, talvez em material orgânico que se degradou com o tempo.

Grande parte das fossas escavadas não apresentam cobertura, cerca de 622 num total de 784 sepulturas escavadas. Uma pequena percentagem apresenta cobertura parcial até à zona abdominal, constituída por lajes de xisto (21 sepulturas), ou cobertura total, também esta feita em lajes de xisto (10 sepulturas).



Figura 8 – Cobertura parcial, sepultura 567.

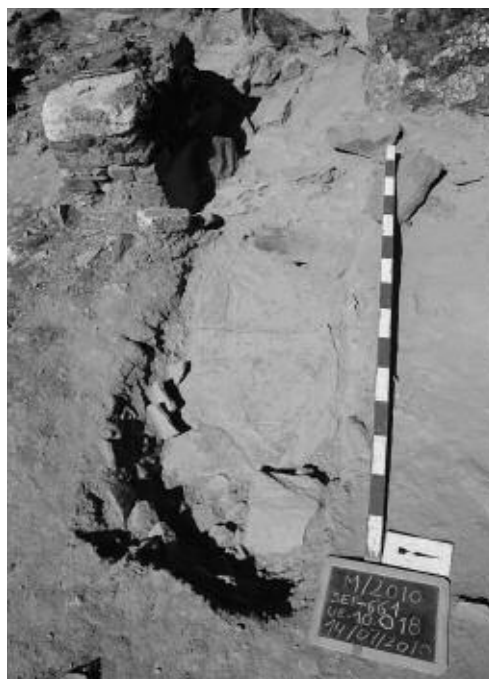


Figura 9 – Cobertura total, sepultura 61.

As restantes apresentam apenas cabeceira coberta, normalmente, por lajes de xisto, mas também surgem casos onde ocorreu o aproveitamento dos materiais de construção das ocupações anteriores, telhas, tijolos, mármore, etc. A preferência pelo xisto é apenas por se tratar de um material local de fácil acesso.

Os indivíduos exumados revelam a existência de dois tipos de enterramento: o individual presente em 698 casos.



Figura 10 – Enterramento individual, sepultura 1 da Biblioteca Municipal de Mértola.

O enterramento coletivo encontra-se presente em 83 casos, sendo que neste último observámos três realidades diferentes:

1 – Enterramento coletivo primário com redução de um ou mais indivíduos em seu redor (reutilização da sepultura).

Figura 11 – Enterramento coletivo primário com redução sepultura 696.



2 – Enterramento coletivo primário de dois ou mais indivíduos em simultâneo.



Figura 12 – Enterramento coletivo primário, sepultura 595.

3 – Enterramento coletivo secundário (ossários ou carneiras).



Figura 13 – Enterramento coletivo, ossário 1 do Largo da Igreja.

A exumação dos indivíduos revelou que estão presentes diferentes deposições para as quatro tipologias no que respeita à colocação do cadáver na sepultura:

1 – Decúbito dorsal está presente em 719 das sepulturas exumadas (seguem a regra dos enterramentos cristãos, com a cabeça orientada a W (579 sepulturas) e a SW (99 sepulturas).



Figura 14 – Decúbito dorsal, sepultura 4, Mesquita/Igreja Matriz de Mértola.

2 – Decúbito ventral (apenas se registaram dois casos, dois indivíduos adultos do sexo feminino, ambos com a cabeça orientada a W) esta posição pode estar relacionada com um acto de punição, pela prática de bruxarias.



Figura 15 – Decúbito ventral, sepultura 150.

3 – Decúbito lateral direito (dos indivíduos que apresentam esta tipologia (7), apenas um (adulto/masculino), é consistente com a orientação S/N, utilizada em necrópoles islâmicas, o que nos suscita algumas dúvidas. Os restantes apresentam a cabeça orientada a W ou SW, pertencem a indivíduos adultos de ambos os sexos. Apenas um é infantil e somente um indivíduo apresenta a cabeça orientada a NE, no qual não foi possível determinar o sexo e a idade.

Figura 16 – Decúbito lateral direito, sepultura 675.



4 – O Decúbito lateral esquerdo está representado em oito sepulturas, sendo que destas cinco estão orientadas a W, uma SW, uma a S e outra a E. Cinco dos casos são infantis de sexo indeterminado, um adulto masculino e um adulto feminino. Num dos casos foi impossível determinar o sexo e a idade. Nesta necrópole estão ainda presentes indivíduos que apresentam a cabeça orientada a NO (14), SE (2) e N (4). Em 31 sepulturas não foi possível determinar a orientação.



Figura 17 – Decúbito lateral esquerdo, sepultura 368.

Qual o porquê de tantas orientações diferentes? Sabemos que nem sempre as crianças obedecem à regra, mas e os adultos? É apenas uma questão de aproveitamento do espaço? Estas são questões para as quais ainda não obtivemos resposta.

O estudo antropológico desta colecção foi apenas efectuado numa pequena amostra que corresponde a 284 sepulturas, perfazendo um total de 347 indivíduos analisados.

ESTUDO ANTROPOLÓGICO

O Estudo Antropológico foi realizado por alunos da Universidade de Coimbra no âmbito de trabalhos de licenciatura e teses de mestrado, numa parceria entre o Campo Arqueológico de Mértola e o Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra. Estes trabalhos permitiram caracterizar a população residente em Mértola na época em questão, através da análise do perfil biológico e patológico efectuado para cada um dos indivíduos. Este permite aceder não só às características sexuais, etárias, morfológicas, métricas e não métricas e patológicas do indivíduo, como possibilita o acesso a dados da sociedade a que pertenceram.

A metodologia utilizada para realizar o estudo consistiu na observação, registo exaustivo e medição de todos os ossos, com recurso a tábua osteométrica, craveira digital, compasso, fita métrica e lupa.

O perfil biológico efectuou-se através da análise sexual e da estimativa da idade à morte recorrendo a metodologias adequadas para o efeito.

Com estes estudos foi feita uma compilação de dados, com os quais podemos fazer uma breve apresentação.

Diagnose sexual – Foi efectuado somente para os indivíduos adultos, através da avaliação das características morfológicas que são distintas entre sexos, no crânio, mandíbula e coxais, propostas por Ferembach et al. 1980; Buikstra e Ubelaker, 1994, na avaliação métrica dos ossos longos, úmeros, rádios, fémures e tíbias, propostas por Wasterlain, 2000 e na medição dos talus e calcâneos segundo Silva, 1995.

Estimativa da idade à morte – Teve como referência o desenvolvimento ósseo em geral, o comprimento dos ossos longos e a dentição presente, para a qual foi efectuado o registo dos dentes erupcionados (decíduos e definitivos),

e parcialmente erupcionados ou inclusos, no caso dos não adultos. Nos não adultos a estimativa da idade à morte foi realizada recorrendo à representatividade dentária, comparando-a com os esquemas desenvolvidos por Ubelaker, 1989 e ao comprimento das diáfises dos ossos longos segundo Stloukal e Hanáková, 1978 e Scheuer e Black, 2000. Foi ainda observado o grau de união epifisária dos diversos ossos segundo Ferembach e tal, 1980.

Nos adultos a determinação de idade à morte foi efectuada com base na observação de diversos ossos, como o crânio, os coxais, as costelas, e as clavículas, segundo os métodos de Lovejoy et al 1985, Brooks e Suchey, 1990, MacLaughlin, 1990, Masset, 1989, Loth e Iscan, 1989.

Dos 347 indivíduos analisados, pelos alunos do Laboratório de Antropologia da Universidade de Coimbra, 60% destes casos correspondem a adultos, dos quais 126 são masculinos e 64 são femininos e 34 permanecem indeterminados. A idade à morte na fase não adulta ocorreu em 35% dos indivíduos estudados, para os quais não foi determinado o sexo. Os indivíduos estudados distribuem-se da seguinte forma, pelas faixas etárias:

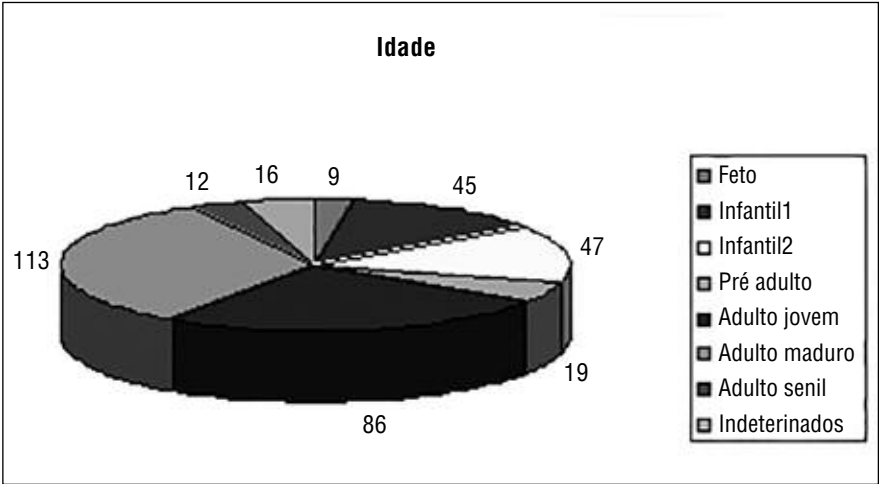


Gráfico 1. Idade à morte

A estatura foi calculada nos indivíduos adultos utilizando o método de Olivier et al 1978 e Mendonça, 2000, para o comprimento dos ossos longos. Foi igualmente utilizado o método de Santos, 2002, para as medidas dos 1º e 2º metatársicos.

O cálculo efectuado em 128 indivíduos de ambos os sexos permitiu estabelecer que os indivíduos masculinos apresentam uma estatura entre 1.53-1.72 m, e os femininos entre 1.42-1.70 m.

Da amostra estudada 48 indivíduos adultos apresentam índices de robustez, obtidos segundo o método de Olivier e Demoulin, 1990.

Para avaliar o achatamento ósseo verificado em 90 dos indivíduos que compõe esta amostra, utilizou-se o método de Olivier e tal 1978, que permite avaliar o índice pilástrico, platimérico e cnémico.

No que respeita aos caracteres discretos, os cranianos estão presentes em 77 indivíduos e foram identificados através da lista de características propostas por Hauser e DeStefano, 1989. Os pós cranianos estão presentes em 122 dos indivíduos estudados. E foram identificados através das listas de características de Finnegan, 1978 e Saunders, 1978.

A ANÁLISE PATOLÓGICA

Esta análise foi efectuada através de uma observação macroscópica e rigorosa de todas as peças ósseas, de forma a registar todas as alterações de cariz patológico, e desta forma elaborar um estudo descritivo de todas as anomalias, bem com o registo fotográfico das mesmas.

A análise destas alterações patológicas permite compreender aspectos específicos das populações do passado, como por exemplo conhecer o estado geral da saúde da população, o tipo de alimentos que ingeriam e as doenças que mais os afligiam.

Na amostra estudada foram detectadas diversas patologias, presentes sobretudo em indivíduos adultos de ambos os sexos, os indivíduos adolescentes e infantis apresentam sobretudo patologias orais.

Das patologias detetadas nos adultos, estão presentes em maior número, as degenerativas articulares que foram classificadas de acordo com duas escalas de comprimento articular, uma adaptada de Crubéry et al. 1988 e a outra segundo Assis. 2007, e os marcadores de stresse músculo-esquelético foram igualmente classificados segundo o método de Crubéry et al 1988, e estão possivelmente relacionados com as actividades desenvolvidas e as patologias orais, relacionadas com a alimentação e a higiene.

Foram ainda detetados alguns casos de intervenções cirúrgicas (trepanações), revelando a existência de cuidados médicos.

Patologias	Alcáçova	MIM	LI	BM
Caracteres discretos cranianos	63	4	1	0
Caracteres discretos pós cranianos	106	4	0	0
Patologia degenerativa articular	96	5	2	0
Mar. de stresse músculo-esq ou stresse ocupacional	135	5	3	0
Osteofitose	37	2	0	0
Patologia traumática	50	1	0	0
Patologia infecciosa e inflamatória	25	1	0	0
Patologia metabólica	4	0	0	0
Patologia congénita	9	0	0	0
Nódulos de Schmorl	39	0	0	0
Representatividade dentária	129	5	2	1
Cáries	76	3	0	1
Tártaro	101	3	2	0
Desgaste oclusal	108	2	2	1
Indicadores de stresse fisiológico	51	1	1	0
Kayaker's clavicle	6	0	0	0
osteochondritis dissecans	15	0	0	0
Escoliose	7	0	0	0
Gota	4	0	0	0
Exostoses	24	1	0	0
Assimetria dos membros superiores	3	0	0	0
Anquilose	6	0	0	0
Patologia neoplásicas	10	0	0	0

Tabela 1 – Patologias/ entesopatias detetadas em indivíduos adultos de sexo determinado.

Patologias	Alcáçova	MIM	LI
Caracteres discretos cranianos	8	1	0
Caracteres discretos pós cranianos	11	1	0
Patologia degenerativa articular	0	0	0
Patologia degenerativa articular	2	0	0
Mar. de stresse músculo-esq ou strees ocupacional	0	0	0
Osteofitose	0	0	0
Patologia traumática	3	0	0
Patologia infecciosa e inflamatória	0	0	0
Patologia metabólica	1	0	1
Nódulos de Schmorl	0	0	0
Representatividade dentária	51	1	10
Cáries	12	1	2
Tártaro	11	1	0
Desgaste oclusal	18	0	3
Indicadores de stresse fisiológico	10	1	2
Kayaker's clavicle	0	0	0
Osteochondritis dissecans	1	0	0
Escoliose	0	0	0
Gota	0	0	0
Exostoses	0	0	0
Assimetria dos membros superiores	0		
Anquilose	0		
Patologia neoplásica	0		

Tabela 2 – Patologias/ entesopatias detetadas em indivíduos não adultos.

ESPÓLIO ASSOCIADO ÀS SEPULTURAS

Durante a escavação, o registo de campo revelou a presença de espólio associado ao enterramento, no entanto não se trata de uma prática comum. Com base nesse registo apurou-se que do total das sepulturas e ossários escavados, 151 sepulturas e 2 ossários apresentam espólio no seu interior, nos mais diversos materiais, tais como:

Material	Nº de peças
Ferro	60
Bronze	75
Chumbo	5
Cobre	5
Prata	7
Ouro	1
Vidro	11
Azeviche	5
Osso	14
Cerâmica	1
Matéria orgânica	1

Tabela 3.

Entre os objectos que compõem este espólio encontramos alguns que podemos associar ao ritual funerário, tais como as moedas encontradas nas mãos dos indivíduos – relacionadas com a crença de que é preciso pagar ao barqueiro para fazer a passagem entre os dois mundos –, rosários e as suas contas, entre outros. Os alfinetes identificados eram utilizados, sobretudo, nos sudários.



Figura 18 – Rosário.

Os objectos de adorno identificados são principalmente brincos, anéis, pulseiras e colares. Associados ao vestuário encontramos objectos como as fivelas, contas e pequenas argolas. Os objectos associados ao quotidiano do defunto, as actividades desenvolvidas, são sobretudo os cossoiros, pontas de fuso e agulhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amostra osteológica que serviu de base ao estudo antropológico é constituída, apenas por 347 indivíduos, de 784 sepulturas escavadas, nos quais estão representados ambos os sexos e todas as faixas etárias. Contudo o estado de conservação dos indivíduos era muito variável, o que condicionou em parte o estudo. Foi no entanto possível reunir informação de extrema importância que permitiu caracterizar a população que habitava Mértola neste período.

Com a observação desta amostra do estudo antropológico, pode dizer-se que a população de Mértola não seria envelhecida, uma vez que os indivíduos estudados apresentam no caso dos adultos, idade à morte compreendida entre os 21 e os 50 anos. Do total de indivíduos estudados 120 pertencem a não adultos, sendo que destes 9 são fetos e 45 são infantis onde a morte ocorreu até aos 3 anos de idade, possivelmente relacionado com a mudança de alimentação, altura em que passam do leite materno para a comida de adulto, o que poderá ser um indicador de problemas de subnutrição. No entanto, apenas 5 dos infantis estudados apresentam indicadores de stresse fisiológico nos dentes, o que pode ser explicado pelo facto de que em muitos casos os dentes não foram recuperados.

Era uma sociedade que se preocupava em manter os seus costumes e tradições, como podemos comprovar através das práticas religiosas aplicadas à sepultura e ao enterramento.

Os resultados obtidos com o estudo não são definitivos, só se tornam conclusivos quando englobados num estudo abrangente que reúna toda a população exumada desta necrópole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, S. (2007), *A memória dos rios no quotidiano dos homens: Contributo de uma série osteológica proveniente de constância para o conhecimento dos padrões ocupacionais*, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.
- BROOKS, S.; SUCHEY, J. (1990), «Skeletal age determination based on the os pubis: a comparison of ascadi-nemeskéri and suchey-brooks methods», *Human Evolution*, 5(3):227-238.
- BUIKSTI:A, J.; UBELAKER, D. (1994), «Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains», *Arkansas Archaeological Survey Research Series*, Nº 44.
- CARMO, T. (2011), *Estudo antropológico de uma amostra populacional da necrópole da Alcáçova do Castelo de Mértola, (século, XIV a XVI)*, Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologias Humanas, Departamento de Ciências da vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Doutora Cláudia Umbelino, Coimbra.
- COUTO, M. (2008), *O passado de Mértola. Estudo antropológico de 17 esqueletos exumados da Alcáçova do Castelo de Mértola*, Tese de investigação na área científica de Antropologia biológica da licenciatura em Antropologia, do Departamento de Antropologia.
- CUNHA, H. (2011), *Mértola: no caminho do passado. Estudo paleoantropológico dos esqueletos humanos exumados de 25 sepulturas da Necrópole Cristã Baixo – Medieval da Alcáçova do Castelo de Mértola*, Dissertação de Investigação na área científica de Antropologia biológica do Mestrado em Evolução e Biologia Humanas, Departamento de Ciências da vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Doutora Cláudia Umbelino, Coimbra.
- CURRAIS, D. (2008), *Histórias post mortem. Estudos de restos ósseos humanos provenientes da Alcáçova do Castelo de Mértola – Portugal*, Dissertação de Investigação na área de Antropologia biológica da licenciatura em Antropologia, do Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Umbelino. (Não publicado), Coimbra.
- FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STLOUKAL, M. (1980), «Recommendations for age and sex diagnoses of skeletons», *Journal of Human Evolution*, 9:517-549.
- GOMEZ, S. (coord.) (2008), *Alcáçova do Castelo de Mértola 1978-2008: trinta anos de arqueologia*, Mértola : Câmara Municipal.
- LEANDRO, I. (2011), *Mértola: testemunhos de um passado medieval. Estudo paleobiológico de 30 esqueletos provenientes da Alcáçova do Castelo de Mértola*, Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologias Humanas, Departamento de Ciências da vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Doutora Cláudia Umbelino, Coimbra.
- LOPES, V. (2004), *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*, CAM, Mértola.
- LOTH, S.; ISCAN, M. (1989), «Morphological Assessment of Age in the Adult: The Thoracic Region», *Age Markers in the Human Skeleton* (ed.), volume 5, Charles C. Thomas Publisher.
- LOURENCO, A. (2007), *O sonho dos Anjos: Estudo paleoantropológico do material osteológico da Baixa Idade média proveniente do Largo da Igreja Matriz de Mértola*, Dissertação de Investigação na área científica de Antropologia Biológica da Licenciatura em Antropologia, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da Prof. Dra. Cláudia Umbelino, Coimbra.
- MACIAS, S. (1996), *Mértola islâmica: estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, S. (2005), *Mértola o Último Porto do Mediterrâneo*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACLAUGHLIN, S. (1990), «Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern Portuguese skeletal sample», *Antropologia Portuguesa*, 8:59-64.
- MASSET, C. (1989), «Age estimation on the basis of cranial sutures», *Age Markers in the Human Skeleton*, volume 4, USA.

MENDONÇA, M. (2000), «Estimation of height from the length of long bones in a portuguese adult population», *American Journal of Physical Anthropology*, 112:39-48.

MONTEIRO, R. (2010), *Paleobiologia da necrópole da baixa idade média da alcáçova do castelo de Mértola*, Estudo paleoantropológico de uma amostra de 28 esqueletos. Master's thesis, Departamento de Ciências da vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

MORGADO, N. (2007), *Mértola: Despertar no Presente Recordações do Passado. Caracterização de 19 esqueletos exumados da Alcáçova do Castelo datados da baixa Idade Média*, Relatório de investigação na área científica de Antropologia biológica da licenciatura em Antropologia, do Departamento de Antropologia.

OLIVIER, G.; DEMOULIN, F. (1984), *Pratique Anthropologique à l'usage des étudiants*, Université Paris VII, Paris.

OLIVIER, G.; FILLI, G.; TISSIER, G. (1978), «New estimation of stature and cranial capacity in modern man», *Journal of Human Evolution*, 7:513-518.

SANTOS, C. (2002), *Estimativa da estatura a partir dos metatársicos*, Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

SANTOS, T. (2012), *Villa de Mertolla e ho castello: caracterização populacional e ocupacional da necrópole da Alcáçova do castelo*, Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologias Humanas, Departamento de Ciências da vida. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Doutora Cláudia Umbelino, Coimbra.

SCHEUER, L.; BLACK, S. (2000), *Developmental juvenil osteology*, Academic Press, San Diego.

SILVA (1995), «Sex assessment using the calcaneus and talus», *Antropologia Portuguesa*, 13: 107-119.

SILVA, R. (2011), *A Mesquita de Mértola e o Segredo dos Ossos: análise antropológica de 16 indivíduos da Baixa Idade Média*, Dissertação de Mestrado em Evolução e Biologias Humanas, Departamento de Ciências da vida, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação da professora Doutora Cláudia Umbelino, Coimbra.

SILVERIO, C. (2008), *Mértola medieval: Uma vila com história. Estudo osteológico de uma população da Baixa Idade Média (século XIV-XVI) da Alcáçova do Castelo*, Dissertação de Investigação na

área de Antropologia biológica da licenciatura em Antropologia, do Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob orientação do Prof. Dra. Cláudia Umbelino, Coimbra.

TORRES, C. (1995), «Mértola na época islâmica: o espaço doméstico», *Ethnoarchéologie méditerranéenne*, pp. 105-119, Madrid, Casa de Velázquez.

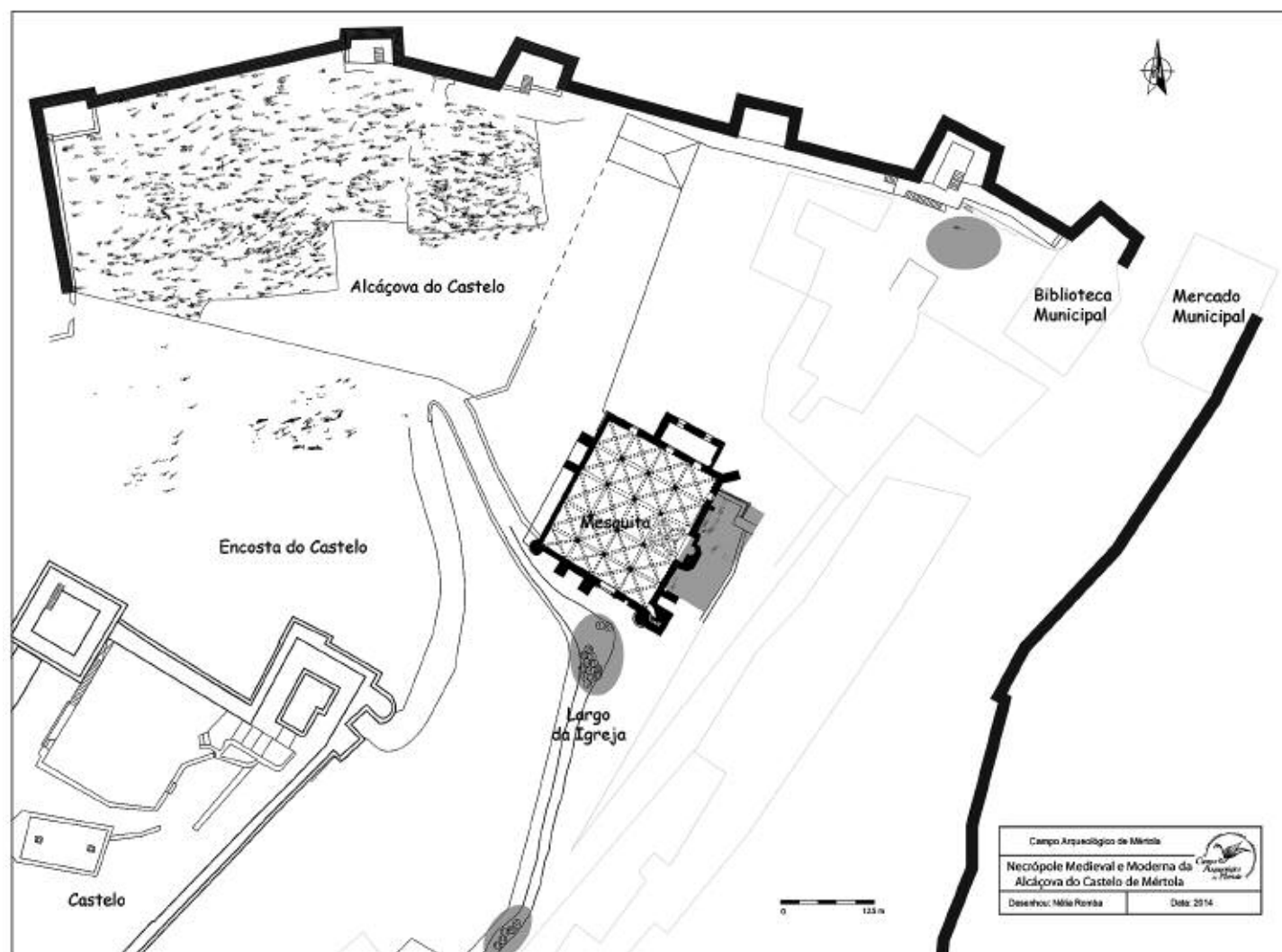
UBELAKER, D. (1989), *Human Skeletal Remains: excavations, analysis, interpretation*, Taraxacum Washington, Washington, 2 edition.

WASTERLAIN, S. (2000), *Morphé análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados no museu antropológico da universidade de coimbra*.

NOTAS

- 1 Construção cemiterial, normalmente de forma quadrangular, utilizada para dispor cadáveres/esqueletos.

Nota : Desenhos de Nélia Romba. Fotografias do Arquivo CAM, DGEMN e Maria de Fátima Palma.



Planta 1 – Necrópole Medieval e Moderna – Alcáçova do Castelo de Mértola.

LE QUOTIDIEN DE LA VILLE D'AZEMMOUR A L'EPOQUE MODERNE: ETUDE DES CONTEXTES ARCHEOLOGIQUES

ANDRÉ TEIXEIRA*

AZZEDDINE KARRA**

PATRÍCIA CARVALHO***

1. INTRODUCTION

Ce texte s'attache à présenter les résultats des deux campagnes de fouilles archéologiques menées dans la ville d'Azemmour en 2008 et 2009. Celles-ci se sont déroulées dans le cadre du protocole d'accord entre la Direction du Patrimoine Culturel du Ministère de la Culture du Maroc, le Centre d'Histoire de l'Outre-mer des Universités Nouvelle de Lisbonne et des Açores et l'École d'Architecture de l'Université du Minho. Il a pour objectif de développer la recherche archéologique, l'étude architecturale, la préservation et la mise en valeur du patrimoine culturel d'origine portugaise dans la Région Doukkala-Abda, notamment dans les villes d'Azemmour, El Jadida, Safi et sur le site d'Agouz. Ces travaux s'inscrivent également dans le projet «Le Portugal et le Sud du Maroc: contacts et affrontements (du XV^e au XVIII^e siècle)», soutenu par la Fondation pour la Science et la Technologie du Portugal¹.

Bien que les travaux archéologiques prévus par ces projets de recherche accordent une importance majeure aux rapports historiques entre marocains et portugais, ils visent plus généralement la compréhension de l'histoire des villes et des sites men-

tionnés, notamment pour le cas d'Azemmour. C'est ainsi que cet article présente les contextes archéologiques correspondants à la période postérieure au départ des portugais de cette ville, alors que leur présence dans la région était déjà confinée à la forteresse de Mazagan (l'actuelle El Jadida).

Ces travaux constituent d'une part, une première expérience de recherche menée par une équipe maroco-portugaise autour de ce patrimoine commun, et d'autre part un travail pouvant être considéré comme pionnier en ce qui concerne l'archéologie de la période moderne au Maroc, notamment au niveau des études céramiques². Cet état de fait limite d'ailleurs la possibilité de réalisation de comparaisons et conditionne par conséquent la portée interprétative de ce texte, réalité qui ne pourra être dépassée que par le développement de cette aire de recherche.

* Archéologue co-directeur des travaux archéologiques à Azemmour et chercheur au Centre d'Histoire d'Outre-Mer de l'Université Nouvelle de Lisbonne et de l'Université des Açores.

** Archéologue co-directeur des travaux archéologiques à Azemmour et Directeur Régional de la Culture de la Région Doukkala-Abda, Maroc.

*** Archéologue chercheur au Centre d'Histoire d'Outre-Mer de l'Université Nouvelle de Lisbonne et de l'Université des Açores.



Figure 1 – Situation de la ville d’Azemmour.

2. STRUCTURES ET STRATIGRAPHIE

La ville d’Azemmour se situe dans la province de Doukkala, près des plaines de la Chaouia, dans une région aux terrains fertiles et riches par la production de céréales depuis des siècles. La ville est érigée sur la rive gauche de l’un des principaux fleuves du Maroc, l’Oum er-Rbia, à environ 3 km de l’estuaire (Fig. 1).

Les travaux archéologiques de 2008 et 2009 ont compté la réalisation de sept sondages dans le quartier Kasbah / Mellah d’Azemmour, zone de la ville où les portugais se sont installés suite à la construction d’un réduit (Fig. 2). Celui-ci constituait une solution fréquemment utilisée à l’époque, dans les villes d’Afrique du nord : afin de réduire le périmètre fortifié gardé par les chrétiens, une muraille était érigée séparant cette zone de la médina préexistante, de façon à pallier au manque de moyens humains dans une région aux grandes exigences militaires (Correia, 2008, 294-303).

Deux sondages (S1, S2/3) ont été ouverts dans un champ inoccupé situé près de la Porte de la rivière (*Bab el Oued*). Unique sortie de la Kasbah vers le fleuve Oum es-Rbia, c’est également le lieu où, d’après les sources écrites, étaient localisées la factorerie et la douane durant l’occupation portugaise. Le choix du site a été motivé par la volonté d’en savoir plus sur



Figure 2 – Sondages archéologiques dans le quartier Kasbah / Mellah d’Azemmour.

l'évolution de la physionomie de ce secteur de la ville au cours des siècles, mais également par le désir d'anticiper les impacts sur le patrimoine archéologique des futurs travaux d'aménagement prévus par la municipalité dans cette zone.

Un autre sondage (S4) a été effectué au cœur d'une habitation privée, près de l'une des tours de la muraille du réduit de la ville, en vue de mieux comprendre la construction de cette muraille ainsi que ses caractéristiques architectoniques. Au cours de ces campagnes, nous avons également débuté le nettoyage de la tour implantée au nord-est des remparts, bastion du Rayon « Raio », érigée par les Portugais afin d'assurer la défense de leur quartier suite à la conquête de la ville.

Une synthèse des résultats obtenus dans les sondages 1 et 2/3 a déjà été publiée (Karra et Teixeira, 2011, pp. 177-97) mettant essentiellement au jour trois niveaux archéologiques. Le niveau supérieur correspond à une habitation de la première moitié du XX^e siècle, ainsi qu'aux décombres d'autres habitations sur une rue plus ancienne. Une couche intermédiaire plus fine atteste des remaniements réalisés à l'époque moderne, puis d'un phénomène de destruction et d'incendie. Enfin, le niveau inférieur, représenté par une couche très mince et pauvre en vestiges, reflète une occupation plus ancienne de l'espace indéterminé.

Une interprétation préliminaire des données du sondage 4 a également été publiée (Karra et Teixeira, 2011, pp. 177-97), tout comme les résultats archéologiques concernant l'étude de l'architecture militaire portugaise à Azemmour (Teixeira *et al.*, 2013 : II, 627-638). Les données issues de ces sondages, notamment au niveau des céramiques exhumées des strates de l'époque moderne, seront utilisées dans ce texte dans l'unique perspective d'établir une comparaison avec les contextes relatifs à l'ancienne capitainerie portugaise, analysés ci-dessous.

Trois autres sondages (S5, S6 et S7) ont été réalisés dans l'enceinte de l'ancienne capitainerie portugaise d'Azemmour. La documentation écrite indique que cette zone aurait constitué en partie l'ancienne kasbah de la ville médiévale d'Azemmour, réoccupée pendant l'époque portugaise. Construit par les chrétiens, ce bâtiment qui existe encore aujourd'hui, fonctionna durant l'époque moderne comme palais pour les autorités politiques de la ville. Bien qu'elle ait visé une meilleure connaissance de l'histoire de ce secteur du centre historique, la fouille prétendait également anticiper un projet de conservation et de valorisation déjà largement mis en route dans la capitainerie.

Le sondage 5 a été ouvert à l'intérieur d'une salle située à l'extrême nord de la capitainerie, directement appuyée sur la muraille ouest de la ville (Fig. 3). D'une superficie de 1x1 m, ce sondage a été implanté à l'est est contigu à la paroi intérieure qui divise longitudinalement la dite salle. Il avait pour but d'évaluer les différentes périodes de fonctionnement du bâtiment et de l'espace où il est implanté. La succession stratigraphique révèle un moment d'effondrement du bâtiment, dont le sol devait essentiellement correspondre au substrat géologique, même si nous n'avons trouvé aucun vestige de pavement. Le niveau inférieur a livré une grande quantité de pierres, avec une présence réduite de sédiments et de mobilier archéologique, empêchant ainsi une datation fiable. Il est probable que l'effondrement de pierres résultant de la destruction de l'ancienne capitainerie ait été provoqué par l'action humaine, en vue de l'aménage-

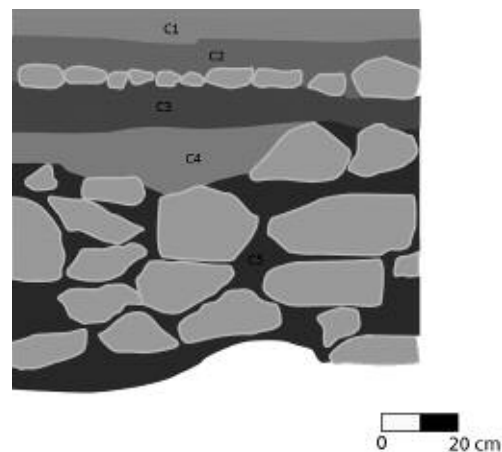


Figure 3 – Coupe Est du sondage 5.

ment d'une base solide, capable de supporter la nouvelle paroi longitudinale qui y a été érigée. Les strates supérieures correspondent à un remaniement récent de l'espace, visible dans divers secteurs de la capitainerie, marqué par l'usage de structures en béton armé dans différents points de l'édifice.

Le sondage 6 a été ouvert dans l'espace situé à l'est, dans la continuité de la zone sud de l'ancienne capitainerie. Ce secteur a conservé ses parois bien qu'elles soient endommagées, mais a perdu son ancienne couverture. Avant la fouille, il a fallu procéder à un important déplacement de gravats, résultats de l'effondrement récent de certaines parties du bâtiment ; ce nettoyage a permis d'effectuer un relevé précis du plan de l'édifice. Le compartiment s'appuyait sur la paroi qui séparait l'ancien château portugais de la médina d'Azemmour, le réduit de la cité. Le sondage, initialement de 2x2m, a été réalisé près de cette structure, avant d'être élargi à 3x4m, compte tenu des résultats de l'intervention.

Suite au retrait des gravats contemporains, un pavement de mortier compact, très érodé sur certains secteurs et essentiellement composé de chaux et de quelques galets a été mis au jour sur toute la surface fouillée. Les strates observées sous le dit pavement renvoient à la fondation et au colmatage postérieur de trois structures

creusées dans l’affleurement calcaire. Les couches fouillées à l’intérieur de celles-ci ont été identifiées avec les lettres A, B et C, selon qu’elles soient reliées aux structures Sud, Nord ou Ouest (Fig. 4).

Les niveaux supérieurs (C1 et C2), composés d’une grande quantité de mortier de chaux, renvoient aux strates de colmatage des structures négatives et à la régularisation du sol préparant la mise en place du pavement. La fouille de ces couches a permis d’observer que la taille de l’affleurement géologique a été réalisée en une seule fois, créant une grande cavité dans laquelle on avait ultérieurement aménagé deux fosses, l’une au sud et l’autre au nord. L’espace entre ces structures a été comblé de sédiments (C3). Ces strates ont livré une faible quantité d’un mobilier archéologique très fragmenté, empêchant ainsi toute possibilité de datation.

Au regard de ces niveaux, nous avons pu vérifier que la paroi Sud de ce secteur, correspondant à la muraille du réduit portugais, a été revêtue de briques colmatées au mortier de chaux. Datant de la même période que la mise en place du pavement, il s’agit d’un contexte de réorganisation globale de l’espace. A la base de ce revêtement de briques, près du pavement, un gobelet, que nous décrirons ultérieurement, a été retrouvé (AZ6-053).

À l’intérieur de la fosse A, nous avons détecté cinq couches archéologiques (C3A, C4A, C5A, C6A et C7A), composées de sédiments marrons ou gris, humiques ou argileux, meubles ou semi-compacts, contenant une grande quantité de mobilier archéologique, dont notamment des artefacts céramiques peu fragmentés et du matériel faunistique (Fig. 5)³. La similitude entre les vestiges recueillis dans ces strates indique que le colmatage doit avoir eu lieu à des moments relativement proches dans le temps.

Ayant une bouche à tendance circulaire, la fosse présentait un format globalement cylindrique à fond concave. La partie supérieure était



Figure 4 – Sondage 6.

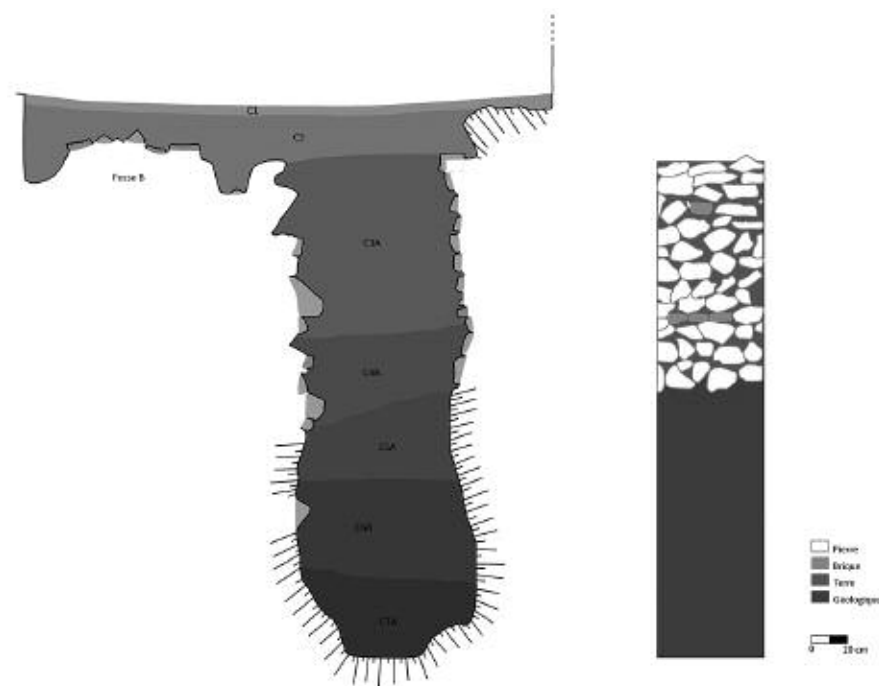


Figure 5 – Coupe de la fosse A du sondage 6.

structurée par des pierres calcaires irrégulières de dimension petite à moyenne, liées par de la terre et posées sur l’affleurement rocheux taillé. La bouche était relativement mal appareillée, peut-être suite à une destruction lors de la désactivation de la fosse. Des briques massives ont également été incorporées localement à ces parois. La partie

inférieure n'a reçu aucune structuration, laissant visible l'affleurement rocheux sableux orange en désagrégation.

À l'intérieur de la fosse B nous avons détecté six strates archéologiques (C3B, C4B, C5B, C6B, C7B et C8B) composées de sédiments gris, verdâtres ou marrons, humiques ou argileux, meubles ou semi-compacts (Fig. 6). L'essentiel du matériel enregistré est lié à la faune, avec notamment dans les couches supérieures des os de mammifères de grande et petite tailles, ainsi que les restes d'écailles et d'arrêtes de poissons. Seule la couche C6B a révélé une quantité significative de mobilier céramique aux formes identifiables. Les deux niveaux inférieurs renfermaient quelques ustensiles en céramique mais en nombre très réduit. La similitude de l'ensemble des vestiges recueillis à ces différents niveaux nous permet d'émettre l'hypothèse que le colmatage puisse avoir eu lieu à un moment identique à celui évoqué pour la fosse A.

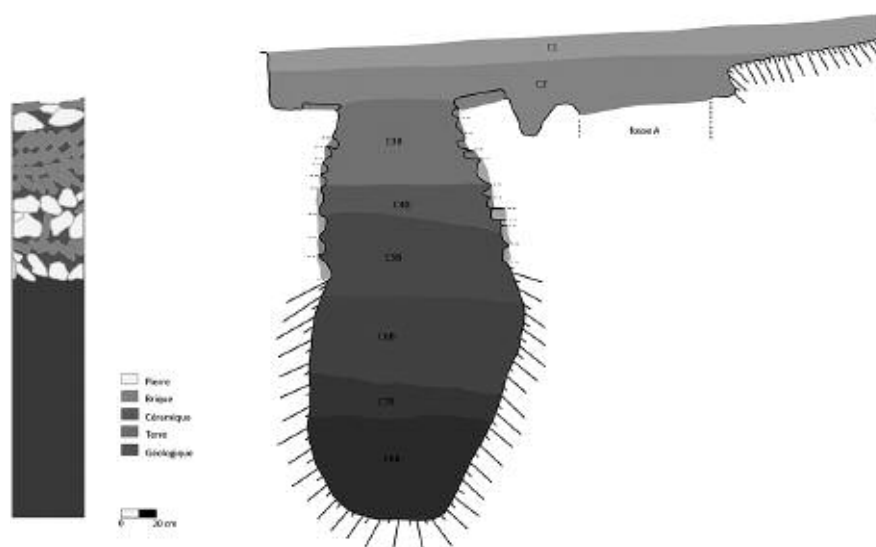


Figure 6 – Coupe de la fosse B du sondage 6.

Après avoir fouillé la fosse B, nous avons observé et enregistré son format, globalement cylindrique, bien que de tendance ovoïde. La bouche, de forme circulaire, était appareillée avec des briques massives disposées radialement, parfois légèrement superposées, ainsi qu'avec quelques pierres liées par la terre. La partie supérieure de la fosse était structurée par des lignes de pierres, de dimension petite à moyenne, et de briques disposées horizontalement ou en épine, incluant parfois des fragments roulés d'ustensiles céramiques. Cette structure était liée à la terre, prenant appui sur l'affleurement rocheux taillé. La partie inférieure n'a reçu aucune structuration, laissant visible l'affleurement rocheux sableux orange en désagrégation.

Les caractéristiques des deux structures indiquent une utilisation en tant que fosses-dépotoir, dans les compartiments placés à la périphérie du complexe palatin de la capitainerie. Bien que nous n'ayons pas connaissance de structures similaires dans cette région, nous pensons pouvoir établir une classification basée sur les nombreux parallèles existants en occident méditerranéen, que nous nous dispenserons

d'énumérer ici. Ces fosses se distinguent des silos observés dans d'autres zones de la ville par leur forme et par leur mode de construction (Karra et Teixeira, 2011, pp. 180-82 et 189-90).

La zone ouest de ce sondage, identifiée par la lettre C, a permis de mettre en évidence une succession stratigraphique ainsi que des caractéristiques bien distinctes de celles des fosses A et B. Les strates très compactes sont composées d'une grande quantité de pierres de petite taille, de nodules de mortier, de briques et autres matériaux de construction. Elles doivent être le résultat d'un colmatage intentionnel, plus résistant dans cette cavité, en vue de construire le pilier qui supportait la couverture du bâtiment, édifié lors de la réorganisation de l'espace qui impliqua le revêtement de la paroi Sud et la mise en place du pavement. Le mobilier archéologique était pratiquement absent. Cette cavité, qui repose sur l'affleurement rocheux sableux, pourrait n'avoir jamais été utilisée et être restée sans aucune structuration.

Enfin, le sondage 7 a été ouvert à l'intérieur d'un compartiment rectangulaire implanté dans le patio du complexe de la capitainerie, près des bâtiments sud. Sans couverture, mais avec des parois récemment restaurées, sa fonction reste méconnue: il pourrait hypothétiquement avoir été le principal réservoir d'eau de ce secteur palatin, bien que plus tard un compartiment ait été construit au niveau du sol, ensuite suivi d'un autre, à l'étage supérieur. La surface sondée, de 2x2m, incluait l'angle sud-est de l'enceinte (Fig. 7).

Les strates supérieures ont livré d'abondants outils et matériaux de construction en céramique, parfois encore liés par du mortier, correspondant probablement à l'effondrement de la couverture à une époque relativement proche. Sur la paroi de ce compartiment nous avons pu vérifier l'existence d'un orifice, pouvant faire partie d'un système de captation ou de sortie des eaux. La couche inférieure qui recouvrait l'affleurement rocheux, comportait une quantité limitée

de mobilier archéologique. La paroi sud de ce compartiment, qui, à la différence des autres pans, n'étaient pas enduite de mortier, a permis de révéler la composition de la structure : celle-ci a pour base une accumulation de pierres liées par un mortier argileux, elle comprenait une meule qui a fait l'objet d'une réutilisation (Fig. 8).

3. MATERIAUX ARCHEOLOGIQUES

Le mobilier archéologique livré par ces sondages est majoritairement composé de céramiques⁴. Elles présentent des caractéristiques semblables, si l'on considère les couches correspondant à l'époque moderne, notamment pour la céramique commune. Notre analyse se concentre essentiellement sur les fosses du sondage 6, d'une part parce qu'elles offraient un contexte archéologique préservé et fermé, d'autre part car elles étaient totalement inédites. Les matériaux découverts dans les autres sondages sont utilisés ici dans une perspective comparative.

Tout comme nous l'avons fait pour les sondages 1 et 2/3 (Karra et Teixeira, 2011, 184-86), nous pouvons diviser cet ensemble céramique en cinq groupes, déterminés selon les caractéristiques de leur fabrication et du traitement de leur surface, puisque les pièces correspondent toutes à des productions tournées.

Un premier groupe rassemble les céramiques à pâte claire (beige, jaune et verdâtre), à dégraissants blancs et noirs, de grain essentiellement fin voire moyen, peu visibles en surface. Certains des tessons présentent une pâte moins homogène. Les surfaces externes sont en général plus claires que la pâte.

Le second groupe est constitué par la céramique à pâte orange à rouge, comportant des dégraissants peu visibles en surface, généralement blancs, de grain fin à gros. Les surfaces externes sont souvent plus claires que la pâte.

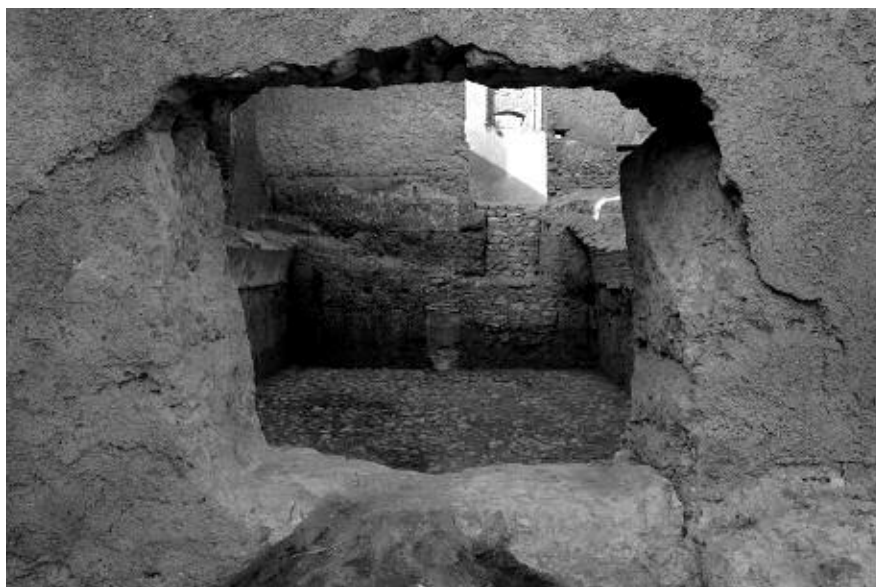


Figure 7 – Bâtiment du sondage 7.

La décoration est matérialisée, dans certains cas, par deux lignes incisées.

Un autre groupe englobe la céramique foncée (rouge foncé à marron) riche en dégraissants blancs, de grain fin à gros, bien visibles en surface; des inclusions micacées apparaissent plus rarement. Un pourcentage considérable de ces pièces présente une surface externe noircie par le contact du feu. Dans certains cas les traces de brûlure atteignent la surface interne et le cerne. Le traitement des surfaces se résume, dans la plupart des cas, à un lissage, avec parfois un revêtement externe engobé. La décoration externe met en exergue l'application de cordons plastiques et plus fréquemment d'incisions, régulières à l'horizontal et verticalement, ou irrégulières horizontalement.

Le quatrième groupe correspond à la céramique émaillée et à glaçure. Il s'agit d'un ensemble très diversifié, constitué au regard de ses caractéristiques décoratives. Enfin,



Figure 8 – Paroi sud du sondage 7.

les pipes sont essentiellement distinguées pour leur fonction, bien qu'elles présentent aussi des modes de fabrication spécifiques.

Ainsi, dans les premiers niveaux du sondage 6, une faible quantité de mobilier céramique très fragmenté a été découvert, inséré dans un contexte de remaniement de terres. Il s'agit pour l'essentiel de céramiques communes, avec des exemplaires très proches de ceux recueillis dans les fosses A et B.

L'élément AZ6-018 se détache cependant de l'ensemble. Plat creux de 6 cm de hauteur, il offre une lèvre verticale au profil semi-circulaire affilé d'un diamètre de 13 cm et un pied légèrement concave d'un diamètre de 6 cm. La pâte jaune est homogène avec de fins dégraissants noirs, avec ponctuellement quelques inclusions blanches, rouges et noires de taille moyenne. Les surfaces sont décorées grâce à une technique de reflet métallique (Fig. 9). D'origine valencienne, cette pièce date probablement de la fin du XV^e siècle ou de la première moitié du siècle suivant (Mesquida García, 2001, p. 85, 121). Sa présence atteste d'une occupation plus ancienne de l'espace, probablement portugaise. Ce type de production fut exhumé des niveaux chrétiens de Ksar es-Sehgir (Redman, 1986, pp. 194-96).

Par ailleurs, les tessons AZ6-053 correspondent à une coupe en pâte rouge et homogène, contenant de fins dégraissants blancs et plus rarement quelques gros grains. Elle est recouverte d'une glaçure sur engobe orange. La surface interne est ornée d'une décoration végétale géométrique, composée par des lignes brunes, où s'insèrent des traces de pinceau jaunes et vertes. Le bord est plat, d'un diamètre de 29 cm, et présente une lèvre au profil semi-circulaire, épaissie sur la face interne (Fig. 10). Bien qu'il soit difficile d'établir des parallèles pour cette pièce, elle s'insère dans la lignée décorative de la poterie de Fez et de Safi, des XVII^e et XVIII^e siècles (Boukobza, 1998, pp. 33-35). Une datation plus précise de ces tessons peut être obtenue en les associant à la chronologie de la reformulation de l'ensemble de l'espace, compte tenu qu'ils ont été recueillis à l'intérieur de la paroi, comme mentionné ci-dessus.

La fouille des différents niveaux de la fosse A a livré une grande quantité de céramiques à pâte claire, de couleur orange à rouge, avec les caractéristiques précédemment citées. Malgré une similitude en termes de fabrication, des formes identiques peuvent être distinguées dans ces deux groupes, indiquant un même contexte de production. Les exemplaires les plus significatifs sont décrits ici.

Nous avons détecté plusieurs fragments de forme ouverte, pouvant être considérés comme des vases, probablement utilisés à la préparation d'aliments, bien que l'hypothèse qu'ils aient servi à la table ne puisse être écartée. Les corps de ces poteries sont divisés entre une partie supérieure verticale et une partie inférieure oblique, que



Figure 9 – Plat creux décoré par la technique de reflet (AZ6-018).

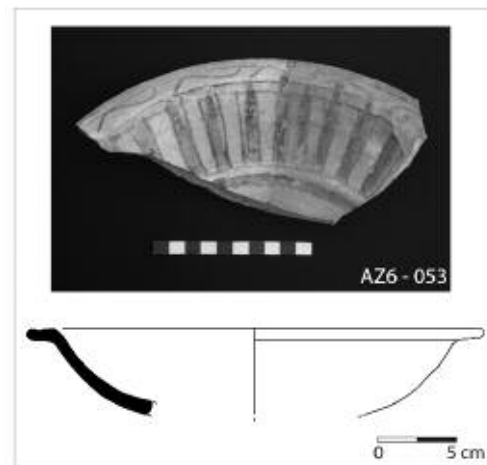


Figure 10 – Coupe glaçurée (AZ6-053).

délimite une cannelure externe irrégulière. Les bords sont tous démarqués de la paroi par une cannelure externe. Les surfaces ont été lissées (Fig. 11 et 12). Le tesson AZ6-023, d'une hauteur de 16 cm, possède un bord légèrement introverti de 18 cm de diamètre et une lèvre au profil semi-circulaire, épaissie à l'extérieur. La carène offre un diamètre de 19 cm et le fond, d'un diamètre de 8,5 cm, est plat et épaissi à l'intérieur. AZ6-068 a un bord vertical de 19 cm de diamètre et

une lèvre de profil semi-circulaire épaissie à l'extérieur; la carène est de 19 cm de diamètre.

Des vases très proches de ceux-ci ont été retrouvés dans le sondage 7, à l'instar d'AZ7-260. AZ6-025, AZ6-024 et AZ6-101 sont eux des vases plus petits, bien qu'ils présentent des formes similaires: les fonds plats ont des diamètres allant de 5,5 à 6 cm, les carènes de 11 à 12 cm de diamètre, tandis que les bords sont verticaux ou légèrement introvertis (11 cm de diamètre) et les profils semi-circulaires épaissis à l'extérieur.

AZ6-061 correspond à la partie supérieure d'une grande jatte destinée à la présentation des aliments à table. Le bord est extraverti avec un diamètre de 35 cm et la lèvre a un profil rentrant; la paroi de 0,7 à 0,9 cm d'épaisseur est oblique et délimitée à l'extérieur par un ressaut à 3,5 cm de la lèvre. (Fig. 11). La forme complète de cette pièce est identifiable notamment grâce à l'exemplaire AZ7-268 issu du sondage 7: composé du même type de pâte, il s'agit d'une coupe à haut pied annulaire de 8 cm de hauteur et de 12 cm de diamètre, dont le bord mesure 33 cm de diamètre. Le corps hémisphérique est doté de parois d'une épaisseur de 1 cm en moyenne; la zone reliant le pied au corps est décorée par une série d'incisions.

Les coupes constituent également des pièces que l'on peut inclure dans les poteries de table (Fig. 13 et 14). Les exemplaires de ce groupe présentent tous des surfaces lisses. AZ6-123 a un bord plat de 28,5 cm de diamètre et une lèvre au profil semi-circulaire; la paroi est carénée et la partie supérieure décorée par des empreintes de doigts. AZ6-087 et AZ6-103/104 correspondent à des coupes aux bords extrovertis de 24 cm de diamètre: la première offre une lèvre affilée, démarquée de la paroi courbe par une profonde incision, la deuxième a une lèvre semi-circulaire, démarquée de la paroi légèrement courbe par une cannelure externe. AZ6-082 correspond à une autre coupe quasiment complète de 7 cm

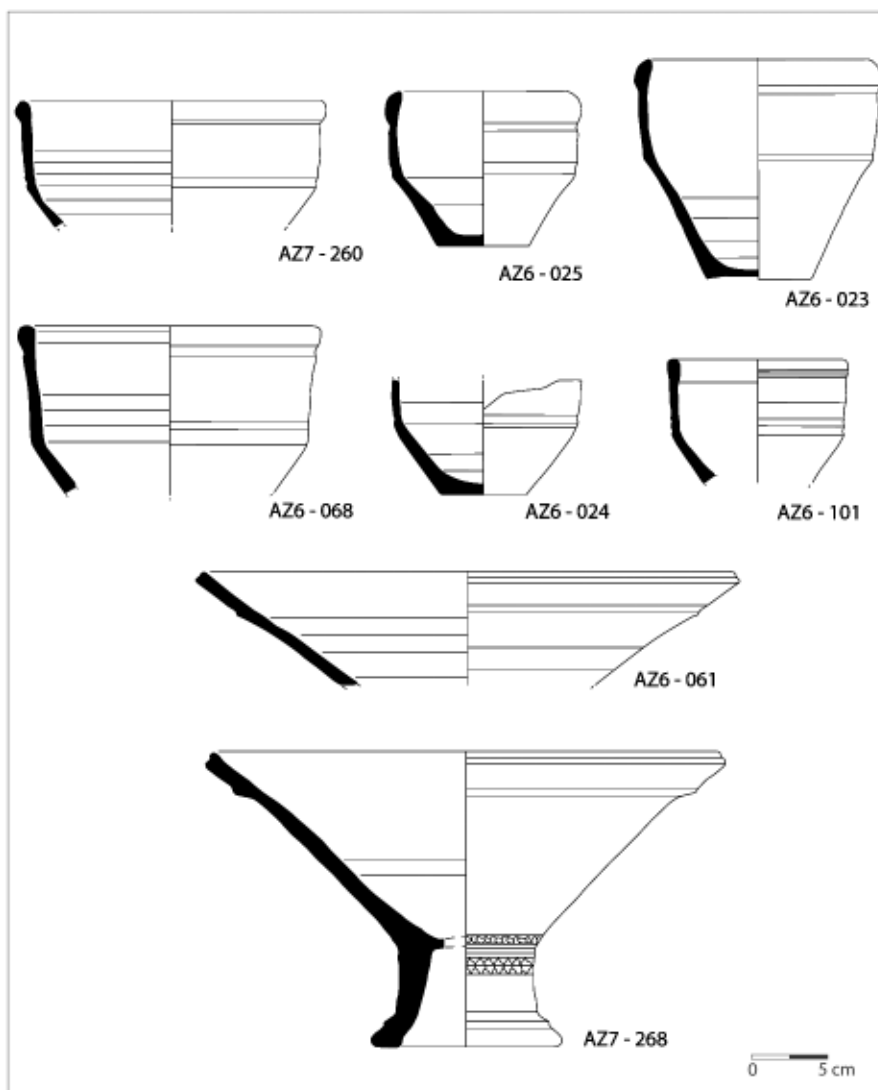


Figure 11 – Vases (AZ7-260, AZ6-025, AZ6-023, AZ6-068, AZ6-024, AZ6-101) et jattes (AZ6-061, AZ7-268) de pâtes claires ou rouges.

de haut; le bord d'un diamètre de 17 cm est extroverti et la lèvre offre un profil semi-circulaire; la paroi est courbe, d'une épaisseur de 0,5 à 0,8 cm avec une légère carène; le pied en anneau est concave avec un diamètre de 6,5 cm. Enfin, AZ6-062 est plus petite: elle présente un bord extroverti de 16 cm de diamètre et une lèvre au profil semi-circu-



Figure 12 – Vase de pâte claire (AZ6-025).

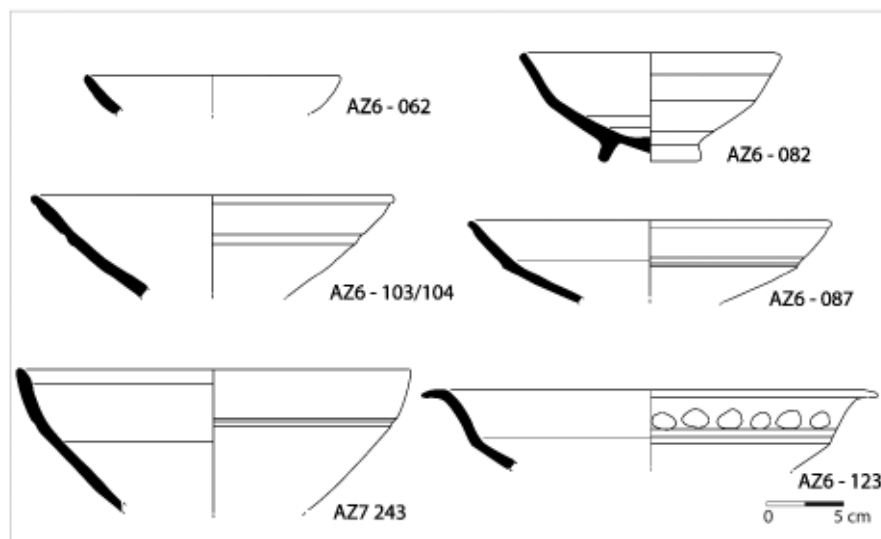


Figure 13 – Coupes de pâtes claires ou rouges (AZ6-062, AZ6-082, AZ6-103/104, AZ6-087, AZ7-243, AZ6-123)

laire ; la paroi est courbe avec 0,5 à 0,7 cm d'épaisseur. Notons que divers exemplaires de ce type de coupes ont été retrouvés dans le sondage 7, à l'instar d'AZ7-243.

Plusieurs exemplaires de récipients à liquide destinés à un usage de table ont également été exhumés. AZ6-065 est un petit pichet à bord vertical dont la lèvre affilée est de 20cm diamètre, le



Figure 14 – Coupe de pâte claire (AZ6-082).

col vertical voit naître une anse pendante ; la paroi mesure 0,5 à 0,6 cm d'épaisseur (Fig. 15). AZ6-060 et AZ6-066 sont des pichets dont les corps ont une tendance globulaire, notamment dans le cas de cette dernière. Les pieds en anneau, d'un diamètre de 8 à 8,5 cm, sont légèrement concaves. AZ6-060 présente un col vertical de 8 cm de diamètre et une amorce d'anse sur la panse. AZ6-031 a une forme semblable, mais avec un fond plan de 8,5 cm de diamètre (Fig. 16). Sa morphologie devait être proche de celle d'AZ7-269, retrouvée complète.

Ayant comme principale fonction le transport et le stockage de liquides, la jarre AZ6-030 a une hauteur 30 cm. Son bord vertical a un diamètre de 9 cm, la lèvre semi-circulaire est épaissie à l'extérieur ; le col vertical de 9 cm de diamètre a une tendance ovoïde ; une anse relie le col à la partiela plus large du corps ; le fond est plat avec un diamètre de 8 cm (Fig. 15 et 17). La cruche AZ6-035, de 37 cm de haut, devait avoir les mêmes fonctions : le bord haut et vertical s'ouvre sur 5 cm de diamètre avec une lèvre légèrement introvertie de profil semi-circulaire. La décoration est réalisée par des lignes

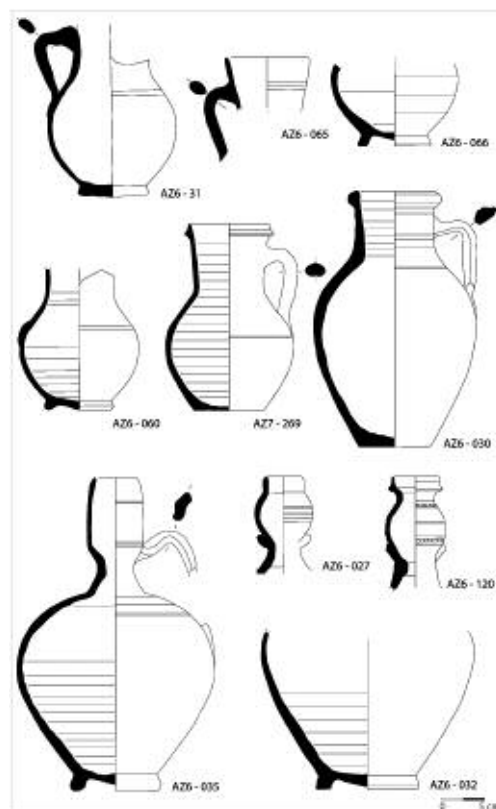


Figure 15 – Pichets (AZ6-031, AZ6-065, AZ6-066, AZ6-060, AZ7-269), jarre (AZ6-030), cruche (AZ6-035, AZ6-032, AZ6-027, AZ6-120) de pâtes claires ou rouges.



Figure 16 – Pichet de pâte rouge (AZ6-031).

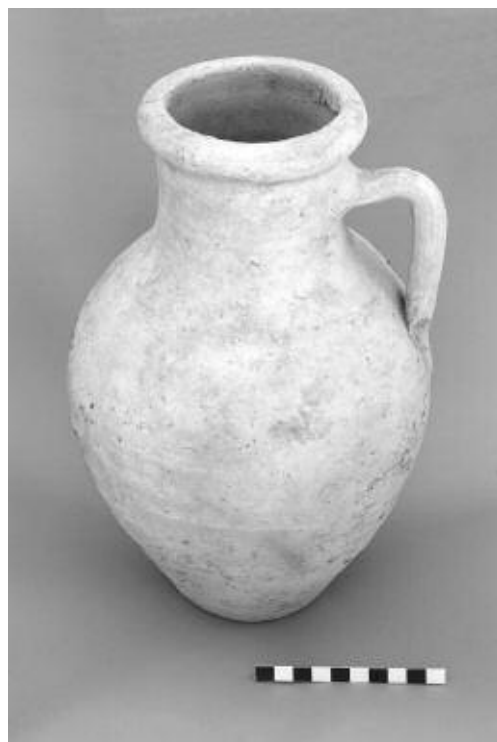


Figure 17 – Jarre de pâte claire (AZ6-030).



Figure 18 – Cruche de pâte claire (AZ6-035).

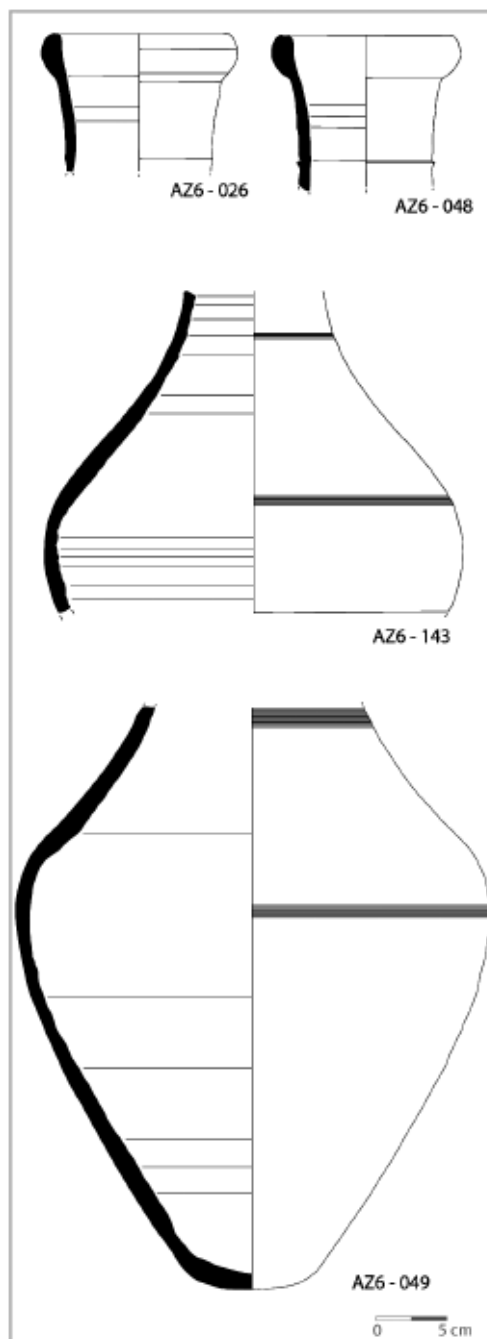


Figure 19 – Amphores à provisions de pâtes claires ou rouges (AZ6-026, AZ6-048, AZ6-143, AZ6-049).

le corps tronconique. La partie supérieure a une tendance étranglée, qui est plus prononcée dans le cas de la seconde pièce. Les surfaces lissées offrent une décoration composée de séries de lignes incisées horizontalement, réalisées au peigne. AZ6-049 présente une profonde fissure interne résultant d'une utilisation ou d'une fabrication

incisées. Le col est très étranglé avec un diamètre de 4,3 cm ; le corps globulaire atteint un maximum de 23 cm de diamètre et présente une décoration composée de lignes incisées ; le fond comporte un pied en anneau au profil semi-circulaire de 10 cm de diamètre. La pièce présente les vestiges d'une anse surélevée reliant la partie supérieure du col à la partie supérieure du corps (Fig. 15 et 18). AZ6-032 doit appartenir à un grand récipient de forme fermée, identique à la pièce précédente. Le fond légèrement convexe est de section sub-rectangulaire. Il repose sur un pied en anneau de 12 cm de diamètre. Les parois ont une épaisseur de 0,6 à 1 cm. AZ6-027 et AZ6-120 constituent des fragments de bords verticaux qui devaient appartenir à des cruches. Avec respectivement 4 et 5,5 cm de diamètre, leurs profils sont affilés. Ils se terminent par un goulot sphérique au col étranglé, sur lequel étaient fixées deux anses, situées de part et d'autre de la pièce. Ils sont décorés sur la face externe (Fig. 15).

Les tessons des pièces AZ6-049 et AZ6-143, aux dimensions plus importantes, s'apparentent à deux amphores à provisions de même typologie, bien que la première soit bien plus complète (Fig. 19). Le fond est concave et

défectueuse. Les fragments AZ6-026 et AZ6-048 doivent appartenir au type d'amphores décrits (Fig. 19): leurs surfaces sont lissées, les bords verticaux de 12,5 cm de diamètre sont épaissis extérieurement par une bande plastique; les cols sont verticaux et décorés à l'intérieur par une incision et une ligne plastique.

Enfin, AZ6-059 et AZ6-067 sont des bassines d'un même type de pâte (*qasrîya*) aux bords extrovertis de 42 à 44 cm de diamètre et aux lèvres épaissies à l'extérieur (Fig. 20). Les parois sont obliques avec 0,9 à 1,2 cm d'épaisseur. La seconde présente un fond plat avec 28 cm de diamètre. Ces pièces aux des fonctions multiples sont liées à diverses activités domestiques.

Les éléments du groupe des céramiques à pâte foncée, hétérogène, contenant d'abondants dégraissants, sont très rares dans les différents couches de la fosse A. L'unique exemplaire notable est un pot à cuire AZ6-036 qui présente un bord extroverti de 21,5 cm de diamètre et une section sub-triangulaire; le col est vertical avec 16,5 cm de diamètre et le corps présente une tendance ovoïde. La pièce est ornée d'une décoration formée par des groupes de lignes obliques produites à l'aide de pointillés et de lignes incisées au peigne près du col (Fig. 20 et 21).

Le groupe des pièces à glaçures est aussi extrêmement restreint, étant composé par les pâtes oranges, rosées ou rouges, et subdivisé entre les artefacts d'utilisation de table et les pièces démontrant des vestiges d'exposition au feu (Fig. 22). Parmi les premiers, se démarque AZ6-058, une coupe en pâte rouge, homogène, dont la surface est enduite d'un engobe gris clair. La partie interne est couverte d'une glaçure couleur miel et la partie externe présente des coulures. Le bord est extroverti avec 17 cm de diamètre et la lèvre au profil semi-circulaire est bien aplatie; les parois sont courbes,

délimitées à l'extérieur par un ressaut situé à 1,8 cm de la lèvre. Parmi ceux ayant subi une exposition au feu, notons la casserole AZ6-064, en pâte rouge, dont la surface extérieure et le bord exhibent une glaçure couleur miel avec de petites coulures sur l'extérieur. Le bord est plat avec un diamètre de 37,5 cm et la lèvre suit un profil rentrant, délimité sur le dessus par deux cannelures; la paroi présente une légère courbure où subsiste un système de préhension. AZ6-039 est une lampe à huile en pâte rouge homogène, la surface interne est enduite d'une glaçure couleur miel avec des coulures sur l'extérieur; le fond est plat et la paroi bilobée; l'extrémité de la lampe se trouve noircie par un contact avec le feu.

Enfin, un total de 29 fragments de pipes a été recueilli dans la fosse A. Les exemplaires les plus significatifs sont analysés ici, en vue d'une prochaine étude globale de la collection (Fig. 23). Toutes les pièces comportent des tâches noires à l'intérieur du fourneau, correspondant à des marques d'utilisation. Les pâtes de tons clairs,

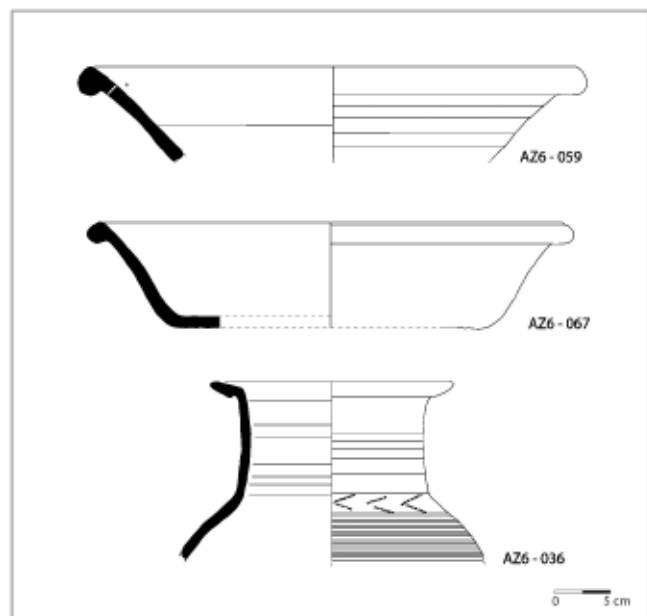


Figure 20 – Bassines de pâtes claires ou rouges (AZ6-059, AZ6-067) et pot de pâte foncée (AZ6-036).



Figure 21 – Pot de pâte foncée (AZ6-036).

souvent rosées ou orangées, sont fréquemment utilisées, hormis pour l'exemplaire AZ6-074 fabriqué en pâte marron claire.

Les pièces AZ6-085, AZ6-094, AZ6-073, AZ6-071, AZ6-093 et AZ6-072 possèdent des fourneaux à base sphérique, bien que les deux derniers exemplaires présentent certaines différences au niveau de la cheminée. La pipe AZ6-093 est dotée d'une cheminée cylindrique haute, tandis qu'AZ6-072 semble appartenir au sous-ensemble dit «en forme de sac» (Gosse, 2007, 191). Les exemplaires AZ6-096 et AZ6-074 appartiennent au type des fourneaux cylindriques à cheminées hautes, ce dernier ayant une base conique. Certaines pipes présentent une espèce de quille à la base du fourneau— AZ6-085, AZ6-094 et AZ6-073. Le diamètre moyen des fourneaux est compris entre

15 mm (AZ6-085) et 19 mm (AZ6-073). Le diamètre de la couronne de la douille varie entre 8 mm (AZ6-085) et 11,5 mm (AZ6-071). Les autres font près de 9 mm de diamètre.

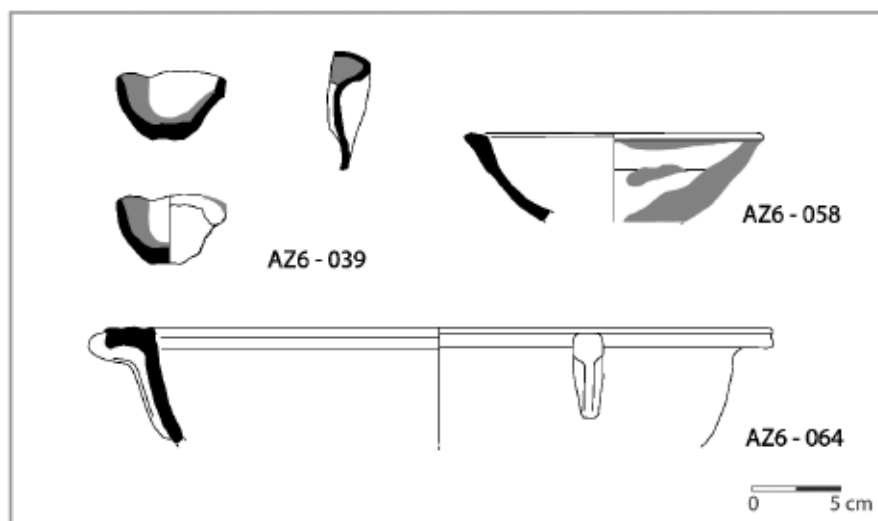


Figure 22 – Coupe (AZ6-058), casserole (AZ6-064) et lampe à huile (AZ6-039) glaçurée.

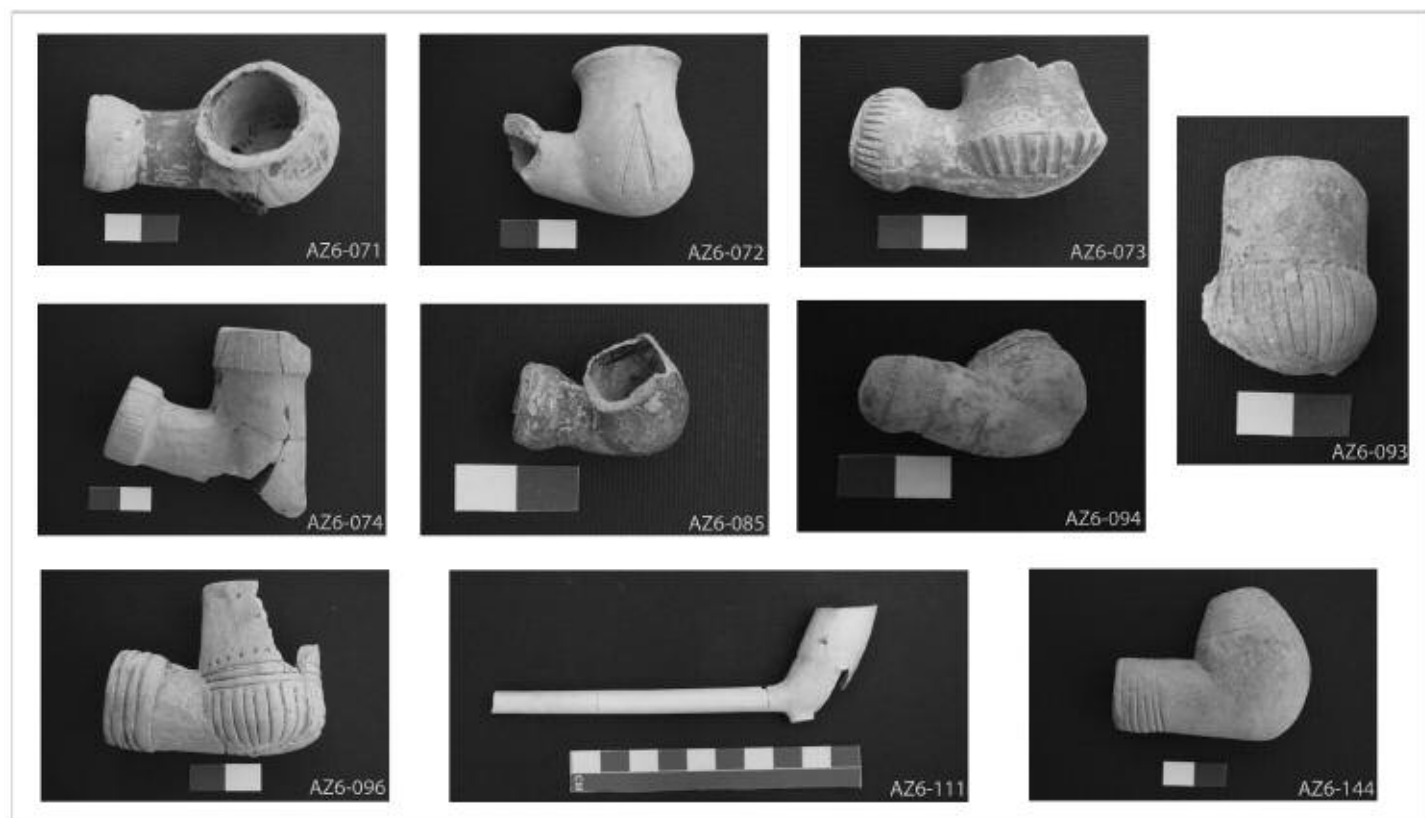


Figure 23 – Pipes en pâtes claires (AZ6-071, AZ6-072, AZ6-073, AZ6-074, AZ6-085, AZ6-094, AZ6-093, AZ6-096, AZ6-144) ou en kaolin (AZ6-111).

Les pièces AZ6-085 et AZ6-073 ont été fabriquées par moulage, mettant en exergue diverses marques de joint, ainsi que des éléments décoratifs complexes et équidistants. Sur les pipes AZ6-093, AZ6-071, AZ6-072, AZ6-074 et AZ6-096, ces marques ne sont pas visibles, ce qui ne signifie pas forcément qu'elles aient été fabriquées avec techniques des potiers. Le cas de la pipe AZ6-072, d'une morphologie similaire à celle rencontrée à Aegan, en témoigne, puisqu'elle a dû être fabriquée à partir d'un moulage, bien qu'elle n'en porte aucune trace (Higgins, 1990, 25).

La décoration des exemplaires AZ6-093, AZ6-071, AZ6-072, AZ6-074 et AZ6-096 a été réalisée par le biais d'incisions, de pointillés ou par apposition de poinçons. Certaines pièces exhibent un revêtement, comme AZ6-085, couvert d'un décor vitrifié vert foncé, tandis que l'on a observé sur AZ6-093, AZ6-094, AZ6-071, AZ6-073 et AZ6-096 l'application d'un engobe ou d'une peinture de ton plus foncé que la pâte, parfois de couleur rouge.

Outre ces pièces, une pipe de tradition européenne (AZ6-111) a été retrouvée très fragmentée (Fig. 23). Le fourneau est ovoïde avec une bouche plane. Il mesure 45 mm de hauteur et prolonge la cheminée en formant un angle de 120° par rapport à celle-ci. Constitué d'argile blanc kaolin, celui-ci a été noirci suite à son utilisation et à un processus post-déposition. Le pied, peu saillant, ne laisse paraître aucune marque.

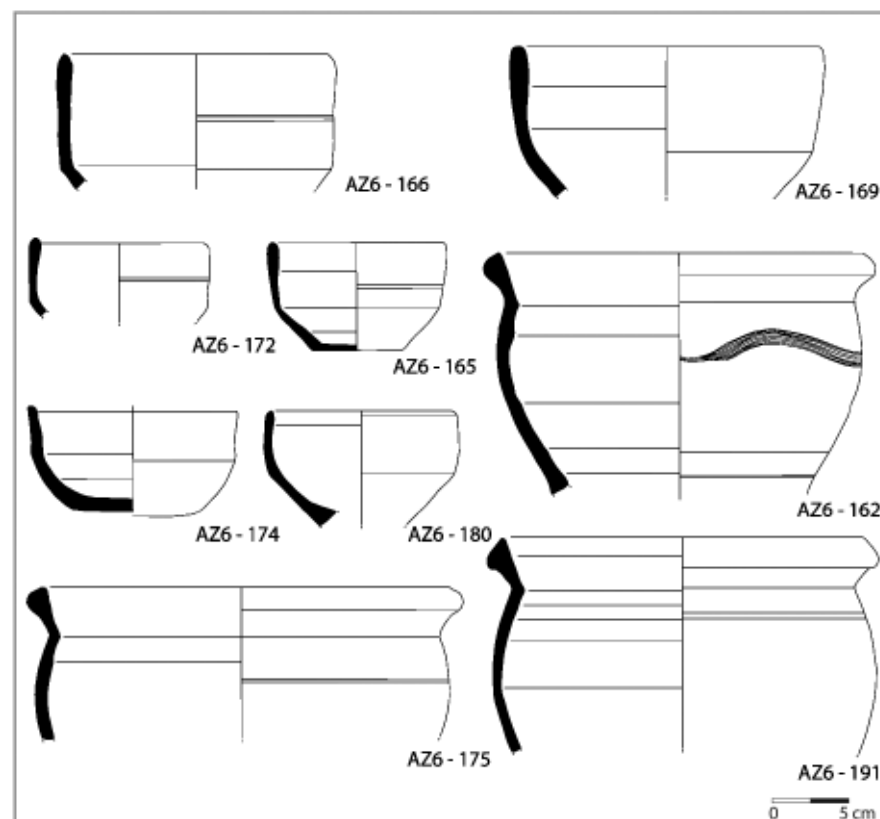


Figure 24 – Vases grand taille (AZ6-166, AZ6-169), vases petite taille (AZ6-165, AZ6-172, AZ6-180, AZ6-174) et pots (AZ6-162, AZ6-175, AZ6-191) de pâtes claires ou rouges.

La fosse B a également livré des exemplaires de céramiques à pâtes claires, oranges ou rouges, homogènes. Certaines formes sont identiques à celles découvertes dans la fosse A, avec cependant de légères différences morphologiques.

Les vases sont semblables à ceux décrits ci-dessus, arborant également une carène plus ou moins prononcée (Fig. 24). AZ6-166 et AZ6-169 constituent des vases plus grands, aux bords verticaux, de 17,5 et 20,5 cm, et dont les lèvres présentent des profils affilés semi-circulaires. Le premier est décoré à l'extérieur par deux cannelures concentriques. AZ6-165, AZ6-172 et AZ6-180 sont des vases de plus petite taille, dont les bords mesurent entre 11,5 et 12 cm de diamètre. Ils sont respectivement verticaux, légèrement introvertis et introvertis, avec des lèvres au profil semi-circulaire. AZ6-165 possède un fond légèrement concave de 6 cm de diamètre ; tout comme AZ6-172, il présente une cannelure décorative concentrique discontinue sur la section supérieure de la paroi. Enfin, AZ6-174 constitue également un petit vase à carène, mais si la paroi supérieure reste verticale, celle inférieure est courbe. Le bord est légèrement introverti avec un diamètre de 14 cm et une lèvre de profil semi-circulaire, tandis que le fond est légèrement convexe.

AZ6-162, AZ6-175 et AZ6-191, récupérés dans la fosse B, appartiennent à la typologie des pots ne présentant aucune trace de contact avec le feu (Fig. 24 et 25). Ils possèdent des bords extrovertis de 24 à 27 cm de diamètre et des lèvres au profil sub-triangulaire arrondi, terminées par un étranglement. Les corps sont globulaires. AZ6-162 est orné d'une décoration réalisée par une série de lignes incisées concentriques ondulées produites au peigne et AZ6-191 par une cannelure concentrique.

Les tessons AZ6-164 et AZ6-170 correspondent à des coupes (Fig. 26). La première a un



Figure 25 – Pot de pâte claire (AZ6-162).

bord et une lèvre au profil sub-rectangulaire arrondi, démarquée de la paroi par une carène ; le fond est en forme de pied annulaire avec un diamètre de 6 cm et une concavité accentuée, visible de l'intérieur. La deuxième possède un bord extraverti de 24 cm de diamètre et une lèvre au profil sub-rectangulaire arrondi, délimitée à l'intérieur par une incision ; la paroi est oblique avec une carène peu prononcée.

Certains exemplaires à pâtes claires se distinguent des précédents par leur hétérogénéité, dans la mesure où ils contiennent d'abondants dégraissants de grain fin à moyen. Il s'agit pour la plupart de grands récipients de stockage (Fig. 26). AZ6-159 est une amphore en pâte rosée avec un noyau bleu et les surfaces jaunâtres. Seule une partie du fond convexe est conservée, ainsi qu'une partie du corps ovoïde (d'un diamètre maximum de 29 cm), qui a été décoré avec une série de lignes réalisées au peigne. Au-dessus de ces lignes subsiste une amorce de l'anse qui pouvait s'ajuster au niveau du col ou du bord. AZ6-161 est tout à fait similaire, bien qu'elle soit moins préservée.

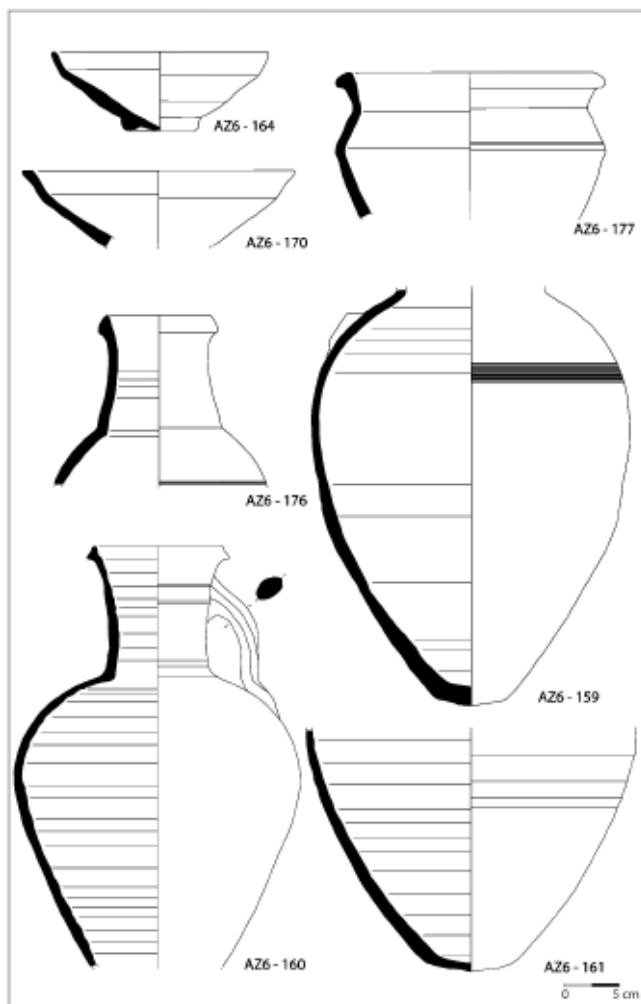


Figure 26 – Coupes (AZ6-164, AZ6-170), amphore (AZ6-159, AZ6-161, AZ6-160, AZ6-176) et pot (AZ6-177) de pâtes claires ou rouges / marrons.



Figure 27 – Amphore de pâte marron (AZ6-160).

AZ6-160 est aussi une amphore mais avec une pâte plus foncée. Elle a un bord extroverti de 12 cm de diamètre avec une lèvre au profil sub-triangulaire ; le col est cylindrique légèrement étranglée et le corps est ovoïde (avec 26 cm de diamètre maximum) ; l'anse joint la section supérieure du corps au niveau du goulot (Fig. 26 et 27). AZ6-176 a un bord légèrement extroverti mesure 9,5 cm de diamètre avec une lèvre au profil affilée, épaissie à l'extérieur ; le col est conique et la base du corps est globulaire ; la paroi a été décorée avec une série de lignes réalisées au peigne (Fig. 26).

AZ6-177 est un pot en pâte marron clair dont la surface interne bien lissée est jaunâtre. Le bord, laisse paraître des vestiges de contact avec le feu, il est extroverti et d'un diamètre de 22,5 cm. La lèvre au profil sub-rectangulaire est arrondie et épaissie à l'extérieur ; le col est étranglé et la paroi carénée. Le pot est décoré avec une cannelure sur la paroi externe (Fig. 26).

La grande majorité du mobilier céramique de la fosse B appartient au groupe des pâtes foncées hétérogènes, incluant d'abondants dégraissants. Nous nous attacherons ici à décrire les exemplaires illustrant le mieux les types de formes récupérées : des marmites et des casseroles à pâte rouge voire marron, hétérogène, intégrant de nombreux dégraissants blancs de grain fin à gros ; les surfaces ont été grossièrement lissées et sont très noircies par le contact avec le feu.

AZ6-192 et AZ6-196 correspondent à de grandes marmites (Fig. 28 et 29). Les bords sont plats avec 20 à 24 cm de diamètre et les lèvres suivent un profil sub-rectangulaire arrondi. Les cols sont légèrement étranglés et se démarquent des corps à tendance globulaire par une profonde incision concentrique sur la face externe. La décoration sur la face interne du corps est composée de séries de petites traces et de lignes faites au peigne. AZ6-300 présente un aspect identique, bien que le col soit vertical et la décoration moins élaborée.

Les casseroles à cuire AZ6-193, AZ6-195 et AZ6-197 possèdent des corps obliques et des fonds à tendance convexe (Fig. 30). AZ6-193, avec 10,5 cm de hauteur, a un bord quasiment plat de 33 cm de diamètre et une lèvre au profil sub-rectangulaire, décorée sur le dessus par des lignes incisées. La pièce est ornée à l'extérieur d'incisions épaisses ou légères réalisées en sens opposés. AZ6-195, de 10 cm de hauteur, offre un bord légèrement introverti d'un diamètre de 37,5 et une lèvre au profil sub-rectangulaire démarquée du corps par un épaississement externe. AZ6-197, avec 9,5 cm de hauteur, a un bord extroverti de 33 cm de diamètre et une lèvre au profil semi-circulaire. Une décoration composée d'un cordon à impressions digitales couvre la moitié de la face externe du corps.

Le groupe des céramiques à glaçure est restreint (Fig. 31). Nous remarquerons les coupes AZ6-163 et AZ6-183, fabriquées en pâtes gris foncé et jaune, respectivement

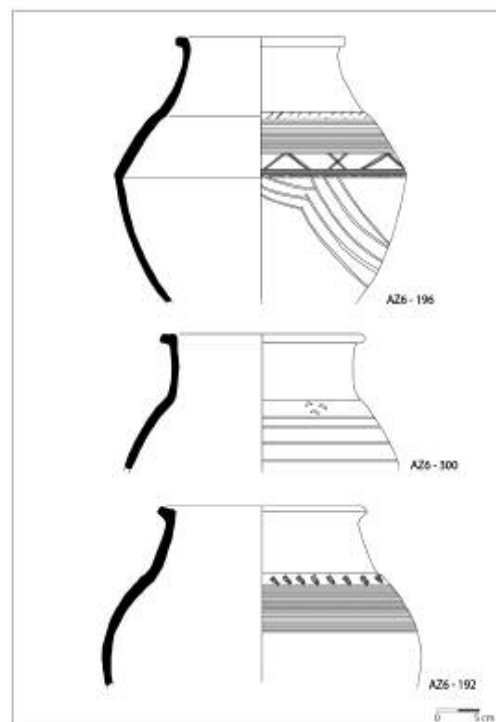


Figure 28 – Marmites de pâtes foncées (AZ6-196, AZ6-300, AZ6-192).



Figure 29 – Marmites de pâte foncée (AZ6-192, AZ6-196).

enduites de glaçure vert foncé et couleur miel ; les bords sont extrovertis avec des diamètres de 31,5 et 33,5 cm et les lèvres aplanies ou rentrantes ; les corps présentent une légère carène. AZ6-189 est une lampe à huile en pâte rosée,

dont la surface interne est enduite d'une glaçure couleur miel, présentant des coulures sur l'extérieur ; le fond est plat avec un diamètre de 3,5 cm, la paroi bilobée avec 0,6 cm d'épaisseur ; le bec montre des traces de contact avec le feu.

Quant aux pièces émaillées, soulignons une série de tessons à pâtes jaunes (sauf AZ6-153 à pâte rose), à fins dégraissants blancs. Les surfaces sont enduites d'émail blanc brillant (sauf AZ6-153 et AZ6-154 en émail blanc mat) et sont ornées d'une décoration de différents tons de bleus de cobalt, identifiées comme faïence portugaise (Fig. 32). Huit exemplaires appartiennent aux formes ouvertes, deux d'entre eux étant des coupes (AZ6-150, AZ6-157). La première, au bord extroverti, a un diamètre de 17,5 cm et une lèvre épaissie à l'extérieur, tandis que la deuxième a un bord affilé de 16 cm de diamètre. AZ6-145 est une forme fermée avec un fond plan de 5 cm de diamètre, ses parois ont une tendance globulaire et sont dotées d'une anse au profil semi-circulaire. AZ6-146 est aussi un récipient de forme fermée avec un bord vertical de 7 cm de diamètre et une lèvre au profil semi-circulaire légèrement affilé ; le col est vertical et le corps a tendance globulaire. Ces deux derniers fragments peuvent appartenir à la même pièce.

Evoquons enfin le fragment de pipe AZ6-144, réalisé en pâte d'un ton rosé clair (Fig. 23). Le fourneau de forme sphérique ne comporte pas de quille à sa base. D'un diamètre de 9,5 mm au niveau de la couronne de la douille, il ne démontre aucun vestige de production par moulage. Sa décoration est composée de lignes incisées sur la cheminée et sur la couronne de la douille.

Parmi l'ensemble du mobilier en céramique commune issu des contextes de l'époque moderne d'Azemmour, il est possible d'établir deux groupes bien distincts. Il s'agit d'une part, des pâtes claires, homogènes, oranges et rouges, qui, malgré les divergences techniques mention-

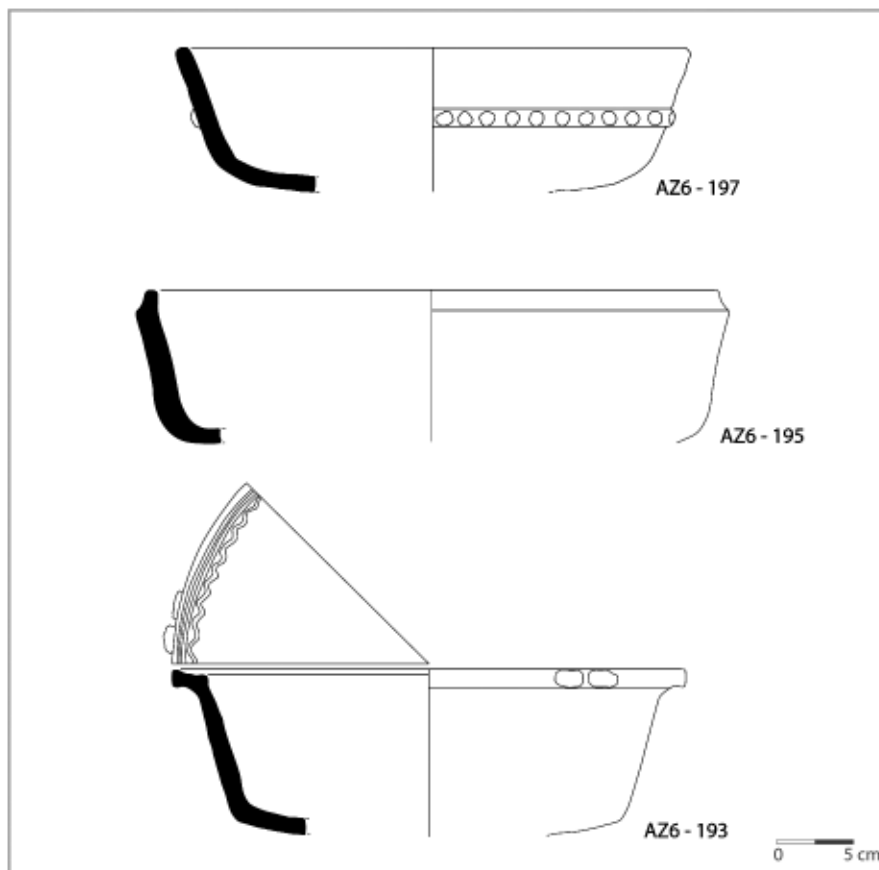


Figure 30 – Casseroles de pâte foncée (AZ6-197, AZ6-195, AZ6-193).

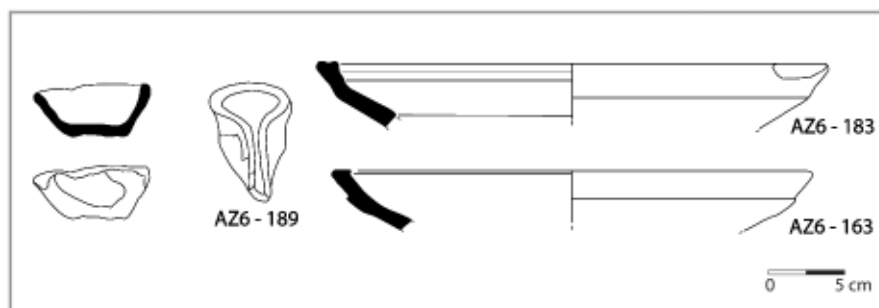


Figure 31 – Coupes (AZ6-163, AZ6-183) et lampe à huile (AZ6-189) glaçurée.

nées, se rapportent à un contexte de production identique, non seulement aux vues de leurs similitudes morphologiques, mais également par celles liées aux décorations utilisés. Cela concerne les poteries destinées à un usage de table, telles que les coupes, petites jarres, pichets et vases, ou encore celles destinées au stockage et au transport, comme les jarres, les cruches et les amphores, ou encore autres récipients, comme les bassines (*qasrīya*), dont les fonctions sont multiples.

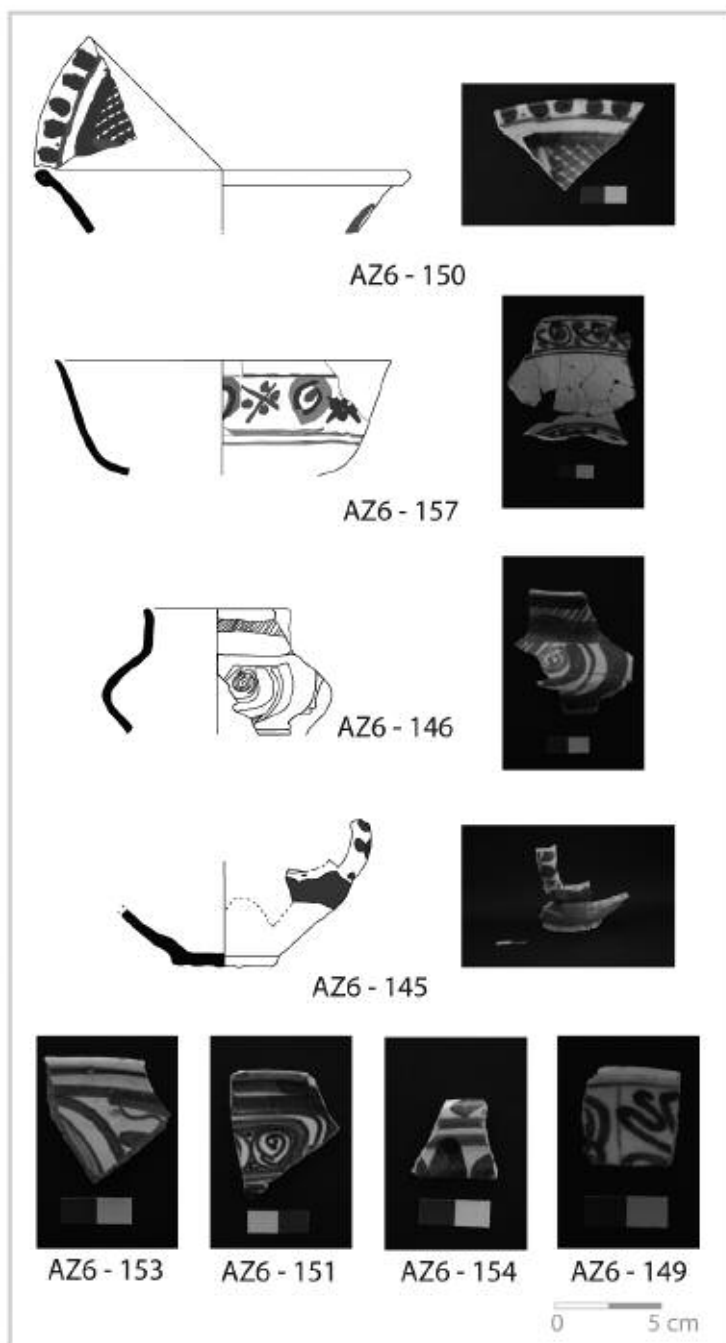


Figure 32 – Faïences.

D'un autre côté, les pâtes plus foncées renfermant d'abondants dégraissants sont elles clairement réservées à la préparation d'aliments, avec des formes telles que les marmites et les casseroles. Leur profil de fabrication et de décoration permettent également de les considérer comme un groupe homogène.

La dualité des céramiques d'Azemmour semble pouvoir s'apparenter à la tendance générale signalée pour la région sud du Maroc. D'un côté l'on retrouve les céramiques non culinaires, fabriquées avec des pâtes calcaires et cuites au four à des températures élevées. Elles correspondent à une technique clairement minoritaire si l'on considère les données ethnographiques relatives à l'ensemble du Maroc, se concentrent autour des oasis sahariens et des plaines et collines du nord-ouest. D'un autre côté, les éléments culinaires produits avec des pâtes plus résistantes au feu et incluant plus de dégraissants, permettent des cuissons vives à l'air sans danger de désagrégation. Elles sont fabriquées traditionnellement dans la région du Haut-Atlas et, de façon générale, sont très fréquemment utilisées au Maroc (Picon et El Hraiki, 2003, 358 et 366).

Dans tous les cas, il est pour l'heure totalement impossible d'attribuer une provenance géographique pour la fabrication de l'ensemble du mobilier exhumé d'Azemmour, dans la mesure où les anciens ateliers de poteries de cette région restent méconnus. Les travaux ethnographiques réalisés dans les années 1980 révèlent l'existence de zones de production de céramiques dans les régions voisines d'Azemmour, avec pour certaines d'entre elles des traditions plus anciennes (Vossen et Ebert, 1986).

Ainsi, à environ 40 km à l'est-sud est d'Azemmour, près de la ville de Settât, se trouvent les poteries d'Oulad Abbou, décorées de poinçons lors de leur cuisson dans un tas de cendres. Dans la localité de Sebt des Oulad Hassine, à 30 km au sud-ouest d'Azemmour, il existe des fours en forme de puits, abandonnés dès les années 1980, où étaient fabriquées des poteries sans décoration. Le même type de céramiques était produit dans diverses localités autour de Had des Oulad Frej, à un peu moins de 40 km au sud-sud-est de la ville, dans des structures matérialisées par des emplacements de cuisson creusés à même le sol.

Plus loin, à 80 km au sud-sudouest d'Azemmour, toute une série de zones de production de poteries a été détectée, entre Khemis des Zemamra, Tnine Rharbia et El Agagcha, avec la présence de différentes structures destinées à la cuisson, à l'origine de plusieurs types de céramiques et datant probablement d'époques distinctes. C'est de cette dernière région qu'était originaire la plupart des potiers qui s'installèrent près de Casablanca au XX^e siècle, notamment dans le quartier d'Ain Sebaa (Vossen et Ebert, 1986, pp. 214-32). C'est là que s'implantait la cité fortifiée d'al-Madina al-Gharbia, pôle autour duquel se regrouperont les tribus de Doukkala aux XIV^e et XV^e siècles, et dont le déclin s'est amorcé suite aux avancées portugaises durant les deux premières décennies de 1500 (Benhima, 2004-05, pp. 221-30).

Ces données permettant hypothétiquement de pencher vers des centres de fabrication de poteries de l'époque moderne, ne permettent cependant pas d'établir une classification de la céramique exhumée d'Azemmour. D'abord parce qu'il n'existe aucune preuve que tous ces centres aient existé à cette époque, bien que dans certains cas leur ancienneté semble évidente, et ensuite, parce que rien ne garantit que des céramiques n'aient été produites à d'autres endroits périphériques, durant l'âge moderne.

Soulignons d'ailleurs que lors des campagnes de fouilles réalisées à Azemmour, des vestiges témoignant d'une production de céramiques ont été mis au jour (Teixeira *et al.*, 2015). Malgré que ces productions puissent dater de l'époque médiévale, la possible prolongation de cette activité durant les siècles suivants n'est pas exclue. Azemmour est d'ailleurs légendairement associée aux origines de la poterie berbère, initiée par un disciple de Saint Muley Abdallah qui fit l'objet d'un pèlerinage séculaire. En outre, la documentation stipule que cette activité est pratiquée dans la ville depuis le XIX^e siècle (Boukobza, 1998, pp.

13-14), les potiers étant regroupés dans une corporation professionnelle (*Villes et Tribus...*, p. 38).

L'étude de la céramique commune reflète le faible développement de la recherche archéologique autour de ces périodes dans la région. La classification de ce contexte archéologique se base d'ailleurs, en grande partie, sur l'analyse du mobilier exogène, parmi lesquels se distinguent deux groupes. Le premier concerne les pipes, essentiellement recueillies dans les différents niveaux de la fosse A, avec seulement un exemplaire dans la fosse B. Le second se réfère aux faïences portugaises exhumées de la fosse B.

Au sujet des pipes, une nette prédominance des pièces de tradition ottomane a pu être vérifiée (9 exemplaires), puisque seul un exemplaire européen a été recueilli. Les caractéristiques de ces pipes de tradition ottomane semblent indiquer une chronologie du XVIII^e siècle (Baram et Carroll, 2002, 153) et une éventuelle provenance de Méditerranée occidentale, malgré que ces études n'en soient encore qu'à une phase initiale⁵.

En effet, dès la fin du XVII^e siècle, les pipes ottomanes commencent à être réalisées avec une prédominance d'argiles rouges et avec l'application d'un revêtement de ton également rouge, plus foncé que la pâte, quand cette matière première n'est pas disponible (Gosse, 2007, 162; Robinson, 1985, 153). Par ailleurs, si l'on s'en réfère aux formes caractéristiques des fourneaux ottomans, nous pouvons distinguer à Azemmour les pipes de forme sphérique de type «sac» et cylindrique, typiques du XVIII^e siècle, puisque celles en forme de «L», plus communes au XIX^e siècle, n'étaient pas apparues (Robinson, 1985, 163; Baram et Carroll, 2002, 153; Gosse, 2007). La quille, située à la base du fourneau et qui se développe le long du tuyau, constitue une autre caractéristique probablement des années 1700 ; elle apparaît sur les pipes ottomanes dès la fin du XVII^e siècle (Robinson, 1985, 161-163).

D'un point de vue culturel, le diamètre des fourneaux (compris entre 15 et 19 mm) doit être mis en relation avec la consommation de tabac. Avec l'introduction du tabac dans le monde ottoman au début du XVII^e siècle (c. 1605, selon Robinson, 1985, 151), le volume des fourneaux des pipes va progressivement augmenter, jusqu'à atteindre un diamètre de 30 à 40 mm (Gosse, 2007, 159). Les dimensions générales de la couronne de la douille, entre 8 et 11,5 mm de diamètre, suggèrent aussi que la majorité des pipes d'Azemmour ait été utilisée avec des tuyaux courts, comparables aux exemplaires européens, même si AZ6-074 et AZ6-071, de diamètres respectifs de 11 et 11,5 mm, aient pu être utilisées avec des tuyaux plus longs⁶.

D'autre part, la pipe européenne présente une forme commune en Angleterre entre 1700 et 1770, ayant probablement été fabriquée à Londres. Elle ne présente aucune marque sur son pédoncule, interdisant ainsi une attribution chronologique plus précise.

Les caractéristiques des pièces de faïence portugaise peuvent être assimilées à celles du XVII^e siècle. Au regard des formes et des thèmes des motifs décoratifs rencontrés, divers parallèles pourraient être établis avec les céramiques exhumées en contextes portugais ou européens, ou avec les collections de différents musées.

C'est le cas pour : la localité de Machico sur l'île de Madère (Sousa, 2006), la Casa do Infante dans la ville de Porto (Barreira, Dórdio et Teixeira, 1995, pp. 145-184), le couvent de Sta. Clara-a-Velha à Coimbra (Ferreira et Leal, 2006-07, pp. 89-117), celui de S. Francisco à Lisbonne (Torres, 2011), ou encore dans diverses villes des Pays-Bas (Bartels, 2003, pp. 70-82) et des Îles Britanniques (Casimiro, 2011); citons également la collection de la Fondation Carmona et Costa (Monteiro et Pais, 2003). Les éléments comparatifs pris en compte sont les suivants: le motif réticulé de la coupe AZ6-150, les motifs enroulés des exemplaires AZ6-151 et AZ6-146, les éléments végétalistes d'AZ6-154 et la composition des décors pour les fragments AZ6-149, AZ6-153 et AZ6-157.

4. CONCLUSIONS

Les données et considérations exposées ici constituent des hypothèses relatives à l'évolution du complexe palatin d'Azemmour, et plus généralement, à la vie dans la ville à l'époque moderne.

Il est impossible pour l'heure de définir l'époque à laquelle ont été ouvertes les fosses du sondage 6, mais nous supposons que celles-ci pouvaient faire partie, durant la période portugaise et au cours du siècle suivant, d'un bâtiment annexe au complexe palatin, avec des fonctions liées à la manutention de ses occupants, notamment au recueil de déchets alimentaires et éventuellement sanitaires. Le matériel recueilli en contexte de remaniement, notamment une coupe décorée de reflets métalliques, symbolise l'occupation de cet espace durant les premières décennies du XVI^e siècle.

Les deux fosses ont été désactivées à la même époque, bien que probablement pas simultanément. Les similitudes enregistrées au niveau des modes de fabrication et de certaines formes de céramiques communes sont remarquables. Cependant, la différence entre les sédiments et les objets domestiques récupérés dans les deux structures – les poteries de stockage et de table prédominant dans la fosse A, alors que la fosse B renfermait les restes fauniques et les ustensiles de cuisine – semblent impliquer deux moments distincts de colmatage. En outre, si les pipes de matrices européenne et ottomane exhumées de la fosse A correspondraient au XVIII^e siècle, les faïences portugaises détectées dans la fosse B semblent correspondre à une chronologie plus ancienne.

La désactivation des fosses peut renvoyer à une période de réorganisation de l'ensemble du complexe palatin d'Azemmour. A cette époque, outre la conversion de l'espace où a été réalisé le sondage 6 en l'une des salles de *hammam* du palais, la structure de stockage de l'eau investie par le sondage 7 a également connu une profonde réutilisation. Celle-ci fut construite face à l'aile sud de la capitainerie, couvrant une partie de la façade. Le matériel découvert à l'intérieur est assez similaire à celui des deux fosses, malgré la petite taille de l'échantillon exhumé.

Outre ces travaux, le corps ouest du palais aurait également souffert d'altérations, avec la segmentation longitudinale de ses salles, phénomène détecté grâce au sondage

5, bien que la rareté du matériel empêche une attribution chronologique précise. Le processus de construction est cependant similaire à celui vérifié au premier étage de la nouvelle structure de la citerne, ce qui implique une réutilisation contemporaine. La mosquée, située entre les espaces investis par les sondages 6 et 7, et dont il ne reste que de rares vestiges, daterait de cette même époque ; elle n'a pas fait l'objet de notre intervention.

Malgré que les données soient encore limitées, nous ne manquerons pas de noter que le même facteur de construction et de réaménagement urbain a été détecté sur la façade maritime du quartier Kasbah / Mellah, dans le cadre des sondages 1 et 2/3 (Karra et Teixeira, 2011). Il est possible que ces faits résultent d'un phénomène unique, qui pourrait être associé au tremblement de terre de 1755, dont l'impact sur les côtes marocaines est largement documenté (*Villes et Tribus...*, p. 27; Amaral, 2011, pp. 245-55).

Dans une perspective strictement archéologique, nous pensons que les données de cette intervention pourront apporter une contribution à l'étude de la céramique de l'époque moderne, qui reste encore peu connue dans cette région marocaine. Les exemples présentés ont été exhumés en contexte fermé et associés aux mobiliers importés, ceci permettant l'attribution d'une chronologie approximative. La poursuite des travaux dans la ville, ainsi que dans d'autres localités adjacentes, sera décisive pour mieux comprendre les dynamiques économiques de la région, conjuguant les données archéologiques avec d'autres sources historiques, dans une perspective globale comparative, comme cela a été proposé pour l'époque médiévale (Fili, 2004-05, pp. 235-36).

A ce propos, soulignons que la présence de matériel importé, bien qu'en faible quantité, nous permet d'étayer l'idée, d'ailleurs développée dans une autre publication (Karra et Teixeira,

2011), que le déclin d’Azemmour après 1541 et sa réduction à de simples campements militaires près de Mazagan, thèse souvent considérée comme évidente (*Villes et Tribus...*, pp. 58-61), ne semble pas se confirmer. Il est évident que, durant les XVI^e et XVII^e siècles, la ville a perdu le statut de grand port commercial dont elle jouissait au moyen âge (Piccard, 1997, pp. 119-20, 156-57, 172-73), phénomène auquel a contribué l’irréversible processus d’assèchement de sa rivière (*Villes et Tribus...*, pp. 26-27). Mes les habitants continuèrent à avoir accès à des biens exogènes, obtenus grâce au troc de produits artisanaux fabriqués dans la ville, ou grâce à celui de biens agricoles produits dans les régions voisines.

Le fait que la majorité des objets exogènes détectés correspond à des faïences portugaises est également significatif, car elles provenaient probablement de la place voisine de Mazagão, où elles devaient être courantes. En effet, hormis les pipes provenant de la rive sud de la méditerranée, les formes d’usage personnel importées à Azemmour renvoient à ce type de céramique, qui a connu une large diffusion dans le monde de l’expansion portugaise. Ce phénomène ne se limite pas au secteur du palais, puisque dans les sondages réalisés sur l’espace riverain, quelques tessons avaient déjà été récupérés. Il semble donc évident que, malgré les assauts de guerre qui ont fustigé ces places, un flux commercial entre les chrétiens et les musulmans ait été maintenu, comme en témoignent les vestiges ici mis au jour.

BIBLIOGRAPHIE

AMARAL, Augusto Ferreira do (2011), «O Terramoto de 1755 em Mazagão», in *Portugal e o Magrebe. Actas do Congresso Internacional de História / Actes du IV Colloque d’Histoire Maroco-Lusitanienne*, pp. 245-55, Lisboa / Lagos: Centro de História de Alê-Mar / Centro de Investigação Transdisciplinar Culturas, Espaço e Memória.

- BARREIRA, Paula, DÓRDIO, Paulo et TEIXEIRA, Ricardo (1995), «200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII», in *Actas das 2as Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*, pp. 145-184, Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- CASIMIRO, Tânia Manuel (2011), *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*, Lisboa: Thèse de doctorat présentée à la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa.
- CORREIA, Jorge (2008), *Implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu’au milieu du XV^e siècle*, Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- BARAM, Uzi et CAROLL, Lynda, ed. (2002), *A Historical Archaeology of the Ottoman Empire. Breaking New Ground*, New York: Kluwer Academic Publishers.
- BARTELS, M. (2003), «A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise socioeconómica baseada nos achados arqueológicos», in *Património Estudos*, nº 5, pp. 70-82, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- BAZZANA, André et MONTMESSIN, Yves (1991), «Quelques aspects de la céramique médiévale du Maroc du Nord», in *Actes do 5^{ème} Colloque sur la Céramique Médiévale*, pp. 241-59, Rabat : Institut National des Sciences de l’Archéologie et du Patrimoine.
- BENHIMA, Yassir (2004-05), «Al-Madina, ville mérinide de la région de Dukkala (Maroc)», in *Caetaria. Revista del Museo Municipal de Algeciras*, nº 4-5, pp. 221-30, Algeciras: Ayuntamiento de Algeciras.
- BOUKOBZA, André (1998), *La poterie marocaine*, 2ème reprise, Paris : Lijac.
- EL HRAIKI, Rahma (1991), «Panorama sur la céramique marocaine», in *Actes do 5^{ème} Colloque sur la Céramique Médiévale*, pp. 7-11, Rabat : Institut National des Sciences de l’Archéologie et du Patrimoine.
- FERREIRA, Manuela Almeida et LEAL, Catarina Cunha (2006-2007), «Cuidados de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha de Coimbra», in *Portugalia*, nouvelle série, vol. XXVII-XXVIII, pp. 89-117, Porto: Universidade do Porto / Faculdade de Letras.
- FILI, Abdallah (2004-05), «La céramique médiévale du Maroc. État de la question», in *Caetaria. Revista del Museo Municipal de Algeciras*, nº 4-5, pp. 231-46, Algeciras: Ayuntamiento de Algeciras.
- GOSSE, Philippe (2007), *Les pipes de la quarantaine. Fouilles du port antique de Pomègues (Marseille)*, Oxford : Archeopress (BAR International Series 1590, The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe XIX).
- HIGGINS, D. A. (1990), «An Earthenware Pipe from the Aegean», in *Society for Clay Pipe Research Newsletter*, nº 28, pp. 25-27.
- KARRA, Azzeddine et TEIXEIRA, André (2011), «Fouilles archéologiques à Azemmour: questions historiques et premières constatations», in *Portugal e o Magrebe. Actas do Congresso Internacional de História/Actes du IV Colloque d’Histoire Maroco-Lusitanienne*, pp. 177-90, Lisboa/Braga: Centro de História de Alê-Mar / Centro de Investigação Transdisciplinar Culturas, Espaço e Memória.
- MESQUIDA GARCÍA, Mercedes (2001), *La Cerámica Dorada. Quinientos Años de su Producción en Paterna*, Paterna: Ayuntamiento de Paterna.
- MONTEIRO, João Pedro et PAIS, Alexandre Nobre (2003), *Faiança Portuguesa da Fundação Carmona e Costa*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- MOREIRA, Rafael (1989), «A época manuelina», in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, pp. 91-142, Lisboa: Publicações Alfa.
- PICARD, Christophe (1997), *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris : Éditions Maisonneuve & Larose.
- PICON, Maurice (1995), «Pour une relecture de la céramique marocaine : caractéristiques des argiles et des produits, techniques de fabrication, facteurs économiques et sociaux», in *Ethno-archéologie Méditerranéenne*, ed. André Bazzana et Marie-Christine Delaigue, pp. 141-58, Madrid : Casa Velázquez.

- PICON, Maurice et EL HRAIKI, Rahma (2003), «Cuissons et structures de cuissons des céramiques au Maroc, entre ethnographie et l'archéologie», in *Actas das 3ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, pp. 355-69, Porto : Câmara Municipal de Tondela.
- REDMAN, Charles (1986), *Qsar es-Seghir: an Archaeological view of medieval life*, New York: Academic Press.
- ROBINSON, Rebecca C. W. (1985), «Tobacco Pipes of Corinth and of the Athenian Agora», in *Hesperia*, Vol. 54, Nº 2, pp. 149-203.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1991), *El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: Una Propuesta de Terminología Cerámica*, Palma de Mallorca: Museu de Mallorca e Societat Arqueològica Lul·liana.
- SOUSA, Élvio (2006) – *Arqueologia da Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico: CEAM.
- TEIXEIRA, André, LOPES, Ana, KARRA, Azzeddine et CORREIA, Jorge (2013), «As fortificações portuguesas de Azamor: contributo para a actualização do seu conhecimento», in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magrebe (séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, vol. II, pp. 627-638, Lisboa: Edições Colibri / Campo Arqueológico de Mértola.
- TEIXEIRA, André, KARRA, Azzeddine et Carvalho, Patrícia (2015), «La céramique médiévale d'Azemmour (Maroc): données préliminaires sur des vestiges de production potière», in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, coord. Maria José Gonçalves e Susana Gómez Martínez, pp. 819-830, Silves/Mértola, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, Joana Bento (2011), *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*, Lisboa: Thèse de maîtrise présenter à la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa.
- Villes et Tribus du Maroc*, vol. XI (*Région des Doukkala*), tome II (*Azemmour et sa Banlieue*), 2^{ème} reprise, Casablanca, Éditions Frontispice, 2002.
- VOSSSEN, Rudiger et EBERT, Wilhelm (1986), *Marokkanische Topferei: Topferorte u. Zentren e. Landesaufnahme 1980 / Poterie Marocaine: Localités de Potiers et Centres de Poterie*, Bonn: Habelt.

NOTAS

- 1 Projet du CHAM – Université Nouvelle de Lisbonne et Université des Açores et du CITCEM – Université du Minho, sous la direction de Maria Augusta Lima Cruz. Il a été soutenu par la FCT

(PTDC/HAH/71027/2006), avec le but d'étudier la présence portugaise dans la Région Doukkala-Abda à la fin du Moyen Age et pendant l'époque moderne.

- 2 Contrairement aux recherches au niveau de la céramique médiévale développées durant les dernières décennies au Maroc, notamment dans la région Nord (Bazzana et Montmessin, 1991, pp. 241-59 ; Fili, 2004-05, 231-46), les études des céramiques modernes sont très rares voire inexistantes, si l'on considère la partie méridionale du pays. Dans ce contexte, l'on compte avec les études menées dans le domaine ethnographique (Vossen et Ebert, 1986; El Hraiki, 1991, pp. 7-11 ; Picon, 1995, pp. 141-58 ; Picon et El Hraiki, 2003, pp. 355-69, entre autres).
- 3 Le matériel faunistique est en cour d'étude par Sónia Gabriel, de la Direction Générale du Patrimoine Culturelle du Portugal, partenaire de ce projet à partir de 2013.
- 4 Nous cherchons la normalisation des termes relatifs à la céramique, en ayant recours aux ouvrages généraux de référence sur l'al-Andalous (Rosselló Bordoy, 1991), mais également aux synthèses réalisées pour l'Afrique du Nord à l'époque médiévale (Bazzana et Montmessin, 1991, pp. 241-59 ; Fili, 2004-05, 231-46) et aux travaux ethnographiques (Vossen et Ebert, 1986).
- 5 Nous souhaitons remercier le Dr. David A. Higgins pour son aide et les informations fournies dans la classification des pipes recueillies à Azemmour.
- 6 Les pipes de 10 à 12 mm de diamètre au niveau de la couronne de douilles devaient être utilisées avec des tuyaux plus longs que celles présentant des diamètres inférieurs (Gosse 2007, 160).

« LES ORATOIRES DE LA MOYENNE VALLEE DU NEFFIS: EXEMPLE VERNACULAIRE D'ART ET L'ARCHITECTURE RELIGIEUX BERBERES DU HAUT-ATLAS OCCIDENTAL »

YOUSSEF KHIARA*

INTRODUCTION

Dans le pays des Masmouda, plus précisément à hauteur de la pittoresque cuvette naturelle de Talat-n-Yaacoub, il est un monument qui a particulièrement monopolisé l'attention des érudits et des chercheurs depuis un siècle. Il s'agit bien entendu de la mosquée dynastique de Tinmel, œuvre emblématique du patrimoine architectural almohade et médiéval, au Maghreb et en Espagne musulmane¹. Plusieurs études aussi savantes que consciencieuses lui ont été consacrées, portées par la volonté fervente de connaître les débuts politiques des Almohades ainsi que les tendances qui prévalurent dans leur architecture religieuse. Du bilan de ces différentes explorations scientifiques, émane une observation étonnante: aucune de ces études ne s'est intéressée à l'environnement autochtone et au patrimoine matériel communautaire disséminé aux alentours de ce prestigieux monument médiéval. En effet, les archéologues qui ont arpenté cette cuvette n'ont jamais prêté attention au «petit patrimoine» de ce micro-terroir. Avec l'élargissement de la notion du bien culturel et l'apparition concomitante des soucis paysagers et écologiques, l'intérêt pour cette région prit une tout autre dimension.

C'est à l'issue de ce constat que nous manifestâmes le désir et la volonté d'engager en 1997 une prospection pédestre de longue haleine qui concernait l'environnement géographique et culturel de Tinmel et ce dans le cadre d'une recherche universitaire

qui voulait comprendre l'occupation de l'espace sur la base d'éléments tangibles, précis, datés au mieux. Le cas d'étude présenté dans cette contribution concerne des édifices vernaculaires à caractère culturel : des oratoires post-médiévaux authentiques et originaux. N'apparaissent dans aucune source scripturaire, ils valent aujourd'hui par leur qualité de témoignage historique et d'expression artistique des Masmouda du Haut Neffis.

Les oratoires en question, toujours en fonction, se trouvent dans les hameaux de *Tazalt* de *Tafarghoust* et d'*Ifourir*, situés au voisinage immédiat de Tinmel².

1. L'ORATOIRE DE TAZALT

Tazalt est un village de montagne qui se situe à 3 km au Sud-Ouest de Tinmel, sur la rive gauche de l'Oued *Neffis*. Culminant aux environs de 1379 m, Il surplombe voie de communication qui relie la haute vallée du *Neffis* au col de *Tizi-n-Test* et par de là, la plaine Sous et sa métropole Tarou-

* Archéologue, Conservateur principal de Monuments Historiques. Direction du patrimoine culturel.
Courriel : tinmellal@yahoo.fr

dant. Établit sur un terrain tourmenté, les habitations se déploient sur deux niveaux pour pallier le manque de terrain. C'est d'ailleurs un des traits marquants de l'oratoire en étude.

L'oratoire de *Tazalt* prend place sur un monticule rocheux bordé d'escarpement, dominant les maisons groupées tout autour. Ces dernières sont érigées en moellons de pierre de grès rougeâtre prélevés sur place et sommairement taillés. D'autres sont en terre compactée (*Louh*, *Tabout*) sur base de pierre. Le choix pour un tel ou tel matériau est généralement lié aux ressources du site.

L'accès à l'oratoire de *Tazalt* se fait par des marches aménagées dans la pente. L'escalade des escaliers raides et sinueux mène à un premier niveau qui abrite une école coranique où les enfants du village apprennent l'alphabet arabe et le Coran dans un local exigu et mal éclairé. Puis, en continuant la montée des marches, on débouche sur un second palier qui abrite l'oratoire à proprement parler. C'est une salle de prière (*Maqsoura*) desservie par un large préau ou portique (*Alahni*) qui éclaire l'espace intérieur. Un local cornier attenant à la salle de prière fait office de salle d'ablution, occupe le flanc sud.

La première chose qui attire l'attention avant d'accéder à l'intérieur de la salle de prière est l'existence quasi exceptionnelle d'une inscription sculptée sur la partie frontale du linteau de la porte d'entrée. Succincte et en style cursif, elle commémore l'avènement de la réédification de l'oratoire survenue en 1209 de l'Hégire (1794 J.C). Ce document épigraphique compte sept lignes réalisées selon la technique du champlévé malaisément cisaillé, dans une cartouche de 40 cm de long et 9 cm de large. Cette dernière est subdivisée en deux champs épigraphiques plus ou moins rectangulaires placés côte à côte. Le premier, celui de droite est très chargé, tandis que celui de gauche est nettement plus aéré. La graphie, visiblement d'une raideur archaïque, se déploie suivant des lignes à peine agencée, évo-

quant un style cursif grossier loin des préceptes du ductus de la calligraphie maghrébine. Cela suggère l'œuvre d'une main peu exercée qui, au demeurant, a travaillé sans dessin préparatoire.

2. TRADUCTION L'INSCRIPTION DE RECONSTRUCTION³

Première cartouche :

Hamdala suivie d'une Taşsliya,

«Grâce à la volonté de Dieu cette mosquée bénie a été (re)construite après l'écroulement de ses murs».

Deuxième cartouche:

«Sa (re)construction est achevée en mille deux cent neuf (1209H)».

Bien qu'elle soit succincte et «esthétiquement» peu accomplie, cette inscription constitue en revanche, une source unique qui nous livre des indications tangibles dans un contexte où l'oralité est de mise. En effet, l'inscription de *Tazalt* commémore de manière précise l'avènement de la reconstruction de cet oratoire du village, survenue en 1794 J.C. De manière subsidiaire, et c'est là la seconde information pertinente, elle nous apprend que nous sommes en présence d'un édifice religieux plus antérieur à 1794 J.C à, puisqu'il est question de reconstruction décidée suite à l'écroulement des murs d'origine. L'inscription ne précise pas par contre s'il y a eu remploi des matériaux de construction, notamment les piliers et les poutres en bois sculpté qui constituent les éléments les plus nobles du bâtiment.

L'accès à la salle de prière se fait par une porte massive et trapue en bois à un seul battant, située dans l'angle Nord-Ouest de la salle de prière. Cette dernière est élevée sur un plan rectangulaire (10,58 m L x 5,08 ml) orienté nettement Est-Ouest, décalée d'une trentaine de degrés par rapport la direction véritable de la *Mecque*⁴. Trois nefs parallèles au mur de la *Qibla* sont matérialisées par deux rangées de piliers en bois. Les mesures prises au sol ne révèlent aucune distinction valorisante d'une nef par rapport aux autres. Le *Mihrab*, de plan polygonal, inscrit dans un encadrement légèrement en saillie, s'ouvre au centre du mur de la *Qibla* en arc plein cintre outrepassé. L'intérieur du *Mihrab* est surmonté d'une demi-coupolette percée d'une lucarne d'éclairage verticale, entaillée dans le mur. De l'extérieur, le *Mihrab* dépasse le mur d'environ 1,50 m.. L'éclairage et l'aération de la salle de prière se font au moyen de quatre lucarnes rectangulaires aménagées dans la masse des murs. Deux se situent à intervalle régulier de part et d'autre de la niche du *Mihrab*. Les deux autres sont placées dans les murs Est et Ouest à hauteur de la deuxième nef.

3. L'ORATOIRE DE TAFERGHOUST

Le second oratoire qu'il nous a été possible de visiter est celui du village de *Taferghoust*, situé à moins de deux kilomètres au Sud-Ouest de *Tazalt*. Il s'agit d'un petit hameau perché à 1391 m d'altitude, enserré par des ravins très actifs qui courent entre les schistes granitiques à l'entrée de la vallée intérieure d'*Ougdemt*. A la différence de celui de l'oratoire de *Tazalt*, celui de *Taferghoust* est construit au milieu des habitations sur la principale allée qui dessert le village. L'édifice et ses dépendances sont ramassés en un seul corps et construits sur un seul niveau qui surplombe les terrasses de culture avoisinants. Vu de l'extérieur, il se distingue des maisons mitoyennes par son entrée annoncée par un préau : *Alahni-n-imi-l-maqsoura*⁵. Après avoir franchi le seuil d'une porte à un seul battant qui s'ouvre à l'intérieur et surélevé par rapport au sol, on arrive au milieu d'une cours couverte en contrebas d'un degré. Autour de cette dernière se déploie la salle de prière qui se trouve au Sud-Est, et les latrines qui occupent le côté Nord-Est. Ici, nous n'avons pas trouvé de mention historique ou d'inscription commémorative.

L'accès à la salle de prière se faisait à l'origine par une porte cornière ouverte dans le côté Sud-Ouest. Actuellement, on entre par une porte axiale tardivement placée. Bâtie sur un plan plus large que profond la *maqsoura* épouse une orientation nettement Est-Ouest⁶. Elle se trouve ainsi décalée plus à l'Ouest par rapport à la direction de la *Qibla*. Dans sa globalité la salle de prière fait 4,49 m de largeur et 14,50 m. de longueur. Cette dernière mesure n'est pas d'origine, un agrandissement tardif très discernable à vue d'œil, a rallongé toute la partie orientale de 3,21m. C'est de cette entreprise que date la création de la nouvelle porte déplacée plus au centre pour axer le bâtiment.

La salle de prière s'organise en trois nefs transversales parallèles au mur de la *Qibla*. Elles ont 1,40 m à 1,52 m de largeur. Une légère imperfection est perceptible dans l'alignement des piliers. Elle est conséquente aux travaux de démontage et de remontage des éléments architectoniques lors des travaux d'agrandissement. Le mur de la *Qibla* est percé par trois ouvertures qui abritent la niche d'un *Mihrab* nu de plan polygonal, un logis du *Minbar* et un réduit réservé à la bibliothèque. Comme pour l'oratoire de *Tazalt* l'éclairage est assuré par cinq lucarnes rectangulaires. Trois sont placées dans le mur de la *Qibla* et deux autres dans les murs Est et Ouest, à hauteur de la seconde nef.

Précisons enfin que plus qu'un simple oratoire qui abrite les cinq prières quotidiennes, *Taferghoust* est une mosquée à *khoutba* (*prône*). Autrement dit, elle accueille la prière communautaire sacrée du vendredi comme en témoigne la présence du *Minbar* (chaire à prêcher). C'est ce qui expliquerait les raisons de l'agrandissement tardif subséquent à une plus grande affluence des fidèles issus non seulement du village, mais aussi du voisinage.

Au terme de cette description se pose la question de l'attribution chronologique de la mosquée de *Taferghoust*. Faute de témoignages authentiques qui puissent verser à nos informations des éléments propres à assurer une datation sûre, et compte tenu des similitudes claires avec l'oratoire de *Tazalt*, nous sommes enclins à le situer –pour sa partie originelle– dans un sillage chronologique similaire à celui de la reconstruction

Tazalt, eu égard à la proximité des deux édifices et de la similitude marquante qui les caractérise. Sur ce plan on peut même s'autoriser à croire qu'il était l'œuvre du même maître artisan.

4. L'ORATOIRE D'IFOURIR⁷

C'est le plus proche et de la mosquée dynastique de Tinmel (deux km au Sud-Ouest). Il se trouve dans le petit village du même nom, situé à une dizaine de mètres de la route principale qui relie la vallée au col de *Tizi-n-Tes*. Installé sur un terrain plat, il est facile d'accès. On a ainsi une salle de prière précédée par un préau qui était maçonné très tardivement. Puis, une fois traversé, on arrive à la porte d'entrée. Cette dernière est surmontée par une inscription en tout point identique sur le plan graphique de celle de *Tazalt*. Néanmoins, hormis la formulation d'usage de la *Basmala* et la précision du Ramadan comme mois de construction, la date n'a pas pu être déchiffrée⁸. L'oratoire d'*Ifourir* est construit d'un seul tenant suivant le modèle que nous avons déjà visité : une porte cornière trapue donne accès à une salle de prière orientée Est-Ouest décalée par rapport à l'orientation de la *Qibla*, trois nefs soulignées par des piliers en bois de Genévrier thurifère richement ornés. Bien que l'on ne détienne pas des preuves probantes, il nous semble que l'oratoire d'*Ifourir* soit un peu plus ancien que ceux de *Tazalt* et de *Taferghoust*. La vétusté perceptible des poutres, l'étiollement des couleurs des ornements, et l'exécution différente des ornements nous orientent vers une chronologie sensiblement antérieure à 1794 JC.

5. LE MODE DE CONSTRUCTION

Ces sanctuaires sont construits en terre compactée dont la composition ne révèle aucune inclusion minérale ou organique. Le module des

banchées fait 1,66 m de long, 0,64 m de large et 0,50 m d'épaisseur. Quant à la pierre, elle intervient uniquement dans la construction du *Mihrab* (moellons sub-taillés). La maçonnerie utilisée est à base de grès rougeâtre et de schiste. La couverture des oratoires est de type plat. Son montage relève de la technique traditionnelle des solives et voliges. Ainsi, sur des poutres maîtresses disposées à distances égales dans le sens de la longueur de la salle de prière, des lattes sont alignées perpendiculairement de manière à supporter un cloisonnage en planche de bois. L'ensemble est couvert de l'extérieur par une chape d'étanchéité de terre et de gravier qui protège la charpente des eaux pluviales. Comme il est de règle dans l'architecture de la vallée, la terrasse, sans accès, déborde nettement les acrotères des murs, et ce afin de parer aux eaux de ruissellement. Au niveau de l'importante saillie du *Mihrab*, une avancée de la terrasse en forme d'avant-toit coiffe la coupole de la niche⁹. Le plafond est soutenu par des piliers en Genévrier thurifère. En effet sur des souches de bois ancrées au sol reposent des socles cylindriques et épais en bois. Ce premier assemblage qui sert d'appuis, reçoit des piliers de 15 cm de diamètre en moyenne dont les fûts sont de section cylindro-conique ou cylindrique à pans jusqu'à hauteur d'homme. Puis barlongue dans la partie supérieure. Le passage entre les deux sections des fûts s'opère au moyen d'un polyèdre taillé dans la masse. La partie sommitale des piliers est couronnée par des corbeaux en bois qui soutiennent le plafond¹⁰. Éléments de support, mais aussi de décoration, ils s'assimilent à des chapiteaux tant par leur fonction que par leur forme. Nous distinguons deux types de couronnements : des piliers à doubles corbeaux et d'autres à quatre corbeaux disposés sur les quatre facettes des fûts. Ces derniers se situent devant le *Mihrab*. Arborant une décoration de type berbère (*amazigh*) ces éléments de support,

qui tiennent à la fois de la charpenterie que de l'ébénisterie, constituent la véritable originalité de ces oratoires¹¹.

6. LE DECOR¹²

À tout égard, la décoration est l'élément précieux de ces oratoires. Son thème de prédilection est l'élément géométrique gravé en surface à faible relief sur la partie supérieure des fûts des piliers, des chapiteaux et des poutres maîtresses. Les motifs sont mis en valeur par une peinture à couleur chaude dont les teintes dominantes sont le rouge, le jaune, le brun, le noir et le blanc. Luxuriant, profus et épuré, le décor est d'inspiration, exclusivement amazigh (berbère) à base de figures géométriques lignes droites verticales, horizontales ou obliques, lignes brisées, rayons, damiers, triangles, losanges... Ainsi nous trouvons des formes décoratives fondamentales de deux types. Les premiers sont rectilignes comme le trait, la ligne, la ligne oblique, la ligne festonnée, le carrée, le triangle et le losange. Les seconds sont curvilignes comme le cercle, la portion de cercle, la courbe et le chevron. Un troisième genre, composite, est d'inspiration naturelle stylisée à l'extrême comme la rosace et l'étoile. A partir de ces motifs de base naissent des petites fresques géométriques par des jeux de répétition, de croisement, de maillage et d'alternance, suivant une variété de figures géométriques construites par le décorateur en fonction de ses principes d'harmonie. La disposition dominante dans cette décoration est la composition à base de motifs linéaires qui a donné lieu à des panneaux de damiers, de chevrons, des treillis et de tresses et des hexagrammes. A quelques exceptions près, toutes les formulations ornementales sont structurées par symétrie. Chaque registre ornemental est scindé en deux vignettes ornementales suivant un axe médian tracé ou suggéré par effet de juxtaposition des motifs identiques, l'un étant l'image de l'autre dans un miroir.

Les registres décoratifs s'organisent suivant des séquences successives disposées verticalement et horizontalement. Nos tentatives de trouver une logique dans le déploiement de ces registres n'a pas donné de résultats significatifs. C'est pour cela que nous pensons qu'il n'y a pas un ordre sous-jacent dans l'enchaînement des champs décoratifs. Chaque cartouche constitue une création distincte qui ne s'inspire pas du thème décoratif précédent et ne prélude pas celui qui lui succède aussi bien dans le sens vertical ou horizontal, d'un pilier à un autre ou encore d'une poutre maîtresse à une autre.

CONCLUSION

Les oratoires dont nous venons de faire l'étude constituent des exemples caractéristiques de l'art et de l'architecture religieuse de montagne du XVIII^e s. c'est un exemple parlant qui permet d'élargir notre vision de l'architecture religieuse islamique

au Maroc au-delà des percepts des œuvres dynastiques ou citadines, présenté comme seul et unique modèle d'art religieux.

Élevés sur des superficies modestes à la dimension de l'homme, sans véritable cours ni minaret, leurs dépendances se réduisent à une chambre d'apprentissage et un simple local d'ablution alimenté par une citerne ou un canal d'irrigation (séguia). D'aspect très sobre de l'extérieur, seuls le préau et la porte d'accès en bois ornée de motifs géométriques appliqué et gravé les distinguent des habitations. Cet élément constant dans les édifices religieux de la région constitue en fait un marqueur visuel qui annonce l'entrée de l'oratoire¹³. Toute la préoccupation donc va vers la salle de prière. Cette dernière est conçue en une seule pièce allongée, qui s'étire d'Est en Ouest. Cette orientation peut-être attribuable, aux contraintes topographiques des sites plus qu'à l'erreur de calcul¹⁴. Ainsi, nous remarquons que tout l'habitat à l'échelle de la vallée épouse –*grosso modo*– cette direction qui se trouve être celle des courbes de niveau. Ce faisant, les habitations disposent d'une plus grande portée du terrain tout en s'assurant un ensoleillement optimum. C'est ce qui explique l'extension de l'oratoire de *Taferghoust*, dans le sens des nefs au lieu d'un éventuel déplacement du mur de la qibla.

Au sein de la salle de prière et différemment à la tradition citadine, le *Mihrab*, tout comme les murs, n'a pas reçu de décoration. Ici, se sont les éléments de support en bois qui ont requis toutes les marques d'égards. La décoration se rattache au répertoire des idéogrammes de l'ornement traditionnel berbère. Un mode d'expression artistique exclusivement géométrique et abstrait dont les origines remontent, selon toute vraisemblance, au néolithique et que l'on retrouve aussi dans d'autres matrices notamment le tissage, la poterie, la bijouterie et le tatouage. Bien qu'il fasse transparaître des résurgences multiséculaires à connotation prophylactique, il serait imprudent d'accorder à ces dispositifs ornementaux une portée ésotérique ou magique. Car il ne s'agit là, que d'une volonté de magnifier des mosquées et prétendre à leur embellissement dans la pure tradition islamique. Sauf qu'ici, l'expression plastique mise en œuvre appartient à un créneau local dans le sens culturel et identitaire du terme. En effet, et selon la tradition orale des trois villages, ces oratoires ne sont pas l'œuvre d'ateliers locaux, mais de maîtres artisans amenés d'ailleurs, à fortiori, de la vallée voisine de l'Ouneine¹⁵. Il s'agit donc d'une commande architectonique due à un certain essor économique et motivé par des raisons sociopolitiques qui régnaient durant cette période¹⁶.

Autre indication pertinente que l'on ne saurait oublier à l'issue de cette étude, est l'absence de toute indication ou évocation de la mosquée de Tinmel. Que ce soit l'ordonnancement de la salle de prière, les inscriptions de commémoration ou le décor, ne font aucun rappel au fameux sanctuaire. L'héritage almohade semble bien étioilé.

NOTAS

- 1 Fig. 1.
- 2 L'analyse que nous présentons ici se fonde sur des observations effectuées lors d'une première reconnaissance effectuée en 1992. Depuis lors, ces monuments ont subi quelques transformations, qui, heureusement, ont épargné les traits marquants de leurs structures originelles. Fig. 2 et 3.
- 3 Fig. 4 et 5.
- 4 Fig. 6.
- 5 Fig. 7.
- 6 Fig. 8 et 9.
- 7 Fig. 10.
- 8 Fig. 11.
- 9 Fig. 12.
- 10 Fig. 13.
- 11 Fig. 14 et 15.
- 12 Fig. 16, 17, 18, 19, 20.
- 13 Il semble que ce soit une des permanences de l'architecture religieuse de la région. La mosquée de la Zaouia de Tassaft (fin XVII) offre un modèle plus ancien.
- 14 L'explication qui avance que ces oratoires ont épousé l'orientation de la mosquée de Tinmel, elle aussi orientée plein sud, nous semble peu plausible. Puisque dès 1706 cette dernière a été abandonnée suite à une fetwa émise par les Oulémas de Marrakech.
- 15 Localité sise au Haut-atlas central à environ trente kilomètres au Sud-Ouest du mont Toubqal. Elle est célèbre par la sculpture du bois et l'ébénisterie berbère. Cette tradition perdure jusqu'à nos jours.
- 16 Sans que l'on en ait la preuve formelle, cette commande serait l'œuvre d'une chefferie locale, à cette période de l'histoire, Le Haut-Atlas Occidental s'auto-administrait par le biais des institutions traditionnelles qui sont la tribu et la fraction de tribu (Jmaa). Ces entités politiques et territoriales étaient dirigées par un chef tribal (Amghar) et gérées de manière collégiale par une assemblée et à qui incombait la charge des affaires collectives, notamment la mise en place de tous les équipements d'intérêt communautaires.

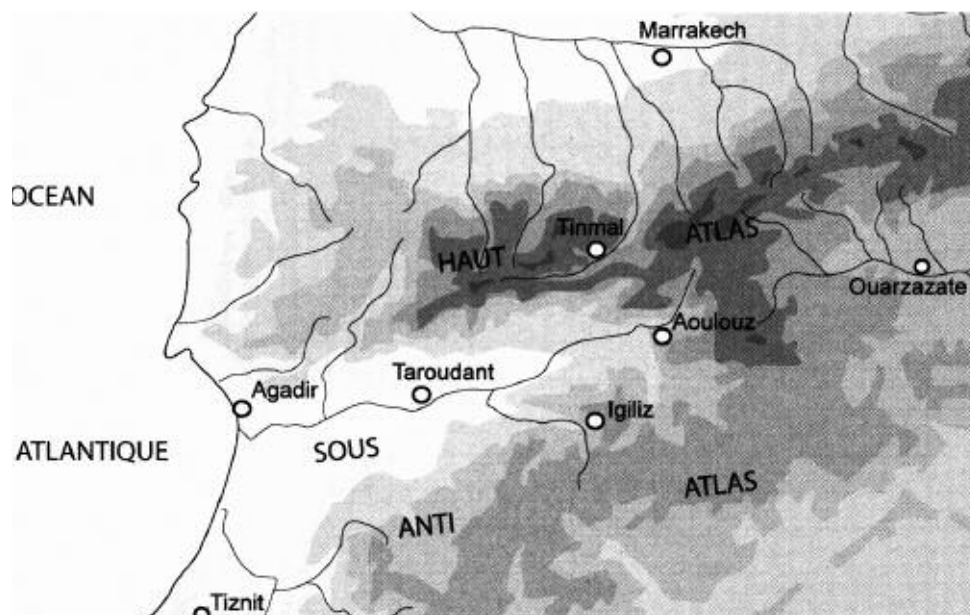


Figure 1 – Tinmel, situation géographique.



Figure 2 – Vue générale de la cuvette de Talat-n-Yacoub.

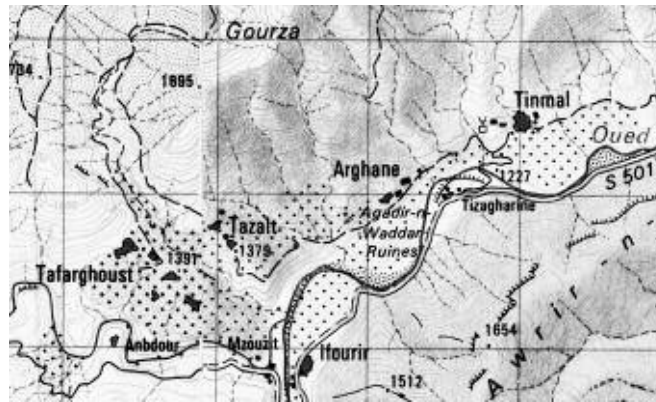


Figure 3 – Situation géographique des oratoires.



Figure 4 – Inscription de refonte de Tazalt.



Figure 5 – Estampe de l'inscription de refonte.

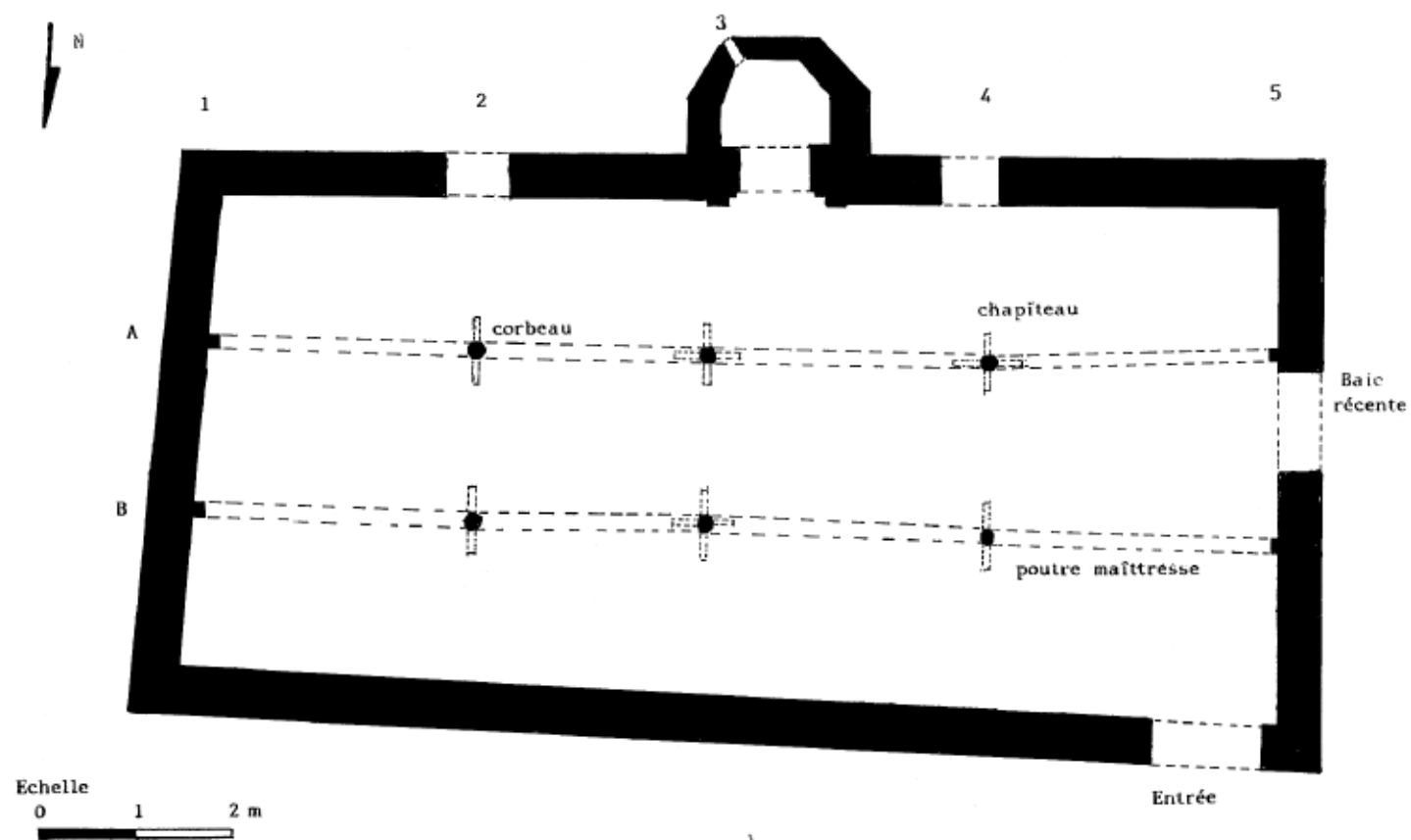


Figure 6 – Oratoire de Tazalt, salle des prières.



Figure 7 – Præau de l'oratoire de Taferghoust.

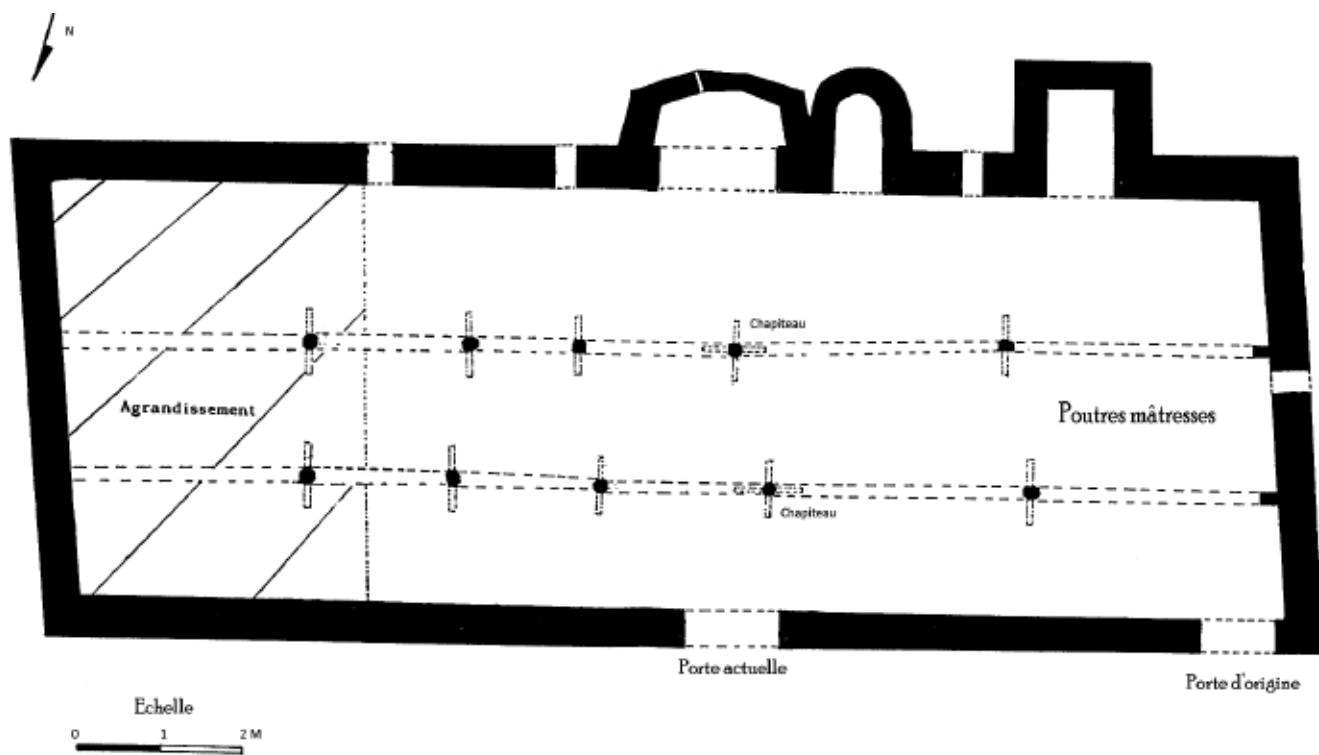


Figure 8 – Plan de la salle de prière de Taferghoust.



Figure 9 – Taferghoust, vue d'ensemble de la salle de prière.



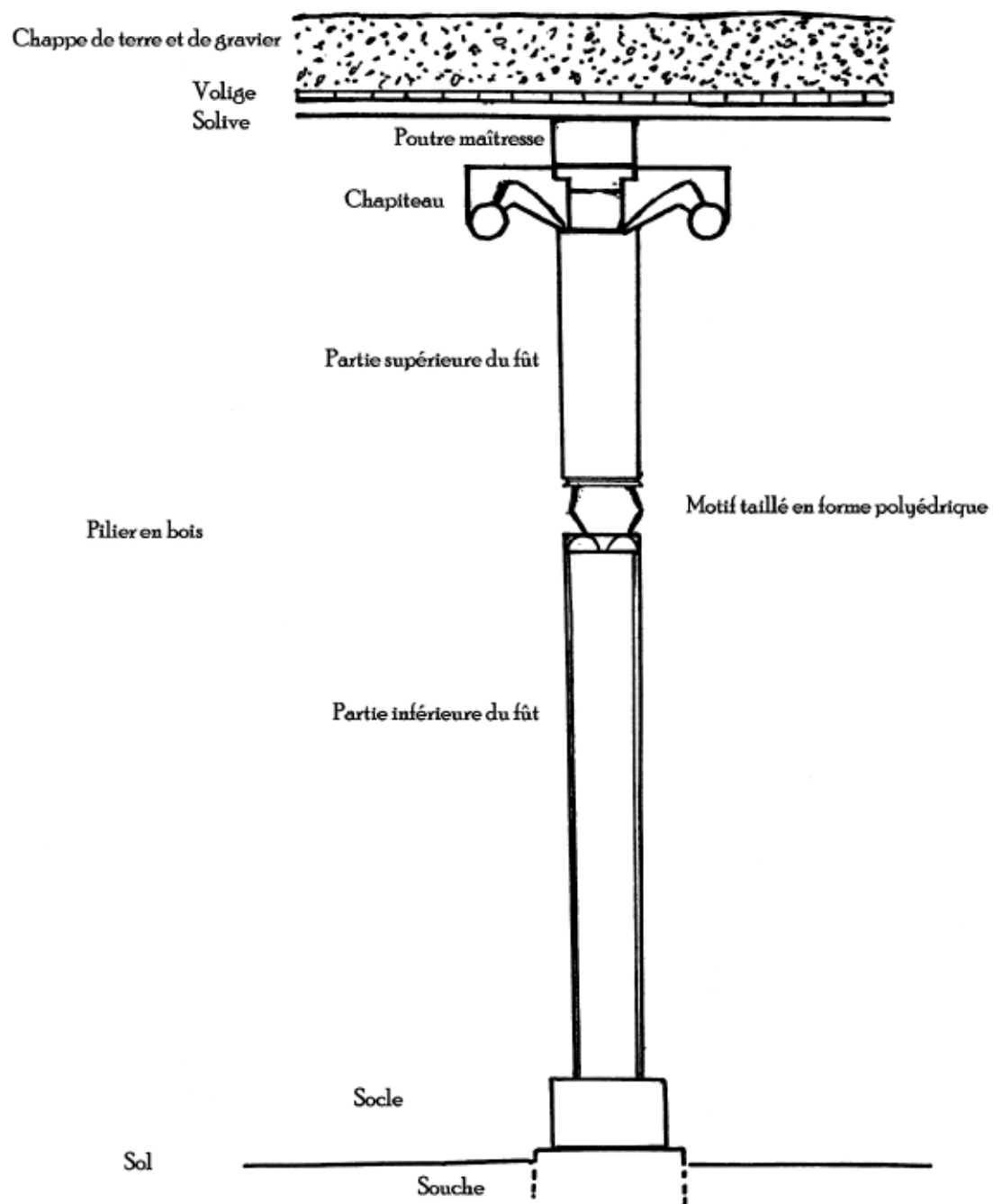
Figure 10 – Ifourir, vue d'ensemble de la salle de prière.



Figure 11 – Oratoire d'Ifourir.



Figure 12 – Mihrab de Tazalt vue extérieure.



Oratoire de TAZALT

Système de support

Echelle:

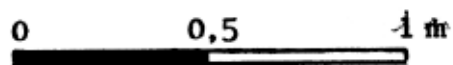


Figure 13 – Dispositif constructif.



Figure 14 – Corbeau simple.



Figure 15.



Figure 16.

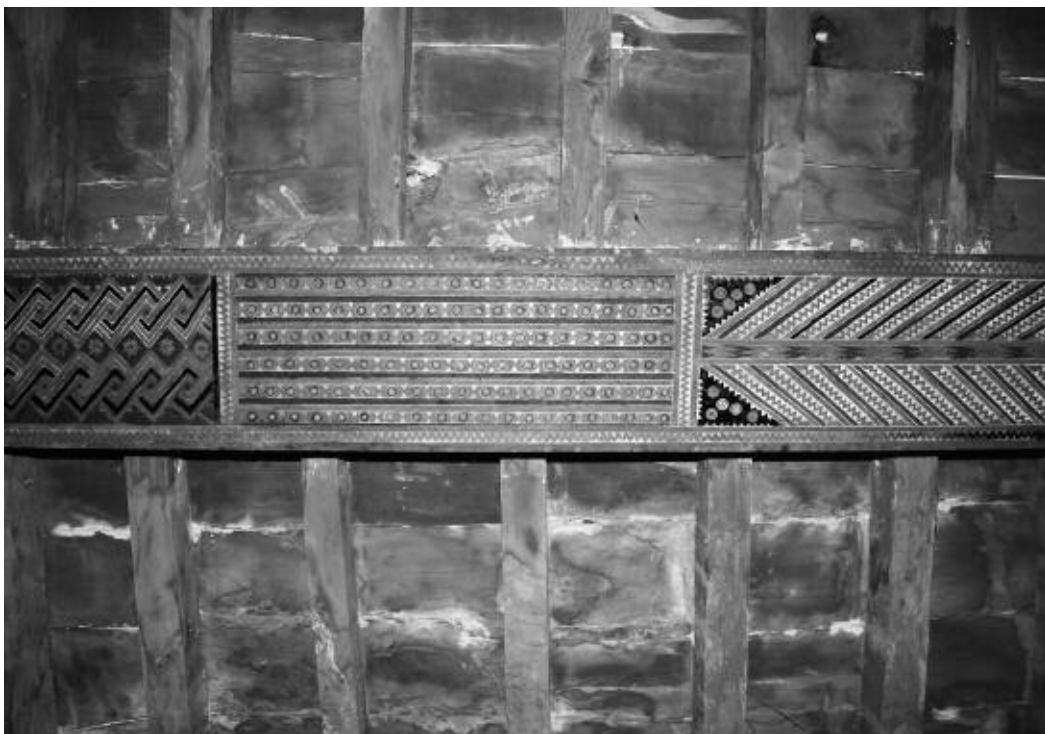


Figure 17.

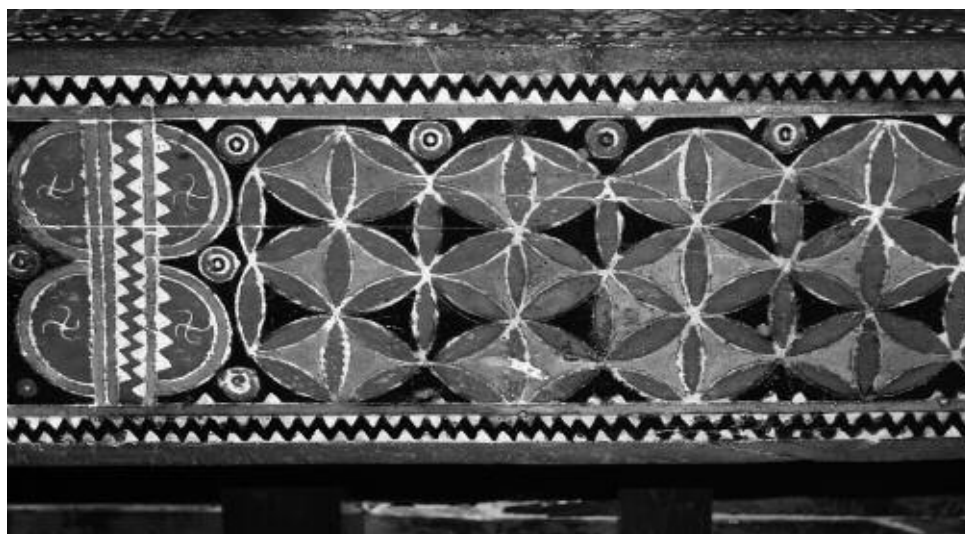


Figure 18.



Figure 19.



Figure 20.

LES FORTIFICATIONS SAADIENNES DE FES (XVI^{ÈME}-XVII^{ÈME} SIECLES)

SAMIR KAFAS*

A travers l'histoire du Maroc, la ville de Fès a constamment constitué un des plus grands *pôles* politiques et économiques. Au XVI^{ème} siècle, le transfert du pouvoir vers Marrakech sous les Saadiens fut sans conséquence pour la vieille capitale qui conserva son titre de Royaume dans les répartitions administratives de l'Etat, et que



Planche 1.

nous connaissons plus ou moins bien à travers les récits des géographes et chroniqueurs contemporains. Fès ne fut-elle pas toujours la station obligée où Ahmed al-Mansour faisait halte pour régler les problèmes survenus dans les provinces septentrionales de son Royaume et pour faire des commandes publiques¹? Le rayonnement politique et culturel de la ville exerçait son influence sur tout le Maroc, Ahmed al-Aâraj et son frère Mohammad ach-Chaykh y firent leurs études et, une fois au pouvoir, ils en adoptèrent les mœurs et les officiels instaurés par les Mérinides². (Planche 1)

Les limites du Royaume de Fès du temps des Saadiens englobait d'une façon générale l'espace compris entre la plaine du Tadla au Sud-Ouest (parfois aussi le Dra), le Tafilalet au Sud-Est, Tlemcen au Nord-Est³, et le Habt au Nord-Ouest. Cette répartition est en réalité double : une division administrative très fluctuante selon la conjoncture politique et une division réelle ou politique qui correspondait, tout le long du règne saadien, au pouvoir sur la moitié Nord du pays⁴.

* Conservateur principal des monuments historiques et des sites, Direction du patrimoine culturel.

En plus de son rôle de capitale régionale, Fès constituait un centre névralgique dans les relations entre les Chérifs saadien et la Porte Sublime ; relations particulièrement tendues qui ont exigé de la part des Saadiens la plus haute vigilance en prévision de toute attaque venant de l'Est. Ce fut effectivement le cas à plusieurs reprises : L'offensive d'Abou Hassoun al-Wattassi contre Mohammad ach-Chaykh⁵ et plus tard celle de Abd al-Malik contre son neveu Mohammad al-Mutawakkil⁶, les deux opérations ayant été cautionnées par les Turcs d'Alger.

Conscients du rôle de la ville de Fès pour le contrôle de toute la moitié Nord de leur Royaume, les Saadiens veillèrent à la garder scrupuleusement. Les fortifications élevées à Fès sous Mohammad ach-Chaykh, notamment sous Ahmed al-Mansour, illustrent clairement cet état d'esprit. Ces fortifications devaient vraisemblablement assurer la défense de la ville contre d'éventuelles attaques extérieures. Ces mêmes défenses servirent par la suite à réduire la ville et à la soumettre aux Chérifs plus assurés dans leur siège de pouvoir à Marrakech. Cette dernière ne semble pas avoir reçu des fortifications aussi puissantes que celles qui dominent Fès al-Bali sur ses deux flancs (septentrional et méridional), ou celles qui flanquent la muraille de Fès Jdid⁷.

Sans trop nous étendre sur les circonstances dans lesquelles ont été élevées les fortifications saadiennes de Fès, nous allons examiner un à un les ouvrages militaires, désormais attribués au XVI^e siècle, pour essayer d'en ressortir les traits architecturaux marquants. Mais avant cela, nous passerons en revue les données textuelles relatives à la contribution des Saadiens dans le renforcement du système militaire de la ville par l'utilisation et/ou la remise en état des fortifications antérieures ou par l'érection de nouveaux organes défensifs. D'après les descriptions anciennes nous retrouvons essentiellement les deux bastions Nord et Sud et les borj-s de Fès Jdid.

A. L'APPORT DES TEXTES

Les données textuelles relatives aux fortifications saadiennes dans la ville de Fès sont assez explicites permettant ainsi d'en avancer une chronologie précise. Les textes historiques sont en effet d'un apport précieux non seulement pour dater les bastions dominant Fès al-Bali et ceux flanquant la double muraille de Fès Jdid, mais aussi pour nous renseigner sur les différents éléments défensifs : muraille, tours, portes et camps militaires (moâaskarat) établis dans les deux villes. Parmi ces camps il faut distinguer ceux fondés par les dynasties antérieures (Almohades et Mérinides) et ceux élevés par les Saadiens⁸.

L'avis communément admis est que l'activité urbaine et architecturale diminua considérablement sous le régime des Wattassides et de ce fait les Saadiens, après leur première prise de la ville en 1549, durent trouver celle-ci dans un état de délabrement avancé. Toutefois, plusieurs indices vont à l'encontre de cette thèse. Nous songeons, par exemple, au long siège qui précéda la prise de Fès en 1549 par le saadien Mohammad ach-Chaykh et qui faillit être levé peu avant la capitulation du roi Wattasside⁹.

Nous constatons que malgré l'effet de surprise, le Saadien ne parvint pas à prendre la ville de Fès de vive force à cause du courage et de l'acharnement des défenseurs mais surtout grâce à la bonne défense qu'offraient les murailles de Fès al-Bali et Fès Jdid. Par ailleurs, il faut admettre que malgré l'état de dislocation générale qui marqua le pays sous l'égide des Wattassides, ces derniers purent cependant garder le contrôle du Royaume de Fès en fortifiant des points stratégiques pour parer aux incursions portugaises depuis les côtes. Nous pensons particulièrement au « *thaghr al-'Ara'ich* » qui a été doté d'une forteresse de bonne muraille et d'un bastion qui défendait l'embouchure du Loukkos et le front maritime¹⁰.

Si tel fut le cas de la ville de Larache, nous estimons que l'intérêt que portaient les Wattassides pour Fès devait être normalement double, puisqu'il s'agit du siège de leur pouvoir et de la capitale incontestée de tout le Nord du Maroc désigné à juste titre par le Royaume de Fès.

Certes, l'apport des Wattassides n'entraîna pas un bouleversement au niveau de l'armature urbaine de la ville ni au niveau de son architecture défensive, mais leur contribution se serait sans doute limitée à des réparations et/ou des renforcements des parties vieillissantes ou défailantes des remparts autour de Fès al-Bali et Fès Jdid. Les défenses de Fès étaient alors loin d'une architecture militaire résistant aux armes à feu et en faisant bon usage. Les premiers Saadiens n'en firent pas mieux et Fès n'allait véritablement connaître ses premières fortifications modernes que vers la fin du XVI^e siècle.

Sous les premiers Saadiens, Fès avait tout juste gardé sa configuration médiévale. Les textes historiques sont quasi unanimes à ce propos. C'est ainsi que Marmol décrit Fès Jdid en ces termes :

«Le nouveau Fez, dans une plaine sur le bord de la rivière, à plus de mille pas du vieux, entre le couchant et le midy, et un double mur fort bien travaillé, et garni

de tours, à la façon d'une forteresse (...) Enfin le prince qui a bâti cette ville neuve, y a mis tout ce qui était nécessaire à une bonne place, afin d'y pouvoir vivre sûrement et commodément luy et tous ses successeurs, et régir de là le vieux Fès, lequel est si large, que trois chevaux y peuvent aller de front, ce qui lui fut facile alors que l'empire des Bénimérinis était en sa vigueur(...). La nouvelle ville a deux portes principales, l'une qui va à la vieille ville, et l'autre où est l'Acéquife, et la garde du Roy. Il y en a une troisième plus en dedans qui va entre les clôtures des deux murailles, mais il y a garde partout. Le Roy a continuellement dans le nouveau Fez quinze cent chevaux bien équipés, et deux milles arquebuziers à pieds, avec beaucoup d'artillerie et de munition, et dont on entretient celles des autres places. Enfin toute la force de l'Etat consiste en cette ville, qui se défendrait pourtant fort mal, si on l'assiégeait aujourd'hui, tant on la peut battre et attaquer en divers lieux et de près, et qu'elle manque de boulevards commodes et de plate-forme pour mettre l'artillerie (...) »¹¹.

Cette description de Fès Jdid sous Abdellah al-Ghalib fait état d'un certain nombre d'établissements militaires : une double muraille garnie de tours, un passage sous-terrain reliant la forteresse à Fès al-Bali, deux portes l'une menant au vieux Fès et l'autre desservant les palais (Acéquife) et les camps du Roy. L'auteur ne manque pas de souligner la forte garnison et l'abondante artillerie et munitions dont dispose la ville qui se dotait aussi comme celle de Marrakech et de Taroudant d'un arsenal (Dar as-sina'a ou Dar al-baroud).

Dans une autre description, Diego de Torres offre plus de précisions quant à la localisation de ces arsenaux les faisant plutôt remonter au régime de Mohammad ach-Chaykh lors de sa prise de la ville en 1549¹². En fait, il reprend les mêmes éléments que son prédécesseur en décrivant les hautes murailles qui entourent la ville et le palais du roi tout en étant flanquées vers le Sud par le mellah. Il décrit également les tours qui flanquent le palais dont certaines ont été aménagées en arsenaux où travaillaient de nombreux captifs chrétiens dans la fabrique des armes. L'auteur mentionne notamment deux rues où sont les écuries et la douane réservées aux commerçants chrétiens, et dont l'ordre de construction fut donné par Mohammad ach-Chaykh¹³. Ce dernier quartier franc est sans doute celui connu sous le nom de *rabad an-nasara* ou *zabbalat an-nasara* ou tout simplement *zabbala*¹⁴ ; il est localisé vers le Nord-Est de Fès Jdid au Sud de Bab Dkaken et à l'Ouest de Borj ach-Chaykh Ahmed.

Les principaux camps militaires qui étaient dans la ville blanche sont, à quelques détails près, tous repris de l'époque mérinide. Ibn al-Khatib dans son «mi yar»¹⁵ en cite trois : «maqâid al-haras», «saqa'if¹⁶ at-tars wa an-nasl» et «ahdaf an-nachiba 'ouli al-basl».

Si à Fès Jdid les camps militaires et les arsenaux sont établis à proximité et/ou à l'intérieur des tours et bastions, les camps militaires de Fès al-Bali sont installés principalement à côté des portes. Un seul est de fondation saadienne ; il se nomme la qasba de Tamdert dont l'ordre de construction a été émis par Mohammad ach-Chaykh. M. Mezzine¹⁷ en établit la fondation en 1549, date de la première prise de la

ville par les Saadiens. Le seul texte, à notre connaissance, qui ait mentionné l'existence de cette forteresse est celui de l'Anonyme de Fès qui atteste que l'ordre de fondation de Tamdert, par Mohammad ach-Chaykh, fut donné après la deuxième prise de la ville par les Saadiens en 1554. L'Anonyme de Fès, dont la bonne connaissance de cette ville n'est pas à démontrer, souligne bien que l'ordre de fondation de Tamdert ne fut pas immédiatement émis après la prise de Fès, mais après que Mohammad ach-Chaykh ait assuré son pouvoir dans tout le pays et qu'il ait partagé les provinces de son Royaume entre ses fils. Les travaux de la qasba de Tamdert durent ainsi être exécutés quelques années après 1554 sous la supervision même de Mohammad ach-Chaykh. Le même Anonyme de Fès précise que 'Abd Allah al-Ghalib ne fut désigné vice-roi qu'après la fondation de Tamdert¹⁸ et sa garnison par l'armée du Sous, et après que Mohammad ach-Chaykh ait assuré son emprise sur Fès. Les travaux de construction ont été exécutés grâce à un financement de la mosquée cathédrale (al-jâmi)¹⁹ qui percevait pour cela le droit de sa location²⁰. Située au Sud-Est de Fès al-Bali, cette qasba défend les portes de Bab Ftouh, Bab al-Khoukha et Bab al-Hamra. Elle présente un quadrilatère doté sur son flanc Sud de tours d'angle de forme carrée, et une tour de forme octogonale (Fig. 1).

Jusqu'au règne de Abdellah al-Ghalib, le système défensif de la ville de Fès présente une architecture militaire archaïque comparée au renouveau marquant la fortification contemporaine adaptée aux armes à feu. Marmol a d'ailleurs constaté la vulnérabilité des défenses de Fès en cas de siège «*tant parce qu'on peut la battre et attaquer par divers lieux et de fort près, et qu'elle manque de boulevards commodes et de plate-forme pour mettre l'artillerie*»²¹. L'état des fortifications ne connut aucun changement sous al-Moutawakkil dont le règne n'a pas bénéficié de la stabilité et de la longévité de son prédécesseur.

Le contraste entre l'architecture militaire médiévale et les organes défensifs modernes d'allure robuste frappe au premier coup d'œil l'attention de l'observateur et permet d'individualiser les bâtiments saadiens. A ce propos les textes historiques permettent une identification définitive des fortifications saadiennes les plus remarquables. En effet, chroniques et descriptions géographiques s'accordent à attribuer la construction des deux bastions dominant Fès al-Bali et ceux flanquant la muraille de Fès Jdid à Ahmed al-Mansour. Le texte d'al-Fachtali détient plus de crédibilité puisque l'auteur fut très proche des événements. C'est pratiquement le même texte qui a été repris par toutes les chroniques postérieures. Il rapporte que :

« la ville Idrisside est flanquée vers l'Est et l'Ouest de deux immenses bastions élevés par les propres moyens du souverain. Celui de l'Est s'élève sur un piton rocheux dit "hajarato qatranin" du côté de l'ancienne msalla ou l'aire réservée à la prière de l'Aid al-Fitr²², et de Bab Ftouh. Sur le côté Ouest de oued Fès, s'élève l'autre bastion avec à son flanc Sud (qibla)²³ la nécropole mérinide et la msalla (actuelle des souverains). Important, ce bastion pourrait contenir celui de l'autre rive dans un de ses angles, il s'impose par ses grandes masses et ses angles en forme de triangle (...). Cette œuvre, soigneusement construite, est aussi munie de loges destinées pour un corps de gardes choisis parmi l'élite de l'armée de feu (jaych an-nar), elle constitue la résidence de leur capitaine et abrite l'artillerie et la munition ainsi que les stocks de nourriture, des citernes d'eau profondes et des puits taillés dans le roc. Le bastion a été par la suite lourdement garni de canons utilisant des montagnes de poudre et de boulets de canon en métal et en pierre (...). Quant à la nouvelle ville où est le siège du pouvoir,

le souverain s'est largement investi pour la garnir de grandes tours qui flanquent sa muraille (...)»²⁴.

L'Anonyme portugais reprend les mêmes éléments décrits par al-Fachtali et souligne la construction de ces fortifications pour tenir en respect la ville frondeuse de Fès et parer à une éventuelle attaque turque²⁵. Curieusement, l'auteur note que les deux forts dominant Fès al-Bali sont appelés «borj» alors que l'Anonyme de Fès²⁶, al-'Ifrani²⁷ et al-Qadiri²⁸ attestent plutôt l'utilisation du mot «bastioun» (pl. basatin) qui dérive de l'origine latine «bastion». Al-'Ifrani rapporte même que le terme «bastioun» fut communément utilisé par la population²⁹, tandis qu'il emploie «maâqil», mot savant qu'on retrouve dans la chronique d'al-Fachtali.

Sur la chronologie des bastions Saadiens de Fès, l'auteur anonyme se démarque de toutes les autres chroniques en raison de la précision et l'exclusivité des faits qu'il rapporte³⁰. Nous y apprenons que suite à la défaite de l'armée de Mohammad al-Motawakkil devant Moulay 'Abd al-Mâlik, ce dernier fit son entrée à Fès «(...) par Bab Ftouh, devancé par son armée. Il envoya ses dignitaires avec leurs chevaux pour lui faire savoir où est son armée, qui se trouvait à la fontaine aâchicha, ils le lui firent savoir alors qu'il était à la fontaine tghaz ou tghat avec cinq mille (soldats). Il bougea vers Fès Jdid, l'inspecta de l'extérieur et n'y fit son entrée qu'après avoir émis l'ordre de construire les bastions ; ce fut en l'an 984 H.»³¹. La mention des bastions reste un peu vague puisqu'on ne sait pas s'il s'agit de Fès Jdid ou de Fès al-Bali ou des deux à la fois. La confusion est vite dissipée quand il fit la description du personnage de Moulay Ahmed al-Mansour et les événements marquant son règne. Ainsi rapporte-t-il qu'«Il eut beaucoup de fortune, se détourna de la guerre sainte et prit le Soudan et s'en enrichit ; il régna longtemps et acheva de construire les bastions qu'avait commencé son frère 'Abd al-Malik et ordonna [la construction] des bastions de Fès Jdid et ce fut chose faite (...) en usant de l'argent de la mosquée et de ses biens habous qui furent abondamment dépensés»³².

Si ce texte nous livre la date du début des travaux de fortification de la ville de Fès, il ne donne pas de détails sur leur durée. Nous savons désormais que les deux bastions Nord et Sud dominant Fès al-Bali, furent les premiers à être achevés avant ceux de Fès Jdid. Le texte beaucoup plus tardif d'al-Qadiri est le seul à notre connaissance qui indique avec précision la date de l'inauguration des bastions Nord et Sud, ce fut le «lundi, 22 Rabi l de l'année 990 H. sous le règne du dit Moulay Ahmed (...)»³³. Cette date qui frappe par sa précision est d'autant plus plausible quand elle est recoupée avec les événements rapportés par les auteurs contemporains. Al-Fachtali affirme bien «qu'en date du Joumada I de l'an 990, la mhallah d'al-Mansour bouge de Dhar az-Zawiya dans la campagne de Fès vers Ras al-Ma' (...) où le prince des croyants établis sa résidence pendant six mois et six jours. De là, il organisa les armées de Fès et chargea son serviteur le caïd Abou Abdellah Hammou Ben Barka, à la tête d'une grande armée de feu, de rétablir l'ordre et collecter le kharaj (dîmes) dans les pays du Rif, du Habt et les Monts Ghomara (...)»³⁴. Un an plutôt (989 H.), le souverain fit sa sortie de Marrakech vers le début du mois dhou-al-qï da, et d'étape en étape, il

arriva à Ras al-Ma' où il installa son camp³⁵. De là, il donna ses instructions à ses armées et réceptionna les ambassades turques et castillanes présentes alors à Fès. Le souverain ordonna notamment de renforcer le front maritime de Borj al-Fath à Larache³⁶. Les bastions de Fès al-Bali, n'ont pas été mentionnés probablement parce qu'ils devaient être déjà achevés à cette époque et qu'on s'apprêtait à les inaugurer incessamment. La même remarque semble valable pour les borj-s de Fès Jdid dont l'ordre fut déjà donné et les travaux de construction en cours.

Sur la chronologie des bastions flanquant la muraille de Fès Jdid, les indices sont moins probants, et leur nombre exact n'est pas précisé. Les quelques indications d'al-Fachtali attestent qu'Ahmed al-Mansour fit entourer la ville de Fès Jdid de bastions (*al abraj addakhma*) accolés à sa muraille. C'est une puissante série de lignes de feu lourdement garnies, surveillant les unes les autres³⁷. L'auteur énumère trois bastions : un borj sans nom près de Bab Sbaâ, un second dit Borj Jdid et un troisième dit Borj al-âaqrab. A l'exception du premier bastion que l'auteur a situé près de Bab Sbaâ, aucune mention n'est faite quant à l'emplacement des deux autres. Cependant nous croyons que l'auteur décrivait les bastions de la façade orientale. Ces édifices ont une allure imposante comparés aux bastions qui défendent la muraille occidentale du côté de l'Agdal. Il s'agit évidemment de Borj ach-Chaykh Ahmed, Borj Botouil, Borj Sidi bou Nafaâ et Borj al-Mahras. Quatre bastions dont un cinquième pourrait bien être le fameux borj décrit par al-Fachtali³⁸. Le Borj al-Mahras, aujourd'hui disparu, occupait l'angle Sud-Ouest du Mellah et était déjà en ruine au début des années quatre-vingt³⁹.

L'Anonyme de Fès, encore une fois, fournit un détail important concernant la durée des travaux consacrés à la fortification de Fès Jdid et ce à travers son récit des événements qui ont marqué la révolte de Moulay an- Nacir Ben Abdellah al-Ghalib contre son oncle al-Mansour. An- Nacir se souleva au Nord du Maroc après un bref passage en Espagne où il bénéficia de l'appui de Philippe II (1555-1598)⁴⁰; Il part de Melilla en direction de Taza où il remporta une première victoire sur l'armée d'al-Mansour conduite par son fils et vice-roi Mohammad Ach-Chaykh al-Mamoun. Ce dernier arriva finalement à s'en défaire après plusieurs escarmouches dans les montagnes du Rif et du Pré-Rif⁴¹. L'Anonyme de Fès rapporte un détail aussi important qu'extravagant relatif à la construction d'un bastion à Fès Jdid. Il y est dit qu'après la défaite d'An-Nacir, périt mille deux cents hommes de la tribu des Chraga et l'ont fit construire de leurs têtes un bordj contigu à Bab Sbaâ, ce fut en l'an 1004 H⁴². Jusqu'à cette dernière date, et si l'on admet que la fortification de Fès Jdid démarra après la victoire de Oued al-Makhazin (fin de l'année 1578 H./986H), les travaux dans les bastions se seraient donc poursuivis au moins pendant dix huit ans c'est à dire jusqu'à la date de construction du Borj Bab Sbaâ sus-mentionné⁴³.

B. ETUDE DESCRIPTIVE

Cette étude descriptive sera dédiée aux principaux bastions saadiens encore debout, respectivement les bastions nord et sud ainsi que deux des bastions flanquant

la muraille orientale de Fès Jdid (Borj ach-Chaykh Ahmed, Borj Boutouil).

a. Le bastion Nord (al-borj ach-Chamali) (Planche 2 & 3)

– Plan et masses architecturales

Par son allure, sa position et ses dimensions, le bastion Nord est certainement le monument militaire le plus prestigieux de la ville de Fès. L'appellation «borj an-nar» semble être récente correspondant à la désignation française «Borj Nord». Les sources classiques n'en font aucune mention et utilisent seulement les noms «borj-s» ou «basatin» (pluriel bastioun) qui dérive du latin «bastion»⁴⁴. Des textes judéo-marocains désigne ce bastion par «borj an-nar» (bastion du feu), cette dernière désignation est en effet la plus correspondante à la nature de ce bâtiment militaire⁴⁵.

Cet imposant édifice domine Fas al-Bali sur son flanc Nord, il se positionne à l'Ouest de la célèbre nécropole mérinide d'al-Qolla. Il est érigé à la lisière du flanc escarpé de la vallée de Fès à hauteur de *Qasbat an-Nowwar*. L'implantation sur un terrain plus ou moins accidenté a nécessité quelques travaux de nivellement notamment pour dresser la tour Sud-Est. Pour ce faire, une base en terrasse construite en banchées de pisé a été aménagée pour gagner une différence de niveau d'environ six mètres.

La nature même du sol sur lequel a été élevé le bastion offre une base solide constitué de plusieurs affleurements rocheux. Le substrat naturel semble avoir facilité les travaux des fondations dont il est difficile de définir exactement la profondeur aujourd'hui. Nous avons cependant relevé quelques indices quant à la nature des fondations constituées par un appareillage en pierre taillée sur lequel reposent les premières banchées des courtines. Il n'est pas aisé de savoir si la base est entièrement appareillée de cette

façon ou s'il en existe d'autres variantes. Le premier cas d'espèce semble être le plus évident sachant que dans l'ensemble le sol offre une résistance naturelle. Les fondations sont peu profondes et l'on renonce ainsi à les doter d'une assise en pierre ; les courtines viennent alors reposer directement sur le sol naturel.

En observant le plan du monument, il en ressort un parfait équilibre des masses architecturales harmonieusement agencées autour d'un noyau central de forme carrée. Il est évident que cet édifice ait été complètement conçu dans ses moindres détails avant son exécution. Un véritable ouvrage mené de main de maître disposant d'un plan d'exécution précis⁴⁶. Nous affirmons d'ores et déjà l'édification en un seul jet du bâtiment, rejetant l'hypothèse souvent admise des tours rajoutées à l'époque alaouite.

La logique constructive suppose l'érection du carré central en premier lieu, ensuite les travaux de nivellement de la tour Sud-Est, puis la construction des quatre tours et en dernier lieu le creusement du fossé et l'aménagement des talus sur les côtés Ouest et Nord.

Le noyau central forme un carré de 34m sur 34m agencé en trois niveaux : un rez-de-chaussée, un étage et une terrasse. Les parapets extérieurs construits en pisé font en moyenne 1.30m d'épaisseur. Les dimensions sont beaucoup plus importantes au niveau des angles qui constituent le point de jonction entre le massif central et les tours, elles font exactement 4.75m avec une légère différence pour l'extrémité Sud du côté latéral Est, qui a une largeur de 4.15m seulement. Les quatre coins ont tous été taillés en biseau produisant ainsi une sorte de couloir (5m x 1.30m) voûté en berceau desservant les quatre bastions d'angle.

A partir de la base du bâtiment, la hauteur des courtines est de 20.10m. De l'extérieur le monument a une hauteur de 25.10m puisqu'il est surélevé sur une base en pisé de cinq mètres ; cette dernière ayant été aménagée pour dresser



Planche 2.

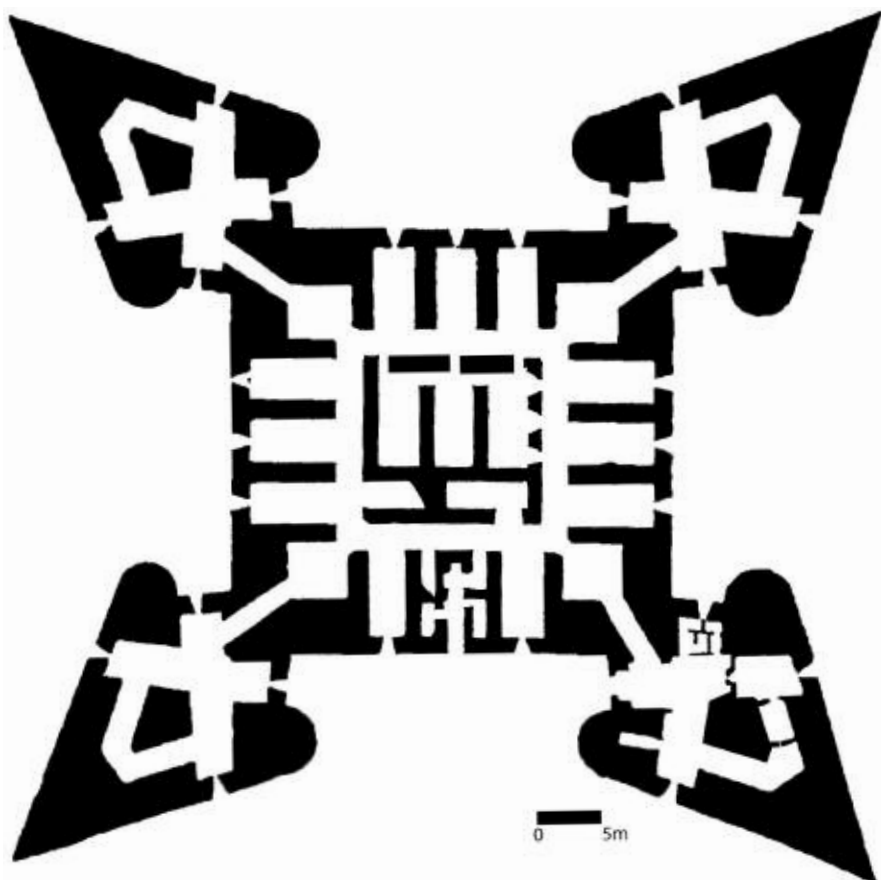


Planche 3.

le bastion sur un même niveau. Cette base est doublement haute (10m) au niveau de la tour Sud-est où la dénivelée est beaucoup plus importante. La courtine proprement dite est haute de 15 mètres, elle est couronnée par un tore de 0.10m qui constitue la base du parapet.

L'entrée principale est placée au milieu du côté Sud et desservie par un petit chemin aménagé en pente douce. Un bel appareillage en pierre calcaire dessine l'entrée formant un arc brisé outrepassé (L : 1.40m, h : 3.25m) qui s'inscrit dans un premier encadrement rectangulaire, les écoinçons en sont timbrés par un motif en coquille dont un a aujourd'hui disparu. Un second encadrement rectangulaire (l:5.10m x h:7.5m) part de la base de la porte jusqu'à hauteur du fruit qui souligne le sommet des courtines. L'entrée de l'édifice est battue par les tours latérales Sud-Est et Sud-Ouest. Deux escaliers symétriques donnent accès à la porte qui est située à un niveau supérieur par rapport au sol⁴⁷. Le dernier indice relevé est le dédoublement de l'arc d'entrée en laissant un espace au milieu. La porte disposait alors d'une herse actionnée depuis la chambre de l'étage qui a de nos jours complètement disparue.

Le centre du bastion central est occupé par une structure presque carrée (13.12m x 12.50m) subdivisée en trois grandes pièces rectangulaires (3.12m x 7.30m) aménagées dans le sens vertical de l'axe du monument, et une pièce (5.62m sur 2.50m) placée perpendiculairement au Sud-Est de cet ensemble. Cette dernière pièce comprend une citerne dont on n'a pas pu saisir la technique de remplissage. L'alimentation se faisait-elle indirectement par alimentation externe ou directement par la collecte des eaux de pluie à travers un système de canalisation?⁴⁸

Les bastions d'angles offrent au monument un aspect très massif. D'abord par la forme caractéristique en pic ou en fer de lance et ensuite par l'épaisseur considérable de ses courtines. Le pic est obtenu par la convergence des deux côtés latéraux de la tour. C'est à ce niveau que nous retrouvons les plus grandes épaisseurs dépassant les cinq mètres. Elles sont obtenues par le dédoublement des banchées de tabiya pour constituer des structures porteuses capables de supporter la plate-forme de tire. Les angles des quatre tours, parfaitement symétrique, sont davantage renforcés par un chaînage en pierre inscrit entre le sommet du parapet et le départ du talus.

Chacune des quatre tours possède deux orillons aussi épais que les courtines latérales (environ 5 mètres) et obtenues par la même technique de construction, sauf que pour obtenir le retour en demi-cercle, l'on a eu recours à la brique qui offre plus de plasticité et de facilité pour obtenir des formes curvilignes. La technique de construction utilisée est difficilement discernable sous l'enduit qui couvre toute la surface de l'édifice. Cependant nous pouvons constater des lits de briques disposées horizontalement et en arêtes de poissons.

L'accès à l'étage est pratiqué à travers un long escalier. Il formait à l'origine une rampe pour faciliter l'accès des canons vers la terrasse. Le même plan général du rez-de-chaussée est reproduit à l'étage. Les éléments nouveaux sont disposés autour d'une cour à ciel ouvert mesurant 11.2m sur 10m. Une série de petites cellules de dimensions variables dessert cette cour. Sur les extrémités des rangées de cellules, ont été aménagées quatre gaines d'aération de forme carrée. De part et d'autre de

cette partie centrale, d'autres puits de lumière, disposés par groupe de six, s'ouvrent au milieu de chaque tour.

La terrasse constitue une immense plate-forme de tire. Elle est dotée de 56 ouvertures à canons et autant de meurtrières jumelées percées dans le parapet. Aménagées pour le tir, ces ouvertures sont étroites vers l'intérieur et évasées vers l'extérieur. Les meurtrières sont coiffées par de petites niches.

Le fossé a de toute évidence été entamé dès les premiers travaux exécutés pour le creusement des fondations. Nous retrouvons cet organe défensif seulement sur les côtés Nord, Est et Ouest. Le côté Sud formant la façade principale du monument s'en trouve dépourvu sans doute parce qu'il est déjà naturellement défendu par les flancs escarpés. La hauteur moyenne du fossé atteint les cinq mètres avec une largeur variant entre cinq et sept mètres. Les remblais obtenus en le creusant ont servi pour aménager le talus à la base du bastion. Ce glacis part de la base des courtines et descend en plan incliné jusqu'au niveau inférieur du fossé produisant un angle d'environ 30° par rapport à la surface des murs.

b. Le bastion Sud (al-Borj al-Janoubi) (Planche 4 & 5)

– Plan et masses architecturales :

Comme l'indique son nom, ce bastion est situé au Sud de la médina de Fès. L'édifice est simplement implanté sur une hauteur au Sud-Ouest de Bab Ftouh et ne porte aucune mention spéciale quant à sa dénomination. Il est ainsi indistinctement désigné avec le borj Nord comme bastion ou bordj.

La première remarque qui a attiré notre attention est la nette différence entre la conception architecturale du bastion Sud et celle du bastion Nord, alors qu'ils ont été construits à la même période, ou du moins l'ordre de construction

en a été émis en même temps par Ahmed al-Mansour⁴⁹. Même si le borj al-Janoubi semble bel et bien disposer de tous les éléments de défense et de flanquement caractéristiques de l'architecture défensive adaptée aux armes à feu, il demeure néanmoins d'une allure nettement inférieure que son homologue de la rive Nord.

La construction s'agence sur un terrain en pente (direction Est-Ouest) avec beaucoup d'affleurement rocheux. La dénivelée est très évidente sur le côté Nord, nous pouvons même noter que la tour qui flanque cette partie du monument est sérieusement ébréchée à cause de l'importante déclivité du terrain aggravé par les glissement du sol et des mouvements architectoniques. Comme le bastion Nord, sa construction avait sans doute occasionné des travaux de terrassement pour lui offrir une bonne assise et un bon équilibre. La différence de niveau entre la partie centrale de l'édifice et les côtés Nord et Sud peut être un indice de ce déséquilibre qu'on a essayé de redresser. Si nous penchons pour une technique mixte d'assise en pierre et de banquettes de pisé appuyées sur la terre pleine, nous n'en avons pas décelé d'indices évidents sur le terrain.

Le plan général du bastion accuse un net déséquilibre au niveau de l'agencement des grandes masses architecturales. La symétrie entre les flancs Est et Ouest, de part et d'autre de l'axe du monument, s'en trouve ainsi nettement compromise par des différences de mesures pouvant parfois atteindre des centaines de centimètres et plus. Cela suppose une construction hâtive du monument qui semble cependant être érigé d'un seul jet et n'accuse aucun rajout postérieur. Il n'est d'ailleurs pas aisé d'affirmer s'il fut muni ou non d'un fossé sur ses flancs les plus vulnérables.

La bâtisse forme un quadrilatère de 57.51m sur 32.3m agencé en trois niveaux : un rez-de-chaussée, un étage et une terrasse. La forme générale est composée de deux éléments prin-



Planche 4.

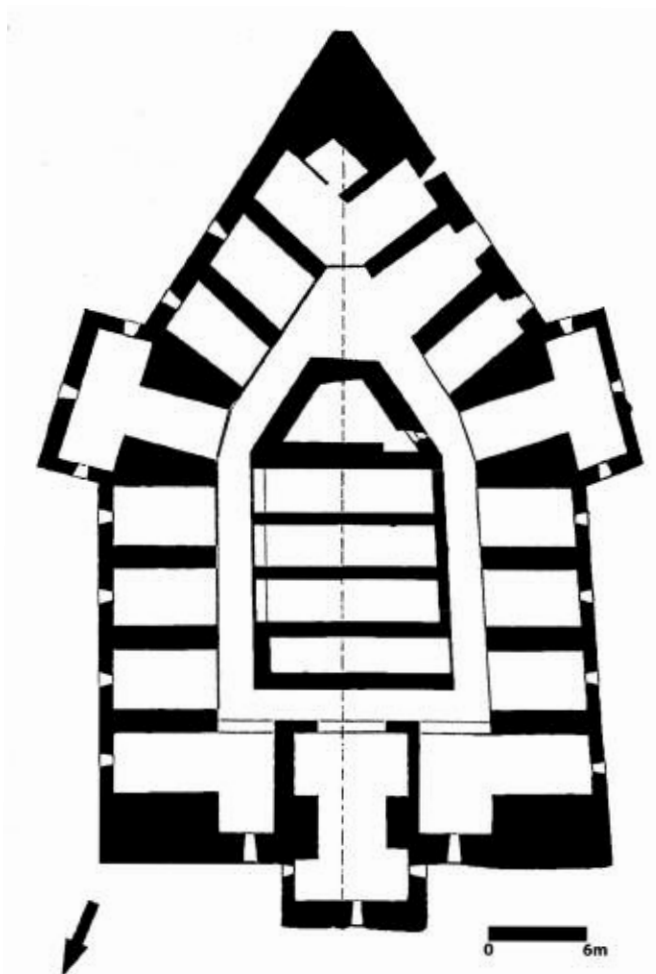


Planche 5.

cipaux : une avancée triangulaire en forme de pic et une partie rectangulaire. La jonction entre ces deux parties se fait sur les côtés latéraux Est et Ouest par deux tours rectangulaire de flanquement. Une troisième tour similaire renforce le côté Nord. Le centre du bastion est occupé par un petit noyau (18.90m x 12.30m) reproduisant la forme générale de l'édifice. La communication entre les différentes parties de l'édifice se pratique à travers un déambulatoire aménagé en circuit fermé. Le rez-de-chaussée est constitué par les angles Nord-Ouest et Nord-Est, le noyau central et le pic qui marque l'angle Sud. Respectivement, ces structures porteuses ont des épaisseurs importantes (4.25m/3.25m/8.75m).

L'accès au monument se fait par le côté latéral Ouest de l'avancée triangulaire. Deux entrées existent actuellement, une première à linteau et une seconde présentant un plein cintre surhaussé qui est vraisemblablement la porte originale du bâtiment. Elle dessert une salle rectangulaire qui donne sur le déambulatoire du rez-de-chaussée.

Les côtés et les tours sont tous percés d'ouvertures à canons de dimensions plus ou moins égales et dont la plupart ont été condamnées à une date indéterminée.

L'accès à l'étage se fait par un escalier placé au Nord du noyau central. Il s'agit en grande partie d'une rampe munie sur le côté par un étroit escalier large de 0.75m.

L'étage reproduit exactement le plan du rez-de-chaussée avec une seule différence : les grandes salles rectangulaires de l'étage sont divisées en deux parties plus ou moins égales par un étroit couloir. De part et d'autre de ce dernier, sont aménagées trois pièces rectangulaires (4.30 m x 3.90 m) couvertes par un plafond plat. Depuis l'étage, le déambulatoire du rez-de-chaussée est dominé seulement du côté Nord au niveau de l'escalier rampe. Le reste est surplombé par la terrasse.

La terrasse s'ordonne en deux niveaux. Le premier niveau comprend les trois côtés Nord, Est et Ouest avec les tours latérales de flanquement. Le second niveau est accessible à partir du premier par deux escaliers situés symétriquement sur les côtés. Le troisième niveau constitue la terrasse du noyau central, on y accède par deux rampes disposées symétriquement sur les côtes est et Ouest, elles surplombent le déambulatoire inférieur. Une petite pièce (4.50m x 1.65m), qui semble être contemporaine au monument d'origine, est aménagée sur le côté Nord⁵⁰.

Les trois niveaux sont munis d'un parapet large de 0.80m entièrement percé de meurtrières (84) et d'ouvertures à canon (24), l'ensemble est disposé quasi symétriquement de chaque côté.

c. Les bordjs de Fès Jdid

Fès Jdid ou la ville blanche demeure, depuis les Mérinides, une ville royale par excellence. Toutes les dynasties qui se succédèrent sur le pouvoir, Wattassides, Saadiens et Alaouites, y avaient leurs palais et leurs appartements privés ainsi que leurs camps militaires. Parmi les réalisations militaires saadiennes, mentionnées par les sources, sont celles qui renforcèrent la double enceinte mérinide de Fès Jdid.

Ces énormes massifs sont aisément reconnaissables ; d'abord par leur facture moderne de bâtiments militaires adaptés à l'arme à feu, nettement différents des organes défensifs médiévaux auxquels ils se superposent, et ensuite par l'homogénéité de leurs structures qui en présentent partout les mêmes aspects. Le bordj dit «ach-Chaykh Ahmed» porte le nom même du fondateur de ces bastions, l'illustre Ahmed al-Mansour le doré. Cet indice toponomastique vient alors s'ajouter aux attestations textuelles pour dater définitivement les bordjs de Fès Jdid de la fin du XVIème siècle⁵¹.

Ces bastions ou bordjs sont aujourd'hui au nombre de sept : quatre à l'Ouest et trois à l'Est. Ces derniers flanquent la muraille qui défend le palais royal. Ils commencent au Sud-Est de Bab al-Jiaf avec le bordj Sidi Bounafaâ. A l'Est de Bab Semmarin, le long de la rue Boutouil sur une dizaine de mètres, se situe le second bastion dit bordj Boutouil. Par la suite la muraille fait un retour vers le Nord, continue sur quelques mètres et fait un second retour vers l'Est. Ce dernier angle est dominé par le dernier bastion sur ce côté à savoir le bordj ach-Chaykh Ahmed, le plus imposant et le plus représentatif des organes de flanquement de la double muraille de Fès Jdid. Au risque de nous répéter, nous nous bornerons à retracer les caractéristiques essentielles de ces bastions à travers les exemples de Bordj ach-Chaykh Ahmed et Bordj Boutouil. Le choix en a été opéré d'une part pour leur représentativité et de l'autre pour leur accessibilité⁵².

– Bordj ach-Chaykh Ahmed : (Planche 6 & 7)

Le monument est limité au Sud par la double muraille, au Nord et à l'Est par le jardin Jnan Sbil dit également jardin de Boujloud, et à l'Ouest par la muraille mérinide et les quartiers y attenants.

L'accès au bastion se fait actuellement par le côté Ouest à travers un passage aménagé

récemment dans la double muraille. Situé à mi-chemin entre Bab Jiaf et Bab Dkakn, l'édifice a été anciennement desservi par les deux rues étroites qui le liaient à ces portes.

Le chemin qui mène directement à la porte d'accès du bastion est circonscrit entre deux pans de muraille formant un passage étroit. Nous remarquons clairement le détachement des deux murs qui viennent buter sur le bordj ach-Chaykh Ahmed. Un pareil décalage est causé par le passage d'un bras de l'oued Fès à l'Ouest du monument. La topographie du terrain, telle qu'elle se présente actuellement, semble régulière et n'expliquerait pas le décalage du monument par rapport à la muraille.

Sur le côté Nord, le bastion s'ouvre directement sur le jardin de Jnan Sbil par une deuxième porte qui, de par sa position, semble avoir joué le rôle d'une porte de trahison.

Le monument présente un énorme massif de forme presque carré (21.30m x 20.30m) implanté sur un terrain plat. Son aspect massif de bâtiment appelé à résister aux armes à feu, s'illustre notamment par sa large plate-forme qui atteint jusqu'à six mètres de haut. Pour ce faire, les bâtisseurs avaient dû procéder au creusement d'un profond fossé mesurant plus de six mètres si l'on ajoute la hauteur des assises aménagées à un niveau plus bas⁵³. Sur la façade Ouest, le bas de l'édifice opère un léger décalage par rapport aux lignes des courtines constituant une espèce de banquette inférieure d'une hauteur de deux mètres à partir de la base du monument⁵⁴. L'autre aspect saillant de cette remarquable surélévation du monument est mis en évidence en comparant le niveau du sol de la rue qui mène vers l'entrée principale et celui située vers l'extérieur. Le premier sol évolue en effet en légère pente ascendante vers le bastion et butte sur le seuil de sa porte qui se trouve légèrement en contrebas par rapport au sol de l'édifice. La surélévation enregistrée à cet endroit précis est très certainement due au passage de l'oued Fès.



Planche 6.



Planche 7.

En effet, le niveau du rez-de-chaussée se retrouve à 5.80 m. du niveau du sol situé à l'extérieur du monument.

Les quatre angles du monument sont particulièrement énormes atteignant une largeur de cinq mètres. Ils constituent avec les murs de fonds et les murs de séparation des éléments de support solides sur lesquels viennent se poser d'énormes voûtes en arrête et en berceau.

La technique constructive exclusivement utilisée est celle de la banchée-tabiya. Elle se retrouve au niveau de la base du monument, des courtines, du parapet ainsi que l'ensemble des murs de fonds et de séparation. Les banchées font en moyenne (L : 2.10 m. x h : 1.10 m. x l : 1.10 m.). De la base jusqu'au sommet, l'édifice compte 15 rangées successives atteignant la hauteur de 15.50m.

– Bordj Boutouil : (Planche 8 & 9)

Il se situe pratiquement à mi-distance entre bordj ach-Chaykh Ahmed et Bordj Sidi Bounafaâ. Il est desservi par la rue Boutouil et est limité au Nord, à l'Est et au Sud par l'oued Fès et l'avenue de la liberté, et vers l'Ouest il est bordé par la rue et le quartier Boutouil. L'unique accès en est placé sur ce dernier côté.

Il s'agit d'un bâtiment de forme presque carrée (23.90 m. x 21.85m). Légèrement plus grand que Bordj ach-Chaykh Ahmed, il dégage la même allure générale que lui avec quelques légères différences dans les détails d'exécution. L'édifice s'appuie sur une large plate-forme haute de sept mètres⁵⁵.

L'accès au rez-de-chaussée se fait du côté Ouest. Cette façade est actuellement complètement déformée par les nouvelles habitations qui sont venues se greffer au bastion et qui ont même perturbé l'organisation de son espace intérieur. A l'exception de quelques adjonctions matérialisées par des murs de séparation, le reste du bastion a pu garder sa forme initiale.

Après avoir franchi la limite de la façade, on pénètre dans un premier espace rectangulaire de direction Nord-Sud qui comprend deux bouches à canon ouvertes sur les façades latérales Nord et Sud.

Le monument continue à travers un couloir de direction Est-Ouest. Six casemates sont aménagées sur les côtés Sud et Sud-Est et trois sur les côtés Nord et Nord-Est. Une dernière casemate est située au milieu de la façade orientale. Chaque casemate est munie d'une bouche à canon ou de meurtrières. Ces ouvertures sont surélevées par rapport au sol d'une hauteur variant entre 0.90 m. et 1.00 m. les murs sont percés sur une largeur allant de 1.80 m. à 3.00m. ; Les parois en présentent une concavité très accusée sur une bonne partie de l'épaisseur des courtines (1.80 m. sur 2.40 m.). Cette forme d'ouverture en entonnoir est celle adoptée dans la plupart des bouches de tir. L'ouverture située au Sud-Est de la façade orientale ainsi que les ouvertures sises au milieu des deux façades septentrionales et méridionales sont aménagées en meurtrières à peine discernables depuis l'extérieur.

A l'instar des bastions déjà décrits, les angles Nord-Est et Sud-Est constituent des masses architecturales très importantes atteignant des largeurs variant entre 4.60 m. et 5.20 m. Malgré les quelques différences enregistrées dans les

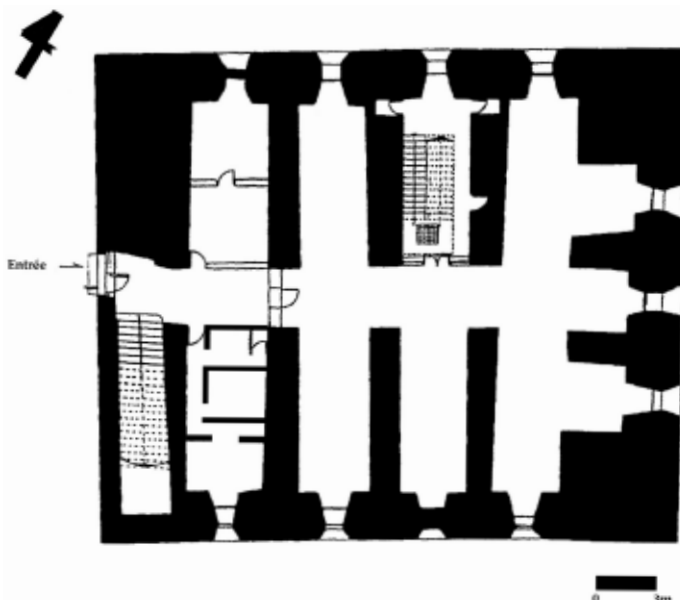


Planche 8.



Planche 9.

différentes parties du bastion, il est d'une manière générale d'une conception assez homogène.

L'ensemble est couvert par une série de voûtes en berceau qui supportent la terrasse.

La terrasse repose directement sur les toits du rez-de-chaussée sans qu'aucun couronnement ne vienne souligner la limite entre les deux. L'absence du fruit signifierait que la terrasse du Bordj Boutouil n'a pas été aménagée en plate-forme pour le tir des canons. Sur les trois façades Nord, Sud et Est, on constate une différence de niveau d'une hauteur de banchée équivalant à un mètre. Les traces de départ d'une rangée de tabiya nous laisse quelque peu perplexes quant à l'existence d'un éventuel parapet autour de cette terrasse.

CONCLUSION

L'appartenance de toutes ces fortifications à la période saadienne est désormais incontestable. Il est également sûr que les Saadiens aient entrepris pas mal de réparations et de réfections au niveau des remparts qu'il est pratiquement impossible d'identifier aujourd'hui, surtout qu'il y a eu d'autres travaux de restauration pendant l'époque alaouite qui ont continué jusqu'à nos jours. Par ailleurs, nous rejetons complètement le fait que le bordj Nord soit également repris à l'époque alaouite et que ses bastions d'angle soient attribués à cette période⁵⁶. De par l'homogénéité apparente que dégage le monument, le texte d'al-Fachtâli est, à ce propos, très explicite quand il décrit le bastion en ces termes: «(...) il s'impose par ses grandes masses et ses angles en forme de triangle»⁵⁷. Les fortifications de Fès, annoncent alors une volonté claire du makhzen et des rois saadiens de s'inscrire dans la tendance de la poliorcétique moderne qui envahissait tout le bassin méditerranéen. Le prestige et la puissance de cette architecture militaire devaient non seulement

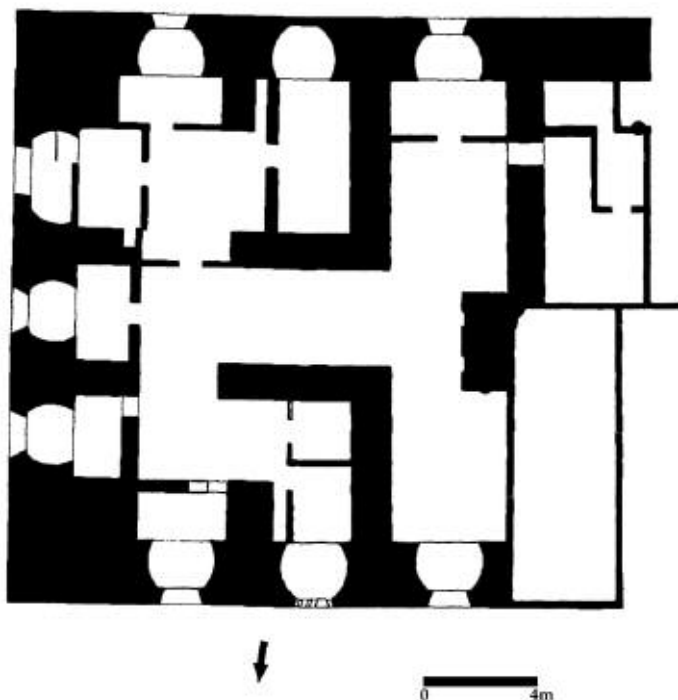


Planche 10.

repousser les redoutables armées de l'Algérie turque mais surtout de tenir en bride la frondeuse ville de Fès.

BIBLIOGRAPHIE SELECTIVE

- AL-FACHTALI, A. (S.D), *manahil as-safa fi ma'athir mawalina ach-chorafa*, annoté par Abdelkrim Korayyim, éd. Ministère des Habous et des affaires islamiques, Rabat.
- AL-'IFRANI (1998), *Nouzhat al hadi*, présenté et annoté par A. Chadli, éd. imprimerie an-Najah al-Jadida, Casablanca.
- ANONYME DE FES (1934), *Chronique anonyme de la dynastie sa'dienne*, texte arabe publié par G.S. Colin, Rabat.
- ANONYME PORTUGAIS (1995), *Description du Maroc sous le règne de Moulay Ahmed El Mansour*, trad. De Castries, réédition Md. Mezzine et Abderrahim Benhadda, Marrakech.
- BRESSOLETTE, H. et DELAROZIÈRE, J. (1982-1983), «Fès Jdid, de sa fondation en 1276 au milieu du XXe siècle», *Hespéris Tamuda*, vol. XX-XXI, pp. 245-285, Fasc. unique.
- BRIGNON, J. et al. (1967), *Histoire du Maroc*, éd. Hâtier/Paris et Librairie Nationale/Casablanca.
- EL BOUDJAY, A. (2001) « la qasba wattasside de Larache », in *Mil anos fortificações na Peninsula Ibérica e no Magreb (500-1500)*, actas de simposio internacional sobre castelos, pp. 759-772, Lisboa, E. Colibri/câmara Municipal de Palmela.
- LISAN AD DIN IBN AL KHATIB (1977), *mi'yaro al-ikhṭiyari fi dhikri al- ma'ahidi wa ad-diari*, étude et traduction espagnole du texte arabe par Kamal Chabana, éd. Institut universitaire de la recherche scientifique du Maroc.
- KAFAS, S. (2004), *Les fortifications et l'architecture militaire du Maroc au temps des Saadiens (XVIe-*

XVIIe siècles, Thèse pour l'obtention du diplôme de troisième cycle de l'Institut national des sciences de l'archéologie et du patrimoine, option : archéologie islamique, année universitaire 2003-2004, Rabat.

- KAFAS S. (2009), « Les fortifications et l'architecture militaire au temps des saadiens (XVIe-XVIIe siècles) : éléments pour une typologie », *Bulletin d'archéologie marocaine* n° XXI, Rabat.
- LE TOURNEAU, R. (1949), *Fès avant le protectorat. Etude économique et social d'une ville de l'Occident musulman*, Casablanca.
- LEON L'AFRICAIN, J. (1956), *Description de l'Afrique*, trad. Epaulard, Paris.
- MARÇAIS, G. (1954), *L'architecture musulmane d'Occident*, Paris, éd. : Arts et Métiers Graphiques.
- MARMOL, L del (1667), *L'Afrique*, trad. N. Perrot, Paris.
- MEZZINE, M. (1980-81), « musahamatu as-sa'diyyina fi 'umrani Fas, muhawalatu istiqlal ba'di an-nawazili al-fiqhiyyati wal habsiyyati », *Revue de la faculté des lettres et des sciences humaines de Fès*, n° 4-5, pp. 247-291
- MEZZINE, M. (1986), *Fas wa badiatuha, musahamatun fi tarikh al Maghrib as sa'di*, publications de la Faculté des lettres et des sciences humaines de Rabat, série thèses n° 12, T.I, Rabat.
- MEZZINE, M. (1989), *Le temps des Marabouts et des Chorfas*, thèse de doctorat d'Etat, Paris.
- MU'ARRIKH MAJHOUL (1994), *tarikh ad-dawla as-sa diyya at-tagmadartiyya*, présenté et annoté par A. BENHADDA, ed. uyoun al maqalat.
- RICARD, P. (1925), *Le Maroc, Les Guides Bleus*, Paris.
- VALENSI, L. (1992), « Fables de la mémoire, la glorieuse bataille des trois rois », *L'univers historique*, Seuil, Paris.

NOTAS

- 1 La première allégeance faite à Ahmed al-Mansour, juste après la bataille de Oued al-Makhazin, eut lieu à Fès. Les chroniqueurs font tous mention des différentes *mhallas* d'al-Mansour dans cette ville à l'occasion de la construction de nouvelles fortifications dans le territoire qui en dépendait, ou la réparation et le renforcement des défenses déjà en place tel que fut le cas pour Hisn al Fath de Larache.
- 2 Voir Majhoul Fas (*Tarikh ad-dawla as-saâdiyya*), pp. 28-29.
- 3 Voir S. Kafas, *les fortifications et l'architecture militaire du Maroc au temps des Saadiens* (XVIe-XVIIe siècles), pp. 8-15.
- 4 La fin des Saadiens va être en fait marquée par la résurgence de mouvements locaux qui vont compromettre cette unité politique. Voir J. BRIGNON et al, 1967, pp. 217-218. Sur les limites physiques et politiques de la ville voir notamment l'importante étude de M. MEZZINE, 1986.
- 5 Majhoul Fas (*Tarikh ad-dawla as-saâdiyya*), pp. 22-23.
- 6 *Idem*, pp. 52-53.
- 7 Nous ne partageons pas l'avis de M. Mezzine qui affirme que l'apport des Saadiens sur le plan militaire à Fès est très faible comparé aux travaux qu'ils durent entreprendre à Taroudannt et à Marrakech. Les deux villes du Sud ont certes été respectivement les capitales des Saadiens mais, sur le plan militaire, elles ont vu seulement restaurer et agrandir le système des fortifications médiévales notamment à Marrakech. Pour cette dernière, la contribution des Saadiens n'est pas tout à fait évidente sur le terrain, les réalisations majeures qui leur sont attribuées sont plutôt de toutes autres natures : civile (madrasa Ben Youssef, fontaines publiques : Chrob-w-Chouf et Mouassin), funéraire (qubour al achraf) et palatine qui s'est illustrée exclusivement par la construction du fameux palais Badi', la plus grande réalisation architecturale saadienne à Marrakech, voire dans tout le Maroc.
- 8 Voir à ce propos l'étude de M. MEZZINE, 1986. pp. 267-276.
- 9 Diego de Torres (*Histoire des Chérifs*), pp. 136-141.
- 10 Voir l'étude de A. EL BOUDJAY, 2001, pp. 759-772.
- 11 Marmol, *op. cit*, pp. 171-172.

- 12 L'auteur donne la date de 1550 voir Diego de Torres (*Histoire des Chérifs*), p. 147.
- 13 *Idem*.
- 14 Selon M. MEZZINE, 1986, p. 304 cet endroit correspond à *Dar as-silah* ou l'arsenal sous les Saadiens. Alors que H. BRESSOLETTE et J. DELAROZIERE, 1982-83, p. 284 placent l'arsenal ou *Dar al-Baroud* au Sud-Est de Fès Jdid entre Bab as-Sammarin et Borj Botouil. Pour notre part nous penchons plutôt pour la deuxième localisation correspondant à la description de Diego de Torres qui distingue clairement entre la douane et l'arsenal ou les arsenaux, ces derniers, dit-il, sont placés au niveau de certaines tours.
- 15 Lisan ad-Din Ibn al Khatib (*mi'yar al-ikhtiyar*), p. 80.
- 16 Peut être que ce mot désigne le même lieu cité dans la description sus-mentionnée de Marmol, ce dernier utilise la même appellation quelque peu modifiée «acéquife».
- 17 M. MEZZINE, 1980-81, p. 256.
- 18 Sur l'appellation «Tamdert», M. Mezzine en fait une forme berbérisée de l'arabe «midrat» qui signifie dans la langue berbère une aire d'abattage.
- 19 L'auteur ne spécifie pas de quelle mosquée il est question, il pourrait vraisemblablement s'agir d'une mosquée cathédrale située dans le voisinage. La kasba est occupée par une caserne des forces auxiliaires, il ne nous a pas été possible d'y accéder pour en faire une monographie détaillée.
- 20 Mo'arrikh majhoul (*tarikh ad-dawla as-sa'diyya at-tagmadartiyya*), 1994, p. 29.
- 21 Marmol (L'Afrique), T. II, p. 172.
- 22 Fête du premier jour après le moi de Ramadan.
- 23 Il est clair que l'auteur s'oriente en fonction de la direction de la Mecque (qibla) qui est évidemment erroné car en réalité les deux bastions sont de direction Nord et Sud. Cette erreur d'orientation est très fréquente tout le long de l'histoire du Maroc et on la remarque notamment dans la construction des mosquées.
- 24 Al-Fatchali (*manahil as-safa*), p. 263 (traduction personnelle).
- 25 «Le roi Moulay Ahmed a construit dans la plaine de Fez sur deux hauteurs deux forts que l'ont appelle el-Bordj où il a mis beaucoup d'artillerie afin de tenir en respect Fez le vieil. Quant à Fez-le-Neuf, il est dominé par les boulevards de la Kasba. Le Roi a dans cette ville des forts et de l'artillerie : on dit que c'est à cause des rebellions des habitants et aussi pour empêcher les Turcs d'entrer dans Fez au cas où ils attaqueraient ; s'ils parvenaient à y pénétrer, les forts de la campagne les empêcheront

de monter à Fèz-le-Neuf», Anonyme portugais (Description du Maroc), p. 56.

- 26 Mo'arrikh majhoul (*tarikh ad dawla as-sa'diyya*), p. 51 et 65.
- 27 Al-'Ifrani (*Nouzhat al-hadi*), p. 245.
- 28 Al-Qadiri (*nachr al mathani*), p. 367.
- 29 Al-'Ifrani (*Nouzhat al-hadi*), p. 245.
- 30 Il est curieux qu'al-'Ifrani, qui semble s'être largement inspiré de la chronique anonyme, soit passé sur plusieurs détails rapportés par celle-ci.
- 31 Mu'arrikh majhoul (*tarikh ad-dawla as-sa'diyya*), p. 51 (traduction personnelle).
- 32 *Idem*, p. 65. (Texte traduit par A. Benhadda). Cette récente traduction, qui s'est basée sur le manuscrit conservé à la Bibliothèque Nationale de Paris, a mis en note le texte traduit par G. S. Colin à savoir le manuscrit conservé à la Bibliothèque de Madrid, A. BENHADDA, *op. cit.*, p. 63. Cette note est erronée puisqu'à la place de Moulay Abd al-Malik, on a mis Moulay Abdellah.
- 33 Al-Qadiri (*nachr al mathani*), p. 367.
- 34 Al-Fachtali (*manahil as-safa*), pp. 64-65 (traduction personnelle).
- 35 *Idem*, pp. 63-64.
- 36 Il faut évoquer à ce propos les relations particulièrement tendues entre le Maroc et la porte sublime suite à un incident diplomatique avec un ambassadeur du sultan turc Morad qui décida d'attaquer le Royaume du Maroc. Al-'Ifrani rapporte que «*Quand al Mansour eut connaissance des intentions de Morad al othmani, il se déplaça vers Fès, garnit les frontières et arma les ports et fut fin prêt pour repousser d'éventuelles attaques...*». L'auteur souligne, par la suite, les échanges des ambassades entre les deux parties qui aboutirent à l'apaisement des esprits vers 989 H., voir Al-'Ifrani (*Nozhat al-hadi*), p. 156 (traduction personnelle).
- 37 Al-Fachtali (*manahil as-safa*), p. 264.
- 38 M. Mezzine stipule que l'emplacement probable du sixième bordj pourrait être le centre de Bab al-Hasani qui fait face à Bab Sbaâ vers le Nord, MEZZINE, M. 1980-81, p. 260.
- 39 H. BRESSOLETTE et J. DELAROZIERE, 1982-83, p. 269.
- 40 Le conflit se déclara avec l'Espagne à cause d'une

éventuelle alliance du Maroc avec les Anglais et les Portugais en vue de la restitution de la couronne portugaise.

- 41 Al-Fachtali (*manahil as-safa*), pp. 171-177 et al-'Ifrani (*Nouzhat al-hadi*), p. 177.
- 42 Mo'arrikh majhoul (*tarikh ad-dawla as-sa'diyya*), ed. G. S. COLIN, p. 110. Il faut comprendre que les corps furent enterrés dans des hécatombes sur lesquelles on a élevé le dit borj. Cette pratique semble avoir été assez courante : les rois et les grands caïds faisaient enterrer le corps des rebelles dans la maçonnerie des murs (le tabout).
- 43 Les travaux du fameux palais Badi avaient duré autant d'années c'est à dire de 986 H jusqu'en 1002 H. voir à ce propos Al-Fachtali (*manahil as-safa*), p. 253.
- 44 Voir supra les données sur l'apport des textes historiques.
- 45 Voir A. VAJDA, 1948.
- 46 Ahmed al-Mansour, qui avait longuement sillonné la Méditerranée, de l'Algérie à la Porte Sublime, connaissait de visu toute cette architecture moderne. De la sorte, il a fait appel à des ingénieurs européens (Portugais, Espagnols, Italiens, Hollandais) pour doter la ville de Fès et son port Larache d'ouvrages défensifs modernes. Il se serait également servi des soldats faits captifs pendant la bataille de Oued al-Makhazin pour exécuter les travaux les plus ardues, même si dans les sources historiques nulle mention n'est faite de l'utilisation d'une main d'œuvre servile composée d'esclaves et de captifs dans la construction des forteresses saadiennes. La majorité des forteresses modernes adoptaient le même plan théorique illustré par l'ingénieur espagnol Cristobal de Rojas. Dans ce traité d'architecture militaire, nous pouvons retrouver les plans types d'al-Borj ach-Chamali (Fès), de Hisn al-Fath et de Borj al-Laqlaq (Larache). Les deux premiers sont projetés à partir d'un carré et le troisième est établi à partir d'un triangle.
- 47 Actuellement, une autre porte a été aménagée au niveau de la tour Sud-Est et constitue l'accès principal du monument réhabilité en musée des armes depuis 1963.
- 48 Lors des derniers travaux de restauration du bordj, cette citerne a été complètement vidée.
- 49 la même commande faite à Larache aboutit à l'érection de deux monuments militaires qui ont la même facture.
- 50 Sur le côté Ouest nous rencontrons une enfilade de pièces carrées (3.90m x 3.80m) qui ont été aménagées récemment puisqu'on les trouve sur un plan récent dressé par l'ADER-Fès, alors qu'elles n'apparaissaient pas sur un autre document de l'inspection du Tourisme, de l'Artisanat et des Beaux Arts, dressé en 1964.
- 51 Voir supra les détails sur l'apport des textes concernant la contribution des Saadiens à la fortification de la ville de Fès.
- 52 Au moment où nous avons effectué nos travaux de terrain, nous n'avons pas pu accéder au troisième bordj dit Sidi Bounafaâ qui dépend de la municipalité. Nous avons toutefois pu prendre quelques photos et faire des croquis au niveau de la cours intérieure et des façades extérieures. Les bordj-s situés du côté du palais royal sont pratiquement inaccessibles.
- 53 Il est quasiment impossible de se prononcer quant à la nature des fondations par une simple observation visuelle.
- 54 Cette banquette a été complètement rasée sur les côtés Sud et Est pour élargir la rue qui leur est parallèle. Le seul témoin qui en existe renforce la base de la courtine occidentale.
- 55 Cette mesure est prise entre la base extérieure du monument et le niveau de sol du rez-de-chaussée.
- 56 G. Marçais, 1954, p. 406.
- 57 Al-Fachtali, *op. cit.*, p. 263.

SOBRE EL ESTADO DE DESTRUCCIÓN DEL COMPLEJO MOLINERO DE MÉRTOLA EN LA *RIBEIRA DE OEIRAS*¹

AGUSTÍN ORTEGA ESQUINCA *

1. PRELIMINARES

El presente escrito tiene por objetivos dar a conocer una evaluación sobre el estado avanzado de deterioro del complejo molinero de la villa de Mértola en la *Ribeira de Oeiras*²; y llamar la atención acerca de la urgencia de emprender las correspondientes labores de restauración y mantenimiento para asegurar la conservación, a largo plazo, de este patrimonio histórico y paisajístico en proceso de destrucción.

Este conjunto molinero está instalado en el curso final de la *Ribeira de Oeiras*, en las inmediaciones de su desembocadura en el Río Guadiana (*Rio Guadiana*)³; una parte, situada entre la segunda y tercera línea de murallas de la villa de Mértola y, la otra, extramuros. Está integrado por cuatro ingenios hidráulicos y sus estructuras de apoyo, tal como los restos de una represa (*açude*) y de un canal (*levada*); así como tres casas de molineros (*casas de apoio* o *casas do moleiro*) y dos vías de acceso (*caminhos de pé posto*), que parten de esta población y, algunos de sus ramales, concluyen en los parajes de molienda y lavadura de ropa.

El primer registro fue levantado por Guita (1999); incluyó el conjunto de estaciones hidráulicas del *Parque Natural do Vale do Guadiana*, entre las que diferenció y clasificó

molinos (*moinhos*), aceñas (*azenhas*) y batanes (*pisões*). En total, describió un conjunto de 34 ingenios instalados en el Río Guadiana y sus afluentes. De esa base de datos originaria, retomo para el presente artículo las cuatro estructuras molineras situadas en el tramo final de la *Ribeira de Oeiras*; éstas son el *Engenho do Convento*, el *Moinho das Bruxas*, el *Moinho da Façôa* y el *Moinho da Martulheira* (*op. cit.*, pp. 7-11) (fig. 1).

Un registro reciente, lo levanté como parte de mis labores a efectos de la beca (*bolsa*) postdoctoral que me otorgó la *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT) para una estancia en el *Campo Arqueológico de Mértola* (CEAUCP/CAM⁴), donde llevo a cabo un estudio de arqueología histórica y de etnoarqueología sobre el modo de vida rural de la Mértola medieval (Ortega 2007; 2008; 2009; 2010a; 2010b; 2011; 2012: 293-294). Este registro lo realicé entre noviembre de 2008 y enero de 2010; tuvo por objetivo observar las incidencias estacionales en los molinos y en sus estructuras de apoyo, para generar una base de datos preliminar que permitiera eva-

* Beca (*bolsa*) de investigación post-doctoral (SFRH/BPD/41505/2007), de la *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT), financiada por el POPH/FSE. Doctor en Historia (2004), por la Universidad de Sevilla, España. Maestro en Arqueología Histórica (2000) y Licenciado en Arqueología (1996), por la Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), de México.

luar su estado de conservación, los deterioros actuales y potenciales, así como aquellos problemas urgentes ante el proceso de destrucción que se advierte.

Antes de abrir el análisis, debo agregar cuatro notas pertinentes al registro inicial de Guita, que resultan de mis observaciones de campo:

1ª) Aun cuando el registro de estructuras hidráulicas levantado por Guita presenta una información mínima y sintetizada, que se podría definir como preliminar, su valía radica en un hecho crucial. Es la primera carta arqueológica y, al presente, la única que da cuenta de una manera integral de esta infraestructura productiva.

2ª) No encontré evidencia del *Engenho del Convento*, pudiendo deberse a que las riadas (*cheias*) hubiesen derruido y acarreado lo que quedaba del resto de muro fotografiado por Guita (*op. cit.*, p. 7).

3ª) El *Moinho da Martulheira* no parece corresponder a un molino, como fue registrado por Guita (*op. cit.*, p. 11); sino, con mayor probabilidad, a una aceña (*azenha*). Existe otra posibilidad, que describiré en su lugar, donde expondré los datos que me permiten optar por esta estructura hidráulica que sugiero.

4ª) Este complejo molinero, de cuatro estaciones, está integrado orgánicamente a la villa de Mértola por dos senderos o vías (*caminhos de pé posto*) que parten de puertas históricas de esta población (fig. 2); uno de estos, el más complejo, se bifurca en varios ramales; algunos, conducen a los parajes de labor molinera y/o de lavandería;

5ª) otros, a destinos diversos, incluso lejanos. Estas vías tienen tramos recortados en la roca; así como pasos con obra de piedra, construida de manera equivalente a un muro de contención, para salvar las irregularidades topográficas de la ladera, principalmente de las hondonadas formadas por los escurrimientos y el gradiente de ésta; asimismo, unas partes fueron

empedradas (*calçada*), sobre todo en las inmediaciones del *moinho das bruxas*. Estas obras fueron realizadas para proporcionar caminos que tienden a la horizontalidad y a eliminar o, al menos, minimizar, las trabas que imponía el relieve a la circulación de las bestias cargadas con los cereales que se llevaban a moler y con la harina que traían de vuelta. Considérese que las cuatro estaciones hidráulicas analizadas en este artículo están instaladas en parajes de difícil acceso. Por ende, la apertura de vías de acceso fue condición *sine que non*, para facilitar la circulación de los animales que transportaban la materia prima de la labor molinera.

A seguir, presento los datos sobre el estado de destrucción de este complejo molinero. La información está referida respecto de los senderos de acceso.

2. SENDEROS AL COMPLEJO MOLINERO

Dos son los senderos o vías que parten de la villa de Mértola al complejo molinero de la *Ribeira de Oeiras* (fig. 2). Uno, tiene salida por la *Porta do Buraco* y da acceso a la *Ribeira de Oeiras*. Esta puerta está emplazada hacia la esquina suroeste de la muralla por lo que queda oculta respecto de las vías de acceso, de tierra y río, históricamente más transitados y, a primera vista, todo pareciera indicar que su finalidad esta en función del servicio a necesidades locales. La otra vía parte de la *Porta de Beja*, situada al norte de la muralla; éste tiene ramales que comunican con destinos diversos, que ligan tanto el complejo molinero como poblaciones distantes. Por cuestiones de identificación, denominaré a estas vías con los nombres de las puertas donde nacen. La descripción de estas sendas resulta necesaria para entender la organicidad que proporcionan entre la villa y sus estructuras hidráulicas de molienda.

2.1. Sendero o vía de la *Porta do Buraco*

En el pasado, esta senda tendría dos secciones ligadas por el paso de la *Ribeira de Oeiras*, situadas entre la segunda y la tercera líneas de murallas de la villa de Mértola. La sección de la ladera izquierda del afluente desciende/asciende a esta población por la que aquí denomino como la vertiente de Mértola, una cuesta abrupta. En el sector de la pendiente contraria, emplazada en la ladera derecha de este torrente, que aquí designo como la vertiente del exconvento, una red de veredas y caminos enlazan huertas, pomares, varias casas rusticas, el exconvento de San Francisco y transponen la muralla de la edad de hierro, al menos, por dos lugares.

La sección emplazada en la vertiente de Mértola, originalmente partiría de la *Porta do Buraco*, para concluir al borde de este arroyo, al pie de los pilares del Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola sobre la carretera N122. En la actualidad, inicia a partir de una abertura practicada al pretil de la *Estrada da Ribeira* (fig. 3). En función de su construcción y a efectos de las alteraciones al presente, esta sección está constituida por seis trechos, que suman unos 258⁵ m:

- 1^{er} trecho. *Estrada da Ribeira* (fig. 3): 135 m.
- Puerta en el pretil de la *Estrada da Ribeira* (fig. 3).
- 2^o trecho. Rampa empedrada (*calçada*) (figs. 3 y 4): 10 m.
- 3^{er} trecho. Rampa empedrada (fig. 4): 6 m.
- 4^o trecho. Camino recortado en la roca (fig. 5): 12 m.
- 5^o trecho. Camino recortado en la roca; esta parte está bajo un olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*)⁶, y cruza un peñasco (fig. 6): 9 m.
- 6^o trecho. Camino recortado en la roca, en mal estado de conservación, con hierba a los lados y cubierto de guijarros (fig. 7): 35 m.
- 7^o trecho. Área semicompactada, formada por guijarros angulosos y tierra (fig. 8); la parte situada en cotas inferiores presenta hierba crecida (fig. 9); asimismo, la que enlaza con el octavo y último trecho, está siendo afectada por los efectos erosivos de las riadas (*cheias*) (fig. 10). Tiene unos 30 m.
- 8^o trecho. Roca Madre, es la parte situada en el área de inundación de riadas (*cheias*): 21 m.

En general, los trechos 1 a 5 presentan un buen estado de conservación, puesto que han recibido labores de mantenimiento con miras a un uso turístico. Los tramos 6 a 8 su mantenimiento es nulo, por lo que presentan una problemática diversa; así, el sexto tramo tiene hierba crecida a los lados y está cubiertos de guijarros; el séptimo tramo, también está cubierto de hierba; además, la parte que une con el último trecho, está colapsando, a efectos de la erosión causada por las riadas. En el último trecho, la roca madre está expuesta a efectos de la erosión de las riadas (*cheias*) por lo que el camino se pierde; en esta parte se llega a las cotas más bajas de la ladera izquierda de la *Ribeira de Oeiras*, que corresponde al piedemonte de la vertiente de la villa de Mértola. Debo indicar la posibilidad de que este paraje fuera uno de los lugares de lavado de ropa de la villa de Mértola (fig. 2, no. 1).

A seguir está, sobre el lecho del arroyo, el paso de la *Ribeira de Oeiras* (figs. 11 y 12), cuya ventaja radica en que la profundidad somera permite cruzar fácilmente, inclusive en pleamar. En la otra orilla estaría el supuesto/desaparecido *Engenho do Convento*, registrado por Guita (1999:7 y 8). Debo recalcar que, en la actualidad, no se observa evidencias materiales que confirmen su presencia.

Hasta aquí, las evidencias existentes indican que la finalidad de esta sección de la vía, emplazada en la ladera izquierda de la *Ribeira de Oeiras*, estuvo enfocada a dar el servicio de acceso de la villa de Mértola al arroyo y, eventualmente, a la hipotética estructura hidráulica, así como a un factible paraje de lavado de ropa. Esto parece incuestionable; sobre todo, cuando no se observan indicadores en las inmediaciones que permitan suponer otra finalidad. Sin embargo, este fue un supuesto preliminar, porque observaciones posteriores me permitieron identificar elementos antropizados del paisaje que me llevan a sugerir que esta vía se prolongaría, en la ladera derecha de la cañada, hasta una puerta de la tercera línea de murallas. Esta obra está datada en la Edad de Hierro (Macías 2005:186). Por otro lado, se afirma que de esta puerta partía la antigua vía romana a la región minera de Aljustrel (Torres 1992:191, fig. 2, y 192).

Presento los datos. La segunda sección está emplazada en el costado derecho de la *Ribeira de Oeiras* (figs. 13 y 14). Esta vertiente de la cañada corresponde a la ladera del exconvento de San Francisco, cuya pendiente tiene un conjunto de terrazas que se han utilizado, hasta el presente, para huertas. La continuación de la vía analizada en esta cuesta tiene dos tramos iniciales, que aquí describo, y ramificaciones posteriores, que referiré en lo genérico.

Los tramos de enlace con el paso de la *Ribeira de Oeiras*, uno, situado en el área de inundación de riadas (*cheias*), y, el otro, en cotas inmediatamente superiores, fueron destruidos y/o soterrados, por eso pasan desapercibidos a la observación. Dos circunstancias, al menos, anteceden en su desaparición. Una, la construcción del Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola en la *Ribeira de Oeiras* (figs. 6, 11 a 14), a fines del siglo XIX, y, alrededor de un siglo más tarde, el recortado de la ladera para el trazado y el asfaltado de la carretera N122, transformaron la topografía y destruyeron los elementos culturales dispuestos en la cañada. Otra, que ante la construcción de esta vía de comunicación, la renovación del camino cubierto devino en innecesaria. En apoyo a esta última observación, está el hecho de que quienes, en la actualidad, habitan en el exconvento de San Francisco así como en casas y poblaciones cercanas, cruzan por el puente, y no por el obsoleto paso de la *Ribeira de Oeiras*, situado bajo los pilares del mismo. Así, este último fue relegado al olvido.

Debo recalcar que la destrucción de estos tramos ocasionó que la vía de la *Porta do Buraco* quedara desarticulada, pareciendo como dos caminos independientes, sin interacción y separadas por la *Ribeira de Oeiras*.

Río abajo, a unos 75 metros, existe un sendero equivalente que, si bien posibilita el acceso al arroyo desde las casas situadas unas cotas más arriba, muestra dificultades para cruzar la *Ribeira de Oeiras* porque la profundidad es mayor

y los efectos de las mareas son más marcados, en comparación con el paso situado bajo el Puente Viejo (*Ponte Velha*). Como implicación de prueba de estas observaciones está el hecho de que no tiene continuidad en la otra orilla, por lo que no se puede suponer que sea otro paso. Para la propuesta que estoy presentando, es relevante señalar que esta senda tiene una conexión con el antiguo paso de la *Ribeira de Oeiras*, mediante un atajo que cruza por un afloramiento rocoso interpuesto entre ambos accesos al arroyo (figs. 13 y 14). Es decisivo tener en cuenta este otro sendero porque da acceso a la red de caminos y veredas de la vertiente del exconvento de San Francisco, aún en uso.

El tramo siguiente está en la parte inferior del área media de la ladera, en una cota situada por encima de la línea de inundación recurrente. Este sendero, marcado claramente sobre el terreno, inicia con una bifurcación, donde el ramal inferior lleva a una casa rústica en ruinas y el ramal superior pasa por dos casas rústicas, una, en ruinas y semiocultada por un árbol, la otra, habitada. Ambas ramificaciones confluyen en alguna parte, y en su momento llevan, o al exconvento de San Francisco, o a un cruce de la carretera N122.

Debo agregar, que, es significativo que la *Porta do Buraco* esté situada y dispuesta en un lugar escondido, respecto de los accesos de tierra y río más frecuentados, enlazados con la *Porta da Vila* (actual *Porta de Beja*) y la *Porta da Misericórdia* (actual *Porta da Ribeira*). Así, su utilidad parece más encaminada a atender las necesidades de la población local, incluyendo, como con la *Porta Falsa*, un postigo del castillo de Mértola, la posibilidad de ingresar/salir de la villa, con niveles de seguridad aceptables, durante un cerco, y/o de evacuar cuando fuera evidente la derrota de la plaza. Al respecto, una carta militar de Miguel Luis Jacob, fechada en 1755 (publicada en Torres y Alves 1996:8), registra la *Porta do Buraco*, pero no la vía que partía/llegaba a

esta puerta. Tampoco señala la *Porta Falsa*, ni el conjunto de estructuras de molienda de la *Ribeira de Oeiras*. De hecho, el diseño cartográfico de este documento muestra la cañada de este arroyo, en ambas vertientes, como un terreno agreste, sin elementos culturales. De la misma manera, excluye las calles y las casas de la villa histórica, las *azenhas de Mértola* y su camino de acceso, así como el molino de viento dispuesto en un cerro al norte de la capilla de *N. S. daz Nevez (sic)*, que así la registra. Al contrario, estos elementos suprimidos en el mapa formaban parte del paisaje cultural de aquel tiempo. Después de esta breve, pero necesaria digresión, me concentro en el tema que aquí interesa. Antes de las modificaciones del siglo XX, efectuadas en el transcurso de la construcción de la *Estrada da Ribeira*, y por las características de los trechos 4 a 6 (figs. 5-7), que no muestran alteraciones, la vía de la *Porta do Buraco* era más un sendero⁷ (*trilho*) que permitiría la circulación de una o, cuando más, dos columnas de gentes y/o animales, en fila india.

Por cuestión de objetivos del artículo, debo pasar a los planteamientos subsiguientes. Queda la propuesta de que este camino se desplegaba en ambas laderas de la *Ribeira do Oeiras*, que corresponden a las vertientes de la villa de Mértola y del exconvento de San Francisco, y que estaban articuladas por el paso de la *Ribeira de Oeiras*. Este supuesto es una hipótesis de trabajo de la investigación que estoy llevando a cabo.

2.2. Vereda o vía de la *Porta de Beja* (antigua *Porta da Vila*)

En el pasado, esta senda partiría de la *Porta de Beja*, en la segunda línea de murallas, bifurcándose con posterioridad en varios ramales con destinos al norte, noroeste, este y oeste de la villa (fig. 2). Algunos destinos lejanos de los ramales de esta vía son Beja, la mina de São Domingos y Serpa; en tanto que, los cercanos, las *Azenhas de Mértola*, el molino de viento, en un cerro al NW de Mértola, la capilla de la *Senhora das Neves* y, el que aquí interesa, el complejo molinero de la *Ribeira de Oeiras* y la *Horta da Martulheira*. En el siglo XX, el crecimiento urbano de la villa, así como las obras de urbanización que ha conllevado, como la pavimentación de calles, el asfaltado de la carretera N122/*Estrada de Circunvalação*, la apertura del actual cementerio, así como la formación del aterro, utilizado para estacionamiento, donde es depositado el escombros de la construcción y la remodelación de casas, ocasionaron la destrucción del tramo inicial de la histórica red viaria. En consecuencia, en la actualidad, se le puede dar seguimiento a partir de un punto situado donde inicia la actual calle a la *Capela das Neves* y a un costado del estacionamiento, ambos en el piedemonte del cerro de este edificio de culto.

La parte conservada está elaborada tanto por trechos donde los afloramientos rocosos fueron recortados (fig. 15), así como de pasos con obra de piedra, a manera de muro de contención, para salvar las diferencias topográficas de la ladera (fig. 16), y tramos empedrados (*calçada*) (fig. 17). Es notario que alguna parte con obra de piedra tiene una consolidación con material cementante industrial; aunque existen

otras en extremo preocupantes, donde se ha perdido la argamasa original y las piedras parecieran estar superpuestas; es en éstas donde se concentran los problemas de destrucción por el derrumbamiento de los muros de contención. De su antigüedad y del periodo en uso, se carece de datos y/o de estudios. En la actualidad, el único servicio que sobrevive está en relación con el acceso a la *Horta da Martulheira*, al que se le anexó el servicio de captación y conducción de agua potable.

Esta vía presenta diversos problemas críticos de conservación que ponen en cuestión su preservación, pues algunos tramos presentan un estado avanzado de destrucción y otros lo estarán a mediano y a largo plazo. Los problemas están concentrados en:

- a) Basura. Tal como pañales desechables (*fraldas*), plásticos diversos, ropa interior, excremento, papeles sanitarios y otros. El área con mayor cantidad de suciedad es la que está contigua a la explanada formada por el relleno, cuyas funciones son servir de estacionamiento de automóviles y de mercado mensual, instalado el primer jueves de cada mes.
- b) Tramos enyerbados. En partes donde el tránsito de personas es esporádico o tácitamente nulo, la hierba ha crecido (figs. 18 y 19), e, incluso, algunos de éstos el matorral que ha crecido los ha tornando intransitables (fig. 20).
- c) Tramos cubiertos por fragmentos de roca que han rodado de cotas más altas y que proceden del desmoronamiento de los afloramientos rocosos (fig. 21). Este problema se origina a efectos del intemperismo atmosférico sobre la roca de origen sedimentario que constituye la matriz geológica del cerro.
- d) Partes que están derruyendo, problema presente en aquellos tramos con obra de piedra a manera de muro de contención. Esto se observa, principalmente, en las cercanías de la casa del molinero, del *Moinho das Bruxas*, donde una parte significativa ya empezó a colapsar (figs. 22-24). Otro tramo en extremo crítico, destruido casi en su totalidad, es el que unía al *Barranco da Martulheira* con la *Azenha da Martulheira*; la única evidencia de su presencia es un trozo mínimo que aún está en pie (fig. 25). Debo insistir que este problema es de suma gravedad, pues los pasos que presentan este tipo de obra se ubican en lugares de gradiente fuerte, por lo que este hecho agudiza el proceso de destrucción.

3. ENGENHO DO CONVENTO

Este supuesto molino de marea (Guita 1999:7), en la actualidad desaparecido, estaría ubicado en la base del Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola (fig. 2, nº 1). Su acceso es por la vía que parte de la *Porta do Buraco* (figs. 3-12).

El registro de Guita especifica que consiste en:

Descrição – Restos de uma antiga estação hidráulica na Rib^a de Oeiras, entre Mértola e o Convento de S. Francisco. Permanecem visíveis um troço de parede

na sua zona de submersão, um troço de açude junto ao pilar da ponte rodoviária [sic] na E. N. 122, material das fundações do açude espalhado no leito sob e a montante da ponte e o traçado da levada, apesar dos materiais desta estarem ocultos sob aluvião e vegetação. Provavelmente foi um moinho, com o funcionamento condicionado e abastecido pela maré.

Historial – Não existe memória oral sobre a ruína. O único informante que deu pela sua existência tomou-a como moinho, sem nunca ter conhecido outros elementos para além dos que é possível reconhecer no terreno (Guita 1999:7) (subrayados míos).

En la cita están anotados cuatro elementos, que subrayé para enfatizar, identificados por el autor porque, en su descripción (*loc. cit.*), indican la presencia de una supuesta estructura hidráulica que funcionaba por el flujo y reflujo de las mareas (figs. 26 y 27). Sin embargo, no conseguí localizar estos indicadores en la prospección que realicé así como en varias visitas posteriores (fig. 28); lo que podría deberse a tres posibilidades.

La primera, se da a efectos de una factible destrucción inicial. De haber existido en realidad, es probable que hubiera sido destruido, en gran parte, cuando se construyó el Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola, a fines del siglo XIX. Este supuesto es deducible del croquis de Guita (1999:8), que reproduzco en una ilustración (fig. 26). En este plano, el *açude* y la *levada* del *Engenho do Convento* están dispuestos bajo el segundo arco de la orilla derecha de la *Ribeira de Oeiras* (en este diseño, a la izquierda del observador); esto es, entre el primer y segundo pilar (figs. 26 y 28). Esto implica que el puente traslapa con el molino. Si, como suele suceder, que los constructores destruyen, brutal e innecesariamente, el entorno de sus operaciones, es probable que esta estructura haya derruido ante un progreso impuesto a rajatabla. Un ejemplo equi-

valente, trágico e inaceptable, que muestra crudamente esta problemática, se observa en el *Moinho da Horta*, emplazado río arriba en la *Ribeira de Oeiras* y en las inmediaciones de *São João dos Caldeireiros* (fig. 1), que fue en gran parte destruido, para recalcar, brutal e innecesariamente, por los constructores del puente (fig. 29).

Una segunda, esta correlacionada con las riadas (*enchentes*) invernales. De aquella destrucción hipotética previa, los restos del molino que hubieren quedado en pie, aunque desarticulados, tales como los que Guita afirma que observó (*ibid.*), es factible que hubieran sido arrastradas por las crecidas invernales que, en años recientes, han sido particularmente frecuentes e intensas (fig. 30). Estos aluviones alcanzan una fuerza capaz demoler una estructura de esta clase, como se puede constatar con el *Moinho da Façôa*, que referiré adelante.

Una tercera posibilidad, está fincada en una afirmación de Guita. El autor indica que, «Não existe memória oral sobre esta ruína» (*op. cit.*, p. 7). Por tanto, resulta justificable que dudemos de la presencia de dicha construcción. Lo que obliga a analizar y valorar, al menos, cuatro cuestiones, que dejo planteadas:

- a) El por qué de la información que Guita registra, como supuestas evidencias del ingenio, tanto en el lecho del arroyo como en la orilla derecha de la *Ribeira de Oeiras* (*op. cit.*, p 7 y 8).
- b) El por qué de la ausencia de las mismas, que verifiqué en prospección.
- c) El por qué de la presencia de la *Via do Buraco*, y de su articulación con el paso de la *Ribeira de Oeiras*.
- d) La búsqueda de algún registro, en documentos históricos, que dé cuenta de su existencia y/o de su funcionamiento.

4. MOINHO DAS BRUXAS

Este molino de inmersión está situado en la orilla izquierda de la *Ribeira de Oeiras*, a las afueras de la villa de Mértola (fig. 2, nº 2). Al menos, hasta mediados del siglo XX se accedía a esta estructura molinera por la vía que partía de la *Porta de Beja*. En la actualidad y debido al crecimiento de la villa y de las obras urbanas que esto conllevó, se accede a partir de un sendero situado entre el estacionamiento y la calle que sube a la *Capela da Nossa Senhora das Neves*. Este sendero corre por la parte media del cerro donde está esta capilla y se bifurca en un conjunto de ramificaciones que comunican con las estaciones hidráulicas que describiré en lo que resta del artículo.

El *moinho das Bruxas* es observable desde miradores significativos de la villa, ya sea de lo alto de la muralla que delimita a la *Alcáçoba*; de la parte superior de la torre principal (*torre de menagem*) del castillo; así como del mirador de la salida de Mértola, a un costado de la carretera N 122, poco antes de cruzar el Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola. Paralelamente, desde el paraje donde está instalado este complejo molinero, se mira, destacado e imponente, el castillo.

El primer registro fue levantado por Guita, quien señala que esta estación hidráulica, consiste en:

Descrição – Um moinho de rodízio quase inalterado mas invadido por aluvião, um açude muito arrombado, com a particularidade de apresentar obra em argamassa de cal nas fundações, uma casa de apoio em avançado estado de ruína e os caminhos de pé posto que serviam a estação, à vista de Mértola. No corpo do moinho há inscrições e o mesmo sucede em rochas próximas.

Historial – Encerrou durante a segunda década deste século (Guita, *op. cit.*, p. 9) (subrayados míos).

En la prospección que realicé, verifiqué los datos que aporta Guita, que son correctos. A esta información, agrego y profundizo en los concernientes al estado de deterioro que presenta. De acuerdo con mi registro:

- a) La vía de acceso o, como la registra Guita, el *caminho de pé posto*, es una bifurcación integrada al ramal que da acceso al conjunto molinero de Mértola en la *Ribeira de Oeiras* y a la *Horta da Martulheira*, el cual, a su vez, es una derivación local de la vía de la *Porta de Beja*. Ya indiqué los problemas críticos de destrucción que presenta este sendero. No está de más recordar que, en unas partes, el camino está recortado en la roca (figs. 15, 18, 19 y 20); en otras, para salvar las irregularidades topográficas de la pendiente, tiene obra de piedra a manera de muro de contención (figs. 16, 17, 22, 23 y 24); así mismo, en algunos más, está empedrado (*calçada*) (fig. 17).
- b) La casa del molinero o casa de apoyo (*casa de apoio*), presenta una problemática de deterioro compleja crítica. Uno, está en el olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*)⁸ que está creciendo en su interior (fig. 31 y 32); no obstante

que es pequeño y sus raíces todavía no dañan los muros, tiene tal tamaño que obstruye el paso por la puerta. Otro, de suma gravedad, está en el colapso de partes de los muros; sobre todo en el flanco Norte (fig. 31), que da a la ladera; así como en la esquina Noroeste (fig. 32); además de las piedras que comienzan a caer en la pared Este (fig. 31).

Por otro lado, en las partes media y superior de la jamba izquierda de la puerta, se presenta el problema de piedras faltantes (fig. 33); sin embargo, aquí esto es más crítico debido a que es un elemento arquitectónico sensible en términos estructurales; esta situación problemática podría haberse iniciado hace poco tiempo, pues las piedras caídas aún están dispuestas a la entrada (fig. 34). Otro problema, también grave y crítico, es la pérdida del enjarrado del paramento exterior y la erosión de la argamasa cementante que da cohesión a las piedras del muro; esto es particularmente preocupante en la zona de la jamba izquierda (fig. 35); la pérdida de estos materiales blandos provocará, en el mediano plazo, que los muros colapsen. Lo más grave, es la circunstancia de que estos problemas, en conjunción con los que se desencadenen en el proceso de destrucción, se están agudizando por la ausencia de techumbre, puesto que así la estructura en su totalidad está expuesta a los fenómenos de intemperismo atmosférico y de erosión.

c) El inmueble del *Moinho das Bruxas* presenta un conjunto de problemas estructurales de urgente atención para asegurar su preservación a largo plazo. Uno, en extremo crítico, es el desprendimiento de ladrillos de la bóveda (figs. 36-39), que ha dejado una oquedad que pone en alto riesgo la estabilidad y la conservación de la techumbre y de todo el molino. Debo insistir que esta situación es altamente preocupante porque el hueco es enorme, de más de 1 m de largo (figs. 40 y 41), e incide directamente sobre los elementos de cierre de la bóveda. Esta situación se complica por la pérdida de varias piedras del revestimiento exterior del domo (fig. 42), que funcionan como una especie de coraza que al molino le proporciona una capacidad suficiente para resistir la fuerza del empuje de las riadas (*enchentes*) invernales (fig. 43). Así mismo, otro problema que afecta críticamente la estabilidad y la preservación de la estructura, y que además potencia los factores de riesgo descritos, es una higuera (*Ficus carica*), aún pequeña, que crece sobre el molino (figs. 44 y 45). Son de notar el conjunto de raíces, factiblemente de esta higuera, que forman una maraña, en el interior del molino (figs. 38 y 46).

d) De la represa (*açude*) del *Moinho das Bruxas*, así definido por Guita (1999:9), más bien parece ser lo que se preserva de un canal (*levada*) de alimentación de agua para el servicio del molino. Respecto de mis observaciones, lo que se ha sostenido en pie es el muro izquierdo del caño; en tanto que el muro derecho fue derruido y acarreado por las riadas. Los correlatos de esta rectificación, que sugiero, están fundamentados en: 1) los vestigios de la pared derecha aún se preservan en la parte donde el canal entronca con el cubo del molino, que es

donde está la entrada de agua (figs. 47 y 48); 2) el lecho del canal está claramente tallado en la roca (fig. 47); 3) no existe evidencia de algún dique (*barragem* o *açude*) que, en caso de corresponder a lo que Guita señala, debería cruzar el arroyo para represar el fluido e inducir la corriente bajo el molino; 4) tampoco se observan huellas, a manera *índex*, de algún muro adosado al molino, que indicasen la presencia desaparecida de una estructura que pudieramos suponer como de una probable represa. Por otra parte, respecto del estado de deterioro del muro izquierdo del canal, que no ha colapsado, presenta un proceso inicial de caída de piedras que es ineludible atender, antes de que alcance un estado crítico y urgente (fig. 48); sobre todo, teniendo en cuenta el esfuerzo a que está sometido durante las crecidas invernales (fig. 49).

e) El entorno de este molino corresponde a un nicho ecológico de rivera. El cauce está ocupado, principalmente, por una población de tamariz (*Tamarix sp.*)⁹ (fig. 50), una especie ripícola de la flora autóctona mediterránea, que en principio no parece afectar la estructura del molino. Así mismo, comparte este ámbito la venenosísima adelfa (*Nerium oleander*; *loendro*, en portugués), de la que un ejemplar crece sobre el muro izquierdo del canal del *Moinho das Bruxas* (fig. 51); es probable que éste cause afectaciones futuras en su estructura. Exceptuando esta planta y la higuera (figs. 38, 44-46) que referí, la flora local no parece afectar la conservación del molino.

En suma, el estado de conservación de esta estructura hidráulica es excepcional y las labores de restauración que requiere aún son mínimas, pero no inexcusables, para asegurar su preservación a largo plazo. Debo subrayar que, de las

cuatro estaciones de molienda reseñadas en este artículo, es la que presenta las mejores condiciones de conservación. En el ámbito del patrimonio, este molino y el conjunto de estructuras de apoyo, que incluye el canal de alimentación (*levada*), la casa del molinero y la red viaria, son evidencia de una labor sistemática ligada a los ciclos agrícolas, de profunda perseverancia histórica; del mismo modo, son testimonio material de una tecnología dos veces milenaria que mantuvo su vigencia y actualidad hasta principios del siglo XX y que fue un medio fundamental donde se procesó la riqueza cerealista regional. Así mismo, las creencias populares de una época están grabadas en las piedras de esta estructura productiva (fig. 52). Por si esto resultara insuficiente, el *moinho das Bruxas* forma parte integral de la riqueza paisajística del entorno de la villa de Mértola (fig. 53), el cual es perfectamente visible desde los puntos más relevantes de esta población, como son la Torre Principal (*Torre de Menagem*) y la muralla que delimita el Alcázar (*alcáçova*). Si, antes de ser restaurado, tuviera una suerte equivalente al *engenho do Convento* o al *moinho da Façôa*, su destrucción representaría una pérdida mayúscula en los ámbitos histórico, cultural, paisajístico, patrimonial.

Por el conjunto de cualidades que posee, este molino bien podría transformarse en un museo de sitio o, al menos, en un centro de interpretación¹⁰, que Mértola, en su calidad de *vila-museo*, bien podría sumar a su repertorio. Este lugar resulta ideal para mostrar la relevancia regional del ciclo del pan y de la labor molinera.

5. MOINHO DA FAÇÔA

Los restos de este molino, totalmente destruido, están esparcidos en la orilla izquierda de la *Ribeira de Oeiras*, en el área de la *Cañada da Martulheira* (fig. 2, nº 3). Su acceso es por la vía de la *Porta de Beja* y, a seguir, por una bifurca-

ción, cuyo ramal pasa por el paraje donde está situado y continúa hasta la siguiente estructura situada río arriba.

El registro de Guita especifica que consiste en:

Descrição – Um antigo moinho de submerção na margem esquerda, completamente arrasado. A água que o quebrou em bocados não os pôde arrastar a todos de tão grandes que são e nalguns reconhecese ainda o lançamento da abóbada. A vinte e cinco metros, encavalitada sobre um barranquito, estava a casa do moleiro, quadrado minúsculo de 9 metros de área já sem uma parede mas com vestígios das outras três.

Para além disto apenas os caminhos e os restos destruídos ou in situ do açude que, neste caso, era uma obra complexa, provavelmente com mais do que um período de construção.

Historial. Como sufrio desde o início do século a concorrência das moagens motorizadas de Mértola, apenas a meio quilómetro, fechou precocemente, por volta de 1930. Um dos locais onde as mulheres de Mértola lavavam a roupa nesse tempo fica apenas a algumas dezenas de metros: a fonte do barranco da Martulheira (Guita, op. cit., p. 10) (subrayados míos).

En la prospección verifiqué los datos aportados por Guita. Únicamente, me resultó imposible localizar la represa (*açude*), puesto que en esta parte del arroyo, el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) forma un denso matorral que limita la visibilidad e, incluso, impide el paso (fig. 54). Por lo demás, a la información de Guita, agrego y/o profundizo en los referentes al estado de deterioro que presenta este complejo molinero. De acuerdo con mi registro, esta estación hidráulica es la que presenta un proceso de destrucción más crítico y preocupante, que se observa en:

- a) El sendero (*caminho de pé posto*), que es un ramal de la vía que parte de la *Porta de Beja* al complejo molinero de Mértola en la *Ribeira de Oeiras*, en esta bifurcación concluye en la casa del molinero del *Moinho da Façôa*; pero que reinicia en el contiguo *barranco da Marthuleira*, para dar servicio de paso a la siguiente estructura hidráulica, río arriba, que es la *azenha da Martulheira*. Al inicio de este escrito, indiqué los problemas críticos generales de destrucción de la vía.
- b) La casa del molinero o casa apoyo (*casa do moleiro*) presenta una problemática de deterioro avanzada, compleja y crítica, al grado que su destrucción es generalizada, quedando en pie únicamente los cimientos y una parte mínima de los muros (fig. 55). Es de notar que el estado destrucción borró cualquier evidencia de la ubicación de la puerta. Otro problema es el deterioro que causa el olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*), que crece en su interior (fig. 55). Con todo, lo más lamentable es la falta de medidas de conservación que han dado por resultado que todos los muros de esta construcción hayan colapsado y lo que aún se preserva está en proceso de derrumbe (fig. 56). Este problema se

aceleró, a causa del reblandecimiento y/o de la pérdida de materiales cementantes y a efectos de los aguaceros del invierno de 2009-2010, que resultó una estación prolongada de lluvias constantes e intensas. En una visita que realicé al final de esta temporada, observé esta circunstancia en extremo preocupante y era marcadamente notorio que se estaba recrudesciendo en el muro Norte, que aún está en pie, pero que un conjunto de piedras, que en un registro anterior formaban parte de éste (fig. 56), en el ínterin, habían colapsado (fig. 57). La caída de estas piedras es a efectos del proceso avanzado de destrucción de esta pared; las cuales están dispuestas, junto con otras desprendidas con anterioridad, al pie del muro y sobre el cauce de un riachuelo de temporal (figs. 58 y 59).

- c) El *Moinho da Façôa* fue destruido por una crecida (*enchente*) que partió la estructura; los fragmentos enormes yacen en el lecho del arroyo (figs. 60 y 61). A pesar de todo, es preciso aplicar medidas de conservación a cada una de estas fracciones del molino, porque incluso el estado de destrucción que muestran, es evidencia de la magnitud que puede alcanzar la fuerza del torrente durante los aluviones.
- d) De la represa (*açude*), registrada por Guita (1999:10), me resultó imposible verificar su existencia, puesto que en esa parte del río, el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) forma una maraña densa que limita la observación y que, en las partes más cerradas, impide el paso (figs. 54, 60-62). Eso, bajo la hipótesis de que no haya sido arrasado por alguna riada y de que aún exista alguna evidencia, oculta entre la maleza.

6. BARRANCO DA MARTULHEIRA

Este lugar (fig. 2, nº 4) se ubica a unos metros, río arriba, del *Moinho da Façôa* y en la desembocadura del *Barranco da Martulheira*, en la orilla izquierda de la *Ribeira de Oeiras* (fig. 54). Guita (1999:10) lo registra como uno de los parajes donde las mujeres de la villa de Mértola solían lavar la ropa (fig. 62). El lugar presenta un acondicionamiento elemental, efectuado con materiales perecederos. Además, resultan sugerentes unas piedras donde se puede suponer que lavaban (fig. 63). Por otra parte, es de notar que, a pesar de la cercanía con el *Moinho da Façôa*, su acceso puede darse mediante otro ramal del sendero que parte de Mértola por la *Porta de Beja*, que permite bajar directamente a este paraje o subir a partir de éste (figs. 18 y 19). Las labores de conservación que requiere esta parte del camino estarían encaminadas a limpiar los fragmentos de piedra que han rodado desde cotas más altas, así como efectuar el desyerbado.

7. AZENHA DA MARTULHEIRA

Guita (*op. cit.*, p. 11) lo define como un *moinho de telhado*, pero la forma arquitectónica no corresponde a este tipo de estructura. En el entorno de Mértola, tanto en el Río Guadiana como en la *Ribeira de Oeiras*, los molinos son edificaciones sumergibles, de gruesas paredes y techumbre abovedada, construidas de canto (*pedra*) y ladrillo (*tijolo*) cementados con argamasa de cal; la rueda es horizontal y de instalación permanente en un compartimiento especial (*cabouco do rodízio*), situado bajo el edificio, por donde el agua es canalizada. Por el contrario, la fábrica de la estructura hidráulica de la *Martulheira*, muestra una casa cuadrangular, de paredes delgadas, construidas a base de piedra unida con argamasa de arcilla; la techumbre es temporal; el mecanismo de este ingenio tiene una rueda vertical, desmontable, instalada al exterior del edificio, sobre un canal (*levada*). Por tanto, a reserva de los datos etnográfico e histórico, la forma de la estructura corresponde a dos posibilidades. O a una aceña (*azenha*), porque en morfología y funcionalidad es análoga a las *Azenhas de Mértola*. O bien, como sugirió el profesor Claudio Torres, se trata de un batán (*pição*). Dos datos clave me permitieron optar por una aceña (*azenha*); en primer lugar, el conjunto de muelas apiladas y otra semicaída, dispuestas en el interior de este ingenio hidráulico; en segundo, que no se observa cualquier otro elemento que diera alguna posibilidad para sugerir lo contrario.

Esta estructura hidráulica está dispuesta en la orilla izquierda de la *Ribeira de Oeiras*, en un paraje a unos metros, río arriba, del *Barranco da Martulheira* (fig. 2, nº 5). Su acceso es por la vía que parte de la *Porta de Beja* y, luego de varias bifurcaciones, llega a dicho barranco. A seguir, el último tramo del camino estaba construido con roca a manera de muro de contención, que sigue la topografía de la ladera de la cañada, para concluir al pie del ingenio hidráulico. Al pre-

sente, está casi destruido en su totalidad, restando un fragmento mínimo (fig. 25), que no permite formarse una idea del servicio que prestaría, y que, de diversas perspectivas, resulta difícil de interpretar.

Es por esta razón que Guita no lo incluye en su descripción.

El registro de Guita especifica que:

Descrição – Um moinho de telhado sem o dito e com a sua metade de água arrombada, tal como o troço final da levada e o açude. No interior ainda é possível ver uma mó dormente, a porta e alguns nichos onde os moleiros arrumavam equipamento menor, como o que usavam para picar as mós. Numa cota três metros acima estava instalada a casa de apoio, um rectângulo de 12 m² alca-dorado na encosta e com muito pouco espaço horizontal disponível. Pormenor de assinalar porque é o único caso dentro do Parque [Natural do Vale do Guadiana] a água que se escoava deste moinho entraba directamente na levada que conduzia ao Moinho da Fação, a pesar deste ter também um açude proprio.

Historial. Foi abandonado por volta de 1930, como quase todos estes moinhos próximos a Mértola (Guita, *op. cit.*, p. 11) (subrayados míos).

En la prospección que realicé, verifiqué los datos que aporta Guita. Al respecto, por una parte, me resultó imposible localizar la represa (*açude*), puesto que, en esa parte del río, el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) forma un matorral denso que impide el paso y limita la visibilidad (fig. 64). Por otra, añadido el registro de las evidencias acerca del camino de acceso a esta estación hidráulica. Asimismo, agregó y profundizó en los referentes al estado de deterioro de este complejo molinero. De acuerdo con mi registro, esta estación hidráulica es afectada por un proceso de destrucción crítico y preocupante, que se observa en:

a) La vía de acceso, casi totalmente destruida, era un tramo construido entre esta aceña y el *Barranco da Martulheira*, realizado por medio de una obra de piedra que seguía la topografía de la ladera y facilitaba la circulación de gentes y animales de carga. Este camino, proporcionaba un corredor situado a poco más de 1 m., sobre el nivel promedio de las riadas (fig. 25), eliminando así el paso por el cauce del arroyo, que sin esta obra era inevitable, como ahora acontece cuando se visita el paraje en temporada de lluvias. En la temporada de molienda, el arroyo transporta tal caudal de agua cuya fuerza dificultaría la marcha de las personas, complicaría el avance de los animales cargados y podría mojar los cereales transportados a molienda así como la harina que venía de regreso. En la actualidad, se conserva únicamente una sección mínima, aislada y, en gran medida, descontextualizada (fig. 25). Cuando el complejo de molinos devino obsoleto y cerró entre las décadas de 1920-1930 (Guita, *op. cit.*, p. 9-11), esta obra viaria colapsó al no contar con labores de mantenimiento y a afectos de las riadas. Así, al observar la evidencia ínfima que aún está en pie, resulta difícil interpretar qué representa. Cabe mencionar que los restos materiales de esta vía y/o la inferencia de su existencia, no están referidos en el registro de Guita. Agregó que resultó difícil llegar a conclusiones que me permitieran sugerir la hipótesis que propongo respecto de su morfología y su funcionalidad. En consecuencia, es en extremo urgente y crítica la consolidación y la conservación del último vestigio de este camino.

b) Casa del molinero o casa de apoyo (*casa de apoio*), está construida, como indica Guita (*op. cit.*, p. 11), en una cota situada a 3 m arriba de la aceña (fig. 64). Los problemas de conservación que observé en esta construcción están referidos a que, por una parte, los muros muestran un proceso inicial de derrumbamiento y, por otra, que en su interior crece una higuera (*Ficus carica*) (fig. 65), cuyas raíces pueden dañar, eventualmente, los muros y afectar su estabilidad. También crecen varios arbustos espinosos (fig. 66).

c) La *azenha da Martulheira*. Ya indique que esta estructura molinera fue interpretada por Guita (*loc. cit.*, p. 11) como el *Moinho da Martulheira*. Cabe recalcar que no es un molino de tejado (*moinho de telhado*), como afirmara (*loc. cit.*); tampoco corresponde a un batán (*pisão*), que fue una posibilidad sugerida por el profesor Claudio Torres; sino, más bien, una aceña (*azenha*), puesto que tanto su morfología como su funcionalidad, son análogas a las *Azenhas de Mértola*. Es decir, consiste en una construcción de forma cúbica y techumbre temporal, donde, en la pared anexa al canal (*levada*), ahora colapsada, era instalada una rueda vertical, que la corriente hacía girar. El conjunto de muelas apiladas en el interior del edificio es lo que permite definirlo como aceña.

La problemática de conservación de la *azenha da Martulheira* es compleja. Lo más crítico es la caída de muros (fig. 67). Así, el muro sur, que daba el arroyo, donde eran montados la rueda y el eje que hacían funcionar el mecanismo de molienda, ha colapsado por completo. De los tres restantes, el muro del Este, donde está la puerta

de acceso, muestra un proceso avanzado de derrumbamiento (fig. 68); sólo los muros que dan a la ladera se mantienen bastante conservados; sin embargo, es preocupante el problema de inestabilidad que causó el derrumbamiento del muro sur, en los muros contiguos del Este y del Oeste. El muro Oeste, aún en pie, tiene el problema de la falta de apoyo que le proporcionaba el muro Sur, ahora caído; por lo que quedó en una situación de inestabilidad estructural (figs. 69 y 70). Cabe recalcar que, debido este problema (fig. 71), precisa de ser consolidado para asegurar su conservación, pues, existe el peligro latente de quedar destruido a efectos de una riada mayor y/o por el remblandecimiento de los materiales durante las temporadas de lluvia invernal. Del mismo modo, debo insistir en el hecho de que los muros aún en pie presentan un problema crítico de erosión de los materiales blandos que sirven de cementante (figs. 67-71), lo que incrementa el riesgo de colapso.

De modo equivalente a las otras estaciones hidráulicas que describí, en ésta también se observa la presencia de un olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*; en portugués, *zambujeiro*; en español, *acebuche*) (figs. 67 y 69). Es probable que las raíces causen daños estructurales en las paredes que aún están en pie.

Un elemento fundamental de esta estación hidráulica, que Guita (*loc. cit.*) registra, es *uma mó dormente*. Debo agregar que las existencias remiten a un número mayor de muelas (fig. 72). El riesgo que corre este patrimonio está en relación a las historias de saqueo, recurrentes, que he escuchado en múltiples conversaciones y foros.

- d) El canal de alimentación (*levada*) se encuentra, en gran medida, en pie (figs. 73-77). Con todo, precisa de ser consolidado para asegurar su conservación a largo plazo.
- e) La represa (*açude*), registrada por Guita (*loc. cit.*) resultó imposible localizarla. Es probable que se deba, o a que esta zona está poblada por un matorral denso del arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) (figs. 64, 69 y 75) que limita e, incluso, en ciertas épocas del año, impide el paso y la visibilidad; o, también, a que las riadas hayan derruido lo que restara.

8. A MODO DE NO-CONCLUSIÓN

Este escrito trata del existente estado de destrucción, de eminente gravedad, del complejo molinero de Mértola en la *Ribeira de Oeiras*, fue elaborado con base en datos procedentes de mi registro preliminar, escrito y fotográfico. Falta el levantamiento de la información topográfica así como de las plantas, los alzados y los cortes necesarios, de los diferentes edificios.

A futuro, queda la discusión acerca de qué medidas de conservación resultan más pertinentes y aplicables a cada uno de los problemas registrados y de otros que, con certeza, se desarrollarán. Esta valoración deberá realizarse, necesariamente, en colaboración con algún especialista en restauración de molinos y/o de estructuras arquitectónicas análogas; además, es deseable la participación de una persona local que

posea los conocimientos técnicos imprescindibles y la experiencia práctica correspondiente.

El objetivo es lograr la conservación y la salvaguarda, a largo plazo, de este patrimonio histórico, herencia del pasado de Mértola, porque es una significativa e inestimable evidencia material de espacios de trabajo que se mantuvieron en labor, año tras año, durante más de dos milenios. Pero, a seguir de la clausura de este sistema productivo sustentable y del abandono de las estaciones hidráulicas, ahora sufren las consecuencias del proceso de destrucción y ya integran un paisaje de asolamiento.

Y es desde esta perspectiva de destrucción del patrimonio molinero que, sugiero, emprendamos una digresión final, para un brevísimo análisis, que siente precedente, acerca de las implicaciones al respecto del estado de deterioro de las estructuras hidráulicas que aún se mantienen en pie. Propongo un tren de razonamiento lógico que nos permita establecer un juicio valorativo. Partamos de un hecho fundamental; los molinos de sumersión son estructuras diseñadas y construidas, en principio, para resistir los efectos de las crecidas invernales y, al tener la manutención imprescindible, para persistir de ciclo en ciclo agrícola y de generación en generación. Y éste puede ser el hilo conductor de la historia de una tecnología sustentable que, según se afirma, tiene en la cuenca del Guadiana una continuidad de dos mil años (Guita 1998:3).

Por lo tanto, me pregunto, si estas estructuras tienen tal capacidad de permanencia en los parajes donde fueron instalados, ¿por qué, de pronto, una riada arrasa alguno?

Es de prever que, para que un molino sea despedazado por una crecida, se requiere necesariamente de ciertas condiciones críticas, que antecedan a ese momento dado. Así que, demos el paso siguiente, coyuntural, que nos lleve más allá de aquellos dos milenios de existencia. La clausura de la actividad molinera en la primera mitad del siglo XX, coloca, para decirlo con una

metáfora contrapuesta, la primera piedra de la destrucción. Es, ésta, una ruptura histórica con el pasado porque, en poco más de medio siglo, una infraestructura productiva, todavía funcional, deviene en su totalidad en un conjunto de ruinas arqueológicas.

Al ser dejados al abandono, los inmuebles soportan los efectos del deterioro en un proceso progresivo que incide, más en unos, menos en otros, en conjunción con las características constructivas de cada uno; de su estado de conservación/deterioro al momento de su clausura funcional; y respecto de las incidencias climáticas. En las cuatro estaciones hidráulicas que describí está un compendio de problemas; entre los de mayor gravedad están, el colapso de una parte sustantiva, estructural, esencial, de la bóveda del *moinho das bruxas*; así como los grandes fragmentos a que quedó reducido el *moinho da Façõa*. Traigo a colación estos ejemplos porque están ligados entre sí.

La caída de elementos estructurales de la fábrica de este edificio con forma de domo, es de suma gravedad, porque es la apertura de un transcurso de destrucción que desembocará irremediamente en la pérdida. Con el antecedente del *moinho da Façõa*, difícil resulta no suponer que cuando las condiciones críticas estén dadas, su destrucción sólo será cuestión de tiempo... de espera.

Para finiquitar este paréntesis, insistiré en la urgencia de restaurar la bóveda caída del *moinho das bruxas*. Postergarlo o, en el peor de los escenarios, no llevarlo a cabo, es apostar por la destrucción irremisible del inmueble. Y ya se tendría que agregar, a la par del *moinho da Façõa*, un elemento más al paisaje de destrucción.

Reitero. Sólo será cuestión de tiempo de espera. Como en una cuenta regresiva, cuando las lluvias invernales provoquen un torrente de fuerza suficiente, se alcanzará el cero.

BIBLIOGRAFIA

- GUIA, Rui (1998), *Guadiana/Alqueva. Os moinhos do Guadiana*, EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (Guadiana/Alqueva – Património e Ambiente, 3), Beja.
- GUIA, Rui (1999), *Engenheiros hidráulicos tradicionais*, Ministério do Ambiente, Instituto de Conservação da Natureza, Parque Natural do Vale do Guadiana, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Mértola.
- LEWIS, C. S. (2003), *A experiência de ler* (título original, *an experiment in criticism*, 1961), Porto Editora (Elementos Sudoeste), Porto.
- MACIAS, Santiago (2005), *Mértola, O último porto do Mediterrâneo. Catálogo da exposição Mértola – história e património: séculos V-XIII*, volumes I-III, Campo Arqueológico de Mértola (CAM), Mértola.
- ORTEGA Esquina, Agustín (2007), *O modo de vida camponês na paisagem rural de Mértola (projecto etno-arqueológico e de arqueologia histórica de pós-doutoramento)* (manuscrito), com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), para o período 2008-2011.
- ORTEGA Esquina, Agustín (2008), *Modo de vida rural mediterrâneo de la comunidad aldeana de mértola (projecto etno-arqueológico y de arqueología histórica)* (manuscrito), projecto de investigación ampliado entregado al Campo Arqueológico de Mértola (CAM).
- ORTEGA Esquina, Agustín (2009), *Para un estudio sobre el modo de vida rural de la comunidad aldeana de Mértola*, 1º Encontro de Jovens Investigadores do CEAUCP-CAM, Universidade de Coimbra, Coimbra, comunicação apresentada a 23 de Janeiro de 2009.
- ORTEGA Esquina, Agustín (2010a), *«Cerro das Oliveiras», um assentamento rural da Mértola islâmica*, 2º Encontro de Jovens Investigadores do CEAUCP-CAM, Universidade de Porto, Porto, comunicação apresentada a 10 de Abril de 2010.
- ORTEGA Esquina, Agustín (2010b), *Informe sobre el estado de destrucción del complejo molinero de Mértola en la «Ribeira de Oeiras»*, relatório entregue ao Campo Arqueológico de Mértola (CEAUCP-CAM) e remitido à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).
- ORTEGA Esquina, Agustín (2011), *«Cerro das Oliveiras», proposta de escavação arqueológica multidisciplinar apresentada ao Campo Arqueológico de Mértola*, Relatório 2011 à FCT.
- ORTEGA Esquina, Agustín (2012), *Para un estudio sobre el modo de vida rural de la comunidad aldeana de Mértola, Arqueologia Medieval*, nº 12, pp. 293-303, Edições Afrontamento, Porto.
- PENA, António; GOMES, Luís; y CABRAL, José (1985), *Fauna e Flora de Mértola, uma perspectiva ecológica do concelho*, Campo Arqueológico de Mértola (Cadernos, 3), edição da Câmara Municipal de Mértola, Mértola.
- PENA, António (2002), *Natural guide*, Região de Turismo Planície Dourada, Beja.
- ROBERTS, Norman C., (1989), *Baja California Plant Field Guide*, Natural History Publishing Company, La Jolla, California, United States of America.
- SERENI, Emilio (1980), «La categoría de “Formación Económico-Social”», *El concepto de Formación Económico-Social*, Cesare LUPORINI y Emilio SERENI, 4ª edición (1ª edición, 1972), pp. 55-95, Siglo XXI Editores (Cuadernos de Pasado y Presente, 39).
- TORRES, Claudio y ALVES da Silva, Luís (1996), *Mértola Vila Museu*, 3ª edição, Campo Arqueológico de Mértola e Sociedade Agrícola da Brava, Corte Sines e Mértola.
- TORRES, Nadia; GUIA, Rui e alunos da Escola C+S de Mértola (1996), *Ervas e cheiros, espécies aromáticas e medicinais do Concelho de Mértola*, Escola C+S de Mértola – P.E.P.T. 2000, Mértola.
- TORRES, Claudio (1992), «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», *Arqueologia Medieval*, nº 1, pp. 189-202, Edições Afrontamento, Porto.

NOTAS

- 1 Este escrito fue incluido inicialmente en el informe (*relatorio*) anual de 2010 (Ortega 2010b), entregado al *Campo Arqueológico de Mértola* (CAM) y remitido a la *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT). Para el presente artículo, retomé el texto original e hice modificaciones sustanciales, reescribiendo diversas partes.
- 2 Mantendré la denominación de instituciones y lugares en su original, en portugués, y escrito con fuente *Times New Roman*, en Itálica.
- 3 La equivalencia terminológica la anotaré, entre paréntesis, en portugués, con fuente *Times New Roman*, en Itálica.
- 4 *Unidade de investigação do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e do Campo Arqueológico de Mértola*.
- 5 Medidas aproximadas, calculadas por pasos.
- 6 A los olivos silvestres, les llaman *oliveira brava* o *zambujeiro*, en portugués; *acebuche*, en español. Estos términos populares aún conservan equivalencias sonoras. Tienen un origen común en el vocablo árabe hispano, *azzabbú* (Real Academia Española, *Diccionario de la Lengua Española* [RAE, DLE, en las siguientes citas], 22ª ed., URL: http://buscon.rae.es/drae/SrvltConsulta?TIPO_BUS=3&LEMA=acebuche).
- 7 Sendero, de senda «1. f. Camino más estrecho que la vereda, abierto principalmente por el tránsito de peatones y del ganado menor», RAE, DLE, 22ª ed., URL: http://buscon.rae.es/drae/SrvltConsulta?TIPO_BUS=3&LEMA=sendero).
- 8 Cfr. nota 6.
- 9 Con esta descripción corrijo las afirmaciones que vertí en el informe (*relatorio*) (Ortega 2010b). Cuando redacté este documento, encontré que los tratados de flora local no la incluían (Torres y Guita 2000); o la mencionaban marginalmente (Pena, *et. al.*, 1985:74); e, incluso, que no había estudios de esta especie, como me informaron en el *Parque Natural do Vale do Guadiana*. Por otro lado, la información disponible en internet, apuntaba a un origen en regiones de Oriente, Medio Oriente y Norte de África. Dato cierto, aunque incompleto porque se debe agregar que también es nativa del Mediterráneo, como lo establece Pena (2002:42) y Roberts (1989:268). El problema se originó porque carecía de estas citas; y se complicó porque a las personas locales a quienes pregunté por este arbusto, lo desconocían. Popularmente se le da diversos nombres. En España la denominan *tamariz* y *taray*. La Real Academia Española, informa que *tamariz*, es un vocablo que dimana del latín, *tamarice* (RAE, DLE, 22ª ed., URL: http://buscon.rae.es/drae/SrvltConsulta?TIPO_BUS=3&LEMA=tamariz); así mismo, que *taray*, viene de *taraje* y, ésta, es palabra derivada de *tarahe*; que a su vez procede del árabe andaluz, *tarafa* y, este, del árabe clásico *tarfah* (*loc. cit.*). Por otro lado, en Portugal es conocida como *tamargueira*; en Baja California y Sonora, México, como *pino salado*; y en California y Arizona, Estados Unidos, como *salt cedar*. Roberts (*loc. cit.*) registra que en el desierto de Sonora, que incluye estados de México y Estados Unidos, este arbusto es una planta invasora que infesta el curso de los ríos y de los cañones, desplazando a la flora autóctona. Esta situación la observé durante una prospección arqueológica que realicé en 1989, en la Sierra San Pedro Mártir, Baja California.
- 10 Se puntualizó, al respecto de la interpretación, que es tautológica (Sereni 1980:91). Crítica significativa, porque interpretar es expresar, con otras palabras, lo mismo. Es, al menos en dos connotaciones, una, retórica, y, otra, fincada en la intolerancia, que la *interpretación* comparte características con el *tópico* y el *fundamentalismo*; a la par del primero, está anclada en el lugar común, en las pautas aceptadas, en los clichés trillados, en los esquemas establecidos, en la respuesta sabida de antemano, en el costumbrismo de toda la vida. Con el

segundo, se finca en la pretensión de poseer la versión correcta y, en consecuencia, en la cancelación de cualquier posibilidad de considerar, ya no digamos de tomar en cuenta, versiones y/o acciones fuera de la norma, de la fórmula, de la «verdad» (política, religiosa u otra), del rito, establecidos como lo socialmente correctos. Este último sentido, grave e inaceptable, establece un límite estático y condena cualquier oportunidad de rectificación y cambio.

Por otra parte, el concepto de *tautología* tiene dos significados, uno, con una connotación retórica; el otro, con una despectiva; y ambas insistiendo en la repetición. La primera, consiste en expresar de modos distintos, una misma idea. La segunda, en la inutilidad, en la falsedad, en lo vicioso, de decir nuevamente lo que ya se había dicho; esto es, estar machacando con la misma cantaleta. Una cuestión adicional de las tautologías está en que, en el curso de las repeticiones, la expresión de la idea inicial suele deformarse consecutivamente, por lo que resultan menos cabales y más inexactas que las expresiones originales; esto es como en el «teléfono descompuesto», un juego colectivo realizado por los psicólogos para mostrar como una idea comunicada de persona a persona va deformándose y que, después de unas cuantas repeticiones, la expresión final tiene poco o nada que ver con la concepción inicial.

A la categoría de *interpretación* se le puede aplicar la reflexión expresada para un análisis etimológico análogo, de donde la retomo por su pertinencia. Se precisó que «...mas essa palavra é, de muitos pontos de vista, inadequada» (Lewis 2003:62); asimismo, en la página siguiente plantea, ante este inconveniente, la disyuntiva de, o utilizar la palabra, o buscar alguna alternativa (*op. cit.*, p. 63). Así, quizá debiéramos buscar otro significante que expresara, sin los lastres señalados, la idea que subyace en los así llamados «centros de interpretación» (*sic*); expresión que, por falta de alternativa utilizaré, aunque con las acotaciones expuestas.

En esta nota, donde ya me extendí más de lo deseado, no tomo en cuenta trabajos básicos, como los de Hans-Georg Gadamer y Susan Sontag, que aportan puntos de vista críticos e imprescindibles para la discusión de «la interpretación». En esta oportunidad, lo relevante es exponer la duda y dejar planteado el cuestionamiento.



Figura 3 – Vía de la *Porta do Buraco*, tramos primero (*Estrada da Ribeira*) y segundo (primera rampa), ambos empedrados (*calçada*), tienen el mantenimiento necesario para su uso turístico (fotografía original en color).



Figura 4 – Vía de la *Porta do Buraco*, segundo y tercer tramos, correspondientes a dos rampas empedradas (*calçada*) (fotografía original en color).



Figura 5 – Vía de la *Porta do Buraco*, cuarto trecho, sendero recortado en la roca.

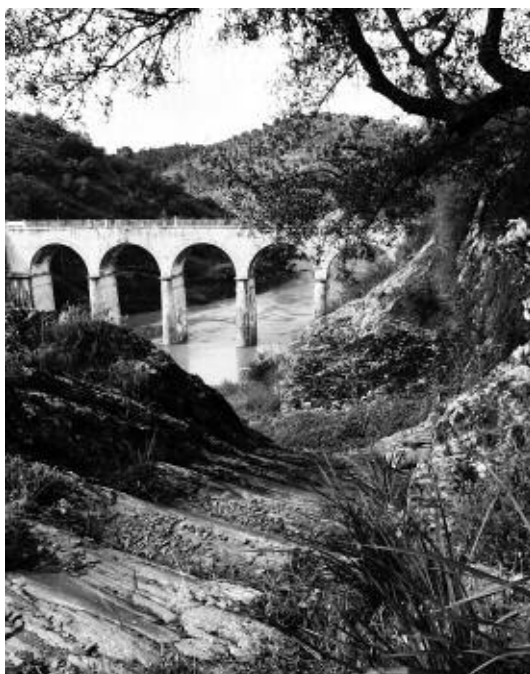


Figura 6 – Vía de la *Porta do Buraco*, quinto tramo, camino recortado en la roca, está entre un peñasco y bajo un olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*). Al fondo, la *Ribeira de Oeiras* y el Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola en la riada (*enchente*) del 22 de febrero de 2010.

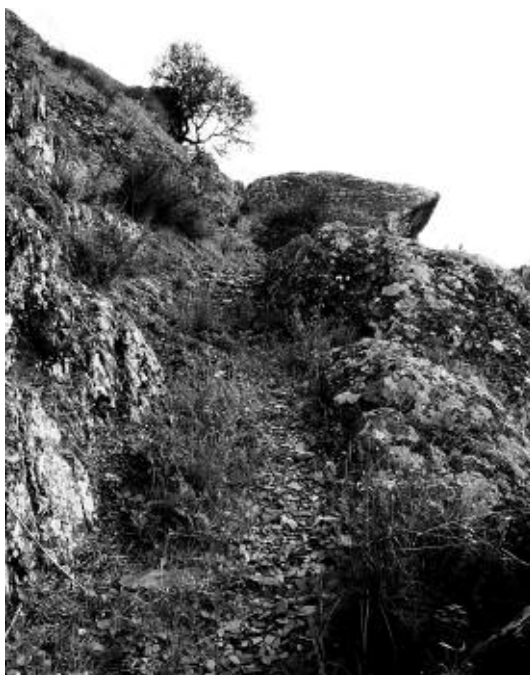


Figura 7 – Vía de la *Porta do Buraco*, sexto tramo, recortado en la roca. Está en mal estado de conservación, con hierba crecida a los lados y cubierto con fragmentos de roca.



Figura 8 – Vía de la *Porta do Buraco*, séptimo tramo, es una área semicompactada, cuya matriz está conformada por guijarros angulosos y tierra.



Figura 9 – Vía de la *Porta do Buraco*, séptimo tramo, la parte situada en cotas inferiores presenta hierba crecida.



Figura 10 – Vía de la *Porta do Buraco*, séptimo tramo, la parte inferior que enlaza con el octavo tramo está derruyendo ante los efectos erosivos de las riadas (*cheías*).



Figura 11 – Paso de la *Ribeira de Oeiras* en época de secas y a una hora de marea baja. El supuesto/desaparecido *Engenho do Convento* estaría en el segundo arco de la izquierda del Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola (fotografía del 4 de diciembre de 2008, original a color).



Figura 12 – Las persistentes e intensas lluvias del invierno 2009-2010 provocaron riadas frecuentes en la *Ribeira de Oeiras*. Compárese la altura del aluvión respecto de la fotografía previa (fotografía tomada el 22 de febrero de 2010).



Figura 13 – Vía de la *Porta do Buraco* en la orilla derecha de la *Ribeira de Oeiras*, correspondiente a la ladera del exconvento de San Francisco. Los tramos descritos en este artículo están indicados con línea punteada.



Figura 14 – Para efectos de comparación, se muestra la misma fotografía que la fig. 13, pero sin los elementos sobrepuestos.



Figura 15 – Vía de la *Porta de Beja*, ramal al complejo molinero de la *Ribeira de Oeiras* y a la *Horta da Martulheira*. Tramo recortado en la roca de la ladera.



Figura 16 – Vía de la *Porta de Beja*, ramal al complejo molinero de la *Ribeira de Oeiras* y a la *Horta da Martulheira*. Tramo construido con obra de piedra, a manera de muro de contención, para salvar las irregularidades topográficas de la ladera.



Figura 17 – Vía de la *Porta de Beja*, ramal al *Moinho das Bruxas*. Tramo con obra a manera de muro de contención, para salvar las diferencias topográficas de la gradiente del terreno, así como de empedrado (*calçada*). Al fondo, una vista del castillo de Mértola avala la riqueza paisajística, cultural e histórica de este legado arquitectónico-laboral.



Figura 18 – Vía de la *Porta de Beja*, ramal al *Barranco da Martulheira*, paraje donde Guita (*loc. cit.*) afirma que las mujeres de Mértola lavaban la ropa, así como a la *Azenha da Martulheira*. En este tramo, recortado en la roca, la yerba ha crecido y tiene fragmentos de roca disgregada.



Figura 19 – Otra vista del mismo tramo, en dirección a Mértola. Las labores de mantenimiento que requiere son limpieza de fragmentos de piedra y desyerbado.



Figura 20 – Tramo recortado en la roca, enyerbado e intransitable, de la vía de la *Porta de Beja* en su ramal al *Moinho das Bruxas*.



Figura 21 – Vía de la *Porta de Beja* en un tramo cubierto por fragmentos de roca. Al fondo, la casa del molinero del *Moinho das Bruxas*. Nótese la fuerte pendiente.



Figura 22 – Tramo de la vía de la *Porta de Beja* al *Moinho das Bruxas* donde se muestra el muro de contención que está derruyendo. Al fondo, la villa de Mértola.



Figura 23 – Otra vista del tramo anterior, donde se muestra que el muro de contención perdió la argamasa que fija las piedras, por lo que sólo parecieran estar superpuestas con el peligro de inestabilidad que eso crea. Asimismo, es notoria la parte que está a derruir.



Figura 24 – Tramo de la vía al *Moinho das Bruxas* frente a la casa del molinero. Aquí, el muro de contención, a efecto de las rocas que han derruido, muestra un enorme boquete. Un problema que incrementa este proceso de destrucción es el arbusto cuyas raíces remueven los elementos constructivos.



Figura 25 – La única evidencia de la vía entre la *Barranca da Martulheira* y la *Azenha da Martulheira* es esta sección mínima, aislada y descontextualizada. Este tramo estaba construido mediante una obra de piedra a manera de muro de contención, que en su mayor parte ha colapsado. En su momento, posibilitó la circulación de animales cargados, evitando los problemas ocasionados por riadas (*enchentes*), como la que se muestra en la imagen (fotografía tomada el 14 de enero de 2010).

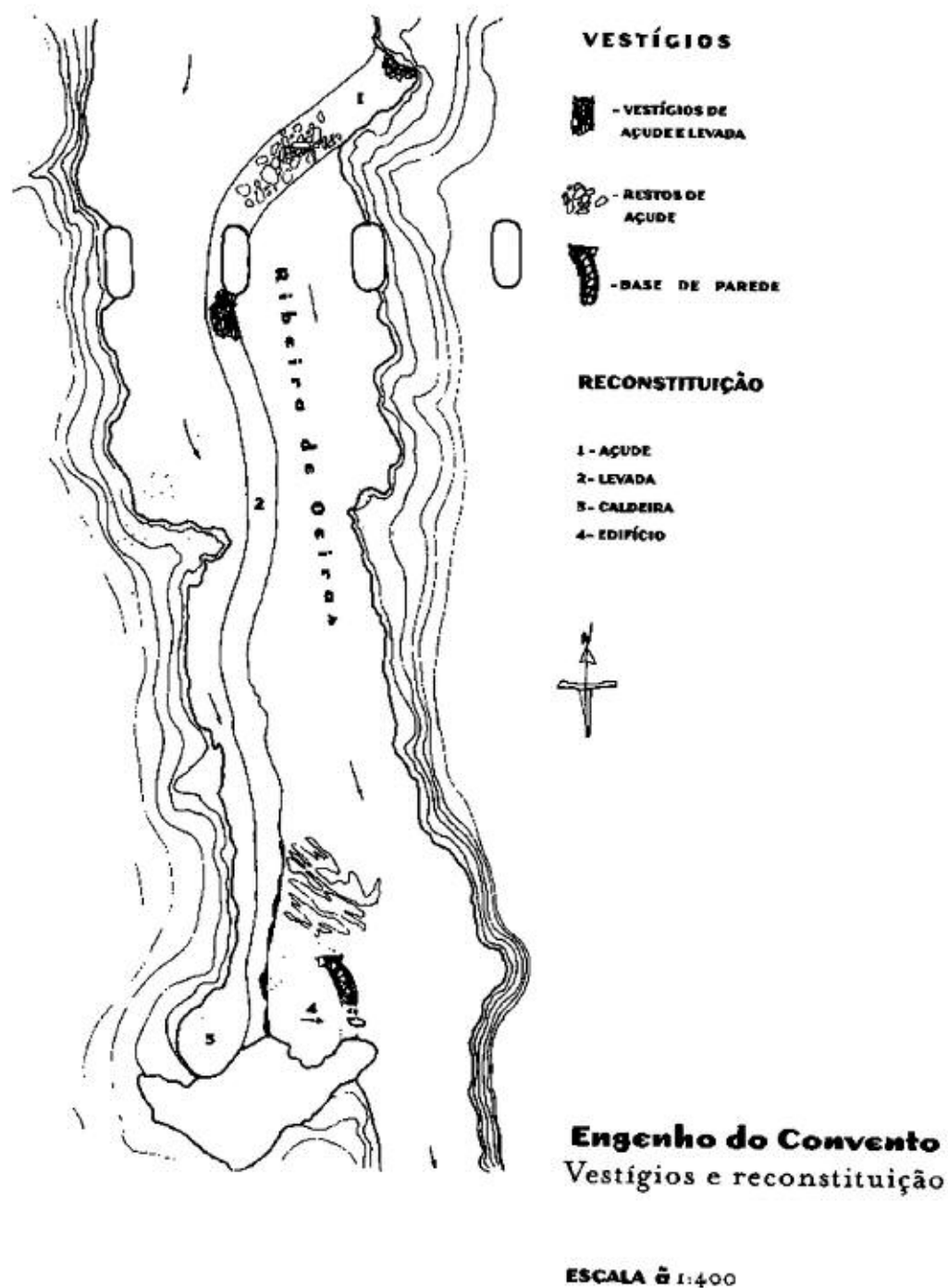


Figura 26 – Croquis de Guita (1999:8) sobre el desaparecido *Engenho do Convento*, situado en la *Ribeira de Oeiras*, actualmente bajo el puente de la carretera N 122. En la ilustración, este puente está indicado por cuatro óvalos alineados (los pilares) que sustentan 5 arcos. De acuerdo con el diseño, el *açudefe* y la *levada* del molino están dispuestos en el segundo arco de la izquierda (orilla derecha del arroyo); esto es, entre el primer y segundo pilar.



Figura 27 – Fotografía de Guita (1999: 7, original en color) donde muestra una: «Pared vestigial do Engenho do Convento. Maré baixa» (*loc. cit.*). En prospección, no logre localizar este supuesto elemento arquitectónico. No obstante, es probable que las riadas (*enchentes*) hayan derruido y acarreado lo que restaba.



Figura 28 – Paraje del supuesto/desaparecido *Engenho do Convento*. De acuerdo con el croquis de Guita (1999: 8), el *açude* y la *levada* del molino estarían dispuestos entre el primer y segundo pilar del Puente Viejo de Mértola (cfr., fig. 26). En la actualidad no restan evidencias; más, en caso de haber habido algo, tanto la construcción del puente como las riadas (*enchentes*) son causas factibles de su destrucción y desaparición.



Figura 29 – El *Moinho da Horta*, río arriba en la *Ribeira de Oeiras* y en las inmediaciones de São João dos Caldeireiros, fue en parte destruido, innecesariamente, cuando se construyó el puente (fotografía tomada el 15 de enero de 2010). De forma equivalente, esto pudo acontecer con el *Engenho do Convento* cuando se construyó el Puente Viejo (*Ponte Velha*) de Mértola.



Figura 30 – Una riada (*enchente*) invernal (fotografía tomada el 22 de febrero de 2010). Esta avenida alcanzó la cota de inundación recurrente, marcada en las laderas de la cañada por la parte superior del área sin sustrato ni vegetación, donde aflora la Roca Madre. Compárese la altura de esta cota en las figuras 11 y 12.



Figura 31 – La casa de apoio (*casa de apoio*) del *Moinho das Bruxas* presenta una problemática de deterioro compleja. En la toma se observan dos problemas críticos: el olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*; cfr. nota 7) que crece en su interior y el colapso de parte de la pared Norte, que da a la ladera; así mismo, en el muro Este se observa el hueco de las piedras que empezaron a caer.



Figura 32 – Toma desde un ángulo con vista a Mértola, donde se aprecian tanto el olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*) como la esquina Noroeste, que también está a derruir.



Figura 33 – Puerta de la casa de apoyo (*casa de apoio*) del *Moinho das Bruxas*, la jamba de la izquierda presenta dos áreas con piedras faltantes, situadas en las partes media y superior. También se observa el olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*) que crece en su interior obstruyendo el paso.



Figura 34 – Otra vista de la puerta de la casa de apoyo (*casa de apoio*), del *Moinho das Bruxas*, donde se distinguen las piedras que han colapsado de la jamba izquierda.



Figura 35 – La pérdida del enjarrado del paramento exterior y la erosión de la argamasa cementante que da cohesión a las piedras, es particularmente preocupante en el área inferior de la jamba izquierda de la casa de apoyo (*casa de apoio*), del *Moinho das Bruxas*.



Figura 36 – Vista del *Moinho das Bruxas* del lado que da al arroyo. En la parte superior de la bóveda se aprecia el hueco provocado por la caída de una sección de ladrillos (*tijolos*).



Figura 37 – Vista de la entrada al *Moinho das Bruxas*. Se aprecia el hueco en la bóveda provocado por la caída de una sección de ladrillos (*tijolos*).



Figura 38 – Interior del *Moinho das Bruxas*. Resalta, a modo de tragaluz, el hueco causado por la caída de una sección de la bóveda. También, en primer plano, una maraña de raíces, factiblemente de la higuera (*Ficus carica*) que crece sobre la estructura.



Figura 39 – Vista desde el interior de la bóveda del *Moinho das Bruxas*, donde se muestra un detalle de la obra de ensamblado de ladrillos (*tijolos*), que sostiene la techumbre; y las piezas caídas, que forman una oquedad. El deterioro estructural es de suma gravedad, porque pone en peligro la conservación del molino.



Figura 40 – Detalle de la parte exterior de la bóveda del *Moinho das Bruxas*, en la sección de los ladrillos (*tijolos*) caídos, con un metro plegable en primer plano.



Figura 41 – Detalle de la parte interior de la bóveda del *Moinho das Bruxas*, sección de ladrillos (*tijolos*) caídos, con un metro plegable.

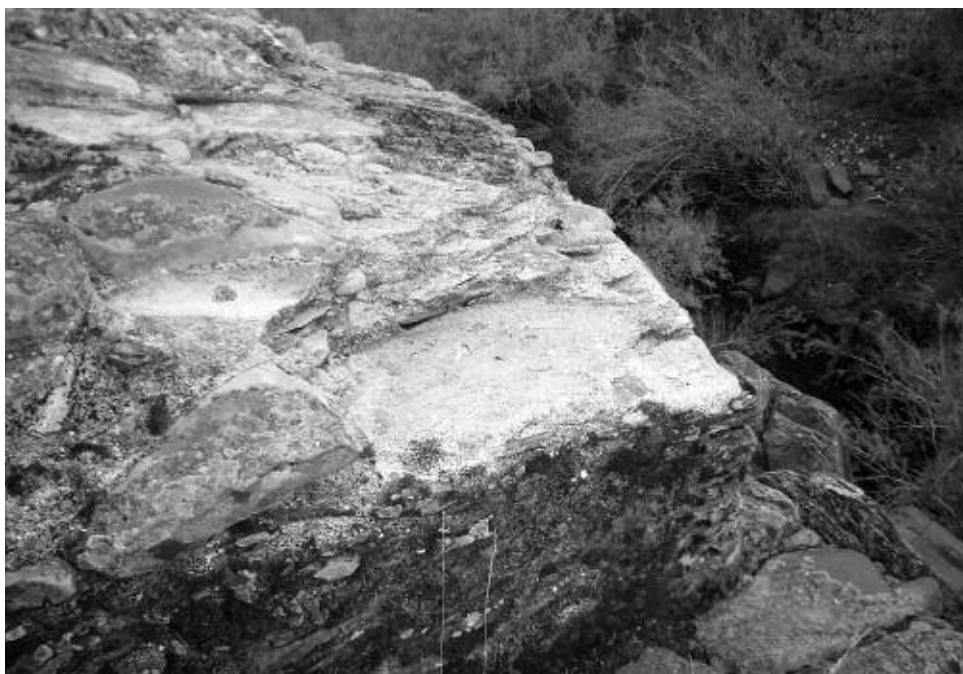


Figura 42 – La bóveda del *Moinho das Bruxas* presenta otros problemas de pérdida de piedras, como en la parte situada hacia el río, que soporta la fuerza de las riadas.



Figura 43 – El *Moinho das Bruxas* queda sumergido casi en su totalidad durante las riadas (*cheias*) invernales (fotografía tomada el 14 de enero de 2010). Compárese la altura del agua respecto de la fotografía siguiente (fig. 44).



Figura 44 – *Moinho das Bruxas* con la higuera (*Ficus carica*), de tamaño pequeño, que crece sobre la estructura.



Figura 45 – *Moinho das Bruxas* con la higuera (*Ficus carica*) que crece sobre la estructura, en una riada (fotografía tomada el 14 de enero de 2010).



Figura 46 – Maraña de raíces creciendo en el interior del *Moinho das Bruxas* (cfr. fig. 38). Es factible que estas raíces sean de la higuera (*Ficus carica*) que crece sobre la estructura (cfr. figs. 44 y 45).



Figura 47 – La supuesta represa (*açude*) (Guita 1999:9) del *Moinho das Bruxas*, más bien parece ser lo que se conserva de un canal (*levada*). Los correlatos de esta observación se basan en los vestigios de la pared derecha, preservados en el cubo del molino; y en el tallado de la roca para el lecho del caño.



Figura 48 – La pared izquierda del canal (*levada*) del *Moinho das Bruxas* presenta un proceso inicial de caída de piedras que es necesario atender, antes de que alcance un estado crítico y urgente. También se reconocen los restos de la pared derecha.



Figura 49 – La pared izquierda del canal (*levada*) del *Moinho das Bruxas* es un elemento estructural que soporta la fuerza de las avenidas invernales, de allí la necesidad tanto de restaurar las piedras caídas como de proporcionarle cualquier medida de restauración preventiva que requiera a futuro.



Figura 50 – El entorno del *Moinho das Bruxas* está dominado por el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) una especie ripícola de la flora autóctona mediterránea que, en principio, no parece afectar a esta estructura hidráulica (detalle de la fotografía).



Figura 51 – La venenosísima adelfa (*Nerium oleander*; en portugués, *loendro*), uno de cuyos ejemplares crece sobre el muro izquierdo del canal del *Moinho das Bruxas*, es otra especie nativa.



Figura 52 – Grabado en un sillar sobre el dintel de la entrada al *Moinho das bruxas*. Un conjunto de piedras evidencian las creencias populares de una época.



Figura 53 – El *Moinho das Bruxas* y su estructura de apoyo muestran un estado de conservación excepcional. Por su disposición, forman parte integral de la riqueza paisajística del entorno de la villa de Mértola, de donde son visibles desde los puntos más relevantes, como la Torre Principal (*Torre de Menagem*).



Figura 54 – El arbusto tamariz (*Tamarix* sp.) forma un matorral denso en el paraje donde está el Moinho da Fação (primer plano, al centro), la Barranca da Martulheira (al fondo, a la derecha) y la Azenha da Marthuleira (al fondo, a la izquierda), limitando e, incluso, impidiendo la localización de evidencias arqueológicas.



Figura 55 – Un olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*; en portugués, zambujeiro) crece en el interior de la casa del molinero del Moinho da Fação. El estado avanzado de destrucción de esta construcción resulta de suma gravedad.



Figura 56 – Una parte de la pared Norte de la casa del molinero del *Moinho da Fação*, que aún está en pie, presenta un proceso avanzado de derrumbamiento (fotografía del 19 de noviembre de 2008; original en color).



Figura 57 – Una parte de la pared Norte de la casa del molinero del *Moinho da Fação*, que en la fotografía anterior se mostraba en pie, ya colapsó. El efecto crítico de las lluvias del invierno de 2009-2010 se observa en el reblandecimiento y la remoción de los materiales cementantes, problema que acelera el proceso de derrumbe (fotografía del 2 de febrero de 2010).



Figura 58 – Otravista de las piedras desprendidas de la pared Norte de la casa del molinero del *Moinho da Fação*.



Figura 59 – Vista vertical de las piedras desprendidas de la pared Norte de la casa del molinero del *Moinho da Fação*. A efectos de la oxidación diferencial de la superficie de estas piedras, es posible registrar una especie de estratigrafía del proceso de caída.



Figura 60 – Grandes fragmentos desperdigados del *Moinho da Fação*, destruido por la fuerza de una crecida (cheia) (fotografía original en color).

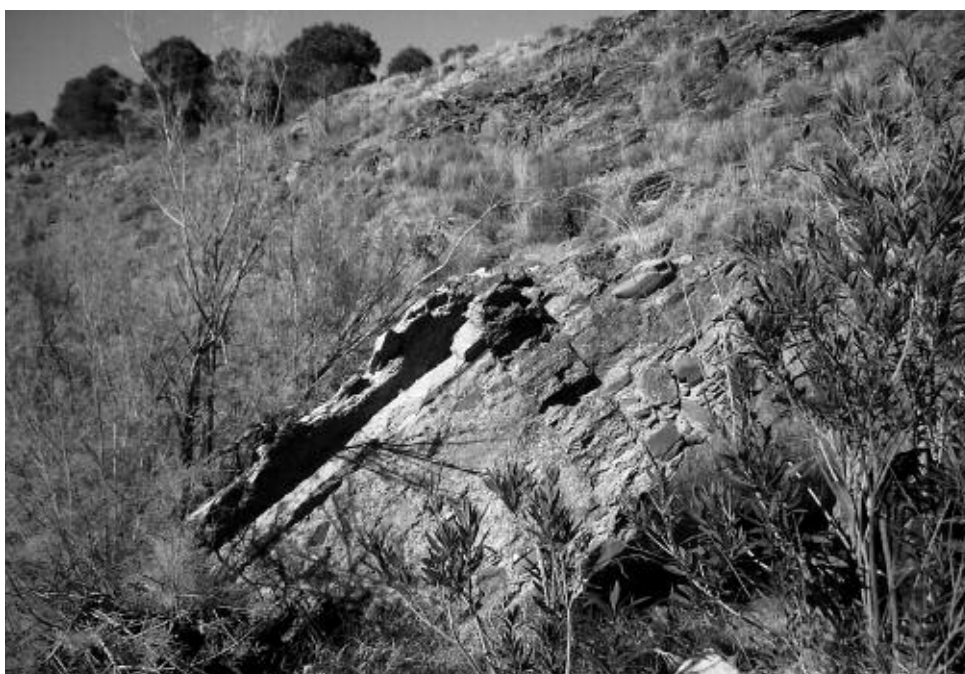


Figura 61 – Otro gran fragmento del *Moinho da Fação*, destruido por la fuerza de una riada. Además, en primer plano, a la derecha, varios ejemplares de la venenosísima *adelfa* (*Nerium oleander*; en portugués, *loendro*); así como, en tercer plano, a la izquierda, el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) (fotografía original en color).



Figura 62 – El *Barranco da Martulheira* es un paraje donde Guita (1999:10) afirma que, cerca de 1930, cuando cerró el *Moinho da Fação*, las mujeres de Mértola lavaban ropa. También se observa el matorral de tamariz (*Tamarix sp.*) (fotografía original en color).



Figura 63 – Se puede suponer, viablemente, que estas serían las piedras utilizadas para lavar ropa (fotografía original en color).



Figura 64 – La casa de apoyo de la *Azenha da Martulheira*, como Guita (*op. cit.*, p. 10) describe, está construida en una cota de 3 m. arriba de la aceña. En este paraje, en el lecho del arroyo, el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*) forma un matorral denso.



Figura 65 – La casa de apoyo de la *Azenha da Martulheira*, presenta dos problemas; por una parte, las paredes están a derruir; por otra, en su interior crecen arbustos espinosos y una higuera (*Ficus carica*).



Figura 66 – Otra vista de la casa de apoyo de la *Azenha da Marthuleira*, donde se aprecia las paredes que están a derruir y los arbustos espinosos.



Figura 67 – La fábrica de la *Azenha da Martulheira* conserva en pie las paredes Norte y Oeste, que dan a la ladera; por otra parte, la pared Este, donde está situada la puerta de acceso, está colapsando; y la pared Sur, que da al arroyo, donde era montaba la rueda y el eje que hacían funcionar el mecanismo molinero, ha caído totalmente. En su interior crece un olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*).



Figura 68 – La pared Este, donde está la puerta de acceso a la *Azenha da Martulheira*, muestra un proceso avanzado de derrumbamiento.



Figura 69 – La pared Oeste de la *Azenha da Martulheira* precisa de ser consolidada porque, al caer la pared Sur, que daba al arroyo, quedó en una situación de inestabilidad estructural. El riesgo de colapso se incrementa en inviernos lluviosos, por el reblandecimiento de materiales y por la fuerza de las riadas (*cheias*). También se observa un olivo silvestre (*Olea europaea* var. *sylvestris*) y tamariz (*tamarix* sp.).



Figura 70 – Vista de la pared Oeste desde el interior de la *Azenha da Martulheira*. Entre los problemas presentes de urgente atención, está la pérdida de materiales blandos que servían de cementante, puesto que incrementa el riesgo de derrumbe.



Figura 71 – Detalle de la pared Oeste de la *Azenha da Martulheira*, que se encuentra en una situación de inestabilidad estructural, ocasionada por el derrumbamiento de la pared Sur. Su consolidación es de urgencia crítica.



Figura 72 – En la *Azenha da Martulheira* yacen varias muelas apiladas, que corren el riesgo de ser saqueadas. Este elemento permitió definir a esta estructura como *azenha* y no como *pisão*.



Figura 73 – Lecho del canal de alimentación (*levada*), río arriba (*a montante*) de la *Azenha da Martulheira*. Al fondo, se observa la pared Oeste de ésta (original en color).



Figura 74 – Canal de alimentación (*levada*) de la *Azenha da Martulheira*. Vista vertical de la sección situada río arriba (*a montante*), respecto del edificio laboral. Fotografía tomada el 19 de noviembre de 2008 (original en color).



Figura 75 – El mismo tramo de la fotografía precedente, en una riada invernal. A la izquierda, se observa la pared Oeste de la *Azenha da Martulheira*; en la parte superior, el arbusto tamariz (*Tamarix sp.*). Fotografía tomada el 14 de enero de 2010.



Figura 76 – Otra vista, río arriba (*a montante*), del mismo tramo, de la pared norte del canal de alimentación (*levada*) de la *Azenha da Martulheira* (original en color).



Figura 77 – Vista del mismo tramo, de la pared sur del canal de alimentación (*levada*) de la *Azenha da Martulheira* (original en color).

A BIBLIOTECA DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA: UM PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO A DIVULGAR E A PROMOVER

ARMANDA SALGADO*

BRUNO ALMEIDA*

FILIPA MEDEIROS*

PAULA ROSA*

RESUMO

Analisa-se a Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola (BCAM), criada em 2007. Descrevem-se os principais eixos de atuação, sustentados no tratamento documental da sua coleção bibliográfica e na divulgação e promoção dos seus serviços e recursos. Estuda-se uma das suas coleções especiais, a Biblioteca José Mattoso. Reflete-se sobre o trabalho já efetuado. Indicam-se linhas futuras de atuação.

PALAVRAS-CHAVE

Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola; Bibliotecas especializadas; Bibliotecas patrimoniais; Tratamento documental; Marketing de Informação; Redes Sociais; Utilizadores; Responsabilidade social.

1. BIBLIOTECA DO CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA: BREVE APRESENTAÇÃO

A biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola (BCAM) é um serviço de informação especializado em história, arqueologia e património, que abriu ao público em 2007, aquando da inauguração do Centro de Estudos Islâmicos e do Mediterrâneo, sede do CAM, local onde se encontra instalada. Esta biblioteca constitui um dos gabinetes da instituição em que se integra, o Campo Arqueológico de Mértola (CAM) –

criado em 1978 pelo arqueólogo Cláudio Torres – que tem como missão o levantamento, estudo, salvaguarda e valorização do património histórico e arqueológico local.

A biblioteca do CAM resultou de uma acumulação sucessiva de espécies bibliográficas (cerca de trinta mil documentos), que reflete um percurso de quase trinta anos de existência da própria instituição e de uma diversificada e intensa atividade científica com organismos nacionais e internacionais afins, nomeadamente com estabelecimentos de ensino superior, museus, serviços de documentação e de informação e associações arqueológicas de referência.

Até 2007, ano que marca a abertura ao público da BCAM enquanto serviço de informação especializado, o seu acervo documental não sofreu qualquer tipo de tratamento bibliotecológico sistemático, contando-se apenas com um conjunto fragmentário de fichas bibliográficas manuais, que tinham como função descrever sinteticamente os documentos existentes – focando apenas aspetos inerentes à análise

* Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola.

externa dos mesmos (autor, título, editora e data de publicação) – bem como o livro de registo que visava inventariar toda a coleção.

Sobretudo devido ao facto do CAM pretender a sua integração num ciclo de mestrados e de doutoramentos, em colaboração com diversas universidades portuguesas e estrangeiras, o que ocorreu em 2008 com a constituição do mestrado «Portugal Islâmico e o Mediterrâneo» (parceria CAM e Universidade do Algarve), tornou-se inadiável a criação de uma unidade de informação especializada em Mértola, que funcionasse em torno de dois objetivos principais, que, no fundo, correspondem à sua missão: 1) reunir e difundir informação especializada em concreto sobre a presença islâmica na região peninsular e do Mediterrâneo numa perspetiva histórico-arqueológica; 2) fomentar projetos de investigação, em parceria com universidades e institutos científicos.

Neste sentido, a visão da BCAM passa, essencialmente, pelos seguintes focos de ação:

- Satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores reais e virtuais;
- Divulgar e promover serviços e recursos;
- Fomentar o diálogo com a comunidade local e a comunidade escolar;
- Integrar a Sociedade da Informação e do Conhecimento com proatividade e espírito crítico;
- Contribuir para o fomento da Literacia da Informação.

2. TRATAMENTO DOCUMENTAL: HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E ANÁLISE DOCUMENTAL ESPECIALIZADA

Após a constituição de uma equipa de trabalho com formação na área da biblioteconomia e documentação, iniciou-se o tratamento documental da vasta coleção, procedendo-se, primei-

ramente, às tarefas de reconhecimento, triagem, oxigenação e higienização das espécies bibliográficas. Tarefa árdua, principalmente quando o fundo documental em questão se revelava muito volumoso e de caráter bastante especializado, o que obrigou a equipa a desempenhar um minucioso trabalho a todos os níveis, em particular no que diz respeito à seleção, arrumação e inventariação das coleções prioritárias para o público-alvo, que para além da equipa interna do CAM, (investigadores, arqueólogos, técnicos de conservação preventiva, técnicos de museografia arqueológica, entre outros), se estende a estudantes universitários, a estudantes de cursos profissionais e a investigadores.

Seguiu-se a análise documental do acervo – ainda em desenvolvimento – baseada em normativas nacionais e internacionais de referência, que consistiu na descrição bibliográfica (IFLA, 2005; IFLA, 2008; SOTTOMAYOR, 2008); na indexação (NP 3715, 1989; BNP, 1998; SANTOS, 2007); na classificação (BNP, 2005; SIMÕES, 2008) dos documentos em catálogo informatizado; e, ainda, na constituição de um ficheiro de autoridades de autores (pessoas e coletividades) e de assuntos (nomes comuns e nomes geográficos), também informatizado (IFLA, 2011). Ainda no âmbito da análise documental do acervo, tem-se efetuado a revisão e normalização dos registos catalográficos e, ainda, a digitalização das capas e índices das monografias e publicações periódicas, tendo em conta as necessidades dos utilizadores. Por fim, a divulgação e promoção da coleção conseguida, fundamentalmente, pela disponibilização dos registos bibliográficos no catálogo bibliográfico em linha, alojado no portal do CAM em <http://bibliopac.camertola.pt:821/bibliopac.htm>, e ainda por uma sustentada estratégia de marketing e seus respetivos instrumentos informacionais e promocionais, que mais adiante se explorará.

As referidas operações permitem, por um lado, reduzir cada espécie bibliográfica aos seus elementos fundamentais, tendo em vista a sua recuperação no momento da pesquisa por parte dos utilizadores, que pretendem ver satisfeitas, de forma rápida e pertinente, as suas necessidades de informação (perspetiva do utilizador); e, por outro lado, criar instrumentos técnicos coerentes e unívocos no que respeita à descrição bibliográfica e à representação do conteúdo dos documentos (perspetiva do bibliotecário). Todos os documentos foram registados em livro de registo informatizado.

No sentido de normalizar as práticas de tratamento documental implementadas na BCAM e de harmonizar a gestão dos seus serviços e recursos, foi criado um manual de procedimentos ou de boas práticas, em permanente revisão e atualização.

Elaboraram-se igualmente orientações para os utilizadores (tutoriais), nomeadamente um guia de utilizador, um regulamento de utilização da BCAM e uma lista de publicações periódicas. Estes documentos visam otimizar o conhecimento deste serviço de documentação por parte do seu público-alvo, assim como potenciar a utilização dos serviços e recursos disponíveis.

A concretização das tarefas acima enunciadas permitiu um conhecimento muito profundo e exaustivo de toda a coleção bibliográfica do CAM, que, *grosso modo*, se reparte por dois grandes fundos documentais, a saber:

- Fundo geral: compreende uma vasta e diversificada coleção, com cerca de trinta mil documentos, em livre acesso, repartidos por diversos suportes e tipologias: monografias; periódicos; dissertações de mestrado e teses de doutoramento; trabalhos não publicados (relatórios de escavações, relatórios de estágio, provas de aptidão pedagógica, entre outros; material não-livro, tais como vídeos, CD-ROM e DVD. As principais áreas temáticas abrangidas são a história da civilização islâmica e do mediterrâneo; arqueologia medieval (islâmica e cristã); cerâmica islâmica; conservação preventiva e restauro; museologia; património e arte islâmica. Este fundo encontra-se em permanente atualização, quer pela política de aquisições em curso, quer pela oferta / permuta de publicações com instituições nacionais e estrangeiras.
- Fundo Especial: que compreende a Biblioteca Cláudio Torres (com cerca de sete mil documentos) e a Biblioteca José Mattoso (com cerca de quinze mil documentos), ambas doadas ao CAM. A primeira, parte dela herdeira do pai do seu possuidor, Flausino Torres, está a ser integrada progressivamente no fundo geral do CAM (com a devida identificação de proveniência), aguardando os meios necessários para uma investigação biblioteconómica de maior fôlego; a segunda, encontra-se de momento em fase de tratamento documental, como veremos mais adiante.

A incorporação destas duas coleções especiais no fundo geral da BCAM é um facto que se reveste da maior importância, pois para além de dotar esta biblioteca de um elevado valor patrimonial, faz com que ela incorpore documentos inéditos e, consequentemente, de referência no âmbito dos estudos medievais peninsulares, ora islâmicos, ora cristãos. Ao todo, a BCAM disponibiliza cerca de cinquenta mil documentos aos utilizadores.

A BCAM faculta os seguintes serviços, que visam acompanhar, de forma personalizada e especializada os seus utilizadores:

- Serviço de referência (presencial e virtual, este último com o serviço «O seu bibliotecário à distância de um clique» e ainda através do email da BCAM, biblioteca@camertola.pt);
- Serviço de leitura presencial;
- Serviço de atendimento personalizado;
- Serviço de reprodução de documentos;
- Serviço de empréstimo interno;
- Serviço de acesso a computadores e à Internet;
- Serviço de empréstimo inter-bibliotecas.

Em suma, depreende-se que o tratamento documental é uma etapa fundamental, sobretudo no que respeita ao conhecimento profundo e minucioso do acervo, potenciando a etapa seguinte, ou seja, a de divulgação e de promoção da coleção.

3. DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA COLEÇÃO DA BCAM

Após o trabalho de organização e tratamento documental, os anos de 2010/2012 têm sido fundamentais para a divulgação da coleção e interação com o público-alvo (utilizadores internos, utilizadores virtuais, comunidade escolar e comunidade em geral). A divulgação e a promoção da biblioteca só foram possíveis a partir do momento em que a equipa, que a constitui, reconheceu a necessidade da existência de uma orientação para o marketing na unidade de informação. Só reconhecendo o papel do marketing como uma ferramenta de gestão da biblioteca, foi possível repensar o processo de divulgação e de comunicação. Na verdade, o marketing não pode ser visto só como força de vendas (PERFEITO, Juarez et al., 2004) deverá antes ser entendido, conforme definição apresentada em 2004, pela *American Marketing Association*, assumindo, *pois uma função social e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e o seu público interessado.*

Deste modo, a biblioteca do CAM tem vindo gradualmente a desenvolver este princípio, centrando o seu projeto de comunicação com os utilizadores, no marketing digital, conceito que tem vindo a assumir múltiplas denominações, *webmarketing, comunicação e marketing online, marketing na Internet e marketing interativo*, o que no fundo, se traduz no marketing praticado em ambiente Web (RUBLECKI, Anelise, 2009). Neste sentido, após a definição de uma estratégia de marketing, com a sua materialização num plano de marketing e respetivo documento de monitorização, foi possível efetivar a promoção, divulgação e comunicação dos serviços e recursos da biblioteca. Com efeito, a conceção do plano de marketing obedeceu a uma

estrutura organizada, cíclica e aberta. Na verdade, iniciou-se por estudos de mercado (através da realização de uma análise SWOT), estabelecimento de objetivos, execução de decisões e culminou com uma fase final de avaliação, que direcionará, certamente, para o recomeço de um novo ciclo (SÁEZ, Eileen Elliot de, 2009).

Este processo tem vindo a ser desenvolvido, através de uma comunicação contínua com o público-alvo e inclusive com os *stakeholders*, ou seja, uma comunicação direcionada tanto para o exterior como para o interior da instituição, nomeadamente para a direção da instituição e para a equipa interna. A estratégia de marketing tem, pois como objetivo principal repensar a estratégia de comunicação com os utilizadores, de modo a fidelizá-los e a captar novos, tendo-se concretizado através das seguintes ações:

3.1. Conceção de instrumentos promocionais e informacionais. Criação de instrumentos, nomeadamente: boletim bibliográfico de novidades, divulgação do livro do mês, entre outros;

3.2. Divulgação externa. Esta iniciativa tem-se vindo a concretizar através da participação trimestral na *Agenda Cultural de Mértola*, com a sugestão de duas leituras, através da apresentação de capa dos livros e respetivos resumos. Sempre que possível, para além da habitual sugestão de leituras, a biblioteca promove atividades de extensão bibliotecária, tal como realização de Encontros científicos, conferências e comemorações diversas, destacando-se os Dias Mundiais da Poesia e do Livro.

3.2.1. Página Web da Biblioteca: A divulgação e comunicação para o exterior obteve uma maior visibilidade a partir do momento em que se procedeu a uma reformulação da página Web do

CAM, ferramenta promocional e comunicacional, por excelência, para disseminar a informação e contactar com o público-alvo. A equipa envolvida neste projecto reformulou a página Web, no sentido de facilitar a localização da informação, isto é, tornar a página mais acessível e organizada. A aplicação do marketing digital só teria o efeito desejável se o portal do CAM reunisse as seguintes características (MELLING, Maxine; LITTLE, Joyce, 2009, 187-204):

- Garantir o acesso à informação a qualquer altura e em qualquer sítio;
- Garantir a interatividade;
- Traduzir a coleção e os serviços;
- Assegurar a atualização permanente;
- Revelar organização e ser pesquisável;
- Atingir os utilizadores, com base num serviço de referência.

Nesta perspetiva, para além da Biblioteca continuar a disponibilizar no portal os tradicionais documentos informacionais enunciados anteriormente, julga-se ter conseguido uma maior proximidade com os utilizadores virtuais, aliás diálogo, já iniciado através da conceção do serviço de referência virtual, intitulado «O seu bibliotecário à distância de um clique» e através da conceção de uma página no *Facebook*.

3.2.2. Facebook: Esta rede social tem permitido à biblioteca contactar com os utilizadores atuais, na tentativa de atenuar barreiras entre a equipa e utilizadores, que muitas vezes se sentem intimidados a conhecer o espaço e os serviços devido à especificidade da coleção, conseguindo captar novos utilizadores.

O trabalho a nível promocional é conseguido no portal, através da disponibilização de um vídeo que apresenta em dois minutos o espaço, os serviços e recursos da Biblioteca bem como a equipa. O ícone dedicado exclusivamente aos testemunhos de utilizadores nacionais e oriundos de outros países revelou-se igualmente fundamental para dar a conhecer a especificidade do acervo, bem como diversas investigações que têm sido possíveis, fruto da disseminação desta coleção em História e Arqueologia da presença da Civilização islâmica em Portugal.

Na verdade, tanto a página da Biblioteca, como a integração na rede social *Facebook*, tem permitido dar visibilidade às atividades de extensão bibliotecária promovidas por esta unidade de informação e tem também garantido um contacto mais próximo com os utilizadores, nomeadamente com a comunidade escolar, dado que facilita a partilha de informação, conteúdos e, em última análise, possibilita conhecer os interesses e as necessidades dos utilizadores.

Em síntese, a nível de marketing, a biblioteca tem canalizado esforços para implementar o marketing de informação, composto por ações como a promoção e comunicação, tal como é entendido na ótica de Amaral, ou seja, o marketing que «ênfatiza a importância do usuário como cliente consumidor de informação e a adequação da oferta dos produtos e serviços de informação aos interesses e necessidades desses usuários. Clientes cada vez mais exigentes vão considerar os produtos e serviços

informativos oferecidos em função do valor agregado que esses produtos e serviços lhes possam oferecer» (Amaral, 2006, p. 34).

3.2.3. Conceção de repositório científico: Um dos objetivos da biblioteca e que se prende naturalmente com a disseminação da informação, diz respeito à conceção de um repositório científico. Como o nome indica, este repositório resulta de uma compilação de todos os artigos de cariz científico, da autoria dos investigadores associados ao CAM, que estarão disponíveis na página da Biblioteca. Neste momento, encontram-se disponibilizados em *full text* cerca de trinta documentos, repartidos pelas diferentes coleções que integram o repositório. A conceção deste repositório foi fundamental, pois permitiu criar um sistema de informação que permite armazenar, preservar, organizar e disseminar a informação junto de um leque diversificado de utilizadores. É procedimento habitual da biblioteca digitalizar e imprimir os artigos científicos dos investigadores associados ao CAM e organizá-los por anos em dossiês destinados para o efeito, disponíveis na sala de leitura. Todavia, o armazenamento em arquivos limitava o acesso a esta informação, motivo pelo qual a constituição do repositório institucional era premente.

3.2.4. Atividades de extensão bibliotecária: Um dos muitos desafios que se tem colocado à equipa da biblioteca prende-se com a realização de atividades de promoção de leitura. Não sendo uma biblioteca pública, cuja missão, implica necessariamente este tipo de atividades, junto do seu público-alvo, a biblioteca do CAM, assumindo-se como biblioteca especializada tem à partida determinadas barreiras, que poderão dificultar atingir este objetivo.

Neste sentido foram levadas a cabo algumas iniciativas consideradas elementos chave para a promoção da leitura, nomeadamente junto da comunidade em geral. Deste modo listam-se as habituais atividades realizadas neste âmbito:

- a) Participação na Semana da Leitura do Agrupamento de Escolas de Mértola;
- b) *Comemoração do Dia Mundial da Poesia (dia 23 de março);*
- c) *Comemoração do Dia Mundial do Livro (dia 23 de abril).*

3.2.5. Catálogo coletivo da rede de bibliotecas de Mértola: A BCAM irá participar a par com outras bibliotecas (Biblioteca Municipal de Mértola, Biblioteca da Escola Profissional ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação Profissional do Alentejo e Biblioteca da ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola) no recente projeto de conceção de um catálogo coletivo da rede concelhia de Mértola. A mais-valia deste projeto é a agregação de recursos tendo em vista a partilha de informação.

3.2.6. PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos: Desde 2008, cerca de 6734 registos bibliográficos da BCAM têm vindo a ser integrados nesta base bibliográfica de âmbito nacional. A Porbase afirma-se, assim, como mais uma ferramenta fundamental para divulgar e disseminar a coleção bibliográfica do CAM.

3.3. Encontro Científico: A equipa da biblioteca tem sido responsável pela organização de Encontros Científicos na área das Ciências da Informação e da Documentação, com o objetivo de fomentar o debate e a reflexão em torno da área da biblioteconomia, em concreto no contexto das bibliotecas patrimoniais.

Em síntese, concomitantemente com o trabalho de tratamento e organização documental, tem havido um esforço para divulgar, comunicar e promover a coleção desta biblioteca, em prol da disseminação do Conhecimento.

3.4. Responsabilidade social: um compromisso

Embora se trate de uma biblioteca especializada e patrimonial, entende-se que esta unidade de informação também tem um compromisso social para com a comunidade na qual está inserida.

A biblioteca presta um apoio fundamental à comunidade escolar, sendo um suporte para a sua formação, incentivando-a à leitura e à sensibilização para a valorização e conservação do património bibliográfico.

Apresentam-se em seguida alguns os indicadores que traduzem o compromisso assumido em termos de responsabilidade social pela BCAM:

Escolas

– Estabelecimento de parceria com a Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos do Agrupamento de Escolas de Mértola e com a ALSUD – Cooperativa de Ensino e Formação do Alentejo (Escola Profissional de Mértola) no sentido de dar a conhecer a biblioteca do CAM à comunidade escolar, alunos (3º ciclo, ensino secundário e ensino profissional) e professores, nomeadamente a partir do contacto com a bibliografia das áreas da história, da arqueologia e do património local, através das seguintes estratégias:

- Formação de utilizadores (com recurso ao powerpoint, Internet, baús pedagógicos);
- Realização de dossiês informativos;
- Elaboração de coletâneas biográficas;
- Organização de exposições temáticas;
- Visitas guiadas à biblioteca;
- Participação na semana da leitura desenvolvida pelo Agrupamento de Escolas de Mértola.

Comunidade local

- Comemoração do Dia Mundial da Poesia;
- Comemoração do Dia Mundial do Livro.

4. BIBLIOTECA JOSÉ MATTOSO: UMA COLEÇÃO ESPECIAL DA BCAM

Aborda-se em seguida o projeto de tratamento documental e divulgação do acervo doado pelo Professor José Mattoso ao Campo Arqueológico de Mértola, tendo em vista a sua posterior integração na BCAM.

4.1. História e caracterização da Biblioteca José Mattoso (BJM)

A Biblioteca José Mattoso (BJM) teve por génese a paixão pelos livros e a curiosidade intelectual de António Gonçalves Mattoso, professor de História e pai do eminente medievalista. Esta biblioteca foi sem dúvida importante no decorrer da formação académica de José Mattoso, desde logo no âmbito do doutoramento realizado na Universidade Católica de Lovaina ao facilitar o acesso a obras de relevo para o estudo da Idade Média, como é o caso dos *Annales d'histoire économique et sociale*, dos *Cahiers de civilisation médiévale* ou ainda do *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa* e do *Arquivo histórico português*, entre outras. Após o falecimento do seu pai e a posterior divisão da biblioteca entre

os herdeiros, José Mattoso reteve sobretudo os títulos relativos à história medieval. Esta coleção, que foi sendo atualizada ao longo de décadas, acompanhou José Mattoso na sua ida para Mértola em 1991, ficando instalada até hoje na horta da Malhadinha, uma propriedade rural situada na margem esquerda do Guadiana.

Em 1997, a biblioteca e a referida propriedade são doadas ao CAM. Das razões que contribuíram para esta decisão podemos referir, desde logo, a admiração pelo trabalho desenvolvido em Mértola ao longo das últimas três décadas, sob a liderança e inspiração de Cláudio Torres, diretor do CAM, e o desejo de contribuir para o desenvolvimento da atividade científica e cultural desta instituição. Mas destaca-se, sobretudo, o desejo de que esta biblioteca esteja acessível, não só para a comunidade científica mas também para benefício da comunidade local, de forma a constituir uma semente para o desenvolvimento intelectual da região e, em última análise do país, do mesmo modo que durante décadas serviu para o enriquecimento pessoal e profissional do seu anterior proprietário.

No que diz respeito à composição do acervo, o maior destaque vai, como seria de esperar, para o conjunto de obras especializadas em história medieval, sobretudo de Portugal e Espanha, com maior ênfase na história social, da nobreza, da Igreja e ordens monásticas, e também na história cultural e das mentalidades. Segundo a nossa estimativa inicial, o acervo é composto por cerca de quinze mil volumes, integrando monografias, periódicos e obras fora do circuito comercial de publicação, tais como teses, relatórios e provas de agregação¹. Olhando para a sua organização inicial, podemos constatar que se trata essencialmente de uma biblioteca de trabalho organizada em secções segundo temática e tipo de documento, de acordo com as necessidades práticas do seu anterior proprietário. No início do projeto, foi possível identificar, em traços gerais, as seguintes divisões no acervo:

Piso térreo: história medieval geral, história das mentalidades, periódicos, antropologia e etnografia, ciências sociais, filosofia, história moderna e contemporânea, ciências documentais, separatas.

Piso superior: história medieval de Portugal e Espanha, fontes históricas e literárias, obras de referência, literatura e linguística medieval.

Foram ainda identificados importantes conjuntos documentais dispersos pela restante coleção, tais como a história local, a arte e arquitetura, as ciências auxiliares da história, as atas de encontros científicos, entre outros.

Apesar do seu caráter utilitário, enquanto biblioteca de trabalho e de apoio à investigação, convém referir que a importância da BJM não se esgota na sua função original, sendo também marcada pelo carácter raro de algumas obras, nomeadamente coleções antigas de periódicos e monografias, apresentando no seu todo um considerável valor patrimonial. Por outro lado, importa salientar que esta coleção é também um reflexo da evolução das perspetivas científicas e historiográficas em Portugal e na Europa, constituindo assim um contributo de relevo para a história da ciência no nosso país, uma vez que resultou da acumulação de obras durante décadas, estando intimamente ligada à atividade dos seus anteriores proprietários.

4.2. Tratamento documental do acervo da BJM

Desde o início do projeto, em outubro de 2010, as principais tarefas centraram-se na organização e tratamento documental do acervo, com vista à sua integração na BCAM. Para tal, contou-se, a par da BCAM, com a coordenação científica do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa (IEM/FCSH) e do Curso de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação da mesma universidade. Em termos gerais, o projeto resulta nas seguintes atividades, abordadas resumidamente nos próximos parágrafos:

1. Higienização, acondicionamento e arrumação do acervo;
2. Catalogação, indexação e classificação dos títulos e registo dos exemplares;
3. Processamento dos exemplares: etiquetagem, carimbagem, colocação de alarmes;
4. Revisão e normalização dos registos catalográficos;
5. Revisão especializada dos termos de indexação;
6. Digitalização de artigos e contribuições em monografias da autoria de José Mattoso e de outros investigadores do CAM;
7. Difusão e promoção da coleção.

No que diz respeito à higienização, acondicionamento e arrumação dos exemplares, foram adotados alguns procedimentos simples, fundamentais para a conservação preventiva do acervo, sobretudo tendo em conta que a biblioteca esteve sem uso durante mais de uma década. Exemplares com encadernações desarticuladas ou folhas soltas foram acondicionados com fita de nastro. Alguns destes exemplares foram já alvo de reencadernação, sobretudo os pertencentes aos conjuntos temáticos mais relevantes tais como a história medieval e as fontes. Em paralelo a estas tarefas, procedeu-se ao reconhecimento e arrumação preliminar do acervo, procurando identificar as principais divisões temático-documentais e adaptando-as ao sistema de organização física da BCAM, assente em cotas temáticas.

Como não podia deixar de ser, as principais tarefas no âmbito do projeto são as que resultam na produção de registos catalográficos, ou seja, a catalogação, indexação e classificação dos títulos. No desempenho destas tarefas foram adotados os procedimentos e ferramentas em prática na BCAM, ajustadas à especificidade do projeto. No seguimento deste intercâmbio, e do próprio desenrolar dos trabalhos, foi decidido ampliar o manual de procedimentos da BCAM, de forma a integrar novas práticas. Os registos catalográficos foram revistos semanalmente, tendo em vista a sua coerência global e qualidade intrínseca. No que diz respeito especificamente ao conteúdo intelectual das obras, está prevista a revisão da lista de descritores por parte de investigadores do IEM/FCSH, de forma a garantir a qualidade da lista controlada de descritores de história medieval e a sua adequação ao público-alvo.

Por último, a digitalização dos textos da autoria de José Mattoso e de outros investigadores do CAM assume-se como uma tarefa fundamental não só no contexto da

preservação da memória científica da instituição, mas também como etapa preliminar para a tornar acessível a um público cada vez mais vasto. Neste sentido, a BJM, enquanto coleção especial da BCAM, tomará parte na construção do repositório científico do CAM, onde serão integrados documentos que possam estar em livre acesso.

Em termos de trabalho futuro no âmbito do tratamento documental, destaca-se, sobretudo, a sua conclusão, o que deverá acontecer até finais de 2012. A integração dos registos na base da BCAM foi já iniciada, sendo neste momento possível efetuar pesquisas na coleção BJM através do catálogo em linha. A médio prazo, contamos também com a validação dos descritores por parte do IEM/FCSH, conduzindo à fixação dos termos associados à história medieval e à posterior revisão da indexação. Por último, propõe-se a implementação de recursos que melhorem a base bibliográfica, colocando ao dispor dos utilizadores informação mais detalhada. Estes recursos incluem a produção de analíticos de todas as contribuições em atas de encontros científicos. Esta prática, comum em vários serviços, permitirá recuperar muita informação perdida nos registos das atas, sobretudo em termos do seu conteúdo intelectual. Ambiciona-se incluir resumos analíticos nos registos das obras mais significativas da coleção, sobretudo em obras da autoria de José Mattoso e, em termos gerais, nas obras com maior relevância para o estudo da civilização medieval, quer pela sua temática, quer pelo próprio impacto do autor no contexto da historiografia nacional e internacional.

4.3. Estratégias de divulgação e promoção da BJM

A BJM, enquanto coleção especial da BCAM, assume a estratégia de marketing já implementada na BCAM. Neste sentido, um dos principais

objetivos é o de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, através da realização de diversas atividades de âmbito cultural, dirigidas não só ao meio científico, mas também à comunidade local.

No que diz respeito à comunidade científica, a especificidade desta biblioteca em termos de área do conhecimento procura fornecer serviços de excelência capazes de atender um público especializado, nomeadamente através do tratamento documental atrás mencionado (elaboração de analíticos e de resumos). Para além deste trabalho, e com o intuito de difundir os seus fundos bibliográficos proceder-se-á à criação de bibliografias temáticas sobre os assuntos que se revelem mais pertinentes para os utilizadores, serviço que deverá ser disponibilizado na Web, especificamente no portal do CAM.

A divulgação e promoção da BJM pressupõe o desenvolvimento de diversas atividades. Algumas estão já implementadas e resultam daquilo que tem vindo a ser desenvolvido pelo CAM. Trata-se, por exemplo, da reformulação da página Web da Biblioteca do CAM, incorporando a Biblioteca José Mattoso, bem como a disponibilização *online* do catálogo bibliográfico da BJM, que também se estima estar disponível no *site* do IEM. A criação do repositório científico está também em curso e considera-se uma ferramenta fundamental, aumentando a visibilidade do resultado da atividade dos investigadores do CAM, incluindo José Mattoso. Desta forma, é possível reunir num único local a produção científica da instituição, tornando-a acessível ao público em geral. Neste momento, estão disponíveis apenas dez artigos da autoria de José Mattoso, sem qualquer restrição por parte das editoras que os publicaram inicialmente.

Outra atividade que se encontra também em execução é o destaque mensal, sob a designação *Ex-Libris*, na página *online* da BCAM, através do qual se dá a conhecer uma obra pertencente à BJM. Por vezes a escolha do livro do mês resulta

da pertinência de uma data ou de um acontecimento local, como o Dia Mundial da Música ou a Feira da Caça em Mértola; outras vezes recai sobre uma obra que poderá ter mais interesse para o público especializado.

De momento, equaciona-se a possibilidade de participar também noutras redes sociais para além do *Facebook*, tais como o *Twitter* e o *LibraryThing*. Através do *Twitter* será possível enviar e receber atualizações em tempo real, o que poderá vir a ser útil na divulgação de notícias; já através do *LibraryThing*¹ poder-se-á divulgar o espólio da BJM, uma vez que este é um *site* dedicado à catalogação e àqueles que manifestamente se interessam por livros.

Estima-se ainda a publicação de um catálogo num futuro próximo, coligindo numa única obra todo o acervo documental da BJM.

No que diz respeito às atividades de divulgação direcionadas para a comunidade local, nomeadamente às escolas, estão em projeto diversas ações de promoção de leitura e da escrita criativa, que procuram incentivar o interesse pela História Medieval e estimular o conhecimento da BJM. Neste contexto, estão em vista a criação de ateliês sobre história medieval com recurso a baús pedagógicos e oficinas criativas associadas à literatura tradicional, com a finalidade de sensibilizar a comunidade local para a literatura medieval.

Considera-se, assim, que a divulgação desta coleção especial é um dos seus vetores dominantes, pois permitirá o seu efetivo aproveitamento por parte dos utilizadores, contribuindo, assim, para a produção científica e para o avanço do Conhecimento.

5. RETROSPECTIVA DO TRABALHO EFETUADO E PERSPETIVAS FUTURAS

Após quase cinco anos da constituição da Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola, impõe-se realizar um ponto de situação sobre o trabalho efetuado, avaliando-se criticamente as mais-valias e potencialidades do projeto, mas também as suas debilidades e principais obstáculos.

Acredita-se que a existência da BCAM enquanto serviço de informação especializado e de referência é hoje, não só entre a comunidade académica e científica, mas também entre o público em geral, um dado adquirido, com provas dadas no que respeita à excelência das suas práticas, numa dupla vertente, centrada, naturalmente, no utilizador: tratamento documental especializado e promoção e divulgação dos seus serviços e recursos, sustentados numa consistente estratégia de marketing. Para tal, muito contribuem as parcerias estabelecidas com a comunidade científica (universidades e institutos I&D) e com as próprias comunidades local e escolar, com as quais a BCAM, desde sempre, tem procurado fomentar e estreitar relações. Atualmente, não temos quaisquer dúvidas que sem estas sinergias, eixo de ação futuro, a BCAM não teria o reconhecimento científico e social subjacente à sua missão, que, em última análise, se resume à satisfação das necessidades de informação dos seus utilizadores, integrando-os na Sociedade da Informação e do Conhecimento, de forma proactiva e crítica. Acrescenta-se ainda o facto de a BCAM possuir um vasto e especializado

acervo bibliográfico, cuja constituição como retratado é muito singular, e que trespassa toda a Idade Média peninsular, islâmica e cristã, fazendo com que esta biblioteca se torne única no panorama dos serviços de informação e documentação em Portugal.

No entanto, por um lado, sabemos que a existência da BCAM depende da própria existência da instituição científica em que se integra, ou seja, o Campo Arqueológico de Mértola. E também sabemos que o CAM, à semelhança de outros institutos científicos, encontra-se sujeito às cada vez mais oscilantes políticas culturais e de investigação científica em vigor, que financiam os seus projetos. Por outro lado, sabemos ainda que o CAM tem exemplarmente sobrevivido ao longo de mais de trinta anos de existência, funcionando, no dizer de alguns, como um verdadeiro paradigma. E, por fim, sabemos que a solução passa, como não poderia deixar de ser, pelo estudo, valorização e divulgação do património histórico-arqueológico local, ancorado na memória coletiva e no saber ancestral dos seus antepassados como vias privilegiadas de alicerçagem de um futuro que se almeja profícuo e sustentável. A BCAM, no contexto da sua instituição-mãe, não será exceção. Empregará o seu carácter histórico e patrimonial, que a define por essência e ao qual nunca poderá ser alheia, ao serviço de um ideal mais amplo e ambicioso: fazer do seu património bibliográfico um veículo privilegiado para a construção social, cultural e axiológica dos indivíduos, não fosse este o denominador comum a todos os serviços de informação.

O caminho ainda é longo, muito existe ainda por cumprir e partilhar...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Sueli Angélica (jan./abr., 2008), «Marketing da informação: entre a promoção e a comunicação integrada de marketing», *Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa*, V. 18, Nº 1, pp. 31-44.
- IFLA (2005), *ISBD (G): descrição bibliográfica internacional normalizada geral = general international standard bibliographic description: revisão de 2004*, Trad. portuguesa de José Carlos Sottomayor, Lisboa: Jostis.
- IFLA (2008), *Manual UNIMARC: formato bibliográfico*, Coord. da trad. e rev. téc. Rosa Maria Galvão, Margarida Pedreiro Lopes; Introd. Maria Inês Cordeiro, 3ª ed., Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- IFLA (2011), *Manual UNIMARC: formato autoridades*, Trad. e rev. téc. Rosa Maria Galvão, Margarida Lopes; Introd. Maria Inês Cordeiro, Ed. atualizada da 3ª ed. de 2009 da IFLA, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- MELLING, Maxine; LITTLE, Joyce (ed.) (2009), *Building a successful customer-service culture: a guide for library and information managers*, London: Facet publishing, ISBN 1-85604-449-1.
- NP 3715 Documentação 1989 (1989), *Método para a análise dos documentos, determinação do seu conteúdo e selecção dos termos de indexação*, Trad. CT 7, Lisboa: Instituto Português da Qualidade.
- PERFEITO, Juarez e tal, *Marketing em Instituições privadas de Ensino Superior: fatores influenciadores na Atratividade dos cursos de Administração* [Em linha], [Consult. 27 de março de 2012].

Disponível em www.docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:YHekIKT2GMJ:www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/JuarezPerfeito%2520-%2520MARK

- PORTUGAL. Biblioteca Nacional [BNP] (1998), Área de Classificação e Indexação – *SIPORbase: sistema de indexação em português: manual*, 3ª ed. rev. e aumentada, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- PORTUGAL. Biblioteca Nacional [BNP] (2005), *CDU: Classificação Decimal Universal: tabela de autoridade*, Sel. e coord. Ana Cristina Almeida, Manuela Santos, 3ª ed., Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RUBLESCKI, Anelise, *Webmarketing e cibercliente: o Marketing em tempos de «4Ps+2Ds+4C's»*, [Em linha], [Consult. 27 de março de 2012]. Disponível em [www: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1605#topo](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1605#topo)
- SÁEZ, Eileen Elliot de (2009), *Marketing concepts for libraries and information services* (2nd ed.), London: Facet publishing.
- SANTOS, Maria Luísa F. N. dos (2007), *Organização do conhecimento e representação de assuntos: caminhos para uma efectiva recuperação da informação em ambientes de rede*, Lisboa: Biblioteca Nacional (Publicações técnicas BN).
- SIMÕES, Maria da Graça (2008), *Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos*, Coimbra: Almedina.
- SOTTOMAYOR, José Carlos (2008), *Regras de catalogação: descrição e acesso de recursos bibliográficos nas bibliotecas de língua portuguesa*, Colab. Adelaide Abrantes... [et al.], Lisboa: BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

NOTAS

- 1 Em paralelo à coleção bibliográfica existe um arquivo pessoal com aproximadamente 10 metros lineares de documentação diversa (cartas, trabalhos corrigidos, rascunhos, fichas bibliográficas, etc.). Este arquivo será alvo de intervenções posteriores tendo em vista a sua organização e acesso.
- 2 Disponível em: <http://pt.librarything.com/profile/camertola>